

João Carlos Pereira Caramelo

**Educação e desenvolvimento comunitário
num processo de transição autogestionário**

Tese de Doutoramento em Ciências da Educação

Fevereiro de 2009

**Educação e desenvolvimento comunitário
num processo de transição autogestionário**

João Carlos Pereira Caramelo

2009

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação, sob a orientação do Prof. José Alberto Correia e co-orientação do Prof. José Francisco de Melo Neto.

Resumo

Este trabalho constitui essencialmente uma problematização e uma reflexão teórica, ilustrada empiricamente a partir de um caso de estudo (o processo de transição para a autogestão de uma usina de açúcar do nordeste brasileiro), acerca de algumas das questões que se colocam à relação entre educação e desenvolvimento comunitário local no presente momento histórico. Este trabalho adopta como pressuposto a simultânea importância e inevitabilidade da presença do educativo nas dinâmicas de desenvolvimento sócio-comunitário, seja assumindo a forma de práticas sociais diversas que de forma intencional procuram produzir efeitos de transformação dos sujeitos, das suas interacções e da sua relação com o território em que (con)vivem e trabalham, seja na qualidade de efeitos induzidos nos sujeitos sociais, individuais e colectivos, a partir do seu envolvimento nos processos e práticas sociais accionados no sentido da promoção da mudança e do desenvolvimento comunitário. Neste sentido, a discussão aqui ensaiada centra-se, por um lado, nas características, funções e qualidades que os processos educativos podem adquirir, equacionadas a partir dos sentidos diversos que os sujeitos sociais envolvidos numa dinâmica de mobilização colectiva lhe atribuem e, por outro lado, procura igualmente caracterizar os efeitos educativos, individuais e colectivos, que a mobilização e participação no âmbito de um processo de transformação sócio-comunitária provoca nos sujeitos sociais. O trabalho que se apresenta constitui ainda uma oportunidade para reflectir as questões metodológicas que se levantam à pesquisa qualitativa no domínio das relações entre educação e desenvolvimento comunitário, designadamente no que concerne as práticas de construção dos dados empíricos e as opções teóricas e epistemológicas que sustentam a análise e interpretação daqueles dados e que supõem a inexorável afirmação de uma postura dialéctica na produção de um conhecimento simultaneamente sensível aos sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos sociais à sua acção e às condições objectivas e estruturais dentro das quais aquela acção e os discursos se tecem. O possível contributo para o conhecimento em ciências da educação resultante desta pesquisa situa-se eminentemente na argumentação em prol da necessidade do desenvolvimento de categorias híbridas de análise do educativo presente nas dinâmicas de desenvolvimento sócio-comunitário, bem como em prol da necessidade de resgatar a gramática produzida no campo das abordagens críticas do desenvolvimento local e comunitário para dar conta das tensões e contradições que num contexto de globalização neoliberal atravessam a definição política e educativa das dinâmicas de promoção da mudança social.

Resumée

Ce travail est essentiellement une problématisation et réflexion, empiriquement illustrée à partir d'un cas d'étude (le processus de transition à l'autogestion d'une usine de sucre du nord-est du Brésil), autour de quelques questions qui se posent à la relation entre éducation et développement communautaire local dans le présent moment historique. Le travail adopte comme présupposés la simultanée importance et inévitabilité de la présence de l'éducative dans les dynamiques de développement sociocommunautaire, soit en assumant la forme de pratiques sociales diverses qui de forme intentionnel cherchent à produire des effets de transformations des sujets, de ses interactions et de sa relation avec le territoire où coexistent et travaillent, soit dans la qualité d'effets induits dans les sujets sociaux, individuelles et collectives, à partir de sa participation dans les enjeux et pratiques sociales qui se mènent en marche pour promouvoir le changement et le développement communautaire. Dans ce sens, la discussion qu'on entraîne est centrée, par un côté, dans les caractéristiques, fonctions et qualités que les processus éducatifs peuvent assumer, réfléchis à partir des divers sens que les sujets sociaux impliqués dans une dynamique de mobilisation collective leur attribuent et, par une autre côté, notre discussion cherche aussi à caractériser les effets éducatifs, individuelles et collectives, que la mobilisation et participations dans un processus de changement sociocommunautaire apporte aux sujets sociaux. Le travail est aussi une opportunité pour réfléchir les questions méthodologiques qui se posent à la recherche qualitative dans le domaine des relations entre éducation et développement communautaire, en particulier dans ce que concerne les pratiques de production des données empiriques et les options théoriques et épistémologiques qui soutiennent l'analyse et l'interprétation de ces données et qui supposent inexorablement l'affirmation d'une posture dialectique dans la production d'une connaissance simultanément sensible aux sens et significations attribués par les sujets sociaux à sa action et aux conditions objectives et structurelles à l'intérieur desquelles sa action et discours se tissent. La contribution potentielle de ce travail pour la connaissance en sciences de l'éducation c'est peut-être la argumentation autour de la nécessité du développement des catégories hybrides d'analyse du éducatif qui est présent dans les dynamiques de développement communautaire, bien que la nécessité de récupérer la grammaire produite dans le champ des approches critiques du développement local et communautaire pour appréhender les tensions et contradictions que dans un contexte de globalisation néolibéral traversent la définition politique et éducatif des dynamiques de promotion du changement social.

Abstract

This work mainly intends to be a theoretical reflection and questioning, empirically illustrated through a case of study (the transition process to an employee ownership situation of a sugar cane factory in the Brazil northeast), of some of the issues about education and local and community development relations at the present historical moment. This work intentionally assumes the relevance and inevitability of the educative phenomena in the socio-community development processes, either when it assumes the form of diverse intentional social practices intending to produce transformational effects in the social subjects, their interactions and their relation with the territory where they co-exist and work, either when it appears as unintentional effects induced, individually and collectively, in the social subjects through their involvement in the social processes and practices carried way with the intention of promoting social change and community development. In this sense, our discussion is centred, on one side, in the characteristics, functions and qualities that educational processes may acquire, understood through the lens of the diverse meanings that social subjects, involved in a collective mobilisation process, attribute to those processes and, on the other side, aims to characterize the individual and collective educational effects that the mobilisation and participation in a socio-communitarian change process provokes in social subjects. This work is also an opportunity to reflect the methodological issues raised by qualitative research in the field of the education-community development relations, namely in what concerns the practices of empirical data production and the theoretical and epistemological choices that underlie the analysis and interpretation of those data and that supposes an inexorable affirmation of a dialectic approach in order to produce a knowledge simultaneously sensitive to the senses and significations attributed by social subjects to their action and to the material and structural conditions within which the action and discourse is sewed. A possible contribution of this work to the sciences of education field knowledge lays in the arguing for the necessity of developing hybrid categories to analyse educational phenomena present in the socio-communitarian development processes, as well as the necessity of rescuing the theoretical grammar produced in the field of local development critical approaches hence that grammar may be able to apprehend the tensions and contradictions that in the present context of neoliberal globalisation cross the political and educative definition of social change dynamics.

Dedicatória

Aos trabalhadores e trabalhadoras de Catende

À minha mãe

Ao meu pai (*in memoriam*)

Ao meu irmão,

À Sónia

Agradecimentos

Aos trabalhadores e trabalhadoras de Catende pela inspiração que constituem para os que precisam de acreditar que é possível construir um mundo mais justo. Em particular devo agradecer aos trabalhadores e trabalhadoras que se disponibilizaram gentilmente, muitas vezes interrompendo os seus afazeres, para conversarem comigo e me dizerem das suas vidas;

Aos meus orientadores José Alberto Correia (FPCEUP) e José Francisco de Melo Neto (UFPB) a quem devo a oportunidade de ter conhecido e vivido em Catende uma das experiências humanamente mais marcantes da minha vida. E também por me terem ajudado a pensá-la (se tal não aconteceu, não é certamente da sua responsabilidade, mas exclusivamente da minha). E a ambos, igualmente, um agradecimento especial pelo indizível da relação de amizade que com eles mantenho;

Aos colegas e amigos da FPCEUP que me incentivaram constantemente e com quem pude partilhar sofrimentos e dúvidas e a cuja solidariedade profissional e amizade pessoal se deve a criação de condições para que este trabalho se fizesse, muitas vezes com o sacrifício abnegado das suas próprias condições de trabalho (devo em particular destacar os professores Manuel Matos, Manuela Terrasêca, Teresa Medina e José Alberto Correia que asseguraram imensas aulas por mim). E também a todos aqueles a quem deixei de acompanhar nos projectos de pesquisa comuns, em particular nos momentos mais penosos da tese, não porque o meu contributo fosse importante para esses projectos, mas porque se viram obrigados a suportar nas suas costas um compromisso que era também meu;

Aos amigos e amigas de ambos os lados do Atlântico com quem me cruzei nesta longa viagem e que pelos seus conselhos e alentos amigos, acolhimento, trabalho generoso, escuta sensível e palavra partilhada foram imprescindíveis à chegada a bom porto desta empresa. Em Portugal e no Brasil sempre estiveram presentes e disponíveis, são parte deste trabalho já que tudo fizeram para me ajudar e neles encontrei inspiração e, várias vezes, a força para não abdicar. Não posso então deixar de agradecer profundamente a: Ademar Aires, Alexandra Sá Costa (pela tua inteligência, duro labor e perspicácia crítica inesgotáveis), Amélia Lopes, António Magalhães, Ariana Cosme, Arnaldo Liberato, Bete, Bruno Monteiro, Carina Coelho, Carlinda Leite, Cláudia Rodrigues (leitora crítica e oráculo lúcido), Cleide do Nascimento, Cristina Rocha, D. Dora, Edilene do Nascimento, Elisabete Ferreira, Fátima Pereira, Fernanda Dantas (*in memoriam*), Francisco Mendonça, Helena Araújo, Helena Barbieri, Henrique Vaz, Humberto Lopes, Irene Terrasêca, Isabel Menezes, Ivonaldo Leite, Izabel Mota, João Francisco Souza, Laura Fonseca, Lenivaldo Lima, Leonor Terrasêca, Luciano Correia, Luís Carlos Martins (autor de uma leitura e revisão minuciosa, inteligente e questionadora), Luísa Álvares Pereira, Luzitânia Lima, Manuel Matos, Manuela Ferreira, Manuela Terrasêca, Margarida Felgueiras, Maria José Magalhães, Mário Borba, Marivaldo Andrade, Natércia Pacheco, Orquídea Coelho, Paulo Nogueira, Paul Singer, Preciosa Fernandes, Risadalvo da Silva (São), Rosa Nunes, Rui Canário, Rui D’Espiney, Rui Trindade, Rui Leal, Sofia Marques da Silva, Sónia Dantas (obrigado, mil vezes infinito!), Sónia Kruppa, Teresa Medina e Tiago Neves. E que a vida me permita demonstrar-lhes o significado que todos têm para mim.

Siglas

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRINQ	Fundação ABRINQ – Instituição sem fins lucrativos criada em 1990 com o objectivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência
ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural
ADENE	Agencia de Desenvolvimento do Nordeste
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Accionária
Articulação das Entidades na Mata Sul	Espaço de reflexão em que Associações Urbanas e Rurais, Organizações Não Governamentais, Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e Centros de Mulheres se articulam em torno de uma agenda comum para o desenvolvimento sustentável da Zona da Mata Sul de Pernambuco
ATR	Açúcar Total Recuperado
BAG	Bolsa Autogestionária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
BNE	Banco do Nordeste
CCBA	Centro Cultural Brasil Alemanha
CDI	Comité de Democratização da Informática
CDI	Centro (ou Comité) de Democratização da Informática
CEAAL	Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CEAS	Centro de Estudos e Acção Social
CENTENAS	Central de entidades associativas do município de Catende
Centro de Mulheres do Cabo	Organização Não-Governamental, emergente das lutas populares e da explosão do movimento de mulheres na década de 80, vem desenvolvendo acções que visam conscientizar as mulheres sobre

seu papel na sociedade, priorizando a formação de multiplicadoras e fortalecendo a luta das mulheres contra as desigualdades de género e pela afirmação da cidadania. As acções do CMC são substanciadas em processos e práticas sócio-educativas inspiradas no feminismo que resgatam a mulher enquanto sujeito e cidadã

CENTRU	Centro de Educação dos Trabalhadores Rurais
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEPE	Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão
DRT	Delegação Regional do Trabalho
EIC	Escola de Informática e Cidadania
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Nacional e do Estado de Pernambuco)
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB	Fundação Banco do Brasil
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FIAN	Food First - Information & Action Network
FINEP	Financiadora de Estudos e Projectos
FPM	Fundo de Participação dos Municípios

FKA	Fundação Konrad Adenauer
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEQ	Plano Estadual de Qualificação Profissional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRORURAL	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PUAMA (Rosa que Nasce nas Pedras)	Associação dos Jovens da Zona Urbana e Rural, Filhos e Filhas dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Projecto Catende Harmonia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem na Agricultura
SEPLANDES	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco
SINDAÇUCAR	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Alcool
SOS Corpo	Instituto Feminista para a Democracia
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNEFAB	União Nacional das Escolas de Famílias Agrícolas do Brasil
ZPA	Zona de Produção Agrícola

Glossário

“Aceder ao PRONAF”	Nos últimos anos, já durante a vigência do primeiro Governo do Presidente Lula da Silva, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que permite o acesso a várias linhas de crédito bonificado aos agricultores familiares. O Projecto Catende Harmonia fomentou a candidatura dos trabalhadores a créditos para custeio e investimento no âmbito do Programa Cana de Morador. Este processo implica o recenseamento dos trabalhadores e a elaboração de candidaturas através do preenchimento de formulários técnicos que, por vezes, são acompanhados de pequenos projectos descritivos da utilização prevista para o crédito. Após a aprovação das candidaturas, o dinheiro é distribuído aos trabalhadores através do Banco do Brasil.
Administração da Usina	A designação comumente aplica-se ao grupo de pessoas que inclui o Síndico da massa falida, os assessores técnicos, o advogado dos trabalhadores demitidos em 1993 e os responsáveis pela área financeira da Usina Catende. Neste sentido, os trabalhadores não se incluem na administração que lhes aparece enquanto corpo relativamente autónomo no empreendimento autogestionário em que participam.
Agrofloresta	Projecto que visa promover a defesa, preservação e recuperação da Mata Atlântica nas terras do projecto Catende Harmonia através da mobilização e participação social em actividades de educação ambiental, reflorestamento de áreas de preservação permanente e áreas degradadas, procurando melhorar as condições de vida dos moradores e da população em geral.
“Apontamento da Usina”	Trabalho realizado durante o período de entressafra pelos operários da indústria e alguns serviços externos e que consiste na desmontagem total da maquinaria, a sua limpeza, reparação ou substituição e a recolocação da fábrica em condições de moer.
Associação de Moradores	Organização representativa dos moradores de um engenho, é eleita pelos próprios moradores e normalmente representada pelo/a seu/sua presidente é o principal elo de ligação entre a Usina Catende e as comunidades rurais e tem participação no Comité Gestor do Projecto Catende Harmonia. Algumas das Associações de Moradores desenvolvem projectos no âmbito das suas comunidades com o apoio do Projecto Catende Harmonia ou de algum dos seus parceiros e, mais raramente, de modo autónomo.
Barracão	Nos engenhos existia um armazém, normalmente explorado por alguém da confiança do “senhor de engenho” quando não mesmo da propriedade deste, onde os trabalhadores rurais se abasteciam dos produtos necessários à sua subsistência. Comumente, o salário dos trabalhadores era-lhes distribuído pelo responsável pelo barracão e nele eram automaticamente abatidos os valores em débito de datas anteriores (“descontar em folha”). Em tempos mais longínquos, os trabalhadores recebiam um vale (e não um salário) que trocavam por bens nestes estabelecimentos. Estas práticas desapareceram, mas as construções em que funcionaram os barracões ainda permanecem nos engenhos.
Biofábrica	Proposta pela FINEP, entidade do Governo Federal, prevê a implementação na Usina Catende de uma unidade de pesquisa e manipulação genética que permita, num primeiro momento, aprimorar a semente de cana-de-açúcar a empregar no plantio da área específica do Projecto Catende Harmonia e, posteriormente, realizar um trabalho semelhante a propósito de outras culturas

que permita desenvolver processos de diversificação agrícola.

Cana de Morador	Programa encetado pelo Projecto Catende/Harmonia a partir de 1998 e que consta da distribuição aos trabalhadores/moradores dos engenhos de parcelas de terra para cultivo de cana-de-açúcar, ficando os trabalhadores com o compromisso de vender à Usina Catende a produção resultante. Este programa integra-se nas medidas de incentivo à agricultura familiar, uma vez que o seu pressuposto é de que é a unidade familiar que desenvolve autonomamente as tarefas agrícolas, assume os custos de produção e usufrui dos proventos resultantes. A Usina presta apoio técnico, quer no acompanhamento dos tratos culturais, quer nos procedimentos que permitem o acesso aos programas estatais de crédito para apoio à produção agrícola familiar.
Cartilha	Brochuras construídas pela equipa de educação e editados pela UFPB no âmbito de um projecto financiado pela ONG <i>Manos Unidas</i> com os títulos “ <i>Por uma cultura de autogestão</i> ” e “ <i>Técnicas e custos do plantio da cana</i> ”. Constituem instrumentos pedagógicos (didácticos?) que integram informação sobre o projecto Catende Harmonia e sobre a produção canavieira e, essencialmente, um conjunto de questões e de exercícios para dinamizar sessões de formação/debate com os trabalhadores. A designação é comumente empregue para identificar conjuntos de materiais de formação sistematizados
Cestas básicas	Nos períodos de grande crise económico-financeira, particularmente entre 1995 e 1996, o projecto Catende Harmonia teve de recorrer à aquisição de alimentos básicos que distribuiu numa lógica emergencial pelos trabalhadores. Nos períodos de atraso prolongado de pagamento dos salários, a aquisição e a distribuição de cestas básicas pelos trabalhadores continua a ocorrer.
Chalé do Alto	Antiga Casa Grande, hoje transformada em Centro de Formação do Projecto Catende Harmonia e espaço de reunião do Comité Gestor do Projecto Catende Harmonia e das Associações de Moradores. Casa de traça colonial sobranceira à cidade de Catende
Chalés da Usina	O património da Usina Catende integra um conjunto de casas de traça colonial que são hoje utilizadas ao serviço do Projecto Catende Harmonia e que eram as casas dos “senhores de engenho”. A maior e mais preservada dessas casas, principal casa dos usineiros, situada lateralmente à fábrica, serve de habitação e refeitório aos técnicos que estão deslocados em Catende durante a semana de trabalho.
CPI em Catende	Comissão Parlamentar de Inquérito ordenada pelo Governo Estadual de Pernambuco à Usina Catende em 1999. Esta Comissão foi a Catende realizar uma auditoria sobre o possível mau uso de fundos públicos transferidos pelo anterior governo do estado que tinha sido presidido por Miguel Arraes, defensor desde a primeira hora do processo vivido em Catende. A CPI não identificou qualquer irregularidade na Usina Catende e o seu encerramento foi pedido pelos mesmos que a solicitaram
“Colectivo”	Figura invocada para designar o conjunto de integrantes do Projecto Catende Harmonia. Normalmente, na prática, refere-se essencialmente ao grupo de pessoas constituído por representantes das Associações de Moradores, Administração da Usina, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Técnicos, Assessores, Equipa de Educação...que se reúne periodicamente para tomar conhecimento, debater e decidir em torno de questões conjunturais e estratégicas do projecto. É essencialmente uma figura de “geometria variável” mas de forte ressonância simbólica no projecto Catende Harmonia.

Comissão de Fábrica	Representantes dos operários da fábrica. A sua participação e relação no/com o Projecto Catende Harmonia foi severamente comprometida na sequência da greve de Dezembro de 2003, de que os operários foram protagonistas. A sua conotação com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool, opositor por várias vezes ao processo vivenciado em Catende, é também uma forte razão para o ostracismo e apagamento a que na prática a Comissão de Fábrica foi votada na vida do Projecto Catende Harmonia.
Comité Gestor	Comissão permanente, mas de composição flutuante, que pode integrar representantes das Associações de Moradores, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, dos operários, dos funcionários administrativos, da Administração da Massa Falida que reúne semanalmente para tomar conhecimento, debater e decidir assuntos estratégicos ou conjunturais do Projecto Catende Harmonia. A sua origem encontra-se no processo de venda de açúcar à CONAB em 2004, quando foi decidido constituir uma comissão que deveria estudar a prioridade dos investimentos a realizar com o dinheiro proveniente dessa venda. Esta comissão inicial alargou-se na sua composição e a periodicidade do seu encontro tornou-se semanal.
Companhia Agrícola Harmonia	Entidade criada em 1998 com a intenção de se constituir em herdeira do património da usina Catende após o encerramento do processo judicial de falência e ainda com o intuito de criar uma organização com um estatuto jurídico que permitisse ultrapassar as limitações da massa falida na relação com entidades externas. Manteve um estatuto legal relativamente ambíguo e não entrou no léxico comum dos trabalhadores para se referirem à Usina Catende.
CONAB (venda de açúcar)	A Companhia Nacional de Abastecimento gere um Programa de Aquisição de Alimentos provenientes de agricultura familiar para o Governo Federal. Os alimentos assim adquiridos são utilizados no âmbito de políticas públicas de combate à fome, de que o exemplo mais reconhecido é o Programa Fome Zero. O Projecto Catende Harmonia, através dos seus trabalhadores, organizados pelas associações de moradores, montou uma operação de venda de açúcar à CONAB como se de um produto de agricultura familiar se tratasse o que lhe permitiu em dois anos consecutivos um aporte de recursos suficiente para atravessar a entressafra.
Consórcio de Jovens Trabalhadores Rurais	Projecto candidatado em parceria com a FASE ao Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e designado “ <i>Juventude com Harmonia</i> ” com o intuito de estimular o espírito empreendedor dos jovens e promover o protagonismo juvenil através de acções de qualificação (formação), visando igualmente a promoção de um desenvolvimento local sustentável.
Cooperativa Harmonia de Produção Agroindustrial dos Agricultores e Agricultoras Familiares	Entidade criada em finais de 2004 e que de acordo com os seus estatutos visa “a integração social e produtiva dos cooperados; a associação cooperada de bens e serviços para o exercício de sua atividade econômica, no interesse comum e sem finalidade lucrativa, compreendendo a execução de atos cooperativos, direcionados, entre outros, à realização e oferta coletiva da sua produção familiar e dos seus serviços; celebração coletiva de operações comerciais e contratos; cobrança e recebimento do preço contratado para os seus produtos e serviços; registro, controle e distribuição dos resultados, sob a forma de produção ou de valor referencial, bem como a apuração e a atribuição aos cooperados das despesas da sociedade”
Credores da Usina	O conjunto de trabalhadores demitidos pelos usineiros sem verem respeitados os seus direitos trabalhistas (salários e indemnizações) e que aguardam o final do processo judicial de falência para receber. O maior grupo de credores

reconhecido é constituído pelos 2300 demitidos de 1993 – por isso algumas vezes faz-se coincidir a designação de credores com a de demitidos – mas o seu número total ascende a cerca de 3000 pessoas.

Cursos da Massa	Expressão utilizada para designar os cursos e respectivos estágios de cariz profissionalizante desenvolvidos com jovens pelo Projecto Catende Harmonia e realmente intitulados “ <i>Curso de Técnicas de Gerenciamento em Produção Agrícola</i> ” e “ <i>Curso de Técnicas de Produção na Agroindústria Canavieira</i> ”
Cursos da Fundação Banco do Brasil	Conjunto de acções de capacitação/formação em torno da autogestão e economia solidária realizados com cerca de 400 trabalhadores/moradores do Projecto Catende Harmonia no ano de 2005, financiados pela Fundação Banco do Brasil. A produção numa perspectiva de economia solidária e autogestionária foi eleita como eixo central do trabalho educativo destes cursos, a partir do qual se definiram como possíveis temáticas as questões do crédito e da produção canavieira.
Escola de Informática e Cidadania	Projecto de instalação de uma sala de computadores no agrupamento escolar Herculano Bandeira e de formação de monitores de informática, articulado pela associação de jovens PUAMA junto do Centro Cultural Brasil/Alemanha que financiou a aquisição do equipamento e a formação dos jovens como monitores. Esta Escola pretende prestar serviços – cursos de informática – à comunidade da cidade de Catende e dos engenhos da Usina Catende, bem como aos alunos do próprio grupo escolar. Este projecto inscreve-se no que o Projecto Catende Harmonia considera ser a promoção do protagonismo juvenil e aparece igualmente designado em outros momentos como Núcleo de Inclusão Digital.
Empresa de trabalhadores	Expressão encontrada para traduzir a ideia de empresa autogestionária nas conversas, reuniões e debates com os/as trabalhadores/as enquanto rumo desejado/visado do Projecto Catende Harmonia.
Engenho	Comunidades rurais constituídas pelos <i>arruados</i> , isto é, o conjunto das habitações dos moradores dos engenhos e uma área agrícola envolvente, normalmente de grande dimensão para o cultivo de cana-de-açúcar. Em outras regiões corresponde ao termo de fazenda. O termo mantém uma ressonância colonial já que nesse contexto o engenho correspondia também ao local de transformação da cana-de-açúcar.
“Entrar no FAT”	O Fundo de Amparo ao Trabalhador envolve a suspensão temporária do vínculo laboral e do exercício de actividade profissional (por 5 meses) – com incidência no período de entressafra – em troca da frequência de acções de formação desenvolvidas pela Usina, Sindicatos ou outras entidades para os trabalhadores que reúnam as condições de o fazer, assegurando os trabalhadores uma bolsa de qualificação profissional (paga pelo FAT) cujo diferencial face aos salários que esses trabalhadores receberiam normalmente é assegurado pela Usina. Este é um instrumento mobilizado pela Usina para a redução dos seus encargos no período em que menos força de trabalho é necessária.
Entressafra	Período compreendido normalmente entre Março e Setembro de cada ano em que a moagem (transformação) da cana-de-açúcar é interrompida atendendo ao ciclo vegetativo da cana-de-açúcar, se procede ao apontamento da fábrica – isto é, à sua desmontagem, reparação e remontagem – e a tratos culturais no campo.
Equipa da Harmonia	Nome genérico atribuído ao conjunto de técnicos/as que têm uma intervenção na planificação, organização, gestão, animação e avaliação em diversos

(ou equipa de educação)	projectos de sua iniciativa ou em parceria com entidades externas e com uma intencionalidade e/ou finalidade educativa.
Grupo Escolar Herculano Bandeira	Escola <i>montessori</i> que pertence à Usina e é por si financiada. Fica situada no coração da cidade de Catende e os seus alunos/as são essencialmente os filhos/as dos operários da fábrica e ainda algumas crianças provenientes dos engenhos próximos à cidade, filhos/as de trabalhadores rurais da Usina Catende. O grupo escolar tem cerca de 400 alunos e integra crianças até aos 14 anos. Até ao início dos anos 90 esta escola coordenava uma rede de escolas (entre 15 a 20) dos engenhos da Usina Catende.
Hierarquia do campo	Na coordenação da produção da cana os engenhos estão agrupados Zonas de Produção Agrícola – ZPAs. Essas zonas são, <i>grosso modo</i> , correspondentes às antigas capitanias coloniais, para as quais o senhor de engenho nomeava um <i>capitão</i> . Este, por sua vez, tinha ao serviço um <i>administrador</i> por engenho que comandava um conjunto de funcionários chamados <i>cabos</i> , que ordenavam o trabalho dos <i>trabalhadores</i> agrícolas. Os administradores e cabos permanecem no Projecto Catende Harmonia ainda que com funções diferenciadas das que lhes eram acometidas no tempo das capitanias. Os antigos capitães foram substituídos por <i>Supervisores</i> de ZPAs.
“Juiz da massa”	Designação comum para o juiz encarregue do processo de falência da Usina Catende.
Lavoura branca	Produtos agrícolas produzidos numa lógica de subsistência familiar (segurança alimentar) pelos trabalhadores/as em pequenas áreas de roçado, normalmente junto dos núcleos habitacionais rurais. Esta prática era praticamente proibida no período anterior à falência da Usina Catende e ao início do processo autogestionário dado que ou as terras estavam integralmente ocupadas com cana-de-açúcar ou as culturas eram sujeitas a uma destruição sistemática a mando dos usineiros.
Liderança(s) comunitária(s)	Expressão utilizada para designar a pessoa ou conjunto de pessoas reconhecidas pelo Projecto Catende Harmonia como tendo uma influência marcante nas suas comunidades rurais (engenhos) e, ao mesmo tempo, identificada com os princípios e valores do projecto. Por vezes coincidem com os/as presidentes das associações de moradores. Destas pessoas é esperado um papel mobilizador nas comunidades, que se constituam em elos de comunicação entre o projecto e os moradores/trabalhadores ou que ocupem papéis interventivos em iniciativas propostas ou desenvolvidas pelo projecto.
Mata Atlântica	Todo o território abrangido pelas terras da Usina Catende foi em tempos idos floresta com características muito próprias designada Mata Atlântica, progressivamente foi devastada para fazer avançar o cultivo da cana-de-açúcar. Hoje restam pequenas áreas protegidas legalmente, normalmente em locais onde, pelas características do relevo, o cultivo de cana-de-açúcar não seria possível ou rentável.
Massa Falida	Estatuto jurídico da Usina Catende na sequência do pedido de falência requerido pelos trabalhadores e aceite por um juiz da vara de falências de Recife. Este estatuto tem importantes consequências na preservação do património da Usina para futuro pagamento das dívidas trabalhistas acumuladas pelos Usineiros e permitiu a recuperação do património considerado alienado fraudulentamente pelos Usineiros até cinco anos antes do pedido de falência. Por outro lado, este estatuto impõe evidentes limitações na relação com entidades públicas ou privadas, como por exemplo Bancos ou

	entidades do governo estadual ou federal
Morador(es)	Designa os trabalhadores rurais e respectivas famílias que habitam em qualquer um dos 48 engenhos da Usina Catende.
Policlínica Gouveia de Barros	Edifício que albergou um hospital dedicado ao atendimento dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina Catende nos tempos do seu apogeu económico. O edifício retomou em parte a sua funcionalidade original com o trabalho que nele desenvolve a Comissão de Mulheres da Policlínica no âmbito da saúde sexual e reprodutiva da mulher.
Programa Cana de Morador	Iniciativa que desde 1998 confere aos moradores/trabalhadores rurais da Usina Catende o direito a plantar cana-de-açúcar em terras cedidas para o efeito pela administração da massa falida e que, tornando-os fornecedores de cana para a usina, é uma forma complementar ao assalariamento de geração de renda individual e, igualmente, de comprometimento com o projecto colectivo de manutenção do funcionamento da Usina.
Projecto de Piscicultura	Esta iniciativa animada essencialmente pelo Centro Josué de Castro, do Recife, integra-se no esforço de diversificação produtiva e começou por ter uma preocupação central com a questão da segurança alimentar das populações dos engenhos. Nesse sentido desenvolveu-se num conjunto de engenhos a experiência de construção de barreiros (pequenas represas ou lagoas) para reprodução e criação de peixe. Num segundo momento previa-se (prevê-se) a possibilidade de criação de peixe em escala económica o que implica a sua distribuição e/ou comercialização. Este projecto tem integrado uma dimensão de capacitação/formação dos moradores dos engenhos onde decorre.
Projecto Catende Harmonia	Designação genérica atribuída aos processos experienciados na Usina Catende desde o pedido de falência articulado pelos trabalhadores junto das instâncias judiciais em 1995 e que dá origem à instituição de um processo de co-gestão envolvendo os trabalhadores e a administração judicial da massa falida.
Projecto de produção de sementes de milho	Iniciativa que teve como proponente a associação de jovens PUAMA, mas sem uma existência independente do Projecto Catende Harmonia, envolveu vários parceiros de entre os quais se destaca o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com a colaboração de técnicos e pedagogos da EMBRAPA, 4 grupos de jovens de diferentes engenhos experimentaram o processo de cultivo, transformação e comercialização de sementes de milho a partir de uma organização de unidades colectivas e solidárias de trabalho, integrando-se assim numa experiência de diversificação produtiva agrícola.
PUAMA (Rosa que Cresce nas Pedras)	Associação constituída por jovens dos engenhos e da cidade de Catende, integrando essencialmente rapazes e moças que frequentaram os cursos e estágios realizados pelo Projecto Catende Harmonia. Tem como finalidade dinamizar projectos geradores de renda e emprego voltados para os jovens filhos/as de trabalhadores/moradores do projecto.
Safra	Período compreendido normalmente entre Setembro e Março de cada ano em que se procede ao corte da cana-de-açúcar e à sua transformação em açúcar e/ou álcool nas usinas (fábricas).
Sala da Harmonia	Espaço atribuído à Companhia Agrícola Harmonia nas instalações da Usina Catende. Por extensão passou a designar as pessoas que aí trabalham, nomeadamente os técnicos ligados especificamente à intervenção educativa e à administração do processo de acesso dos trabalhadores ao crédito

Síndico da massa falida	Administrador nomeado pela justiça, com o acordo dos credores da massa falida, com a incumbência da preservação e gestão do património e actividade da Usina Catende até à conclusão do processo judicial de falência.
Situação contratual face à Usina Catende	Os trabalhadores rurais podem encontrar-se em várias situações contratuais face à Usina: de modo genérico há os <i>fichados</i> que são os que possuem um contrato sem termo com a Usina e os <i>safristas</i> que constituem o grupo de trabalhadores contratado sazonalmente em face do aumento de volume de trabalho durante o período da safra (no campo e na indústria).
Usina Catende	Designação genérica do complexo agro-industrial que envolve 26 mil hectares de terras e a fábrica de transformação da cana-de-açúcar situada na cidade de Catende. O termo usina é simultaneamente usado para designar a parte (a fábrica) e o todo (o conjunto fábrica + terras). A designação jurídica oficial da Usina Catende antes da falência era Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro.
Usineiros	Designação utilizada para os antigos proprietários da Usina Catende e mais genericamente para todos os que são “donos/patrões de usinas”.
Venda antecipada	Prática comum durante praticamente os primeiros dez anos do projecto Catende Harmonia, consiste na venda de parte da futura produção ainda durante o período da entressafra a “atravessadores” (intermediários especuladores) do mercado do açúcar a preços normalmente baixos. Esta prática permitia alguma capitalização da Usina para atravessar o período da entressafra mas, inevitavelmente, colocava-a na situação de ter de entregar em tempo de safra parte da sua produção a um preço muito abaixo do então vigente no mercado. Esta prática foi tão mais danosa quanto o açúcar teve quebras sucessivas de preço de safra para safra o que obrigou o projecto a entregar cada vez mais açúcar para pagar aos atravessadores a quem tinha vendido antecipadamente.
ZPA	Zonas de Produção Agrícola correspondem a unidades territoriais que dividem a área total de terra da Usina Catende e de acordo com as quais as tarefas do cultivo e corte da cana-de-açúcar são realizadas. Os engenhos da Usina Catende são identificados não só pelo seu nome próprio mas igualmente pela sua pertença a uma das 6 ZPA existentes.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”

Luís Vaz de Camões

Mas na Usina é que vi
aquela boca maior
que existe por detrás
das bocas que ela plantou;
que come o canavial
que contra as terras soltou;
que come o canavial
e tudo o que ele devorou
que come o canavial
e as casas que ele assaltou;
que come o canavial
e as caldeiras que sufocou.

Só na Usina é que vi
aquela boca maior,
a boca que devora
bocas que devorar mandou.

Na vila da Usina
é que fui descobrir a gente
que as canas expulsaram
das ribanceiras e vazantes
e que essa gente mesma
na boca da usina são os dentes
que mastigam a cana
que a mastigou enquanto gente;
que mastigam a cana
que mastigou anteriormente
as moendas dos engenhos
que mastigavam antes outra gente;
que nessa gente mesma,
nos dentes fracos que ela arrenda,
as moendas estrangeiras
sua força melhor assentam.

Por esta grande Usina
olhando com cuidado eu vou,
que esta foi a usina
que toda esta Mata dominou.
Numa usina se aprende
como a carne mastiga o osso,
se aprende como mãos
amassam a pedra, o caroço;
numa usina se assiste
à vitória, de dor maior,
do brando sobre o duro,
do grão amassando a mó;
numa usina se assiste
à vitória maior e pior,
que é a de pedra dura
furada pelo suor.

“Encontro com a Usina” (excerto), in O Rio.

João Cabral de Melo Neto

Índice

Introdução geral	5
<i>Do auto-questionamento à identificação de dimensões mobilizadoras para a pesquisa</i>	5
<i>Finalidades, objectos e teses do trabalho de pesquisa</i>	14
<i>A estrutura do trabalho</i>	28
I SECÇÃO – O PANO DE FUNDO DA PESQUISA	33
<i>As teorias e as práticas do desenvolvimento</i>	35
<i>As origens da noção de desenvolvimento</i>	40
<i>A Teoria do Crescimento Económico e a Teoria da Modernização</i>	45
<i>A Teoria da Dependência</i>	65
<i>A viragem neo-liberal: a recuperação da Teoria da Modernização e a Teoria da Escolha Pública</i>	79
<i>As teorias de um desenvolvimento alternativo</i>	84
<i>A emergência do local e da problemática do desenvolvimento local</i>	138
<i>O desenvolvimento comunitário</i>	163
<i>A relação educação-desenvolvimento</i>	187
<i>Desenvolvimento Local e Educação</i>	191
II SECÇÃO – INTERROGAÇÕES E PROBLEMATIZAÇÕES CONCEPTUAIS	225
<i>Elucidação e problematização de referentes teóricos da pesquisa enquadreadores da análise</i>	227
III SECÇÃO – FUNDAÇÕES METODOLÓGICAS	253
<i>As opções metodológicas da pesquisa</i>	255
<i>O estatuto do conhecimento em/sobre o desenvolvimento comunitário e local e cientificidade educativa</i>	257
<i>O processo discursivo de análise adoptado – a dialéctica</i>	267

<i>Do "estranhamento ao entranhamento": a negociação do acesso ao terreno e os usos sociais do pesquisador</i>	277
<i>As opções "técnicas" de recolha de dados (as notas de terreno, as entrevistas e a análise documental)</i>	303
As notas de terreno	304
As entrevistas	320
A pesquisa documental	327
IV SECÇÃO – ILUSTRAÇÕES E RE-INTERROGAÇÕES	333
<i>O contexto da pesquisa: algumas referências sócio-históricas e a sua dimensão sócio-política</i>	335
<i>A Usina Catende: uma breve sócio-história entre a ascensão, a queda e a ressurgência</i>	357
<i>As raízes da mobilização social em Catende: os movimentos sociais no campo pernambucano e o trabalho da Igreja Católica progressista</i>	371
As raízes da luta entre a história social e a história pessoal: a produção social de militantes da intervenção política e sócio-educativa	384
Educação, política e sindicalismo e conscientização dos trabalhadores	397
<i>O colapso da Usina Catende e a busca de alternativas: a luta sindical e dos trabalhadores</i>	409
A luta que começa ou o momento de «turbulência identitária» e os fraccionamentos internos de um novo «sujeito histórico»	415
<i>A entrada dos trabalhadores para a administração da massa falida da Usina Catende e os desafios a enfrentar</i>	445
<i>A educação no processo de transição autogestionária em Catende: abordagem sintagmática e paradigmática</i>	467
A formação de massas	471
A formação profissional de cariz político	516
A formação de quadros num contexto da diversificação organizacional	551
<i>Considerações finais</i>	565
<i>Bibliografia Referida</i>	597

Bibliografia Consultada _____ **609**

Listagem de Anexos _____ **629**

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 – Principais características do desenvolvimento endógeno	104
Quadro 2 – Caracterização da abordagem da self-reliance	108
Quadro 3 – Processos e resultados do Empoderamento	117
Quadro 4 – Componentes do conceito de desenvolvimento comunitário (ONU, 1954)	166
Quadro 5 – Concepções de desenvolvimento comunitário	180
Quadro 6 – Ideais-tipo de animação	209
Quadro 7 – O grau de urbanização no município de Catende	347
Quadro 8 – A evolução da população no município de Catende	348
Quadro 9 – A evolução da população na cidade de Catende	348
Quadro 10 – Estrutura fundiária no município de Catende: Estabelecimentos agrícolas x Tipo de propriedade e Área agrícola ocupada x Tipo de propriedade	350
Quadro 11 – Estrutura fundiária no município de Catende: quantidade, área e percentagem de imóveis rurais em 1991 e 1998	350
Quadro 12 – N° Imóveis Rurais x Área agrícola ocupada	351
Quadro 13 – Indicadores de produção da Usina Catende	366
Gráfico 1 – Rendimento médio de cana-de-açúcar por hectare no Brasil e no município de Catende, 1990 e 1999	368
Figura 1 - A produção educativa dos militantes e activistas em Catende	388
Quadro 14 – Gramática do Desenvolvimento Local vs Gramática da Educação Escolar	583

Introdução geral

Do auto-questionamento à identificação de dimensões mobilizadoras para a pesquisa

O envolvimento no trabalho que aqui se apresenta é o prolongamento natural de um percurso pessoal e profissional que temos vindo a fazer no campo da educação de adultos e do desenvolvimento local durante os últimos 12 anos, em várias instituições e espaços de intervenção social. É por aí que gostaríamos de começar, mostrando como o percurso seguido neste trabalho está eivado, em primeiro lugar, pela nossa implicação psico-afectiva e profissional¹, e, depois, pela tensão entre o primado da teoria que envolve a razão científica e a contingência do real, entre o desejado e o possível, entre o projectado e o realizado² mesmo se a depuração formal da escrita de trabalhos de investigação não é, geralmente, muito sensível a este tipo de “desvio”. Neste sentido, não é por acaso que partilhamos com Ardoino (2000:214) a ideia de que se até há bem pouco tempo “*os aléas³, as peripécias, os avatares da investigação eram relegados para o estatuto de caixa negra, que pouco importava ter em consideração*”, hoje devem constituir-se em materiais com direito de pertença ao produto final, na medida em que permitem firmar-se, para o autor, num dispositivo com o qual e através do qual o pesquisador pode “*trabalhar explicitamente a relação*

¹ Como muito bem o diz Alberto de Melo (2002:437), “*a vida consiste em uma combinação de acaso e opção, resultando as escolhas de um emaranhado de ideias e emoções*”.

² Em certa medida, a relação estabelecida com o “*objecto*” e as decisões sobre um percurso de investigação revelaram-se inseparáveis e concomitantes. Nesse sentido, o objecto não deixou de ser um sujeito deste processo e o percurso não se limitou a ser escolhido, ajudou-nos a escolhê-lo. De acordo com Isabelle Stengers (1991:175 e sgs.), este processo obedece ao estabelecimento de uma relação “*empática*” com o objecto caracterizada pela “*possibilidade que não seja o investigador, mas o material que “pose problème”, que tenha uma história a contar, que é necessário aprender a decifrar*”. Nesta perspectiva, a “*descoberta*” confunde-se com “*a aprendizagem com*” e o questionamento hipotético passa pela “*dissolução do eu consciente, por uma abertura que “deixa vir a nós” o material, mas que significa, do mesmo modo, o abandono do conjunto de procedimentos intelectuais explícitos que permitem aos epistemólogos construir modelos de racionalidade*” (Stengers, 1991).

³ Salvo referência explícita em contrário, as palavras e frases que aparecem a sublinhado ao longo do trabalho correspondem a palavras ou frases que se encontram em itálico no original. Esta opção prende-se com o facto de termos usado como regra no corpo do trabalho a apresentação em itálico de todas as citações que fazemos, todos os termos apresentados entre aspas e alguns conceitos que queremos destacar na economia do discurso.

complexa implicação-distanciação que o liga ao seu objecto” (idem: 214-215), numa atitude “eticamente fundamental a todo espírito científico” (idem:214)⁴.

Esse percurso tem-se traduzido na militância⁵ em movimentos protagonistas de dinâmicas de animação sócio-comunitária que se afirmam como promotoras de desenvolvimento local e comunitário⁶ (das iniciativas em que milito poderão constituir exemplos particulares a defesa das pequenas escolas em meio rural, a educação de infância itinerante ou a defesa de um associativismo cidadão contra a mercadorização do laço social e a instituição de uma sociedade de serviços...)⁷ que é, simultaneamente, uma militância contra as tendências políticas de desqualificação das comunidades e dos territórios “*periféricos*” – designadamente o rural e o interior – que

⁴ Silva & Pinto (1986:132) acrescentam ainda que as “‘*histórias de pesquisa*’ são inegavelmente importantes, sobretudo na medida em que constituam matéria-prima para uma usualmente não elaborada reflexão, tanto epistemológica e metodológica como especificamente sociológica, sobre os processos de pesquisa enquanto processos sociais”. Certamente que as considerações que aqui tecemos não têm este alcance, ainda assim, preocupamo-nos em realçar através delas as circunstâncias envolvidas na construção da investigação, procurando mostrar como as decisões que se tomaram no seu interior não derivaram estritamente de uma postura de conformidade face a uma utilização canónica do método científico e dos seus procedimentos mas que nos fomos também envolvendo numa “*prática que não procede a partir de um julgamento geral decompondo um objecto de maneira normativa, definindo a priori aquilo de que deve ser capaz, a que tipo de questão deve responder, mas antes se dirige a uma realidade intrinsecamente dotada de significação, tratando-se de a decifrar e não de a reduzir ao estatuto de ilustração particular de verdade geral*” (Stengers, 1991:181).

⁵ Esta militância é indissociavelmente política e educativa identificando-nos perfeitamente com o modo como Melo (2002:438) se refere a esta imbricação: “*o tipo de trabalho político que encoraja continuamente os cidadãos a se tornarem mais autónomos, mais informados, mais poderosos em todos os sectores da vida pessoal e social deve denominar-se Educação (crítica) ”*, entendendo-se por esta última uma “*educação [que] já não pretende fornecer respostas predefinidas, mas antes o oposto: significa estar atento aos problemas que as pessoas enfrentam e depois procurar e produzir os necessários conhecimentos, comportamentos e capacidades que poderão contribuir para a elaboração e implementação das respostas mais apropriadas e eficientes*” (idem: 438-439)

⁶ Ao longo deste trabalho vamos referir-nos de forma relativamente indistinta a desenvolvimento local, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento local comunitário ou desenvolvimento comunitário local para denotar um mesmo conceito, mesmo sabendo do esforço de alguns autores para estabelecerem fronteiras e critérios de distinção entre estas diferentes formas de declinação do desenvolvimento, como são por exemplo os casos de Amaro (2003) ou ainda Fragoso (2005). Assumimos que a matriz de todos estas declinações é o desenvolvimento local e, por outro lado, não estamos propriamente interessados em embarcar numa exploração essencialista que envolva a dissecação exaustiva das subtilezas destas distinções entre autores e tradições teóricas, na medida em que entendemos que o resultado a que chegaríamos não teria uma particular relevância para o trabalho de problematização e análise que levamos a cabo.

⁷ Conferir a este respeito, por exemplo, o significativo texto de Canário (2000a), onde são confrontados e discutidos os argumentos política e cientificamente mobilizados no debate acerca do encerramento das pequenas escolas de 1º ciclo em meio rural. Em contraponto, leia-se por exemplo a reflexão constante de Azevedo, (1994). Para uma discussão de distintas formas de associativismo que coexistem hoje na sociedade portuguesa e do seu sentido político face à promoção da cidadania é pertinente destacar a análise presente em Matos (2004).

equacionam o seu desenvolvimento estritamente a partir de juízos de valor técnico-funcionais, de carácter *economicista*, *gestionário* e pendor *managerialista*, e que portanto concluem da sua “*irracionalidade*” no actual contexto societário e equacionam simplesmente o seu futuro entre a conversão a um modelo de desenvolvimento ocidentocêntrico, economicocêntrico ou urbanocêntrico ou... o abandono à sua sorte. É também uma militância contra certos discursos que qualificaríamos de “*puristas*” (em boa verdade, são também “*higienistas*”, na medida em todo o seu argumentário é também um receituário contra as contaminações exteriores à pureza original do local a que se referem), apenas aparentemente valorizadores das especificidades e potencialidades destes locais e comunidades periféricos, na medida em que redundam numa concepção *imobilista* e *conservadora* deste local e destas comunidades, tendências bastas vezes camufladas sob um discurso que apela à preservação da autenticidade destas comunidades e territórios como forma de resistência à hegemonia urbanocêntrica e modernizadora, condenando, paradoxalmente, estes territórios e as pessoas que os habitam ao imobilismo como condição do seu desenvolvimento (Correia & Caramelo, 2003).

Como facilmente se poderá perceber, esta militância inscreve-se num terreno verdadeiramente minado, em que traçar as linhas de fronteira entre opções conservadoras e desqualificantes e opções progressistas e qualificantes exige um esforço de lucidez política e teórica que ainda assim, por vezes, não é suficiente para evitar a cooptação pela ideologia dominante e conservadora o que, na ordem da produção, se pretendeu constituir como discurso e proposta de um “*desenvolvimento alternativo*” que apontam a um outro desejo de sociedade, e isto porque também vivemos num tempo em que face ao agravamento da “*crise dos macro-dispositivos de integração social e dos macro-instrumentos cognitivos usados para reconhecer, gerir e desconhecer as dinâmicas sociais*” (Correia & Caramelo, 2001; 2003; Caramelo & Correia, 2004), a pretensa revalorização do local/comunitário como dispositivo de gestão da questão social se tornou particularmente significativa do ponto de vista da sua cooptação e instrumentalização política.

Mas, como muito dialecticamente sugere Heidegger, “*é no seio do perigo mais extremo que cresce o que salva*”, o que nos permite preservar o sentido para esta

militância e imaginar que ao nível das práticas sociais e da irredutível liberdade humana é possível encontrar o fio de Ariadne que, à luz da lucidez possível, não só nos permita co-definir e co-produzir um percurso política e eticamente fundado num ideal de sociedade mais justa e solidária, como nos permita mesmo transformar as opções societárias e as práticas sociais mais conservadoras e instituídas em possibilidades de emancipação social, colectivamente erigidas. Nesse sentido, a profunda ambivalência que hoje caracteriza o campo dos discursos, das práticas, das políticas acerca do desenvolvimento local e comunitário não deixa de ser, algo ironicamente, diga-se, o terreno mais fértil para o exercício exigente e instituinte de um pensamento e de uma praxis alternativos, mesmo se, como nos avisa René Char, poeta francês, “*a lucidez é a ferida mais próxima do sol*”.

A nossa militância no campo do desenvolvimento local fez-nos, contudo, compreender que a exigência de lucidez é comparável ao «*drama*» que o filósofo Sören Kirkegaard atribui à vida humana: esta só se compreende retrospectivamente, mas tem de ser vivida no presente com um sentido futurante⁸. Com efeito, nos dias que correm a lucidez ética, política e teórica é um desígnio cada vez mais complexo de aplicar à acção humana numa lógica prospectiva, não só por causa dos fenómenos de apropriação e transformação dos sentidos a que essa acção humana é sujeita - pela mediação das estruturas sociais, das relações de poder e pelas estruturas discursivas que instituem um regime de verdade sobre aquela acção que não é necessariamente homólogo do que esteve na sua origem, como por causa da propagandeada falência das grandes metanarrativas (no que alguns autores, como Francis Fukuyama, chamam simplesmente de «*o fim da história*») - e que ao ser incorporada como verdadeira e definitiva, tanta força da narrativa hegemónica do capitalismo que prevalece, nos deixa, primeiro, desorientados e, depois de reagir, com todo um novo mundo de possíveis a construir que tem tanto de desafiante como de atemorizador. De facto, Thomas Moore e a sua ilha Utopia, que ontologicamente todo o ser humano contém em si, nem sempre se revela na existência de cada um de nós e, muito menos, agimos em conformidade com essa condição ontológica, principalmente quando somos

⁸ A frase exacta publicada na obra *Philosophical Fragments* há 150 anos é: “*life can only be understood backwards. In the meantime, it has to be lived forwards*”.

“*submersos*” e condicionados todos os dias e pelas mais diversas vias a aceitar a inevitabilidade e a desejabilidade do que existe e do rumo que marcará o nosso futuro... Mais ainda, esta lucidez prospectiva não pode ser uma empresa individual ou simplesmente de uma vanguarda iluminada, mas tendencialmente terá de ser uma demanda construída democrática e colectivamente a partir de unidades bio-físicas concretas e de uma forma praxeológica (Finger, 1993), sob risco de incorrerem nos erros que algumas experiências históricas revelaram à sociedade, abrindo o flanco à sua erosão política e teórica. Ou seja, a lucidez prospectiva supõe esse difícil exercício de erigir um futuro alternativo num presente constrangedor.

Mas, apesar das palavras de Kirkegaard, a lucidez retrospectiva é igualmente complexa e não necessariamente transformante. Por um lado, seria suposto que a história, e a reflexão sobre esta, nos tivesse vindo a ensinar sobre os efeitos segregadores que um dado modo de organização da vida social provoca sobre a grande maioria da população mundial. Mas parece que este conhecimento não é, ou pelo menos não tem sido, condição da transformação global desses modos de organização social. Daí que os limites da lucidez retrospectiva tenham sido bem sintetizados por Karl Marx, no “*18 Brumário de Luís Bonaparte*”, quando sugere que a história se repete, primeiro como farsa e depois como tragédia, ou seja, que não é o conhecimento da história que a transforma necessariamente ou, se radicalizarmos este raciocínio, o conhecimento não é em si mesmo transformador e emancipatório. Ainda assim, é este o mesmo Marx que destaca as possibilidades desta lucidez retrospectiva, se articulada com uma lucidez prospectiva, quando afirma que o tempo de explicar a realidade, tarefa de que os filósofos que o antecederam se ocuparam, necessitaria urgentemente de ser substituído por um tempo de transformação desta mesma realidade. (Marx & Engels, 1982)⁹

Por outro lado, parece que a não ser que adoptemos uma grelha de leitura da acção humana profunda e estreitamente balizada ética e politicamente - sobre o que é e não é justo, o que é progressista e o que é conservador, o que é emancipatório e o que não é - e cognitivamente dicotómica (o que é, é, e não pode ser outra coisa) que

⁹ As datas das referências bibliográficas apresentadas remetem sempre para a edição consultada, constante da bibliografia, apesar de nem sempre (como é obviamente o caso) corresponderem à data da sua primeira publicação.

tenderá a visibilizar tanto como a ocultar e a dar significado ao que vemos retrospectivamente, estamos «condenados» a admitir uma quase incomensurável plurissignificação da acção humana e a complexidade, por vezes internamente contraditória, dos seus efeitos. Ora, adoptando uma ou outra postura, a lucidez retrospectiva permanece ainda assim uma capacidade limitada no seu potencial transformador, num caso por defeito, noutro caso por impossibilidade de lidar com o excesso de significação. E os contributos que nos aportará para pensar e realizar a mudança social incorrem no perigo de, num caso, serem dogmáticos e, noutro caso, erráticos.

Na nossa militância, a reflexão que temos produzido tem-se pautado essencialmente por uma tentativa, tensa e provavelmente nem sempre bem sucedida, de compatibilização destas duas posturas: a primeira, diríamos que verdadeiramente militante, supõe que não só sabemos por onde não queremos ir, como afirma um conjunto de alternativas cognitivas e praxeológicas, sustentadas por uma postura ética e política, que efectivamente permitam pensar e agir (n)o domínio do desenvolvimento local; a segunda, incorpora os requisitos da produção de um conhecimento científico reconhecido como válido pela comunidade de pares da universidade, é pautado pela busca de restituição dos sentidos da acção e dos actores envolvidos em dinâmicas de desenvolvimento local, mas também pela produção de um conhecimento socialmente pertinente e relevante e, como tal, ancorado numa ética do trabalho científico como trabalho com valor social. Mas não é seguro que esta seja a fórmula do militar lucidamente...

Este percurso conduziu-nos no final da década de 90 à frequência de um mestrado na área de Educação de Adultos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa onde aprofundámos o contacto com questionamentos diversos (pedagógicos, políticos, sociológicos, históricos, entre outros) à diversidade e complexidade interna do campo da educação de adultos (das suas teorias e das suas práticas) enquanto objecto das ciências da educação. De entre esta diversidade e complexidade, e em face da nossa identificação prévia com o domínio da animação comunitária, resultou particularmente significativo o reconhecimento, de que “os processos de desenvolvimento local participativo se

instituem como momentos de síntese dos diferentes pólos que definem a educação de adultos (animação, alfabetização, formação profissional), contribuindo para tornar mais visível a globalidade dinâmica dos processos de educação de adultos”¹⁰ (Canário, 1999:15). Desde então este reconhecimento informou o nosso olhar de pesquisa em educação, que se foi orientando para a análise dos processos de desenvolvimento, ditos locais e participativos, recorrentemente conduzidos por movimentos de pendor associativo, e para a identificação de processos educativos naqueles contextos, mas essencialmente para a compreensão das suas *características, funções e actores*, na convicção de que nestes se plasmavam essas duas características antes assinaladas: um carácter de síntese dos fenómenos educativos característicos da educação de adultos e a globalidade dinâmica desta. Razões teóricas de suporte a esta orientação encontram-se defendidas por Canário (1999:15) quando postula que a análise de processos de desenvolvimento local é particularmente pertinente para questionar o sentido e as fronteiras dominantes do educativo (e especificamente do educativo presente na educação de adultos); em primeiro lugar, já que aí se propõe transcender a forte, e muitas vezes estrita, conotação do educativo com o escolar ao sobrepor os dois processos como indissociáveis – o desenvolvimento e a educação – e, em segundo lugar, porque implica uma abordagem teórica transfronteiriça que convoca contributos de perspectivas e de problemáticas teóricas da educação de adultos desenvolvidas a propósito de cada um dos seus campos, mas que nos processos de desenvolvimento local se mestiçam/hibridam para melhor dar conta das formas que a educação aí assume e dos problemas que aí se lhe levantam.

Neste sentido, a abordagem educacional ao campo do desenvolvimento local é ainda significativa das especificidades das Ciências da Educação que, como Canário (2003:21-23) assinala, começam por advir: i) do *“facto de o campo disciplinar das ciências da educação não ser definido por um “território” de factos sociais, mas sim pelo modo de articular como “olha” e se posiciona face a esse “território”*” e, quase paradoxalmente, se concretizar na que reiteradas vezes é invocada como característica específica do olhar analítico das ciências da educação; ii) *a multireferencialidade*, isto é, o recurso a uma pluralidade de perspectivas e de linguagens distintas em prol da

¹⁰ Sublinhado nosso.

inteligibilidade de factos educativos complexos e que está bem para além da constatação de que as ciências da educação simplesmente têm um carácter plural. Se a estas especificidades das ciências da educação acrescentarmos, e não de somenos importância; iii) a *“impossibilidade de dissociar a investigação em educação das práticas que constituem o seu objecto”*, que traduz uma difícil autonomia entre produção de conhecimento e tomada de decisões e conduz, por vezes, a uma tentação normativa e a, próxima da anterior; iv) *“pretender produzir conhecimentos sobre um campo de práticas que é, ao mesmo tempo, um campo atravessado pelo debate filosófico e político”*, isto é, a que assiste uma racionalidade onde saberes, práticas e finalidades se questionam mutua e incessantemente; e, por fim; v) *ser o modo específico como as ciências da educação constroem os seus objectos de questionamento* mais do que a definição de um objecto ou método que lhes confere a sua identidade, reconheceremos que o campo do desenvolvimento local é particularmente desafiante ao questionamento educativo.

A uma vivência cívica e à experiência do mestrado em educação de adultos deve acrescentar-se entre as *“afinidades electivas”* que conduziram a este trabalho, a docência que desde 1997 vimos desenvolvendo no domínio da formação de profissionais do desenvolvimento humano e da educação de adultos no âmbito da Licenciatura em Ciências da Educação da FPCEUP que nos encaminhou para a exploração e problematização: i) *dos modos como a relação entre educação e desenvolvimento está presente nos discursos e nas práticas das políticas sociais e educativas*, nos quais genericamente se enfatiza a educação e a formação como factores que, partindo da qualificação individual, incrementam o desenvolvimento nacional e a competitividade económica internacional dos países e/ou em que a educação/formação surgem como instrumentos de enfrentamento, muitas vezes verdadeiras panaceias, para fenómenos crescentes como o desemprego ou a exclusão social¹¹. Esta exploração desembocou na constatação do crescente significado e impacto que assumem nestes discursos e práticas noções como as de local, território, comunidade, parcerias, participação, experiência, cidadania e, enquanto modalidade

¹¹ Cf. Canário, (2000a) e Lima, L. (2005).

privilegiada da concretização das finalidades supostas de todos estes discursos e práticas, o projecto que tanto pode ser de cariz individual como declinar-se na sua forma comunitária (Correia&Caramelo, 2001); ii) *da dimensão educativa da acção dos actores sociais, individuais e colectivos, intervenientes em dinâmicas de animação e de desenvolvimento*, figuras em que se conjugam acções intencionais e de finalidade educativa – algumas delas corporizadas por agentes especializados/profissionais – com modos de interacção social que podem também ser lidos como educativos nos efeitos e sentidos que promovem naqueles que envolvem mesmo se a sua intencionalidade primeira não é educativa e, finalmente, iii) das *“componentes de software do desenvolvimento local”* (Melo, 1994), isto é, das características e funções que a animação, educação/formação, investigação assumem enquanto forças motrizes dos processos de desenvolvimento comunitário e local, bem como do que não só é transversal a todas aquelas componentes como é incontornável nos discursos e práticas que se afirmam de desenvolvimento *“alternativo”* (Brohman, 2001; Rist, 2001a; Amaro, 2003), isto é, o seu carácter participativo e endógeno (Melo, 1994; Canário, 1999; Berger, 2004; Tommasoli, 2004), que se afirmou a partir dos anos 70 contra o até então domínio relativamente incontestado do designado paradigma desenvolvimentista e de todas as suas declinações hegemónicas durante os 30 *“gloriosos”* anos que se seguiram à II Grande Guerra.

A nossa reflexão a partir destas três entradas – a relação educação/desenvolvimento; o carácter educativo da acção dos actores sociais envolvidos em dinâmicas de desenvolvimento comunitário e as formas e efeitos educativos que assumem/produzem os processos que alimentam essas dinâmicas – tem procurado estruturar-se a partir dos discursos científicos e da análise das práticas que colocam no seu cerne a dimensão crítica, radical e emancipatória da educação – que claramente denotamos aqui com as propostas críticas da globalização neoliberal hegemónica e dos seus efeitos no campo educativo – e procuram configurar no terreno práticas sociais alternativas de relação entre educação e desenvolvimento, designadamente as propostas teóricas e praxeológicas que aprofundam os discursos alternativos em torno das potencialidades do (desenvolvimento) local e comunitário como contra-hegemonia, precisamente porque como concentram em si as

contradições do mundo capitalista parecem ser, igualmente, o *locus* privilegiado do fermento das alternativas.

Não obstante a evidente implicação e orientação presente no modo como acabamos de nos referir ao programa de reflexão e de pesquisa que temos vindo a prosseguir ao longo destes últimos anos em torno da relação educação/desenvolvimento, cremos que este trabalho não só é uma oportunidade de sistematização daquela reflexão, e essencialmente dos questionamentos que esta tem promovido, como é um momento privilegiado de interrogação sistemática de convicções teóricas e, eventualmente, um tempo de reconstrução dos nossos modos de pensar acerca desta questão. No fundo, é um trabalho que procura pôr à prova os nossos adquiridos, tornando-os objecto de questionamento e discutindo-os a partir da ilustração que de si os elementos de uma dada situação empírica permitem.

Nesta perspectiva é um trabalho que se organiza num vai e vem entre a dedução e a indução: em que a empiria ilustra e interroga os adquiridos/pressupostos/questionamentos da teoria e estes se constituem como grelha de leitura daquela mesma empiria, desejavelmente transformando-se nesse processo de confronto iterativo.

Este modo de pensar este trabalho tem necessariamente consequências no modo como definimos as suas finalidades e objectos, designadamente o facto de o fazermos em duas pistas, paralelas para efeitos de clarificação do leitor, convergentes no modo como se concretizam no corpo do trabalho: uma pista centrada na sua dimensão teórica, outra pista na sua dimensão empírica.

Finalidades, objectos e teses do trabalho de pesquisa

O trabalho que agora se dá a ler tem como finalidade dar conta de um processo de reflexão e de pesquisa que procura caracterizar e problematizar como dinâmicas educativas os processos de desenvolvimento local e comunitário, isto é, os

processos de mobilização de um conjunto de sujeitos, colectivamente organizados¹² em torno da definição de sentidos para a sua vida e para o seu trabalho e agindo na/sobre a realidade em função destes, com a finalidade de procurarem melhorar as suas condições de vida, individuais e colectivas, e satisfazerem as suas necessidades enquanto sujeitos e enquanto grupo humano que partilha um território e entre si mantém laços sociais marcados pela interdependência. É, portanto, um trabalho de análise de transformações diversas coincidentes no tempo e ontologicamente imbricadas, entendidas como educativas pelos efeitos que produzem nos sujeitos: a transformação de si, de e com outros, a transformação dos processos de trabalho, dos sentidos sobre estes e das relações sociais que envolve e, ainda, a transformação do contexto de vida concreto em que os sujeitos se inscrevem e das representações que sobre ele produzem. Por outro lado, a partir da concretização da finalidade anteriormente enunciada, e portanto convergentemente, este é também um trabalho que tem como finalidade a preocupação de interpelar as asserções e os questionamentos teóricos que constituem para nós, à partida, os fundamentos do nosso modo de equacionar as relações entre educação e desenvolvimento. Para situar o leitor, diremos que a primeira finalidade se refere à atrás referida pista empírica, enquanto a segunda diz respeito à pista teórica desta pesquisa.

O trabalho de reflexão e pesquisa toma como objecto social o processo de transição autogestionário, que vem decorrendo desde 1995, vivido e conduzido por trabalhadores e trabalhadoras da usina Catende¹³ (produtora de açúcar), situada no Nordeste brasileiro, mais exactamente na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Este processo foi encetado como resposta a um processo de depauperação fraudulenta do património da Usina por parte dos anteriores proprietários-usineiros que colocou em risco o trabalho e a subsistência de alguns milhares de trabalhadores e suas famílias e foi marcado pela apropriação e gestão colectiva dos meios de produção por parte dos trabalhadores, ainda que mitigada pela manutenção de uma supervisão judicial à

¹² Em boa verdade, como salienta Erhardt Friedberg (in Boudon, R. (1996). *Tratado de Sociologia*. Porto: Edições Asa, pp. 343-378.), o conceito de “*organização*” supõe intrinsecamente acção colectiva regulada, pelo que a expressão “*colectivamente organizados*” é relativamente tautológica...

¹³ Um conjunto de termos que se referem em concreto ao contexto do caso estudado consta do glossário inicial.

gestão conduzida pelos trabalhadores, que mantém em suspenso a entrega definitiva aos trabalhadores da posse do património agrícola e industrial enquanto não se encerrar o processo de falência.



Legenda¹⁴: Panorâmica da Usina Catende

Este objecto social polariza um conjunto de características que o tornam particularmente pertinente para a análise das funções e caracteres “*híbridos*” que a educação assume nas dinâmicas de desenvolvimento, como profundamente cristalizador das tensões e contradições que envolvem as dinâmicas de desenvolvimento local ao nível político, económico, organizacional, cultural e educativo. Em síntese, particularmente adequado para a partir dele questionarmos as relações educação/desenvolvimento nos dias que correm.

Em primeiro lugar, estamos perante uma situação-limite de sobrevivência física que desencadeia uma mobilização e organização de milhares de pessoas, analfabetas na sua larga maioria que, independentemente dos diversos sentidos e interpretações políticas para a situação que vivem, congregam num preciso momento as suas vontades e forças em torno de um desígnio comum, que em si mesmo é uma amálgama de desígnios pessoais: a preservação das condições indispensáveis à sua existência. A acreditar na hierarquização das necessidades humanas elaborada por

¹⁴ As fotografias que serão apresentadas ao longo da tese foram retiradas da internet, do site do projecto Catende/Harmonia, no qual constam as identificações dos autores em algumas delas e noutras não.

Maslow, dificilmente encontraremos em qualquer outro contexto uma razão mais radical para o despoletar e o envolvimento numa dinâmica de desenvolvimento local. E neste sentido, esta situação é, potencialmente, um bom analisador dos modos como da heterogeneidade das ordens de justificação pessoais e institucionais presentes num dado momento, num dado contexto, se pode passar à concertação e à acção comum que, de forma mais ou menos tensa, incorpora essa heterogeneidade fundadora do sentido para a mobilização e para a acção e a aglutina em torno de uma referência que é inevitavelmente comum. Mas é igualmente uma situação que interpela precisamente os modos de construção política do sentido para os projectos de desenvolvimento comunitário e local e a própria ideia de construção de um projecto comum, colectivamente assumido. Provavelmente é, ainda, uma situação significativa do modo como um processo que nasce da necessidade urgente de satisfação de necessidades básicas do ser humano se converte num processo que transcende essa intenção e revela o ser humano, mesmo o mais despossuído, como um ser de projecto, capaz de se projectar e de projectar um sentido para a sua vida e de agir em conformidade com essa natureza, ou seja, em que a sua humanidade se revela¹⁵.

Por outro lado, a opção pela autogestão como processo e finalidade almejada do empreendimento agro-industrial de Catende, isto é, uma concepção e concretização, sempre inacabadas, de um percurso a prosseguir e a definição de um ideal-utopia a alcançar para esta dinâmica de desenvolvimento local e comunitário que supõe: a apropriação e gestão dos meios sociais de produção pelos trabalhadores; a instauração de relações simétricas entre sujeitos sociais como princípio político de organização da vida no interior do empreendimento; o aprofundamento de mecanismos de participação democrática colectiva em todo o processo de definição e tomada de decisões táticas e estratégicas de orientação do projecto e sua avaliação e uma socialização tendencialmente equitativa das mais-valias do trabalho. Este

¹⁵ Em nossa opinião, a este objecto social aplicam-se-lhe particularmente bem as palavras de Alberto Melo (2002:442) escritas acerca do desenvolvimento local que, como campo de reflexão e intervenção, é a *“arena natural para a peleja entre as novas ideologias económicas e a determinação de «pôr as pessoas em primeiro lugar» e de fazer a demonstração prática de que a vontade, a emoção, o querer e a acção humanas podem resistir aos desígnios destrutivos da economia mundial”*.

processo é particularmente instigante para interrogar as dinâmicas de desenvolvimento local.

Não é tanto pela relativa «*anacronia*» histórica da re-emergência da autogestão hoje depois das suas materializações históricas concretas não terem sido, no passado, necessariamente bem sucedidas ou sustentáveis no tempo (com raras exceções, como o caso do complexo cooperativo de Mondragón, no País Basco - mas cujas particularidades e sua discussão não cabem na economia deste trabalho (cf. por exemplo a este respeito Santos, 2002) - e, obviamente, do movimento a que se tem assistido nas últimas duas décadas na América Latina, particularmente na Argentina e Brasil, que já se poderá considerar significativo deste ressurgimento e sustentabilidade), mas porque: i) esta dinâmica de desenvolvimento local se procura concretizar no âmbito de um território secularmente marcado pelo modelo de relações escravocrata, que a obra de Gilberto Freyre, “*Casa Grande e Senzala*”¹⁶ retrata e, mais recentemente, marcado por relações de assalariamento não só caracterizadas pela forte discrepância entre trabalho e retribuição do trabalho (ou seja, a mais-valia extraída), como pela instauração de uma nova forma de dependência do trabalhador da venda da sua mão-de-obra face à manutenção de uma situação em que os trabalhadores não detêm a mínima propriedade de quaisquer meios de produção; ii) envolve uma população que na sua larga maioria não é alfabetizada e iii) incide largamente num empreendimento cuja sobrevivência está profundamente dependente das flutuações do mercado mundial do açúcar e, portanto, da capacidade de resistir aos fenómenos típicos de uma economia capitalista num mundo globalizado (competitividade, produtividade, lógica da oferta e procura, crescente tecnologização da produção, entre outros) e que, iv) historicamente, se estruturou segundo uma lógica taylorista de organização do trabalho, aparentemente contraditória com a lógica autogestionária.

¹⁶ Uma outra fonte literária para compreender o sistema de relações sociais dominante neste território é o conjunto de obras de José Lins do Rego, que constituem no conjunto da sua obra o designado «ciclo da cana-de-açúcar» e onde se dá conta das memórias da vida nas casas grandes dos engenhos nordestinos - uma vez que o autor é neto de um senhor de engenho - mas também do apogeu e decadência dos engenhos e dos banguês e da sua substituição pelas Usinas.

Ou seja, à partida parece estarmos perante um processo global que visa uma mudança de ruptura (no sentido em que envolve simultaneamente diferentes domínios da vida), num contexto em que todas as condições parecem adversas a essa possibilidade, daí que se possa esperar que de forma mais acentuada se polarizem aí as contradições de qualquer processo de desenvolvimento local.

Por outro lado, estamos perante um processo que, em tese, envereda por um percurso que não só lhe é genericamente “*exclusivo*” no contexto da realidade social, política e territorial em que está inscrito, como é um percurso que não pré-existe à sua produção, cujo sentido necessita ser construído e apropriado pelas pessoas, por entre uma pluralidade de sentidos possíveis para o devir daquela comunidade, designadamente sentidos que a partir do exterior se procuram insinuar como mais legítimos, e onde, claramente, a educação é chamada a desempenhar não só esse papel, como em simultâneo se lhe imputam diversas funções, e o de responder a exigências que, por causa da sua génese no seio de um processo de autogestão de uma empresa que depende do capitalismo para sobreviver, são, por vezes, contraditórias. Neste sentido, este processo é particularmente interpelador dos modos como diferentes esferas da vida social – a cultural, a económica, a política, a educativa, a organizacional, entre outros – se articulam nas dinâmicas de desenvolvimento, aqui muitas vezes evidentemente de forma tensional.

Por fim, uma vez que na emergência e desenvolvimento deste empreendimento estão polarizadas as contradições de um modelo de desenvolvimento de toda uma região, as suas relações com o exterior, pautadas por diferentes necessidades estratégicas, são atravessadas por lógicas substancialmente diversas e heterogéneas entre si, protagonizadas não só pela Usina para o exterior, mas também precisamente por essas entidades e actores sociais e políticos que contribuem ou se relacionam diversamente, segundo os seus próprios desígnios, para e com o percurso que ali se vai tecendo, designadamente em termos educativos, políticos, económicos e organizacionais. Neste sentido, este caso é particularmente significativo para apreciar o carácter compósito que, em última instância, caracteriza todas as dinâmicas de desenvolvimento local e que obriga à mobilização de dispositivos de coordenação da acção, de ajustamento mútuo e de planeamento

estratégico que a todo o momento produzem significações que não são declináveis dentro de uma visão linear do desenvolvimento.

No sentido de conhecer e analisar de perto e intensivamente a situação enunciada tivemos oportunidade de acompanhar durante cerca de 6 meses – entre os anos de 2004 (Fevereiro a Abril) e de 2005 (Julho a Setembro) – o quotidiano deste processo e de alguns dos seus variados protagonistas, bem como de entrevistar informantes privilegiados e recolher, para posterior análise, material documental que nos permitisse, tanto quanto possível, reconstituir um percurso temporal que largamente ultrapassa(va) a nossa presença física no local.

A intensividade do olhar analítico e o carácter de analisador natural¹⁷ que conferimos a esta situação impelem-nos a considerar metodologicamente que estamos, simultaneamente, perante o que se constituiu do ponto de vista da utensilagem metodológica um estudo de caso e, do ponto de vista da sua interpelação teórica, um caso de estudo, eminentemente abordado segundo um paradigma qualitativo e compreensivo da pesquisa em ciências sociais.

O olhar analítico sobre esta situação procura constituir como objecto científico o processo de transformação/mudança de uma realidade comunitária sócio-instituída como dinâmica educativa, isto é, a sequência de momentos, de (inter)acções e de processos de atribuição de sentido produzidos pela e na acção dos sujeitos que numa dinâmica de desconstrução-construção-consolidação (Matos, 1999) produzem uma realidade nova (uma nova realidade instituída) e do mesmo passo produzem transformações significativas nos que protagonizam estas vivências e nas relações que estes estabelecem com o mundo ou, para usar os termos de Georges Lerbet (1981:46 referido in Galvani, 1991), transformações no modo como na dinâmica pessoa-meio se estrutura e vai configurando o «*sistema-pessoa*»¹⁸. Por isto, é, também, um trabalho

¹⁷ Analisador porque consideramos que o objecto científico construído transcende a particularidade da situação estudada e a análise levanta pistas hermenêuticas susceptíveis de ancorarem processos de pesquisa sobre realidades semelhantes; e natural porque a situação em análise possui um conjunto de propriedades que a tornam singular pelo modo como essas propriedades estão condensadas em si, o que permite entendê-la como processo ideal típico de uma dada espécie de dinâmicas sociais.

¹⁸ Na análise que realiza às diferentes correntes da autoformação, Pascal Galvani (1991) enraíza a corrente bio-epistemológica da autoformação na psicologia cognitiva e “*relativista*” de Georges Lerbet (1981) que apresenta um modelo teórico do desenvolvimento do “*sistema-pessoa*”. Esta perspectiva sugere que o sistema-pessoa se constitui a partir da dinâmica de interacção entre a pessoa e o seu

sobre a mudança¹⁹, entendida como processo concomitante de transformação material e/ou simbólica dos contextos em que vivemos e (inter)agimos colectivamente e de transformação de si (Crozier, 1982; Enriquez, 1972) e sobre a mudança como processo de dupla face que supõe, muitas vezes simultaneamente, tanto a percepção da transformação do que nos é exterior, como a transformação dos nossos mecanismos de percepção e de entendimento e atribuição de sentido que tornam diferente (mudado) o objecto sobre que se detêm. Diríamos que esta é a já referida pista empírica deste trabalho.

No que respeita à sua pista teórica, o objecto científico deste trabalho é a própria teorização e problematização dos processos e dinâmicas de desenvolvimento local de que partimos e que interrogamos precisamente a partir do seu confronto com este processo que procurámos conhecer intensivamente. Ou seja, a análise deste caso particular – no que antes designámos como tomá-lo como caso de estudo – permite-nos ilustrar, matizar ou acentuar os limites dos próprios modos como conceptualizamos as dinâmicas de desenvolvimento local e comunitário, o que faz da nossa reflexão teórica o objecto sobre o qual produzimos conhecimento: um conhecimento sobre o nosso conhecimento sobre as dinâmicas de desenvolvimento local, seria assim uma finalidade desejada deste trabalho.

Finalmente, este trabalho é também um exercício e uma reflexão sobre o próprio trabalho de pesquisa e de produção de conhecimento no domínio da intervenção no e para o desenvolvimento local e comunitário e sobre os desafios que do ponto de vista epistemológico, teórico e metodológico coloca a produção de um

contexto. No decurso das suas trocas com o meio, a pessoa “*«produz» uma organização que «retém» do meio (...). É esta produção que constitui o seu mundo próprio*” ou, dito de outro modo, o seu «Meio» (Lerbet, 1981, p.22). Ainda de acordo com Galvani (1991), Gaston Pineau propõe igualmente uma definição espacial e interactiva da pessoa como “*sistema de relações*” (Pineau, 1985: 36). Para Georges Lerbet a pessoa também é um “*«lugar» de trocas (...) ela constrói-se na e pela relação com o outro. Mas esta relação é interiorizada ao ponto que ele confere ao meio um estatuto da ordem do sujeito*” (Lerbet, 1981:16).

¹⁹ Talvez a forma mais sintética de esclarecer de que falamos quando falamos de mudança seja optar pela caracterização que dela faz Silva (2000:9). Para o autor, em termos sociológicos falamos de mudança para nos referirmos a processos sociais que, separada ou articuladamente, envolvem diversas dimensões: i) “*a natureza dinâmica (não estática) dos referidos processos*; ii) *a dimensão diacrónica (evolução segundo o eixo do tempo, entrelaçamento de tempos)*; iii) *a ocorrência ou a possibilidade de ocorrência de transformações de maior ou menor amplitude, nas estruturas e nas práticas sociais*; iv) *a acção intencional de actores, animados por projectos e programas de alteração deliberada de certos ou todos os aspectos das estruturas e práticas sociais*”

olhar sistemático de índole analítica visando produzir um saber sobre as comunidades locais e, designadamente, sobre as dinâmicas de acção e de intervenção que visam o seu desenvolvimento, nomeadamente quanto ao seu estatuto e ao seu modo de produção (isto é, com que desafios somos confrontados quando procuramos construir um saber sobre a intervenção e sobre o saber da intervenção).

Como em qualquer trabalho científico, partimos para a realização desta pesquisa com pré-conceitos que, no seu decurso, intentámos suspender ou, em alternativa, questionar no embate com a realidade apreendida – apreendida ela própria em função de um recorte arbitrário realizado a partir da tentativa da sua compreensão teórica com e contra aqueles pré-conceitos – e com o aprofundamento teórico, mas também partimos com um arcaboço teórico e experiencial que, inevitavelmente, nos forneceu de antemão um quadro de problematização – isto é, um conjunto articulado de modos teóricos de interrogar a realidade e os conceitos usados para a traduzir – que nos impeliu, inicialmente até de forma inconsciente, a produzir possibilidades de interpretação provisórias e antecipatórias de compreensão das questões que elegemos analisar. Aliás, como sustenta Ferreira de Almeida (in Almeida; Machado *et al.*, 1994:194) *“um processo que se estabelece no início com a formulação de uma pergunta não pode aparecer senão no quadro de um conjunto anterior de teorias e concepções sobre o mundo”*. A investigação dita positivista e experimental apelida estas interpretações antecipatórias, se apresentadas sob uma forma questionadora, de hipóteses, que no seu conjunto e articulação permitem à investigação configurar o problema em estudo e erigir as suas teses, ou seja, delimitar o objecto de pesquisa e as suas dimensões a reter e estabelecer uma ou várias *“proposições para defender em caso de impugnação”* (Dicionário Houaiss, p.3506).

Na pesquisa em ciências sociais, pelo menos a inscrita num quadro epistemológico compreensivo ou interpretativo e de carácter qualitativo, a(s) tese(s) aproximam-se mais do sentido que lhe atribuiu Hegel, ou seja, enquanto primeiro estágio de um processo dialéctico de análise da realidade, sujeita(s) portanto à antítese negativa e a uma superação através de uma síntese que é expressão lógica da transformação contraditória a que toda a realidade, nomeadamente a material, está sujeita. Esta síntese representa o novo conhecimento produzido pela pesquisa e a

nova tese a sucessivamente ser contraditada por outras novas antíteses. Sem pretensões a uma extrema fidelidade filosófica para com Hegel, este é o carácter que pretendemos atribuir a algumas asserções que organizam o nosso olhar sobre a realidade.

No sentido anunciado, uma das *teses* subjacente a este trabalho, e que não é necessariamente original (cf. Pain, 1991; Melo, 1994; Canário, 1999; Cavaco, 2002), é a de que *toda a acção social exercida num dado contexto relacional e espacial é potencialmente uma acção educativa*. O esforço analítico de caracterização e problematização das formas que a educação assume neste processo supõe portanto admitir o pressuposto de que a educação presente nos processos de desenvolvimento comunitário só é reconhecível se transcendermos as categorias de apreensão do objecto educativo que herdámos historicamente da vinculação da educação à forma escolar, particularmente no que respeita aos tempos e espaços em que decorre e aos modos como se desenvolve (Nóvoa, 1988). Como reconhece Rui Canário (1999), este alargamento do cânone educativo deve bastante aos contributos das práticas no domínio da educação dos sujeitos adultos e da reflexão sobre aquelas, nomeadamente através do aprofundamento de noções como «*Educação Permanente*», que vem romper com a delimitação cronológica da acção educativa ao tempo da infância e juventude para a fazer alastrar à globalidade do ciclo vital dos sujeitos, bem como contribuir para a compreensão da acção que constitui o processo educativo como um contínuo de níveis de formalização que, situando-se entre a informalidade e a estruturação mais estrita, nem por isso deixa de igualmente constituir formas legítimas de acção educativa, se avaliada pelos efeitos que produz nos sujeitos, alargando-se assim, quer o leque dos contextos que podem entender-se como educativos, quer as modalidades de estruturação destes que potencialmente são educativas, e ainda realçando como o processo educativo acontece na confluência de diferentes modalidades de aprendizagem/formação (da autoformação, à heteroformação, passando pela ecoformação) que não só complexifica o que passamos a entender como processo educativo, como distende fortemente as nossas concepções sobre o que pode ser educativo e quem pode constituir-se em actor educativo.

Uma segunda tese, intimamente articulada com a anterior, assenta na ideia de que *as modalidades de acção social e acção educativa se intercondicionam*, ou, para o dizer de forma contextualizada face à situação em análise, *a sobreposição ou coincidência entre processos de desenvolvimento comunitário e processos educativos marca indelevelmente cada um daqueles processos*. Designadamente, esta sobreposição confere especificidades aos actores e à sua acção que conduz à sua identificação analítica como actores educativos e actores comunitários que se exprimem singularmente através de uma acção de cariz híbrido (intercambiam propriedades, isto é, a acção social nunca é só social e a acção educativa nunca é só educativa). A separação destas duas formas de acção, de acordo com este pressuposto, é então exclusivamente analítica, podendo convencionar-se teoricamente que toda a acção social é educativa quando subentende uma finalidade educativa ou quando os seus efeitos são reconhecidos como educativos. Nesta perspectiva, a acção educativa e a acção social comunitária podem coincidir empiricamente e destringar-se somente ao nível da análise. Com o intuito de facilitar a tarefa analítica, pode, contudo, destringar-se entre ambas, atribuindo à acção social comunitária uma valência educativa espontânea que se distinguiria da acção social educativa intencional. Quando a coincidência entre acção sócio-comunitária e educação é, *a priori*, intencionalmente assumida e promovida como desejável e quando o processo a que nos reportamos é orientado por uma intenção autogestionária com o que tal implica de mobilização, participação, organização e consciencialização política, e portanto de aprendizagem simultaneamente individual e colectiva, espera-se encontrar de forma mais visível aquelas especificidades.

Em síntese, adoptar esta postura, *“leva-nos, como educadores, a estarmos atentos ao movimento da realidade, à praxis, à experiência vivida, às acções e aos gestos. Mostra-nos a centralidade da acção e da vivência humana, nos processos culturais e educativos. É um exercício de pesquisa e teorização que indica como é possível a fecundação entre a prática social e a teoria pedagógica”* (Arroyo, cit. in Caldart, 2004:11).

A natureza colectiva do processo de mudança que analisamos, a partilha de caracteres sócio-históricos, culturais e identitários entre os sujeitos que o corporizam, a organização desse colectivo em torno de um conjunto de reivindicações e causas comuns e o desenvolvimento de uma acção colectivamente concertada para a sua prossecução introduz no processo em análise traços que nos permitem encarar esta pesquisa também como um trabalho sobre um tipo específico de movimento social que nas dinâmicas da sua produção e estruturação e nas formas da sua acção social, se constitui como instância de segregação de efeitos educativos e como entidade que integra em si intencionalidades e finalidades igualmente educativas e de promoção de uma nova cidadania. Aliás, tal como sustenta Gohn (1994:16), a educação ocupa um lugar central nestas dinâmicas sociais de luta colectiva pela cidadania na medida em que *“ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo”*. Nesse sentido, a educação e a cidadania são uma construção no interior destas práticas sociais, construção que resulta das experiências vividas muito mais do que efeitos ou resultados induzidos externamente por agentes alheios a essas práticas. Este processo de construção de novas cidadanias colectivas que no seu bojo alberga processos de estruturação de novas identidades político-culturais é ainda constituidor de novos sujeitos históricos.

Ora daqui decorre uma terceira *tese* deste trabalho. A tese pode traduzir-se pela ideia de que *em face dos processos de mobilização colectiva, que neste caso associamos ao envolvimento na produção de um sentido para a vida presente e para o devir num dado contexto espacial, estamos perante processos de estruturação de «sujeitos sociais»²⁰ que obedecem a uma pedagogia, isto é, a “um modo de produzir gente, seres humanos que assumem colectivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino, social e humano”* (Caldart, 2004:19), pedagogia essa que visa a produção de um *“conjunto articulado de significados”* (*idem*:30) que desempenham um papel identitário (de identificação de si como pertencendo a um movimento colectivo de transformação da sua condição) e um papel projectual (são aqueles significados que dão sentido e orientam a acção de transformação da sua condição ao

²⁰ Entendido na acepção da autora que aqui seguimos: *“Uso a expressão sujeito social para indicar uma colectividade que constrói sua identidade (colectiva) no processo de organização e de luta pelos seus próprios interesses sociais”* (Caldart, 2004:33).

indivíduo e ao colectivo com que este se identifica) e que, neste sentido, é também uma pedagogia da construção de um «*sujeito histórico*» e de um projecto de desenvolvimento territorializado.

Neste sentido, este trabalho é, de alguma forma, uma reflexão sobre a pedagogia dos movimentos sociais, num duplo sentido da expressão: i) de que a acção dos movimentos sociais protagoniza uma intencionalidade política, cultural e social que é, simultânea e inerentemente, educativa e que tem como destinatário potencial a sociedade (inclusive a sociedade local, isto é, a comunidade e o território em que está inscrita e constrói) e ii) de que o processo de constituição, consolidação e acção de um movimento colectivamente protagonizado é um processo de educação, simultaneamente dos seus constituintes individuais e do sujeito colectivo que através desse trabalho de produção do movimento e no movimento se vai estruturando e modificando no curso do tempo.

As características do objecto social que antes assinalámos remetem para um fenómeno cada vez mais comum principalmente na América Latina, que Lia Tiriba (1999; 2007) identifica como *processos de produção associada*, isso é, situações em que um colectivo de trabalhadores se apropria dos meios de produção e se torna gestor cooperativo do seu próprio processo de trabalho e dos seus produtos. Com efeito, a situação vivida pelo complexo agro-industrial de Catende comporta em si estas características e configura uma significativa experiência de apropriação popular da iniciativa económica no sentido de permitir a sustentabilidade de uma franja significativa de população residente naquele território. Mas o que nos parece significativo assinalar a este propósito, na esteira dos vários trabalhos que Lia Tiriba (1999; 2004; 2006a; 2006b; 2006c; 2007) vem desenvolvendo, é a importância de olhar este processo sob o prisma educacional, isto é, a partir da tese *do carácter educativo que este processo de apropriação e de gestão colectiva constitui para os trabalhadores nele associados (ou, dito de outro modo, como o trabalho associado constitui uma pedagogia)*. Com efeito, tal como a autora citada salienta, várias questões que reenviam à análise educativa e às suas relações íntimas com o exercício do trabalho como actividade ontologicamente constitutiva do ser humano podem ser colocadas

face a estes processos: que saberes são necessários para a constituição de uma nova cultura de trabalho que entre em ruptura com a organização neoliberal hegemónica anterior? Que saberes emanam do exercício destas práticas de cooperação e de trabalho associado? De que modo estas iniciativas populares protagonizam o gérmen de relações económico-sociais que contrariem a lógica do capital? Que nova cultura do trabalho esperar destas experiências? Como se articulam nestes processos a praxis produtiva e a praxis educativa? Que características assumem estes novos contextos de trabalho e estes novos processos produtivos de molde a favorecer a emergência de outros espaços/tempos da formação humana? (Tiriba, 2006a, 2006b, 2006c, 2007). O nosso trabalho admite portanto estarmos perante um processo de produção associada, buscando compreender como neste radica uma pedagogia própria; isto é, como *o facto de os trabalhadores se organizarem de forma cooperativa e/ou autogestionária é em si mesmo uma pedagogia que por essa via produz fenómenos educativos*, isto é, permite identificar atributos educativos em determinadas situações do quotidiano de vida e do trabalho e entender a acção dos trabalhadores, designadamente a colectiva, como uma ampla acção educativa de transformação de si, dos outros e dos seus contextos de vida e trabalho.

Todas estas *teses* estão formuladas de acordo com a pista empírica deste trabalho, isto é, analisar no caso particular em estudo diferentes formas como a educação está presente, se apresenta, é mobilizada e que papéis e funções assume. Acreditamos ser possível compatibilizar na escrita deste trabalho a análise destas *teses* com uma outra que deriva da pista teórica deste trabalho. Nesse sentido, arriscamos identificar uma outra *tese* a procurar ser dirimida na produção escrita: a globalidade dinâmica dos processos de desenvolvimento comunitário é intrinsecamente caracterizada pela coexistência de tensões (projecto individual vs projecto colectivo; interior/endógeno vs exterior/exógeno; saber profano/local vs saber sábio/científico; razão instrumental vs razão comunicacional; local vs global; mudança imposta vs mudança negociada...) que conduzem a que as categorias utilizadas para a sua apreensão como processos educativos sejam necessariamente categorias híbridas ou, se assim preferirmos, categorias caracterizadas por não obedecerem às leis da lógica

formal (identidade, não contradição e terceiro excluído). Ou seja, a nossa tese teórica é a de que *as categorias educativas susceptíveis de apreenderem os processos educativos que decorrem nas e das dinâmicas de desenvolvimento comunitário e de permitirem produzir um conhecimento sistemático sobre a globalidade dinâmica dos processos de educação que aí se produzem são, necessariamente, categorias dialécticas.*

É provável que algumas das muitas questões contidas nestas *teses* não sejam objecto de uma atenção tão detalhada como necessariamente merecem, que a sua análise fique, de algum modo implícita num discurso que oscila entre um registo monográfico, de pendor mais descritivo, um registo sócio-histórico que inscreve as questões no longo prazo da tessitura entre estruturas e agência humana, um registo hermenêutico que arrisca a produção de sentido sobre factos e opiniões, discurso necessariamente singular e aberto à interpelação de outras hermenêuticas, um registo compreensivo que evita afirmar relações estritas de causalidade entre fenómenos sociais para se colocar antes na perspectiva de dar a conhecer os seu nexos de sentido, redizendo-os de acordo com uma lógica indutiva propensa a pensar de modo reticular as relações entre os fenómenos analisados, um registo problematizador que realce não só as contradições e ambivalências que fazem deste objecto um objecto “*rugoso*”, como os desafios que o caso concreto em análise coloca à teoria de que partimos e, por fim, um registo que não será certamente o da confirmação/infirmiação das *teses* sugeridas, mas antes o de lhes dar espessura empírica.

A estrutura do trabalho

O trabalho que se dá a ler está organizado em quatro secções, antecedidas por uma introdução geral e sucedidas pelas considerações finais. A primeira secção, relativamente autónoma, surgiu da necessidade de criar uma infra-estrutura mental, um quadro de leitura amplo que particularmente dê conta dos modos como a problemática do desenvolvimento e da relação entre educação e desenvolvimento tem sido produzida nas narrativas científicas, desde que aquele emerge como objecto de reflexão.

Não é certamente uma abordagem exaustiva das diversas teorias e abordagens ao desenvolvimento, mas essencialmente, na economia da pesquisa e do pensamento do pesquisador, constitui um esforço de identificação das coordenadas dentro das quais o desenvolvimento tem sido predominantemente pensado que nos ajudou a reflectir como o processo analisado incorpora, se aproxima e se afasta dos termos em que a questão do desenvolvimento tem sido colocada por diferentes tradições científicas e, fundamentalmente, nos permitiu aprofundar o conhecimento em torno das questões que se colocam ao designado “*desenvolvimento alternativo*”, com o qual identificamos o caso que analisamos. Com efeito, no que respeita ao tratamento do desenvolvimento procuramos transcender o paradigma dominante desde o fim da II Guerra Mundial marcado intrinsecamente pela adopção de uma visão caracterizada pela associação entre desenvolvimento e crescimento económico e, enquanto crença ocidental (Rist, 2001a), pela consideração do desenvolvimento como progressão civilizacional através de uma sequência de estádios rumo a uma condição semelhante à dos países ocidentais industrializados. Esta perspectiva de desenvolvimento, que não deixa de ser ainda hoje a dominante, supõe uma relação de correspondência positiva entre educação e desenvolvimento que assenta numa relação de anterioridade causal entre educação e desenvolvimento e enfatiza as dimensões produtivas da educação (ou a educação ao serviço do crescimento económico). É no entanto nossa intenção deslocar o foco de análise para o que a literatura vem consagrando, pelo menos desde meados dos anos 1970, como as abordagens do desenvolvimento alternativo. Estas caracterizam-se essencialmente pela reconceptualização do sentido económico do desenvolvimento, relativizando-o ao fazê-lo acompanhar de outras dimensões igualmente consideradas relevantes naqueles processos, algumas delas verdadeiramente com componentes imateriais (intangíveis) como o bem-estar, a segurança, a equidade, a sustentabilidade...pela consideração do local como escala pertinente para o promover e pensar, pela inclusão nas suas preocupações questões como as da equidade entre géneros e da sustentabilidade ambiental e essencialmente pelos modos alternativos como equaciona a questão da economia, abrindo a porta a fenómenos como a economia solidária e a autogestão.

A segunda secção representa uma oportunidade de sistematicamente desenvolver o conjunto de preocupações teóricas que nos têm ocupado na apreciação da problemática do desenvolvimento local, salientando as ambivalências que eivam a revalorização discursiva desta problemática e de questões afins. Nesta perspectiva, esta terceira secção é também uma oportunidade de nos situarmos teoricamente face a essas ambivalências e de avançarmos com modalidades alternativas de equacionar os problemas e de definir as suas possíveis soluções, o que representa também uma forma de nos situarmos num ponto de vista teórico-conceptual que necessariamente atravessará a discussão do material empírico. Nesta secção, encontra-se ainda um segundo momento que poderíamos considerar de clarificação conceptual, em que sistematicamente abordamos algumas noções e problemáticas que considerámos necessárias para enquadrar o leitor na perspectiva de análise desenvolvida posteriormente.

A terceira secção procura responder a duas intenções. Como sugerimos, este trabalho constitui-se numa oportunidade de reflectir sobre os próprios modos de pesquisar e de produzir conhecimento sobre o campo da intervenção para o desenvolvimento, particularmente sobre a intervenção numa óptica do desenvolvimento local e comunitário. Nesse sentido, nesta terceira secção equacionamos, num primeiro momento, uma possível relação entre a produção de conhecimento no domínio da intervenção para o desenvolvimento e uma dada forma de pensar a cientificidade educativa. Num segundo momento, procuramos justificar as opções epistemológicas e metodológicas que assumimos na condução da pesquisa, detalhando em particular a análise do conjunto de instrumentos que accionámos na produção dos dados e dos modos como procedemos à sua organização e análise.

Por fim, a quarta secção, sintomaticamente intitulada «*ilustrações e re-interrogações*», representa o esforço de convocar tudo o que anteriormente foi explicitado e fundamentado para organizar uma análise de um caso particular de desenvolvimento comunitário e local, particularmente olhando para ele do ponto de vista da compreensão das dinâmicas educativas que nele estão envolvidas e por ele são promovidas.

Não querendo suicidariamente menosprezar o trabalho desenvolvido ao longo das três primeiras secções, devemos ainda assim afirmar em abono da verdade que na economia da tese essas secções deveriam representar o trabalho invisível de preparação do pesquisador para a análise, e que, em outras circunstâncias, poderíamos mesmo questionar a pertinência da sua inclusão na redacção final da tese. Naturalmente que esta opção nos levaria a considerar que, verdadeiramente, a nossa pesquisa se devia encontrar simplesmente plasmada na quarta secção deste trabalho, em que se assiste ao confronto entre uma utensilagem teórica e os dados empíricos, a primeira depurada em função de uma pertinência que indutivamente lhe conferem os segundos e estes convocados, organizados, analisados e interpretados contra aquele modo particular de equacionar e problematizar teoricamente determinados processos e práticas sociais. Deste “*desafio*” (ou interpelação) mútuo entre teoria e empiria haveria de resultar uma transformação e eventual acréscimo de conhecimento sobre aqueles processos e práticas sociais que tomamos como foco do nosso trabalho.

Por várias razões, de que a menor não será a “*indisciplina*” (e, já agora, também alguma saudável e pessoalmente enriquecedora indisciplinarietà) que caracterizou a realização deste trabalho, mas justificadamente também porque nos identificamos com a necessidade de que os trabalhos científicos contenham em si todos os elementos que permitam a sua crítica (como aliás começámos por dizer), a forma final deste trabalho assume a incorporação do que acima designámos trabalho invisível como um primeiro momento lógico do trabalho de pesquisa e de produção de conhecimento, com o inconveniente claro de assim se estabelecer uma distinção formal entre o classicamente designado enquadramento e problematização teórica e o momento da análise da empiria. É certamente uma limitação deste trabalho, muito provavelmente não a mais significativa, mas que, ainda assim, gostaríamos de ter evitado e, por analogia ao conhecido dito de um escritor português que se desculpava perante o interlocutor da sua missiva por essa ser tão longa, dado não ter tido tempo de a encurtar, também a nós não nos resta senão desculpar-nos por este trabalho ser tão evidentemente organizado do modo dicotómico que acima enunciamos, porque não tivemos o engenho de o tornar mais integrado.

I SECÇÃO – O PANO DE FUNDO DA PESQUISA

As teorias e as práticas do desenvolvimento

De onde, quando e como surge a narrativa científica do desenvolvimento? Quais os significados sociais e políticos que esta narrativa assume em diferentes momentos? Que consequências se podem destacar no campo educativo das narrativas que acerca do desenvolvimento se têm produzido? Neste capítulo, e a partir destas questões, procuramos contribuir para a compreensão do processo de construção social (científica, política, económica, cognitiva) do desenvolvimento, através de uma digressão sócio-histórica que culmina no actual momento em que este está no “*no centro de uma incrivelmente poderosa constelação semântica*” (Esteve, 1992:8), sem paralelo na modernidade, pela força que tem de nortear (literalmente) pensamento e acção, apesar de que para outros persiste hoje apenas como palavra/noção “*incapaz de dar substância e sentido ao pensamento e comportamento*” e, como tal, frágil e vazia (*idem*:8), mesmo uma “*uma ruína na paisagem intelectual*” (Sachs, 1992:1).

Ou seja, vivemos um momento histórico em que simultaneamente proliferam as referências no discurso quotidiano e político aos imperativos do desenvolvimento e se publicam dezenas de revistas científicas que erigem o desenvolvimento para núcleo central das problemáticas que abordam e, por outro lado, nos deparamos com discursos, que os seus críticos apelidam de pós-modernos (Parfitt, 2002), que sugerem até que se abandone a utilização do termo desenvolvimento de tão pouco que ainda significa e de tão catastrófica foi e é a sua invocação principalmente para aqueles que dele são objecto. «*Impostura intelectual*», dizem mesmo estes críticos do desenvolvimento (Latouche, 2004:73).

Esta digressão sócio-histórica através dos diversos sentidos do desenvolvimento, a partir da caracterização das concepções políticas e científicas que em diferentes momentos foram predominantes, visa essencialmente dar conta da persistência dos traços hegemónicos de pensar e concretizar aquele desígnio, enfim, salientar como a história do desenvolvimento, principalmente a sua história política e científica, é uma história de continuidade(s) muito mais do que de rupturas. A identificação de distintas concepções dos processos de desenvolvimento que particularmente ao longo da segunda metade do século vinte se foram erigindo

contribui, em larga medida, para confirmar estas continuidades: constituem-se em quadros de caracterização e análise de processos designados de desenvolvimento, naturalmente que ancorados em conceitos distintos oriundos de tradições teóricas várias, enfatizando aspectos diversos daqueles processos, encontrando mesmo a sua génese em matrizes disciplinares marcadas pela pluralidade, mas em que verdadeiramente o programa societário, o sentido do caminho da humanidade, a teleologia que subjaz à ideia de desenvolvimento não é, essencialmente, distinta entre as várias concepções, nem objecto de uma crítica verdadeiramente radical.

Salvaguardam-se no entanto os trabalhos que mais recentemente (particularmente a partir de meados da década de 80²¹, e com maior expressão a partir da década de 90 do século passado²²), se vêm desenvolvendo sob a designação de pós-desenvolvimento²³ (cf. Sachs, 1992; Latouche, 2004; Munck&O’Hearn, 1999; Escobar, 1995, Santos, 2002) e que efectivamente desenvolvem uma análise radical da *“era do desenvolvimento”* que afirmam ser necessário encerrar, não só porque *“as condições históricas que catapultaram a ideia [do desenvolvimento] para a proeminência desapareceram: o desenvolvimento tornou-se ultrapassado. Mas acima de tudo, as esperanças e desejos que fizeram com que a ideia voasse, estão agora exauridos: o desenvolvimento tornou-se obsoleto”* (Sachs, 1992:1).

Wolfgang Sachs (1992:2-4) afirma que a *“era do desenvolvimento”* que começa após a II Guerra Mundial está em declínio porque as suas quatro premissas fundadoras foram tornadas obsoletas pela história. A primeira destas premissas era a que afirmava quer a superioridade incontestável na escala de evolução social dos EUA e das outras nações altamente industrializadas quer os efeitos libertadores que essa industrialização traria à humanidade, premissa hoje altamente questionada tanto pelos efeitos que a exacerbação tecnológica produziu em termos ambientais e que

²¹ Embora a maioria das obras compulsadas sobre esta perspectiva sejam da década de 90 do século passado, Gustavo Esteva (1992:16), recorrendo ele próprio a uma obra de Gilbert Rist (1990), remete para os idos de 1985 o início desta nova era do pós-desenvolvimento: *“By 1985, a post development age seemed to be in the offing”*.

²² Embora possamos encontrar contributos isolados que a precedem enquanto corrente mais sistemática, de que arriscaríamos destacar como maior representante Ivan Illich e os trabalhos que ao longo dos anos 70 e 80 produziu (cf. Finger&Asún, 2003 e Latouche, 2004 para uma listagem ampla dos trabalhos de Ivan Illich durante este período)

²³ Parfitt (2002:1-10) apresenta sumariamente algumas outras obras significativas dos anos 90 produzidas a partir do quadrante intelectual das perspectivas pós-desenvolvimentistas.

mostram que se as nações industrializadas ainda seguem à frente...apenas se dirigem a um abismo civilizacional colocando em causa a sustentabilidade global do planeta, como pela constatação de que a prometida redenção da humanidade não chegou a acontecer, nem sequer se assistiu a uma socialização justa de eventuais benefícios de algumas das promessas da modernização tecnológica. Portanto, face a esta primeira premissa a questão que se coloca é muito simplesmente: as nações ditas desenvolvidas/industrializadas afinal são modelos de quê e para que futuro? Uma segunda premissa ancorava-se no confronto então vivido entre dois blocos políticos hegemónicos (protagonizados pelos EUA e pela URSS) onde o desenvolvimento (e particularmente a ajuda ao desenvolvimento) representava uma forma de fidelização das nações (principalmente as que viviam processos de descolonização) e de vantagem competitiva nesta luta entre sistemas políticos. Hoje, num contexto político substancialmente distinto, marcado pelo fim do confronto entre bloco de leste e ocidental e pelo advento de um certo mundo policêntrico, a dimensão política e ideológica do desenvolvimento perdeu força enquanto arma de arremesso na competição entre sistemas políticos e os apelos ao desenvolvimento tomam hoje como referencial a divisão ricos-pobres, o que transforma o carácter do projecto do desenvolvimento: *“a prevenção substitui o progresso como objectivo do desenvolvimento; a redistribuição do risco mais do que a redistribuição da riqueza domina agora a agenda internacional”* (*idem, ibidem:3*). A terceira premissa da “era do desenvolvimento” remetia para a sua capacidade de transformar a face da terra diminuindo a desigualdade entre regiões e nações. Pois bem, não só isso não aconteceu como a desigualdade se agravou e a ilusão de “apanhar os países da frente” revelou-se apenas isso, uma ilusão. De igual modo assistiu-se a um aumento da polarização social no interior dos países, e não apenas dentro dos mais pobres, mas também dentro das nações ditas desenvolvidas (cf. Canário, 1999:62). Por fim, a quarta e última premissa da “era do desenvolvimento” assentava no desígnio da Ocidentalização do mundo (“*Westernization of the world*”) o que supunha uma “*via única*” que conduzisse a diversidade humana, naturalmente deficitária, por um mesmo caminho, rumo à maturidade dos países que “*seguiram à frente*”. Ora, perante esta perspectiva, Wolfgang Sachs sugere que não era o falhanço do desenvolvimento que

mais devíamos temer, mas sim o seu sucesso! Com efeito, a ter sido concretizado totalmente este desígnio profundamente etnocêntrico, ter-se-ia apenas provado que a empresa a que o desenvolvimento se devotou estava desde o início profundamente errada. Não pode todavia deixar de se assinalar que esta agenda escondida do desenvolvimento ao estilo ocidental se concretizou em parte e resultou obviamente numa tremenda perda de diversidade de que o mercado, o estado e a ciência terão sido actores privilegiados enquanto promotores de uma universalização cultural uniformizante que invadiu mesmo o espaço mental da maior parte da Humanidade; como sugere Sachs (1992:4) *“o Outro desapareceu com o desenvolvimento”* e com ele desapareceram algumas alternativas viáveis a um mundo industrializado orientado para o crescimento e alguma capacidade humana de enfrentar o futuro de forma mais criativa. A transformação das condições históricas que permitiram ao desenvolvimento erguer-se por sobre aquelas premissas tornou-o num conceito *“amiba”*, isto é, de contornos e fronteiras indefinidos mas inerradicável (*idem, ibidem*: 4).

De acordo com Parfitt (2002:5) esta escola de pensamento ou discurso pós desenvolvimentista *“coheres around the central contentions that development has been harmful, and that consequently it should be consigned to the dustbin of history in order to make way for new strategies of emancipation associated with what are sometimes referred to as ‘new social movements’ originating in the ‘Third World’ “*. Neste sentido, estes autores esforçam-se por realizar *“um inventário crítico dos credos do desenvolvimento, da sua história e implicações, para expor à luz o seu viés perceptivo, a sua inadequação histórica e a sua esterilidade imaginativa”* (Sachs, 1992:2). Não obstante a postura crítica, os autores desta perspectiva têm a clara consciência de que o desenvolvimento ocupa ainda um lugar importante nos discursos das declarações oficiais de entidades internacionais que agem no domínio da política e da economia e mesmo nos discursos dos movimentos de base comunitária que pugnam pela transformação das condições de vida a um nível micro-sistémico; daí decorre que o projecto intelectual da perspectiva pós desenvolvimentista seja, mais do que criticar o desenvolvimento como performance técnica ou enquanto conflito de classes, o de *“desmantelar essa estrutura mental”* (*idem, ibidem*:1) que o desenvolvimento ainda constitui, já que *“o desenvolvimento é muito mais do que uma*

empresa sócio-económica; é uma percepção que modela a realidade, um mito que conforta as sociedades e uma fantasia que liberta paixões” (idem, *ibidem*:1). Mas os argumentos destes críticos radicais não deixam de igualmente sofrer contestação por parte de autores como Parfitt (2002:3) que constatando que *“the theorists who took a post-modern route out of the impasse often ended by taking a rejectionist position towards development”* e se contrapõe ao anunciado «fim do desenvolvimento», argumentando que *“the post-development school’s call for the end of development is misconceived and precipitate and that its view as to what should follow development raises problems that can be more effectively solved within the context of a pro-development approach”* (idem, *ibidem*:5). Para este autor, o apoio teórico dos pós-desenvolvimentistas (no designado pós-modernismo ou pós-estruturalismo), invocando nomes como Foucault (principalmente este), Baudrillard, Lyotard e Jameson, não só é estrategicamente parcial nos autores ditos pós-modernos que utiliza e nos aspectos que mobiliza do trabalho teórico de cada um, como passa por cima das críticas e perspectivas alternativas aos seus trabalhos (e aqui o autor especificamente salienta a «ausência» de J. Derrida e E. Levinas destas reflexões e a não consideração das críticas de J. Habermas ao universo teórico pós-moderno).

Ora, na perspectiva do autor que vimos seguindo, e é bom esclarecer que ele próprio parte da análise dos trabalhos dos teóricos mais influentes da perspectiva pós-moderna, uma maior contenção e atenção à galáxia teórica utilizada conduziria certamente os pós-desenvolvimentistas a outras conclusões nos seus trabalhos e consequentemente a uma «reabilitação» do valor do desenvolvimento, particularmente, no sentido que Parfitt (2002) lhe atribui, em que se salvaguarda a possibilidade de que determinadas formas de desenvolvimento podem ser complementares a projectos emancipatórios conduzidos por movimentos sociais perseguindo assim um sentido de desenvolvimento como *“a entailing achievement of the freedom of a community, nation, or group, to pursue its own projects for realisation of a good life on the proviso that it does the least possible harm to others”* (Parfitt, 2002:6).

As origens da noção de desenvolvimento

A origem da noção de desenvolvimento podemos encontrá-la no discurso comum associada ao processo através do qual as potencialidades de um objecto ou organismo são libertadas até que estes atinjam a sua forma natural, completa (Esteva, 1992:8). Daí rapidamente o seu uso se tornou frequente no domínio do crescimento natural de plantas e animais para significar a concretização (ou não) do seu potencial genético. Acepção que encontramos em (Riordet, 1996) onde se dá do desenvolvimento a definição de: «*croissance ou déploiement de ce qui est en germe pour les espèces humaines ou végétales*». E nesta acepção estava já contido o sentido para a finalidade do desenvolvimento social e que, mais tarde, enformaria o seu discurso programático.

Mas foi entre meados do século XVIII e do século XIX que o desenvolvimento deixou de ser apenas a transformação para a forma *apropriada* de ser para se pensar como transformação em direcção a uma *sempre mais perfeita* forma, tornando-se equivalentes, pelo menos no discurso científico, as noções de desenvolvimento e de evolução. Momento particularmente significativo da construção sócio-histórica da noção de desenvolvimento é o que, no último quartel do século XVIII, corresponde à transposição para a esfera social da metáfora biológica, invocando-se no campo da história social e política o princípio da evolução natural para a compreensão dos processos de transformação/mudança societal²⁴.

A partir do século XIX, com o esbatimento das concepções metafísicas do Universo, ganham preponderância as perspectivas que valorizam a ideia do auto-desenvolvimento e bastam algumas décadas adentro do novo século para que todas as possibilidades sejam abertas ao sujeito humano como autor do seu próprio desenvolvimento, emancipado do desígnio divino. Na sequência, o desenvolvimento haveria de se tornar a categoria central dos trabalhos de Marx: revelado como

²⁴ Poderíamos aqui destacar os contributos de Justus Moser – o fundador da história social – utilizando a noção de *Entwicklung* para designar os processos de mudança social gradual, interpretava a transformação dos processos políticos a partir do seu paralelo com os processos naturais e, ainda, de Herder – para a interpretação da história universal empregava a noção orgânica de desenvolvimento estabelecendo um paralelo entre idades de vida e épocas da história social. Na sua perspectiva, o desenvolvimento histórico era a continuação do desenvolvimento natural e ambos variantes do desenvolvimento homogéneo do Cosmos criado por Deus (Esteva, 1992:8).

processo histórico que se desenrola com o mesmo carácter necessário das leis naturais, incorporando os pressupostos subjacentes tanto à concepção hegeliana de história como ao conceito darwinista de evolução.

Como salienta Esteve (1992), quando a metáfora regressou ao vernacular, adquiriu um violento poder colonizador, cedo usado pelos políticos. Converteu a história num programa: um necessário e inevitável destino. O modo industrial que não era mais do que uma entre outras formas de vida social, tornou-se a definição do estágio terminal de uma via unilinear da evolução social. Este estágio começou a ser visto como o culminar natural do potencial já existente no Homem do Neolítico, como a sua evolução lógica. Assim a história foi reformulada em termos Ocidentais. A metáfora do desenvolvimento deu a hegemonia global a uma genealogia puramente Ocidental da história roubando às pessoas de culturas diferentes a oportunidade de definir as formas da sua vida social (*idem, ibidem*:9).

O conceito de desenvolvimento, graças ao sucesso – mas também à crítica – que conheceu na segunda metade do século XX nos discursos científico, político e da opinião pública e porque se constituiu em *pedra de toque* da mobilização para a mudança e transformação social e individual e se usou para avaliar e classificar o progresso e bem-estar das sociedades e dos indivíduos, “*tem sido dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais*” (Amaro, 2003:36)²⁵ o que leva mesmo alguns autores a identificarem as últimas cinco décadas do século XX como a “*idade do desenvolvimento*” (Sachs, 1992:1). Nesse período, o desenvolvimento “*ganhou estatuto científico fundamentado e continuado*” (Amaro, 2003: 41) e tanto orientou as nações no esforço de reconstrução do pós-guerra como serviu de bandeira aos países libertados da subordinação colonial ou de quadro de referência para a “*mistura de generosidade, suborno e opressão que caracterizou as políticas para o Sul*” no âmbito da cooperação internacional (Sachs, 1992:1).

Durante aquele período o desenvolvimento tornou-se objecto de uma crescente pluralidade de olhares científicos e/ou disciplinares e campo de proliferação

²⁵ Cabe no entanto ressaltar que Roque Amaro (2003) reconhece que problemáticas como a da “*mudança*”, do “*progresso*” ou do “*bem-estar*” encontram a sua génese muito antes, referindo-se particularmente aos trabalhos que sob a perspectiva da ciência económica foram produzidos no século XVIII por Adam Smith e cuja expressão maior é a obra “*A riqueza das nações*” de 1776.

de uma diversidade de perspectivas teóricas que conduziram a uma multiplicidade de intervenções práticas substancialmente distintas entre si e que hoje o tornam um objecto complexo não só na sua compreensão, mas essencialmente na sua concretização, ambas inevitavelmente interdisciplinares (cf. Tesseirenc, 1994). Mas, como sugere Roque Amaro (2003:36), a complexificação do campo do desenvolvimento dá-se também a partir do seu forte atravessamento ideológico pelo que na sua complexidade não é fácil destringir o que releva da teoria, da ideologia, da utopia ou das práticas sociais, pois como refere Wolfgang Sachs (1992:1) *“o desenvolvimento é muito mais do que apenas uma questão sócio-económica; é uma percepção que modela a realidade, um mito que conforta sociedades e uma fantasia que liberta paixões”*, como já se disse acima.

Apesar de podermos identificar no domínio da reflexão sobre o social referências precursoras à problemática do desenvolvimento em séculos passados, desde a Antiguidade Clássica e os trabalhos de Aristóteles, passando pela reflexão posterior de Santo Agostinho (Rist, 2001a) e, mais perto de nós, no trabalho de Adam Smith sobre a riqueza das nações que data de finais do século XVIII (Amaro, 2003), ou que possamos concordar com Riondet (1996:13) quando este sugere que o sistema de pensamento que permite a emergência deste conceito se constitui nesse século XVIII no seio do pensamento Iluminista e do trabalho de autores como Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Condorcet²⁶ que permitem a tomada de consciência da

²⁶ De acordo com Riondet (1996:13), na segunda metade do século XVIII erige-se um sistema de valores novo num igualmente novo quadro geográfico para o qual se inventa uma designação: o Ocidente. Este novo sistema de valores ergue-se sobre os pilares do pensamento grego e judaico-cristão. Da cultura grega recupera-se a reflexão sobre a relação entre o Homem e a Natureza que tanto pode ser uma relação de desafio (tal como protagonizada por Ulisses, o herói ficionado da Odisseia), como uma relação pautada pela tentativa de domínio (como no Mito de Prometeu, condenado por roubar o fogo aos deuses) e ainda o pensamento de Aristóteles acerca de uma concepção cíclica do tempo, em que os fenómenos sociais são da ordem da reprodução e não podem ser associados aos fenómenos naturais. Da cultura judaico-cristã resgata-se precisamente a modificação que esta elabora daquela concepção cíclica de tempo ao introduzir-lhe a dimensão cumulativa e que torna linear a concepção cristã da história, supondo uma génese, um desenvolvimento e um fim. Como sugere Riondet (*idem*:13), a verdadeira revolução intelectual das Luzes consistiu na complexificação desta noção de tempo ao atravessá-la pela noção de progresso que, supondo uma lógica cumulativa, torna o devir das sociedades num percurso sempre inacabado e numa busca por um aperfeiçoamento sempre susceptível de ser transcendido. Esta noção de progresso foi incorporada por alguns dos mais reconhecidos pensadores da época, como Leibniz que escreve: *«É necessário reconhecer um certo progresso perpétuo e absolutamente limitado de todo o universo, de modo que avance sempre para uma maior civilização»*,

diferença entre a sua própria cultura e as outras que por eles são observadas e a invenção de termos para a designar, tais como, o progresso, a civilização, a nação, o indivíduo, a igualdade, a modernidade, o bem-estar, ou analisar a história colonial dos países Europeus a partir dos finais do século XIX como empreendimento civilizatório onde germinava a ideia do desenvolvimento (Rist, 2001,a) ou ainda sugerir que os discursos do pós I Grande Guerra no âmbito da Sociedade das Nações já se referiam ao sentido civilizacional do desenvolvimento advogando que estes seria uma missão dos países mais desenvolvidos face aos «*desvalidos*» (*idem*:11), o mais frequente é situar a emergência dos estudos sobre o desenvolvimento no período pós II Guerra Mundial (Brohman, 2001; Amaro, 2003; Canário, 1999; Santos, 2002), marcados por uma ênfase acentuada nas questões macroeconómicas, particularmente as que se reportavam às desigualdades globais entre países ricos e países pobres e, ainda que o campo do desenvolvimento tivesse contributos de diversos olhares disciplinares – sociologia, antropologia, ciência política, geografia, entre outras –, pelo protagonismo da economia e dos economistas. Os trabalhos do pós-guerra, produzidos num contexto de avanços conceptuais e técnicos aportados pelo olhar dominante da ciência positivista ao campo da economia, contribuíram para a promoção de uma visão entusiasmante do desenvolvimento profundamente associada às figuras dos técnicos de planificação ao serviço do Estado e ancorada na possibilidade de planificação racional-técnica dos processos de crescimento económico que haveriam de contribuir rapidamente para a diminuição do fosso entre os mais ricos e os mais pobres e, como tal, para o que se entendia como desenvolvimento.

O marco político fundador desta “*era do desenvolvimento*” é comumente identificado com o discurso do Presidente Truman, dos Estados Unidos da América, realizado em Janeiro de 1949 (Rist, 2001,a:116-121; Esteva, 1992: 6-8) e o seu posteriormente célebre Ponto IV. Neste discurso de investidura é proposto um “*audacioso novo programa*” que se propõe mobilizar recursos não materiais (a ciência e a tecnologia), os actores sociais norte-americanos (os capitalistas, os agricultores e os trabalhadores) e a comunidade internacional em prol das nações desfavorecidas,

ou ainda Condorcet para quem «*o espírito humano avançará sempre sem jamais encontrar nem os seus próprios limites, nem os limites da natureza*» (*idem, ibidem*:14).

inaugurando assim um novo modo de conceber as relações internacionais e sintetizando uma série de ideias conformes ao espírito da época (Rist, *op. cit.*), marcada pelo sucesso do Plano Marshall na reconstrução da Europa mas também pela disputa da influência geopolítica e económica com a União Soviética. De acordo com Gustavo Esteva (1992:6) esta foi a forma encontrada de afirmar e consolidar a hegemonia da posição norte-americana no mundo; uma espécie de campanha política à escala global que adoptou como emblema o desenvolvimento. Em boa verdade, sugere o mesmo autor, ao utilizar pela primeira vez neste contexto a noção de subdesenvolvimento, o presidente Truman não só cunhou uma poderosíssima expressão política da hegemonia americana – de *“uma virulência colonizadora insuspeitada”* (idem:7) – que se impôs rápida e duravelmente como *“lugar-comum”*, rompendo com duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento como, *“nesse dia, 2 biliões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas”*²⁷ (idem, *ibidem*:7). E assim se insinuou e instaurou uma ordem cognitiva – nas palavras de Esteva (1992:6) nunca antes uma palavra tinha sido tão universalmente aceite no mesmo instante em que é politicamente forjada – que distribui e situa as nações e os indivíduos face a um referente idealizado, que cria uma percepção de si e do(s) outro(s) e os (des)mobiliza: *“Desde então, o desenvolvimento tem conotado pelo menos uma coisa: escapar da indigna condição designada subdesenvolvimento [mas] para que alguém conceba a possibilidade de escapar de uma condição particular é necessário, primeiro sentir que se caiu nessa condição. Para os que hoje constituem 2/3 da população mundial, pensar em desenvolvimento – qualquer tipo de desenvolvimento – requer, em primeiro lugar, a percepção de si como subdesenvolvido, com toda a carga de conotações que tal implica [...] é uma ameaça que já se concretizou; uma experiência de vida de subordinação, de discriminação e de subjugação. Dada essa pré-condição, o simples facto de associar a nossa intenção ao*

²⁷ Nos termos de Gustavo Esteva (1992:7): *“In a real sense, from that time on, they ceased being what they were, in all their diversity, and were transmogrified into an inverted mirror of other’s reality: a mirror that belittles them and sends them off to the end of the queue, a mirror that defines their identity, which is really that of a heterogeneous and diverse majority, simply in the terms of a homogenizing and narrow minority”*

desenvolvimento tende a anular a intenção, a contradizê-la, a escravizá-la” (Esteve, 1992:7-8).

O poder colonizador do discurso do desenvolvimento é igualmente destacado por Arturo Escobar (1995) quando argumenta que a partir da II Guerra Mundial o discurso do desenvolvimento se constituiu num dispositivo de poder-conhecimento que basicamente inventou o Terceiro Mundo como um objecto de intervenção. De acordo com este autor, este dispositivo operacionalizou-se por intermédio de práticas discursivas progressivamente mais institucionalizadas e profissionalizadas que, por via do modo como os países industrializados foram definindo os problemas do Terceiro Mundo e as suas putativas soluções, procuraram impor um modelo cultural específico – a modernidade – e permitiram o estabelecimento de dispositivos de conhecimento e de gestão das populações destes países pelo menos tão eficazes como os que vigoravam durante os regimes coloniais (cf. Triantafillou&Nielsen, 2001:71-72).

A Teoria do Crescimento Económico e a Teoria da Modernização

Se é certo que o discurso de Harry Truman inaugura politicamente a era do desenvolvimento não é menos verdade que no campo científico os anos 1940 marcam o dealbar de um pensamento sobre a problemática do desenvolvimento. Em verdade, o campo dos estudos sobre o desenvolvimento, dominado pelos economistas mas de algum modo surpreendentemente permeável a contribuições de outras ciências sociais e humanas (sociologia, antropologia, ciência política, geografia)²⁸, emerge logo após o final da II Grande Guerra e é marcado essencialmente por uma preocupação com os problemas macroeconómicos, designadamente os que concerniam as desigualdades entre países ricos e pobres. Os estudos sobre o desenvolvimento do período pós-guerra eram marcados por um forte optimismo o que leva Brohman (2001) a falar de uma “*era do entusiasmo*”, que, aliás, contrapõe à “*era da desilusão*” actual, onde se

²⁸ Esta permeabilidade do campo da produção científica sobre o desenvolvimento ao contributo de uma diversidade de olhares oriundos das diferentes ciências sociais e humanas é, aliás, uma marca que perdurou até aos dias de hoje nos quais se advoga precisamente a riqueza hermenêutica que a construção de teorias híbridas sobre o desenvolvimento pode aportar.

esperava que os progressos teóricos e técnicos garantidos por uma ciência positivista a campos como a economia permitissem pensar o desenvolvimento segundo uma racionalidade planificadora, isto é, segundo uma lógica em que o desenvolvimento seria traçado por planificadores ao serviço do Estado usando as ferramentas cientificamente adequadas, o que permitiria promover racionalmente um processo de crescimento económico e, acreditava-se, concomitantemente, de desenvolvimento, cuja finalidade, em face do que acima referimos ser a preocupação política então dominante, seria a diminuição drástica e rápida do fosso entre países ricos e países pobres.

Este pensamento foi reforçado positivamente pelo êxito do Plano Marshall na Europa em reconstrução após a devastação da guerra e rapidamente se converteu na forma de pensamento dominante para analisar as relações entre países do hemisfério Norte e países do hemisfério Sul e os estudos sobre o desenvolvimento assumiram então o papel de avaliar racionalmente os problemas e de gerir tecnicamente a intervenção face àqueles, subentendendo, como é claro, uma relação de subordinação dos países do Sul face aos do Norte obnubilada pelo discurso da ajuda internacional. Não esquecendo que neste período se inicia também a designada «*guerra fria*», entre os EUA e a União Soviética, os programas de ajuda internacional ao desenvolvimento e as suas ferramentas conceptuais e técnicas adquirem o valor de armas de arremesso ideológico no domínio das relações internacionais²⁹.

A primeira corrente de pensamento sistemática sobre o desenvolvimento sobre a qual nos debruçaremos é a Teoria do Crescimento Económico que precisamente eclodiu no contexto que acabámos de caracterizar.

A base conceptual da teoria do crescimento económico é essencialmente de teor económico e mantém fortes afinidades ideológicas com o New Deal americano e com os programas social-democratas europeus. Esta perspectiva foi popularizada a partir do final dos anos 1940 e prolongou-se até meados dos anos 1950, sendo posteriormente absorvida progressivamente por uma outra corrente de pensamento: a Teoria da Modernização. Na génese da Teoria do Crescimento Económico esteve a

²⁹ Não é por acaso que a emergência e proliferação dos discursos pós-desenvolvimentistas se inscrevem no contexto do fim da «*guerra-fria*» e do desmoronamento do bloco de leste (cf. Sachs, 1992).

crítica à teoria económica neoclássica ortodoxa – que assentava na importância conferida a um mercado “*puro*” e no crescimento baseado nas exportações definidas e partir do princípio das vantagens comparativas entre nações – produzida pelos teóricos do crescimento a partir do ponto de vista Keynesiano intervencionista, pondo em causa “*the ability of neoclassical theory to translate its microeconomic base of individualized, short-run decision-making into a dynamic macroeconomic theory for long-term development*” (Brohman, 2001:12)³⁰.

A ideia de desenvolvimento que protagonizava era bastante redutora, associando-o ao crescimento económico sendo que os factores sociais e culturais apenas eram tidos em consideração pelo seu papel facilitador/obstaculizador das mudanças sociais “*apropriadas*” que acompanhariam o crescimento económico. Nesta perspectiva o desenvolvimento é entendido como processo de formação de capital que, por seu lado, é largamente determinado pelo investimento e pelos níveis de poupança que deveria ser canalizada para o investimento produtivo, especialmente em sectores com elevados níveis de crescimento. Neste modelo de desenvolvimento, o papel interventivo do Estado é modesto; apenas se justifica num contexto de imperfeição do mercado ou está reservado aos estádios iniciais de descolagem económica durante os quais é desejável uma extensiva intervenção estatal mas, vencida a inércia, o mercado conduziria, de forma linear, o crescimento (no que na expressão anglo saxónica se identifica como “*market-driven growth*”).

Os modelos e quadros teóricos da Teoria do Crescimento estavam enraizados na história económica do Ocidente o que significa que, mesmo se aquela rejeitou alguns dos aspectos da economia neoclássica no que diz respeito à promoção do desenvolvimento em países do Terceiro Mundo³¹, se estruturava essencialmente na

³⁰ O autor identifica três áreas principais de crítica a partir do ponto de vista keynesiano à economia clássica e por referência ao desenvolvimento: 1) A teoria neoclássica é estática e está centrada na alocação (allocations) de certos recursos, enquanto os problemas do desenvolvimento são dinâmicos e devem concentrar-se no aumento de recursos de investimento através da estimulação da poupança e do investimento; 2) Os modelos neoclássicos negligenciam a rigidez estrutural, nas suas múltiplas expressões, comuns nos países em desenvolvimento que impedem o mercado de reagir da forma teórica esperada; 3) A ênfase neoclássica no desenvolvimento baseado nas vantagens comparativas e no comércio livre é inapropriado para os países de industrialização tardia.

³¹ A expressão «Terceiro Mundo» que ao longo deste capítulo será utilizada algumas vezes tem a sua génese em início dos anos 50, mais precisamente em 1952, e é citada por um demógrafo francês de nome Alfred Sauvy no *L'Observateur*. Aí se diz a determinado momento: «*Nous parlons volontiers des*

base de uma visão Eurocêntrica do desenvolvimento, unicamente baseada na interpretação keynesiana da experiência do capitalismo industrial dos países centrais. Nesta perspectiva, aos países que saíam de longas histórias de colonização era requerido que atravessassem, numa espécie de “*imperativo da modernização*” (Brohman, 2001: 13), um conjunto definido de etapas/estádios, à semelhança dos que se podiam de forma simplista identificar na história económica ocidental, para que alcançassem um patamar de desenvolvimento mais elevado, isto é, um desenvolvimento “*ao estilo Ocidental*” (*idem, ibidem*:13)³².

Mas, em finais dos anos 1950, a Teoria do Crescimento Económico caíra já em descrédito junto da maioria dos teóricos do desenvolvimento principalmente pelo reconhecimento de que a sua abordagem aos problemas de desenvolvimento socioeconómico e político dos países do Terceiro Mundo a partir de conceitos e teorias desenvolvidos a propósito de economias industriais centrais não era hermeneuticamente ajustada, bem como pela constatação de que a sua visão unilinear do desenvolvimento como uma sequência de estádios não era verdadeira nem concretizável e muito menos através da prescrição da receita keynesiana para aqueles países.

No entanto, foi a aquela teoria que preparou as fundações teóricas e políticas para a perspectiva que haveria de dominar o panorama dos estudos e dos programas de desenvolvimento durante os anos 1960 e parte dos 1970. Falamos da Teoria da Modernização que aprofundando e alargando o aparelho conceptual da Teoria do Crescimento incorpora algumas das ideias-chave da sua predecessora, nomeadamente: i) o desenvolvimento como crescimento económico baseado na industrialização; ii) o papel crítico do aumento da poupança e do (seu) investimento produtivo; iii) a necessidade da intervenção estatal na planificação do

deux mondes en présence, de leur guerre possible, de leur coexistence, etc..., oubliant très souvent qu'il en existe un troisième, le plus important et, en somme, le premier dans la chronologie. C'est l'ensemble de ceux que l'on appelle, en style Nations Unies, les pays sous-développées» (cit. em Riondet, 1996 :26)

³² O modelo de estádios proposto por Rostow foi provavelmente o mais popular dentro desta perspectiva e nele se propugnava a ideia de que os países evoluem através de uma sequência de estádios de desenvolvimento, conduzindo as sociedades tradicionais a transformar-se em sociedades de consumo de massas, típicas do capitalismo moderno.

desenvolvimento e iv) o desenvolvimento como sequência de estádios bebidos na experiência histórica dos países do Ocidente.

Na perspectiva de Alvin So (1990), o contexto sócio-político de emergência da Teoria da Modernização é marcado pela reunião de três eventos históricos: i) a emergência dos EUA como superpotência mundial; ii) o alastramento do movimento comunista ao mundo; iii) a desintegração dos impérios coloniais das potências europeias. Do ponto de vista intelectual ou teórico, a Teoria da Modernização é claramente influenciada no seu esforço de iluminar a modernização dos países do Terceiro Mundo, quer pela teoria evolucionista³³, quer pela teoria funcionalista.

Uma vez que a teoria evolucionista havia ajudado a explicar a transição entre sociedades tradicionais e sociedades modernas na Europa Ocidental no século XIX, muitos pesquisadores integrados na corrente modernizadora acreditaram que de igual modo poderia iluminar os processos de modernização dos países do Terceiro Mundo. Com efeito, a Teoria da Modernização e a escola intelectual que a protagoniza representam um esforço multidisciplinar para examinar as perspectivas do desenvolvimento do Terceiro Mundo onde cada disciplina contribui do seu modo para a identificação de aspectos chave a respeito da modernização. Assim, os sociólogos focam-se na mudança das variáveis-padrão e na diferenciação estrutural, os economistas acentuam a importância de acelerar os investimentos produtivos e os cientistas políticos destacam a necessidade de melhorar a capacidade do sistema político. Apesar da sua natureza multidisciplinar, os pesquisadores da Teoria da Modernização partilham dois conjuntos de assunções e metodologias no estudo do desenvolvimento do Terceiro Mundo.

O primeiro conjunto de assunções partilhado pelos pesquisadores da escola da modernização diz respeito a certos conceitos extraídos da teoria evolucionista

³³ A teoria evolucionista clássica tinha as seguintes características: 1) Assumia que a mudança social é unidireccional, isto é, que as sociedades humanas invariavelmente se movem na direcção de um estado primitivo a um estado avançado. Nesse sentido, o destino da evolução humana está pré-determinado; 2) Impunha um juízo de valor sobre o processo evolucionário – o movimento em direcção à fase final é bom porque representa progresso, humanidade e civilização; 3) Assumia que os ritmos da mudança social são lentos, graduais e pacíficos – evolucionário e não revolucionário! (So, 1990).

européia. De acordo com a teoria evolucionista, a mudança social é unidireccional, progressiva e gradual, irreversivelmente conduzindo as sociedades de um estágio primitivo a um estágio avançado, e tornando as sociedades mais iguais entre si à medida que avançam no trilho da evolução. Assentes nesta premissa, os teóricos da escola da modernização formularam as suas perspectivas com os seguintes traços (So, 1990:33-34): i) a modernização é um processo *faseado*; ii) a modernização é um processo *homogeneizador*; iii) a modernização é um processo de *Europeização* (ou *Americanização*); iv) a modernização é um processo *irreversível*; v) a modernização é um processo *progressivo*; vi) a modernização é um processo *longo*.

O outro conjunto de assunções partilhado pelos pesquisadores da escola da modernização é retirado da teoria funcionalista, que enfatiza a interdependência das instituições sociais, a importância das variáveis padrão ao nível cultural e o processo imbuído de mudança através do equilíbrio homeostático. Influenciados por estas ideias de Talcott Parsons³⁴, os pesquisadores da escola da modernização formularam

³⁴ Uma componente forte do substrato teórico da Teoria da Modernização é a teoria funcionalista de Talcott Parsons cujos conceitos – tais como «*sistema*», «*imperativo funcional*», «*equilíbrio homeostático*» e «*variáveis padrão*» – entraram nos trabalhos de muitos dos protagonistas da Teoria da Modernização. Para Parsons, originalmente um biólogo, a sociedade humana é como um organismo biológico e pode ser estudada enquanto tal: i) pode dizer-se que as diferentes partes de um organismo correspondem às diferentes instituições que constituem uma sociedade que, tal como no caso dos organismos vivos as partes estão inter-relacionadas e são inter-dependentes entre si na sua acção, assim também as instituições numa sociedade estão intimamente relacionados entre si. Parsons usa o conceito de «*sistema*» para denotar a coordenação harmoniosa entre instituições; ii) tal como cada parte do organismo biológico desempenha uma função específica para o bem do todo, assim cada instituição desempenha uma certa função para a estabilidade e o crescimento da sociedade. Parsons formula o conceito de «*imperativos funcionais*» argumentando que há 4 funções cruciais que todas as sociedades devem desempenhar senão morrerão: i) Adaptação ao ambiente (desempenhada pela economia); ii) *Goal attainment* (desempenhada pelo Governo); iii) Integração (ligando as instituições entre si) – desempenhada pelas instituições legais e pela religião; iv) *Latency* (manutenção de um padrão de valores de geração em geração) – desempenhada pela família e pela escola.

A analogia da sociedade com um organismo vivo também conduziu Parsons a formular o conceito de «*equilíbrio homeostático*». Parsons parte da ideia de que um organismo biológico procura sempre estar num estado uniforme. Se uma parte muda, então as outras mudarão de acordo com essa mudança para restaurar o equilíbrio. De acordo com Parsons a sociedade também observa os ritmos necessários para a homeostasia; há interações constantes entre instituições para manter o equilíbrio homeostático. Quando uma instituição experiencia mudanças sociais, isso provoca uma reacção em cadeia de mudanças em outras instituições de modo a restabelecer o equilíbrio. Nesta perspectiva, o sistema social para Parsons não é estático, estacionário, uma entidade imutável, mas pelo contrário, as instituições que constituem o sistema estão sempre a mudar e a ajustar-se.

Parsons formulou ainda o conceito de «*variáveis padrão*» para distinguir as sociedades tradicionais das sociedades modernas. As variáveis padrão são as relações sociais chave que

implicitamente o conceito de modernização com os seguintes traços: i) a modernização é um processo *sistemático*: os atributos da modernidade formam um todo consistente, aparecendo em blocos mais do que isolados. A modernidade implica mudanças em virtualmente todos os aspectos do comportamento social, incluindo industrialização, urbanização, mobilização, diferenciação, secularização, participação e centralização; ii) a modernização é um processo *transformativo*: para que uma sociedade se mova para a modernidade as suas estruturas e valores tradicionais devem ser totalmente substituídos por um conjunto de valores modernos (modernidade e tradição são conceitos assimétricos nesta perspectiva); iii) a modernização é um processo *imanente*: devido à sua natureza sistemática e transformadora, a modernização introduziu mudanças no sistema social. Uma vez que a mudança começa numa esfera de actividade produzirá necessariamente mudanças comparáveis em outras esferas. Devido a esta assunção da imanência, a escola da modernização tende a focar-se nas fontes internas de mudança nos países do Terceiro Mundo (So, 1990).

A principal ruptura da Teoria da Modernização com a Teoria do Crescimento Económico passa pela abordagem ao desenvolvimento em moldes interdisciplinares, particularmente sofisticando a análise a partir da complementaridade entre uma abordagem dos processos de transformação económica e a consideração de teorias da mudança social e institucional, o que torna os modelos teóricos mais complexos embora não necessariamente menos economicistas (Brohman, 2001:15). Com efeito, se a incorporação na análise de elementos não económicos tais como as práticas sociais, crenças, valores e hábitos implicou uma extensão para além do económico das ideias até então convencionais sobre o desenvolvimento e se aqueles elementos passaram a constituir-se em elementos de que o desempenho económico depende, nem por isso se transformaram as ideias de que o desenvolvimento, agora sinónimo de

permanecem, são recorrentes e estão inscritas no sistema cultural – o mais importante sistema na teorização de Parsons. Para Parsons há 5 conjuntos de variáveis-padrão que permitem caracterizar as relações sociais das sociedades (So, 1990:21-22): i) Afectivas vs Afectivas-neutrais; ii) Particulares vs Universais; iii) Orientação colectiva vs Auto-orientação; iv) Atribuição vs Achievement; v) Funcionalmente difusas vs Funcionalmente específicas.

modernização, estava profundamente associado ao desempenho económico, nem de que aqueles elementos deveriam evoluir de modo consistente com a lógica do crescimento económico capitalista. Ou seja, a questão central apenas se deslocou para a busca de compreensão de qual a combinação normas-instituições mais propícia à modernização. Assim, como a ideia de modernização estava construída sobre uma tipificação de padrões culturais, sociais e económicos e atributos psicológicos e se estabelecia uma forte correlação entre estes e o nível de desenvolvimento presentes nas sociedades Ocidentais, considerava-se que a difusão desses padrões e atributos nas sociedades de que estivessem ausentes – papel reservado a instituições como a educação ou os meios de comunicação de massas – seria a melhor via de criar uma relação mutuamente reforçadora entre factores económicos e não económicos para suportar o desenvolvimento. Não é de somenos importância salientar novamente que esta abordagem se afirma no contexto histórico da guerra-fria de competição e expansão e alargamento da área de influência que as grandes superpotências disputam através dos programas de ajuda internacional e que, como tal, seja sustentada num discurso optimista sobre a caminhada para o desenvolvimento dos ajudados, de um e de outro quadrante.

As principais características da teoria da modernização, na sua formulação clássica (até meados dos anos 1960), são sumariadas por John Brohman (2001:16-17): i) «Mesmo se envolve uma mistura de factores de desenvolvimento, a modernização resulta, para a maior parte dos autores dentro desta teoria, da indução da mudança de valores, crenças, costumes no tecido social a partir da que resultaria mudança em outras esferas do desenvolvimento; ii) As diversas componentes das sociedades (valores, instituições, grupos sociais, regiões...) estão divididas (e as sociedades separadas entre si) entre esfera tradicional e esfera moderna, que sendo antitéticas ou estando puramente separadas poderão apenas coexistir a curto prazo. Estas sociedades “duais” tenderão a desaparecer à medida que a modernidade erradicar a esfera tradicional, no que consistirá realmente o processo de modernização; iii) A modernização corresponde a um percurso cuja direcção e finalidade inevitável é similar a todos os países do Terceiro Mundo e mimetiza o percurso da história do mundo industrial capitalista, mesmo se acontece num tempo substancialmente

distinto; neste sentido modernização e ocidentalização são sinónimos; iv) A difusão interna dos factores de desenvolvimento (mudança de valores e atitudes, inovação tecnológica...) nos países do Terceiro Mundo necessita provenir de uma origem externa de forma a acelerar o processo de modernização e a fechar mais rapidamente o fosso entre países ricos e países pobres; v) A rapidez da difusão e de todo o processo de modernização estão criticamente dependentes da elite modernizadora de cada país que enquanto “*actor de mudança*” promove a inovação e a difusão, pelo que as políticas de desenvolvimento os devem visar privilegiadamente nas primeiras fases da modernização de modo a facilitar a transformação estrutural; vi) Apesar de a difusão ter origem externa, a modernização depende essencialmente de factores internos a cada sociedade jogando uma particular importância a remoção de barreiras culturais e sociais à modernização, muitas das quais ligadas à manutenção de um sector tradicional, assumindo-se assim que os factores que impedem o desenvolvimento (ou são causas do subdesenvolvimento) se prendem com questões da estrutura interna enraizadas no passado e que se a mudança estrutural puder ser induzida então o crescimento e a modernização seguir-se-ão.»

Na base dos pressupostos da teoria da modernização, em particular do dualismo que instaura entre o tradicional e o moderno, encontra-se o resgate e a articulação, ainda que simplista, das ideias dos sociólogos clássicos, nomeadamente Durkheim e Weber. Do primeiro, a teoria da modernização recupera a distinção entre sociedades tradicionais e modernas que este elabora a partir das distintas formas de coesão social: as primeiras estão baseadas numa forma de “*solidariedade mecânica*” que subentende a semelhança de grupo e a adesão a padrões rígidos de normas e valores tradicionais e, as segundas, em contraste, assentam numa “*solidariedade orgânica*” resultado do desenvolvimento de instituições e funções especializadas que permitem uma crescente diferenciação social. Por seu turno, Max Weber sugeria que os factores ligados aos processos de industrialização seriam os responsáveis pela distinção das sociedades ocidentais (europeias) face a outras. O resgate desta “*herança*” procede no entanto, como já se sugeriu antes, por simplificação, obnubilando o facto de que estes estabeleceram a sua distinção entre sociedades

modernas e tradicionais em termos muito distintos entre si, mas essencialmente porque estranhamente não inclui nesta recuperação as dificuldades que aqueles autores consideravam vir a acompanhar os processos de modernização -Durkheim acentua as probabilidades de anomia associadas à destruição das sociedades tradicionais e Weber enfatiza a nefasta concentração de poder que associava ao desenvolvimento moderno de larga escala -, optando por incorporar o pensamento destes autores numa perspectiva eminentemente optimista do desenvolvimento ao “*estilo ocidental*”, típica do período pós-guerra (Brohman, 2001). Optimismo associado, como já salientámos, quer à crença nas potencialidades do desenvolvimento racionalmente planeado, graças a novas técnicas metodológicas positivistas e a procedimentos estatísticos, quer à necessidade de fazer frente ao expansionismo soviético e que haveria de colonizar o pensamento sobre o desenvolvimento que viria a dominar desde finais dos anos 1950 e durante todos os anos 1960.

O modelo dualista de desenvolvimento que resulta da Teoria da Modernização foi amplamente propalado pelos países ocidentais junto dos então ditos países do Terceiro Mundo através dos programas de ajuda internacional (cf. Mesa, 2005), sustentando que o processo de modernização destes dependeria da substituição dos sectores tradicionais (largamente camponeses), não dinâmicos, por sectores modernos (maioritariamente industriais), relacionando-se com os sectores tradicionais apenas enquanto reservatórios de trabalho e outros recursos, que constituindo-se em “*pólo de desenvolvimento*” permitiriam a irradiação dos elementos socioculturais e económicos da modernização. Nesta perspectiva, os valores tradicionais são as verdadeiras barreiras ao desenvolvimento e deveriam ser objecto de transformação como condição do avanço do processo de modernização³⁵.

³⁵ Este raciocínio encontra a sua génese nos trabalhos do início dos anos 1950 de Talcott Parsons, que apropria para a abordagem estruturo-funcionalista da mudança social a concepção dualista de modernização desenvolvida primeiro por Max Weber e posteriormente por Ferdinand Tönnies. O desenvolvimento, ou a modernização se preferirmos, implicava para além da introdução de mudanças económicas, uma transformação dos valores, normas, instituições e organizações incidindo na erradicação dos elementos tradicionais das sociedades, isto é, uma progressão rumo a uma sociedade de estatutos adquiridos, marcada por padrões de interacção assentes em valores universalistas e com uma progressiva especialização funcional dos papéis sociais. O sentido destas transformações seria o de abandonar as formas de inter-relação e regulação colectivas próprias das sociedades tradicionais para as

Como se poderá depreender do que se vem sugerindo, a Teoria da Modernização, a par da visão dualista tradicional-moderno, incorpora também uma concepção evolucionista do desenvolvimento associando-o a *“um processo de rápidas mudanças induzidas que cumulativamente resultariam num progresso linear em direcção a um ponto muito semelhante ao mundo capitalista avançado contemporâneo”* (Brohman, 2005:21) que, articuladas, contribuíram para a produção de *“uma teoria da mudança social em que o desenvolvimento era concebido como uma sequência de “estádios de crescimento” conduzindo ao capitalismo industrial”* (*idem, ibidem*)³⁶.

Os teóricos da modernização atribuíram particular relevância neste processo ao papel que a classe média e alta aí poderia desempenhar enquanto *“agentes de modernização”* ou *“elite modernizadora”*. Assim, era esperado que a classe média fosse engrossando as suas fileiras à medida que o processo de modernização fosse avançando e se tornasse a sua principal base de sustentação, admitindo-se que este engrossamento da classe média se faria através de processos de mobilidade social ascendente o que, por seu turno, criaria as condições para uma industrialização sustentada pelo consumo de massas e numa democratização liberal. Em contraponto, pouca atenção era dispensada às classes sociais que não encaixavam neste desígnio, sendo essencialmente encaradas negativamente como representantes de uma tradição a extirpar e, nesse sentido, como obstáculos à modernidade. A educação, particularmente a escolaridade universal e pública, desempenha uma importante

substituir pelo ideal dos valores individuais mais conformes a uma divisão do trabalho complexa e a uma crescente mobilidade socioeconómica própria do capitalismo avançado. Nesta perspectiva, a mudança institucional e social resultaria dos efeitos sistémicos produzidos pela mudança individual e vice-versa – mudança individual e mudança social –, criando entre si, por conseguinte, uma espécie de círculo virtuoso.

Por sua vez o trabalho de Parsons é apropriado por vários sociólogos associados à teoria da modernização (cf. Brohman, 2005:19) de entre os quais, para a economia deste trabalho, se destaca Lipset (1967) que ado(a)ptando a ideia de *“variáveis padrão”*, desenvolve uma análise sobre a América Latina sustentando que a preservação de valores feudais inerentes à história colonial da região seria a responsável pelo insucesso da implementação de um espírito empreendedor necessário ao crescimento capitalista. Este autor encontra assim numa espécie de fundo sociocultural a causa do subdesenvolvimento da região (*idem, ibidem*:21).

³⁶ A inspiração para esta concepção do desenvolvimento como progressão entre estádios encontra-se no século XIX nas abordagens de Auguste Comte à evolução social enquanto série de estádios que teriam o seu auge na forma *“positiva”* de sociedade (científica e industrial) e de Herbert Spencer que sustentava que a evolução das sociedades humanas se dera pela sucessão de uma série de estádios progressivamente mais complexos (Brohman, 2005:21-22)

função neste processo. Com efeito, para as classes médias, essencialmente urbanas e geralmente letradas (da maioria dos países centrais), a crença na educação universal e pública conduziu à expansão e difusão dos sistemas educativos que se acreditava serem uma condição importante para consolidar uma crescente influência das elites modernizadoras.

Ora, esta crença é, de algum modo, o culminar de uma viragem que começa logo após a II Guerra Mundial já que, como salienta Belmiro Cabrito (2002), se *“até meados do século XX, a procura de educação dependeu directamente das vontades individuais, assemelhando-se à procura de um bem de consumo como outro qualquer [...] nos anos posteriores à II Guerra Mundial o mundo ocidental encetou um processo de crescimento económico sem precedentes, que se encontrava dependente da existência de mão-de-obra qualificada num volume que os países não dispunham”* (*idem, ibidem: 19*) o que faz com que a educação deixe de ser primordialmente entendida como bem de consumo para passar a ser encarada como bem de investimento não só no pensamento ordinário, mas igualmente marcando os estudos que a economia da educação então desenvolve³⁷, nos quais se procura *“perceber este envolvimento da educação e da economia, com o objectivo de compreender em que medida uma se transforma num motivo provocador do crescimento, transformação e desenvolvimento da outra [...] Nestes estudos, as despesas em educação são encaradas não como um consumo mas como um investimento, concluindo-se que os gastos em educação correspondem a um investimento altamente rentável, indispensável para o desenvolvimento de países que vivem níveis de emprego e de crescimento económico sem precedentes, e cuja perdurabilidade e sucesso exigem um leque continuamente alargado de novas qualificações. A educação, em virtude de poder colmatar as*

³⁷ Aquilo a que assistimos a partir dos anos 1950 é à extrapolação para a educação do tipo de raciocínio que caracteriza a Economia ou do olhar económico dominante sobre as necessidades e bens sociais e que assenta no pressuposto de que nos confrontamos com uma situação em que face a necessidades colectivas múltiplas e ilimitadas, os recursos materiais e financeiros disponíveis para lhes dar resposta são limitados, o que obriga a olhar para aquela relação segundo critérios de eficiência, isto é, procurando determinar como é possível maximizar os resultados, minimizando os recursos utilizados, para atingir um determinado nível de qualidade. A lógica subjacente é a de que os bens e serviços assim produzidos, pelas vantagens que aportam, neutralizem o custo de oportunidade do investimento necessário para os produzir, o que implica à partida ter uma ideia sobre quais os benefícios que a produção desses bens e serviços trará para indivíduos e sociedades. Ora, este raciocínio estendeu-se à educação a partir dos anos 50, e aí se encontra o advento da Economia da Educação a partir da análise da relação entre as despesas realizadas e respectivos resultados.

necessidades urgentes em novas competências e capacidades, torna-se tema central de reflexão em política económica, sendo reconhecida socialmente como um factor de desenvolvimento” (Cabrito, 2002:19).

Esta análise – que procura justificar o investimento pelos resultados produzidos – tornou-se pertinente no contexto de avultados investimentos na educação que os países saídos da segunda grande guerra, principalmente os ditos desenvolvidos, encetam. Este investimento esteve associado ao ciclo de crescimento económico que então se inicia – mais tarde conhecido como os “trinta gloriosos anos” – e que exigiu uma disponibilidade de mão-de-obra qualificada de cuja constituição principalmente a escola foi incumbida já que os *“tradicionais processos de aprendizagem para o trabalho, morosos e individualizados, não se adequavam às necessidades crescentes das economias”* (Cabrito, 2002:19), e que resultou num processo sustentado de expansão dos sistemas educativos estatais e que, posteriormente, foi acompanhado pelo desenvolvimento dos dispositivos de educação de segunda oportunidade e de formação contínua para adultos (cf. Silva, 1990, Canário, 1999). É pois neste contexto que a educação surge, aos olhos da economia, como um bem de investimento duplamente rentável: ao nível individual assegurando a hierarquização dos rendimentos dos trabalhadores em função dos níveis de educação obtidos, isto é, do *“capital humano”* que corporizam, e pelos efeitos na produtividade individual e colectiva que esses acréscimos de educação aportam. Ora, se como avança Cabrito (2002), é neste período que claramente se inicia a afirmação da Economia da Educação assistindo-se a um esforço de integração teórica da educação nas reflexões económicas (que) acompanha o crescimento económico visível do mundo ocidental, o alargamento do fosso que separa países desenvolvidos de países menos desenvolvidos e a explosão da procura social de educação, também é seguro afirmar que a crescente importância deste olhar se prende com *“a necessidade social de equacionar e medir o lucro esperado do investimento em educação”* (op. cit.:13).

Em suma, assistimos neste momento a uma transformação do sentido atribuído à educação, que de despesa passa a ser considerada um investimento, e atravessa vários sectores da sociedade e afecta o próprio significado político e ético

que até então se associava à promoção da educação: *“Mais educação torna-se, para os empresários, sinónimo de maior produtividade e de mais produção. Para os trabalhadores, passou a representar novas oportunidades no mercado de trabalho, melhores empregos e salários. Para os indivíduos e para a sociedade a educação surge neste quadro, com uma natureza instrumental, operatória e utilitária, concretizada nos benefícios dela decorrentes. Esta forma de «pensar» a educação, afasta-se bastante das abordagens anteriores em que a educação se identificava, fundamentalmente, com um processo que contribuía para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e mais justa, na medida em que transmitia aos Homens valores sociais assentes na equidade e justiça social. De uma interpretação da educação como uma despesa, passou-se a uma interpretação da educação como investimento”* (Cabrito, 2002:19-20).

Este é, então, o início de um período marcado pelas teorias do Capital Humano, expressão da dominação de um paradigma técnico-económico sobre o campo educativo.

Esta perspectiva sobre a relação economia-educação adquire um considerável sucesso nas décadas de 1960/70 graças ao contexto que atrás se explicitou. Para os seus arautos teóricos, o aumento da produção e da produtividade é inseparável do aumento do nível de qualificações, desempenhando a escola, nesse processo, um papel fundamental. Para a *“teoria do capital humano”*, o maior nível de qualificação académica será acompanhado de uma maior capacidade para produzir de forma mais rápida, segura e eficiente. Nesse sentido, tendo em atenção as repercussões que a educação teria na produtividade do trabalho, investir em educação seria, do lado da oferta, bastante vantajoso. Por outro lado, *“a associação positiva que se estabeleceu entre o nível de qualificações académicas, a qualidade do emprego e o salário, bem como a constatação de que os processos de construção de carreiras se basearam nas qualificações académicas disponibilizadas pelas instituições educativas justificam o investimento individual em educação”* (Cabrito, 2002:22-23). Ou seja, estamos perante um modelo de escolha racional (de matriz paradigmática neoclássica), que busca a maximização dos resultados, onde, quer os empregadores, quer os sujeitos que

investem na sua educação/formação, elaboram um cálculo antecipado da relação entre ganhos a obter face ao investimento necessário.

Como as palavras de Cabrito sintetizam, *“os teóricos do capital humano estruturaram a sua reflexão exactamente em torno desta relação de causalidade e de linearidade que a análise das práticas contribuiu para estabelecer entre educação, produtividade, salário e posição social. A atitude optimista face ao mercado, a adequação das intenções de oferta e de procura de educação e a crença na educação como o processo de conquista de prestígio constituem os fundamentos da “teoria do capital humano” (idem, ibidem: 25).*

Dentro desta perspectiva, de acordo com Cabrito (2002: 24), *“...a educação desempenharia um papel chave na promoção do bem-estar e da equidade individual e colectiva: mais educação implicaria maiores níveis de produtividade os quais, naturalmente, não só viriam aumentar a riqueza da colectividade como um todo, bem como a dos indivíduos que a compunham, mas também contribuiria para que os diferentes talentos fossem usados pela colectividade, em função da sua capacidade, assim contribuindo para elevar o grau de eficácia da actividade económica”*. Como se depreende estamos perante uma tónica profundamente meritocrática na teoria do capital humano que atraiu muitos indivíduos para os processos educativos: *“o investimento em educação tornou-se individualmente rentável, uma vez que aumentava a produtividade do trabalho, que seria financeira e socialmente premiada. Ao mesmo tempo, em termos sociais, o investimento educativo era também rentável, sendo a colectividade premiada com um maior volume de produção ao menor custo”*. (Wolfe, 1995 cit. por Cabrito, 2002:24).

Durante mais de trinta anos, assiste-se assim ao desenvolvimento teórico e a sucessivas confirmações empíricas da existência de uma relação positiva entre economia e educação que encontra a sua visibilidade teórica, na *“teoria do capital humano”* que, segundo Becker (1964 cit. por Cabrito, 2002:23), *“representa a mais simples explicação da relação existente entre educação, trabalho, produção e produtividade”*. Como alega Cabrito (2002:23-24), *“A «teoria do capital humano» perspectiva, desta forma, o trabalho como o resultado de um processo de construção*

social que se diferencia individualmente em virtude de elementos diferentes de que os diversos indivíduos se apropriaram durante o seu processo de educação/formação. É a qualidade e a quantidade dos elementos nele incorporados que explica a existência de uma multiplicidade de salários no mercado, os quais variam, portanto, consoante as características próprias evidenciadas pelo trabalhador e que resultam, exactamente, da quantidade e da qualidade de conhecimentos e experiências de que ele se apropriou”.

A Teoria do Capital Humano foi sendo posta em causa desde os anos 1960 não só por razões filosóficas que discutiram o sentido puramente instrumental e utilitário que naquela teoria se atribui à educação, mas também porque evidências empíricas contrariaram os pressupostos da articulação funcional e linear entre economia e educação. Assim, de entre os discursos críticos à Teoria do Capital Humano podemos destacar os que têm origem nas teorias da “*selecção*”, da “*segmentação*” e da “*reprodução*”. As teorias da selecção caracterizam-se genericamente pela rejeição da ideia de que a educação contribui linearmente para aumentar a produtividade no trabalho que, na perspectiva desta teoria está prioritariamente associada às características da própria actividade e posto de trabalho, bem como rejeita a influência da educação nos salários e nos processos de distribuição de rendimentos. Para as teorias da selecção “*a educação possui apenas uma função «sinalizadora» que identifica os indivíduos de quem se podem esperar maiores níveis de produtividade, em virtude das características pessoais de que são portadores*” (Cabrito, 2002:26)³⁸.

³⁸ As teorias da selecção tiveram distintas formulações de que as mais expressivas são a teoria do sinal e a teoria credencialista. A primeira assenta igualmente na ideia de que a educação não representa um factor decisivo na produtividade do trabalho já que esta estará dependente de características inerentes ao posto de trabalho a que a educação não dá resposta. Neste sentido, a educação apenas tem uma função indiciadora – sinalizadora – da natureza das capacidades que os sujeitos eventualmente possuem, adquiridas pelos processos educativos, e que os tornarão mais ou menos competentes para o exercício de determinada função ou tarefa. Portanto, se à educação pode ser atribuído um papel de “*filtro*” que determina em certa medida os lugares que o sujeito pode ocupar no processo produtivo, são no entanto as características desses lugares que determinarão os níveis de produtividade dos sujeitos. Esta perspectiva entra em ruptura com a premissa da teoria do capital humano que supunha que a maiores níveis de educação corresponderiam inevitavelmente maiores níveis de produtividade no quadro de um funcionamento perfeito do mercado. De acordo com os pressupostos da teoria do sinal enunciados, a educação, nomeadamente a escolar, representa uma espécie de socialização antecipatória para o trabalho e deve contribuir essencialmente com uma formação geral que permita posteriormente ao mundo do trabalho realizar a formação específica a cada função ou posto profissional de acordo com a estrutura produtiva em que os sujeitos se inscreverão, isto é, deve

As teorias da segmentação assentam a sua crítica à validade da teoria do capital humano no que identificam como *“descontinuidade do mercado de trabalho”* (op. cit.: 28). Dito de forma bastante simples, esta crítica desmonta a ideia cara à teoria do capital humano de que *“o que é procurado e vendido no mercado são determinadas características específicas dos trabalhadores, concretizadas na quantidade e na qualidade de capital humano de que são portadores e decorrente do investimento educativo por eles efectuado”* (op. cit.: 28-29) e que, portanto, um capital humano idêntico seria valorizado também de igual forma pelo mercado, ao opor-lhe a constatação de que sujeitos portadores do mesmo tipo de capital humano não são encarados da mesma forma pelo mercado de trabalho, mas antes desigual em função de características particulares. Com efeito, contra a ideia de um mercado que funcionaria em concorrência perfeita e de um isomorfismo entre igual capital humano incorporado e igual remuneração auferida, a teoria da segmentação vem mostrar que sujeitos com o mesmo tipo de capital humano são tratados de forma desigual pelo mercado de trabalho, consoante o segmento ou grupo a que o indivíduo pertence, nomeadamente em termos da remuneração que o mercado lhes retribui. No seu prolongamento, a teoria da segmentação vem postular que *“o trabalho é uma mercadoria cujo preço não depende do livre jogo da oferta e da procura, mas da capacidade negocial das partes, empregadores e trabalhadores”* (op. cit.:31).

A par destas perspectivas encontramos ainda um conjunto de análises que Belmiro Cabrito (2002:31) abriga sob a designação de *“crítica radical”* e que se

contribuir com a promoção de capacidades de aprender a aprender um trabalho. Os diplomas escolares, nesta perspectiva, funcionam como sinais ao serviço dos empregadores e a partir dos quais supõem as capacidades que os sujeitos adquiriram durante o período da sua formação e que, idealmente, se irão reflectir na capacidade de trabalho e de aprendizagem no posto de trabalho (Cabrito, 2002:27).

Belmiro Cabrito (2002:28) sintetiza esta abordagem concluindo que *“o maior contributo da educação para o desenvolvimento das capacidades produtivas dos sujeitos não se revela nos domínios do saber e do saber-fazer, mas no domínio das capacidades, nomeadamente de aprendizagem, e o domínio das atitudes, através da adequação dos traços de personalidade às exigências dos postos de trabalho, e cuja posse provável é comprovada pelo grau correspondente aos diplomas alcançados”*. Por seu turno, a perspectiva credencialista da teoria da selecção atribui um papel ainda mais marginal à educação face ao mundo do trabalho sugerindo que esta não tem nenhum efeito nos níveis de produtividade do trabalho, não contribuindo para o desenvolvimento de capacidades e atitudes facilitadoras da aprendizagem no posto de trabalho, mas apenas terá um efeito em termos de distribuição de rendimentos (op. cit.: 28). Nesta abordagem, a produtividade está exclusivamente dependente da natureza do trabalho sem qualquer contributo do capital humano de que o sujeito é portador e os diplomas representam apenas uma credencial que constitui essencialmente uma vantagem concorrencial potencial na negociação do acesso ao mercado de trabalho (op. cit.).

constroem não necessariamente por oposição intencional à teoria do capital humano mas que, pelos seus pressupostos, efectivamente surgem como contraponto àquela. Oriundas igualmente do campo da economia, podemos no entanto encontrar nestas críticas radicais um foco de análise mais centrado nos processos educativos, particularmente nos processos de escolarização. Entre estas abordagens críticas, o autor que vimos seguindo destaca: i) as que enfatizam o papel da escola no desenvolvimento e inculcação de atitudes de trabalho promovendo uma socialização antecipada para o trabalho, constituindo-se igualmente em agência de alocação de sujeitos adequados aos diversos segmentos do mercado; ii) as que acentuam a vertente de inculcação de um *ethos* do trabalho capitalista dos processos de escolarização, preparando uma força de trabalho para aceitar a ordem capitalista e para contribuir para a acumulação de capital e iii) as que enfatizam da escola o seu papel de socialização intergeracional da condição trabalhadora (Cabrito, 2002:31)

Ainda que *“criticada duramente a partir da década de 60, a “teoria do capital humano” veio retomar parte da sua importância inicial a partir dos finais do século XX, com as novas teorias do crescimento económico (Lucas, 1988; Romer, 1989 cit. por Cabrito, 2002), que priorizam o papel do conhecimento e da investigação científica na capacidade competitiva das economias e no êxito dos trabalhadores no mercado de trabalho. Neste contexto, é a natureza do conhecimento que a educação e a investigação oferecem que garante a sobrevivência dos Homens, empresas e países no quadro da globalização, onde a competição e a mobilidade dos factores de produção atinge a escala mundial”* (Cabrito, 2002:25). Por outro lado, não podemos deixar de frisar o papel de cortina de fumo ideológica que a Teoria do Capital Humano e os seus sucedâneos contemporâneos representam na medida em que *“a esperança de mobilidade social que a «teoria do capital humano» oferece aos filhos das classes operárias, faz desta teoria um «instrumento» que contribui para «pacificar» os indivíduos, diminuir as tensões sociais e reproduzir o sistema social. Nesse sentido, a «teoria do capital humano» contribuiria para que as sociedades capitalistas prolongassem a situação de dominação e de injustiça social que as caracteriza”* (Carter, 1976 cit. por Cabrito, 2002:32)

As reformas levadas a cabo nos sistemas educativos entre os anos 1950 e 1970, bem como a expansão daqueles, assentaram nas *pedras de toque* da política do pós-guerra, isto é, na crença da do crescimento económico continuado e, subsequentemente, na democratização económica, política e educativa, para a qual, precisamente, contribuiria o investimento educativo na criação de condições universais de igualdade de oportunidades para o acesso e o investimento na permanência dos indivíduos nos sistemas educativos, isto é, para o alargamento da base social de recrutamento dos processos de escolarização. Esta visão foi alimentada em boa medida pelo efectivo crescimento das economias que viviam na expectativa de que os sistemas educativos fossem céleres e eficazes na produção de uma mão-de-obra qualificada para lidar com novas tecnologias, se adaptar a novas funções e encarar processos de trabalhos distintos dos conhecidos e teve como consequência a elevação das expectativas dos sujeitos face ao processo de escolarização, conduzindo ao que Sérgio Grácio (1986) apelida de “*procura optimista*” de educação, já que a economia parecia responder, neste contexto, não só à integração dos indivíduos no mercado de trabalho, mas igualmente à sua recompensa diferenciada no interior deste em função da qualificação possuída.

A este propósito Belmiro Cabrito (2002) sugere que “*a relação que se estabeleceu entre qualificações possuídas e carreira profissional conduziu a que os indivíduos se apercebessem das vantagens económicas e sociais de que poderiam beneficiar com o consumo de mais educação. A «educação» surge, assim, como um bem que lhes franqueava as portas do mercado de trabalho de uma forma qualificada, dada a correspondência que se estabeleceu entre o nível de qualificações possuídas, a função desempenhada e os poderes económico e simbólico usufruídos associados a essa função*” (op. cit.: 22).

Encontramo-nos, pois, perante uma situação altamente favorável a que o campo económico exercesse, como exerceu, uma ascendência sobre o campo educativo, subordinando o funcionamento deste à resposta às demandas daquele, mas igualmente “*vantajoso*” para o campo educativo, objecto de vultuosos investimentos de recursos e a uma situação de dupla pressão sobre os sistemas educativos: “*pressionados no sentido da sua expansão não apenas pelo aparelho económico – que*

precisava de mão-de-obra qualificada –, mas também do lado dos indivíduos – cujas qualificações seriam aproveitadas para melhores empregos” (op. cit.: 22).

O acento no desenvolvimento de uma racionalidade individual e do empreendedorismo que está presente na Teoria da Modernização, assim como a centralidade atribuída a conceitos como os de inovação e difusão, através dos quais o processo de modernização se alastraria, incorporavam em si uma concepção clara de desenvolvimento do topo para a base social e do centro para o exterior. Na sua versão original, a Teoria da Modernização assumia que o processo de mudança política marcado pela emergência de instituições democráticas liberais seria o resultado inevitável do crescimento económico baseado no consumo de massas e na industrialização e na geração de estruturas económicas mais igualitárias nas quais assentariam aquelas instituições políticas. Mas ao longo dos anos 1960 tornou-se evidente que em muitos países do Terceiro Mundo, o processo de mudança política que acompanhava a modernização não só não ia no sentido da democratização, como muitas vezes o próprio processo de modernização era fonte de conflitos sociopolíticos que nem as instituições tradicionais, nem as trazidas dos países “*promotores*” da modernização eram capazes de gerir. A par destas constatações, o ambiente revolucionário que varreu algumas regiões do globo para onde a Teoria da Modernização se havia exportado conduziu, em contraponto, à emergência de algumas *nuances* na Teoria da Modernização que enfatizaram a estabilidade política em detrimento da promoção de instituições democráticas como condição do processo de modernização, o que legitimou o aparecimento e sustentação de regimes militares ou autoritários. Ora, a apreciação destes efeitos ajudou a enfrentar criticamente os pressupostos políticos que tinham estado por trás da expansão da Teoria da Modernização, designadamente o propósito imperialista e neo-colonialista das potências Ocidentais, particularmente os EUA, que estava subjacente à sua implementação na medida em que a Teoria da Modernização ajudava a providenciar uma justificação implícita para a relação de poder assimétrica entre sociedades “*tradicionais*” e sociedades “*modernas*”, a assimilar a presença e expansão do comunismo no Terceiro Mundo com um problema de modernização ou a legitimar a

política de ajuda internacional dos EUA (ou por outras palavras o seu expansionismo) (So, 1990).

Na viragem dos anos 1960 para os anos 1970, os pressupostos da Teoria da Modernização já tinham sido postos em causa, salientando-se não só, genericamente, o falhanço da transição tradicional-moderno³⁹ tal como por aquela prescrita mas mais ainda, particularmente, constatando o aumento das clivagens socioeconómicas (e não a mobilidade social ascendente esperada) e a apropriação pelas elites das políticas modernizadoras em seu benefício (não se constituindo assim em vanguarda da modernização para a generalidade da população, mas, em boa verdade, aprofundando divisões sociais). Durante grande parte dos anos 1970 e 1980, o paradigma da modernização foi relegado para as margens da teoria do desenvolvimento e sujeito às críticas à esquerda, por intermédio da teoria da dependência e dos neo-marxistas, e à direita pelos neoliberais⁴⁰.

A Teoria da Dependência

Mas a Teoria da Modernização, apesar de hegemónica, não dominou incontestavelmente o campo do pensamento sobre o desenvolvimento durante as décadas de 1960 e 1970. Com efeito, com origem nos países do Sul, particularmente na América Latina, uma outra corrente teórica emergiu e se consolidou durante este período e adquiriu uma importância significativa nos países ditos subdesenvolvidos ou que vinham de processos longos de colonização Ocidental: a Teoria da Dependência. Aliás, se a Teoria e a Escola da Dependência foi, no início dos anos 1960, uma resposta à crise do Marxismo ortodoxo na América Latina, o seu acolhimento favorável para além das fronteiras da América Latina deveu-se com certeza ao declínio que a Teoria da Modernização vinha conhecendo, designadamente nos EUA (So, 1990).

³⁹ Brohman (2001:23) refere que, para a generalidade dos países do Sul, a Teoria da Modernização conduziu a economias estagnadas, desigualdades agravadas e repressão política...

⁴⁰ Nos últimos anos, de acordo com Brohman (2001:23-25), há uma tentativa de recuperação em moldes renovados da Teoria da Modernização, incorporando parte das críticas que lhe foram feitas durante os anos 70, nomeadamente respondendo à crítica de i) desvio ideológico ocidentalista e à ii) adopção de um evolucionismo determinista e formalista baseado na História ocidental. Neste sentido há tentativas de explorar alternativas conceptuais à dicotomia tradicional-moderno, nomeadamente alijando o conceito de modernização do seu referente formalista e do conteúdo ideológico para o associar à capacidade de “transformação social” das diferentes sociedades (*op. cit.*: 25-26).

A sua premissa de base resulta de uma ideia desenvolvida por Paul Baran segundo a qual seria a participação na economia mundial capitalista – e, obviamente, o modo de funcionamento desta – o factor responsável pelo subdesenvolvimento dos países periféricos, e que, dentro do âmbito da economia capitalista, nenhum país periférico seria capaz de romper com a dependência que impede que se desenvolva de modo similar aos países industrializados (Cendrero, 2008:49-51). Daqui pode extrair-se uma segunda premissa, invariável apesar da diversidade de análises internas à Teoria da Dependência, que é a de que são as influências externas que distorcem o processo de desenvolvimentos dos países periféricos.

Na verdade, o contributo de Paul Baran, através de uma obra de 1959 que é considerada pioneira da teoria e da escola de pensamento da dependência, globalmente permite reabilitar a análise marxista do desenvolvimento⁴¹, salientando que esta já não é apenas pertinente para descrever as consequências do desenvolvimento capitalista à escala mundial, o seu impacto no desenvolvimento das forças produtivas e as suas implicações na construção de condições objectivas para o advento do socialismo, como sustentavam os teóricos marxistas do início do século (Lenine, Rosa do Luxemburgo, Nikolai Bujarin ou Rudolf Hilferding, por exemplo), que se tinham essencialmente debruçado sobre o desenvolvimento capitalista na sua fase imperialista e sobre as suas repercussões na articulação e funcionamento da economia mundial, mas que a análise marxista é igualmente pertinente para analisar especificamente a condição de subdesenvolvimento que afectava designadamente os países da América Latina. Este é verdadeiramente o grande contributo de Paul Baran que em finais dos anos 1950 realiza, a partir de uma perspectiva económica marxista, a análise da natureza dos países subdesenvolvidos e se envolve na busca das origens do subdesenvolvimento.

Da mesma forma que pode afirmar-se que a Escola da Modernização examina o desenvolvimento do ponto de vista dos EUA e de outros países Ocidentais, pode

⁴¹ Outra tradição teórica sob a qual assenta a Escola da Dependência principalmente nas suas formulações dos anos 1960 e 1970, é o chamado neo-marxismo uma vez que o sucesso das revoluções chinesa (1949) e cubana (1959) ajudaram a disseminar uma nova forma de marxismo nas universidades latino-americanas, dando origem a uma geração de “*radicais*”, cujos membros se designavam a si mesmos de “*neo-marxistas*”.

dizer-se que a Escola da Dependência encara o desenvolvimento a partir da perspectiva do designado Terceiro Mundo e, como pode facilmente perceber-se, a atribuição de responsabilidades ao capitalismo pela condição dos países subdesenvolvidos implicou necessariamente que a perspectiva desenvolvida a partir destes países fosse no sentido de acentuar a necessidade de superação do capitalismo como sistema económico e de ruptura com a economia mundial. Como sugere neste sentido Samir Amin (*cit. por* Cendrero, 2008:51), o desenvolvimento desigual a que estão sujeitos estes países impõe a interrupção da conexão com a economia mundial como alternativa para que a periferia consiga alcançar um *“desenvolvimento popular, nacional e aut centrado”*, ou seja, primordialmente preocupado com a satisfação das necessidades dos sectores populares, *“o que significa ignorar o sistema de preços derivado dos intercâmbios no mercado, capitalista, mundial e estabelecer outro que permita uma retribuição crescente dos produtores directos”* (Amin, 1986 e 1988 *cit. por* Cendrero, 2008:51), porque, caso contrário, a participação na economia mundial continuará a gerar a reprodução das disparidades entre centro e periferia capitalista. Esta análise, que supunha a ruptura com os moldes em que a economia mundial estava estruturada, encontrava suporte na análise sócio-histórica que mostrava como os processos de colonização, a partir de determinado momento, foram também processos de incorporação das periferias na economia mundial (e de constituição verdadeiramente de uma economia mundializada) e de como o subdesenvolvimento havia sido uma consequência do modo como se havia procedido a esta incorporação. Como assinala Cendrero (2008:53), esta interpretação é marcada por um certo *“determinismo mecanicista”* que subjugava os factores internos dos países ao peso dos factores externos, bem como, consequentemente, só possa ter como corolário lógico a ideia de que a economia de alguns países (os periféricos) está dependente da evolução e expansão da economia de outros (os centrais) e que a expansão e autosuficiência dos países periféricos só poderá ocorrer como reflexo da expansão e autosuficiência dos países centrais e nunca como um caminho próprio ou, nos termos em que o coloca Paul Sweezy (1968, *cit. por* Cendrero, 2008:54), *“o desenvolvimento capitalista produz inevitavelmente desenvolvimento num pólo e subdesenvolvimento em outro”*.

A Teoria da Dependência e os seus arautos emergem na América Latina no início dos anos 1960 (cf. tb. Rist, 2001a) no momento que coincide com a resposta à bancarrota do Programa da Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina (ECLA é o seu acrónimo anglosaxónico e CEPAL o seu acrónimo latino). E é sob a égide da ECLA que alguns teóricos, de forma paralela à análise marxista do subdesenvolvimento, vão trazer contributos importantes para a Teoria da Dependência principalmente a partir da constatação das limitações das estratégias de desenvolvimento ligadas à substituição das importações e de uma percepção cada vez mais céptica acerca da natureza do desenvolvimento capitalista na América Latina. Com efeito, a formulação de uma escola de desenvolvimento distintivamente latino-americana está intimamente relacionada com a ECLA. Convém recordar que nesta época a doutrina dominante do desenvolvimento dos países não industrializados assentava em 3 pilares: i) as transferências massivas de capital nomeadamente de origem privada; ii) a exportação de matérias-primas e iii) o livre jogo do mercado no quadro da teoria das vantagens comparativas dos países (Rist, 2001a).

Ora, os estudos da ECLA vêm mostrar que existe uma discrepância entre estes princípios e as situações históricas concretas, nomeadamente, i) demonstrando a falácia da livre troca (e da teoria das vantagens comparativas) já que as estruturas económicas dos países industrializados são substancialmente distintas das dos países com economias dominadas, o que conduz a que de facto a troca não seja livre, mas antes desigual, com claro favorecimento das economias centrais e, a longo prazo, com uma deterioração dos termos das trocas em prejuízo dos países do Sul (*idem, ibidem*:185); ii) sugerindo que não seria necessário especializar os países periféricos no papel de exportadores de matérias-primas, mas antes desenvolver aí algumas formas de industrialização que permitissem substituir a grande dependência das importações e do capital estrangeiro; iii) apelando a uma intervenção mais forte do Estado não só para prevenir as desigualdades, através por exemplo da promoção de políticas de reforma agrária, mas também para coordenar a melhor repartição dos investimentos e, ainda, iv) apelando a um reagrupamento económico regional.

No manifesto da ECLA, Raul Prebisch, o argentino presidente daquela entidade que já havia sido criada em 1948, criticou o esquema de divisão internacional do trabalho, acusando-o de constituir a raiz dos problemas de desenvolvimento da América Latina. Na sua perspectiva, a estratégia para o desenvolvimento da América Latina passava por acabar com a lógica de produzir apenas alimentos e matérias-primas e receber bens transformados dos países industrialmente desenvolvidos – o que evidentemente acarretava implicações negativas na acumulação doméstica de capital – bem como por incentivar o processo de industrialização (o que não deixava de ser uma perspectiva otimista que assentava na ideia de que as várias características de uma sociedade subdesenvolvida desapareceriam com o processo de industrialização).

A abordagem da ECLA, constituída essencialmente por economistas, é objecto de críticas à direita – opondo-se ao que julgavam ser um *“socialismo camuflado”* (Rist, 2001,a:186), isto é, à politização do económico e à redefinição do papel do Estado no sentido de ser mais interventor, bem como, reagindo contra as críticas ao livre jogo do mercado – e à esquerda, por parte dos sociólogos que haveriam de vir a constituir a Escola da Dependência, em que as críticas acentuavam a ideia de que a ECLA *“não se interessava senão pelos meios de realizar a acumulação de capital sem se preocupar com as condições dessa acumulação”* (op. cit.:186).

Este não é exactamente o entendimento de Cendrero (2008) para quem estes autores ligados à ECLA não abandonam como matriz da sua análise a noção de dependência nos termos em que foi formulada na génese – como, aliás, reforça Rist (2001,a:187) *“a existência de uma dependência económica dos países periféricos face ao capitalismo central constitui certamente um postulado partilhado por todos os dependentistas – incluindo os pesquisadores da CEPAL – mas a partir daí as suas pesquisas procuram compreender de forma global as implicações desse fenómeno geral na estrutura social”* -, pelo que, se desenvolve uma análise que põe essencialmente em destaque as deficiências do desenvolvimento capitalista da América Latina, impulsionado pela industrialização, considerado insatisfatório na medida em que se caracteriza por ser concentrado e excludente (Cendrero, 2008:54), por outro lado, acentuam claramente que é insuficiente a transformação da estrutura

produtiva para inverter a condição de subdesenvolvimento, pelo que reclamam transformações mais profundas na estrutura social e na ordem social vigente que não se prendem necessariamente e apenas com a eliminação de “barreiras” ao desenvolvimento industrial. A título de exemplo, Cendrero (*op. cit.*:54-55) refere as discussões a que neste contexto se assiste em torno da necessidade da reforma agrária que são pautadas por argumentos que já não enfatizam somente o seu carácter vantajoso para uma política de industrialização mas que, pelo contrário, são argumentos em prol do seu carácter imprescindível no âmbito da discussão mais vasta acerca da propriedade dos meios de produção.

Tal como acontece com a Teoria da Modernização, os autores que se abrigam sob a designação de teóricos da dependência constituem uma realidade profundamente heterogénea. Estes autores provêm de muitas disciplinas das Ciências Sociais, com um enfoque nos diferentes países da América Latina, mas também em outras regiões e têm orientações ideológicas e compromissos políticos diversos. No entanto, como sugere Alvin So (1990), os membros da escola da dependência tendem a partilhar as seguintes assunções básicas: i) *a dependência é vista como um processo geral, aplicável a todos os países do Terceiro Mundo*. A finalidade da escola da dependência é delinear o padrão geral da dependência no Terceiro Mundo através da história do capitalismo desde o século XVI até ao presente; ii) *a dependência é entendida como uma condição externa, isto é, imposta do exterior*. Os mais importantes obstáculos ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo devem ser procurados não no domínio da economia nacional mas antes na herança histórica do colonialismo e na perpetuação de uma divisão internacional do trabalho desigual; iii) *a dependência é analisada essencialmente como condição económica*; iv) *a dependência é tratada como uma componente da polarização regional da economia global*: por um lado o fluxo de mais-valia que se escapa dos países do Terceiro Mundo conduz ao seu subdesenvolvimento, por outro lado o desenvolvimento dos países Ocidentais decorre precisamente do ingresso dessas mais-valias provenientes daqueles outros países. Assim, o subdesenvolvimento na periferia e o desenvolvimento no centro são duas faces do mesmo processo de acumulação de capital, conduzindo à polarização regional da economia global; v) *a dependência é vista como incompatível com o*

desenvolvimento. Para a escola da dependência o desenvolvimento não é possível nos países da periferia ainda que alguns avanços menores possam ser alcançados durante períodos de isolamento (como por exemplo os provocados por guerras ou depressões económicas de âmbito global).

Assim, para os proponentes da escola da dependência há a necessidade de redefinir o termo desenvolvimento no sentido de que deve significar mais do que apenas mais indústria, mais produção ou incremento de produtividade. Pelo contrário, o desenvolvimento deve ser definido em termos de melhoria do padrão de vida para todas as pessoas na periferia.

Nas palavras de Gilbert Rist (2001,a:187), e em termos de síntese, a Teoria da Dependência *“interessa-se pelos fenómenos históricos internos dos países latino-americanos a fim de explicar a sua relação com o sistema capitalista internacional”* ou, dito de outro modo, *“trata-se de pensar a relação entre «desenvolvimento» e «subdesenvolvimento» de maneira global”*.

Mas é igualmente importante compreender quais são as implicações políticas da Teoria da Dependência, sabendo de antemão, como nos alerta Alvin So (1990), que as suas perspectivas são exactamente opostas às da Teoria da Modernização. De facto, enquanto: i) a Teoria da Modernização propõe que a periferia deva estar disponível para maiores contactos com os países Ocidentais (mais ajuda, mais tecnologia, mais valores modernos), a Teoria da Dependência argumenta que é prejudicial para os países da periferia manter mais contactos com os países centrais. De facto, para a Teoria da Dependência, o contacto existente já é suficientemente danoso dado que desde a era do colonialismo que a economia política da periferia tem sido totalmente (re)estruturada para servir os interesses do centro, conduzindo assim ao desenvolvimento do subdesenvolvimento; ii) a Teoria da Dependência, pelo contrário, sugere que os países periféricos devam atenuar os seus laços com os países centrais. Em vez de assentarem na ajuda e tecnologia externa os países periféricos devem adoptar um modelo auto-suficiente (*self-reliance*: o que não significa o completo isolamento dos outros estados-nação, mas sim evitar ser dominado por estes) assentando nos seus próprios recursos e planeando os seus próprios percursos de

desenvolvimento de modo a alcançar a independência e um desenvolvimento nacional autónomo; iii) como parte das elites dos países do Terceiro Mundo, para manter o seu estatuto, precisa de manter relações com os países centrais, o corte com os países centrais proposto pela Teoria da Dependência não é aceite por aqueles, daí que alguns pesquisadores inscritos na escola teórica da dependência sugiram a necessidade de uma revolução socialista – à moda cubana ou chinesa – de modo a que os países periféricos se livrem das velhas elites e as substituam por um novo poder cuja missão seja a de satisfazer as necessidades humanas dos camponeses e trabalhadores.

A Teoria da Dependência manteve uma forte vitalidade durante as décadas de 1960 e 1970 mas, essencialmente a partir desta última década, a transformação na divisão internacional do trabalho provocada pelos movimentos de industrialização de alguns dos países até então considerados periféricos vieram mostrar como o juízo absoluto acerca da impossibilidade destes “*ascenderem*” ao patamar dos países centrais no que ao desenvolvimento capitalista diz respeito pecava por excessivo, o que principalmente atingiu a credibilidade dos argumentos das primeiras versões da Teoria da Dependência muito marcadas por um pensamento neo-marxista que, como já vimos, negavam em absoluto esta possibilidade. Por outro lado, como salienta Cendrero (2008:55), assiste-se a uma crescente heterogeneização dos países ditos do Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos com a emergência de potências económicas periféricas de algum relevo no panorama internacional (novos países industrializados ou exportadores de petróleo, por exemplo) o que vem provocar a necessidade de reajustar alguns dos conceitos centrais da análise dependentista, designadamente os que se prendem com a relação dicotómica entre centro/periferia. Estes factos conduzem a que o foco de análise de um conjunto de novos autores que despontam ou que reorientam as suas grelhas teóricas deixe de ser a justificação da impossibilidade de desenvolvimento dos países periféricos a partir da apreciação da relação que estes estabelecem com os países centrais e da posição que ocupam no sistema capitalista à escala mundial, para passar a centrar-se na compreensão da natureza do desenvolvimento capitalista nos países periféricos que, obviamente, não dispensa a análise do modo como as influências externas particularmente dos países

centrais, ou o posicionamento no mercado capitalista global, moldam essa natureza e contribuem para que nos países periféricos o desenvolvimento capitalista sofra distorções e desequilíbrios. Não cabe na economia deste trabalho apreciar devidamente as subtis diferenças internas que a partir da década de 1970 vão marcando a teoria e a escola da dependência e que, aliás, estarão na origem de uma outra corrente teórica e de uma outra escola do pensamento sobre o desenvolvimento – a teoria do sistema-mundo –, ainda assim importa salientar, com Cendrero (*op. cit.*:56-57), que estes movimentos vão procurar renovar e actualizar os seus contributos para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, particularmente dos países ditos periféricos, constituindo *“esforços importantes de compreensão, de escrutínio, de identificação das linhas básicas do funcionamento do subdesenvolvimento e da própria economia mundial em cujo seio se gera e reproduz. O resultado serão elaborações com altíssimos graus de abstracção e memoráveis esforços de conceptualização e identificação da lógica de funcionamento de grandes agregados económicos que pretenderão compreender a realidade social no seu conjunto e não meramente a sua dimensão económica”*.

Uma outra linha de abordagem crítica à Teoria e à Escola da Dependência é avançada por Gilbert Rist (2001,a:190) sob o argumento de que estaremos perante um novo paradigma mas marcado por pressupostos antigos. O seu raciocínio passa por reconhecer que enquanto conjunto de hipótese que durante um certo tempo fornece a uma comunidade de pesquisadores uma série de problemas-tipo e de soluções que podem ser aplicáveis a situações diferentes, a teoria da dependência é claramente um paradigma. Para além disso, independentemente das variações internas, a teoria da dependência construiu um conjunto de conceitos e uma perspectiva teórica comum que se opõe a e põe em causa seriamente um outro paradigma: a Teoria da Modernização. Com efeito, como reconhece Rist (*op. cit.*:190), é graças à teoria da dependência que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento podem ser pensados a uma nova luz que não a que naturalizou as etapas do crescimento das sociedades, designadamente incorporando uma visão histórica de longo prazo das transformações sofridas pelas periferias em função da sua inscrição no sistema capitalista mundial. Outros argumentos em favor dos contributos da teoria da dependência podem ainda

ser aduzidos, nomeadamente o facto de ao raciocinar em termos de estruturas internacionais permitir fazer emergir à análise os mecanismos nacionais e internacionais de apropriação da mais-valia em proveito das economias centrais, assim, demonstrando que o regime de acumulação que prevaleceu nos países de industrialização precoce pode não se reproduzir nas periferias. Isto é, não é necessário que o desenvolvimento das periferias passe inevitavelmente pela exportação de matérias-primas e podem ainda assim industrializar-se e modernizar-se, ainda que este desenvolvimento possa não vir a beneficiar a totalidade das suas populações por razões que se prendem tanto com a estrutura política interna como com a dominação externa. Como salienta Rist (2001b:191) esta argumentação da teoria dependentista ajuda “a réenchâsser l’économique dans l’ordre socio-politique, plutôt que de le considérer comme une variable indépendante” (Rist, *op. cit.*:191).

No entanto para além destes valiosos contributos ao pensamento sobre o desenvolvimento, Rist (2001b) identifica na teoria da dependência alguns problemas ou possíveis mal-entendidos.

O primeiro destes resulta de uma certa generalização do uso da noção de “dependência” que conduziu à sua simplificação teórica excessiva, isto é, a uma utilização que acaba por fazer crer que o desenvolvimento do centro está exclusivamente dependente do subdesenvolvimento das periferias. Ainda que seja inegável a apropriação pelos países centrais de mais-valias produzidas pelos países periféricos, configurando uma relação de dominação e de troca desigual, também é necessário admitir que os países centrais industrializados, designadamente os Europeus e da América do Norte, viveram durante os designados “*Trinta Gloriosos Anos*” um período de forte crescimento económico que não dependeu largamente das trocas internacionais, mas antes do “sucesso” do “*círculo virtuoso fordista*”⁴² que

⁴² Aplica-se a expressão «*círculo virtuoso do fordismo*» à lógica económica segundo a qual foi possível manter uma continuidade funcional entre o aumento da produção, a elevação dos rendimentos individuais dos trabalhadores e, consequentemente, o aumento dos níveis de consumo, o que implicava continuamente aumentar a produção, criar mais emprego e melhorar os salários, promover o consumo e assim sucessivamente. Esta lógica não pode ser considerada e dita «virtuosa» se atendermos à “*contraproduktividade*” (Illich, 1970) a que inevitavelmente conduz, isto é, a partir de determinado patamar de desenvolvimento desta lógica, o crescimento virtuoso transforma-se em vicioso já que se atinge uma situação em que a produção em massa, não só ameaça tornar-se insustentável ambientalmente, como se torna excessiva face ao volume de necessidades a satisfazer, inviabilizando a

promoveu fortemente o crescimento dos mercados internos – motivado pelo incentivo ao consumo –, graças à redistribuição dos ganhos em produtividade pelos trabalhadores sob a forma de salários crescentes.

Uma segunda questão colocada por Rist (*op. cit.*) prende-se com a dificuldade em definir o grau de dependência de um país face a outros. De acordo com este autor, todos os países são ou já foram de alguma forma dependentes de outros, na medida que não foram ou não são auto-suficientes, o que não faz deles necessariamente países subdesenvolvidos e, por outro lado, salienta como a dependência é uma relação biunívoca, ainda que desigualmente biunívoca. Por isto, conclui Rist (2001b) algumas das contradições denunciadas pela Teoria da Dependência sempre existiram e fazem parte do funcionamento “*normal*” das trocas internacionais.

Um terceiro aspecto evocado por Rist (2001b) que o remete aliás para a categoria de uma espécie de acto de contrição de um dos principais autores da Teoria da Dependência, Fernando Henrique Cardoso, prende-se com o facto de que a Escola da Dependência não propõe nenhuma solução para os problemas que identifica. A forma como os problemas são colocados pela Teoria da Dependência tornam imprescindíveis respostas ao nível da transformação da infra-estrutura económica e da super-estrutura política-ideológica, mas, em boa verdade a teoria é construída na base de uma “*explosão revolucionária*” prévia que seria suposto então desencadear estas transformações. Ora, não parece que a Teoria da Dependência se tenha ocupado e preocupado com as condições necessárias a uma mobilização política que pudesse ser bem sucedida na construção desta condição prévia, mesmo se alguns países latino-americanos foram pontualmente experienciando movimentos revolucionários. Por outro lado, a opção teórica pelo marxismo ou por um neo-marxismo, ainda que configurasse como orientação global a recusa do capitalismo, também não foi capaz de

sustentabilidade dos mecanismos que alimentavam a sua virtuosidade (o pleno emprego e o aumento do consumo). Os mecanismos de gestão das crises desta lógica económica começaram por assentar no investimento estatal no relançamento económico mas, a partir de finais dos anos 1970, estes mecanismos revelam-se incapazes de inverter a falência do círculo virtuoso do fordismo pelo que se assistiu à emergência de novas lógicas económicas - o designado pós-fordismo - em que a par da síncope de alguns dos sectores de produção em massa assistimos ao desenvolvimento de produções altamente especializadas e em micro-escala capazes de fomentar e alimentar necessidades específicas voltadas para nichos da população.

consolidar um projecto que identificasse seriamente as forças sociais que poderiam prosseguir este desígnio de construir um projecto social diferente.

Por fim, um outro aspecto olhado criticamente por Rist (2001b), e que é claramente uma questão importante para situar a Teoria e a Escola da Dependência no campo das narrativas sobre o desenvolvimento, concerne o facto de que os dependentistas propõem um mesmo tipo de desenvolvimento, ainda que em benefício de outras classes ou estratos sociais. Quer isto dizer, que não obstante a Escola da Dependência reconhecer o carácter sócio-histórico do dito subdesenvolvimento, e portanto recusar a sua condição natural, associando-o às relações de dominação provocadas pelo colonialismo e pelo capitalismo central, o entende como um disfuncionamento das lógicas normais do desenvolvimento, como um bloqueio que impede um normal curso de algo que não se questiona. Não está ausente desta forma de pensamento uma certa naturalização da bondade do social, que seria apenas corrompida pela intervenção humana ainda que, por intermédio de um esforço de racionalidade, que segundo as orientações programáticas se pode traduzir ou pela libertação das forças do mercado ou pela oposição às injustiças, às desigualdades e à propriedade privada, pode retomar o seu curso natural, a sua trajectória normal. Ora, esta característica leva Gilbert Rist (*op. cit.*:194) a admitir que a Teoria da Dependência nos ajuda a compreender a origem do subdesenvolvimento mas que nos diz pouco sobre o desenvolvimento e sobre aquilo em que este se poderia constituir se fossem desbloqueados os obstáculos estruturais e/ou históricos que a Teoria da Dependência assinala. Nesta perspectiva, de acordo com o autor que seguimos, podemos perguntar-nos se a teoria da dependência não substitui simplesmente a tradicional dicotomia tradição-modernidade que estrutura a Teoria da Modernização por uma nova dicotomia: a do centro-periferia. Parece ficar claro que, paradoxalmente, os dependentistas ao esclarecerem bem as relações entre capitalismo e subdesenvolvimento e sobre as relações deste com os interesses de classe e com os mecanismos do sistema internacional de relações económicas e políticas estão a opor-se critica e frontalmente ao capitalismo, mas continuando a ter o desenvolvimento nos seus pressupostos capitalistas como horizonte uma vez que não põem em causa os seus pressupostos fundamentais, designadamente os que reenviam para a ideia de

crescimento considerado como condição necessária de acesso ao modo de consumo ocidental (Rist, *op. cit.*:195). Esta crítica radica nas próprias opções teóricas que a Escola da Dependência mobiliza. Com efeito, enfatiza Rist (*op. cit.*:195), ao adoptar uma visão marxista do mundo, esta perspectiva permite-se fazer uma análise crítica interna *ao* sistema social ocidental mas não *do* sistema social ocidental e assim, o desenvolvimento das forças produtivas acaba por constituir o objectivo central, quer do capitalismo, quer do socialismo⁴³ e, como tal, a teleologia do desenvolvimento tal como herdada da modernidade ocidental é exactamente a mesma. Este facto conduz-nos à compreensão, na opinião de Rist (*op. cit.*:195-196), de por que é que a “*escola da dependência não se interroga nem sobre os aspectos culturais do «desenvolvimento», para discutir a possibilidade de modelos fundados em outros pressupostos, nem sobre as consequências ecológicas de uma industrialização considerada como necessária ao bem-estar colectivo*”.

Em jeito de síntese, e partindo do pressuposto que as duas narrativas científicas mais relevantes para a produção de um imaginário sobre o desenvolvimento são a Teoria da Modernização, que particularmente continua a povoar as políticas e práticas de desenvolvimento em grande parte dos países Ocidentais, e a Teoria da Dependência que tendo marcado fortemente o pensamento das periferias do sistema-mundo sobre o seu processo de desenvolvimento, se mantém ainda hoje como uma referência incontornável, quer para alguns discursos científicos que incorporaram os seus contributos e procuram transcender as suas limitações em face de um novo contexto sócio-político e económico em termos de relações entre países (nomeadamente a Teoria do Sistema Mundo), quer para alguns dos discursos ideologicamente mais radicais, quer, enfim, para um conjunto de práticas que designadamente nos países do Sul se vêm desenvolvendo a coberto da designação de desenvolvimento alternativo, parece-nos importante não avançar sem antes,

⁴³ Cf. a este respeito Finger, (1993) que face ao actual contexto de industrialização *contraproducente*, para usar o conceito de Illich, utiliza esta mesma crítica para identificar as limitações das perspectivas que no campo da educação de adultos se reclamam da herança marxista, como por exemplo, as teorias que aproveitam do trabalho de Paulo Freire desenvolvido nos anos 60, numa perspectiva de humanização do desenvolvimento, para dar conta dos desafios que as sociedades ocidentais enfrentam desde a última década do século XX.

recorrendo à sistematização de Alvin So (1990), pôr em confronto ambas as perspectivas para nelas destacar os pontos de encontro e as divergências.

No que diz respeito às suas semelhanças o autor referido salienta: i) As duas perspectivas têm o mesmo enfoque de pesquisa: estão interessadas no desenvolvimento do Terceiro Mundo e querem descobrir que factores promovem o desenvolvimento daquele; ii) As duas perspectivas adoptam metodologias similares: ancoram a sua discussão num nível de abstracção elevado, procurando explicar os processos gerais de desenvolvimento aplicáveis a todas as nações; iii) As duas perspectivas desenvolveram um quadro teórico polarizado, ainda que a Escola da Modernização tenda a enunciá-lo a partir da dicotomia “*tradição versus modernidade*” e a Escola da Dependência clássica a enuncie segundo a dicotomia “*centro (metrópole) versus periferia (satélite)*”.

Por seu turno, no que respeita às suas diferenças, Alvin So (1990) destaca: i) *Resultam de bases teóricas distintas*. Enquanto a perspectiva clássica da modernização é fortemente influenciada pelas teorias evolucionistas europeias e pelas teorias funcionalistas americanas, a perspectiva clássica da Escola da Dependência é fortemente influenciada pelo programa liberal ECLA e pelas teorias radicais neo-marxistas; ii) No que diz respeito às causas dos problemas do Terceiro Mundo, a perspectiva clássica da modernização oferece uma explicação interna, apontando para traços como uma cultura tradicional, falta de investimento produtivo e ausência de motivação para se ser bem sucedido nos países do Terceiro Mundo. A perspectiva clássica da Escola da Dependência, em contraste, oferece uma explicação externa, acentuando os papéis desempenhados pelo colonialismo e neocolonialismo na moldagem do subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo; iii) A perspectiva clássica da modernização caracteriza as ligações entre países do Terceiro Mundo e do Ocidente como benéficas. Nesta perspectiva, os países Ocidentais estão a ajudar (a prestar assistência) ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. A perspectiva clássica da dependência, por outro lado, vê aquelas ligações como prejudiciais: os países Ocidentais estão a explorar os países do Terceiro Mundo para seu próprio benefício; iv) Ao prever a futura direcção do desenvolvimento, a perspectiva clássica

da modernização é geralmente optimista. Com paciência os países do Terceiro Mundo eventualmente “*apanharão*” os países Ocidentais e modernizar-se-ão. A visão da perspectiva clássica da dependência a respeito do futuro dos países do Terceiro Mundo é pessimista. Se as actuais ligações exploradoras permanecerem sem ser desafiadas, os países do Terceiro Mundo tornar-se-ão cada vez mais dependentes dos países Ocidentais, conduzindo a um maior subdesenvolvimento; v) No que respeita às soluções para a situação de “*atraso*” dos países do Terceiro Mundo, a perspectiva clássica da modernização advoga mais ligações com os países Ocidentais, passando por exemplo por mais ajuda externa, mais trocas culturais e mais transferência tecnológica. Os pesquisadores inscritos na perspectiva clássica da dependência têm uma abordagem completamente distinta: advogam a redução das ligações com os países centrais para que os países do Terceiro Mundo possam alcançar um desenvolvimento independente e autónomo e consideram que uma revolução socialista radical pode ser necessária para alcançar esta finalidade.

A viragem neo-liberal: a recuperação da Teoria da Modernização e a Teoria da Escolha Pública

A partir da constatação de que nem as perspectivas dominantes, nem as perspectivas radicais por si só (ou em si mesmas) dão conta de oferecerem “*soluções*” teóricas sobre e práticas para o desenvolvimento, assiste-se recentemente a um movimento no sentido de procurar a convergência entre aspectos da Teoria da Modernização e de outras perspectivas e a criação de perspectivas híbridas, nomeadamente a partir da incorporação na Teoria da Modernização de elementos da Teoria da Dependência e da Teoria do Sistema Mundo o que permitiria dar conta de forma integrada dos factores económicos e socioculturais do desenvolvimento, internos e externos, bem como obviar ao desvio etnocentrista e burguês da teoria da modernização. No entanto, a comensurabilidade entre estas perspectivas tem igualmente sido posta em causa pela perda de coerência teórica que aporta a cada uma das perspectivas e vem sendo igualmente discutida pelos obstáculos a que está sujeita, que particularmente implicaria ultrapassar as substanciais diferenças ideológicas que as caracterizam.

Mas, a par dos esforços teóricos de criar uma teoria híbrida assistimos, essencialmente nas últimas duas décadas, a uma viragem que tende a abandonar a perspectiva desenvolvimentista em favor do neoliberalismo, numa espécie de “*contra-revolução*” liberal face ao impacto que o pensamento keynesiano teve durante os “*trinta gloriosos anos*” que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, particularmente no seio da teoria do crescimento económico e da modernização. Particularmente durante os anos 1950 e 1960, a maioria dos teóricos das correntes dominantes do desenvolvimento rejeitavam a ênfase da economia neoclássica nas forças de mercado e no crescimento “*outward-oriented*” (virado para o exterior), considerado pouco adequado para as necessidades de rápido desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e advogavam ainda a importância de uma intervenção de iniciativa estatal, através do planeamento e do investimento, para sustentar as fases iniciais dos processos de crescimento económico e de modernização que permitiriam a sustentação futura do processo de desenvolvimento, desconfiando assim da capacidade de o mercado vencer a inércia inicial.

A viragem neoliberal, e portanto em direcção a uma forte ortodoxia económica neo-clássica, foi-se forjando lentamente já em finais dos anos 1960 e insinuou-se em sectores como o do comércio internacional e da planificação do desenvolvimento acompanhando o declínio do paradigma desenvolvimentista, mas a verdadeira viragem acontece com a chegada ao poder na Alemanha (Federal), Inglaterra e nos Estados Unidos de um conservadorismo anti-Keynesiano protagonizado particularmente por Margaret Thatcher e Ronald Reagan que com os seus economistas neo-clássicos, pela visibilidade e influência nas instâncias internacionais que passam a ter e auxiliados pela crise económica vivida pelos países do Sul, operam “*a profound change in the accepted economic, financial, and sociopolitical orthodoxy, which placed a new emphasis on supply-side factors, private initiative, market-led growth, an outward-oriented development, while turning away from old developmentalist policies based in demand stimulation, import-substitution, state intervention, and centralized development planning*” (Brohman, 2001:27). A contra-revolução liberal enfatiza três aspectos: i) a adopção do monetarismo como doutrina económica, ii) o anti-Keynesianismo e a iii) monoeconomia.

O monetarismo é a doutrina mais influente no desenho da teoria neoliberal e das suas extensões no campo do desenvolvimento, particularmente os programas de ajustamento estrutural levados a cabo pelo FMI e pelo Banco Mundial. Esta doutrina essencialmente advoga a manutenção de baixas taxas de juros para promover o crescimento e está preocupada com a quantidade de dinheiro que circula numa dada economia, situação directamente imputada à acção dos governos, já que é esta que determina absolutamente o preço dos bens. Nesta óptica os problemas macroeconómicos, como o endividamento ou a pressão inflacionista, vividos por alguns países são vistos essencialmente como um fenómeno monetário em resultado de excessivos gastos do governo e estimulação da procura que leva a que a quantidade de dinheiro que em dado momento circula seja insustentável.

A crítica neoliberal à intervenção estatal numa lógica keynesiana acentua a responsabilidade desta pela situação de estagnação económica vivida pelos países do Terceiro Mundo, sugerindo que esta crise não é causada por factores externos (neocolonialismo ou desigualdades estruturais globais) mas sim em resultado de políticas internas conduzidas na crença ilusória de que o Keynesianismo promoveria o desenvolvimento, situação que só poderia ser superada pela rejeição da intervenção estatal keynesianista em favor de políticas baseadas na teoria económica neoclássica, isto é, que promovessem a redução do papel do Estado à condição de promotor de um enquadramento em que o mercado pudesse operar eficientemente.

Por fim, a perspectiva monoeconómica sustenta que a teoria económica neoclássica ortodoxa é igualmente aplicável em qualquer contexto nacional, e mesmo se estes são atravessados por particularidades, os agentes económicos e os mercados funcionam de acordo com lógicas que são comuns a todos. Nesta perspectiva, os problemas dos países do Terceiro Mundo não requerem uma abordagem específica, antes são abordáveis a partir de princípios económicos universais e permeáveis a soluções gerais, aqueles problemas e o seu eventual agravamento só têm um responsável: a perversão por parte dos paradigmas dominantes do desenvolvimento dos princípios da economia neoclássica. O modelo de desenvolvimento neoliberal é baseado numa leitura neoclássica da história económica do mundo capitalista

industrializado. Nesse sentido, enfatiza sobretudo os elementos do desenvolvimento tais como: i) Crescimento conduzido pelo mercado; ii) Poupança crescente e investimento privado baseado em elevados lucros; iii) Industrialização gradual (inicialmente de indústrias leves); iv) Difusão de inovação e dos avanços tecnológicos através de uma progressiva integração económica global; v) Progressivo “efeito dominó” dos benefícios do crescimento a todas as classes sociais, sectores económicos e regiões geográficas.

O modelo neoliberal providencia um poderoso meio de simplificar complexos processos sociais de desenvolvimento de modo a que uma agenda para a produção de política possa estabelecer-se baseada na teoria microeconómica da teoria económica neo-clássica. A economia neoclássica exemplifica a expansão do positivismo através das ciências sociais com a utilização do “*método científico*”, o seu enfoque ontológico em factos empíricos e eventos, a sua derivação de generalizações tipo-lei e a sua promessa de resultados predizíveis baseados na replicabilidade dos seus modelos. O modelo neoclássico e por extensão o neoliberal focam-se na esfera do mercado de trocas e, via agregação, extraem conclusões generalizáveis à sociedade toda de um nível de análise individual, empregando análises estatísticas sofisticadas. Os mecanismos de mercado são vistos como promovendo um bem-estar mais eficiente ao maximizarem a utilidade para cada indivíduo.

A abordagem neoliberal reduz o comportamento humano a um postulado simplista: o do indivíduo isolado e com interesses próprios que escolhe livremente e racionalmente entre cursos alternativos de acção depois de calcular os seus custos e benefícios de forma prospectiva. Este actor racional, associado a uma ênfase numa mudança gradual, marginal e equilibrante, estreita o desenvolvimento económico a um campo em que o cálculo e outros procedimentos quantitativos podem ser empregados para conseguir resultados mais científicos e por isso mais certos. No entanto este processo deixa de fora muitos elementos não económicos do desenvolvimento e adicionalmente restringe a análise económica dos factores, directamente observáveis e mensuráveis, que podem mais confortavelmente encaixar

as suas técnicas de modelização, excluindo desse modo do estudo muito do tradicional objecto da economia política clássica (Brohman, 2001:31-32).

Recentemente pudemos constatar a ascensão de um novo tipo de economia política neoliberal, a designada Teoria da Escolha Pública (TEP). Esta perspectiva focaliza-se na alocação de recursos públicos no mercado político e enfatiza a redistribuição a grupos de interesse poderosos. Neste sentido pretende uma mudança nos estudos sobre o desenvolvimento que conduza ao afastamento da antiga ênfase keynesiana nas falhas do mercado resolúveis através de um Estado benevolente em prol de uma nova ênfase neoliberal na falha política e na consideração do Estado como *“predador”*: se, na perspectiva keynesiana dominante, o Estado opera no interesse comum da sociedade como um todo e intervém frequentemente para corrigir as frequentes falhas do mercado ou para atender a finalidades sociais que se consideram estarem para além do âmbito do mercado. Em contraste, o quadro da Escolha Pública é caracterizado pela crença neo-clássica de que os mercados do mundo real podem ser imperfeitos, mas os Estados (governos) do mundo real são ainda mais imperfeitos e os primeiros são genericamente entendidos como preferíveis face aos segundos (Brohman, 2001:32-33). Os defensores da Teoria da Escolha Pública sugerem que a teoria do desenvolvimento dominante se caracterizou por um desvio keynesianista segundo o qual o Estado nunca se enganaria. No entanto, para alguns críticos da TEP, a reacção desta conduziu-a a cair para o extremo oposto, segundo o qual o Estado nunca está certo. Em boa verdade a TEP encara o Estado como executante de políticas discriminatórias em favor de grupos de pressão de cujo suporte depende e nesse sentido os membros do Estado usam as suas posições privilegiadas para extrair *“proventos”* do processo de produção política, conduzindo assim a uma distorção do funcionamento *“puro”* do mercado só resolúvel pela limitação estrita da intervenção do Estado. Nesta perspectiva a intervenção do Estado não é a solução – como para Keynes – mas sim o problema já que não contribuirá para a optimização do bem-estar colectivo da sociedade, mas sim apenas para o bem-estar de grupos de interesse particulares e não é, claramente, a solução para as *“imperfeições”* do mercado, bem pelo contrário. Na perspectiva da Teoria da Escolha Pública, o Estado é

encarado como um actor racional que procura maximizar a sua utilidade política e económica ao estender a sua influência aos grupos poderosos da sociedade, apesar do abrandamento que tal acarreta para o crescimento e desenvolvimento a longo prazo.

As críticas à TEP centram-se na visão reducionista dos processos políticos, no que se aproxima do neoliberalismo, que oferece pouca complexidade na análise do jogo político em que os Estados se envolvem e onde comportamentos produtivos e “*predatórios*” coexistem de acordo com uma variedade de influências internas e externas. No que respeita à crítica específica para dar conta do fenómeno do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, a TEP é incipiente na análise que permite do Estado porque necessita ainda de construir uma teoria baseada no exame das estruturas internas e mecanismos do Estado em si mesmos ou na análise da composição social do Estado no âmbito das mais lentas estruturas societais.

Em síntese, Brohman (2001:34) sugere que é dúbia a maior relevância da perspectiva neoliberal para dar conta dos problemas do desenvolvimento político daqueles países face àquelas perspectivas que se desenvolveram dentro de um quadro de pensamento Keynesiano e pautadas por um modelo pluralista do Estado.

As teorias de um desenvolvimento alternativo

Mas se estas foram e são as correntes dominantes do pensamento teórico sobre o desenvolvimento também é certo que este domínio tem sido palco, pelo menos desde os anos 70 do século passado, do surgimento de um pensamento divergente e de um pensamento crítico que, mais do que estabilizar-se em torno de um modelo ou de uma teoria tem assumido várias designações consoante a problemática ou enfoque privilegiado⁴⁴. Não é seguro, em nossa opinião, que os trabalhos que procuram dar corpo a este pensamento alternativo no campo do desenvolvimento resolvam integralmente as objecções radicais que as perspectivas pós-desenvolvimentistas levantam a qualquer discurso que tome o desenvolvimento como propósito a realizar (cf. início deste ponto do trabalho), no entanto, na forma

⁴⁴ Cf. a este propósito o momento deste trabalho em que com base em Amaro (2003) apresentamos as diferentes fileiras que permitem organizar a diversidade de discursos e práticas que actualmente povoam o campo do desenvolvimento.

como formulam os problemas de desenvolvimento e equacionam possíveis soluções, pelo menos potencialmente, não deixam de afastar-se de um modelo hegemónico de pensamento, de política e de prática que já provou ser contraproducente na medida em que apenas agravou os problemas que, pelo menos para alguns dos optimistas que o defendiam e defendem, era suposto resolver (cf. a este propósito Canário, 1999; Finger&Asún, 2003).

Nesse sentido vale a pena procurar compreender o modo como estas abordagens alternativas equacionam os elementos que as abordagens dominantes do desenvolvimento consideram imprescindíveis para que o desenvolvimento aconteça, bem como as condições a que estes elementos devem obedecer. Como já sabemos, na perspectiva dominante do desenvolvimento, estes elementos passam, por exemplo, pelo investimento uma vez que o crescimento económico depende daquele e este é entendido como uma importante dimensão do desenvolvimento, senão mesmo a mais importante. Um outro elemento da concepção dominante de desenvolvimento é a consideração de que estamos perante um processo sequencial e progressivo de fases ou estádios ao longo dos quais os benefícios se vão alargando a uma maior fatia da população, aliviando assim fenómenos como a pobreza e a desigualdade. Um terceiro elemento diz respeito ao papel, e mais ainda à difusão, da tecnologia e de “*outros atributos da modernização*” (Brohman, 2001:201) que se considera que, através do designado “*efeito-dominó*” (*trickle down effect*), fará chegar os benefícios do desenvolvimento aos mais diversificados e necessitados sectores da população. Um outro elemento constante desta concepção do desenvolvimento prende-se com a definição deste como um processo que se organiza de cima para baixo sendo que a este “*cima*” correspondem as instâncias internacionais e as elites nacionais, sociais, económicas e políticas. Tipicamente, este desenvolvimento é, igualmente, concebido e desenhado por especialistas nacionais, e por vezes internacionais, a partir do exterior dos contextos onde se deseja promover e com base num conhecimento especializado de base científica e com uma expressão tecnológica (de tecnologia social, mais propriamente) que tende a subjugar e a impor-se, senão mesmo a remetê-los para o domínio dos pré-conceitos, aos saberes locais ou profanos. Podemos ainda associar a esta lógica hegemónica o facto de que as populações a quem alegadamente se dirigem

estes processos de desenvolvimento são concebidas abstractamente, grande parte das vezes, como simples indicadores socioeconómicos, e em que, consequentemente, a participação popular fica sujeita e restringida a um papel de receptor face a uma lógica de informação vertida pelos especialistas ou, em alternativa, a participações ritualizadas em que o envolvimento popular na tomada de decisão se circunscreve a alguns momentos do processo e raramente incide nas definições estratégicas e programáticas. Finalmente, em íntima articulação com esta definição abstractizante das pessoas a quem se dirige o desenvolvimento, importa ainda salientar que a fonte de legitimidade para estes processos de intervenção, particularmente até à década de 80, se encontra no Estado como figura a quem se reconhece o estatuto de representante e garante de um bem comum universal, isto é, de um bem comum e de uma normatividade extensível de modo uniforme aos diferentes contextos territoriais subordinados à autoridade daquele Estado, o que, como explicita Canário (1999), conduziu essencialmente a uma intervenção em prol do desenvolvimento marcada pelo seu carácter centralista, homogeneizador e sectorializado. A partir da década de 1980, esta legitimidade vem-se progressivamente ancorando na aliança entre a Ciência e o Estado, isto é, na aliança entre um discurso científico, produzido normalmente por especialistas recrutados pelo próprio Estado, e um discurso político que fundando-se numa pretensa legitimidade incontornável da ciência na definição dos rumos a seguir em termos de desenvolvimento, transmuta o saber científico em decisões políticas, veiculadas muito mais através de um discurso tecnocrático do que verdadeiramente político.

Neste exercício de análise das putativas alternativas que se constroem no domínio do desenvolvimento vale a pena, igualmente, procurar perceber como são equacionadas questões que, a não ser retoricamente, não estão presentes com grande centralidade nos discursos dominantes do desenvolvimento, designadamente a questão da satisfação das necessidades humanas, da participação e do poder dos sujeitos nos processos de desenvolvimento ou do imperativo de um desenvolvimento equitativo e preocupado com a dimensão da justiça da redistribuição dos efeitos das políticas e das práticas de desenvolvimento na medida em que, eventualmente, os modos originais como delas se dá conta permitirá romper, se não com o substrato da

ideia de desenvolvimento, com a ideologia desenvolvimentista ainda dominante nestes tempos de “*capitalismo de casino*” ou de “*turbo-capitalismo*”, como os designa Matthias Finger e José Manuel Asún (2003).

O gérmen das perspectivas alternativas de desenvolvimento encontra-se, como seria de esperar, nos olhares críticos da ideologia desenvolvimentista que se estruturam logo após a II Grande Guerra. Estes olhares cépticos sobre as exclusivas virtuosidades do crescimento económico do pós-guerra começam a ter alguma expressão logo a partir dos finais dos anos 1960/inícios dos anos 1970 (cf. Brohman, 2001; Canário, 1999) quando se toma consciência de que este crescimento económico é incapaz de responder a diversas finalidades do desenvolvimento, como por exemplo, a criação de emprego – Canário (1999) explicita mesmo que este é o momento em que se constata que mais crescimento económico não é incompatível com mais desemprego – a redução da pobreza e das desigualdades entre países ricos e pobres (ou do Norte e do Sul) ou entre diferentes regiões dentro de um mesmo país ou a satisfação das necessidades básicas de muitos milhões de pessoas. Estas constatações inscrevem-se, aliás, no prolongamento da análise que alguns autores fazem aos designados “Trinta Gloriosos” anos que se seguem ao fim da II Guerra Mundial e onde se acentua que para a maioria da população mundial mais do que gloriosos estes foram anos dolorosos por causa de uma efectiva degradação das suas condições de vida (cf. Amaro, 2003).

Não é de estranhar, então, que, como salienta Brohman (2001:202), nos inícios dos anos 1970 já se tivesse tornado um lugar-comum afirmar que, mesmo nos casos daqueles que haviam conhecido elevados índices de crescimento económico durante as décadas anteriores, o crescimento económico da maioria dos países, designadamente do dito Terceiro Mundo, tinha sido acompanhado por uma desigualdade social interna crescente que se manifestava num empobrecimento de sectores significativos da população, na diminuição do acesso a recursos produtivos e numa evidente distribuição desigual dos rendimentos e dos bens. Este lugar-comum, aliás, era suportado pela experiência das décadas de 1950 e 1960 que haviam permitido concluir que embora o crescimento económico fosse importante, não era de

todo suficiente para promover o desenvolvimento, principalmente se este levasse em consideração dimensões não económico-financeiras.

Estas constatações estão na origem da introdução no pensamento e discussões acerca do desenvolvimento de preocupação com a multidimensionalidade e os aspectos qualitativos do desenvolvimento (Canário, 1999) o que leva a que muitos economistas comecem a sugerir que mais importante do que o ritmo do crescimento parece ser a natureza deste crescimento (Brohman, 2001). Esta reflexão, primordialmente oriunda do campo da economia, apoia-se nas amplas evidências empíricas que vinham demonstrando a inconsequência para o combate à pobreza de uma noção de desenvolvimento pensado de cima para baixo e do esperado, mas nunca verdadeiramente sentido, “*efeito dominó*” do crescimento económico baseado na industrialização ou, no caso dos países do Terceiro Mundo, na modernização do sector agrícola. Com a entrada na designada II Década do Desenvolvimento, proclamada pela ONU para os anos 1970 muito por força da inconsequência dos resultados da primeira década que abrangeu os anos 1960, são pois estes mesmos economistas, bem como outros teóricos e práticos do desenvolvimento, que concluem pelo desacerto das estratégias que confundiram o desenvolvimento com o investimento em estratégias macroeconómicas de crescimento, para admitirem em alternativa a necessidade de focarem a sua atenção na transformação da qualidade de vida das pessoas ou, nos seus próprios termos, elegerem como preocupação a questão dos recursos humanos.

Durante os anos 1970 assistimos então a uma tentativa de promover programas de desenvolvimento que rompam com a estrita e estreita articulação do desenvolvimento ao crescimento económico e que, segundo uma lógica de “*despadronização*” do desenvolvimento, levem em consideração preocupações tais como a equidade na distribuição, o alívio da pobreza, a provisão das necessidades básicas e a adopção de tecnologias adequadas às circunstâncias do contexto em que se intervém (Brohman, 2001:203). Estes programas integram-se nas políticas de ajuda ao desenvolvimento promovidas pelos países do Norte para os do Sul, mas os seus principais impulsionadores, desde o início da década de 1970, são as organizações internacionais como o Banco Mundial ou a Organização Internacional do Trabalho que

desenvolvem abordagens próprias ao desenvolvimento. Embora tenham um papel mais ao nível da definição de uma nova ou alternativa agenda do desenvolvimento, é igualmente importante salientar o papel que durante essa década vêm a representar organismos da ONU como a UNICEF ou a FAO. Como argumenta Brohman (2001:204), muitas destas organizações adoptaram uma espécie de ideologia “*neopopulista*” em contraste nítido com a estreita mas bem estruturada teoria oferecida pela teoria económica neoclássica. A finalidade pretendida era, como já salientámos, redefinir as finalidades do desenvolvimento através do incentivo à distribuição mais justa dos recursos e dos rendimentos por meio da promoção da participação local e do apoio à emergência de projectos à escala local (ou de pequena escala) utilizando tecnologias social e ambientalmente adequadas sendo que, tendo presente essa finalidade, estes programas e projectos definiam prioritariamente as populações de contextos rurais como actores a envolver e revelavam uma especial preocupação com a adequação dos programas e projectos às condições e necessidades locais. O pressuposto em termos de desenvolvimento subjacente a estes programas e projectos ia no sentido de inverter a lógica anteriormente dominante de pensar e levar a cabo o desenvolvimento: onde antes se privilegiava uma intervenção do topo para a base e segundo uma lógica centralizada e concentrada, encontramos agora uma ênfase na ideia de que o crescimento e o desenvolvimento aconteceriam a partir da base comunitária e segundo uma lógica dispersa (ou globalizada) (Brohman, 2001:204).

Como acima se refere, duas das instâncias que durante a década de 1970 marcam consistentemente, ainda que também ambivalentemente, o campo do pensamento e das políticas de desenvolvimento, incorporando “*à sua maneira*” as “*novas*” preocupações do desenvolvimento, são o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho.

O Banco Mundial, particularmente, cunha uma nova abordagem do desenvolvimento: a da «*Redistribuição com crescimento*». Em termos breves há que dizer claramente, como o faz Brohman (2001:25), que esta perspectiva representa muito mais uma “*modificação*” do que propriamente uma “*ruptura*” com as concepções desenvolvimentistas e para o constatar basta resumir algumas das suas premissas centrais. Apesar de considerar que um desenvolvimento sustentável exigiria

políticas redistributivas e programas de apoio aos mais pobres durante os primeiros estádios de desenvolvimento, ao invés de confiar apenas no “efeito-dominó” como forma de fazer alastrar os benefícios do crescimento, a «Redistribuição com crescimento» manteve a crença anterior no mercado e nos benefícios do crescimento conduzido pelo mercado, desde logo porque a redistribuição e o crescimento não eram vistos como contraditórios mas antes como elementos complementares do desenvolvimento. Neste sentido, a promoção de uma redistribuição mais justa dos rendimentos pelos que menos possuíam mantinha-se dependente da existência de um crescimento económico rápido. Como sugere Brohman (2001), a receita “tradicional” do crescimento equilibrado foi apenas estendida para agora dar cobertura ao desenvolvimento tanto económico como social. Por outro lado, esta perspectiva muito mais do que enfatizar e promover a transformação das macro-políticas, centrou-se essencialmente na promoção de programas e de projectos que visavam especificamente as “bolsas de pobreza”, normalmente identificadas administrativamente. Por fim, apesar de estar eivada de uma retórica sobre a participação das comunidades, em verdade esta perspectiva perpetuou em larga medida uma abordagem do desenvolvimento de tipo verticalizado (*top-down*) e assente, em termos de intervenção no accionamento dos dispositivos típicos da engenharia social. Por tudo isto, conclui Brohman (2001:204-205), apesar de algum reconhecimento da dimensão política do desenvolvimento – considerando por exemplo o efeito estabilizador que o aumento dos níveis de consumo entre os mais pobres teria no desenvolvimento a longo prazo –, em boa verdade esta perspectiva tem um contributo muito limitado na proposição de medidas (na verdade são evitadas essas medidas) concretas para o empoderamento das organizações de base, comunitárias ou populares que lhes permitam desempenhar um papel mais activo na decisão política e económica.

Paralelamente, também a OIT (Organização Internacional do Trabalho) cunha uma abordagem ao desenvolvimento que deixou marcas ao longo dos anos 1970: a abordagem das «Necessidades Básicas». Esta perspectiva vem igualmente colocar a ênfase na necessidade de promover uma articulação virtuosa entre crescimento e redistribuição e embora se centrasse bastante na satisfação de necessidades da

população pobre, não considerava que o rápido crescimento económico dos sectores mais modernizados fosse contraditório com aquele desígnio e não deixava de incluir também uma preocupação mais macro-estrutural que incidia na necessidade de mudança estruturais internas nos padrões de desenvolvimento, designadamente dos países do Terceiro Mundo como forma, precisamente de atender aos sectores mais pobres das suas populações. Nas palavras de Brohman (2001:2005), esta perspectiva desejava uma abordagem mais equilibrada do desenvolvimento, definindo de forma operatória um conjunto de “*necessidades*” fundamentais a serem satisfeitas (nomeadamente: alimentação, saúde e educação) (cf. Brohman, 2001; PNUD, 2006), bem como dimensões e critérios que orientariam a potencialização dos recursos locais e a atribuição de meios aos mais pobres para realizarem o seu potencial de desenvolvimento. De acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996), a abordagem das «*Necessidades Básicas*» enfatizava essencialmente 3 aspectos: i) a importância do aumento do rendimento, através de uma produção eficiente e trabalho-intensiva; ii) a atribuição aos serviços públicos de um papel-chave na redução da pobreza: educação, serviços de saúde; iii) a participação dos beneficiários (a descrição concentrada desta abordagem pode sintetizar-se na seguinte fórmula: Rendimentos + Serviços Públicos + Participação).

As críticas à perspectiva das «*Necessidades Básicas*» vieram de vários quadrantes ideológicos, da direita à esquerda, que a consideraram ora demasiado progressista, ora demasiado assistencialista. Com efeito, as críticas à direita e da parte dos países capitalistas centrais centravam-se no que consideravam ser uma ênfase excessiva na necessidade de transformações estruturais e nas medidas de redistribuição. De outro quadrante chegaram as críticas que salientaram que, na prática, a acção de governos e agências de desenvolvimento se centrou na distribuição dos serviços públicos básicos, por essa razão a abordagem das «*Necessidades Básicas*» foi considerada i) uma “receita” para “*contar os pobres, valorizar o cabaz e distribuí-lo*”; ii) uma acção de cima para baixo; iii) pouco ou nada preocupada com dimensões menos materiais do bem-estar humano iv) conservadora, por não dar poder económico aos pobres, já que não enfatizava o seu acesso a bens produtivos nem ao

crédito. Por outro lado, ainda, em termos macro-políticos, os países em vias de desenvolvimento viam o apoio à perspectiva das «*Necesidades Básicas*» por parte dos países industrializados como uma forma de desviar a atenção da discussão da política internacional e da necessidade de uma nova ordem económica internacional (PNUD, 1996).

Como já se salientou, a década de 1970 foi ainda agitada pelo envolvimento de outras instâncias internacionais ou transnacionais na discussão e na elaboração de propostas em torno das vias a seguir para o desenvolvimento. Estas organizações promoveram fóruns e encontros onde os discursos alternativos e menos alternativos se enfrentaram e dos quais surgiram algumas orientações programáticas que marcaram indelevelmente o surgimento do discurso alternativo à ideologia desenvolvimentista dominante.

Um dos momentos mais significativos neste sentido foi o Simpósio realizado em Cocoyoc, no México, em 1974, onde se encontraram “*experts*” do desenvolvimento de todo mundo e onde se confrontaram as duas mais fortes correntes que então davam início à construção de um pensamento alternativo sobre as questões do desenvolvimento, nomeadamente, os adeptos das abordagens cuja ênfase estava localizada na satisfação das necessidades básicas das populações mais do que na maximização do crescimento e, do outro lado, os críticos da ideologia desenvolvimentista que estruturam o seu discurso e propostas a partir da confrontação do modelo de desenvolvimento dominante com os limites ecológicos a que este deveria estar submetido, quer no que respeita ao consumo de matérias-primas, designadamente os recursos energéticos, quer no que respeita aos efeitos sobre a transformação da Natureza e da qualidade de vida humana induzidos pelas políticas de proliferação e de modernização industrial (Matthias Finger (1993) designa estes limites ecológicos, respectivamente como os limites de *input* e de *output* do desenvolvimento).

A declaração que sai deste encontro de Cocoyoc acentua a ideia de que qualquer processo de desenvolvimento que não conduza à satisfação das necessidades humanas básicas será uma distorção da ideia de desenvolvimento, nomeadamente

aquele assente uma lógica de apelo ao hiper-consumismo, e, mais ainda, abre espaço para as dimensões imateriais do desenvolvimento humano ao sugerir que todo o processo de desenvolvimento deveria atender a necessidades tais como a liberdade de expressão ou a realização no trabalho.

Se a declaração de Cocoyoc é entendida por Brohman (2001) como o momento do nascimento do desenvolvimento alternativo, ao longo da década de 1970 há ainda outros momentos e instâncias que vêm ajudar a consolidar esta perspectiva alternativa como a publicação em 1975 da obra *“What now: another development”* pela Fundação sueca Dag Hammarskjöld onde se confrontavam explicitamente os modelos dominantes de desenvolvimento principalmente porque não prestavam uma atenção significativa ao problema da pobreza maciça nem à questão da sustentabilidade (a propósito da relevância desta obra cf. tb. Friedmann, 1996; Santos, 2002). Mais uma vez, neste documento esboçava-se *“uma abordagem humanista ampla (...) advogando um desenvolvimento voltado para a satisfação de necessidades, começando pelas dos pobres e assegurando a humanização pela satisfação das suas necessidades de expressão, criatividade, convivialidade e de decisão do seu destino”* (Brohman, 2001:207). Por outro lado, também a *International Foundation for Development Alternatives*, entidade estabelecida na Suíça a partir de 1976, emerge com o propósito de promover uma alternativa, uma abordagem do desenvolvimento a partir da base social, que intitula de *“Third Movement System”* (cf. tb. Friedmann, 1996; Finger&Asún, 2003:83) para dar conta de um outro poder que não o político (associado ao Estado), que não o económico (dominado pelo capital transnacional), mas sim do poder do *“povo”*, baseado na organização voluntária, que estaria no centro de um movimento que se dedica a explorar novos métodos de consciencialização e a aumentar a participação dos movimentos de base nas decisões acerca do desenvolvimento, nomeadamente através da intervenção junto de movimentos sociais.

Do ponto de vista sócio-político e económico o que torna alternativas estas perspectivas é essencialmente uma inversão no modo como se equaciona a relação entre crescimento e redistribuição. Com efeito, a ideologia desenvolvimentista dominante, embora de forma não explicitamente assumida, supõe que a existência de

desigualdades entre pessoas e entre regiões, pelo menos num primeiro momento, é uma condição inevitável do crescimento económico que pode, mais tarde ou mais cedo, ser ultrapassada pelos benefícios do próprio crescimento económico. Ora, os discursos alternativos que emergem durante a década de 1970 vão basear-se, por um lado, no pressuposto de que não é necessário que exista uma relação de conflito entre medidas de redistribuição e medidas de crescimento económico e, por outro lado, vincam a ideia de que a precedência da redistribuição face ao crescimento é uma estratégia com mais sentido para promover o desenvolvimento.

De forma complementar a uma acentuação da importância das estratégias redistributivas, o discurso do desenvolvimento alternativo vem também enfatizar a importância dos projectos em pequena escala e integrados ao nível comunitário. Com efeito, genericamente, as estratégias de desenvolvimento alternativo encararam a escala local como particularmente importante para um desenvolvimento cujas preocupações incluíam a ênfase nas pessoas, a satisfação de necessidades não materiais e um equilíbrio entre qualidade de vida, qualitativamente apreendida, e bem-estar material. Deste modo, as comunidades e as organizações locais começam a ser olhadas como entidades charneira destes processos, admitindo-se que seria ao nível local que as diferentes escalas do desenvolvimento (por exemplo o pessoal e o societário) interagiriam de forma mais poderosa, o que favoreceria a oportunidade de os programas e projectos de desenvolvimento localizado terem um maior e efectivo impacto na mudança da vida das pessoas.

Quase inerentemente, esta descoberta do local, analisada mais em detalhe em outro momento deste trabalho, fez-se acompanhar por uma ampla ênfase nas questões da participação e, se analisados os programas e projectos de ajuda ao desenvolvimento que então se desenvolvem dentro desta óptica "*alternativa*", é fácil constatar que quase todas as instituições internacionais e agências de ajuda bilateral robustecem o apoio às instâncias locais no sentido destas promoverem a participação das pessoas na concepção e gestão de projectos de desenvolvimento ao nível comunitário, bem como se assiste a uma tendência para a descentralização das próprias estruturas estatais de apoio ao desenvolvimento. Aliás, a ideia de ênfase na participação aparece fortemente conotada com uma das vias do desenvolvimento

alternativo: o desenvolvimento local. Neste âmbito, como sustenta Rui Canário (1999:65), a participação surge como contraponto à intervenção especializada conduzida do exterior que toma as populações como objectos dos processos de desenvolvimento. Ainda de acordo com este autor, é a participação dos actores locais nos vários níveis ou fases dos processos de desenvolvimento (da tomada de decisões, à concretização destas e à avaliação dos seus resultados) que *“permite transformar o processo de desenvolvimento num trabalho que uma comunidade realiza sobre si-própria, aprendendo a conhecer-se, a conhecer a realidade e a transformá-la”* (idem, *ibidem*:65). A associação da participação a este processo concomitante de conhecimento e transformação da realidade comunitária é uma condição não só da pertinência e do sucesso das iniciativas levadas a cabo, mas, fundamentalmente, uma condição de evitamento do acréscimo de dependência face ao exterior.

Na síntese de Canário (1999:65), a participação seria uma condição da pertinência, da eficiência e do valor educativo nos processos de desenvolvimento local. Por um lado, associada à contextualização pertinente das iniciativas de desenvolvimento ao permitir pensar estas iniciativas em articulação com problemas localmente identificados, por outro lado, porque *“permite fazer mais e melhor através de um mais eficaz aproveitamento os recursos internos e externos”* (idem:65). Por fim, a participação teria um valor educativo intrínseco que na perspectiva que vimos seguindo se associa à responsabilização colectiva e à conscientização como condição catalisadora da prossecução de outras e mais autónomas iniciativas.

Este reconhecimento e ênfase na importância da participação são, igualmente, assinalados por Guy Berger (2004) considerando que são efeitos de fenómenos sociais e de novas formas de pensamento sobre a sociedade que emergem nos anos 1970 e que rompem com concepções e formas de pensamento até aí dominantes (o autor destaca entre estes fenómenos a progressiva atribuição de centralidade ao Homem nos processos de desenvolvimento, o reconhecimento da importância para a democracia da participação de todos e a crescente diversidade cultural das sociedades,...)⁴⁵. De acordo com o autor, assiste-se pois neste contexto a

⁴⁵ Guy Berger (2004) identifica um conjunto de noções que, com a sua emergência, vão perturbar a noção de participação. Uma delas é a noção da *centralidade do Homem* por contraposição às ideias de

uma transformação da noção de participação: *“já não se trata de uma mobilização colectiva para a realização de grandes projectos, como era o modelo de participação definido pelos países socialistas. A noção de participação vai ser concebida como devendo estar presente em todos os momentos e a todos os níveis de tomada de decisão da vida social. Consequentemente, participar passará a ser participar tanto na concepção como na elaboração e na realização e, como é evidente, também na avaliação e na reorientação das diferentes actividades”* (op.cit.:17-18); a participação torna-se como tal *“um meio e uma finalidade da acção social”* (op. cit.:18)⁴⁶. Esta transformação supõe ainda que o mundo político deixe de ser pensado como o mundo da delegação e da representação para passar a ser pensado como o mundo da associação, em que esta é simultaneamente meio e fim, do que resulta que a

crescimento, de produção, dos problemas do desenvolvimento apenas centrados no mundo das empresas e que tem evidentes consequências para o campo educativo. Uma segunda noção é a da *participação de todos* que o autor distingue claramente da ideia tradicional de democracia fundada na representação que supõe uma distinção entre os que têm a responsabilidade de pensar e de conceber e outros a responsabilidade de participar na realização do concebido e do pensado (papéis que apenas se sobrepõem nos momentos de eleição enquanto exercício do poder de delegar). Uma outra noção avançada pelo autor é a de *diversidade*, da pluralidade de culturas, *“que tem subjacente a ideia de proteger as identidades culturais e não de propor a diversidade. Há uma pluralidade de respostas e culturas e, por conseguinte, não há um desenvolvimento, mas desenvolvimentos”* (op. cit.:17), o que tem como consequência admitir que o desenvolvimento não tem qualquer sentido se não se inscrever numa história e numa cultura e, enquanto tal, funcionar como modo de promover e proteger identidades culturais e não como modelo universal e comum do homem.

⁴⁶ É aliás neste mesmo sentido que se poderá compreender o contributo de Nóvoa *et al.* (1992) quando discutem os princípios e condições de promoção de uma lógica de desenvolvimento endógeno. Em primeiro lugar, sustentando que a participação dos actores locais, sendo uma condição necessária, não é uma condição suficiente para promover o desenvolvimento endógeno, sugerindo a necessidade de articular a dinâmica participativa com uma *“abordagem estratégica do desenvolvimento”* (Nóvoa *et al.*, 1992:27) que subentende a criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento e agentes encarregados de *“coordenações técnicas e organizativas”* capazes de lidar com a *“gestão da complexidade”* através da integração de iniciativas coerentes, viáveis tecnicamente e sinérgicas entre si. Em segundo lugar, e principalmente, quando alertam para a diversidade de interpretações a que a noção de participação dos actores locais pode ser sujeita, propondo eles próprios uma conceptualização dos cinco níveis dos processos de desenvolvimento em que a participação dos actores locais é pertinente: i) *“no diagnóstico dos problemas que os afectam ou que afectam a colectividade; ii) no processo de decisão relativo às prioridades e aos objectivos do desenvolvimento local; iii) no lançamento de iniciativas, projectos e programas a nível local; iv) na concertação, coordenação e integração dessas iniciativas e projectos; v) na avaliação dos resultados obtidos e do impacto das acções locais sobre o bem-estar e o futuro da colectividade”* (*idem, ibidem*:25-26). Esta abordagem participativa supõe, na perspectiva dos actores, a reunião de 3 condições: i) que os poderes públicos negoceiem os diagnósticos, prioridades e projectos em vez de simplesmente os imporem aos actores locais; ii) o desenvolvimento de competências de comunicação e de cooperação que facilitem a coordenação das iniciativas e dos programas de desenvolvimento e, por fim, iii) instituir a avaliação dos processos em curso por parte dos actores locais como uma dinâmica educativa cuja finalidade primordial seja a tomada de consciência dos problemas a resolver e das suas possíveis soluções (*idem, ibidem*:26-27).

participação, nesta perspectiva, se torne uma pedagogia e, simultaneamente, exija uma pedagogia (*idem, ibidem*: 18).

Mas, embora se possa afirmar que a participação emerge no contexto destes discursos alternativos do desenvolvimento como um fim em si mesmo, não é possível omitir que a participação é igualmente percebida e utilizada de modo instrumental no seio desses mesmos discursos e dos projectos e programas que lhe dão corpo. De facto, como salienta Brohman (2001:218), a participação estava associada a um conjunto de valores instrumentais de que se salientam: i) a participação nas organizações de base comunitária poderia ajudar a identificar prioridades locais de modo a que os projectos e processos de desenvolvimento pudessem reflectir melhor as necessidades e desejos da base social; ii) a participação em organizações populares e grupos poderia auxiliar na mobilização do suporte local para os programas e projectos de desenvolvimento e, ainda, iii) uma participação aumentada poderia reduzir os custos de muitos serviços públicos, e dos próprios projectos de desenvolvimento, ao atribuir uma maior responsabilidade nesta gestão às organizações de base.

No entanto, ao longo das últimas décadas, a participação tornou-se uma noção “*fetiche*” – ou mesmo imperativa – no campo dos discursos sobre o desenvolvimento e claramente deixou de ser um exclusivo das estratégias alternativas que se desenvolvem a partir dos anos 1970, que levanta novos problemas na sua abordagem e conceptualização. Com efeito, é evidente aos nossos olhos que a noção de participação, pela sua complexidade, multidimensionalidade e principalmente pela sua natureza intrínseca de acto político, pode e tem sido facilmente tomada como objecto de disputa política pelo seu significado no domínio do desenvolvimento. E se, para a maioria dos especialistas do desenvolvimento, a participação reenvia imediatamente para o envolvimento efectivo das comunidades nas tomadas de decisão, tal não significa que esta ideia não possa assumir conotações substancialmente distintas nos discursos e nas práticas, o que nos obriga permanentemente a equacionar um conjunto de questões que nos permitem de forma mais vigilante apreender o sentido que efectivamente se está a atribuir à participação

quando se nomeia. Em particular, a análise da questão da participação implica necessariamente que nos perguntemos sistematicamente sobre quem participa, em que participa, como participa e por que razão participa (Brohman, 2001).

Algumas das tentativas de conceptualização da participação dependem, desde logo, do ponto de vista a partir do qual se produzem, e particularmente quando falamos de pontos de vista produzidos a partir de diferentes campos do saber. Assim, a título de exemplo, é inequívoca a diferença da noção de participação comunitária entre os economistas do desenvolvimento que a associam à *“equitable sharing of the benefits of projects”* (Brohman, 2001:252) e os planificadores sociais que a associam à contribuição das comunidades na tomada de decisão. Mas várias outras formas de encarar a participação, e designadamente a participação comunitária, podem ser destacadas, desde a que a entende como processo induzido do topo para a base que permita aos *“beneficiários influenciar a direcção e execução de um projecto de desenvolvimento, tendo em vista melhorar o seu bem-estar em termos de rendimento, crescimento pessoal, self-reliance e outros valores que apreciem”* Paul, 1986 (cit. in Brohman, 2001:252), até a que a procura apreender como um *continuum* que se estende desde a contribuição voluntária para os projectos sem qualquer influência local sobre a forma daqueles até à participação como processo activo para aumentar o controlo da comunidade ou do local. Outras tipologias podem ainda ser referidas como a da própria ONU que distingue entre a participação coagida, induzida e espontânea, esta última claramente entendida como a desejável nos processos de desenvolvimento, ou a de Midgley (1986, cit. in Brohman, 2001:252) que distingue entre *“participação autêntica”*, para se reportar às situações em que as pessoas e as comunidades democraticamente controlam as tomadas de decisão no âmbito dos programas e projectos de desenvolvimento, e a *“pseudo-participação”* em que os programas e projectos são conduzidos de acordo com decisões anteriores e exteriores ao contexto. Mas talvez a distinção mais interessante, assumida por diversos autores, seja a que opõe ou distingue a participação nos processos de desenvolvimento enquanto meio ou enquanto fim. A participação enquanto meio está estreitamente associada à ideia de melhorar os resultados dos programas e projectos de desenvolvimento e, como tal, é encarada como uma forma de melhorar a qualidade e

a relevância daqueles ao facilitar a sua implementação e a sua aceitação. Em contraponto, encontramos a participação como fim em si mesma, isto é, em que a participação é entendida como uma componente essencial de uma sociedade democrática e o garante do bem-estar das pessoas e das comunidades, estando fortemente associada às ideias de empoderamento e de controlo sobre as tomadas de decisão, sendo que, por vezes, designadamente nas perspectivas pós-desenvolvimentistas, e de forma aparentemente paradoxal, esta acepção da participação como fim em si mesma incorpora explicitamente a finalidade de permitir inventar alternativas ao capitalismo, ao consumo de massas e mesmo à modernidade (Escobar, 1995).

Uma problematização que nos parece particularmente original em torno das questões da participação é desenvolvida por Triantafillou&Nielsen (2001). Os autores partem de uma questão aparentemente simples: por que razão há hoje esta demanda generalizada, constante e insistente da participação dos actores sociais locais? Subjacente a esta questão está a ideia de que a participação se tornou um *“lugar-comum”*, portanto, uma ideia normalizada – que se difunde nomeadamente através dos discursos políticos e científicos na arena do desenvolvimento, mas que é anterior a estes – que tem como pressuposto que todos os sujeitos que povoam as sociedades modernas, em última instância ontologicamente, possuem o desejo e a possibilidade de participar e, no campo dos programas e projectos de desenvolvimento, que os sujeitos são instados a interiorizar um certo sentido de obrigação de participar.

A argumentação dos autores passa, em primeiro lugar, por sustentar que a participação é representada como um bem universal, representação que mais recentemente vem sendo reforçada pela importância que, nomeadamente no campo do desenvolvimento, se confere às (auto)representações locais da realidade, o que tem feito com que as tecnologias do *self* através das quais a participação verdadeiramente actua não sejam questionadas pela pesquisa nos seus efectivos efeitos históricos e concretos. Ora, o que estes autores sugerem, a partir do aparato teórico foucaultiano, é que efectivamente a participação no domínio dos projectos de desenvolvimento é uma tecnologia de governamentalidade do *self* típica do contexto das sociedades liberais modernas e que actua essencialmente através do

estabelecimento de um ideal de cidadão, precisamente caracterizado por ser activo e responsável, isto é, através de um processo de normalização, veiculando através do modo como se institui normas de obrigação do sujeito para consigo próprio e para com os grupos de pertença e as suas comunidades.

Todavia, ao contrário do que fazem os adeptos da teoria crítica que simplesmente entendem a participação como uma forma de ocultação das relações de poder instituídas, a perspectiva avançada por Triantafillou & Nielsen (2001:82) assume que *“it is just not credible to discard these practices on a general basis simply as tools for repressing the poor through distortion of reality, because all the productive aspects of development are overlooked notably their ability to govern through the creation of new subjectivities, to engender new forms of resistance, and in some instances even to improve welfare and wealth”*⁴⁷. Daí que concluam que se há motivos para nos questionarmos acerca das práticas de participação, não é tanto porque estas podem ser rituais vazios ou ao serviço de interesses ocultos das elites locais ou da indústria do desenvolvimento, mas antes porque as práticas constitutivas do sujeito participativo e dotado de poder não conduzem à ausência de poder, *“on the contrary, the making of the capable subject with increased room for choice is preconditioned on its subjection to rituals that conform to a modern mode of being”* (Triantafillou & Nielsen, *op. cit.*:83).

A par desta valorização da participação – e em articulação com ela – como meio e fim destas novas perspectivas de desenvolvimento, encontramos também no seu seio o apelo à designada endogeneidade ou auto-sustentação do desenvolvimento (*self-reliance*)⁴⁸, que Canário (1999:65-66) associa sinteticamente *“ao modo como são*

⁴⁷ Sublinhado nosso

⁴⁸ Cabe aqui um esclarecimento quanto à tradução para português do termo *self-reliance* como sinónimo de endogeneidade. A tradução mais literal remete para a ideia de *“valer-se ou bastar-se por si só”*, o que, normalmente, nos conduziria a traduzir esta expressão por *“auto-sustentação”* ou, neste caso, por *“desenvolvimento auto-sustentado”*. No entanto, o conceito teórico de *self-reliance*, tanto quanto nos demos conta, é de utilização recorrente no campo das teorias do desenvolvimento e, nos autores portugueses que consultámos deste campo, o equivalente mais próximo em termos de significado, isto é, do que se pretende traduzir do real com o conceito, parece-nos efectivamente ser o termo de *endogeneidade* – embora exista em inglês o termo *endogenous* e como tal possa ser discutível se a utilização de *self-reliance*, não é uma opção deliberada dos autores – tal como o define Rui Canário (1999:65-66): *“diz respeito ao modo como são identificados e mobilizados, no quadro de processos de desenvolvimento, os recursos locais. Como os recursos locais mais importantes e decisivos são sempre as pessoas a endogeneidade aparece como indissociável da participação”* que, em nosso entender se aproxima bastante do modo como Brohman (2001:219) define a *self-reliance*: *“self-reliance implies*

identificados e mobilizados, no quadro de processos de desenvolvimento os recursos”, sendo que os mais importantes de entre estes serão sempre as pessoas. Com efeito, presumia-se que a prossecução de práticas mais amplamente participadas constituiria uma condição optimizadora para a obtenção de um desenvolvimento mais autónomo e sustentável, na medida em que permitiria às pessoas, aos grupos e às comunidades uma compreensão mais alargada e aprofundada das mudanças em que se envolviam, o que supunha, também, transformações estruturais que permitissem a proliferação de relações de cooperação entre várias escalas de organização social (local, regional, nacional) segundo um princípio de simetria e não de subordinação. Embora a escala mais comum para pensar o desenvolvimento endógeno fosse o local ou comunitário, alcançar um padrão de desenvolvimento caracterizado por esta ideia de “*self-reliance*” tornou-se um desígnio igualmente desejável à escala nacional, designadamente para as nações mais desprotegidas nas suas relações com as potências dominantes, enfatizando-se nesta perspectiva a necessidade de desenvolver relações mais simétricas entre países, um clima de cooperação Norte-Sul mais efectivo e a redução da dependência externa tornando o uso dos recursos próprios mais eficiente. De acordo com Brohman (2001:219), em algumas das análises que durante os anos 1970 foram ganhando expressão, estas duas perspectivas (da endogeneidade local e da endogeneidade na relação entre nações) convergiram para dar corpo a reivindicações de uma maior e mais efectiva participação dos países do Terceiro Mundo no sistema económico internacional, condição para a qual se acreditava poder contribuir uma política interna a estes países que primasse pela diversidade de estratégias que permitisse “*exploring the possibilities for new forms of participation, cooperation, and more endogeneous, self-reliant development*”. O discurso e as práticas que valorizam a endogeneidade procuram, em primeira instância, erguer-se contra uma definição pela negativa ou deficitária dos países ou comunidades que até então vinha caracterizando os discursos e práticas do desenvolvimento hegemónico e que, como já assinalámos, viam na contribuição externa de recursos, nomeadamente financeiros, *a pedra de toque* dos processos de desenvolvimento e que, como efeito, promoviam demasiadas

making more effective use of a society’s own strenghts and resources, both human and natural”. Não obstante, assinale-se que a tradução da obra de Finger&Asún (2003) adopta a noção de “auto-sustentado” e “auto-sustentação” como significado português de *self-reliance*.

vezes um acréscimo de dependência que tinha como consequência a promoção, quer de uma *“mentalidade de assistido”*⁴⁹, quer de uma representação estigmatizada das comunidades e pessoas envolvidas pelas dinâmicas de desenvolvimento (Canário, 1999:66). É pois em contraponto a esta lógica, e num contexto em que a implicação nos processos de desenvolvimento se começa a conceber como uma experiência educativa que deve assentar numa leitura que enfatize as potencialidades dos sujeitos e não os seus défices, que a noção de endogeneidade procura impor-se no campo de desenvolvimento, particularmente do desenvolvimento local. Com efeito, na perspectiva do desenvolvimento endógeno, a conjugação entre uma leitura pela positiva dos sujeitos e a sobreposição entre processo de desenvolvimento e processo educativo é que permitiria *“instituir um processo de desenvolvimento endógeno, baseado na optimização e recombinação dos recursos locais, em particular do recursos humanos”* (*idem, ibidem*:6)⁵⁰, que permitiria encarar os processos de desenvolvimento como processos educativos globalizados com um particular enfoque *“nos processos de aprendizagem, valorizando os conhecimentos experienciais, a interacção colectiva na resolução de problemas locais”* (*op. cit.*:66)⁵¹. Esta noção de endogeneidade é igualmente caracterizada e reforçada como ideia-chave do desenvolvimento comunitário local numa das obras fundadoras de uma abordagem educativa do desenvolvimento no contexto português, aí aplicada à promoção dos contextos rurais. Falamos designadamente da obra coordenada por António Nóvoa (1992) acerca do Programa Jade. A questão que aí ocupa os autores é precisamente a de equacionar que estratégias de desenvolvimento implementar face a problemas locais

⁴⁹ De forma bastante simples mas eficaz, Alberto Melo (2002:445) concretiza esta ideia fazendo-a corresponder às situações em que as populações de um dado território se transformam em *“meras receptoras de «presentes» vindos do exterior”*.

⁵⁰ Rui Canário (1999:67) traduz esta ideia de forma bastante feliz quando afirma que o que está em causa nestes processos é *“fazer da educação um eixo estruturante do desenvolvimento local e transformar o desenvolvimento local num processo educativo são as duas faces de políticas integradas de desenvolvimento, referidas a um território encarado como um espaço físico, social e cultural.”*

⁵¹ As características que permitem considerar estas iniciativas endógenas, simultaneamente educativas e de desenvolvimento, são enunciadas por Nóvoa *et al.* (1992:22) sob a forma de um conjunto de princípios que, diríamos, são de natureza praxeológica: i) a primazia do particular e do específico; ii) a predominância da acção e da auto-organização dos actores locais; iii) a tónica na valorização dos recursos qualitativos locais; iv) uma perspectiva do desenvolvimento como processo participado e negociado. São estas as características que apresentamos de forma mais detalhada no quadro incorporado no corpo do trabalho.

identificados⁵² em regiões rurais deprimidas. A resposta geral a esta questão acentua a necessidade de conduzir a que “*as colectividades locais disponham de novos modelos de análise e intervenção*” (Nóvoa, et al, 1992:19), identificando como “*factores de arranque*” nos processos de desenvolvimento local questões de ordem cultural, isto é, *a maneiras de pensar e agir* que, alterando-se, na perspectiva dos autores, poderiam assim constituir-se em força motriz destes processos de desenvolvimento. É precisamente esses novos *modos de pensar e agir* que os autores procuram equacionar de molde a torná-los específicos de uma abordagem de desenvolvimento endógeno. E, nesse sentido, identificam um conjunto de princípios ou modos de pensar e agir, nomeadamente: i) *conferir uma primazia ao particular*: isto é, reconhecer que cada território possui características e potencialidades próprias [em contraponto a uma lógica de difusão do desenvolvimento económico a partir de políticas centralizadas e uniformizadas]; ii) *valorizar mais os actores do que as políticas de desenvolvimento*: ou seja, pôr a tónica no particular e local implica uma tomada de consciência da identidade em torno da qual se define um espaço colectivo [em contraponto a estratégias centralizadas e globais de desenvolvimento baseadas na incitação ao investimento ou em transferências de recursos que, ao invés de mobilizarem os actores locais, contribuem para a preservação de uma mentalidade de assistido]; iii) *investir na auto-organização das populações*: implica reconhecer que não há desenvolvimento sem que as colectividades manifestem a vontade de assumir o seu futuro o que supõe criar novas estruturas de debate e de representação que permitam o diálogo e a concertação com os poderes públicos e com os protagonistas locais; iv) *pautar o processo de intervenção para o desenvolvimento por uma lógica de democratização*: possibilitar que o desenvolvimento se exprima no quadro de um processo de democratização que não corresponda apenas a uma transferência de

⁵² Os principais problemas de desenvolvimento identificados nestas regiões são: i) persistência de economias pouco diversificadas com baixos níveis de produção e produtividade, empregando uma população envelhecida e com baixos níveis de escolarização ou qualificação profissional; ii) fragilidade do sector industrial marcado pela manutenção de sectores tradicionais e baixos níveis tecnológicos; iii) concentração dos serviços nas sedes dos municípios; iv) dificuldades de inserção no mercado de trabalho da população jovem quer por falta de oportunidades, quer por um desajustamento face às necessidades sentidas; v) insuficiências de infraestruturas sociais e económicas; vi) inadequação do sistema de formação profissional em relação às necessidades de desenvolvimento destas regiões; vii) debilidade da iniciativa empresarial local.

poder do nível central para o nível local mas sim à emergência efectiva de novas práticas nas relações de poder; v) *Incentivar o partenariado (novas formas de coordenação)*: apelar ao desenvolvimento de práticas de cooperação contratualizada entre os múltiplos parceiros locais em torno de projectos comuns ou convergentes que permita ultrapassar uma eventual lógica vertical e centralizadora própria às instituições e coordenar iniciativas numa perspectiva de conjunto, edificando espaços de solidariedade que congreguem os actores locais numa lógica horizontal de reconhecimento mútuo e de comunicação; vi) *Internalização/localização*: ou seja, propiciar a apropriação dos contributos dos actores para os configurar no contexto local, dando-lhes uma forma específica e adaptada às características e às necessidades das populações. Isto é, o desenvolvimento endógeno não significa que as comunidades locais se isolem em relação a processos exteriores; as interações com o exterior/meio envolvente mas devem, pelo contrário, sair reforçadas, a partir de uma *internalização* desses processos.

Quadro 1 – Principais características do desenvolvimento endógeno

Características	Implicações
Primazia do <i>particular</i> e do <i>específico</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de que cada região, cada colectividade, tem potencialidades e problemas próprios, • Definição do desenvolvimento como processo múltiplo vindo “<i>de baixo</i>”, e não como resultado de políticas centralizadas e uniformes, • Perspectiva do desenvolvimento como um processo que se baseia na acção dos actores locais e na valorização dos recursos das colectividades
Predominância da <i>acção</i> e da <i>auto-organização</i> dos actores locais	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos actores locais mais do que dos instrumentos e das políticas, • Reforço das estratégias de informação, de formação e de comunicação, • Importância da coordenação entre as iniciativas e projectos dos actores locais, numa perspectiva de interacção e sinergia, • Promoção de estratégias de auto-organização dos actores em torno de iniciativas, empreendimentos e projectos comuns ou convergentes
Tónica na valorização dos <i>recursos qualitativos locais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo prioritário à qualificação profissional, à investigação e à inovação • Valorização da empresa e do espírito de empreendimento, de risco, de experimentação, de avaliação e de acompanhamento das acções e iniciativas, • Ênfase nas relações interactivas (redes, comunicações, informação)
Perspectiva do desenvolvimento como um <i>processo participado e negociado</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Transferências de poder do nível central para os níveis local e regional, • Aumento da capacidade de iniciativa, de organização e de representação da colectividade face aos poderes públicos • Criação de hábitos e práticas de partenariado, ou seja, de cooperação contratual entre os parceiros locais em torno de projectos comuns.

Fonte: Nóvoa, *et al*, 1992: 22

Mas o contributo destes autores em torno dos processos de desenvolvimento endógeno estende-se ainda ao reconhecimento de que a endogeneidade inevitavelmente terá de estar associada a uma transformação das relações entre os diferentes níveis de exercício do poder, e particularmente das relações entre o local e o Estado, que admitem só poder ser bem sucedidas segundo uma lógica de descentralização efectiva que dê *“lugar ao reconhecimento do carácter complexo, diferenciado e específico das dinâmicas socioculturais e económicas locais”* (Nóvoa et al, 1992:22). A sua perspectiva é sustentada na *“convicção de que os problemas do desenvolvimento se manifestam de forma espacialmente distinta, sendo necessário criar as condições para que os actores locais disponham de motu próprio de uma capacidade colectiva de gestão do desenvolvimento”* (idem, ibidem:22). Ora, de acordo com os autores, esta perspectiva levanta a questão do poder e a questão específica de que, mais do que o seu exercício isolado a nível local ou regional, o que está em causa é a necessária articulação entre poderes distintos: de administração, de informação, de gestão, de controlo. Neste sentido, é sugerido que a noção de descentralização do poder se pode equacionar a partir da noção de auto-organização: *“a descentralização pressupõe que as colectividades locais tomem consciência de si próprias (das suas potencialidades e dos seus limites) e das relações com o meio em que se inserem, exercendo uma acção de transformação no espaço local”* (Nóvoa, et al, 1992:23), o que iria ao encontro do que Alain Touraine (cit in Nóvoa, et al, 1992:23) salienta: *“o desenvolvimento não é constituído por uma série de etapas pré-estabelecidas, que terão de ser inevitavelmente percorridas mas pelo «conjunto de acções que faz passar uma dada colectividade a um grau mais elevado de intervenção sobre si própria»”*.

O segundo contributo desta abordagem reforça claramente a ideia com que começámos a discussão deste ponto do nosso trabalho: a imprescindibilidade da participação para a consecução de processos de desenvolvimento endógeno. Com efeito, os autores começam por reafirmar que: i) *“o desenvolvimento local é antes de mais um processo de conquista de autonomia por parte das populações”* (Nóvoa, et al, 1992:23); ii) não se trata de uma *“dinâmica isolacionista”* [mas sim de uma] *“tomada de consciência das relações com o meio e da complexidade dos problemas, tanto a nível micro como macro”* (op. cit.:23-24). Ora, este processo de conquista de

autonomia é interactivo, dado que não acontece de modo espontâneo, e necessita, pelo contrário, de ser estimulado, acompanhado, apoiado, nomeadamente por parte dos poderes públicos (locais, regionais, nacionais) de acordo com um princípio de *“dinamização dos recursos e das capacidades locais a partir das características e das necessidades endógenas e não a partir de objectivos e programas globais pré-determinados”* (op. cit.:24). Será pois este trabalho, a nível local, que permitirá coordenar e integrar o que de outro modo corre o risco de ser um conjunto de micro-iniciativas desarticuladas emanadas das instituições centrais, mas para que esta coordenação/integração seja possível e efectiva pressupõe a participação dos actores locais e a emergência de estruturas de apoio que permita a intermediação entre as colectividades e os poderes instituídos.

O princípio subjacente à ideia de endogeneidade, que é claramente o da autonomia social enquanto *“conjunto de práticas que permitam a um grupo social sobreviver a partir dos seus próprios recursos”* (Rist, 2001a:204), não tem necessariamente um evento ou pai fundadores, uma vez que a sua prática é tão velha como a humanidade e mais evidente até ao momento histórico em que as trocas e, mais tarde, as trocas comerciais ou monetarizadas se acentuam com a finalidade, precisamente, de suprir necessidades que certas comunidades não conseguem de modo autónomo suprir. Quando a endogeneidade se procura reafirmar nos finais dos anos 1960/início dos anos 1970 como uma via possível para o desenvolvimento, em boa medida, apenas está a recuperar uma experiência histórica e a re-inseri-la num outro tempo, mas o que é interessante assinalar é como a experiência histórica de um modelo dominante de desenvolvimento se constituiu numa ideologia hegemónica, espalhada globalmente, e naturalizou, entre outras, as ideias de crescimento, acumulação, aquisição de vantagens concorrenciais e troca mercadorizada, que faz com que aquela recuperação, para tentar ganhar alguma legitimidade, tenha de se impor comparativamente segundo os termos definidos pela ideologia dominante, o que, obviamente, demonstra não só como a *“história do desenvolvimento se confunde com a da destruição progressiva da self-reliance”* (Rist, op. cit.:205), como sugere a relativa ambiguidade que a endogeneidade acaba por estabelecer com o modelo de

desenvolvimento dominante e nos alerta de antemão para as contradições inerentes às experiências históricas que procuraram corporizar sistematicamente esta noção de endogeneidade/autonomia social.

Embora possamos recuar à experiência chinesa encabeçada por Mao Zedong, à proposta de Gandhi que, tendo como finalidade a produção de um bem comum, articulava os princípios da *swadeshi* (endogeneidade/interioridade) e da *sarvodaya* (melhoria das condições sociais para todos) (cf. Rist, 2001a:202-203; cf. Santos, 2002 - em particular o capítulo de Harsh Sethi e o comentário final de Anibal Quijano) ou mesmo às experiências da Coreia do Norte (com Kim Il Sung), Albânia (com Enver Hoxa) e Cuba (com a Revolução de 1959) como materializações históricas concretas, mais ou menos relativas e positivas é certo, da ideia de endogeneidade, a experiência que provavelmente foi mais marcante e profunda, mas também reveladora das contradições do desenvolvimento auto-sustentado ou endógeno, é a da Tanzânia sob o governo de Julius Nyerere, cujo horizonte era a promoção de um “*socialismo africano*” que assentaria na “*propriedade colectiva dos meios de produção, mas sem insistir na centralização do controlo económico, nem sobre a importância da industrialização, nem sobre a análise de classe*” (cf Rist, 2001a:211-212). Do ponto de vista político e económico, os princípios que estruturam a proposta de Nyerere são particularmente originais face ao então dominante discurso do desenvolvimento e incorporam as consequências lógicas do pensamento da Teoria e Escola da Dependência de que antes falámos. Entre esses princípios ocupa lugar relevante a autonomia ou *self-reliance*, que aqui parece com uma dimensão económica, no sentido que supunha uma desconexão/ruptura das relações de dependência que existiriam entre o sistema económico nacional e o internacional como forma de romper a relação de dominação em que aquelas relações assentavam. Um segundo princípio dizia respeito à relatividade da noção de auto-sustentação, na medida em que não se pretendia um fechamento completo sobre si-mesmos e se admitia mesmo a importância das ajudas externas e do investimento oriundo da iniciativa privada, desde que accionados como forma de estimular os esforços de transformação promovidos pelas populações ou suplementando as incapacidades destas em certos domínios. Por outro lado, era clara a consciência de que romper com a dependência

económica e escapar do colete-de-forças do sistema económico internacional não seria possível a partir da promoção de uma mesma lógica económica, segundo as regras de um sistema que precisamente tinha sido o causador da dependência, pelo que, na expressão feliz de Gilbert Rist (2001a:213), tratava-se de praticar uma espécie de “*judo económico*”, rompendo com a lógica do opressor e com o valor que o dinheiro nela representava, para adoptar um princípio e uma lógica de acção que enfatizava que a autonomia assentaria na confiança nas capacidades próprias, o que supunha uma transformação “*psico-política*” que redundasse numa outra relação com o económico (*idem, ibidem*:213). Nesse sentido, mais do que o dinheiro seriam a população e o seu trabalho a força motriz de construção de uma sociedade desenvolvida, o que significava também a adopção de medidas que impedissem a exploração entre diferentes sectores da população (capitalistas/trabalhadores, urbana/rural) e que promovessem uma relativa igualdade de condições. Por fim, supunha ainda, em termos de princípio, a relativa originalidade do modelo de desenvolvimento a construir na medida em que não deveria ser uma cópia ou importação de quaisquer outros modelos estrangeiros, capitalistas ou socialistas. Não cabendo na economia deste trabalho detalhar as condições e contradições particulares deste processo que se levou a cabo durante mais de uma década, a análise das suas conquistas e insucessos ou mesmo assinalar especialmente a contradição política que subjaz ao “*voluntarismo iluminado*” de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado decretado pelo governo, ainda assim importa retirar ensinamentos da análise desta experiência histórica. É isso que Gilbert Rist (2001a:219-222) procura fazer ao assinalar os fundamentos do modelo de desenvolvimento centrado na endogeneidade (*self-reliance*), aquilo que procura não ser e os efeitos perversos, que preferimos designar de limitações, da adopção deste tipo de modelo e que procuramos sintetizar no quadro que se segue.

Quadro 2 – Caracterização da abordagem da *self-reliance*

Os fundamentos da <i>self-reliance</i>	O que não pode ser um modelo de desenvolvimento ancorado na <i>self-reliance</i>	Limitações de um modelo de desenvolvimento assente na <i>self-reliance</i>
Redefinição das prioridades económicas em função da produção de bens úteis ao conjunto da população	Não é um modelo abstracto, mas um processo histórico de luta contra uma estrutura que se recusa	Reduz as desigualdades que decorrem das trocas mas não as desigualdades ligadas à dotação de factores de produção (os recursos não estão igualmente presentes

		em todos os contextos, pelo que a superação desta limitação implicaria que as políticas de <i>self-reliance</i> fossem acompanhadas por mecanismos de redistribuição global)
Controlo democrático da produção, promoção da solidariedade horizontal e diminuição da alienação provocada pela ausência de domínio sobre o processo económico	Não pode ser instituído a partir de cima	A <i>self-reliance</i> pode reforçar a exploração ao nível local ou regional se o sistema democrático não funcionar devidamente e atribuir a uma minoria o domínio do económico
Utilização prioritária dos factores de produção disponíveis localmente e investimento na pesquisa de soluções locais de produção	Não pode confundir-se com a simples transformação industrial das matérias-primas nos locais da sua produção (esta pode ser uma condição política da <i>self-reliance</i> , mas, em si mesma, é também compatível com a expansão do mercado capitalista)	A <i>self-reliance</i> corre o risco de acentuar a divisão do mundo entre um centro “desenvolvido” e uma periferia “subdesenvolvida”. Se a <i>self-reliance</i> implica, pelo menos no início, uma ruptura ou desconexão com o mercado internacional, não pode por isso deixar de pugnar pela produção de novas formas de associação e relação numa base mais igualitária
Harmonização dos modos de vida com o ambiente e com os factores locais existentes com a finalidade de obter repercussões ecológicas e culturais positivas	Não se reduz à produção dos bens necessários aos mais desmunidos (um modelo de desenvolvimento resumido a este aspecto pode ser simplesmente conduzido numa perspectiva burocrática ou gestonária	A <i>self-reliance</i> arrisca-se a criar uma clivagem entre os que a podem praticar e aqueles que não têm condições para o fazer (superar esta limitação implicaria praticar formas de <i>self-reliance</i> ancoradas na associação entre diferentes locais ou regiões, internos a um país, ou entre países)
Recusa da imitação de modelos de desenvolvimento importados e concretização através de uma multiplicidade de “desenvolvimentos”	Não se confunde nem com a auto-suficiência, nem com a autarcia económica (mesmo se a auto-suficiência alimentar é uma das finalidades da <i>self-reliance</i>)	
Estimulação da criatividade e da confiança nos valores próprios		
Assenta num processo de aprendizagem permanente: reinventar em vez de imitar		
Favorecimento da solidariedade interna (país) e externa (internacional) através da reorientação dos fluxos comerciais para fora dos centros dominantes		
Incrementar a resistência à dependência externa em termos comerciais através da promoção da auto-suficiência nos recursos estratégicos		
Crescimento da capacidade de resistência e defesa face às pressões externas		
Rompe com a dicotomia centro/periferia: a periferia transforma-se numa multiplicidade de “centros”		

Fonte: Rist. (2001a:219-222)

Matthias Finger e José Manuel Asún (2003:83) dedicam também algum esforço analítico a esta noção de endogeneidade (que no caso está traduzida como auto-sustentação) quando discutem o contexto de emergência da Investigação Acção Participativa nos países do Sul, enquadrando-a [a IAP] precisamente, como já salientámos, no contexto da desilusão com os efeitos da Primeira Década do Desenvolvimento promovida pela ONU (a década de 1960). De acordo com estes autores, como aliás já assinalámos, terá sido Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, “o primeiro a esboçar uma nova perspectiva em relação à fuga ao subdesenvolvimento e pobreza, caracterizada pelos conceitos de «auto-sustentação», «autonomia» e «desenvolvimento autocentrado» “ (Finger & Asún, 2003:82), embora, também como assinalámos, a noção de auto-sustentação já estivesse anteriormente presente em algumas iniciativas desenvolvidas na Índia sob a égide de Gandhi. Não obstante apontarem como crítica a pouca relevância que aí é atribuída aos aspectos ecológicos e culturais, para estes autores há quatro ideias fundamentais que estão associadas a esta ideia de desenvolvimento auto-sustentado ou, avançamos nós, endógeno: i) supõe que a independência⁵³ é sobretudo de pessoas e não de dinheiro, ou seja, constrói-se com base nas pessoas, nas suas potencialidades e capacidades; ii) implica necessariamente a auto-sustentação por oposição à manutenção de uma relação de dependência, ainda que sob a forma de “ajuda”, do exterior; iii) é primordialmente um movimento que se desencadeia a nível local e, como tal, um movimento da base para o topo e não o contrário; iv) a independência e auto-sustentação promove-se igualmente por intermédio da adopção de “tecnologia adequada”⁵⁴ em oposição à tecnologia importada dos países do Norte e/ou industrializados (Finger & Asún, 2003:83).

⁵³ Lembremo-nos que é a partir do Sul recém descolonizado ou dos contextos regionais ainda em situação de forte dependência económica dos países do hemisfério Norte ou industrializados que esta perspectiva emerge.

⁵⁴ Esta noção de “tecnologia adequada”, que retomaremos à frente, é uma tradução do termo em inglês “socially appropriate technology” (SAT). No contexto brasileiro esta noção tem sido traduzida simplesmente por “tecnologia social”, o que pode gerar alguma ambiguidade ao leitor português na medida em que alguma literatura sociológica em Portugal regista esta expressão com um significado completamente diverso (cf. por exemplo Grácio, 1986).

Em síntese, concluem os autores, *“o desenvolvimento auto sustentado desenrola-se de baixo para cima, através das pessoas com a tecnologia adequada às respectivas necessidades”* (idem, *ibidem*:83).

Mas, a noção de endogeneidade não deixa de estar eivada de alguma ambiguidade, ou no mínimo de uma diversidade de sentidos, que resulta do ponto de vista disciplinar a partir do qual se produz a sua definição, bem como do modelo de desenvolvimento que se lhe associa que não é, inevitavelmente, *“alternativo”* no sentido que vimos adoptando.

Um particular bom exemplo é-nos oferecido por Garofoli (2002) quando analisa os modelos de desenvolvimento local na Europa com um particular enfoque no desenvolvimento económico. Para este autor, a dicotomia exogeneidade-endogeneidade constitui a referência inicial dos debates que na Europa se desenvolveram desde o início dos anos 1990 opondo modelos de desenvolvimento endógenos a modelos de desenvolvimento exógeno. Não deixamos de encontrar neste autor uma caracterização genérica destes modelos de desenvolvimento endógeno que partilham alguns dos traços já anteriormente assinalados como constitutivos desta ideia ou como consequência da sua adopção, nomeadamente a sua forte ligação e legitimação a um paradigma do desenvolvimento *“a partir de baixo”* e à literatura especializada em torno do desenvolvimento territorial, *“agropolitano”* e do ecodesenvolvimento ou, ainda, o reforço da ideia de que endogeneidade não é claramente sinónimo de *“fechamento ao exterior”* e a noção de que o desenvolvimento endógeno é fundamentalmente a capacidade de inovar e de produzir uma *“inteligência colectiva”* à escala local (Garofoli, 2002:228-229). No entanto, a sua preocupação é essencialmente a de argumentar em torno do modo como um *“modelo de desenvolvimento endógeno garante a autonomia ao processo de transformação do sistema económico local”* (idem, *ibidem*:228) e nesse propósito o seu discurso articula indissociavelmente vantagens sociais com vantagens económicas da endogeneidade, com o que nos parece ser uma ênfase particular na associação entre endogeneidade e controlo do processo de desenvolvimento económico e competitividade face ao exterior. Desde logo, Garofoli (2002) sublinha a centralidade, em termos de

desenvolvimento, dos processos de tomada de decisão pelos actores sociais locais e a sua capacidade para controlar e interiorizar conhecimento e informação externos e, desse modo, assegurarem genericamente os traços de um processo de desenvolvimento auto-sustentado, reforçado no facto de que o processo de transformação assenta nas especificidades locais e na capacidade local para governar variáveis fundamentais desse processo. Mais ainda, na perspectiva de Garofoli (2002:228), o modelo de desenvolvimento endógeno baseia-se na produção, ao nível das empresas e instituições que operam a nível local, do que identifica como “*social capability*”, nomeadamente através da construção progressiva de determinadas características e capacidades tais como: i) o uso e a implementação de recursos locais (trabalho, capital historicamente acumulado ao nível local, empreendedorismo, conhecimento específico acerca dos processos de produção, competências profissionais específicas, recursos materiais); ii) a capacidade de controlar o processo de acumulação a nível local; iii) o controlo da capacidade de inovação; iv) a existência (e a capacidade de desenvolver) interdependências produtivas intrasectoriais e intersectoriais à escala local.

Como já se referiu, para o autor a endogeneidade não é contraditória com a abertura ao exterior; pelo contrário, implica relações progressivas com um exterior bastante particular: os mercados externos e com os *locus* de produção de conhecimento e tecnologia. Na sequência deste raciocínio, repita-se que claramente orientado pela finalidade do crescimento económico, o desenvolvimento endógeno é sinteticamente conceptualizado por Garofoli (2002:229) como: i) a capacidade para transformar o sistema social e económico (provavelmente, de acordo com o pensamento apresentado, seria mais correcto dizer: transformar o sistema social *em função* do sistema económico); ii) a capacidade de reagir aos desafios externos e iii) a capacidade de introduzir formas específicas de regulação social ao nível local que dêem suporte aos dois processos anteriores.

Em suma, parece-nos de facto estarmos perante um significado de desenvolvimento endógeno que, embora aparentado com as perspectivas anteriormente enunciadas, se demarca claramente no modo como define a

endogeneidade essencialmente como uma vantagem competitiva no contexto de uma organização económica que se assume implicitamente como natural, única e a melhor.

Uma outra ambiguidade que cruza a questão da endogeneidade, auto-sustentação ou *self-reliance* como vias alternativas do desenvolvimento prende-se com a pertinência que os seus princípios e práticas têm nos dias de hoje, caracterizados por uma economia capitalista globalizada, quer no pensamento, quer na prática do desenvolvimento nas suas diversas escalas. A alternativa é, simplesmente, olhar para estas vias do desenvolvimento como “*curiosidades*” e “*antiguidades*” propensas, na melhor das hipóteses, a serem adoptadas tenazmente por “*náufragos do desenvolvimento*” dominante ou a “*trânsfugas voluntários*” desencantados com as soluções que lhe têm sido impostas (Rist, 2001a:224) e a darem origem a “*ilhas de irracionalidade*” (Melo, 1994) perdidas e isoladas no mar do capitalismo avançado ou, optimisticamente e sem qualquer intenção romântica de retorno a um «*paraíso perdido*», a reconstruírem a sociedade fora das prescrições dominantes e dos «*programas de desenvolvimento*» que lhes querem impor, reinterpretando originalmente as leis económicas, aproveitando-se das falhas do sistema dominante e, genericamente, afirmando a possibilidade de uma pluralidade de desenvolvimentos marcada pela história e cultura específica de cada um dos lugares a partir dos quais estas alternativas se erigem (Rist, 2001a:225).

Como nos advertem as pesquisas de Serge Moscovici sobre as “*minorias activas*” e, mais genericamente, a experiência histórica, não podemos descurar a importância e o profundo papel inovador que certos movimentos e sistemas de pensamento minoritários ou alternativos têm desempenhado numa perspectiva de mudança social na história humana e, por outro lado, não é uma inevitabilidade histórica que o futuro continue a ser caracterizado pela universalização do mercado capitalista. Assim, se é importante reconhecer que a adopção radical dos princípios da *self-reliance* tem acontecido mais por necessidade do que por opção, também não podemos deixar de reconhecer que é a própria lógica excludente do mercado capitalista globalizado que vem gerando condições, outros dirão a obrigação, para que alguns territórios e algumas comunidades, excluídos dos circuitos de troca

mercadorizada, vão alicerçando formas de autonomia social, inclusive na esfera económica [cf. por exemplo o conjunto de experiências que constam da obra organizada por Boaventura Sousa Santos (2002)], que recuperam alguns dos princípios da *self-reliance*.

A ambiguidade parece pois colocar-se no estatuto que estas experiências assumem: resultam de uma opção societária e política ou são uma necessidade imposta pela exclusão do mercado globalizado? São efectivamente experiências contra-hegemónicas ou representarão a contradição estritamente suficiente para, sem afrontar nem pôr em causa a sua hegemonia, legitimar uma via dominante do desenvolvimento? Sobreviverão isoladas num mundo marcado pela divisão internacional do trabalho e pela multiplicação das trocas ou serão capazes de globalizar o seu carácter alternativo contrapondo-se à lógica de mercado dominante nas relações entre comunidades e países?

Talvez a resposta a estas questões não possa ser absoluta mas o potencial alternativo que está encerrado nestas práticas de desenvolvimento que apelam à endogeneidade, e que está muito para além do que foram as suas tentativas de concretização histórica, deve equacionar-se quanto mais não seja porque vivemos neste início de século XXI a necessidade urgente de *“pensar e lutar por alternativas económicas e sociais”* num contexto em que o capitalismo atingiu um nível de aceitação inaudito e as alternativas sistémicas a este, representada pelas economias socialistas centralizadas, deixaram de o ser (Santos, 2002). E mais importante ainda parece esta reflexão se concordarmos com Santos (2002:25) quando afirma que a viabilidade de formas alternativas de viver e de produzir, no curto e médio prazos, *“depende em boa medida da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo”*.

Uma outra questão que atravessa profusamente os debates em volta das estratégias alternativas de desenvolvimento prende-se com a noção de empoderamento que está igualmente intimamente articulada com a noção de participação na medida em que, como sustenta Brohman (2001), a participação nas tomadas de decisão é uma pré-condição se o empoderamento é a finalidade. Assim,

embora genericamente possamos adoptar o modo como Brohman (2001:265) desenha os contornos da noção de empoderamento, salientando que este *“comummente é entendido como um processo multifacetado, envolvendo a reunião de recursos para atingir uma força colectiva e se contrapor ao poder, buscando o aperfeiçoamento das competências manuais, técnicas, administrativas, gerenciais e de planeamento, bem como das capacidades analíticas e reflexivas, das pessoas a nível local”*⁵⁵, o menos que se pode dizer é que a noção de empoderamento é claramente ambígua e arrisca-se a ser superficial e panfletária (Menezes, 2007:57).

No âmbito das estratégias alternativas de desenvolvimento esta noção ganhou força nas últimas duas décadas e a sua necessidade é uma consequência da constatação de que, de facto, o desenvolvimento nas suas vertentes de diminuição das desigualdades sociais e da pobreza ao nível comunitário não se atinge simplesmente pela transferência de verbas por parte do Estado ou a partir de programas e projectos que apenas envolvem as pessoas como beneficiários sob o risco de, assim, se estar inclusive a fomentar uma *“mentalidade de assistido”* (cf. Canário, 1999). Fazer face a este risco parece pressupor que as estratégias de desenvolvimento encarem as pessoas e as comunidades como actores de pleno direito em todas as decisões que concernem a transformação das suas condições e contextos de vida, ou seja, que as pessoas sejam reconhecidas e apoiadas como autoras das opções de transformação social que põem em marcha. A noção de empoderamento poderá associar-se a este modo de conceber e promover a autorização por parte dos indivíduos, das populações e das comunidades o que, como parece evidente, se reveste de um carácter político tudo menos neutral. Nesse sentido, as estratégias de empoderamento podem ser facilmente encaradas com desconfiança por parte dos poderes instalados,

⁵⁵ Podíamos adoptar de igual modo uma definição mais genérica como a proposta em Menezes (2007:57): *“o empoderamento refere-se ao processo pelo qual os indivíduos, as organizações e as comunidades ganham mestria ou controlo sobre as suas vidas e participação democrática na vida das suas comunidades* (Rappaport, 1981, 1984, cit. por Menezes, 2007)”. Independentemente da singularidade destas definições parece ser possível identificar um conjunto de elementos que, mais ou menos, estão constantemente presentes de forma transversal à noção de empoderamento: participação, consciência crítica, poder e controlo, cidadania, autonomia e compromisso comunitário, desenvolvimento e expressão das capacidades individuais e da identidade social (Montero, 2004, cit. por Menezes, 2007:57). Não obstante a louvável sistematicidade na identificação destes elementos, em boa verdade, cada um deles pode ser, e normalmente é, mobilizado com significados bastante díspares, pelo que nos resta admitir que a ambiguidade permanece como traço irredutível da noção de empoderamento.

nomeadamente o económico, e pelas classes sociais dominantes ou pelas ditas elites locais ou comunitárias. Daí que se olhe para esta “*exigência*” do empoderamento de forma ambivalente: por um lado, como condição imprescindível ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade, à auto-confiança e à auto-expressão enquanto requisitos que possibilitam a mobilização e a participação efectiva nas tomadas de decisão que afectam as vidas, designadamente, das classes desfavorecidas; por outro lado, como tarefa radical que poderá pôr em causa os interesses instalados. Mesmo quando se trata do Estado – que seria suposto pugnar pela igualdade entre todos os cidadãos – a promover estas estratégias de empoderamento permanece um certo receio de que o seu próprio poder, ou melhor a estrutura de relações que poder que este sustenta e legitima, seja colocado em causa com a aquisição de poder, por via da educação, da participação efectiva ou da designada conscientização, pelos mais desprovidos.

De forma sintética pode sustentar-se que a noção de empoderamento tem diversas facetas interligadas: i) uma faceta sócio-política que a associa à aquisição ou activação de competências de intervenção participativa ao nível local e ao nível dos poderes instituídos; ii) uma faceta educativa que está articulada tanto com o processo de conscientização e de análise crítica da realidade que está subjacente ao processo de tornar-se autor da sua acção como com a finalidade desejável do empoderamento de permitir a realização plena do potencial e das capacidades humanas; iii) uma faceta organizacional que se prende com a forma como na acção prática, de índole individual e/ou colectiva, o empoderamento se traduz enquanto intervenção efectiva nos processos de tomada de decisão e de acção colectiva.

De igual modo, a noção de empoderamento reporta-se a diferentes escalas de organização do social, nomeadamente o nível individual, organizacional e comunitário, pressupondo a sua interligação mas também que em cada um deles o empoderamento decorre de processos diversos e, como resultado em cada um deles, se dá a activação de competências distintas (Menezes, 2007). A partir do trabalho de Zimmerman [1995, cit. por Menezes (2007:57-58)], esta autora sistematiza o que em termos de empoderamento está envolvido em cada um daqueles níveis: i) ao nível individual está

em causa o designado empoderamento psicológico que passará pela promoção da capacidade para exercer controlo sobre a própria vida, de uma consciência crítica sobre o ambiente envolvente e de uma postura participativa na vida comunitária; ii) ao nível organizacional está associada a transformação das estruturas e processos que desempenham papéis de suporte e de capacitação da participação e da mudança na comunidade e, por fim, iii) ao nível comunitário está associada a promoção da qualidade de vida através da acção colectiva de indivíduos, grupos e organizações. Uma versão esquemática da articulação entre níveis, processos e resultados do empoderamento pode apreciar-se no quadro seguinte:

Quadro 3 – Processos e Resultados de Empoderamento

Níveis	Processos (de empoderamento)	Resultados (empoderados)
Individual	Competências de tomada de decisão Gerir recursos Trabalhar com outros	Sentido de controlo Consciência crítica Comportamentos de participação
Organizacional	Oportunidades de participar na tomada de decisões Partilha de responsabilidades e liderança	Competir eficazmente pelos recursos existentes Trabalhar em parceria com outras organizações Influenciar políticas
Comunitário	Acesso aos recursos Estrutura de “governo” aberta Relevância da diversidade	Coligações de organizações Liderança pluralista Competências de participação dos membros

Fonte: Zimmerman (1995) cit. in Menezes, I, (2007:59)

Mas a ambivalência da noção de empoderamento reside muito mais na sua utilização como operador ideológico no âmbito de um discurso e de um paradigma cognitivo de abordagem do social e de definição dos problemas sociais que, ocultando as tendências para a desresponsabilização do Estado pelas suas funções de regulação social (ou ocultando a sua incapacidade de as exercer) em prol de um bem comum, exalta incontroladamente as virtualidades de uma acção individual “*esclarecida*”, “*competente*” e “*estratégica*” como condição da manutenção do estatuto de socialmente integrado ou como pré-requisito necessário aos que não o são mas que devem pretender ser. Este modo de gestão do social presente nas sociedades capitalistas avançadas, a que em outro momento apelidámos de “*periferialização das contradições sociais*” (Correia & Caramelo, 2003), tem estado prevalentemente associada à tendência para a “*personalização*”, “*localização*” ou “*territorialização*” dos dispositivos de gestão dos problemas sociais, caracterizados precisamente por lógicas

de intervenção que, através da educação/formação, da mediação social ou de práticas ditas de animação comunitária ou de desenvolvimento local, procuram o restabelecimento da paz social ou o evitamento das convulsões sociais, segundo uma perspectiva socialmente ortopédica e normalizadora dos sujeitos sociais.

Um contributo particularmente interessante para a discussão desta questão é o de Peter Triantafillou e Mikkel Nielsen (2001) que incide precisamente na análise de processos de promoção de desenvolvimento económico e social em países do Terceiro Mundo que atribuem forte centralidade às técnicas de promoção do empoderamento e da participação. O seu ponto de partida é a constatação, típica dos discursos do desenvolvimento alternativo, de que, em face do reconhecimento progressivo e sistemático de que a intervenção no desenvolvimento através de modelos rígidos centrados no crescimento económico e focados na transformação infra-estrutural, industrialização e incremento da produção agrícola falhou mais do que acertou, o desenvolvimento já não pode ser encarado simplesmente como um problema macro-económico face ao qual se intervém a partir de uma perspectiva centralizada e uniforme. Pelo contrário, a intervenção para o desenvolvimento deve agora procurar gerar as circunstâncias adequadas para que as comunidades ou os indivíduos descubram e introduzam por si as mudanças que pensem que lhes são benéficas. É neste contexto que as práticas participativas passam a ocupar um papel central nos programas e projectos de desenvolvimento e que o empoderamento individual e das comunidades passa a ser promovido através de um conjunto de *“tecnologias do self”*, pelas quais é suposto que os sujeitos mais desprovidos de capital económico, social e cultural se constituam em sujeitos activos e responsáveis, capazes de se responsabilizarem pelas suas vidas e melhorar o bem-estar pessoal e das suas comunidades (Triantafillou & Nielsen, 2001:64). Ancorados numa perspectiva foucaultiana de análise, o argumento central destes autores é o de que o empoderamento dos sujeitos a nível local não significa a sua evasão de (ou ruptura com) relações de poder instituídas, mas antes o aprofundamento do seu envolvimento numa forma particular de relação de disciplinação que os sujeitos desenvolvem face a si mesmos e face aos outros. Por seu turno, esta relação de disciplinação está basicamente construída sobre a mesma racionalidade que enformou as intervenções

macro-orientadas para o desenvolvimento que predominaram desde a II Grande Guerra, isto é, sobre uma racionalidade que basicamente sugere que a vida destes sujeitos é largamente caracterizada por um *défice fundamental* que poderá ser remediado através de uma intervenção calculada e planeada.

Em suma, contra uma definição “*naturalizada*” ou que salienta a autonomia social destes processos, a análise destes autores realça o carácter sócio-político do empoderamento e da participação na medida em que a sua promoção depende de “*guided practices taking place in a field of political intervention made up by particular strategies, bodies of knowledge, interests and relations of power*” (Triantafillou & Nielsen, 2001:64). Neste sentido, o aprofundamento do empoderamento seria também o aprofundamento do envolvimento dos sujeitos em determinadas relações de poder e, ao contrário do que se poderia pensar, tal não acontece pelo facto de a participação ou o empoderamento serem um embuste, mas sim pela razão contrária, isto é, pelo facto de que um efectivo empoderamento e aumento das escolhas estarem absolutamente dependentes de tipos particulares de conhecimento, técnicas e procedimentos considerados legítimos para a constituição de sujeitos activos que só se adquirem através do investimento do sujeito em relações particulares de poder (*idem, ibidem*:65). Estaríamos assim, portanto, perante “*the capacity of development discourse to produce practices for governing the self by the self*” (Triantafillou & Nielsen, 2001:65). Esta argumentação pode conduzir-nos a entender os sujeitos como resultados de mecanismos de objectificação e de determinação absoluta por via de conhecimentos e instituições, negando-lhes qualquer possibilidade de liberdade e de agir por si mesmos, o que não é necessariamente a posição dos autores nem de Foucault que os inspira. Com efeito, Foucault introduz a noção de *governamentalidade* na sua obra precisamente para fazer face às críticas que acentuavam o estruturalismo asfixiante que o seu pensamento parecia traduzir, associando-a à “*practice of commanding the conduct of others (individuals and populations in a society or of oneself. Government is not limited to the actions of the state, but entails the entire set of techniques, knowledges and strategies for acting, notably through indirect means,*

on the conduct of others under a range of different authorities, and the practices for acting upon the self by the self' (Triantafillou & Nielsen, 2001:66).

Mas a noção que verdadeiramente introduz uma ruptura na concepção foucaultiana da constituição dos sujeitos sociais é a de técnicas ou tecnologias do *self* que precisamente procura traduzir o modo como o ser humano moderno se estruturou em torno de uma individualidade particular, uma sexualidade particular e um *self* ontológico igualmente particular, considerando que a análise deste processo – a constituição do *self* moderno – teria de ir para além da sua compreensão ou como produto de práticas de disciplinação individualizadoras ou como resultado de tecnologias políticas totalizadoras conectadas com a emergência dos modernos Estados (Triantafillou & Nielsen, 2001:66). Nesse sentido, Foucault preocupa-se em descortinar como o indivíduo moderno é *instado* a adoptar uma determinada ética, isto é, como os indivíduos se constituem como sujeitos que adoptam uma certa conduta moral, que associa aos modelos que são propostos para desenvolver relações com o *self* e que permitam processos de auto-reflexão, auto-conhecimento, auto-exame, ou seja, de processos que tomam o *self* de cada um como objecto de transformação. Mas para Foucault enquanto esta ética organiza as relações que os sujeitos estabelecem consigo próprios, as suas práticas éticas e os modos concretos de ser estão ao mesmo tempo, inteiramente dependentes das moralidades hegemónicas, isto é, dos corpos de conhecimento e sistemas de objectificação que, produzidos nas esferas mais amplas da política e da cultura e do social, circundam os sujeitos (*idem, ibidem*:66). Distinguindo-se das análises macro-económicas que entendem os indivíduos com produtos dos processos que ocorrem nas esferas da política, economia ou, genericamente, da sociedade, bem como das análises que tendem a encarar as práticas éticas como a-históricas e universais e, como tal, do domínio do intrapsíquico, o que, a partir da noção de tecnologias do *self*, a análise de Foucault permite realçar é que a liberdade só pode ser exercida na presença de relações de poder (Triantafillou & Nielsen, 2001:66-67). Desta perspectiva, o exercício da liberdade e o exercício do poder são mutuamente condicionadores, em que o poder, mais do que uma forma de repressão objectiva, é uma relação que está presente nas práticas económicas, políticas ou educativas, relação que não funcionará a não ser que seja marcada por

uma certa instabilidade e reversibilidade, ou seja, mesmo de forma desequilibrada, tem de existir uma certa forma de liberdade em ambas as partes envolvidas numa relação de poder para que esta se possa exercer (*idem, ibidem*:67). Ora, do mesmo modo, o exercício da liberdade só pode acontecer no contexto de sistemas específicos de conhecimento e de relações de autoridade e poder (num quadro de disciplinação, portanto), o que faz com que as técnicas de constituição do *self* estejam intencional mas sub-repticiamente integradas nos programas políticos que visam promover certos ideais societários. Donde, concluem os autores que vimos seguindo, a liberdade nas sociedades liberais tem de ser entendida como uma componente de um conjunto de práticas quotidianas pelas quais os cidadãos modernos são obrigados, de acordo com as normas específicas dessas sociedades, a constituir-se como sujeitos que agem responsabilmente e têm um poder de escolha e cuja subjectividade é, portanto, não uma constante psicológica abstracta, mas o resultado das práticas concretas pelas quais os indivíduos se constituem como sujeitos livres e activos.

Em síntese, os modos de governamentalidade nas actuais sociedades liberais, muito mais do que assentarem na dominação e coerção ou na imposição de uma regulação social forte, estabelecem-se a partir da definição das normas, preferências e capacidades dos sujeitos e funcionam a partir da activa participação destes.

Transportando este quadro de análise para políticas e as práticas de desenvolvimento, particularmente para as que enfatizam o empoderamento e a participação, os autores sugerem então que aquelas políticas e práticas não dependem tanto da existência ou autoridade das instituições de desenvolvimento, nem que as noções de empoderamento e a promoção de abordagens participativas resultem especialmente da globalização da economia capitalista, mas antes que estas funcionam pela disseminação de uma certa ética: “*a ética do desenvolvimento como uma prática do self pelo self através da qual os grupos-alvo são introduzidos a uma específica «attitude of mind» característica da modernidade*” (Triantafillou & Nielsen, 2001:68).

Uma terceira dimensão que, inevitavelmente, atravessa os discursos e práticas do desenvolvimento alternativo é a que diz respeito ao modo como se concebem e definem os saberes legítimos que circulam e são mobilizados no âmbito dos programas e projectos de desenvolvimento. A discussão central em torno desta questão prende-se com a relação entre saberes externos e saberes endógenos, a que normalmente corresponde a relação saberes científicos vs. saberes profanos ou indígenas.

Como salientam Arturo Escobar (1995), Wolfgang Sachs (1992) ou Gilbert Rist (2001a), a ciência ocidental desempenhou historicamente um papel simultaneamente inspirador e legitimador da narrativa e da prática moderna do desenvolvimento. Nesse sentido, os saberes oriundos da ciência ocidental constituíram o substrato sobre o qual assentaram os pilares da intervenção para o desenvolvimento e a legitimidade daqueles foi praticamente incontestável até aos anos 1970. Esta lógica teve como consequência o desconhecimento, a desvalorização ou uma intencional desqualificação do conhecimento e dos saberes produzidos segundo outras modalidades de compreensão do mundo, particularmente daqueles que se exprimiam segundo uma linguagem profana (não científica) ou que tinham uma expressão simplesmente empírica. Ora, é apenas quando a dimensão da participação local e comunitária ganha direito de cidade nos discursos alternativos sobre o desenvolvimento que se começa a compreender que a necessidade de adequar os processos de intervenção às pessoas concretas que envolvem e aos seus contextos sócio-culturais, geográficos, económicos e políticos exige que as suas “vozes”, as suas experiências, vivências e subjectividades acerca daqueles contextos, em suma conhecimento e saberes, sejam consideradas, num plano simétrico, face aos discursos externos e sábios. O relevo desta dimensão, que poderíamos designar de sócio-antropológica, nos discursos e nas práticas em torno do desenvolvimento é, ainda assim, argumentado de diversas formas com consequências substancialmente distintas: i) a partir de uma óptica instrumental e funcional que supõe que o conhecimento sistemático dos contextos de intervenção, produzido a partir do exterior e segundo linguagens estranhas à realidade a que se reporta, é importante na medida em que permite adaptar as tecnologias de intervenção ao contexto em função do

conhecimento que dele se produziu. Este tipo de lógica pressupõe uma relação de exterioridade entre duas realidades e dois tipos de conhecimento irreduzíveis entre si e configura uma representação dos actores sociais comunitários como aplicadores ou pontos de aplicação dos saberes e conhecimentos estruturados *a anteriori*; ii) de acordo com uma perspectiva integracionista que supõe o desenvolvimento de dispositivos sensíveis à apropriação dos saberes locais e comunitários, segundo as suas próprias lógicas e linguagens, mas que sustenta que a mobilização daqueles conhecimentos e saberes nos processos de desenvolvimento implica a sua recodificação tecnológica de acordo com os termos do discurso e da prática científica canónica. Esta lógica pressupõe uma relação de compatibilidade entre duas formas de conhecimento, mediada pelas possibilidades de tradução tecnológica que entre ambas existem – mas em que há claramente uma hierarquização cognitiva da legitimidade e validade daqueles conhecimentos que é propensa à desvalorização do saber profano –, e uma definição dos actores sociais comunitários enquanto agentes de uma acção induzida e, finalmente, iii) de acordo com uma lógica comunicacional que implica uma permeabilização entre distintas formas de conhecer a realidade e distintas linguagens de a dizer, cuja articulação se promove por meio de dispositivos que enfatizam uma relação de escuta mútua e interpelante, cuja resultante é um conhecimento e um conjunto de saberes marcadamente híbridos, onde saber do senso comum e saber científico canónico dialogam tendo como finalidade a produção de modos de acção que conjugam, de forma tensa, preocupações com a eficiência tecnológica com o respeito pelas subjectividades e pelas soluções sócio-comunitariamente ancoradas. Nesta perspectiva, não só os actores sociais comunitários são definidos como autores da sua acção, como as próprias figuras profissionais externas tendem a constituir-se em co-autores do conhecimento e da transformação dos contextos em que o desenvolvimento se promove.

Triantafillou & Nielsen (2001) sugerem, por seu turno, que a questão do conhecimento local entra em finais dos anos 1970 no campo dos estudos sobre a intervenção para o desenvolvimento, designadamente em contexto rural, como condição da promoção das capacidades das pessoas para o auto-governo e associado

às abordagens participativas. Neste caso, argumenta-se que o fracasso passado das intervenções em prol do desenvolvimento não se ficou a dever “à ignorância dos pobres”, mas à desadequação dos métodos convencionais de intervenção – assentes numa lógica “*top-down*” e conduzidos por profissionais caracterizados por um viés em favor do conhecimento científico face aos sistemas cognitivos locais – para levar em consideração e adaptar-se ao conhecimento local.

Na perspectiva destes autores, um dos precursores da problematização do conhecimento local como elemento dos processos de desenvolvimento é Robert Chambers que se dedicou a demonstrar de que forma as abordagens participativas poderiam envolver técnicas concretas e relativamente simples que permitissem a inclusão do conhecimento dos locais (e a sua problematização por estes mesmos sujeitos) nas intervenções para o desenvolvimento, numa perspectiva que designou de *Rapid Rural Appraisal* e, mais recentemente, *Participatory Rural Appraisal*. Em termos gerais, o contributo de Robert Chambers passa por considerar que os sujeitos envolvidos pelos processos de intervenção são não só detentores de um saber, como são igualmente competentes para se exprimirem e analisarem a sua realidade concreta e, igualmente, para planearem e agirem e que, através deste processo, se gera um conhecimento melhorado e uma capacidade acrescida de reivindicar, agir e mudar. Esta abordagem supõe a necessidade de colocar os sujeitos face a uma forma de definição da realidade local que lhes permita efectivamente pensar e planificar a sua intervenção, bem como agir. Consequentemente, a definição das figuras técnicas e profissionais externas implica uma ruptura com uma perspectiva extensionista (Freire, 1971b) de relação com os actores locais e a assunção de um papel de facilitação – Freire diria comunicacional – que permita aos actores locais “*organizing and analysing their knowledge in a manner that enables an inscription of reality susceptible to a certain level of calculation, planning, priority-setting and intervention*” (Triantafillou & Nielsen, 2001:73). Ora, esta abordagem suscita duas ordens de questões, designadamente acerca: i) do tipo de saber que se produz sobre a realidade através deste processo e ii) das fontes de legitimidade desse mesmo saber.

Obviamente que, no que concerne a Paulo Freire este é como referência incontornável do pensamento e reflexão sobre o reconhecimento dos saberes locais e

sobre os modos de relação destes com os saberes especializados ou socialmente mais valorizados. O seu trabalho no domínio da alfabetização de trabalhadores rurais e, por via destes, o seu envolvimento com programas de reforma agrária que deram origem a obras como *Extensão ou Comunicação* (Freire, 1971b) ou a incontornável *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1975), constituem marcos da reflexão político-educativa e, esta última, a propósito do método de trabalho pedagógico de alfabetização utilizado por Freire, aborda sistematicamente a questão da relação investigador-alfabetizador, produção de conhecimento, sujeito aprendente, cujo sentido para o autor pensamos poder apreender sinteticamente nas suas palavras: “A metodologia que defendemos exige, por isto mesmo, que, no fluxo da investigação, se façam ambos sujeitos da mesma – os investigadores e os homens do povo que, aparentemente, seriam seu objecto” (Freire, 1975:141). Não podemos deixar de referir que a noção de desenvolvimento está essencialmente implícita nas reflexões de Paulo Freire, contudo, como salienta Finger (1993), a conscientização tal como teorizada por Freire inscreve-se numa lógica de “*humanização do desenvolvimento*” bastante típica dos discursos no campo da educação de adultos da década de 1960 e 1970 e que não pondo em causa os fundamentos do modelo hegemónico de desenvolvimento da época, acredita que é possível humanizá-lo, isto é, acredita que é possível recuperar o controlo humano sobre este processo. Curiosamente, uma das abordagens críticas mais interessantes e polémicas à obra de Paulo Freire é a produzida por Vanilda Paiva (2000, reedição) que é sintomaticamente intitulada “*Paulo Freire e o Nacional Desenvolvimentismo*” cujo argumento central é justamente a afirmação da articulação e mesmo funcionalidade das práticas de educação de adultos ou alfabetização encetadas por Paulo Freire, numa fase inicial da sua intervenção, com a ideologia e as políticas de desenvolvimento modernizador ou industrializante encetadas pelo Estado brasileiro na mesma época [cf. a este respeito Canário (2007)]

Uma leitura dos complexos interstícios da *Pedagogia do Oprimido*, permite-nos descortinar uma explicitação do posicionamento de Freire que parece confirmar a análise de Vanilda Paiva e de Matthias Finger ao discurso de Freire mas que, segundo cremos, em larga medida traduz essencialmente o *zeitgeist*: “A «situação limite» do subdesenvolvimento, ao qual está ligado o problemado da dependência, é a

fundamental característica do «terceiro mundo». A tarefa de superar tal situação, que é uma totalidade, por outra, a do desenvolvimento, é, por sua vez, o imperativo básico do Terceiro Mundo” (Freire, 1975:136)⁵⁶.

Ao contrário das abordagens convencionais de intervenção para o desenvolvimento em que a acção dos técnicos ou profissionais põe em circulação no sistema de intervenção um saber, abstracto e com pretensões à universalidade, ancorado na racionalidade científica normal, ou em que os saberes locais são apreendidos, transformados e posteriormente aplicados segundo os pressupostos dessa mesma racionalidade, o que esta nova abordagem admite é o carácter local (específico) e intersubjectivo do saber e a necessidade de outro papel para os agentes externos pois, como acentuam Triantafillou & Nielsen (2001), o *“knowledge of reality, which the locals form part of, can be grasped only through a process of intersubjective communication facilitated first by an outsider and subsequently by the local themselves”*. Mas, nesta perspectiva, embora se tenha de admitir que há um saber local prévio à intervenção que resulta da compreensão da situação que os *“locais”* expressam através de uma linguagem própria, este saber só ganha legitimidade como *“conhecimento local”* a partir do momento em que é sujeito às *“terapias participativas”* conduzidas pelos *“facilitadores”* externos (*idem, ibidem:73*).

Portanto, a questão que aqui se coloca não é a de que a compreensão que o conhecimento *“externo”, “ocidental”, “científico”* produz sobre o *“conhecimento local”* é, na melhor das hipóteses, uma aproximação, mas sem que, efectivamente, só

⁵⁶ Há, no entanto, autores que rebatem, veementemente, esta associação procurando justificar a posição de Paulo Freire, como por exemplo, João Francisco Souza (2007:68): *“Há quem tente, de forma autoritária e muito apressada, identificar nessa afirmação um compromisso de Freire com a ideologia desenvolvimentista como se, independentemente de ideologismos quaisquer que na afirmação estiveram embutidos, não se tratara de um “imperialismo existencial” a necessidade de industrialização e da modernização da agricultura de toda a sociedade brasileira e dos campos nordestinos, em particular, para garantir as condições de vida de sua população. Por certo que esse processo demandava e demanda o debate sobre a apropriação e usufruto dos bens produzidos. Portanto, implica a discussão sobre a direcionalidade do próprio processo como o aprofundará Freire em toda sua obra. Tomar uma atitude puritana em relação a uma questão de vida ou de morte para o país, acusando a identificação daquela necessidade de desenvolvimento como desenvolvimentismo, agora e naquele momento, não parece deixar de ser, porém, uma estupidez. De quaisquer maneiras, ou em quaisquer perspectivas ideopolíticas, essa é a questão nodal de todos e quaisquer processos educativos, em todos e quaisquer espaços e tempo: seu compromisso com um modelo societal e de convivência humana. Nesse debate, dada a diversidade de interesses e disputas de poder entre os grupos humanos, quaisquer consensos revelam-se extremamente complexos. E não apenas complexos, mas complicados deveras.”*

podemos falar de um “*conhecimento local*”, na acepção de que é o conhecimento que permite tornar o real susceptível de análise, planificação, tomada de decisão e acção pelos actores locais, quando este se produz através de práticas participativas (*idem, ibidem:74*).

Um outro importante contributo para equacionar toda esta questão do conhecimento nos processos de desenvolvimento e, particularmente, a relação entre saberes endógenos e exógenos é-nos fornecido pela corrente da Investigação Acção Participativa (IAP) (cf. Finger & Asún, 2003:81-86; Triantafillou & Nielsen, 2001:71). Este movimento que é eminentemente protagonizado pelos países do Sul, sobre os quais impendeu a dominação desenvolvimentista do Norte em termos tecnológicos, culturais e políticos, parte do pressuposto, no que à questão do conhecimento diz respeito, que o conhecimento endógeno foi absolutamente colonizado, destruído e substituído por um conhecimento especializado oriundo do Norte a que se associam determinadas tecnologias. Ora, a IAP o que supõe e visa é a capacidade de os países e comunidades do Sul se reapropriarem do seu conhecimento endógeno e assim se envolverem verdadeiramente num processo de desenvolvimento auto-sustentado (endógeno) e autónomo. Neste sentido, para a IAP o verdadeiro problema subjacente ao subdesenvolvimento é a marginalização do conhecimento endógeno pelo que será necessário auxiliar estas comunidades e povos não só a compreender os processos pelos quais o seu conhecimento lhes foi expropriado, destruído ou esvaziado, como ajudá-los a desocultar, recuperar e activar, a partir de um processo colectivo no interior de comunidades concretas, esse conhecimento como condição imprescindível à reapropriação do seu próprio processo de desenvolvimento.

O que está em causa é, portanto, uma crítica radical às formas de conhecimento Ocidentais ou do Norte que, por intermédio das tecnologias que lhes estão associadas, transplantam mundivisões e racionalidades para os países do Sul com amplas consequências ecológicas, culturais e societárias, o que faz com que a inversão desta situação implique que “*as pessoas têm de recuperar não só o controlo dos meios de produção, mas, mais profundamente, o controlo sobre os meios de produção do conhecimento*” (Finger & Asún, 2003:84).

Este processo, cujos protagonistas devem ser precisamente os espoliados do conhecimento, e como tal de poder, permitirá tornar o conhecimento endógeno a fonte primordial dos processos de desenvolvimento auto-sustentado, ancorados no envolvimento colectivo na definição, análise e resolução de problemas⁵⁷ e numa preocupação simultânea com a transformação das condições de vida imediatas e com a transformação radical da realidade social (*idem, ibidem*:85).

Como concluem Finger & Asún (2003:85), “a IAP não se opõe ao desenvolvimento nem à modernização, mas quer remetê-los à escala local e humana das comunidades, permitindo que estas dominem e dirijam o seu próprio processo de desenvolvimento (auto-sustentado)”.

Neste sentido, a abordagem proposta pela IAP vai claramente ao encontro dos princípios que Serge Latouche (2004:90 e sgs) enuncia como necessários à construção de um pensamento pós-desenvolvimentista marcado pela ideia de um “*decrescimento convivial*”. Nesta perspectiva, o decrescimento não tem de necessariamente estar associado a uma diminuição dos níveis bem-estar e de qualidade de vida no sentido de deixar de responder à satisfação das necessidades, mas sim que esta deva subordinar-se aos constrangimentos ambientais (e não, como as sociedades industriais fizeram: adaptaram o ambiente aos seus modos de vida) e deve organizar-se não apenas para preservar o ambiente, mas sobretudo para restaurar um mínimo de justiça social sem a qual o planeta parece condenado. Em última instância, o decrescimento supõe romper com o imaginário económico que enferma de uma perversão ética que faz com que o *maior* crescimento seja associado ao *melhor* crescimento e redescobrir uma outra forma de riqueza no desenvolvimento de relações conviviais pautadas por uma «*simplicidade voluntária*» (expressão utilizada

⁵⁷ Este processo supõe, de acordo com Finger&Asún (2003:85), 4 passos: i) a recuperação dos saberes e das técnicas tradicionais e a compreensão comparativa das funções económicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas que aqueles saberes e técnicas podem desempenhar face aos saberes e técnicas importados; ii) avaliação da relevância e importância dos saberes e técnicas tradicionais para o desígnio de construir comunidades locais pautadas por modos sustentados de vida; iii) identificação dos problemas centrais que afectam as comunidades; iv) enfrentamento dos problemas por intermédio do conhecimento e técnicas tradicionais recuperados e de alguns elementos dos saberes e técnicas importados.

Todo este processo se constitui numa dinâmica de aprendizagem colectiva e comunitária com ou sem recurso a facilitadores externos que promovam as condições para que as soluções concretas e práticas sejam uma descoberta ou invenção das comunidades.

por Gandhi), designadamente em termos de consumo ou, como podemos apreciar de forma sintética nas palavras de Latouche (2004:96), *“la construction d’une société moins injuste serait à la fois la réintroduction de la convivialité, d’une consommation plus limitée quantitativement et plus exigeante qualitativement”*.

Este propósito do decrescimento, no caso concreto dos países do Sul, em boa medida vítimas das consequências do crescimento dos países do Norte, assumirá contornos particulares que Latouche (2004:101) identifica: *«il s’agit moins de décroître (ou de croître, d’ailleurs) que de renouer le fil de leur histoire rompu par la colonisation, l’impérialisme et le néo-impérialisme militaire, politique, économique et culturel, pour se réapproprier leur identité. C’est la condition pour qu’ils soient en mesure d’apporter à leurs problèmes les solutions appropriées.»*

Um outro ponto de vista a partir do qual a perspectiva da IAP aborda a questão da relação entre conhecimento endógeno e exógeno é a partir da análise que realiza do papel que os intelectuais podem desempenhar na promoção da mudança social, incorporando na sua reflexão a noção gramsciana de *“intelectual orgânico”*. Numa perspectiva assumidamente política, para a IAP é absolutamente evidente a pertinência e a urgência de definir linhas de acção concretas dos intelectuais que ajudem a transformar a situação dos oprimidos que passam justamente por colocar o saber destes intelectuais, produzido segundo os cânones de um conhecimento opressor, ao serviço da tomada de consciência pelos oprimidos desta sua condição, assegurando-lhes igualmente o acesso aos instrumentos intelectuais que permitam a sua mobilização e organização e, a partir destas, a sua libertação.

Em síntese, seguindo de perto a recapitulação que Brohman (2001:219-220) faz das estratégias de desenvolvimento alternativo, pode sugerir-se que não obstante o seu carácter eclético e a inexistência de uma teoria unificada subjacente, há um conjunto de elementos que são típicos destas estratégias: i) corporizam um movimento rumo a medidas redistributivas directas, incidindo particularmente na população pobre, ao invés de manterem uma crença ilimitada nos efeitos *a posteriori* do crescimento económico (o já várias vezes referido *«trickle down»* ou *«efeito-dominó»*; ii) mantêm um enfoque nos projectos locais, de pequena escala, geralmente

ligados, quer com iniciativas de desenvolvimento rural, naturalmente nos contextos rurais, quer com programas e projectos de desenvolvimento comunitário nas zonas urbanas; iii) atribuem uma ênfase particular à satisfação das necessidades básicas das populações e à capacitação educativa das pessoas, especialmente através da provisão de bens e serviços públicos; iv) apelam à necessidade de reequacionar a visão do desenvolvimento que o associa estrita e estreitamente ao crescimento económico como primeiro passo para a elaboração de uma concepção mais ampla e humana do desenvolvimento; v) exprimem uma preocupação com a participação local ou das comunidades na concepção e implementação dos programas e projectos de desenvolvimento; vi) conferem uma forte ênfase à progressiva endogeneidade dos processos de desenvolvimento que, idealmente, se poderia estender a uma diversidade de escalas da organização social de modo a reduzir a dependência externa e a criar condições para um desenvolvimento mais cooperativo, social e ambientalmente mais sustentado e sustentável.

O carácter alternativo e concomitantemente periférico política e cognitivamente destas perspectivas tornaram-nas num alvo sistemático de críticas que as acompanham exactamente desde que emergem. Queremos assim dizer que logo nos anos 1970 há reacções às propostas destas correntes e que conduziram posteriormente a que as estratégias alternativas de desenvolvimento se modificassem substancialmente para passarem a incorporar novas ênfases, conceitos e métodos (Brohman, 2001:220). Mas regressemos aos anos 1970 para apreender as críticas mais substanciais que foram dirigidas a estes discursos e práticas que escapavam do “*mainstream*” do desenvolvimento. As críticas dos anos 1970 centraram-se essencialmente em 3 aspectos: i) na discussão da verdadeira utilidade destas estratégias e do seu carácter de real alternativa às perspectivas de pensamento hegemónicas no domínio do desenvolvimento; ii) na controvérsia suscitada pelos métodos utilizados para conceber e implementar os programas e projectos ditos de desenvolvimento alternativo, mormente questionando a sua distinção face àqueles empregues pelos programas e projectos inscritos no paradigma dominante; iii) na apreciação do fosso entre teoria e prática do desenvolvimento alternativo,

nomeadamente no respeitante à questão do envolvimento participativo das populações e comunidades nas diferentes fases e operações dos processos de desenvolvimento.

Em suma, nas palavras dos seus críticos, as estratégias alternativas de desenvolvimento, apesar da sua orientação progressista, parece que acabaram por gerar projectos de desenvolvimento muitas vezes bastante convencionais e por replicarem muitos dos problemas e limitações que se atribuíam às abordagens “*tradicionais*” ou “*dominantes*” (Brohman, 2001:221-222).

Efectivamente as críticas acima enunciadas são corroboradas por Brohman (2001:221) que sugere que os programas e projectos de desenvolvimento alternativo foram comumente administrados segundo uma lógica “*top-down*” e, quando inscritos numa lógica de ajuda ao desenvolvimento, foram-no ainda de modo paternalista, dando poucas oportunidades às organizações locais de participarem significativamente nas tomadas de decisão. De igual modo, como aliás já assinalámos em outro momento deste trabalho, esta situação agrava-se com a emergência nestes projectos de figuras profissionais externas aos contextos de intervenção que são portadoras de amplas exigências burocráticas e administrativas (senão mesmo técnicas) que não só dificultam o empoderamento das populações e comunidades como contribuem mesmo para a desqualificação dos seus saberes e modos de acção. Brohman (2001:221) atribui mesmo a estas figuras profissionais a responsabilidade pela distorção a que, por vezes, a natureza dos projectos foi sujeita, bem como pela menor qualidade da participação local, quando estas figuras técnicas entravam em ruptura ou contribuíam de algum modo para desqualificar formas de organização sócio-comunitárias e de participação política democrática. Por outro lado, parece também ser possível assacar a estas interferências externas a responsabilidade pela edificação de formas de dominação das instituições locais que contribuíram em larga medida para que as percepções locais sobre os problemas e as opções em termos de desenvolvimento fossem invisibilizadas e, em contrapartida, levasse a que noções e opções externas de desenvolvimento, alheias e inapropriadas às condições locais

fossem assumidas e conduzissem a consequências diametralmente opostas às finalidades professadas pelos programas e projectos de desenvolvimento.

Mas, Brohman (2001) identifica ainda outros aspectos nestas experiências alternativas que têm merecido reparos a partir de um olhar crítico e analítico.

Um dos aspectos salientados prende-se com o papel do Estado face a estas propostas. Com já se sugeriu, uma das *pedras de toque* destas propostas é a sua ênfase na participação local e comunitária mas, de acordo com Brohman (2001:222), não é despiciendo sustentar que muitas vezes, ao invés, estes programas e projectos promoveram uma extensão do controlo Estatal, quer na sua forma centralizada, quer através da sua representação por intermédio de instâncias de poder desconcentradas, mas não efectivamente descentralizadas, e muitas vezes, no caso dos programas de cooperação, com a conivência das agências de ajuda internacional. Como sustenta o autor, assistiu-se assim à instauração de uma relação de tipo clientelar entre Estado-local/comunidade, com evidentes consequências na supressão, controlo ou manipulação das iniciativas de base popular. Uma forma de crítica mais radical sugere mesmo que o envolvimento do Estado e das agências de ajuda internacionais nestes programas de desenvolvimento alternativo visou apenas prevenir ou impedir a eclosão de revoltas populares ou instaurar processos de mudança reformistas que travassem quaisquer veleidades revolucionárias. Neste sentido, mais do que serem conduzidas pela finalidade de promover um desenvolvimento mais justo do ponto de vista económico, social e político estas iniciativas – que alguns autores apelidam de «*modernização defensiva*» – seriam, antes de mais, garantes da estabilidade política. Isto permite sustentar que, paradoxalmente, o ímpeto para os programas e projectos de desenvolvimento alternativo, pelo menos em algumas circunstâncias, veio muito menos de um imperativo ético do que do receio de perder o controlo sobre a condução dos processos de desenvolvimento a partir do Estado. Naturalmente que, assumindo um ponto de vista dialéctico, esta situação recolocou o Estado no centro das críticas dos movimentos sociais e de outras formas de organização e mobilização social local e comunitária. Como bem sintetiza e explicita Brohman (2001:222): “ *se os programas de desenvolvimento alternativo falharam em alcançar a finalidade de um desenvolvimento mais equilibrado e equitativo, pelo menos ofereceram ao Estado um*

conjunto de mecanismos para dirigir o crescimento económico, mediar as relações políticas e sociais e limitar o alcance dos movimentos sociais através da cooptação, fragmentação e controlo. No entanto, como as condições continuaram a deteriorar-se para os pobres, o Estado tornou-se frequentemente um alvo visível para os movimentos de protesto social à medida que os actores do desenvolvimento se tornaram politizados". Um outro efeito conectado com a tendência para que estes programas e projectos acabassem por obedecer a uma lógica de regulação centralizada prende-se igualmente com a sua cooptação e dominação pelas elites locais, principalmente nos contextos em que as comunidades se encontravam fortemente desarticuladas e polarizadas, o que para além de, evidentemente, afastar a maioria da população, principalmente os seus sectores mais desprotegidos, do envolvimento participativo nas iniciativas de desenvolvimento, conduziu também a que os programas e projectos se organizassem em função das percepções e reflectissem substancialmente os interesses particulares daquelas elites.

Por fim, um outro aspecto crítico identificado nestas iniciativas alternativas de desenvolvimento prende-se com o modo como as relações sociais promovidas e as estruturas criadas de facto reflectem, ou não, as preocupações e os pressupostos de uma concepção de desenvolvimento que se afirma participativa, equitativa, solidária. Na perspectiva crítica de Brohman (2001:223) há que reconhecer que, por vezes, analisadas as relações sociais e as estruturas organizativas, se identifica a tendência para que mais do que se constituírem em instrumentos de mudança progressiva, estes programas e projectos se tornem instrumentos de cooptação e de manipulação ao serviço das classes dominantes ou das elites locais, o que também significa que, para que isto aconteça, os programas e projectos de desenvolvimento alternativo acabem por encarar as comunidades como realidades homogéneas e, como tal, acabem a negar a expressão das subjectividades, e a não atender efectivamente às necessidades, desejos e interesses diferentes e/ou divergentes que coexistem nas comunidades (nomeadamente permeados pelas questões da idade, do género, da classe, da etnia...).

Embora possamos facilmente reconhecer a permanência nos dias de hoje de preocupações trazidas para a arena da discussão sobre o desenvolvimento por estas

estratégias alternativas de desenvolvimento, corporizadas nomeadamente por iniciativas que, no campo teórico-prático do desenvolvimento, se albergam sob o chapéu da *“fileira das pessoas e das comunidades”* (Amaro, 2003), em que se integram o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo e de forma transversal o desenvolvimento integrado, o que é certo é que, a crer em Brohman (201:224), o suporte às iniciativas de desenvolvimento alternativo, pelo menos no âmbito dos grandes programas de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação internacional, diminui a partir do início dos anos 1980, a que não será alheia a viragem neoliberal.

Há várias razões que o autor avança para este facto de que as mais salientes serão: i) assiste-se a uma viragem no enfoque dos esforços pelo desenvolvimento da intervenção estatal e dos programas dirigidos a comunidades territorialmente delimitadas para uma preocupação crescente com considerações macro-económicas que acompanham o dealbar do neoliberalismo (viragem que no campo do desenvolvimento conduziu ao longo dos anos 80 do século passado à grande expansão da perspectiva do ajustamento estrutural); ii) reconhece-se que os resultados das estratégias alternativas de desenvolvimento não corresponderam às expectativas nelas depositadas, nomeadamente as que pressupunham transformações estruturais. Com efeito, gradualmente, admite-se que o enfoque localizado destes programas e projectos os impediram, muitas vezes, de atingir finalidades mais abrangentes, especificamente de atingir as raízes estruturais dos problemas muitas delas historicamente cristalizadas, gerando assim situações em que a mudança ou se revelou aparente ou apenas alcançou pequenos sectores das populações; iii) admite-se que a abordagem localizada, comunitária, da base para o topo que idealmente caracterizava estes programas e projectos ou foi pervertida e conduziu, quer a processos regulados de forma centralizada pelo Estado, quer à sua cooptação pelas elites ou, em contrapartida, se mostrou incapaz de enfrentar eficazmente as lógicas do poder político e do poder económico dominantes.

Em suma, Brohman (2001), apesar de reconhecer a importância da crítica às perspectivas dominantes de desenvolvimento que foi desenvolvida no seio destas estratégias alternativas, relativiza o seu contributo na medida em que estas parecem

não ter fornecido em alternativa um modelo de análise rigoroso e coerente, designadamente dos processos de desenvolvimento nos países ditos do Terceiro Mundo. Nesse sentido, sugere o autor, para que estas estratégias possam tornar-se mais efectivas, devem alterar-se em dois aspectos essenciais: i) necessitam ampliar a escala da sua abordagem para além do enfoque em projectos localizados; ii) precisam de efectivamente empoderar os sectores populares para que estes encontrem soluções criativas para a fonte dos seus problemas. Como se pode facilmente depreender, estes requisitos são indissociáveis de uma transformação mais ampla que envolve mudanças ao nível da distribuição do poder político e económico pelos vários estratos e classes sociais.

De forma complementar à análise anteriormente apresentada, Santos (2002: 51 e sgs), depois de reconhecer o importante papel que o pensamento e as práticas de desenvolvimento alternativo têm tido no pensamento e nas políticas acerca das economias semiperiféricas e periféricas, de apreciar o seu valor enquanto estratégias e argumentos contra a globalização neoliberal e de reconhecer a sua influência na definição de uma agenda científica e política sobre o desenvolvimento que transcende as questões colocadas pelos modelos hegemónicos, procura, ainda assim, identificar “os vazios” do desenvolvimento alternativo. Na sua opinião, as propostas do desenvolvimento alternativo *“têm uma limitação importante para a construção de alternativas económicas emancipadoras, que derivam da sua ênfase exclusiva na escala local”* (Santos, 2002:51). Como efeito, como já tivemos oportunidade de salientar anteriormente, a valorização da escala local ou comunitária é claramente uma marca dos discursos e práticas do desenvolvimento alternativo e é inegável que este enfoque permitiu *“colocar no centro da discussão os efeitos concretos dos programas de desenvolvimento e advogar a transferência de poder para os actores locais”* (op. cit.:51). Contudo, o reverso desta valorização da escala local e comunitária, a que subjaz muitas vezes uma concepção fechada e isolacionista e, por vezes, autárcica e ingenuamente comunitarista das comunidades como garante da preservação da *“pureza”* da alternativa que protagonizam, parece ter sido a reificação teórica do local e o seu desligamento de fenómenos e movimentos regionais, nacionais

e globais (*op. cit.*:51-52). Este raciocínio, levado às suas últimas consequências, torna até “*desejável*” a marginalização das comunidades como pressuposto necessário para a emergência de condições que permitam “*a existência (e a desejabilidade) de economias alternativas comunitárias que operam sem conexão com a sociedade e a economia hegemónicas*” (*op. cit.*:52).

Ora, várias questões se podem aqui levantar, tomando particularmente como analisador a esfera económica destas experiências de desenvolvimento alternativo. Desde logo, a visão dualista em termos económicos em que estas experiências incorrem – distinguindo a economia informal como típicas destes experimentos sociais e susceptível de ser apropriada pelos movimentos populares e a economia formal como a esfera dominada pelas classes dominantes – é, por um lado, factualmente errada como demonstram várias pesquisas que acentuam a mútua dependência entre actividades da economia informal e formal e, por outro lado, “*é contraproducente do ponto de vista prático, porque limita o campo de acção e expansão das formas alternativas de produção, consumo e distribuição de bens ou de serviços aos sectores sociais e às actividades económicas marginalizadas*” (Santos, 2002:52). Por outro lado, como bem demonstrou Immanuel Wallerstein no seu livro *Historical Capitalism*, o capitalismo tem como programa historicamente sedimentado a expansão ilimitada, não só dos bens e actividades mercadorizáveis, mas igualmente aos espaços sócio-geográficos que mantendo-se periféricos (o mundo rural, as periferias do sistema-mundo...) têm escapado a esta hegemonia (cf. Canário, 2000b). Ora, hoje, assistimos efectivamente à colonização por parte do capitalismo global, por via da globalização neoliberal, das zonas geográficas e das actividades económicas que até agora haviam permanecido “*esquecidas*”, o que faz com que as experiências alternativas de que aqui falamos se vejam confrontadas, muitas vezes, com a necessidade de “*competirem com o capital transnacional no processo de globalização para se manterem vivas e realizarem os seus objectivos emancipadores*” (Santos, 2002:52), o que só poderá acontecer através de um pensamento e acção criativos que, a partir da escala local, permitam o desenvolvimento de estratégias alternativas de integração no mercado capitalista ou, eventualmente, de uma resistência que se difunda pelos outros níveis de organização social (regional, nacional ou global). Em termos mais amplos, a

alternativa coloca-se entre o afrontamento da globalização por intermédio de uma estratégia de relocalização, eventualmente votada ao fracasso dada a actual profunda imbricação entre local e global e provavelmente pouco produtiva no que respeita à geração de efeitos sinérgicos entre o interior das comunidades e outras escalas de organização social, e a formulação de modos de pensamento e de acção que articulem as escalas local, regional, nacional e mesmo global. A adopção desta segunda perspectiva supõe uma transformação do modo como, genericamente, estas experiências de desenvolvimento alternativo concebem o local e as comunidades. Segundo Santos (2002:53) é necessário passar de uma representação da *“comunidade como uma colectividade fechada e estática (comunidade-fortaleza) para uma imagem da comunidade como uma entidade viva e dinâmica, aberta simultaneamente ao contacto e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas, e decidida a defender as alternativas contra-hegemónicas que surjam no seu interior (comunidades-ameba)”*⁵⁸. Na perspectiva do autor, esta transformação, que supõe o desenvolvimento de uma relação de solidariedade entre diferentes alternativas locais, não só é uma exigência para a sobrevivência de cada uma delas, como, especialmente, para o enraizamento de uma globalização contra-hegemónica, neste caso particular, uma *“globalização cosmopolita”* (Santos, 2002:53).

Em suma, a fragilidade de que se revestem as experiências de desenvolvimento alternativo centradas na dimensão da produção é simultaneamente o seu maior desafio face às pretensões colonizadoras do capitalismo hegemónico. Enfrentar esta fragilidade implica necessariamente, como condição de sobrevivência e resistência à cooptação, o aprofundamento estratégico de modos de articulação não só entre estas diferentes experiências, mas também necessariamente, pelo menos a

⁵⁸ A partir de um outro ângulo de análise, o da crítica ao modo como as actuais políticas cognitivas veiculadas pelas políticas sociais, e designadamente pelas políticas de desenvolvimento, estruturam diferentes figuras do local que, em última instância são sempre definidas como deficitárias, propomos a necessidade de desenvolver um pensamento e uma praxeologia sobre o local a partir de uma nova narratividade do social de que uma das linhas de força é justamente a promoção de um local caracterizado por um *«cosmopolitismo comunitário»* (Caramelo & Correia, 2004) que cremos que se aproxima conceptualmente desta noção de *«comunidade-amiba»* proposta por Santos (2002).

curto e médio prazo, com o sector capitalista da economia e, inegavelmente, também com o Estado.

A emergência do local e da problemática do desenvolvimento local

O conceito de desenvolvimento conheceu nos últimos 60 anos, e em particular nos últimos 30, uma pluralidade de versões que o tornaram mais complexo, quer na sua compreensão, quer na sua concretização, a partir de contributos oriundos de diferentes disciplinas e das múltiplas práticas que sob os seus auspícios se têm vindo a desenvolver, o que conduziu igualmente a que o desenvolvimento integre hoje desafios a respeito das abordagens interdisciplinares e às estratégias e aos métodos de intervenção que implica, apesar de que nem sempre nesta complexificação seja fácil destringir o que releva da teoria, da ideologia, da utopia ou das práticas sociais (Amaro, 2003; Teisserenc, 1994). Não obstante, a adjectivação do desenvolvimento é um fenómeno relativamente recente já que a sua génese pode ser identificada no período circunscrito entre os finais dos anos 1960 e o início dos anos 1970 mas que, desde então, não cessou (pelo contrário proliferou) na esteira de orientações teórico-analíticas emergentes, assinalando marcos políticos no campo do desenvolvimento ou dando corpo a novas estratégias de intervenção. De acordo com Roque Amaro (2003) podemos identificar 5 factores fundamentais que contribuíram para este fenómeno: i) *“A frustração que se continuava a sentir nos países subdesenvolvidos perante as «receitas» e modelos de desenvolvimento que lhes eram propostos ou impostos; ii) O aparecimento de sintomas claros de «mal-estar social» nos países desenvolvidos; iii) A emergência de uma consciência ambiental sobre os problemas do desenvolvimento; iv) A persistente crise económica que se instalou nos últimos 30 anos e a transformação da natureza do trabalho; v) Os indícios de crises e «mal-estares» sociais, económicos, ambientais e políticos nos países socialistas”* (:53-54).

Estes factores ajudam a compreender a procura de novos conceitos de desenvolvimento que se manifestou por uma adjectivação daquele conceito que procura traduzir uma variedade de propostas e de conteúdos (Amaro, 2003). O autor

que vimos seguindo opta por reter seis formas desta constelação de designações dos processos de desenvolvimento que considera cumprirem critérios de utilidade e de pertinência social: serem cientificamente fundamentados; terem reconhecimento institucional internacional, sendo utilizados com referência conceptual e estratégica por organizações internacionais. Estes novos conceitos são apresentados pelo autor respeitando a cronologia da sua emergência e difusão (isto é, dos que surgem primeiro para os mais recentes) e são eles: i) Desenvolvimento Sustentável; ii) Desenvolvimento Local; iii) Desenvolvimento Participativo; iv) Desenvolvimento Humano; v) Desenvolvimento Social; vi) Desenvolvimento Integrado.

Ainda de acordo com Amaro (2003), é possível organizar os cinco primeiros conceitos, a partir dos seus conteúdos e contextos de afirmação (científicos e institucionais), em três «*famílias conceptuais*» (ou fileiras) (Amaro, 2003:55) sendo que o último – desenvolvimento integrado – ocupa uma posição transversal a estas famílias, salvaguardando contudo que esta «arrumação» dos conceitos é analítica e que como tal é necessário considerar a existência de «*zonas de sobreposição*» e de «*interacção*» entre si. Essas três fileiras seriam: i) “A «*fileira*» ambiental; ii) A «*fileira*» das pessoas e das comunidades; iii) A «*fileira*» dos Direitos Humanos e da dignidade humana” (Amaro, 2003:55).

A «*fileira*» ambiental tem como principal característica a tentativa de conciliar desenvolvimento com preocupações ambientais e o primeiro conceito que serviu para a referenciar foi o de Ecodesenvolvimento e, mais recentemente (a partir de 1987), passou a ser mais conhecido como «Desenvolvimento Sustentável», conceito apresentado e proposto num Relatório intitulado «*O Nosso Futuro Comum*» (1987)⁵⁹ onde se procede a uma caracterização dos problemas ambientais do Mundo e se propõem algumas soluções conceptuais e estratégicas para os enfrentar.

⁵⁹ Este estudo é também conhecido como Relatório Brundtland. Ele resulta da indigitação da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento pela Assembleia-geral das Nações Unidas, em 1983, para “*propor estratégias ambientais a longo prazo para a obtenção de um desenvolvimento sustentado por volta do ano 2000 e para além dele*” (Comissão Mundial, 1987:ix in Friedmann, (1996:6). O estudo deve o seu nome ao presidente daquela Comissão, o então primeiro ministro norueguês Gro Harlem Brundtland e foi reconhecido como um marco histórico que estimulou uma renovada discussão de alternativas de desenvolvimento tendo a sustentabilidade ambiental como pano de fundo.

O conceito de «Desenvolvimento Sustentável» designa “*o processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras*” (Amaro, 2003:56) e implica três exigências: i) a solidariedade intergeracional; ii) a integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento (é necessário considerar em simultâneo a finitude de certos recursos naturais e o ritmo possível de renovação daqueles que não são finitos); iii) a durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento o que implica pensar o desenvolvimento na interacção entre o subsistema económico e o sistema ecológico (corresponde à metáfora de que o desenvolvimento é uma maratona e não uma prova de velocidade).

A «*fileira*» das pessoas e das comunidades (*people-centered*/centrada nas pessoas para se distinguir das perspectivas *growth-centered*/centradas no crescimento) “*procura colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento. É, por isso, também a fileira da participação e da cidadania, sendo o desenvolvimento, antes de mais, o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação activa de todos. A satisfação de necessidades é uma consequência, mas não a vertente principal do conceito*” (Amaro, 2003:57). A génese desta perspectiva encontra-se na proposta metodológica designada por «*Desenvolvimento Comunitário*» que surgiu da acção directa de técnicos da ONU, nos anos 1960, nos países à altura ditos subdesenvolvidos e da constatação que estes fazem da inadequação dos modelos e ferramentas formatadas na lógica da «*modernização*» (cf. Silva, 1990). Vários outros conceitos nesta linha vão surgindo mas, de acordo com Roque Amaro (2003), são dois os conceitos chave desta «*fileira*»: o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo. O primeiro destes conceitos procura essencialmente exprimir “*o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas*” (Amaro, 2003:57). Este conceito resulta do cruzamento de duas contribuições: numa lógica mais académica, do paradigma territorialista (cf. Pedroso, 1998) e das experiências que, desenvolvendo-se no terreno, demonstram a sua viabilidade e pertinência num

contexto de globalização (Amaro, 2003). Por seu turno, o conceito de Desenvolvimento Participativo coloca a tónica na *“adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres”* (Amaro, 2003:57). É um conceito fundamentado pelas Organizações Não Governamentais, mas rapidamente apropriado de forma ambivalente por instâncias como o Banco Mundial ou a ONU e tem associado a si o conceito de empoderamento enquanto *“reforço de capacidades, competências ou poder, sendo, simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência”* (Amaro, 2003:57).

Por fim, a «fileira» dos Direitos Humanos e da dignidade humana *“associa desenvolvimento ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana”* (Amaro, 2003:58). Na sua origem encontram-se as análises de François Perroux sobre a “Economia do Homem” (cf. Amaro, 2003) e a distinção que aí se estabelece entre Progresso e progressos e, posteriormente, a perspectiva da «satisfação de necessidades básicas» que entende que estas devem ser um imperativo antes de qualquer outro objectivo de desenvolvimento. Estas preocupações vieram por seu turno dar origem aos conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social. O Desenvolvimento Humano é uma expressão cunhada a partir de 1990 nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e é operacionalizado através de um índice que vem sendo (re)formulado ao longo dos anos – o Indicador de Desenvolvimento Humano. O conceito de Desenvolvimento Humano tem como ideia central *“o aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões (saúde, educação, bem-estar material, cultura, etc)”* (Amaro, 2003:58). É provavelmente o conceito de maior peso institucional dado que está articulado a um programa das Nações Unidas cuja função é o apoio ao

desenvolvimento e de se expressar através de um indicador que permite comparabilidades intra e inter-países. Por sua vez, o conceito de Desenvolvimento Social aparece em 1995 a partir de uma Conferência organizada pela ONU onde se discutem e inventariam os problemas sociais do desenvolvimento e se procuram estabelecer compromissos entre os países-membros para que assegurem/garantam “*níveis mínimos de bem-estar social*” (Amaro, 2003:59) que se fixam para vários domínios (saúde, educação, salário mínimo, rendimento mínimo...). Neste sentido, o Desenvolvimento Social é entendido como “*o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais*” (Amaro, 2003:59). Por fim, Roque Amaro (2003) refere-se ao conceito de Desenvolvimento Integrado que afirma não possuir o mesmo peso científico e institucional dos outros, mas aparece referido de forma transversal em todos eles. O Desenvolvimento integrado pressupõe uma abordagem interdisciplinar e pode ser concebido como “*o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão...*” (Amaro, 2003:59). Também Silva (2000) procura explorar esta noção de desenvolvimento integrado, destacando nela diferentes acepções: i) uma visão reduzida que o aproxima de “*modalidades em que vários serviços da administração pública, central e local, decidem e procuram articular as respectivas actuações, num determinado espaço e tempo*” (:63); ii) uma acepção que o identifica com “*intervenções que procuram combinar diferentes “esferas” da realidade social: tais como o sistema produtivo, o sistema de emprego, o sistema de ensino, os cuidados de saúde...*” (*idem, ibidem*:63).

Embora estas duas acepções tenham representado um significativo avanço no desenho de projectos de desenvolvimento e seja difícil concretizá-las, sugere ainda assim a necessidade de avançar um pouco mais no aprofundamento da concepção de

desenvolvimento integrado. Assim, na perspectiva de Silva (2000), desenvolvimento integrado⁶⁰ significa *“estratégias globalizantes de intervenção local”* (:63), o que implica uma *“dupla vinculação”*: i) *“A um território, a lugares-espacos construídos e vividos pela acção humana (...) referenciado às características alteráveis, aos recursos mobilizáveis, aos problemas identificáveis e às soluções testáveis em territórios localizados”*; ii) *“A uma comunidade, à sua história, aos seus indivíduos e grupos, às suas condições e projectos”* (Silva, 2000: 63)

Esta perspectiva *“globalizante do desenvolvimento local”* (Silva, 2000) procura realizar uma outra *“integração”*:

- *“Integração entre processos de compreensão e valorização de culturas comunitárias, processos de mobilização dos seus recursos e processos de transformação e mudança futurante”*;
- *“Integração entre identidades e mudanças, entre continuidades e rupturas, entre confirmação e valorização de patrimónios acumulados e des/reconstrução crítica”*
- *“Integração entre perspectivas pontuadas pelo dentro e fora, pelo interior e o exterior, o leigo e o perito”*, ou por outras palavras, procurar a *“integração virtuosa entre os projectos e as acções dos protagonistas comuns e locais com os projectos e os objectivos, mandatos e vinculações programáticas das equipas políticas e técnica”* dado serem *“processos que se pretendem democráticos, comunitários e participativos e que, enquanto tal, concedem particular importância à acção de protagonistas comuns e locais”* (Silva, 2000: 64).

Em síntese, e de acordo com Roque Amaro (2003), aqueles seis novos conceitos trazem um *«valor acrescentado»* em relação às concepções tradicionais de desenvolvimento que procura resumir em sete pontos: i) *“O seu carácter multidimensional, recusando qualquer leitura disciplinar (como a economicista anterior) e convocando uma visão interdisciplinar; ii) A mudança do enfoque da satisfação de necessidades para a realização das capacidades das pessoas; iii) A sua*

⁶⁰ De acordo com o autor *“o lugar próprio para pensar esta integração é a cultura”* (Santos Silva, 2000:64) num sentido *“antropológico e social”*, isto é, como *“conjunto de matrizes de identidades colectivas, padrões de conduta e obras de civilização humana”*.

íntima relação com o conceito e os processos de cidadania, exigindo metodologias participativas e uma lógica de «empowerment», o que o associa à renovação dos sistemas democráticos; iv) Uma nova relação com a Natureza baseada, na interdependência sistémica; v) A redefinição das suas bases territoriais, deixando de assentar apenas no Estado-Nação, para assumir uma multiterritorialidade que, para além daquele, inclui os níveis supranacional e transnacional (definidores do global) e infranacional (ao nível local), podendo ser simultaneamente global e local (glocal); vi) A sua associação a múltiplos protagonistas (todos os cidadãos e todos os seus modelos organizativos, formais e informais, públicos ou privados), e não apenas o Estado, as empresas e (para a distribuição da riqueza), os sindicatos, como no modelo anterior; vii) A extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos, exigindo uma permanente criatividade e permitindo recuperar um dos princípios fundamentais da Vida” (Amaro, 2003:59-60).

Mas importa detalhar um pouco mais a génese particular da ideia de desenvolvimento local/desenvolvimento comunitário que não pode ser separada da própria “visibilidade” política e teórica do local. Com efeito, como sugerimos num trabalho anterior (Caramelo & Correia, 2004), nos países ocidentais ditos desenvolvidos o local foi escamoteado pelo discurso e políticas estatais praticamente até à década de 1970, subsumido a uma lógica desenvolvimentista de inspiração norte-americana que primava por uma intervenção centralizada e verticalizada, sectorial e territorialmente uniforme, sob a argumentação de que a modernização política e económica tornava imperativa a “erradicação” de um local declinado segundo a lógica do atraso e da tradição anquilosante. Nas periferias desta lógica não deixavam contudo de manifestar-se expressões locais de resistência e mobilização, essencialmente protagonizadas pelo movimento associativo de base cidadã – herdeiro de um certo associativismo pré-moderno – que desde os anos 1960 se afirmou através de discursos reivindicativos de maior autonomia face à tutela estatal e, particularmente nos países da América Latina, através de práticas ditas de

*“desenvolvimento comunitário”*⁶¹ (Quijano, 2002) que se desenvolveram no seio do debate desenvolvimento/subdesenvolvimento mas que *“em geral, fracassavam ou tinham sucessos limitados e transitórios”* (:504-506). Na Europa ocidental, o *“objecto local”*, como o designa Guy Berger (2004) na sequência do título de um congresso e de uma obra que traz para a ribalta o local⁶², emerge *“a partir do momento em que reflectimos sobre a participação de todos na totalidade das etapas do real”* (:18) – ou seja, sobre a possibilidade de um desenvolvimento participativo –, o que impõe valorizar acções descentralizadas. Este objecto haveria de assumir uma forte centralidade nas décadas vindouras, e tornar-se mesmo um *«lugar-comum»*, nomeadamente no campo educativo com o advento das problemáticas relacionadas com a territorialização das políticas e das práticas educativas, no âmbito das quais diversas questões foram ganhando direito de cidade, nomeadamente a autonomia dos estabelecimentos educativos, a descentralização da administração educativa, a relação escola-comunidade e o projecto educativo (cf. a este propósito por exemplo Charlot, 1991; Alves & Cabrito *et. al.*, 1996). Mas o local foi igualmente ganhando preponderância em outros domínios do saber, ou ajudando à constituição de novos domínios disciplinares (cf Benko, 1999)⁶³, ganhando definitivamente uma expressão significativa e constituindo objecto de investimento político aparentemente paradoxal num contexto cada vez mais marcado pela globalização (cf. Bourdin, 2001⁶⁴; Mabileau,

⁶¹ Desenvolvimento comunal, no original brasileiro.

⁶² Não encontramos referências coincidentes face a este marco da afirmação do objecto local no plano científico e político uma vez que Guy Berger (2004) o situa em 1968 e Alain Bourdin (2001) situa o Colóquio subordinado ao título *“O objecto local”*, realizado na Universidade Paris-Dauphine, em Maio de 1975 e a publicação em 1977 da obra sob a coordenação de L Sfez (1977) que dá conta das discussões ali havidas.

⁶³ Referimo-nos aqui particularmente à Ciência Regional que de acordo com as palavras de Georges Benko (1999) surge na esteira da especialização dos campos científicos a que se assiste no pós-guerra, constituindo *“um dos ramos mais recentes das ciências sociais e económicas”*, situada na encruzilhada das ciências económicas, da geografia, da sociologia, das ciências políticas, do direito, do urbanismo e mesmo da antropologia e *“estuda principalmente a intervenção humana no território”* (in Introdução).

⁶⁴ A obra de Alain Bourdin (2001) é talvez a mais significativa deste conjunto uma vez que nela se aborda especificamente *“o lugar da dimensão local nas sociedades contemporâneas”* (in Prefácio à edição brasileira), discutindo os limites e as potencialidades da viragem localista a partir da problematização de uma visão *“hiperlocalista da sociedade”*, do local como baluarte da mundialização e do local como *topos* principal da democracia (*idem, ibidem*). É uma obra cuja tónica dominante é i) a crítica ao conservadorismo que pode resultar de um comunitarismo exacerbado, ii) a crítica à *“imagem do micro local bem comportado contra o malvado mundial”* (*ibidem*:11) que, na opinião do autor, é muitas vezes apenas uma imagem passada sem o crivo do espírito crítico e, por fim, iii) a análise da gestão democrática do local acentuando os limites/paradoxos da redução da democracia à localidade ou se

1993; Veltz, 2004; Santos & Souza *et al.*, 2002). Mas é no domínio da reflexão interna ao próprio campo do desenvolvimento, naturalmente que afectado pelas transformações sócio-culturais e políticas do seu entorno, que o desenvolvimento local ganha corpo como alternativa teórica e prática.

Uma óptima síntese desta afirmação do desenvolvimento local é realizada por Rui Canário (1999). Na perspectiva de Canário (1999), a ideia de desenvolvimento local ganha corpo a partir da falência da designada perspectiva desenvolvimentista que vigorou entre o final da II Guerra e o início dos anos 1970. Com efeito este período é de euforia desenvolvimentista, traduzida em índices de crescimento económico muito elevados, de produção de massa para o consumo de massa, em que a referência são as grandes empresas organizadas segundo os princípios do taylorismo e do fordismo. Este período é caracterizado por uma grande disponibilidade financeira e pela necessidade de mão-de-obra qualificada que alimente o “*círculo virtuoso fordista*”. Os reflexos deste contexto sócio-económico e político fazem-se sentir no campo educativo onde o investimento económico e a expansão dos sistemas educativos (a mais e diferentes pessoas, como é o caso dos adultos através da expansão dos sistemas de ensino recorrente, ou de 2ª oportunidade, e de formação profissional) são entendidos como instrumentos de uma política desenvolvimentista.

Neste contexto e perspectiva “*o conceito de desenvolvimento económico tende a ser equivalente ao de crescimento económico*” e como tal a ser avaliado em função de indicadores e grandezas quantificáveis de tipo económico. Não obstante, não podemos deixar de considerar a análise de Roque Amaro (2003) que sugere que olhando para os ditos “*30 gloriosos*” anos emerge essencialmente uma visão contrastada já que, quando procedemos a um balanço dos processos de mudança e desenvolvimento ocorridos no período entre meados da década de 1940 e princípios da década de 1970, se encontramos «*progressos*», encontramos também «*privações*» (Amaro, 2003:49) o que relativiza uma certa visão optimista e triunfalista dos “*trinta*

preferirmos mostrando como a associação entre *democracia local* e *boa governança* – entendida como “*arte de associar todos os actores locais, públicos ou privados, políticos, económicos, sociais à acção colectiva pelo bem comum*” (*idem, ibidem*:11) – não pode deixar de ser escrutinada. É, em síntese, uma obra ocupada com a desnaturalização de um conjunto de «*lugares comuns*» acoplados à visão “*localista*” do funcionamento das sociedades actuais.

gloriosos anos” mesmo se nos ativermos exclusivamente à realidade dos países ditos desenvolvidos.

Mais ainda, o autor afirma que é difícil estabelecer se o saldo destes trinta anos é positivo ou negativo, sugerindo que esta apreciação dependerá dos critérios e ponderações que se mobilizarem para realizar este balanço, não restando contudo dúvidas de que para a maioria da população do planeta aqueles trinta anos foram mais dolorosos do que gloriosos (Amaro, 2003), realidade que durante esse período foi denunciada e criticada por alguns economistas (Amaro, 2003) e por técnicos vinculados à ONU que criticaram fortemente as lógicas de intervenção para o desenvolvimento que adoptavam exclusivamente como cartilha os princípios da modernização.

Em síntese, o autor acaba por salientar que o balanço dos 30 gloriosos anos é cheio de contrastes e *“atinge, nas suas grandes linhas, tanto os países capitalistas como os socialistas, e tanto os países desenvolvidos do Norte como os chamados subdesenvolvidos ou «em vias de desenvolvimento» do Sul (ou Terceiro Mundo), embora com manifestações e ponderações diferentes”* (Amaro, 2003:52), e que, de qualquer modo, *“as sociedades industriais e os seus modelos de desenvolvimento mostraram-se incapazes de promover e realizar a Vida e o Desenvolvimento integral”* (*idem, ibidem*:52), não sendo bem sucedidas na integração e conjugação dos princípios da liberdade (associada ao indivíduo), igualdade (associada à comunidade) e fraternidade (associada ao ambiente e à natureza), que se constituía em um dos seus lemas históricos.

Aliás, também Matthias Finger (1993), a partir da análise das consequências da perspectiva desenvolvimentista no campo da educação de adultos, contribui para um olhar menos encantado sobre este período quando sugere que o inegável crescimento económico que o caracteriza não tem uma equivalência a nível humano e sócio-cultural, o que faz com que a partir dos anos 1960 surja como necessária uma mudança política e social para que se possa de algum modo humanizar aquele *«desenvolvimento»*, atribuindo-se à formação dos indivíduos essa missão. Isto é, de acordo com esta concepção, que o autor reputa de típica dos anos 1960, o desenvolvimento da pessoa adulta iria a par do desenvolvimento da sociedade. Assim,

para controlar e humanizar o desenvolvimento das sociedades industrializadas, a educação, a formação e o desenvolvimento dos adultos surgiam como indispensáveis, permitindo que a humanidade fosse conduzida ao domínio de exigências profissionais, tecnológicas, sociais, políticas e humanas que então emergiam o que, conseqüentemente, levava a que a formação e o desenvolvimento fossem tidos como natural e automaticamente benéficos para as sociedades.

Foi contudo a crise económica no início dos anos 1970, desencadeada pelo primeiro choque petrolífero, que mais evidentemente veio mostrar as fragilidades do modelo desenvolvimentista se reduzido a uma lógica de crescimento económico e assente na exploração massiva e não controlada dos recursos naturais. Nesta altura surgem fortes críticas ao modelo desenvolvimentista incidindo tanto nos *“limites do crescimento”* (também ditos de *input*), ressaltando a finitude dos recursos naturais, como nos efeitos devastadores (também ditos limites de *output*) destas políticas em termos ambientais⁶⁵. Por outro lado, este é também o momento em que se constata que o modelo desenvolvimentista não correspondeu às expectativas, sobre as quais se havia erigido, de aportar maior equidade à escala de cada país ou, globalmente, ao planeta. Pelo contrário, constata-se a agudização das clivagens dentro de cada país (entre zonas rurais e urbanas, entre interior e litoral) e entre países do Norte e Sul. Mais ainda, tal como assinala Rui Canário (1995), em particular no campo educativo, os anos 1970 permitem compreender que *“mais escola”* não é incompatível com *“mais desemprego”* uma vez que o desemprego aumenta e se torna um fenómeno estrutural nas sociedades progressivamente mais escolarizadas, constatando-se agudamente que a escola de massas não cumpriu as suas promessas já que ao seu desígnio democratizante respondeu com a produção do insucesso escolar como fenómeno

65 Cf. a este propósito a análise realizada por Finger (1993) destacando o questionamento bio-físico e ecológico que neste contexto o Clube de Roma – identificado como um grupo informal de pessoas, apolítico, e internacional, profundamente interessado nos problemas que ameaçam a sociedade humana - produz e que tem a sua maior expressão na obra de Donella e Dennis Meadows *et al.* (1972) e as referências que Friedmann (1996) faz a um conjunto de iniciativas que ao longo dos anos 1970 procuraram *“dar um novo significado ao desenvolvimento e redefinir a agenda política”* (: 2) como, por exemplo, a Conferência de Estocolmo sobre Ambientalismo Humano (1972), o Seminário de Cocoyoc (1974) sobre *“Padrões de Utilização de Recursos, Ambiente e Estratégias de Desenvolvimento”*, a publicação em 1975 por parte da Swedish Dag Hammarsjöld Foundation do panfleto *“What Now? Another Development”* e a constituição em 1976 da International Foundation for Development Alternatives. Acrescente-se ainda, a título de curiosidade, que 1972-1982 foi proclamado o primeiro decénio do ambiente (cf. Tamames, 1983).

massivo e socialmente selectivo sendo que, por outro lado, não foi igualmente capaz de se adequar ao mercado de trabalho. Constata-se assim que a uma inegável progressão no domínio da democratização da educação ao longo dos decénios que se sucedem à II Guerra Mundial não correspondeu uma verdadeira democratização social, fenómeno que tem expressão quer nos estudos que demonstram a “*estagnação*” da mobilidade social por via da aquisição de capital escolar, quer na desvalorização dos diplomas escolares e valor diferencial consoante o estatuto social de origem daqueles que os possuem e que conduziu àquilo que de modo feliz Sérgio Grácio (1986) denomina de transição entre uma “*procura optimista*” e uma “*procura desencantada*” de educação escolar (visível particularmente nos países europeus).

Em síntese, chega-se assim à constatação que a uma transformação quantitativa dos sistemas educativos e mais genericamente do campo da oferta educativa, não correspondeu a sua transformação qualitativa, particularmente no que aos processos de escolarização diz respeito.

Portanto, como sugere Canário (1999), ao longo dos anos 1970, o modelo/paradigma desenvolvimentista “*entra em agonia*” (Bruto da Costa, 1981, in Canário, 1999:62), emergindo em alternativa uma outra concepção dos processos de desenvolvimento sintetizada na expressão “*pensar globalmente, agir localmente*”, que enfatiza como traços a: i) multidimensionalidade: sugerindo que desenvolvimento não se pode reduzir a uma vertente económica, mas antes tem várias faces indissociáveis, constituindo uma globalidade sistémica que articula estas diferentes faces; ii) lógica qualitativa: na esteira de uma visão multidimensional do desenvolvimento, apela-se à valorização de critérios de natureza qualitativa na sua planificação e na sua apreciação; iii) valorização do local: em contraponto a uma intervenção analítica e segmentada (sectorial), decidida e planeada a nível nacional, portanto centralizada, passam a valorizar-se processos integrados de intervenção ao nível local, globalizando a intervenção ao nível de um território.

Ora, de acordo com Rui Canário (1999:63), este paradigma dá origem a “*novas lógicas de desenvolvimento*” ao entrar em ruptura com a perspectiva desenvolvimentista em três questões fundamentais: i) a referência territorial do desenvolvimento: as alterações na identidade e autonomia da base territorial nacional

decorrentes da mundialização, confrontam o desenvolvimento simultaneamente com a escala do supranacional, transnacional e infranacional⁶⁶; ii) a sua base política: a democracia representativa não é uma base política suficiente para suportar o desenvolvimento se não forem aprofundados mecanismos de decisão e acção que permitam a participação; iii) os processos de conhecimento: há necessidade de reequacionar a relação de anterioridade e linearidade entre conhecimento e acção e abordar criticamente a concepção cumulativa do saber e os processos de distanciação e exterioridade como condições de objectividade e afirmar, em contraponto, a construção de metodologias participativas de intervenção para o desenvolvimento que permitam uma interacção fecunda entre intervenientes externos e actores locais, entre acção e conhecimento.

De igual modo, a partir da actual constatação da falência do conceito puramente económico de desenvolvimento, Gómez & Freitas, *et al.* (2007) são conduzidos a sustentarem que, desde a década de 1940, uma das soluções mais tentadas e concretizadas face ao insucesso e posterior esgotamento da perspectiva economicista e desenvolvimentista tem sido a da resposta comunitária e, actualmente, de forma particularmente intensa uma vez que a amplitude da crise do desenvolvimento abarca tanto o Norte como o Sul, o urbano como o rural, ou seja, todos os territórios e todas as escalas. Num contexto de intensificação da designada globalização, este facto confronta os sistemas sociopolíticos com a aguda necessidade de encontrarem novos modos de articulação entre a preservação das especificidades dos elos que a perspectiva de desenvolvimento hegemónica constituiu como mais fracos (o Sul e o rural...), com um novo universalismo aportado nas últimas décadas, precisamente, pelas dinâmicas da globalização. Estes modos de articulação têm adquirido a forma de respostas locais caracterizadas pela *“mobilização do Local pelo Local e pelo Global”* (Gómez & Freitas, *et al.*, 2007:92), isto é, *“uma nova estrutura de oportunidades para as comunidades locais organizarem e gerirem o mundo a que pertencem – o novo localismo”* (*idem*:92) construída na conciliação ou reconciliação

⁶⁶ A este propósito é curioso referir a perspectiva de Bernard Charlot (1998) que afirmando a manutenção da pertinência analítica de diferentes níveis de organização social (o mundial, o estado-nação e o local), não deixa de sustentar que hoje em dia o mundo é menos composto por territórios e mais por fluxos (fluxos de capital, fluxos de mão-de-obra, fluxos de trabalho).

entre esses dois fenómenos sociais e humanos que dão pelo nome de globalização e localismo (*idem, ibidem*:92). De acordo com os autores que vimos seguindo, estas novas perspectivas localistas estiveram associadas na sua génese a movimentos sociais que procuraram “*animar outras formas de organização para promover novos princípios e outras possibilidades mais coerentes com a realidade e evitar os prejuízos que os modelos de desenvolvimento impunham inicialmente ao Terceiro Mundo e logo depois [...] aos países «mais desenvolvidos economicamente»*” (Gómez & Freitas, *et al*, 2007:92-93).

Esta nova(s) lógica(s) de desenvolvimento e particularmente o modo como concebe(m) o local e comunitário não é (são) contudo homogénea(s) pelo que no seu interior podemos encontrar perspectivas diferentes que Gómez & Freitas, *et al* (2007:93) distinguem entre: i) a perspectiva clássica (ou económica); ii) perspectiva social (ou alternativa) e iii) perspectiva do novo localismo (ou/no “*glocal*”).

O localismo clássico inscreve-se num quadro tradicional do pensamento económico – e é desenvolvido essencialmente a partir da ciência económica – e concebe o local como espaço de “*materialização dos resultados das tendências económicas*” (Gómez & Freitas, *et al*, 2007:93) o que conduz a que se estabeleça um “*elo de ligação entre a teoria da localização e a teoria do crescimento económico*” (*idem, ibidem*:93). O mais significativo contributo teórico desta abordagem, claramente erigida sobre uma concepção de intervenção *top-down*, advém da noção de crescimento polarizado que, na sua essência, procura racionalizar os esforços de promoção do desenvolvimento através da adopção do princípio de que a localização óptima de um determinado investimento seria a que permitisse a produção de maiores efeitos de difusão do crescimento económico nos espaços adjacentes (por isto se atribui também a esta perspectiva a designação de difusionismo ou difusionista, conforme se pode confirmar na obra de Pedroso, 1998). Não obstante as limitações desta abordagem, que a realidade se encarregou de realçar, e nomeadamente o seu interesse exclusivamente económico pelo local, o seu contributo foi ainda assim importante pela conceptualização do espaço como local de inscrição dos movimentos económicos (*idem, ibidem*:93) e pelo que Gómez & Freitas, *et al* (2007) entendem ter sido a revalorização do papel dos organismos públicos na defesa do interesse geral.

A segunda perspectiva – denominado de localismo social ou alternativo – vem incorporar ao pensamento sobre o desenvolvimento dimensões imateriais como a globalidade e a harmonia que o devem caracterizar e às suas finalidades, mas igualmente vem chamar a atenção para a questão dos impactos ambientais do desenvolvimento e a necessidade de enveredar pelo trilho do ecodesenvolvimento (cf. a este respeito Amaro, 2003), bem como para a importância a conceder à satisfação das necessidades básicas de todas as populações. Esta preocupação sustentaria, nas palavras de Gómez & Freitas, *et al* (2007:94), que *“os teóricos da dependência não evidenciassem apenas a desarticulação das economias e das sociedades periféricas como resultado do colonialismo e do capitalismo, mas também a componente da desarticulação das culturas locais e, paralelamente, a necessidade de inverter a direcção dos processos de desenvolvimento, ou seja, «a partir de baixo»”*. Por outro lado, esta perspectiva vem claramente colocar em causa a anterior lógica centralista, sectorial e exógena de intervenção em prol do desenvolvimento para lhe contrapor a necessidade de não só definir o desenvolvimento em função dos seus principais beneficiários – as pessoas – como também de entender estes como os principais interessados e os melhores recursos a mobilizar naquele processo que, agora, se entende também dever caracterizar-se por uma amplitude e tecnologias “sensatas”, isto é, considerando que *“os projectos em menor escala podem oferecer uma alternativa melhor”* e que *“deveria estimular-se uma tecnologia apropriada ao nível local, em vez da tecnologia moderna utilizada em projectos de grande escala”* (*idem, ibidem:94*).

Em síntese, esta perspectiva representa uma certa ruptura na concepção hegemónica que saiu e se instalou após a II Guerra Mundial, trazendo para a arena do debate *“a necessidade de desenhar no local novas estratégias de desenvolvimento que tornem coincidentes as directrizes externas, de natureza sociopolítica (fundamentalmente a cargo de organismos supranacionais e das administrações públicas) com o reconhecimento, estimulação e participação real da população (sujeitos activos) nas iniciativas que se promovam, seja individual ou colectivamente”* (*idem, ibidem:94*).

Mas é a partir de finais dos anos 1970 que os pressupostos desta perspectiva se aprofundam. Na génese europeia deste aprofundamento estão os movimentos sociais saídos do Maio de 68 francês, mas igualmente um conjunto de correntes de pensamento, genericamente filiadas ideologicamente na esquerda e particularmente influenciadas pelo ideário marxista (socialismo autogestionário, cooperativismo, ecologismo, terceiromundismo, etc.) que vêm propugnar a necessidade de um “*desenvolvimento alternativo*”. Em termos sócio-políticos, e mais uma vez no que concerne à Europa do centro, esta perspectiva é simultaneamente causa e consequência da emergência do discurso e das práticas de descentralização administrativa, que vêm conferir aos cidadãos a possibilidade de organização relativamente autónoma em torno de projectos locais de desenvolvimento, e contribuir assim para a redefinição, não só cognitiva, mas igualmente política, de noções como território, gestão e desenvolvimento.

Por fim, interessa abordar o que Gómez & Freitas, *et al.* (2007:95) identificam como “*novo localismo*” para cuja caracterização invocam o contributo de Yáñez (1997 in Gómez & Freitas, *et al.*, 2007:95 e sgs) e de três linhas de argumentação que este enceta em torno desta noção.

Em primeiro lugar, é importante situar, não só temporalmente, mas igualmente o contexto sócio-político de emergência e desenvolvimento desta perspectiva. Com efeito ela desenvolve-se ao longo das últimas quatro décadas num momento de erosão acentuada, nas sociedades centrais, dos Estado de bem-estar e de profunda fragilização e “*diminuição*” do Estado como instância de regulação política do económico, particularmente incapaz de lidar com fluxos financeiros globalizados controlados exclusivamente pela lógica do Mercado. Este contexto é também de crise do Estado-nação como macro-dispositivo de enquadramento da pertença identitária e de regulação social dos sujeitos. Assim, estas circunstâncias não só transformam estruturalmente como modulam os impactos que os processos económicos, políticos e sociais produzem nos diferentes contextos territoriais, de forma relativamente ambivalente. Com efeito, por um lado podemos identificar como consequência destes processos, de acordo com Gómez & Freitas, *et al.* (2007), a diminuição da capacidade dos actores locais enfrentarem os problemas decorrentes daquelas transformações.

Isto faz com que os processos locais sejam em grande medida determinados por tendências gerais, conduzindo, no que toca ao desenvolvimento local, e a título de exemplo, a que a mobilidade do capital financeiro obrigue *“as localidades a estabelecerem relações de concorrência para atraírem sectores produtivos sem que exista possibilidade de desenvolvimento económico ou social de carácter autónomo ou endógeno.”* (*idem, ibidem:95*).

No entanto, por outro lado, os padrões institucionais, as normas sociais e os valores sociais locais actuam como filtros das transformações, induções e processos globais, filtros esses capazes de *“estabelecerem normas de desenvolvimento económico e social de carácter relativamente autónomo”* (*idem, ibidem:96*)⁶⁷. Nesta mesma linha de argumentação, Amaro (1996, referido in Gómez & Freitas, *et al.*, 2007:96) parte, quer da constatação das ameaças globais (desemprego, exclusão, pobreza, degradação ambiental) que hoje afectam as sociedades mais evoluídas e põem em causa as suas aquisições dos últimos dois séculos, quer do confronto a que hoje o Estado-nação é sujeito por parte de *“dinamismos territoriais resultantes do crescimento económico e das lógicas mercantis e comunicacionais (integrações de tipo supranacional e funcionamento de tipo transnacional)”* (Gómez, *et al.*, 2007:96) para concluir estarmos perante o esgotamento de um modelo que tem obrigado à busca de novos caminhos, segundo o autor, encontrados em germinação no protagonismo

⁶⁷ Há um conjunto de trabalhos que procuram analiticamente destrinçar estes processos. Para além dos trabalhos desenvolvidos em torno da noção de *“efeito localidade”* [cf por exemplo Benoit-Guilbot, (1991) e todos os artigos desse número da revista bem como uma breve discussão crítica desta perspectiva em Teisserenc (1994)], encontramos como corrente mais substancial os trabalhos que se inspiram na obra seminal de Putnam (1993) e que desenvolvem uma série de análises sob a égide do conceito de «capital social» que, de forma simples, pode ser entendido como o conjunto de consequências positivas da sociabilidade (cf, por exemplo: Adam & Roncevic (2003), Portes (2000) e ainda Trigilia (2001) e Kay (2006)]. Comentando a experiência de sucesso da Associação In Loco no Sul de Portugal narrada por Alberto de Melo como um percurso no âmbito do desenvolvimento local, Aníbal Quijano (2002:506), sugere que *“em outro contexto e com outros horizontes, também na América Latina o desenvolvimento local está de volta, com outras denominações, também com algum sucesso, mas com implicações diferentes”* nomeadamente sob a designação de *“formação de capital social”*, precisamente na esteira da formulação de Robert Putnam. Não cabe na economia deste trabalho o aprofundamento da discussão conceptual de aproximações e distanciamentos entre capital social e desenvolvimento local que é, não obstante, importante e parece constituir uma fecunda linha de reflexão nos últimos anos. Pessoalmente, consideramos que a formulação original da noção de capital social, a partir da análise de processos de desenvolvimento económico local de determinadas regiões de Itália, nos parece constituir um importante contributo para a discussão mais global dos mecanismos dos processos de desenvolvimento local, mas não nos identificamos com a sobreposição entre ambos os conceitos, tal como parece sugerir Aníbal Quijano.

assumido pelos actores locais. Este protagonismo assume formas institucionais através da adopção da lógica da parceria e dos partenariados locais, e também a forma de novas instâncias de base local e regional – a uma escala infranacional – que procuram assumir a busca de respostas contextuais que façam face aos problemas inéditos que hoje enfrentam.

De forma apenas paradoxal, o local tornou-se mais presente neste momento actual de intensificação do global, uma vez que são as mesmas redes e lógicas que estabelecem e intensificam os contactos mundializados que relevam a importância estratégica de certas declinações do local – numa lógica mercantil, é certo – ao salientarem as suas virtualidades competitivas no domínio das trocas comerciais (a deslocalização produtiva é o mais claro exemplo desta lógica), ou ao acentuarem as suas potencialidades como *“reserva de paisagem”* face a um mundo cada vez mais urbanizado.

É também perante as perturbações e contradições sociais que este movimento de mundialização faz emergir, que novas vozes se erguem num veemente apelo para o *“regresso à comunidade”* e à acção social de base comunitária, vozes essas que ecoam, ambivalentemente, entre o registo romântico do retorno ao paraíso perdido e a uma certa ideia mítica de comunidade fraternal, e o registo tecno-político e manageralista que identifica a escala do local como a mais pertinente para enfrentar, quer numa lógica de prevenção, quer de enfrentamento, num leque de novos problemas sociais não resolúveis ao nível individual ou familiar ou estatal. Este apelo ao *“regresso à comunidade”* é ainda acompanhado por uma gama diversa de discursos que têm, de forma dificilmente discernível, um tanto de voluntarismo militante, um tanto de responsabilização das vítimas e um tanto de consciência política atenta ao potencial criativo da participação social, sob a capa da *“necessidade da incorporação e participação da população na solução dos problemas, eliminação das suas causas e busca de novos caminhos que permitam melhorar as condições de vida de todos e não apenas de minorias privilegiadas”* (Gómez & Freitas, et al., 2007:97).

Esta, portanto, seria uma primeira linha de argumentação em torno do *“novo localismo”* que enfatiza o modo como as condições e contradições macro-estruturais

que atravessámos ao longo das mais recentes décadas recolocaram hoje o local no centro das políticas e acção sociais, económicas e culturais.

Uma segunda linha de argumentação ensaiada pelo “*novo localismo*” – marcada fortemente pelas questões identitárias associadas ao local – enfatiza a ideia de que apesar de vivermos, como já se assinalou, um contexto marcado pela globalização e pela acção a distância, a comunidade local permanece como a unidade básica da convivência, sendo que as relações que aí se estabelecem são mais significativas do ponto de vista psicossocial e de construção das identidades do que as possíveis relações que se tecem face a uma escala nacional ou mundial. Por seu turno, a crise da representação política, a que aludimos num outro trabalho (Correia & Caramelo, 2003), marcada por uma “*crise das identidades políticas tradicionais no que se refere ao Estado nacional como as que originavam a formação de partidos políticos ligadas a valores universais*” (Gómez & Freitas, *et al.*, 2007:97), tem levado à emergência de subculturas cada vez mais relevantes na estruturação das identidades políticas e no desenvolvimento dos processos políticos cuja matriz espacial e social é o local e o comunitário (a afirmação dos nacionalismos e das autonomias regionais em certos países é um sintoma claro desta tendência). A estes fenómenos há ainda que acrescentar uma espécie de dupla periferialização de certos entornos locais e comunitários que, tendo sido remetidos à condição de periféricos face a um modelo de desenvolvimento que privilegiou sistematicamente o urbano como sinónimo do progresso ao longo de toda a modernidade (cf por exemplo Canário, 2000), hoje, num contexto de uma sociedade da informação global – e portanto de valorização do conhecimento e do acesso à informação como factores competitivos de afirmação dos locais – vêem agravada aquela condição, traduzida numa progressiva e aparentemente irreduzível desertificação populacional e desvitalização simbólico-cultural dessas comunidades. Dialecticamente, é no entanto a esta espécie de dupla periferialização do local/comunitário, particularmente do rural, que podemos associar potencialidades para “*o desenvolvimento «alternativo», para o qual se organiza cada vez mais com a devida complexidade, através do estabelecimento de redes de parceria e de partenariado para atender às chamadas da sociedade (pós) industrial*” (Gómez & Freitas, *et al.*, 2007:98), seja através da promoção de um local “*guardador de*

paisagens”, inscrito num mercado de bens simbólicos onde compete com o urbano, seja numa lógica de revitalização simbólico-cultural como pretexto e contexto do ensaio de outras formas de vida económica, ambiental e socialmente sustentáveis.

Por fim, uma terceira linha de argumentação do “*novo localismo*” prende-se com “*as potencialidades oferecidas pela escala local para o desenvolvimento de processos de cidadania e democratização*” (Gómez & Freitas, *et al.*, 2007:98) e, acrescentaríamos, de educação. Na perspectiva do autor que vimos seguindo, estas potencialidades prendem-se essencialmente com o que identifica ser o reforço dos dispositivos de democracia local resultantes, por um lado, de políticas de descentralização administrativa e, por outro lado, pelo desenvolvimento de modalidades de democracia participativa a nível local. Principalmente nos países que concretizaram plenamente um Estado de bem-estar social durante os Trinta Gloriosos anos, o processo de descentralização viveu-se a partir dos finais dos anos 1970 e resultou na revitalização da vivência democrática a nível local e na revalorização, a nível nacional, das políticas locais. Por seu turno, a emergência mais recente de novas modalidades de mobilização colectiva dos cidadãos em torno de causas transclassistas – os designados novos movimentos sociais – e o envolvimento de cidadão em dispositivos de participação directa – caso por exemplo dos orçamentos participativos – são particulares bons exemplos de novas modalidades de intervenção na esfera pública potenciadoras de uma democracia mais efectiva.

Mas o autor destaca ainda as potencialidades da escala local em termos educativos principalmente se entendermos a educação de modo globalizado (Canário, 1999) e cada vez mais inscrita numa «*sociedade pedagógica*» (Beillerot, 1985), isto é, numa sociedade que “*concebe as suas entidades, pessoas e espaços como recursos educativos e não isola a educação institucional dos circuitos da vida comunitária*”. Neste sentido as potencialidades do local como contexto socializador e facilitador de efeitos educativos articulam-se com as finalidades de cidadania desejadas no seio de um Desenvolvimento Humano e Sustentável, através da promoção de uma nova relação local-global em que os processos de desenvolvimento comunitário constituam exemplos de modelos sociais sustentáveis e constituam experiências para a compreensão das relações entre a crise ecológica e o modelo de sociedade dominante.

O papel da educação neste processo é essencialmente o de integrar-se nas dinâmicas específicas de cada realidade social, principalmente as que partem das comunidades locais, as visam e as envolvem (Gómez & Freitas, *et al.*, 2007).

É pois no seio deste novo paradigma, e das suas variantes, que o desenvolvimento local se afirma, assumindo como traços característicos as consequências que podemos extrair das rupturas que estabelece com o paradigma hegemónico. Nesse sentido, o desenvolvimento local emerge como *“uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. É aquilo a que se chama frequentemente a “Cultura do Desenvolvimento”: a situação atingida por uma população ao sentir-se capaz e ao capacitar-se para analisar os problemas actuais, para pôr em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de melhoria, integrando as dimensões de espaço e de tempo e para, enfim, abranger com esses projectos finalidades de desenvolvimento global – pessoal como colectivo, económico como cultural como socio-político. Tem sido possível chegar a este estágio através de processos de interacção entre populações locais e animadores/investigadores do exterior, entre expressões de cultura local e de cultura técnica e erudita que levem à criação de zonas de gradual autonomia (mas não autarcia) em que se ordena o espaço e se programa o tempo segundo uma vontade localmente definida, em que a economia visa a satisfação de necessidades efectivamente sentidas.”* (Melo, 1998:1-2).

Se analisarmos esta estimável síntese do que pode entender-se por desenvolvimento local, não muito dificilmente encontramos um conjunto de noções a necessitar de ser problematizadas e uma série de questões emergem desde logo: o que significa *“vontade”*? Ou o que marca os limites do que podemos ou devemos passar a considerar *“vontade comum”*? O que significa *“melhorar o quotidiano”* ou um *“melhor futuro”*? A que se refere o autor quando aponta para a necessidade do esforço do desenvolvimento local assentar em *“recursos próprios”*? Qual o sentido da noção de *“recursos”* que aí subjaz? O que podemos entender por *“combinação racional de recursos”*, particularmente o que se entende por *“combinação”* e por *“racional”* neste contexto? O que denota a ideia de *“sentir-se capaz”*? Que sentidos

múltiplos estarão contidos na singela expressão “*capacitar-se*”? O que está implicado na operação de “*pôr em equação meios e recursos*”? A que devemos associar a ideia de “*conceber projectos*” neste contexto do desenvolvimento local? O que devemos entender por “*integrar tempo e espaço*”? E, ainda mais difícil, a que corresponde efectivamente a finalidade do “*desenvolvimento global*” (pessoal e colectivo, económico e cultural, sócio-político)? Mas, independentemente do questionamento acerca do sentido que encerram os seus elementos, esta conceptualização do desenvolvimento local intentada por Alberto de Melo (1998) não deixa igualmente de nos permitir assinalar alguns dos traços particulares que inevitavelmente devemos procurar e identificar nas práticas daquele, mormente e para além dos que atrás se nomeiam, as relações tensionais entre interior (local) e exterior, que o autor interpreta a partir das díades cultura local e cultura técnica e, ainda, população e agentes externos, bem como o que parece ser constitutivo do programa mais amplo do desenvolvimento local: o primado da vontade local na definição do sentido do seu devir e a submissão do económico às necessidades “*efectivas*” das populações e, de tudo isto, somos conduzidos, inevitável e genericamente, a uma ideia de desenvolvimento, tal como a apresenta Henry Bruton (1985:1114, cit in Silva, 2000:52), enquanto “*sequência complexa de procuras, descobertas e escolhas*”.

Para entretanto suspender esta discussão, importa no entanto concluir que os processos que acima adjectivamos de desenvolvimento local e comunitário são igualmente distintos entre si – mais uma vez, como a educação, unos e diversos – pelo que, inevitavelmente, a educação que neles está envolvida ou por eles é promovida assume qualidades singulares. E não é suposto que este trabalho – ou qualquer outro – seja capaz de dar conta de todas essas singularidades, mas sim de analisar apenas um destes processos com as suas singularidades próprias e de, a propósito destas, suscitar a reflexão de leitores e/ou pesquisadores sobre a presença, qualidades e desafios da educação nas dinâmicas de desenvolvimento local. Parece-nos encerrado em tudo o que acabamos de acima enunciar o desafio central da pesquisa científica no campo social, isto é, a construção teórica, como trabalho de interrogação sistemática dos fenómenos, que permita a sua tradução por via da produção de conceitos cujo sentido e pertinência sejam essencialmente partilhados por uma comunidade e ainda como

trabalho de articulação desses conceitos que, no confronto iterativo com a realidade empírica, possibilite a produção de formas de entendimento desta que nos ajudem a compreendê-la ou explicá-la, num processo historicamente interminável mas temporariamente válido no seio de um dado paradigma e de uma dada comunidade científica.

Quando falamos de dinâmicas de desenvolvimento temos necessariamente de falar dos seus protagonistas, uma vez que estas não são processos sem gente/actores sociais dentro, nem processos que decorrem em função de uma inércia primitiva não escrutinável à análise. O reconhecimento e a identificação de quem são estes protagonistas dependem desde logo da escala a partir da qual pensamos a ideia de desenvolvimento; por isso, quando o discurso acerca do desenvolvimento toma como referente as nações/países somos reenviados quase que imediatamente a identificar como seus protagonistas actores institucionais como o Estado, as empresas, os partidos políticos, a escola ou actores sociologicamente recortados como, por exemplo, as classes sociais (ainda que, obviamente, quaisquer destes actores sejam constituído por sujeitos concretos e por relações entre si), do mesmo modo que, quando pensamos em desenvolvimento a uma escala comunitária, somos compelidos a identificar nesse nível os actores que o protagonizam, tais como o poder local, as entidades associativas, os cidadãos organizados num movimento social ou ainda individualmente considerados. Todavia, pensar as dinâmicas de desenvolvimento nos dias de globalização que correm, marcados pela intensificação das relações entre distintos níveis constitutivos da realidade social, não permite fazer a economia da análise das interacções entre escalas territoriais e políticas diversas e que configuram o desenvolvimento como uma espécie de «puzzle» em construção que envolve peças de diferentes dimensões e formatos. A sua apreensão implica o recurso simultâneo a escalas de observação diversas que apelem a entidades protagonistas e a discursos que tanto estão situados ao nível do local e do comunitário, como largamente transcendem esta escala para se situarem ao nível regional, nacional e mesmo mundial (Amaro, 1990; Reis, 1996). Portanto, em síntese, abordar os processos educativos presentes nas dinâmicas de desenvolvimento supõe este trabalho simultâneo de

mergulhar na interacção entre as diversas escalas territoriais que produzem aquelas dinâmicas e identificar nestas os actores que delas são protagonistas e o modo como estes interagem entre si produzindo uma realidade singular, quer do ponto de vista do desenvolvimento, quer do ponto de vista educativo.

Mas a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento, enquanto processos accionados por pessoas e entidades (instituições e organizações) concretas, deve ainda considerar que aquelas dinâmicas se estruturam em função de ideias e intenções que se assumem como projectos implícitos ou explícitos, mas que, em qualquer dos casos supõem um sentido, uma orientação e prosseguem finalidades que se ancoram em pressupostos morais, éticos, culturais, científicos, políticos, compositamente articulados, que justificam os seus putativos processos e resultados enquanto “melhores”, “mais desejáveis”, “mais adequados”, “mais justos” do que os que existem numa dada situação (Matos, 2004). Este programa “evolucionista” está entranhado historicamente na noção de desenvolvimento desde as suas raízes biológicas (Rist, 2001a; Esteva, 1992) e marca profundamente as teorias do desenvolvimento (mesmo as teorias do desenvolvimento que se afirmam como “alternativas” não escapam a esta teleologia), sendo que a distinção entre estas se pode estabelecer precisamente pelos “princípios de grandeza” (Boltanski & Thévenot, 1991) a partir das quais se organizam e que procuram promover⁶⁸. Portanto, este trabalho é também sobre os modos como através da acção concreta dos Homens e do/no seu discurso se constrói e se justifica uma determinada orientação, um certo sentido de devir para a sua vida num dado território, por entre os constrangimentos e janelas de oportunidade que as estruturas sociais em que se movem, e de que são co-produtores, apresentam

⁶⁸ Uma das ilustrações mais exemplares que conhecemos a propósito do modo como a teleologia evolucionista do desenvolvimento marca os instrumentos accionados para o promover encontra-se no trabalho de Finger e Asún (2003) que demonstra como matrizes teóricas e políticas substancialmente distintas entre si, e que dão corpo aos paradigmas mais marcantes da educação de adultos, mantêm de igual forma uma relação funcional com a narrativa do desenvolvimento hegemónica desde o pós-guerra, marcada indelevelmente pelas ideias de modernização e de industrialização. No caso em apreço é a educação de adultos que acaba por se constituir num instrumento da narrativa moderna do desenvolvimento, mas poderíamos igualmente sustentar exemplificativamente que as políticas económicas desenvolvidas pelos dois principais blocos geopolíticos saídos da II Grande Guerra, sendo substancialmente distintas nos seus pressupostos e nos seus mecanismos de concretização, não deixavam de convergir num horizonte paradigmático similar: o crescimento económico, o desenvolvimento industrial e a modernização.

enquanto permeáveis. Neste sentido, analisar dinâmicas de desenvolvimento não pode escapar a uma reflexão sobre esta dimensão projectual⁶⁹ que aquelas

⁶⁹ As dinâmicas de desenvolvimento podem efectivamente corporizar vários significados da noção de projecto. Broch e Cros (1992) realizam uma síntese de alguns dos sentidos que em diferentes campos do conhecimento se atribuem àquela noção. A abordagem filosófica do projecto é recente e, naturalmente, resulta diferente consoante as escolas e tradições filosóficas a que nos reportamos. Kant parece ter sido o precursor na análise da noção e Fichte o antecipador ao escrever: *“A humanidade inteira ter-se-á a si própria na mão, dependendo apenas do seu próprio conceito; fará dela mesma, com uma liberdade absoluta, tudo o que poderá querer fazer”* (in Broch & Cros, 1992) mas é com a filosofia fenomenológica e existencial que o projecto é tomado sistematicamente como objecto de reflexão. Neste sentido, Husserl terá sido o primeiro filósofo a definir um dos elementos centrais do projecto: a representação, *“não como uma cópia da coisa mas como uma relação com o objecto”* (idem, ibidem), isto é, a representação é também consciência da coisa.

Para a filosofia existencialista o projecto é o possível do homem e significa a sua liberdade, ainda que essa liberdade tenha de ser conquistada pelo que, na esteira desta corrente de pensamento, o projecto pode definir-se como o movimento que, apoiando-se numa representação do presente, constrói uma representação (orientada para objectivos) de um futuro a construir, levando a que Sartre entenda que a questão essencial de todo o projecto é a conquista da liberdade pela apropriação do presente para melhor nos lançarmos à conquista do futuro, isto é, para tentar dominar o que é objecto de incertezas e portanto fonte de angústias. De modo esquemático esta representação do sentido do percurso do projecto é apresentada como o movimento em direcção à utopia concreta, isto é, do projecto como movimento de uma representação do real para uma representação intencional de uma realidade outra, cujos pontos de passagem são i) a tensão que a tomada de consciência transforma em ii) aspiração, orientada para iii) a busca de um objectivo. Para Sartre é este movimento em direcção a uma finalidade que permite ao homem escapar ao determinismo que se abate sobre ele ou sobre as situações que vive, sendo que a tomada de consciência de si como ser de projecto é o movimento entre a subjectividade e a objectividade da situação: o julgamento da situação (de falta, de insatisfação) e a sua concretização numa representação de uma nova situação possível de criar, que define o objectivo da acção a realizar.

A abordagem sociológica do projecto chama a atenção para a dificuldade de dominar este conceito. Não obstante, para Alain Touraine sujeitos individuais e os sujeitos colectivos definem-se por relação a um projecto ainda que entre eles exista uma oposição. De facto, o projecto colectivo procura inscrever-se no seio da civilização, neste caso industrial, e define-se historicamente. Por seu turno, o projecto pessoal, em certas condições, tende a inscrever-se no processo histórico mas em diferentes níveis da sua orientação. É Jean Pierre Boutinet quem sintetiza as 4 formas mais características de os indivíduos participarem no sujeito histórico, no que Touraine entende como 4 níveis de projecto: i) “O retraimento ou ausência de projecto pessoal; ii) O projecto individual, que podemos considerar como o primeiro nível de participação real. O contexto do projecto é utilizado para a realização do projecto pessoal; iii) O projecto colectivo que liga o indivíduo, não ao contexto mas a um grupo concreto (profissional, por exemplo) considerado como um grupo de identidade; iv) O projecto organizacional (ou de acção colectiva), o indivíduo tem consciência de pertencer à organização, concebida como uma mediação entre o indivíduo e o sujeito histórico. Este nível de participação, o mais ligado à sociedade no seu conjunto, traduz sobretudo a ligação à função criadora da acção colectiva e manifesta o sujeito pessoal através do actor social, mobilizando a sua vontade de criação social” (in Broch e Cros, 1992).

O projecto não se limita à tentativa de dominar o que é objecto de incerteza, ele pode também ser criação de qualquer coisa de novo, oriundo das profundezas do imaginário, seja do imaginário inconsciente e onírico, seja do imaginário criativo que é ruptura e produção de algo novo, de uma coisa outra de que a invenção é o motor e onde o projecto propriamente dito é pesquisa, ensaio e erro, e também progressão em direcção a algo que se constrói mas que não se desenvolve linearmente, ou ainda do imaginário construtivo que é da ordem da programação, de uma ordem lógica no tempo e espaço.

Nesta elucidação dos vários sentidos da noção de projecto interessa ainda recorrer a Jacques Ardoino que procura distinguir duas acepções da noção de projecto que, em sua opinião são

incorporam, admitindo que este trabalho de projecção é um trabalho dos sujeitos sobre si próprios, individual e colectivo, trabalho de produção de sentido para si como ser individual, mas também de sentido enquanto membro de um colectivo a que o une um sentimento de pertença e, como tal, um trabalho de autoformação onde se cruza a influência que os outros têm neste projecto – a que chamaríamos de processo de heteroformação – e o modo como nos relacionamos e interiorizamos o que nos é exterior e circundante produzindo um “*mundo próprio*” (ou meio) (Lerbet, 1981:46 in Galvani, 1991) – o que designaríamos de processo de ecoformação (cf. Pineau, 1991).

O desenvolvimento comunitário

O percurso dos trabalhadores e demais actores sociais envolvidos na história de luta vivida em Catende pode interrogar-se enquanto processo de desenvolvimento comunitário? Em caso afirmativo, será que a natureza particular do processo vivido em Catende – processo de transição à autogestão – induz questões e permite identificar desafios particulares ao modo como ali se pensa e concretiza uma dinâmica de desenvolvimento comunitário?

Estas são algumas das perguntas que estão subjacentes a esta pesquisa a que posteriormente procuraremos atribuir densidade empírica, procurando identificar na

frequentemente confundidas: i) A intenção expressa, aqui e agora, de forma vaga ou precisa, de tentar, de realizar, de fazer alguma coisa, num futuro qualquer, próximo ou longínquo, intenção provida ou não dos meios para a sua concretização, isto é, de uma estratégia; ii) O detalhe ordenado, a pré-visão do que pensamos fazer ulteriormente; é o desenho, o plano, o programa, o modelo, o cenário, o esquema concretizado do que antecipamos.

De acordo com esta perspectiva, a noção de projecto é bipolar, constituída por estes dois aspectos que são mais antagonistas do que complementares na medida em que a prática vai, efectivamente, dissociá-los para permitir a predominância e autonomização de um destes sentidos em relação ao outro. Um dos sentidos, amputado de um certo número de significações do outro, tornar-se-á implicitamente portador de uma ideologia em acto já que o que é escamoteado acabará por ressurgir “clandestinamente” ao nível da acção. Quando é o primeiro sentido que predomina, é a ideia de valor, no sentido filosófico do termo, que domina o projecto. São as finalidades, o visado, que conferem significação ao projecto. Inversamente, o projecto no sentido que é entendido na segunda premissa, define-se acima de tudo pelo seu rigor, pela sua exactidão, pela sua consistência lógica e pela sua referência a uma realidade que lhe permite a sua possibilidade ou concretização. Um projecto deste género é essencialmente técnico quando não é mesmo tecnocrático dado que pretende ser a pré-figuração o mais exacta possível daquilo que pretende antecipar. Este último tipo de projecto é designado por Jacques Ardoino de projecto programático e o primeiro de projecto visado. Idealmente, e de acordo com o autor, o projecto programático quer e deve ser a tradução estratégica, metodológica, operacional, económica, da formulação mais filosófica ou política do projecto visado, procurando, por isso, a conversão das finalidades em objectivos (in Broch e Cros, 1992).

natureza do processo em análise os sinais que teoricamente são assinalados como identificadores de dinâmicas de desenvolvimento comunitário⁷⁰, sem contudo cair numa busca nominalista, essencialista ou simplesmente verificacionista da conformidade entre realidade empírica e categorias teóricas; busca, aliás, extraordinariamente complicada de concretizar pela própria natureza complexa da realidade (por isso, a teoria em algumas das perspectivas do conhecimento opera por redução daquela complexidade) e, simultaneamente, pela natureza diversa de empiria e teoria mas, acima de tudo, porque seria um processo contraditório prosseguir nessa senda quando postulamos uma intencionalidade interpretativa heurística e hermenêutica e não meramente tautológica.

Para preparar esse propósito analítico, propomo-nos realizar aqui um excursão essencialmente teórico sobre as origens e transformações a que o desenvolvimento comunitário tem sido sujeito e, ainda, a uma aproximação dos modos como o desenvolvimento comunitário é abordado conceptualmente na literatura especializada.

Ao longo da história da humanidade, a natureza social do ser humano sempre fez com que a satisfação das suas necessidades, das mais básicas às mais elaboradas e imateriais, se procurasse atingir não apenas de forma individualista, mas igualmente através da promoção de estratégias e comportamentos cooperativos, colaborativos; em suma, de lógicas de acção inter-individuais visando finalidades sensivelmente partilhadas. É neste sentido que se pode afirmar que a organização das comunidades humanas, mais ou menos complexa e mais ou menos conseguida, tendo por finalidade a busca de um bem que transcende o bem individual gerou desde sempre esforços de organização comunitária em todas as sociedades (Gómez & Freitas, *et al.*, 2007). Neste

⁷⁰Como já salientámos anteriormente, apesar de podermos estabelecer uma distinção entre as tradições intelectuais e os momentos históricos que marcam o início da utilização da noção de desenvolvimento comunitário e da noção de desenvolvimento local, quer do ponto de vista das práticas de intervenção, quer do ponto de vista da conceptualização dos processos de desenvolvimento – e mesmo se admitirmos que esta distinção traduz modos distintos de recortar a realidade para análise – em termos substantivos os dois conceitos implicam-se inevitavelmente e aproximam-se substancialmente nas análises que a partir de cada um deles é realizada sobre os processos de desenvolvimento, pelo que optamos por fazer deles um uso relativamente indiferenciado na nossa escrita (cf. a este propósito, por exemplo, Gómez & Freitas, *et al.*, 2007 ou ainda, Amaro, 2003 e também Quijano, 2002 e Berger, 2004).

sentido pode dizer-se que a organização e o desenvolvimento comunitários são processos que sempre existiram, sem que no entanto atrás deles sempre tenha estado uma intencionalidade clara. Por referência a esta intencionalidade, e à definição e concretização de um conjunto de procedimentos metodológicos que a corporizaram, podemos situar historicamente a emergência do desenvolvimento comunitário.

Gómez & Freitas, *et al.* (2007) sustentam que as práticas, a que hoje retrospectivamente apelidamos de desenvolvimento comunitário, se encontram nos movimentos associativos e em actividades comunitárias, tais como a educação popular, a formação agrícola ou a ajuda recíproca, e têm o seu início nos idos do século XIX onde encontraríamos os primeiros programas de desenvolvimento comunitário.

Não obstante algumas iniciativas pontuais desenvolvidas entre o início do século XX e os anos 1930 sob a expressão Organização das Comunidades – e tendo como finalidade primordial a resolução de conflitos internos às comunidades ou ainda a utilização da expressão «desenvolvimento das comunidades» para designar acções das potências colonizadoras que visavam uma espécie de proto-autonomia modernizadora das suas colónias (cf. a este propósito Rist, 2001a) – a codificação técnica das práticas de desenvolvimento comunitário e o seu reconhecimento como um campo autónomo da acção social apenas se dará após a II Grande Guerra, quer porque são envolvidas nos esforços de reconstrução dos países europeus afectados pela destruição – ou, posteriormente, numa lógica de promoção do desenvolvimento económico e do pleno emprego com o envolvimento participativo dos seus destinatários – quer porque nos restantes continentes emergem sob a forma de programas de ajuda ao desenvolvimento promovidos pelos EUA⁷¹ e por organismos internacionais que então começavam a pontificar (como é o caso da ONU) preocupados com o desenvolvimento económico (principalmente) e social de regiões como África, América Latina e Ásia, onde ocorrem amplos processos de descolonização (Osório, 2005). Em qualquer uma destas circunstâncias e contextos, importa no entanto salientar que desde os seus primórdios que a intervenção em prol do desenvolvimento comunitário teve como finalidade “*promover o desenvolvimento*”

⁷¹ O discurso fundador da «*era do desenvolvimento*», proferido em 1949 pelo presidente dos EUA, Harry Truman, não é senão um libelo a favor da intervenção iluminada daquele país na resolução dos problemas dos países “*não modernizados*”.

e equilibrado mediante a acção local” (Gómez & Freitas, *et al.*, 2007:101) e assentou em premissas básicas como as de “criar condições de progresso económico e social, a participação activa da comunidade e a confiança na sua capacidade de iniciativa” (*idem, ibidem*:101) que viriam a constar da primeira definição oficial de desenvolvimento comunitário produzida pela ONU em 1954 (cf. Gómez & Freitas, *et al.*, 2007)⁷² e em documentos subsequentes da mesma índole produzidos por governos de diferentes países (*idem, ibidem*)⁷³.

⁷² Sousa (1963:8 cit in Gómez *et al.*, 2007:103-104) realiza a análise da noção de desenvolvimento comunitário tal como é apresentada pelas Nações Unidas em 1954, distinguindo entre os componentes lógicos e operacionais que constam da definição apresentada. Puramente como curiosidade apresentamos no seguinte quadro a análise referida:

Quadro 4 – Componentes do conceito de Desenvolvimento Comunitário (ONU, 1954)

Componentes lógicos da definição	Componentes operacionais da definição
O fim principal: o melhoramento da vida comunitária e a sua participação no conjunto mais vasto da nação	Participação das populações na elaboração e na execução dos programas
O conteúdo específico: a capacidade de integração (interna e externa) e de autodirecção da comunidade	Os estudos prévios para se conhecer a comunidade, as suas necessidades, os seus recursos e programar os meios e os fins, e ainda classificar as «regiões tipo»
O processo: auto-esforço coerentemente organizado	A colaboração entre os poderes públicos e a população, como condição indispensável
Os meios: organização do esforço de autodesenvolvimento através da auto-ajuda e trabalho cooperativo	A disponibilidade de auxílio externo por parte dos poderes públicos (meios financeiros, técnicos e materiais)
Os actores: são os membros das colectividades, verdadeiros agentes do seu desenvolvimento	A organização e coordenação dos esforços dos serviços técnicos entre si e destes com os esforços da população
	A competência técnica dos administradores e agentes de programas

Fonte: Gómez & Freitas *et al.*, 2007:103-104

⁷³ A título de exemplo refiram-se os documentos: a) *The Community Development Guidelines of the International Cooperation Administration* que, publicado em 1956, traduz a concepção oficial do governo norte-americano acerca do desenvolvimento comunitário como “*processo social e um método de aumentar a produção e melhorar a qualidade de vida*” (Gómez & Freitas *et al.*, 2007:105); b) *Community Development and Economic Development*, das Nações Unidas, publicado em 1960, onde se enfatiza que: i) “*o desenvolvimento comunitário pode não só contribuir para o desenvolvimento concebido numa perspectiva fundamentalmente económica, mas também como um instrumento para produzir mudanças estruturais na economia e nos sistemas produtivos*” (*idem, ibidem*:106); c) *Desenvolvimento da Comunidade e Desenvolvimento Nacional*, concebido por um grupo de peritos e publicado em 1963, nele é enfatizado o papel que as comunidades podem desempenhar no desenvolvimento nacional, mas também no amortecimento das ondas de choque das mudanças rápidas que o mundo então vivia e na conciliação entre a tradição e a modernidade. Estes dois últimos documentos enfatizam ainda a importância da formação ou capacitação da população para o envolvimento nos programas de desenvolvimento comunitário de forma participativa, consciente e organizada, bem como a formação dos técnicos ou facilitadores dos processos de desenvolvimento comunitário.

Pode portanto afirmar-se que a institucionalização e a codificação dos processos e das práticas que chegariam a ser conhecidas como de desenvolvimento comunitário, ao sobrepor-se no terreno a práticas e dinâmicas de organização e promoção comunitária e a saberes experienciais ou implícitos que já estavam inscritos nos territórios, inaugurou uma relação que com o tempo viria, nos termos de Ivan Illich, a tornar-se contraproducente (cf. tb a este propósito Correia & Caramelo, 2001).

Durante a década de 1950 o desenvolvimento comunitário tem a sua maior expressão nos programas de ajuda ao desenvolvimento financiados pelos países centrais do Norte e que na sua maioria incidiram no continente asiático e africano e se materializaram através da transferência de tecnologia e na prestação de assistência técnica particularmente para os contextos mais rurais, programas claramente inscritos no espírito desenvolvimentista e modernizador então dominante.

Na análise histórico-estrutural que realiza da educação para o desenvolvimento, e que relaciona directamente com a evolução dos factores contextuais e históricos do desenvolvimento, da cooperação internacional e das relações Norte-Sul e ainda com a transformação dos actores que fizeram da educação para o desenvolvimento a sua esfera de intervenção, Manuela Mesa (2005) identifica o período coincidente com as décadas de 1940 e 1950 com uma “*geração*” de políticas caritativas e assistencialistas que marcam a relação entre o Norte e o Sul no que ao desenvolvimento diz respeito. A análise desta autora complementa o que dizemos acima, uma vez que a sua preocupação não é tanto a da análise das políticas de cariz estatal, mas antes a da acção das organizações não governamentais. Neste sentido, a autora sustenta a ideia de que é neste período que encontramos os primeiros esforços desenvolvidos por ONG’s de promoção de uma consciência social acerca das relações Norte-Sul e as primeiras campanhas de angariação de fundos. Na sua perspectiva, não podemos considerar que estas iniciativas sejam efectivamente de educação para o desenvolvimento uma vez que são pautadas por um enfoque limitado e não contemplam finalidades educativas específicas (o que não significa que ainda hoje estas não sejam acções promovidas sob a bandeira da educação para o desenvolvimento) o que, em certa medida, se deve ao próprio contexto em que emergem e às condições institucionais do momento. De facto, principalmente na

década de 1940, mas também ainda durante a década de 1950, os problemas do desenvolvimento e a questão da fractura entre Norte-Sul estavam pouco presentes na agenda das relações internacionais ou na arena do interesse público. Por outro lado, as organizações que intervêm neste domínio durante este período são essencialmente humanitárias e/ou religiosas o que justifica em grande medida a tónica da sua acção. A intervenção destas organizações incide essencialmente em situações de conflito ou emergência social e é comumente uma intervenção de curta duração procurando apenas dar uma resposta imediata a situações que apelam à ajuda emergencial e humanitária. Como se pode depreender, esta intervenção, no que ao desenvolvimento comunitário diz respeito, não prima por uma preocupação com a sustentabilidade a longo prazo dos seus efeitos, uma vez que a sua preocupação essencial é a intervenção em situações de emergência, e basicamente consiste na angariação de fundos e no apelo à compaixão, à caridade e à generosidade individual, fazendo passar, explicita ou implicitamente, a mensagem de que as soluções para os problemas dos países do Sul residem na ajuda que venha a ser disponibilizada pelo Norte, sem que as verdadeiras causas destas situações sejam problematizadas em termos das suas efectivas causas e dos seus contextos reais.

Ora, em suma, esta concepção e perspectiva de intervenção i) reflecte uma imagem das pessoas do Sul como passivas, sem qualquer tipo de poder e à mercê da ajuda externa e ii) revela uma visão Eurocêntrica das relações Norte-Sul ao enfatizar a ajuda do Norte como *a* solução para o subdesenvolvimento e ignorando assim os esforços e processos desenvolvidos localmente nos países do Sul (Mesa, 2005).

Mas regressemos ao sentido que a ONU atribui ao Desenvolvimento Comunitário – até porque nele se encontram já muitos dos traços que o continuam a caracterizar – apenas para sistematizar os aspectos mais relevantes que Gómez & Freitas, *et al.* (2007:104), na esteira de outros autores, julgam aí poder encontrar: i) a característica original primordial do Desenvolvimento Comunitário é a organização do auto-esforço e da cooperação; ii) o Desenvolvimento Comunitário é apresentado como processo educativo e de organização, realçando-se assim a sua natureza qualitativa, pois *“promove a acção colectiva, orienta as instituições, e requer a aparição e capacitação de novos líderes locais”* (*idem, ibidem*:104); iii) o Desenvolvimento

Comunitário aplica-se tanto às zonas rurais como às zonas urbanas, quer dos países dos países do Sul, quer do Norte; iv) o Desenvolvimento Comunitário e o desenvolvimento global são complementares, embora, na perspectiva dos autores que vimos seguindo, esta complementaridade se conjugue de forma perfeitamente funcional e instrumental: *“o desenvolvimento da comunidade pode restabelecer os desequilíbrios provocados pelo crescimento económico no desenvolvimento económico e social e na coesão comunitária de cada região ou país”* (idem, *ibidem*:104-105).

Mas foi durante a década de 1960, particularmente na América Latina, que os programas de desenvolvimento comunitário se expandiram fortemente associados a processos revolucionários ou de deposição de regimes ditatoriais, e alimentados por processos de educação popular, visando a participação popular e a problematização das condições de vida e de desenvolvimento em que a maioria das populações se encontravam, e que encontraram a mais significativa inspiração nos trabalhos de Paulo Freire. Mas este é também o período de um certo apogeu dos programas de cooperação para o desenvolvimento encabeçados nomeadamente pelos EUA e por alguns países europeus e promovidos igualmente na América Latina, mas igualmente em África, a que não será estranho o facto de se viver então um processo de descolonização relativamente generalizado e em que as potências anteriormente colonizadoras procuram através destes programas *“ajudar”* à constituição das nações então emergentes. Durante esta década de 1960, o Desenvolvimento Comunitário encontra-se igualmente nos países europeus focado na promoção das zonas rurais e essencialmente preocupado com o crescimento económico dessas regiões e, secundariamente, com o desenvolvimento social entendido como ajustamento às opções e orientações definidas em termos de planificação nacional. É este último facto que permite a Albert Mabileau (1993) falar de um *“local escamoteado”* durante este período, onde o local e o comunitário se subsumem ao nacional e a uma lógica desenvolvimentista de pendor centralista e sectorializado (cf. tb Canário, 1999). Também nas experiências europeias que durante esta década se desenvolvem encontramos uma referência à formação ou capacitação profissional dos envolvidos como estratégia complementar às estratégias mais comuns de modernização tecnológica no domínio agrícola e de *“modernização”* organizacional e administrativa

(emparcelamento agrícola, desenvolvimento de estruturas associativas de agricultores, etc.).

Em síntese, as experiências de desenvolvimento comunitário que se promovem no contexto europeu⁷⁴ primam por um conjunto de traços comuns: envolvem comunidades territorialmente delimitadas, incidem essencialmente no contexto rural e assentam no princípio de que o progresso social das comunidades se atingirá com “*a participação activa da população nos diferentes factores de melhoria que se lhes propõem*” (Aujoulat, 1971, in Gómez & Freitas *et al*, 2007:110).

Durante os anos 1970, os programas de Desenvolvimento Comunitário parecem querer romper com o carácter fundamentalmente funcionalista que até aí os caracterizava, nomeadamente aqueles protagonizados por organismos internacionais, em que o desenvolvimento comunitário era essencialmente entendido como uma técnica que visava a promoção da participação popular na medida em que esta se considerava um recurso indispensável para o desenvolvimento. A ruptura nos anos 1970 parece fazer-se pela assunção de um cariz mais social e político do Desenvolvimento Comunitário, isto é, nas palavras de Gómez & Freitas *et al*, (2007:110), assumindo-se como “*processo integral de transformações sociais, culturais e económicas e como método para lograr a mobilização e participação popular estrutural com o fim de dar plena satisfação às necessidades económicas, sociais e culturais*”, tal como aparece, aliás, escrito na Declaração de Santiago do Chile em 1970. Para além desta viragem, os programas de desenvolvimento comunitário elegem agora

⁷⁴ Apesar das condições sócio-políticas e económicas do país na década de 1960 – ditadura de Salazar e um país predominantemente rural a iniciar um processo mais sistemático de industrialização –, Portugal não deixa de ter semelhanças com a situação encontrada em outros países. Gómez & Freitas *et al* (2007:108-109) diz a propósito: “*Relativamente às experiências portuguesas, as tentativas de desenvolver programas de Desenvolvimento Comunitário não permitem que neste território esteja desperta a necessidade sentida de fazer participar as comunidades locais no seu processo de desenvolvimento e do país. Efectivamente, Portugal esteve, até datas recentes, à margem do movimento do Desenvolvimento Comunitário, embora a educação e as escolas comunitárias tenham sido objecto de estudo desde o início dos anos 1960, tendo-se desenvolvido programas de Desenvolvimento Comunitário nas localidades açorianas de Rabo de Peixe, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande com vista, respectivamente, a combater a pobreza, a resolver problemas demográficos e a modificar a estrutura agrária (...) apesar da riqueza das suas colónias, as condições portuguesas não eram muito dissemelhantes dos países que desenvolveram estes tipos de programas em comunidades dos países subdesenvolvidos com manifestas carências socioeconómicas*”.

Numa perspectiva histórica, para compreender os primórdios do Desenvolvimento Comunitário em Portugal como “*técnica de desenvolvimento*” na década de 1960, aconselha-se a leitura do artigo Silva (1964).

como alvo privilegiado os sectores marginalizados da sociedade uma vez que a sua existência é considerada um sintoma de subdesenvolvimento e, como tal, é necessário proceder à sua integração na sociedade e ao seu envolvimento participativo nesta e, posteriormente, é a transformação do próprio sistema social, e em particular das estruturas políticas que o regem, que se tornam alvos dos processos de intervenção uma vez que é a estes que é assacada a responsabilidade pela marginalização de determinados sectores da população. Mas o confronto com as dificuldades da mudança estrutural e dos sistemas políticos que sustentam o “*status quo*” acaba por conduzir a um certo desencantamento com as possibilidades do desenvolvimento comunitário e arrefecer as expectativas nele depositadas, principalmente nos países da América Latina.

No contexto americano e europeu, e por via destes nos países do continente africano, os programas de desenvolvimento comunitário durante a década de 1970 continuam a padecer duma orientação centralista que, não obstante a retórica da participação comunitária, mantêm como principal finalidade alinhar as zonas (ou países) mais desfavorecidas com o rumo da modernização administrativa e tecnológica das nações, intervindo para isso em sectores como i) a agricultura – principalmente através da transferência de tecnologia mas não do *know-how* necessário ao seu manuseamento autónomo, como salienta Roger Dale (1982), ii) a educação de base (com a promoção de campanhas de alfabetização de massas e também com o desenvolvimento de programas de alfabetização funcional sob o patrocínio da UNESCO e da OCDE) ou iii) a organização comunitária.

É a partir da década de 1980 que as finalidades do Desenvolvimento Comunitário associadas à “*promoção popular pela educação*” e à “*criação de condições que permitam a sua intervenção na sociedade e no seu próprio processo educativo*” se generalizam (Gómez & Freitas *et al*, 2007:112).

No contexto europeu, o desenvolvimento comunitário aparece por entre um conjunto de medidas e de financiamentos ligados ao desenvolvimento regional dentro da que viria a ser a União Europeia, então ainda Comunidade Económica Europeia. Estes programas de desenvolvimento regional, dentro dos quais se institui o desenvolvimento comunitário simultaneamente como meta e como metodologia,

procuram atender às características socioeconómicas e aos recursos locais e agregam ao seu discurso noções como as de subsidiariedade, coesão social, desenvolvimento integrado e, posteriormente, desenvolvimento sustentável. No entanto, a armadura jurídica, política, económica e administrativa que sustenta estes programas muitas vezes contribuiu para que a sua efectivação ficasse longe de alcançar as finalidades prometidas e, em parte, por isso, estes programas e estas medidas, e a retórica que as acompanha, permanecem ainda actualmente. A um nível mais micro, e em termos da população que se define como pertinente para se envolver nestes programas, a preocupação do desenvolvimento comunitário na Europa continua a enfatizar a intervenção junto de sectores específicos da população, considerados como deficitários ou “*problemáticos*”.

Por seu turno, no contexto latino-americano o Desenvolvimento Comunitário reemerge a partir de finais dos anos 1970 como preocupação e acção essencialmente a cargo de movimentos sociais. A sua abordagem procura globalizar-se no sentido de se desenvolver e articular múltiplas esferas da vida social (cultura, saúde, produção, educação, ambiente, etc.) e, essencialmente, pautar-se por uma abordagem metodológica que enfatiza a participação popular e a pesquisa participativa. É principalmente neste contexto, sob inspiração teórica marxista, que floresce o que comumente se identifica como Investigação-Acção Participativa (IAP), tida como uma abordagem prática da mudança social ou desenvolvimento através da aprendizagem (cf. Finger & Asún, 2003) e que, na ressaca da desilusão com os resultados da primeira “*Década do Desenvolvimento*”, procura construir uma alternativa para fugir ao subdesenvolvimento e à pobreza, tornando centrais conceitos como os de “*autonomia*”, “*auto-sustentação*” e “*desenvolvimento auto-centrado*” (*idem, ibidem*:82).

Em síntese, esta abordagem sustenta a necessidade de procurar um “*outro desenvolvimento*” marcado pelas ideias de satisfação de necessidades, independência (não esquecer que esta abordagem emerge nos países do Sul⁷⁵, isto é, no continente africano e asiático), harmonia com a natureza e mudança estrutural (Rist, 2001c).

⁷⁵ Em boa verdade, a Investigação-Acção Participativa tem cultores tanto nos países do Sul como do Norte e nem sequer é seguro dizer-se que tem origem no Sul. A este propósito pode ler-se a

Nas palavras de Hall e Kassam (1985:3795-3800, cit in Gómez & Freitas *et al*, 2007:138), a IAP integra e combina aquilo que é a investigação no domínio social, o trabalho educativo e a acção e tem como características essenciais: i) o problema que se estuda tem origem na própria comunidade ou contexto de trabalho; ii) a sua finalidade primordial é a transformação estrutural das condições de vida dos sujeitos implicados; iii) o processo global da IAP é da responsabilidade da comunidade ou das pessoas implicadas tendo por isso sempre um carácter participativo.

De acordo com Finger e Asún (2003) há quatro consequências em termos de concepção de desenvolvimento que devemos retirar das noções e ideias que caracterizam a Investigação-Acção Participativa: i) a independência constrói-se sobretudo com base nas capacidades, pontos fortes e auto-confiança das pessoas mais do que com dinheiro; ii) o que pressupõe atingir um estado de auto-sustentação e independência que por definição se opõe à ajuda do exterior ou à dependência; iii) o desenvolvimento é essencialmente um movimento da base para o topo assente numa lógica de subsidiariedade e iv) a independência alcança-se através da adopção de tecnologia adequada, por oposição a tecnologia importada do Norte ou do Ocidente⁷⁶.

Em suma, afirmam Finger e Asún (2003:83), o desenvolvimento visado pela IAP pretende ser *“auto-sustentado, desenrola-se de baixo para cima, através das pessoas, com a tecnologia adequada às respectivas necessidades”*.

Os actores políticos desta nova concepção de desenvolvimento, e particularmente de desenvolvimento comunitário, para além, obviamente, das comunidades de base e, em alguns casos, perversos é certo, do próprio Estado, são as designadas ONG's de segunda geração. Em contraponto à intervenção que assinalámos desenvolver-se na década anterior, genericamente segundo uma lógica caritativa e assistencialista e essencialmente preocupada com a satisfação de necessidades imediatas, *“as organizações não governamentais de segunda geração são mais*

interessante entrevista de Bud Hall, académico norte-americano a trabalhar no Canadá que é um dos maiores divulgadores da IAP e, para alguns, o seu fundador, na revista *Aprender ao Longo da Vida*, nº4, Maio 2005, pp. 8-16.

⁷⁶ Relativamente a este último aspecto é interessante assinalar os trabalhos que se vêm desenvolvendo sob a égide do conceito de *“tecnologia social”* e que complexificam o sentido que aqui estamos a atribuir a *“tecnologia adequada”*, tais como os que podemos encontrar na obra, em língua portuguesa, de Lassance & Mello, *et al.* (2004).

sensíveis à participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento, especialmente nos domínios da agricultura, da saúde reprodutiva e no desenvolvimento da pequena indústria. Em consequência são mais orientadas para o local e para a comunidade e vêem-se cada vez mais como catalisadoras e facilitadoras dos esforços de desenvolvimento centrados nas pessoas” (Finger & Asún, 2003:83).

Por sua vez, ao longo dos anos 1990, as preocupações que antes encontramos associadas especificamente ao desenvolvimento comunitário passam a constar das preocupações mais abrangentes com o desenvolvimento *“tout court”*, propaladas por programas como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, para além de virem contribuir para um alargamento da concepção de desenvolvimento⁷⁷, integram simultaneamente diferentes escalas para pensar e agir em termos de desenvolvimento, onde o local e o comunitário ganham necessariamente lugar, procurando, por exemplo, que os esforços em prol do desenvolvimento integrem a preocupação com o direito das comunidades locais participarem nos seus próprios planos de desenvolvimento, tal como é possível aferir da leitura dos relatórios do PNUD onde se afirma não só que todos os indivíduos e comunidades são actores de pleno direito do desenvolvimento como se sustenta que *“assiste às comunidades locais a possibilidade de tomarem decisões, serem protagonistas no seu próprio desenvolvimento e intervirem em todos os problemas que lhes são afectos”* (Gómez & Freitas *et al*, 2007:113).

Na perspectiva destes autores, estendeu-se desde a década de 1990 até à actualidade uma concepção de Desenvolvimento Comunitário como estratégia fundamental para a promoção da qualidade de vida das pessoas e como elemento integrante das estratégias nacionais (e globais) de desenvolvimento, realçando sobretudo a sua orientação para ideais universais como a redução da pobreza, o

⁷⁷ Nas palavras de Agustín Osório (2005:189-190), a concepção do desenvolvimento presente nos relatórios do PNUD pode sintetizar-se em 3 proposições: i) a de que não existe uma relação directa e imediata entre crescimento económico e desenvolvimento humano pelo que serão as políticas encetadas que mediarão a existência de uma relação mais ou menos harmoniosa entre ambos, políticas essas que não podem deixar-se apenas nas mãos do mercado; ii) a de que os modelos de crescimento económico têm inevitavelmente de preocupar-se com a integração dos mais frágeis socialmente sob pena de se promover um desenvolvimento profundamente polarizado; iii) o de que há-de haver uma relação de equidade entre crescimento económico e desenvolvimento humano pelo que não é aceitável que o crescimento aconteça com um aumento das desigualdades.

fomento do crescimento económico, a protecção ambiental e a promoção de formas de vida mais sustentáveis ao nível da produção e do consumo. Esta concepção vem, claramente, enfrentar a concepção hegemónica de desenvolvimento ainda centrada no crescimento económico e na valorização de indicadores puramente económicos e financeiros de o aferir, que se sobrepõem à real satisfação das necessidades e anseios das populações.

Em jeito de síntese, pode sugerir-se que o Desenvolvimento Comunitário hoje surge como *“uma forma de concretizar o protagonismo das comunidades locais nos processos de transformação e mudança social que as afectam”* (Gómez & Freitas *et al*, 2007:117-118) e é também uma construção teórica que, na perspectiva de Esteva (1992), permite: i) olhar criticamente os modelos hegemónicos de desenvolvimento, profundamente economicistas e *“market driven”*, desvelando as contradições sociais e ecológicas a que estes conduzem sob os auspícios de um capitalismo globalizado, reclamando, ao invés, uma atenção às dinâmicas territoriais locais e regionais, aos processos sócio-políticos de tipo *“bottom-up”*, que começam no nível micro, isto é, ao nível das pessoas, e, segundo lógicas tendencialmente democráticas, descentralizadas e participativas, se vão fazendo repercutir na transformação das organizações e instituições; ii) pensar a revitalização da iniciativa colectiva ao nível de um território, em contra-ciclo com as tendências para o individualismo, alienação e anomia política pós-modernas do turbo-capitalismo ou capitalismo avançado, recolocando a tónica na identificação e satisfação das necessidades efectivamente urgentes das populações, na recuperação das referências económicas, sociais e culturais que produzem bem-estar e qualidade de vida e de uma ordem política em que a participação dos cidadãos lhes confira um efectivo poder político na definição da *“res publica”*; iii) re-significar os tempos da vida, particularmente ao intervir na transformação do sentido da produção e do trabalho e do lazer, contribuindo para a libertação dos indivíduos de uma ética exclusivamente produtivista e materialista ao introduzir novos modos de organização da produção mais solidários e cooperativos em articulação com lógicas endógenas e locais de desenvolvimento e ao pugnar por que a ética do trabalho própria do capitalismo industrial se transforme, dando origem a uma nova relação entre tempo

de trabalho e tempo de ócio que seja entendida como propiciadora da construção de novas sociabilidades e identidades e de novas formas de cidadania, já não exclusivamente referenciadas ao trabalho; iv) conceber a sociedade civil de forma mais sensível ao local e ao específico sem por isso deixar de pugnar pela concretização dos direitos e deveres sociais, políticos e cívicos universais, segundo os princípios da equidade, solidariedade, ajuda mútua e convivência: em suma, a ideia de desenvolvimento comunitário permite apelar à construção do que em outro momento esboçamos como um novo *“cosmopolitismo comunitário”* (Caramelo & Correia, 2004) em que a pertença cidadã e o exercício da cidadania se define na tensão, por vezes contraditória, entre o local e o global, entre o comunitário e o universal; v) equacionar as comunidades como instâncias dialécticas entre a universalidade e a especificidade (*“glocais”*, portanto), acentuando o sentido relacional e contínuo (e portanto em contraponto a uma certa concepção dualista do social) que categorias normalmente tidas como excludentes, tais como micro-macro, local-global, rural-urbano, tradição-modernidade, assumem nas realidades concretas. Neste sentido, o desenvolvimento comunitário emerge como uma estratégia transversal e holística e as comunidades como *“cenários abertos a uma configuração mais plural e globalizadora da experiência humana, simplificadora dos atributos socioeconómicos, políticos e culturais que as definem, no particular e no universal”* (Gómez & Freitas et al, 2007:117).

Ora, interessa, antes de acabarmos este breve excurso sócio-histórico, perceber por que, como sugere Osório (2005:183), *“a perspectiva da educação e o desenvolvimento comunitário têm, desde há algum tempo, uma ligação e uma relevância importantes, fruto tanto das alterações das concepções de educação como dos enfoques do desenvolvimento”* (cf. tb a argumentação de Canário, (1995), embora este paralelismo seja aí privilegiadamente feito entre concepções paradigmáticas de desenvolvimento – e não necessariamente de desenvolvimento comunitário - e educação escolar).

A articulação entre educação e desenvolvimento comunitário ganha pertinência num contexto em que a concepção mais ampla de desenvolvimento se territorializa e a concepção de educação se globaliza (Canário, 1995). Com efeito, a partir de meados dos anos 1970, e com maior incidência a partir dos seus finais, a

concepção de desenvolvimento hegemónica durante os Trinta Gloriosos Anos é criticamente abalada, dando espaço ao surgimento de perspectivas que valorizam no desenvolvimento a sua multidimensionalidade (por oposição a uma concepção e sentido estritamente económicos do desenvolvimento), as suas facetas qualitativas (em contraponto a uma aferição puramente quantitativa dos efeitos do desenvolvimento), a participação dos sujeitos em todos os passos de concepção e concretização das dinâmicas de desenvolvimento (transição de uma lógica dos “*destinatários*” do desenvolvimento a uma lógica dos “*participantes*” no desenvolvimento) e, ainda, que assentam numa aposta na endogeneidade e na valorização do local, ou seja, em que o desenvolvimento se equaciona a partir da exponenciação das potencialidades e recursos existentes (em contraponto à lógica da satisfação dos défices pela “*importação*” de recursos) e tendo como referência uma escala que toma as comunidades e o local como espaços socialmente pertinentes para a intervenção em prol do desenvolvimento (em contraponto a uma lógica de intervenção centralizada e uniforme face ao espaço nacional) (Canário, 1995). Nesta nova perspectiva, a relação entre educação e desenvolvimento tende a deixar de ser entendida como uma relação de linearidade e entramos no tempo das abordagens territoriais, onde o processo de desenvolvimento local constitui, ele próprio, um processo educativo (Canário, 1995).

Esta transformação resulta igualmente de uma forma de conceber a educação que rompe com a hegemonia do modo e forma escolar. Os principais contributos para esta ruptura têm origem no desenvolvimento das iniciativas internas ao campo da animação sociocultural, decorrentes elas próprias da necessidade de fazer face à designada “*revolução dos tempos sociais*” (cf. a este propósito Dumazedier, 1988), e, mais genericamente, ao campo da educação de adultos nas suas vertentes de formação profissional e educação recorrente. De acordo com Canário (1995) terão sido estas duas tendências que mais contribuíram para a crítica aos limites e hegemonia do modo escolar, contribuindo para a afirmação de novas políticas e modalidades educativas, bem como para a introdução de mudanças qualitativas nos sistemas escolares.

O novo cenário educativo é marcado, do ponto de vista filosófico e político, pelo advento do conceito e movimento da Educação Permanente e, conceptualmente, pela ideia de *globalização da acção educativa* que, na perspectiva de Canário (1995), se traduz essencialmente a quatro níveis: i) a emergência da pessoa como sujeito da sua própria formação (o sujeito forma-se a partir da integração de diferentes vivências experienciais, apropriando-se das influências externas exercidas sobre si pelos outros e reflectindo sobre o próprio percurso experiencial, deslocando-se desta forma o enfoque do “*ensinar*” para o “*aprender*” como pedra de toque dos processos educativos e de formação); ii) o reconhecimento e a valorização da diversidade das modalidades de aprendizagem (a aprendizagem depende de vários “*mestres*”: de si, dos outros e do mundo, ou seja, a aprendizagem pode ocorrer segundo as lógicas da autoformação: o processo formativo é um processo de autoconstrução da pessoa ao longo da sua vida, implica uma acção exercida sobre si própria de modo autónomo; heteroformação: o processo formativo é também constituído pela interacção social com os outros, que podem corresponder a situações assimétricas ou situações de aprendizagem mútua (em diferentes contextos: família, trabalho, escola); ecoformação: a pessoa é influenciada pelo contexto e ambiente em que se move, que pode ser mais ou menos rico e diversificado em termos de ambiente de aprendizagem); iii) diversidade dos níveis de formalização da acção educativa (que corresponde a encarar o processo educativo como um contínuo sempre presente entre diferentes níveis de formalização: formal (tendencialmente caracterizado pela assimetria de relações entre quem ensina e quem aprende, pela estruturação prévia de programas e horários, pela existência de processos avaliativos e de certificação), não formal (tendencialmente marcado pela flexibilidade de horários, programas e locais, baseado geralmente no voluntariado, pela construção de situações educativas “*à medida*” de contextos e públicos singulares), informal (tendencialmente assimilado às situações potencialmente educativas, mesmo que não conscientes e intencionais por parte dos destinatários, a situações pouco estruturadas e “*pouco*” organizadas); iv) territorialização da acção educativa (que supõe reforçar o potencial educativo de um território, ou seja, equivale a valorizar os processos educativos não formais enquanto matriz mais global do processo educativo, esbatendo as fronteiras entre

socialização e educação escolar, a criar situações de interacção fecunda entre diversas modalidades de aprendizagem, entre diferentes níveis de formalização, entre diferentes instituições educativas o que, concomitantemente nos conduz a relativizar a importância da escola e fazer emergir outras organizações educativas).

A globalização da acção educativa, e particularmente a consideração que está contida nesta ideia às dinâmicas de autoformação, à educação não formal e a uma abordagem educativa territorializada preocupada com o desenvolvimento local e comunitário, é que, como sustenta Osório (2005:185), permite falar de “*educação comunitária*”. Para alguns autores, no entanto, podemos e devemos destringir entre “*educação comunitária*” e “*participação das comunidades na educação*”, uma vez que a expressão educação comunitária estaria reservada para dar conta das situações em que há uma orientação intencional do sistema educativo para obter uma maior repercussão no sentido comunitário da educação. Em termos simples, esta expressão estaria consagrada a traduzir a relação intencional e sistemática entre escolas e comunidades. Em contraponto a participação das comunidades na educação traduziria o “*facto de as actividades educativas contribuírem para o bem-estar do conjunto das comunidades através de um processo de auto-ajuda, de transformação da própria comunidade na identificação e na expressão das suas necessidades, orientado todo ele para uma maior responsabilidade e controlo para a promoção do seu próprio desenvolvimento*” (*idem, ibidem*:185).

Contudo, partilhamos de forma mais convicta a elaboração conceptual que Poster realiza para o sentido de *educação comunitária* – mais próxima do que Osório (2005) identifica com a *participação da comunidade na educação* – a que atribui duas finalidades essenciais integradas entre si: i) “*implicar todas as pessoas e colectivos, como membros de grupos de qualquer idade e condição, no conhecimento e na valorização das suas necessidades e oportunidades para descobrirem e perseguirem os seus interesses, adquirirem conhecimentos e destrezas, reconhecerem as suas identidades e aspirações pessoais, alcançarem o bem-estar nos seus papéis com a família, a comunidade e a sociedade no seu conjunto, participarem no ordenamento do ambiente físico e social e na gestão dos assuntos locais e nacionais*” e ii) “*fazer face a estas necessidades, conhecidas da forma mais apropriada com a cooperação*

individual e dos grupos identificados e utilizando os recursos existentes” (Poster, 1982:2 e sgs referido por Osório, 2005:185).

O Desenvolvimento Comunitário, como já tivemos oportunidade de salientar, foi conhecendo diversos significados ao longo das últimas décadas, acompanhando, em certa medida, a própria transformação das condições históricas, políticas, sociais e culturais em que se inscreve como prática social situada. Naturalmente que a pluralidade de sentidos do Desenvolvimento Comunitário é, de igual modo, visível do ponto de vista conceptual ou teórico, fruto de perspectivas díspares de autores vinculados a contextos de produção teórica diversos – escolas de pensamento diferentes, mas também a contextos regionais distintos – e de ênfases teórico-conceptuais diversificadas quando procuram estabilizar o que entendem por desenvolvimento comunitário. Alguns autores, como Agustín Osório (2005) e Caride Gómez *et al* (2007), procuram sistematizar esta diversidade quando avançam com as suas próprias concepções e procuram destriçar os traços que consideram mais característicos e relevantes da noção de desenvolvimento comunitário. Para além de uma evidente importância “*didáctica*” para quem se aventura no conhecimento deste domínio, o trabalho de sistematização das diversas tradições teóricas deve, também, permitir uma análise transversal que coloque em destaque algumas consequências teórico-epistemológicas e metodológicas dos diferentes modos de definição do desenvolvimento comunitário, para além das aparentes coincidências que partilham entre eles. O quadro que apresentamos em seguida retém esse trabalho de sistematização.

Quadro 5 – Concepções de Desenvolvimento Comunitário

Autores de referência	Terminologia adoptada	Características definidoras
Gómez <i>et al</i> (2007)	Desenvolvimento Comunitário Local	<ul style="list-style-type: none"> - Processo educativo e formativo - Promove a responsabilidade da população implicando-a na resolução dos problemas comuns - Acções cooperativas e organizadas num território com especificidades económicas, culturais, políticas, sociais, educativas e administrativas - Implica condições económicas, institucionais e de atitude
Summers (1986)	Desenvolvimento <i>da</i> comunidade e desenvolvimento <i>na</i> comunidade	<p>Desenvolvimento <i>da</i> comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Actividade intencional para reforçar um espaço comunitário, mediante uma série de canais de comunicação e cooperação entre os grupos sociais; <p>Desenvolvimento <i>na</i> comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade da realidade local, com base na economia comunitária, gerar rendimento e emprego de modo a manter ou melhorar a sua posição económica relativa

Ware (1986)	Organização da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Promove a melhoria social - Os recursos cobrem as necessidades da comunidade - Participação da população
Ander-Egg (1982)	Desenvolvimento da Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Método e técnica social - Contribui para a melhoria social e económica - Acção da comunidade - Pretende mudanças de atitude
Porzecanski (1983)	Planificação e organização da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Acções para promover as mudanças - União com acções governamentais - Melhoria colectiva - Participação dos implicados
Marchioni (1997)	Desenvolvimento da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos interessados - Princípio básico: autodeterminação - Ritmo de desenvolvimento: estabelecem-no os interessados - Participação comunitária
Marchioni (1999)	Intervenção comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria contínua das condições de vida - Protagonismo dos elementos comunitários fundamentais (população, administração local e recursos técnicos, profissionais e científico) - O uso equilibrado e coordenado dos recursos comunitários - Relações abertas e democráticas - Execução de um projecto colectivo
Rezsóhazy (1988)	Desenvolvimento da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Acção coordenada e sistemática - Ligação à acção governamental - Princípio básico: autodeterminação - Fim: mudança de atitudes e de comportamentos
Quintana (s/d)	Desenvolvimento comunitário	<ul style="list-style-type: none"> - Campo da educação comunitária - Forma de educação de adultos - Metodologia dinamizadora - Mudança de atitude dos indivíduos - Participação dos interessados
Rodríguez Câmara (1999)	Desenvolvimento Comunitário Local	<ul style="list-style-type: none"> - Motivação da participação comunitária - Consciencialização e conhecimento da realidade - Formação comunitária: processos de acção-reflexão - Capacitação comunitária: desenho e desenvolvimento das estratégias - Organização para a mudança
Orduna (2000)	Desenvolvimento Comunitário Local	<ul style="list-style-type: none"> - Perspectiva social e humana - Executado por e para a comunidade - Parte das necessidades específicas - Participação activa e determinada da comunidade - Organização em grupos - Melhoria da qualidade de vida - Aproveitamento sustentável dos recursos - Optimização dos recursos - Ajuda exógena
Nogueiras Mascareñas (1996)	Desenvolvimento comunitário	<ul style="list-style-type: none"> - Processo educativo destinado a conseguir mudanças qualitativas nas atitudes e comportamentos da população - Técnica de acção social o que supõe a intervenção ou colaboração de agentes com certo grau de especialização - Dirigida às comunidades em situação de subdesenvolvimento (económico ou sociocultural) ou em que os recursos estão insuficientemente utilizados - O objectivo primordial é o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade - Implica a participação voluntária, consciente e responsável dos sujeitos no enfrentamento dos seus problemas
Caballo, Candia, Caride e Meira (1997)	Desenvolvimento comunitário	<ul style="list-style-type: none"> - Contribui para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida da comunidade - Incentiva o desenvolvimento endógeno das potencialidades comunitárias - Equilíbrio entre opções de natureza qualitativa e quantitativa - Iniciativa da própria comunidade - Intervenção exógena - Concretiza-se em situações de necessidade social e marginalidade/déficé de recursos - Exige a participação consciente, responsável e livre da população implicada

Santos Silva (2000)	Desenvolvimento Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> - Aposta mais nos processos do que nos conteúdos de intervenção - Marcante componente educativa - Mobilização dos recursos sociais endógenos - Opção por investimentos a prazo sustentados ancorados mais na possibilidade de acção continuada dos parceiros locais do que na intervenção transitória de técnicos e animadores exteriores
Freitas (2000) ⁷⁸	Desenvolvimento Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> - Processo que integra a acção educativa pessoal e comunitária no conjunto de estratégias - Orientado para/ou de iniciativa autónoma e local - Promove o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida - Promove o desenvolvimento endógeno - É um processo multidimensional - De carácter quantitativo e qualitativo

Fontes: Osório (2005), Gómez & Freitas *et al* (2007) e Silva (2000)

Como se poderá depreender do que apresentamos atrás, o Desenvolvimento Comunitário é em si mesmo um processo educativo e integra em si mesmo a educação como estratégia, meio e finalidade.

Da análise transversal deste conjunto de contributos devemos então retirar consequências teórico-epistemológicas e metodológicas para olhar o Desenvolvimento Comunitário.

De um ponto de vista teórico-epistemológico, o Desenvolvimento Comunitário supõe uma concepção de mudança social na medida em que na sua natureza intrínseca se refere a um processo e a uma prática de transformação social ou, por outras palavras a *“uma praxis transformadora das realidades comunitárias”* (Gómez & Freitas *et al*, 2007:126). De igual modo, o Desenvolvimento Comunitário supõe também um modo de pensar a relação entre indivíduo e colectivo, pois como pudemos apreender dos vários contributos enunciados, aquele processo é simultaneamente colectivo e individual, isto é, toma como unidade de referência dos processos de mudança social a dinâmica que se estabelece entre o individual e o colectivo. Consequentemente supõe também o subentendimento de modos de equacionar a tricotomia indivíduo/colectivo/mudança social. Da análise dos contributos, parece-nos que, teoricamente, a mudança suposta pelo Desenvolvimento Comunitário se aproxima do que Crozier (1982) postula quando afirma que *“uma mudança não pode desenvolver-se e fixar-se senão na medida em que as relações*

⁷⁸ As características definidoras apresentadas como sendo de Freitas (2000) são, em boa verdade, como o autor nos esclarece, o resultado da sua própria análise de um conjunto de produções académicas portuguesas sobre o desenvolvimento comunitário e que o autor reputa poderem constituir os traços de uma definição global e portuguesa deste conceito.

humanas se transformem. Mas as relações humanas não se transformam porque existe uma condição material que muda. Com efeito, elas não são determinadas por um contexto diferente. Mudam na medida em que os homens são capazes de se organizar num jogo de relações diferentes daquele em que operavam antes. E existe por trás disto o desenvolvimento de uma capacidade colectiva.” (:71). Ou seja, uma mudança não pode desenvolver-se e consolidar-se a não ser que as relações entre os indivíduos se transformem ou, como já alguém sugeriu, o Homem muda, mudando as suas circunstâncias (Ortega y Gasset). E estas mudam na medida em que os indivíduos são capazes de se organizarem de forma diferente daquela em que operavam anteriormente. Na base desta “nova” organização social, em resultado da mudança, neste caso promovida pelo Desenvolvimento Comunitário, está o desenvolvimento de uma competência colectiva que se constrói ao longo do tempo. A forma como se pensa a relação indivíduo/colectivo e a interacção desta díade com a mudança social subjacente ao Desenvolvimento Comunitário pensamos que pode ser subsumida pelo pensamento de Espinoza, aqui pela pena de Alberto de Melo (2000) quando procura caracterizar a concepção moderna de indivíduo e o seu direito e dever de intervir na sociedade de que participa: “Para Espinoza, cada pessoa não é o átomo indivisível e isolado do liberalismo anglo-saxónico, mas sim um conjunto coerente de relações, quer físicas, quer intelectuais, com a natureza, com os objectos, com as outras pessoas – relações que a transformam continuamente. Assim nenhum indivíduo é estritamente individual⁷⁹. Mas a coerência destas relações pode e deve reforçar-se, aprofundar-se, aperfeiçoar-se mas também pode degradar-se, destruir-se. Para melhorar continuamente a sua coerência interna, cada pessoa deve chegar à compreensão das relações que lhe são positivas e úteis, que reforçam a sua autonomia, mas também aperceber-se de que o útil não é apenas aquilo que lhe convém, individual e isoladamente, mas sobretudo o que a torna solidária com o mundo natural e social à sua volta. E, para chegar a este estágio de conhecimento é necessário, segundo Espinoza, passar pela experiência prática, agindo sobre o mundo, procurando e testando inúmeras e variadas relações com o mundo físico e social, através portanto do trabalho e da política” (Melo, 2000:20).

⁷⁹ Sublinhado nosso.

Em suma, a mudança social resulta das relações que, mediadas pela relação com o outro, estabelecemos com o mundo que nos envolve.

Ainda no domínio teórico-epistemológico, uma outra consequência que devemos extrair dos contributos acima enunciados prende-se com o facto de o Desenvolvimento Comunitário procurar desenvolver “uma leitura complexa integral e integradora das realidades sociais e dos seus processos de mudança” (Gómez & Freitas *et al*, 2007:127). Neste sentido, quer a sua concepção de produção de conhecimento/investigação, quer a sua concepção de intervenção/acção, assumem particularidades relevantes. Da primeira deve destacar-se a pretensão holística e sistémica da abordagem à compreensão da realidade comunitária que supõe uma atenção particular à apreensão da dinâmica entre estrutura/agência e entre objectividade/subjectividade como díades intervenientes na produção do tecido social. Não estranhamente, parece-nos encontrar aqui um forte paralelo com a concepção de (produção de) conhecimento que é característica da Educação Popular marcada pelas preocupações da unidade da teoria e prática na busca da transformação – para que queremos saber? -, da compreensão da realidade – como queremos saber? – e do carácter histórico do objecto de conhecimento – a inscrição do objecto na sua historicidade. Nesta óptica, a educação popular, como o desenvolvimento comunitário, constituem processos e propostas que ajudam na constituição de sujeitos sociais com vocação de poder, com capacidade de propor as suas principais demandas ao sistema político e de participar nas decisões sobre o seu próprio destino e da sociedade em que vivem, contribuindo para que o desenvolvimento se reoriente em função dos direitos económicos, sociais, culturais e políticos enquanto fundamentos da democracia. E em ambos se pode sustentar que o processo de busca do conhecimento, tendo em vista aquela finalidade, procura a compreensão das realidades (e leis) dos processos que se passam no mundo concreto, sendo que a reflexão/pesquisa procura analisar essa realidade e descrevê-la, traduzi-la para mostrar a compreensão que se tem dela. Não só para a “mostrar” mas essencialmente para que a pesquisa, como apreensão subjectiva da realidade objectiva, seja uma *praxis*, isto é, uma mediação entre conhecimento e acção em que o conhecimento emerge da acção e a ela retorna para a transformar. Da segunda deve reter-se a preocupação com a sustentabilidade

dos processos de acção-transformação encetados, pensando a intervenção como estratégia de longo curso e de efeitos estruturantes, mas também efectivamente articulados com as realidades, anseios e desejos das populações envolvidas, onde, portanto, convivem de forma complementar, mas contraditória, respostas urgentes a problemas apenas equacionáveis no longo prazo e a acção centrada nos sujeitos com o desígnio da transformação das macro-estruturas sociais nas quais aquele interage e das quais é co-produtor.

Do ponto de vista pragmático, o Desenvolvimento Comunitário, nesta perspectiva, deve promover um desenvolvimento à escala humana, satisfazendo as necessidades humanas num determinado espaço e tempo históricos, através de uma actuação que gere relações sistémicas entre actores sociais diversos na sua posição institucional e estratégias de intervenção.

Um outro aspecto que nos parece remeter para a dimensão teórico-epistemológica do Desenvolvimento Comunitário é a que se prende com a sua inevitável dimensão ética que não pode desligar-se do sentido positivo que, enquanto prática social, o Desenvolvimento Comunitário atribui à mudança, bem como do sentido emancipatório que constrói para o sujeito que se produz através da sua *praxis* e para as relações sociais que este estabelece. Queremos assim salientar que, mais ou menos explicitamente, o Desenvolvimento Comunitário desenvolve sempre uma relação com uma ordem social vigente, afrontando-a para a transformar nos seus valores e princípios de organização e, pelas suas opções, acaba por produzir uma representação do futuro das comunidades e uma teleologia sobre a condição de seres humanos dos sujeitos com que intervém e sobre o papel destes na produção do laço social que é marcada pela utopia da emancipação social. O Desenvolvimento Comunitário radica, assim, numa definição do que é justo – de um referencial ético – para o devir das comunidades e dos seus integrantes, o que inevitavelmente comporta a construção de um significado para a ideia de cidadania, mais ou menos propensa a integrar a diversidade de “*gramáticas de formas de vida*” presentes numa dada comunidade e, como tal, mais ou menos sensível a modelos de justiça compósitos e à construção de uma realidade heterogénea em termos de valores.

Por fim, do ponto de vista teórico-epistemológico, o Desenvolvimento Comunitário busca *“a sustentabilidade como princípio ecológico-social”* (Gómez e Freitas *et al*, 2007:128), querendo com isto significar que situa a qualidade de vida das pessoas como alvo das finalidades do desenvolvimento e acentua as dimensões qualitativas das condições de existência (*idem, ibidem*), enquadrando no entanto estas preocupações na recuperação de uma racionalidade sócio-ambiental que permita reconciliar a humanidade com a biosfera (*idem, ibidem*).

De uma perspectiva metodológica, resumiríamos os contributos dos enunciados apresentados à ideia de que o Desenvolvimento Comunitário toma *“as comunidades locais como pretexto, texto e contexto das suas iniciativas”* (*idem, ibidem*:127). Ora, várias implicações se podem extrair desta ideia. Seguindo de perto Gómez e Freitas *et al* (2007:126-127) reteríamos quatro consequências a nível metodológico para o Desenvolvimento Comunitário: i) supõe processos e práticas ancorados na criatividade e participação das comunidades sobre os processos económicos, culturais, políticos e sociais. Neste sentido convém que o Desenvolvimento Comunitário se desenvolva inscrito no aprofundamento da vivência democrática dos seus implicados, num contexto político de descentralização das responsabilidades cidadãos e de iniciativa, liberdade e autonomia políticas⁸⁰ e que as suas práticas aprofundem este ambiente; ii) o Desenvolvimento Comunitário supõe *“a transferência de responsabilidades para as comunidades locais, para as suas instituições, para a sua capacidade organizativa, para as redes sociais que articulam a*

⁸⁰ A propósito desta relação entre desenvolvimento (não especificamente do desenvolvimento comunitário) e democracia é interessante o artigo de Branco (1999) onde se discutem quatro teses sobre as possíveis relações entre desenvolvimento e regime democrático: i) a de que a democracia favorece o desenvolvimento; ii) a de que a democracia é um obstáculo ao desenvolvimento, iii) a de que o desenvolvimento é condição necessária da democracia; iv) de que um desenvolvimento de tipo capitalista conduz à depauperação da ideia de democracia. Na conclusão do seu artigo o autor deixa bem claro o resultado deste debate: *“Considerar a relação entre os conceitos de democracia e o desenvolvimento como uma relação competitiva poderá, quiçá, entusiasmar algum utilitarista fundamentalista, para quem qualquer utilidade se deve pagar com uma desutilidade de valor equivalente. Concluir que um decorre do outro poderá, por seu turno, reconfortar um adepto do trickle down effect, que entende que basta concentrarmo-nos num só objectivo estratégico e todos os outros serão realizados por acréscimo, mas certamente não poderá satisfazer uma visão humana do desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento humano não se deve contentar, de facto, com uma interpretação, forçosamente simplista, da relação entre democracia e desenvolvimento, no seio da qual os dois mutuamente se travam ou promovem. Apenas se satisfará quando constituírem objectivos concretos da realização dos direitos fundamentais de todos os homens, consciente de que ambos se conquistam com esforço e abnegação”* (Branco, 1999:80).

vida quotidiana” (*idem, ibidem*:126), tornando as comunidades o centro do processo de desenvolvimento, promovendo lógicas de redistribuição do poder e de atribuição de protagonismos diversos a grupos e sujeitos aí inscritos, valorizando os recursos endógenos mas também permitindo a construção de padrões relacionais que transformem os vínculos de oposição que normalmente se estabelecem entre o “interior” e o “exterior” das comunidades, entre o “local” e o “global”; iii) implica “acomodação”, “inserção” e “adaptação” a um território (*idem, ibidem*:127) e, essencialmente, diríamos, a um colectivo humano marcado por uma dada identidade colectiva, cuja consideração e negociação é inevitável como ponto de partida, de confronto e de passagem dos processos de transformação das realidades sócio-comunitárias pois como sustenta Pierre Teisserenc (1994:195) a “*prova da modernidade económica e cultural se paga sempre por uma perda de identidade e da comunidade cultural*”; iv) o Desenvolvimento Comunitário supõe, ainda, erigir-se sobre uma planificação e/ou programação que lhe confira um sentido prospectivo e que releve de um compromisso tenso entre uma racionalidade técnico-instrumental, preocupada essencialmente com o ajustamento eficiente e eficaz entre meios e fins da acção, e uma racionalidade projectual suficientemente permeável à discussão inacabada das finalidades e sentido dessa mesma acção e onde o possível se subordine ao desejável, condição imprescindível à germinação da utopia como mediador das decisões programáticas a assumir.

A relação educação-desenvolvimento

Como anteriormente se salientou, o trabalho que aqui se apresenta *aborda as dinâmicas de desenvolvimento comunitário ou local como processos de educação*. De entre os pressupostos presentes nesta afirmação de intenções e, implicitamente, de todo um programa de pesquisa para o trabalho que apresentamos destaca-se a evidente assunção da existência de processos educativos nas dinâmicas de desenvolvimento local e, mais ainda, não apenas um tipo de processo educativo mas, antes, uma pluralidade. O que faz supor que a educação é simultaneamente una e plural; um género que se subdivide em espécies distintas marcadas por caracteres

particulares mas que, todas elas, se reconhecem entre si numa identidade nominativa (ao contrário do que possa transparecer, a legitimação do reconhecimento de diferentes espécies de educação como fazendo parte de um mesmo género não é um dado natural, mas antes um trabalho argumentativo inerente à prática científica). Não podemos contudo deixar de salientar a ambiguidade que a própria noção de processos de educação deixa por resolver ao não definir ou circunscrever aquilo de que falamos quando falamos de educação neste contexto. Talvez seja então prudente começar desde já por aclarar a perspectiva que perfilhamos acerca desta questão. Esta é tributária do exercício que Abraham Pain (1991) nos propõe ao conceptualizar a educação informal e que passa por inverter o modo mais comum de definir as situações educativas, procurando que estas sejam qualificadas não tanto a partir da sua intencionalidade, mas antes a partir dos efeitos educativos enquanto *“mudanças duráveis de comportamentos que decorrem da aquisição de conhecimentos na acção e da capitalização das experiências individuais e colectivas”* (Canário, 1999:81). Como sustenta Rui Canário (1999:81) esta perspectiva *“valoriza a aprendizagem por oposição ao ensino, entendendo-a como um processo apropriativo das oportunidades educativas vividas no quotidiano”*, o que desde logo amplia o cânone educativo a todas as situações que, independentemente de uma clara intencionalidade educativa, o são pelos efeitos que produzem nos sujeitos e que, por conseguinte, podem resultar de situações cuja principal finalidade não é a educativa e ocorrer fora de qualquer quadro institucional construído especificamente para que nele se produzam efeitos educativos (o mais comum dos quais é essa construção sócio-histórica que dá pelo nome de escola).

Na economia da argumentação sobre o que entendemos por processos educativos neste nosso trabalho é importante destacar uma das consequências que Canário (1999:81) extrai do reconhecimento do papel e do valor do alargamento do cânone educativo de molde a nele integrar a educação informal: desde logo *“a hipótese da prioridade estratégica das modalidades educativas não formais e informais”* enquanto matrizes fundamentais dos processos de aprendizagem, entendendo-se consequentemente que as modalidades formais de educação desempenham face às primeiras um papel complementar. Portanto, está aqui em

causa considerar como pressuposto do nosso trabalho que a noção de processos educativos está inscrita num *continuum*, quer de níveis de formalização da acção que lhes dá corpo, quer de intencionalidades mais ou menos educativas... Mais ainda, a inscrição da acção educativa neste *continuum* é não só uma evidência que se mostra ao olhar analítico como permite pensar e agir intencionalmente de modo a potenciar a dimensão educativa de qualquer acção humana, ou as qualidades dos contextos em que esta se desenvolve, pelo que os processos educativos que nos propomos analisar não podem ser isolados da análise das intencionalidades que lhes subjazem. Neste sentido, abordar os processos educativos presentes em dinâmicas de desenvolvimento supõe levar em consideração estas duas possibilidades: que aqueles estão presentes nestas dinâmicas independentemente de uma intencionalidade prévia para que isso aconteça mas que podem igualmente aí estar presentes em resultado de opções conscientes dos actores que alimentam as ditas dinâmicas, opções cujas razões julgamos pertinente procurar perceber.

Um segundo pressuposto contido na frase que encima este ponto do nosso trabalho – já acima invocado de algum modo – é o de que podemos encontrar situações educativas (ou efeitos educativos) em processos que, à partida, não incorporam essa preocupação, nem mesmo essa finalidade na sua definição primeira: com efeito, porque deveria ou deve uma dinâmica de desenvolvimento local supor-se educativa ou integrar a educação como uma das suas qualidades? Ou por que razão, de facto, uma dinâmica de desenvolvimento é educativa? Ora, estas são questões que inevitavelmente se espera que este trabalho dirima argumentando, na génese, que qualquer processo envolvendo uma relação entre seres humanos é potencialmente educativa, mas que, obviamente, não só esse potencial pode ou não concretizar-se, como, em caso afirmativo, pode assumir diferentes características e qualidades consoante os tipos ou modalidades dessa relação, das suas intencionalidades e finalidades. Neste caso, a relação em que as pessoas estão envolvidas tem como finalidade o desenvolvimento local e comunitário e nela estarão contidos potencialmente, por definição, processos, finalidades ou efeitos educativos. Coloca-se portanto a questão de saber se o que existe em potência é analiticamente apreensível

em acto. Mais ainda, o facto de falarmos de uma relação entre sujeitos que tem como horizonte ou que está envolvida em dinâmicas de desenvolvimento, comporta em si a necessidade de colocarmos a hipótese de que talvez a «educação» aí analiticamente descortinável surja com contornos específicos, singulares, particulares aos nossos olhos se, como acima se afirma, as modalidades dessa relação, as suas intencionalidades e finalidades forem igualmente particulares. Naturalmente que este raciocínio implica que se problematize o desenvolvimento como conceito e como prática e as suas relações com a educação para, esperançosamente, descortinarmos teórica e sócio-historicamente de que falamos quando falamos de desenvolvimento local e, mais do que isso, compreendermos por que então podemos falar de desenvolvimento local como processo em que a educação está presente ou do qual é uma finalidade.

Neste momento, e apenas para efeitos de balizar a problematização necessária, podemos admitir genericamente a existência de dois modos ideal-típicos de pensar a relação entre educação e desenvolvimento (independentemente ainda do modo como o adjectivamos): i) a partir de uma relação de causalidade recíproca que admite que o investimento na promoção da educação (ou em dispositivos educativos) é uma mais valia, ou mesmo eventualmente uma necessidade, em termos de desenvolvimento e, em contrapartida, que um «maior» ou «melhor» desenvolvimento terá efeitos positivos sobre os índices educativos de uma dada população ou território (obviamente que este modo de pensar supõe a possibilidade da sua formulação pela negativa). Este modo de pensamento está fortemente associado à narrativa moderna do desenvolvimento ou, como se lhe refere Gilbert Rist (2001a), ao desenvolvimento como *“crença ocidental”* assente numa visão etnocêntrica, sequencial e linear do devir do mundo que, de modo mais agudo ou mais atenuado, resvala inevitavelmente para considerar instrumental e funcionalmente a educação face ao desenvolvimento, e de que a manifestação mais acabada é a ideologia do capital humano transposta para o campo educativo (Baptiste, 2001); ii) a partir de uma visão do desenvolvimento como alargamento das escolhas humanas (Sen, 2003) o que supõe *“um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza”* (:19) em que *“a expansão da liberdade é (...) concebida como o fim prioritário e, ao mesmo tempo, como o meio*

principal do desenvolvimento” (idem, ibidem:14) e onde “a liberdade de acção de que individualmente gozamos é inelutavelmente determinada e condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e económicas de que dispomos” (idem, ibidem:13-14) existindo uma “complementaridade radical entre acção individual e agenciamentos sociais” (idem, ibidem:14). Nesta óptica, entre desenvolvimento e educação não deixa de existir uma relação, uma vez que o que nesta perspectiva é o sentido final do desenvolvimento – a liberdade – depende da remoção de constrangimentos que impeçam os indivíduos de a alcançarem, o que supõe que tenham ao seu dispor dispositivos sociais e económicos, entre os quais a educação, e direitos políticos e cívicos que pela sua articulação permitam tendencialmente alcançar aquela liberdade. Todavia, estamos aqui perante uma relação de reciprocidade mais do que instrumental na medida em que se supõe a educação como um fim em si mesma, integrando o conjunto de capacidades humanas inerentes à conquista da dignidade ontológica do ser humano, cujo primado será a liberdade.

Desenvolvimento Local e Educação

Da Escolarização à Educação Permanente

Um dos aspectos que nos tem sido caros na reflexão em torno das relações entre educação e desenvolvimento é o da dimensão educativa da acção dos actores sociais, individuais e colectivos, intervenientes em dinâmicas de animação e de desenvolvimento, seja esta uma acção intencionalmente educativa ou não, sejam os seus protagonistas actores institucional e deliberadamente definidos como educativos ou não.

O modo dominante de pensar a articulação entre educação e desenvolvimento, pelo menos até aos anos 70 do século XX, pressupunha uma relação de anterioridade e de causalidade relativamente linear entre aqueles dois processos. Como sustenta Rui Canário (1999:64), e como já anteriormente referido, esta forma de equacionar aquela relação assentava na ideia que *“a qualificação (por via escolar) de recursos humanos constituiria um requisito prévio, necessário e suficiente, para desencadear processos de desenvolvimento”*. Ora, este raciocínio tinha subjacente uma clara hierarquia dos saberes distinguindo entre os mais ou menos relevantes para se

integrarem funcionalmente nos processos de desenvolvimento, hierarquia essa fundada na origem institucional desses saberes, também ela hierarquizada. Daí que os saberes valorizados na óptica da sua utilidade aos processos de desenvolvimento tivessem como origem a escola ou os sistemas instituídos de formação e os mais valorizados fossem aqueles caracterizados pela sua abstracção e validade universal numa perspectiva de aplicação ao real.

Não é possível ignorar que este modo de equacionar estas relações, apesar de historicamente construído, se naturalizou nas sociedades ocidentais com a instituição dos modernos sistemas educativos desde o século XVIII e, posteriormente, dos sistemas de formação. Façamos um breve desvio para contextualizar as condições sócio-históricas que deram origem a esta naturalização.

A Modernidade, período que associamos a profundas transformações no modo de conceber o conhecimento (com o Iluminismo) e as relações sociais e políticas (com a Revolução Francesa, o fim do Antigo Regime e o nascimento dos modernos Estado Nação), é também o período em que aparece uma preocupação educativa concomitante da ascensão de uma nova classe social – a burguesia – que radica na ideia da possibilidade de transformação do homem e da sociedade, ao contrário do que nas sociedades feudalistas e baseadas nos estatutos sociais herdados acontecia e, portanto, que entende a educação como possibilidade de transformação da condição dos indivíduos.

No entanto, recuar ao período pré-moderno, e ao que poderíamos identificar como Alvin Toffler (referido in Nóvoa, 1988) como as Sociedades de 1ª Vaga, para aí analisar as relações que se estabeleciam entre os tempos da vida quotidiana e de trabalho e os tempos de aprendizagem, rapidamente nos permite identificar uma situação em que as esferas da vida e da aprendizagem não se destrinçavam em termos dos tempos, das instituições, dos actores, nem largamente em termos das lógicas “*pedagógicas*” a que obedeciam. Nesse contexto das Sociedades de 1ª Vaga, a educação realizava-se, pois, através de uma impregnação cultural sem que houvesse uma intenção educativa explícita e intencional, nem, genericamente, actores imbuídos intencionalmente de promover essa intenção, pelo que o indivíduo procedia à sua integração no grupo através da partilha quotidiana de uma dada herança cultural e de

um determinado universo simbólico na interacção nos locais de vida e de trabalho (Nóvoa, 1988). Mesmo se neste período histórico encontramos já instâncias de ensino-aprendizagem instituídas que se caracterizam por uma separação espacial da aprendizagem da vida quotidiana – caso, por exemplo, das instituições universitárias ou da aprendizagem profissional nas corporações dos diferentes ofícios – e regidos por lógicas intencionais e próprias de transmissão de saberes e de definição dos critérios de sucesso das aprendizagens, em boa verdade, a situação para a maioria das pessoas era a que supunha uma coincidência entre o viver e o aprender. Mesmo nos casos em que a aprendizagem acontecia espacialmente dissociada da vida quotidiana, nem por isso estava dissociada desta em termos do que consistia a aprendizagem, normalmente confundindo-se esta com o exercício de uma actividade, isto é, do trabalho, como acontecia no caso corporações medievais.⁸¹ Esta situação tinha como consequência uma relação de continuidade entre experiência e aprendizagem, ou seja, em que a aprendizagem corresponderia a uma acumulação de experiências (Canário, 1998a) programadas ou inerentes à dinâmica da vida em sociedade.

Ora esta condição pré-moderna, como começámos por dizer, transformou-se com o advento da modernidade e, particularmente, da modernidade educativa caracterizada pela instituição e expansão da escola e de uma escolarização progressivamente mais generalizada e irreversível. Como bem sugere António Nóvoa (1988), a instituição de uma preocupação educativa, no âmbito do contrato social da modernidade, através do aparecimento dos modernos sistemas educativos assentou na ideia de que *“educar é preparar no presente para agir no futuro”*, que, ainda hoje, vigora e domina.

Esta situação conduziu à produção sócio-histórica de uma dissociação entre o tempo da aprendizagem (aqui sinónimo de tempo de escolarização) e tempo da vida, bem como à instituição da ideia de que a aprendizagem procede essencialmente pela ruptura com a experiência dos sujeitos (Canário, 1998a), e ainda à constituição de

⁸¹ Cf por exemplo Correia, (1997) a propósito dos modos *“pedagógicos”* de aprendizagem no contexto das corporações medievais e de como nestas a validação da aprendizagem dos aprendizes pelos mestres do ofício representava, tanto uma regulação pedagógica que passava pela certificação do domínio de um conjunto de saberes tecnológicos, como um modo de regulação social que tinha como função não só regular os fluxos de acesso à profissão, mas também regular o sucesso da interiorização de uma hierarquia inerente à profissão e de um código colectivo que preservasse a dignidade do ofício.

corpos especializados socialmente investidos da função de educar. Em consequência assistiu-se igualmente a uma dissociação entre o tempo da formação e o tempo da acção bem como uma dissociação/separação entre os espaços da formação e os espaços da acção e entre duas lógicas: a lógica dos conteúdos a transmitir e das disciplinas a ensinar, própria da forma escolar, e a lógica dos problemas a resolver e dos projectos a realizar, típica da vida de todos os dias. Esta dissociação de tempos, espaços, actores e lógicas entre vida e instâncias educativas foi acompanhada de um processo de racionalização interna a estas últimas que promoveu a uniformidade e homogeneidade dos processos aí accionados para a promoção da aprendizagem e dos sujeitos a quem se dirigiam, processo a cargo de agentes cada vez mais especializados na função de ensinar, contribuindo assim para um aumento da entropia destes sistemas (progressivamente auto-justificativos e auto-suficientes) com consequências na incapacidade de se transferirem as aprendizagens adquiridas no seu interior para as situações da vida real, já que os critérios de eficácia do processo educativo são definidos internamente a este processo, isto é, são estritamente critérios escolares e não de utilidade social. Este processo, nas palavras de Canário (1999), conduziu a uma certa *“irrealidade” da acção escolar assente “na «ilusão pedagógica» que consiste em fazer abstracção das condições sociais em que se inscreve a acção escolar, conferindo-lhe uma dimensão «intemporal» e «extra-territorial»*. Daqui resulta a possibilidade de *“conceptualizar a realidade educativa como fundada na uniformidade, na repetição e na regularidade. Os fenómenos educativos são encarados como «reversíveis» e, portanto, susceptíveis de serem estudados a partir dos princípios da ciência mecanicista e positivista” (idem:99)*. Mas o que parece mais importante ressaltar do que dizemos é que se introduzirmos na nossa análise uma perspectiva da realidade educativa enquanto realidade social e historicamente construída, estamos também a reintroduzir na sua apreciação a flecha do tempo, ou seja, o seu carácter de irreversibilidade e a tomar consciência de que cada situação educativa é uma situação singular, num contexto singular, desejavelmente dependente de um público singular (Canário, 1999:99-100).

Este particular modo de socialização, cujo carácter sócio-histórico aqui pensamos ter explicitado, manteve-se dominante nas sociedades contemporâneas e

apenas o crescimento e a diversidade das ofertas educativas que na segunda metade do século XX se verificaram vieram colocar em causa o monopólio educativo da instituição escolar, sem que tal tendência tenha, ainda assim, correspondido a um movimento de desescolarização das sociedades ocidentais (Canário, 1999), aliás, como assinalou Ivan Illich (1972), bem pelo contrário. Com efeito, Rui Canário (1999) sustenta mesmo que assistimos hoje a um prolongamento do modo escolar bem para além dos muros da escola, autonomizando-se a forma escolar da instituição que lhe era característica, dando azo a um processo, nas suas palavras, de *“pedagogização das relações sociais”* (*idem*:96) ou à constituição do que Jacky Beillerot (1985) designa de *“sociedade pedagógica”*, mesmo se em alguns campos da educação, nomeadamente a educação de adultos, há toda uma reflexão e vislumbres práticos que procuram *“um distanciamento crítico susceptível de dar suporte a práticas de uma outra natureza”* (Canário, 1999:98).

Em suma, a naturalização sócio-histórica das instituições, actores, saberes, tempos, espaços e lógicas de trabalho pedagógico tidos como legitimamente educativos acarretou, pelo caminho, a desvalorização simbólica e real não só dos saberes que se adquirem por outras vias, como, por exemplo, aqueles que se aprendem por via da experiência (Canário, 1998a), ou que se exprimem segundo uma linguagem própria, como ainda das entidades a que institucionalmente não se reconhecia uma função ou finalidade educativa e, ainda, do estatuto educativo dos sujeitos que não fossem investidos institucionalmente e reconhecidos socialmente dessa função. Por outro lado, o raciocínio que vimos expondo supunha ainda uma concepção do desenvolvimento social que o entendia como resultado da agregação dos saberes e qualificações que cada sujeito individualmente accionaria e que a *“sociedade”* capitalizaria.

Ora, o questionamento desta forma de pensar emerge concomitantemente, por um lado, do que Canário (1999:64) identifica como *“novas lógicas do desenvolvimento”* que despontam ao longo dos anos 1970 e, por outro lado, da reflexão teórica que, designadamente no interior do campo da educação de adultos, se

vem desenvolvendo principalmente a partir do advento das perspectivas da «Educação Permanente».

Desde logo, estas *“novas lógicas do desenvolvimento”* tendem a deixar de considerar linearmente a relação de causalidade entre educação e desenvolvimento e a encarar este último *“não como o acréscimo de escolarização, mas sim como o resultado da implicação na acção por parte dos interessados no processo de desenvolvimento que, assim, se constitui como uma aprendizagem colectiva em que a transformação social é concomitante com a mudança de representações (visão do mundo) e de comportamentos (modos de agir no mundo), quer ao nível individual, quer ao nível colectivo”* (Canário, 1999:64). Ou seja, desta nova perspectiva devemos realçar a relação de sobreposição em termos temporais e de lógicas de acção entre educação (ou, melhor, aprendizagem) e desenvolvimento e, essencialmente, o indistritável carácter individual e colectivo desta aprendizagem e uma semelhante indissociabilidade entre o saber e o agir que, naturalmente, confere legitimidade a uma diversidade de saberes e de formas de os adquirir anteriormente negada. Mais ainda, de acordo com Canário (1999:64), esta forma de entender o desenvolvimento como um processo colectivo de aprendizagem supõe atribuir uma particular importância à *“capacidade de autonomia dos actores locais para encetar processos de identificação e resolução de problemas localmente sentidos”*, sem que por isso se exclua ou subvalorize a relevância do que são outros modos de saber ou de conhecimento e outros actores, nomeadamente os especialistas externos, enquanto catalisadores de todo o processo de desenvolvimento.

O contributo da «Educação Permanente» como movimento de reflexão que vem ajudar ao questionamento do que antes identificámos como uma visão historicamente naturalizada do que se poderia constituir como educação, de quem se poderia constituir como educador, bem como das instituições, saberes, tempos e espaços admitidos como legitimamente educativos vai obrigar-nos a um desvio provavelmente longo demais, mas que julgamos imprescindível para compreender a sua importância face ao que está aqui em discussão.

Quando André Gorz, em 1977, afirmava que *“mais do que de instituições especializadas, a educação permanente resultará do facto que os indivíduos viverão*

constantemente em situações educativas. A separação entre trabalhar e aprender torna-se então impossível: continuamos a aprender para fazer o que desejamos fazer e continuamos a trabalhar de forma inovadora devido à descoberta de um conjunto de novas possibilidades” (cit. in Nóvoa&Finger, 1988:112) fazia uma espécie de profissão de fé num ideal de educação que à época parecia poder destronar o modelo escolar como medida padrão da acção educativa e transformar-se num *“princípio reorganizador de todo o processo educativo”* ” (Canário, 1999:88) tendo como finalidade a construção de uma *“cidade educativa”* (Canário, 2000a:31). Este ideal, que passaria à história das ideias e das práticas pedagógicas, sob a designação de «Educação Permanente» propunha-se romper com as unidades clássicas de estruturação da acção educativa: um tempo, o da escola, um espaço, a escola e um modo de acção, a pedagogia (ou paradigma) escolar tal como modernamente instituída, isto é, onde se ensinava a muitos como se de um só apenas se tratasse.

António Nóvoa (1988) sugere que a *Educação Permanente* surge como exigência de uma inelutável evolução sócio-económica e tecnológica do pós-guerra que transforma as sociedades, antes relativamente estáveis, em sociedades progressivamente aceleradas face às quais o modelo escolar surge desadequado e em que, portanto, a educação permanente é muito mais uma exigência social e económica do que resultado de uma reflexão pedagógica ou filosófica, ainda que progressivamente tenham surgido contributos destas que vêm sustentar a necessidade de uma educação global do ser humano ao longo do seu ciclo vital (global e permanente) face ao eterno inacabamento do ser humano e contra as tendências sociais atomizadoras e conformizadoras que à época se insinuam.

Em síntese, na perspectiva deste autor, a Educação Permanente *“vem pugnar por um investimento educativo dos diferentes espaços sociais, pondo em causa o encerramento da educação em instituições especializadas, e defender uma visão do adulto como um “ser em mudança, retirando à infância e à juventude o privilégio das preocupações educativas”* (Nóvoa, 1988:113) e um dos mais conhecidos manifestos da Educação Permanente – o Manifesto de Cuernavaca – reitera as palavras de André Gorz (1977, in Nóvoa, 1988) acima referidas: *“Qualquer pessoa, independentemente da sua idade, tem o direito de decidir o que quer aprender, como, quando e onde*

nenhuma instituição pode monopolizar o saber ou sancionar a sua difusão. Aprender, viver e trabalhar têm que ser uma e mesma coisa. Vivendo aprendemos. Aprender é uma função da vida; o homem aprende constantemente ao longo da sua vida” (Manifesto de Cuernavaca, in Dauber & Verne, 1977 cit in Nóvoa, 1988:113). Ou seja, procura traduzir-se num processo de reorganização dos processos educativos que tendo a pessoa como sujeito de formação enquanto referência central assenta essencialmente nos pressupostos i) da *continuidade* do processo educativo; ii) da sua *diversidade* e iii) da sua *globalidade* (Canário, 1999:88; Canário, 2000a:31)⁸². O extracto apresentado condensa ainda as ideias da educação como direito *inalienável* do ser humano, mas igualmente como facto *inevitável*, em que educar (-se) e ser são realidades inseparáveis, ou seja, em que a educação é condição ontológica do sujeito humano ou, para parafrasear Bernard Charlot, a espécie humana, se quer sobreviver, está condenada a aprender.

Por seu turno, na discussão que faz do movimento da formação contínua ao longo do século XX, Manuel Matos (1999b) situa a Educação Permanente como superação do que designa *“período instrucionista da educação de adultos”* (Matos, 1999b:229) definindo-se contra o modelo de escola hegemónico, no que diz respeito ao conhecimento que representa e igualmente contra a concepção de educação de que aquele está imbuído enquanto reflexo de uma ampliação da problemática da formação contínua em termos do seu objecto e das suas fronteiras geográficas, políticas e institucionais. Na sua perspectiva, a partir da análise das temáticas e recomendações saídas das conferências desenvolvidas sob a égide da UNESCO, o autor conclui que aquela superação dá-se a partir de meados do século XX com a deslocação gradual do movimento da formação de adultos de uma esfera de referência escolar para uma referência *“em torno duma experiência de mudança cuja apropriação não passa apenas pelo domínio das transformações materiais ou técnico-científicas, traduzidas em termos de aprendizagens formais, mas também do sentido das*

⁸² A partir da análise da relação entre educação permanente e escolarização, presente em documentos de instituições configuradoras do quadro da Educação Permanente na Europa, António Inácio Nogueira (1996:38) apresenta uma versão ligeiramente diferente dos princípios da educação permanente que articulando-se em torno de um projecto de desescolarização assentaria nas noções de *autoformação*, *flexibilidade*, *participação* e *globalização*.

transformações sociais e humanas que se tornam indissociáveis da estrutura do desenvolvimento da existência concreta dos indivíduos e dos grupos” (Matos, 1999b:231). Se esta deslocação gradual não deixou de ter diferentes tónicas no seu curso (educação compensatória - ou de segunda oportunidade -, promoção da relação inter-estatal, transformação dos sistemas educativos, transformação social), o que é certo é que a Educação Permanente acabará por ter uma forte centralidade social, corporizar, ao longo da década de 1960, a ideia da globalização da vida como processo formativo e firmar-se como referente para a própria transformação dos sistemas educativos, embora mais simbólico do que efectivo. Esta forte centralidade da noção de Educação Permanente tem, de acordo com o autor, um conjunto de significados subjacentes, destacando entre eles os que se prendem com o facto de: i) ocorrer num momento sociopolítico marcado pela crença nas virtudes da ciência e da tecnologia e por um sentimento de progresso social que se afirma na reivindicação do direito à participação, à democratização e descolonização; ii) corresponder a uma expansão do mercado apoiado em políticas keynesianas – que por sua vez conduzem à expansão do consumo – que permitem instaurar relações salariais estáveis e assim configurar uma estrutura socioeconómica que permite o reconhecimento de direitos e garantias no mundo do trabalho; iii) acontecer concomitantemente ao desenvolvimento de uma urbanização que traz consigo transformações sociais, políticas e humanas que as estruturas pré-existentes não estavam preparadas para enfrentar (concentrações habitacionais dos operários, nuclearização das famílias) e, por fim, numa leitura de cariz político que engloba as anteriores, iv) corresponderia a uma necessidade de, face à sua falência, transformação dos mecanismos clássicos de regulação, assentes numa perspectiva estruturalista do mundo social, e portanto corresponderia a uma reconstrução social que enfatiza mecanismos de tele-regulação e de gestão da sociedade.

Mas se, *“ao longo da década de 60, o desenvolvimento da formação contínua, ao mesmo tempo que se diversificou nas suas práticas, ampliou-se nas suas concepções e no teor das suas propostas”* (Matos, 1999b:234), isto deve-se em boa medida à consonância de posições entre a UNESCO e a OCDE que leva a formação a tornar-se uma das preocupações centrais quer de países desenvolvidos quer daqueles ditos *“em*

vias de desenvolvimento”, sustentada na indispensabilidade dos efeitos dos processos de formação, mesmo se a representação desses efeitos não era unívoca mormente em relação ao desenvolvimento. Com efeito, se a indispensabilidade da formação para o desenvolvimento era do domínio do sentido partilhado, este esgotava-se aí e divergia particularmente quanto à direcção deste desenvolvimento e, consequentemente, ao modo como a formação se deveria posicionar face àquele. Com a preocupação em torno do trabalho, na sua forma de emprego, OCDE e UNESCO aproximam-se ao longo dos anos 1970 ainda mais no que à concepção de formação diz respeito, ainda que a OCDE tenha desenvolvido as suas políticas a coberto da noção de *Educação Recorrente* em que mais explicitamente a ligação da educação ao trabalho está presente. Ora, nas palavras do autor que vimos seguindo, esta aproximação representa de algum modo o fim da utopia da Educação Permanente enquanto projecto que ultrapassaria as dimensões instrumentais para se situar no plano da realização plena da vida como harmonia social, justiça plena e cidadania integral. Esta dimensão da Educação Permanente, a que o autor chama “*mítica*”, rompe com uma concepção de educação apoiada num modelo biológico de desenvolvimento que supunha uma regularidade e sequencialidade entre os momentos de crescimento, aprendizagem, formação e trabalho, de acordo com “*ritmos estruturados e funções especializadas e estanques assim como segundo relações hierárquicas e categorias sociais objectivadas num tempo social e cultural vivido, interiorizado à imagem e semelhança do tempo biológico, face ao qual a relação de anterioridade e, portanto do passado exerce marcas de regulação e dependência*” (Matos, 1999b:237).

A partir da discussão de fundo em torno da relação que as principais tradições teóricas da educação de adultos estabelecem com o desenvolvimento industrial, Matthias Finger e José Manuel Asún (2003) analisam o papel que a UNESCO desempenha no campo da educação de adultos enquanto protagonista precisamente de uma das tradições teóricas mais importantes daquele campo, sugerindo mesmo que foi esta quem “*construiu a sua infra-estrutura intelectual*” (Finger&Asún, 2003:27), e é nesse sentido que abordam o movimento da «Educação Permanente», precisamente como expressão da identidade específica daquele organismo no seio da ONU. Para estes autores “*o discurso e a filosofia da UNESCO em relação à educação*

popular e de adultos (...) são produtos típicos das Décadas do Desenvolvimento [as décadas de 1960 e 1970] e de uma agenda de acção social de libertação e empowerment através da educação, quer científica, quer cultural” (Finger, M. & J. M. Asún, 2003:29). Na sua perspectiva, a ideia central da Educação Permanente, que aqui identificam como um movimento institucional ou como um discurso sobre mudança social mas não como uma pedagogia, é bastante simples: *“criar uma sociedade em que todos estejam sempre a aprender”* (Finger & Asún, 2003:30). Na sua raiz encontrar-se-ia uma análise marxista da história combinada com uma visão humanista e representaria uma resposta a quatro desafios: i) o desafio da reprodução cultural, isto é, a educação permanente, através de um acréscimo de educação, poderia permitir à sociedade a compatibilização entre a aceleração do desenvolvimento e da mudança e a continuidade cultural; ii) o desafio da ciência e da tecnologia, isto é, como conseguir um equilíbrio do seu uso, utilidade e integração na sociedade sem que se assistisse à sua apropriação exclusiva por parte de especialistas e tecnocratas da mudança, o que poderia ser feito com o contributo da educação permanente na popularização e desmistificação da ciência e da tecnologia para as dominar; iii) o desafio da explosão da informação, isto é, como assegurar que a uma maior quantidade de informação disponível e circulante correspondesse uma apropriação do seu sentido e a sua integração coerente e significativa e, mais uma vez, a educação permanente teria o papel de *“humanizar”* a informação e, por fim, iv) o desafio do controlo político, ou seja, como tirar proveito político do desenvolvimento científico e tecnológico para o que a educação permanente contribuiria capacitando sujeitos e sociedades inteiras em termos cívicos e políticos para serem actores, e não apenas agidos, da mudança e do desenvolvimento (Finger & Asún, 2003:31).

Neste sentido, a Educação Permanente estrutura-se em torno de um conjunto de pressupostos (ou substrato filosófico) que se prolongam em orientações para a prática educativa. Assim, a educação é entendida como permanente e para todos, está em todo o lado, privilegia a flexibilidade e a dinâmica das metodologias, técnicas e conteúdos, a vida constitui a principal fonte de aprendizagem e o processo de aprendizagem é mais importante do que o conteúdo disciplinar da mesma, visa melhorar a qualidade de vida – sinónimo de humanização do desenvolvimento e de

controlo da mudança – e, por fim, constitui-se num movimento imprescindível de crítica e oposição à educação tradicional e aos seus efeitos de preservação do *status quo*. Do ponto de vista das práticas estes princípios pressupõem uma abordagem não directiva e não autoritária, individualizada em termos de conteúdo, ritmo e metodologias, mas também uma ênfase na aprendizagem em grupo como forma de fomentar uma educação democrática e participativa e, por fim, o reconhecimento e consequente mobilização das experiências dos sujeitos, admitindo-se o seu valor educativo, tudo isto visando a instituição de uma sociedade de aprendizagem, ou seja, uma sociedade de indivíduos que aprendem ao longo da sua vida. Daqui decorre, naturalmente, uma relação crítica com a educação tradicional, opondo i) o que entende como características típicas daquela – o carácter elitista, teórico, abstracto e afastado da experiência – a uma educação desejavelmente para todos, sem selecção, popular e próxima da realidade e das experiências das pessoas; ii) o conservadorismo e a relação autoritária entre educador e educandos a uma relação eminentemente democrática em que o aprendiz é o centro do processo educativo; iii) a separação entre racionalidade e criatividade pela sua superação numa espécie de humanismo científico.

Em síntese, os autores Finger e Asún (2003) sugerem que a Educação Permanente é, antes de mais, um projecto político⁸³ preocupado com a humanização do desenvolvimento industrial (e não com o seu questionamento), entendida esta como acompanhamento e eventual controlo deste processo e, nesse sentido, congrega em si tanto a perspectiva dos marxistas como dos liberais sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial o qual, à partida, não é julgado como positivo ou como negativo, mas que, para que se torne útil, necessita ser humanizado através da educação.⁸⁴

⁸³ Destacando a inevitável dimensão política do educativo, é neste mesmo sentido que parece ir a afirmação de Hummel (1977, in Nogueira, A, 1996:36) para quem: “*A Educação Permanente é um verdadeiro projecto educativo. É prospectivo como qualquer projecto desta natureza; visa um homem novo; veicula um sistema de valores; implica um projecto de sociedade: este projecto contém igualmente opções políticas. É ideológico. É uma utopia.*”

⁸⁴ Apesar de reconhecerem que a Educação Permanente constituiu um momento federador da educação de adultos e de ter contribuído para a sua identidade política e institucional, nem por isso

Os contributos inegáveis do movimento da Educação Permanente para a ruptura com o “*monopólio educativo*” da forma escolar e dos seus agentes, vieram juntar-se a outras linhas de reflexão que no campo da educação de adultos se foram consolidando a partir das práticas sociais e experiências concretas desenvolvidas no interior dos seus diversos domínios que Canário (1999) considera constituídos e identificáveis a partir do anos 1960: i) a alfabetização, ii) a animação, iii) a formação profissional e iv) o desenvolvimento local e que nos ajudam definitivamente a estilhar as fronteiras entre instituições educativas e não educativas, actores educativos e não educativos e, por fim, entre acção ou práticas educativas e não educativas, bem como a constatar a diversidade de origens e formas que as práticas educativas podem assumir.

Intervenção no Desenvolvimento Local: animação, educação, investigação

Um outro aspecto que nos vem interpelando em termos de reflexão é o que se prende com as designadas “*componentes de software do desenvolvimento local*” (Melo, 1994), isto é, com as características e funções que processos sociais como a animação, educação/formação, investigação e inovação (Melo, 1994) assumem nas dinâmicas de desenvolvimento comunitário e local.

Matthias Finger e José Manuel Asún (2003) deixam de sistematizar um conjunto de críticas à Educação Permanente que incidem quer sobre a sua filiação filosófica e política na modernidade que supõe uma crença relativamente incontrolada na razão humana, quer precisamente sobre uma concepção de desenvolvimento industrial em que assenta e que permanece inquestionada. De forma sintética, essas críticas prendem-se com: i) o não questionamento do desenvolvimento que se pretende humanizar e uma visão desta humanização francamente ocidentalizada e iluminista; ii) o não questionamento das instituições apesar de se afirmar como discurso não institucional o que acaba por, de forma perversa, conduzir precisamente a uma sobre-institucionalização da educação de adultos fazendo com que em vez de Educação Permanente passemos a uma permanência da educação (cf. tb. Nóvoa, 1988; Canário, 1999, Canário, 2000a); iii) a fragilidade epistemológica e pedagógica das suas propostas que apenas se alicerçam num conjunto de princípios filosófico eivados de pressupostos ideológicos ocidentais (embora esta crítica possa, em determinadas circunstâncias ser entendida antes como uma vantagem da Educação Permanente, como o faz Rui Canário (2000a) quando sugere que a fundamentação da educação permanente no início dos anos 1970 era de cariz essencialmente filosófico e político, daí que os referentes da acção educativa fossem uma concepção de pessoa e uma concepção de sociedade que, na sua explicitação, permitiam a controvérsia, o debate e a crítica que o autor não identifica actualmente face ao discurso da aprendizagem ao longo da vida ancorado na trilogia da evolução tecnológica, eficácia produtiva e coesão social e que apenas admite a discussão dos meios para atingir estas finalidades e não a discussão das próprias finalidades); iv) a confusão entre educação e aprendizagem o que revela a sua inconsistência intelectual e a sua tendência para adoptar a crença moderna de que o desenvolvimento individual de cada um dos seus membros da sociedade resulta inevitavelmente na melhoria desta.

Todos estes processos ou noções, de forma mais implícita ou mais explícita, estiveram presentes nas narrativas e práticas hegemónicas do desenvolvimento que dominaram o campo até aos anos 1970 e, embora com tónicas que uma análise mais detalhada destacaria, foram pensadas como contributos relevantes para o sucesso dos programas e projectos de desenvolvimento que sob os auspícios daquelas narrativas foram promovidos. A questão que se nos vem colocando, portanto, é muito simplesmente a de procurar compreender até que ponto a transformação das narrativas do desenvolvimento, particularmente com a entrada em cena do que antes designámos como desenvolvimento alternativo, induziu uma transformação do significado e das relações com os processos de desenvolvimento destes processos e noções. O pressuposto de que partimos para esta discussão é o de que temos que admitir que a transformação dos discursos científicos sobre o desenvolvimento tanto pode ter induzido uma verdadeira mudança no modo como se define a natureza e o contributo daqueles processos, com consequências nas formas e funções que estes assumem nas práticas concretas de intervenção para o desenvolvimento, como, pelo contrário, aquela transformação, possa ter simplesmente cooptado estes processos, mantendo incólume o significado e o modo como se concebiam as relações que estes estabeleciam com os processos de desenvolvimento, quando eram mobilizados no âmbito dos discursos hegemónicos do desenvolvimento.

A hipótese que colocamos procura, todavia, ser mais dialéctica. Em primeiro lugar, passa por admitir que o significado que cada um destes processos sociais assume não é unívoco dado que ele é o fruto contextual, e antes disso histórico, de uma articulação entre diferentes modos de definição, protagonizados por actores sociais diversos (científicos, políticos, práticos). A articulação que é inevitavelmente permeada por relações de poder por via das quais se luta por impor a legitimidade de um dado significado para aqueles processos, mas que é sempre uma legitimidade provisória e relativa na medida em que convive com outros sentidos que, apesar da sua legitimidade minoritária, procuram preservar o seu significado para aqueles processos em momentos e contextos particulares em que as relações de poder lhes são favoráveis. De forma muito simples, o que queremos sugerir é que a imposição de um significado legítimo para aqueles processos é, simultaneamente, a condição para

que se gere um significado que se lhe oponha. Em segundo lugar, colocamos a hipótese de que no seio de um qualquer processo de desenvolvimento se pode analiticamente identificar a flutuação, senão mesmo a coincidência temporal, contraditória é certo, de uma pluralidade de sentidos para aqueles processos. Ou seja, colocamos a hipótese da natureza profundamente híbrida e ambígua que, designadamente ao nível dos programas e projectos de desenvolvimento, assume a tradução concreta daqueles processos, sem que tenhamos de entender este facto como uma anomalia ou uma perversão face a um pretenso significado “*puro*” e “*legítimo*”, transcendente à sua operacionalização no terreno das práticas de desenvolvimento.

Neste sentido, procuramos em seguida explicitar esta pluralidade de significados e o sentido híbrido e ambivalente que estes processos sociais mantêm nos discursos do desenvolvimento no pressuposto de que a análise empírica do caso particular de desenvolvimento comunitário que tomamos como objecto reflectirá singularmente esta complexidade.

Num texto que acreditamos que nunca entrará na categoria de «*antigo*» mas antes na de «*clássico*», a propósito dos processos de desenvolvimento em contexto rural, Alberto de Melo (1994) mobiliza a expressão “*componentes de software*”, em primeiro lugar, para estabelecer um contraponto com as “*componentes de hardware*” (:145) do desenvolvimento que são aí associadas, implicitamente, aos investimentos económicos nas comunidades, naturalmente provenientes do exterior, para a realização de infra-estruturas ou de equipamentos materiais e que, inevitavelmente, o autor não deixa de considerar relevantes para satisfazer certas necessidades ou enfrentar problemas específicos em momentos determinados dos processos de desenvolvimento.

Mas, a sua preocupação central é, de facto, discutir as características desejáveis e a diversidade de facetas que um conjunto de processos sociais intencionalmente accionados e desenhados (a animação, a educação/formação, a investigação e a inovação) podem assumir enquanto elementos centrais de promoção do que identifica como “*cultura de desenvolvimento*”, isto é, “*a situação atingida por uma população ao sentir-se e ao capacitar-se para analisar os problemas actuais, para*

pôr em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de melhoria integrando as dimensões de espaço e de tempo e para enfim, abranger com esses projectos finalidades de desenvolvimento global-pessoal como colectivo económico, cultural sócio-político” (Melo & Soares, 1994:29-30 cit. in Canário, 1999:65)⁸⁵. Ao longo do seu texto, o autor vai enunciando as características e formas de articulação entre si desejáveis desses processos sociais, sempre tendo como finalidade a promoção do que designa “cultura de desenvolvimento”, referindo-se ainda aos vários níveis de mudança que, pelo caminho, estes processos sociais devem tocar: “*para se assegurar o desenvolvimento de zonas rurais em estagnação, é necessário criar no seu seio uma forte dinâmica, capaz de fomentar uma atitude colectiva e individual de empreendimento e, ao mesmo tempo, de provocar, gerar e disseminar a inovação nas atitudes, nas organizações e nas tecnologias. Este movimento exige, por certo, uma forte participação local, e também uma mudança radical nas mentalidades. Exige também a emergência de um processo, localmente apoiado, capaz de mobilizar as populações rurais para projectos de natureza social, cultural, e económica. E será a natureza específica destes projectos que, por sua vez, determinará a estrutura,*

⁸⁵ Num artigo anterior (cuja edição original é de 1988, mas que sob a forma de excertos escolhidos foi integrado em 1998 numa publicação colectiva em que o autor participa), Alberto de Melo já equaciona de forma bastante similar esta noção de “cultura de desenvolvimento”. Nesse contexto, o autor define claramente o desenvolvimento local como “*antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro*” (Melo, 1998:1). A ideia de cultura do desenvolvimento é identificada com esta vontade, confiança e capacidade e explicitada como “*a situação atingida por uma população ao sentir-se capaz e ao capacitar-se para analisar os problemas actuais, para pôr em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de melhoria, integrando as dimensões de espaço e de tempo e para, enfim, abranger com esses projectos finalidades de desenvolvimento global – pessoal como colectivo, económico como cultural como socio-político.*” (*idem, ibidem*:1). Portanto, é explicitada de forma quase integralmente semelhante à que integramos no corpo do trabalho. Valerá no entanto a pena, quanto mais não seja a título de curiosidade, salientar o modo como então, de forma sintética, o autor concebe, a partir da sua própria experiência numa associação de desenvolvimento local, o caminho para atingir esta cultura de desenvolvimento, na medida em que, implicitamente, o que posteriormente conceptualizaria como “*componentes de software*” do desenvolvimento local já aqui estava presente: “*tem sido possível chegar a este estágio através de processos de interacção entre populações locais e animadores/investigadores do exterior, entre expressões de cultura local e de cultura técnica e erudita que levem à criação de zonas de gradual autonomia (mas não autarcia) em que se ordena o espaço e se programa o tempo segundo uma vontade localmente definida, em que a economia visa a satisfação de necessidades efectivamente sentidas*”. (Melo, 1998:1).

conteúdos e métodos dos programas educativos e de formação a implementar” (Melo, 1994:140).

Na perspectiva de Melo (1994), a dimensão obrigatoriamente transversal a todos estes processos sociais é o seu carácter participado ou participativo e que neste contexto se associa a uma *“atitude colectiva e individual de empreendimento”* (:140) e a um estado de *“mobilização para”*. Portanto, a participação em, ou o carácter participativo dos processos sociais, supõe, desde esta perspectiva, a conjugação entre disposições internas ao indivíduo e a sua exteriorização voluntária no domínio da acção, podendo admitir-se que esta conjugação pode realizar-se intra-individualmente e/ou acontecer transversalmente a um grupo de sujeitos. Como se depreenderá facilmente, esta condição participada dos processos sociais envolvidos nas dinâmicas de desenvolvimento local não é uma condição natural, particularmente nos contextos e nos sujeitos desvitalizados em termos económicos, políticos, culturais ou mesmo psicológicos mesmo se, ainda que adormecido, este potencial endógeno de participação e mobilização possa ser considerado uma condição ontológica do ser humano. Neste sentido, em termos aristotélicos, a passagem da potência ao acto participativo⁸⁶ implica comumente que nas dinâmicas de desenvolvimento se façam intervir algumas das ditas componentes de software, designadamente, a educação e a animação, que entre si, neste caso particular, estabelecem fronteiras intensamente diáfanas. De facto, como alega Melo (1994), se a participação de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento é essencial, aquela participação terá, muitas vezes, de *“ser induzida através de um processo educativo, lento, mas intenso”* (: 141), processo educativo que na perspectiva do autor usa como matriz as práticas oriundas do campo da animação.

⁸⁶ É curioso compreender que, considerando Melo (1994) que a participação deve ser um qualificativo de todos os processos intencionalmente accionados para promover uma dinâmica de desenvolvimento local, a participação é simultaneamente entendida como uma consequência precisamente daqueles mesmos processos. Há aqui portanto um raciocínio subjacente que, ainda que implicitamente, faz crer que a participação se promove através de processos sociais participativos ou participados. Adapta-se aqui uma *“velha”*, e segundo alguns autores também *“única”*, lei da educação de adultos, segundo cremos formulada por Bertrand Schwartz, que sustenta a necessidade de isomorfismo entre as características adoptadas pelas situações educativas/formativas e os seus resultados desejáveis em termos pedagógicos. Neste caso, o isomorfismo será entre a característica participada dos processos sociais e a finalidade desejada desses mesmos processos: a participação.

A animação parece ser, aliás, a par da imprescindibilidade do carácter participado dos processos sociais, a componente a que Melo (1994) atribui um papel matricial na emergência e sustentabilidade de uma dinâmica de desenvolvimento local, afirmando que é à animação que podemos atribuir a responsabilidade de que os outros processos sociais assumam a qualidade de participativos, que a animação é o processo pelo qual se inverte a representação negativa dos sujeitos sobre si e sobre as suas comunidades, que a animação é a plataforma em torno da qual giram e se associam para ganhar coerência os projectos de pequena escala envolvidos numa dinâmica mais global de desenvolvimento, que é através das acções de animação, apoiadas com recursos humanos e materiais externos, que é possível conduzir as comunidades a um *“itinerário de desenvolvimento positivo e auto-sustentado”*⁸⁷ (: 140) e, no longo prazo, à implementação de um projecto de desenvolvimento local integrado ou, ainda, que as dinâmicas de animação se devem manter durante todo o processo de desenvolvimento.

Em suma, a animação, na perspectiva de Melo (1994), representa o processo de *“pilotagem pedagógica”* das dinâmicas de desenvolvimento, articulando-se com e reforçando outros processos (a investigação, a educação, a organização comunitária...) mas cujo valor é depreciado em muitas ocasiões.

A porosidade conceptual que é constitutiva da natureza da animação e que torna a sua definição virtualmente impossível mesmo se recorrermos à ajuda da etimologia, da semântica ou da história (Canário, 1999; Gillet, 1995), a expansão da animação a múltiplos domínios da vida social, assumindo especificidades em cada um, e a sua associação à acção de variados actores com inserções institucionais muito diversas, a constatação de que este processo tem historicamente assumido significados, características e funções diversas (cf. por exemplo Canário, 1999 onde se discutem as funções da animação em torno de dois pólos: a adaptação social e a mudança instituinte ou o elenco de funções, algumas contraditórias entre si, que

⁸⁷ Este itinerário passa, de acordo com Melo (1994), pela articulação entre: i) projectos localizados e de pequena escala; ii) programas e estruturas de educação e de formação; iii) investigação aplicada e participada; iv) organização e mobilização locais; v) emergência de um projecto de desenvolvimento local como empreendimento colectivo quando uma parte significativa da população atinge o limiar do que Melo (1994) designa como *“vontade colectiva de mudança”*.

Pierre Besnard (1985, cit in Canário, R, 1999:76) atribui à animação, a sua adjectivação cada vez mais plural dando origem ao que Gillet (1995:28) entende ser uma franca explosão de “*apelações não controladas*” da animação, e, ainda, o facto de este campo não ser objecto de uma reflexão teórica estruturada e de produção de pesquisa em volume e profundidade constitutivos de uma massa crítica significativa de conhecimento senão num período relativamente recente (que genericamente corresponde à sua institucionalização como função profissional reconhecida e ao surgimento de instâncias de formação universitária neste domínio), torna a interpelação do papel dos processos de animação na promoção de dinâmicas de desenvolvimento uma questão complexa de dirimir.

Não obstante, a exploração que Gillet (1995) realiza em torno de uma possível modelização das práticas de animação e do modo como estes modelos se reflectem na definição de diferentes figuras de animador, são contributos que pensamos particularmente estimulantes para entender numa perspectiva dialéctica o que pode representar a animação nos processos de desenvolvimento comunitário local.

A modelização proposta por Gillet (1995) distingue entre dois ideais-tipo de animação construídos em função do modo como se situam face ao que o autor considera *invariantes dos processos de animação* (cf. quadro abaixo): a animação consumista e a animação abstracta.

Quadro 6: Ideais-tipo de animação

As variáveis das situações de animação		
As invariantes das situações de animação	MODELO CONSUMIDOR “Animação consumista”	MODELO DO TRANSFERT “Animação abstracta”
O fazer (da ordem do objectivo do grupo)	Actividade	Acção
Os participantes (que compõem o grupo, incluindo o animador)	Agente	Actor
O tempo (no seu aspecto de gestão e de duração para atingir o objectivo)	Programa	Projecto
A instituição (o quadro jurídico e político da intervenção)	Instituído	Instituente
O laço social (que estrutura o processo de animação tanto no interior do grupo como na sua relação com o exterior)	Socialização	Sociabilidade
A estratégia (representa a adaptação dos meios aos objectivos da animação)	Consenso	Conflito
A filosofia (que subjaz às finalidades da intervenção)	Prática	Praxis

Fonte: Gillet, Jean-Claude (1995)

De acordo com Gillet (1995) a *animação consumista* configura um tipo de animação no qual são propostos às pessoas e aos grupos sociais produtos a consumir (por exemplo, produtos de vocação educativa), reduzindo o indivíduo a um papel passivo, consumindo produtos de que não se podem servir senão “*destruindo-os*”. É o que também podemos apelidar “*animação concreta*”, reduzida essencialmente a um valor de uso, porque nega as dimensões sociais da animação. Em contraponto, mais do que um valor de uso, a *animação abstracta* constituiria um espaço de criação, de *transfers* de valores simbólicos e de estruturação dos laços sociais que constituem e estruturam as relações sociais e, enquanto tal procuraria acentuar o valor de troca da animação. A *animação abstracta* procuraria assim escapar à sua redução a uma tecnologia social de normalização social pela adaptação *a posteriori* dos comportamentos individuais e colectivos às mudanças sociais aceleradas desta modernidade tardia, para enfatizar em alternativa, como assinala Canário (1999) a partir de Besnard (1985), a sua função crítica através da qual pode “*exercer um importante contributo para a construção e exercício de um pensamento crítico que possa garantir o pleno exercício da democracia*” (:76) e adquirir centralidade na busca de modos alternativos de organização social e de vida.

As práticas concretas de animação constituem, no entanto, formas híbridas de conciliação tensa, e por vezes mesmo contraditória, de elementos de um e outro modelo ideal, variando, entre outras razões, em função das situações em que se concretizam, das relações sociais aí presentes ou do envolvimento dos “*animandos*”, o que faz do animador um “*bricoleur*”⁸⁸ capaz de a cada momento, perante a análise da lógica das situações e das relações, bem como dos territórios de intervenção, accionar

⁸⁸ Quando nos referimos aqui ao animador como “*bricoleur*” tomamos como referência a figura evocada por Correia (1998:146), inspirada na análise de Lévi-Strauss (1962) acerca das características distintas dos mapas cognitivos dos técnicos especializados e dos artesãos. Portanto, claramente, o animador seria uma espécie de artesão cujo trabalho se apoia “*num conjunto de recursos e de instrumentos cognitivos produzidos ao longo do tempo cuja integração no seu capital experiencial depende mais da aceitação do princípio de que eles poderão servir para alguma coisa do que da sua congruência com critérios de funcionalidade imediata. O trabalho criativo do artesão apoia-se fundamentalmente num património experiencial e em mapas cognitivos que lhe permitem permutar os elementos integrados neste património, produzindo combinações originais de elementos que lhe permitem inventar respostas a situações imprevisíveis. Estes mapas cognitivos estruturam-se, assim, segundo uma lógica da recomposição. A integração de elementos novos não conduz necessariamente à substituição dos antigos, mas pode permitir enriquecer e diversificar o elenco de combinações susceptíveis de se estabelecerem entre os elementos disponíveis.*” (Correia, J. A, 1998:146).

uma “*competência estratégica*” – que nas palavras de Jean-Claude Gillet (1995) faz dele um «*animactor*» – de modo a que, tanto quanto possível, articule na sua acção as finalidades consumista e abstracta da animação ou, se preferirmos, o valor de uso com o valor de troca da animação, e ainda gerir uma margem de “*indecidibilidade*” entre a adaptação e a mudança social e ter como horizonte o seu contributo para a “*religação social*” – o que faz dele, nas palavras de Gillet (1995), um «*mediactor*», isto é, um actor concretizador de dispositivos de mediação relacional, organizacional, simbólica e institucional. O exercício desta função faz também do animador também um educador, na medida em que permite aos sujeitos “*experimentar o reconhecimento do outro, [providenciar] a possibilidade para cada indivíduo, se ele o desejar, de exercer um poder, por mínimo que seja, e uma capacidade de transformação das coisas*” (Gillet, 1995:22) e, por maioria de razão, da animação uma forma de educação, pois como sustenta Canário (1999:80), “*ao mesmo tempo que corresponde a um campo de práticas sociais e educativas, dotado de especificidade e de autonomia, corresponde também a uma dimensão inevitavelmente presente em todos os níveis de formalização da acção educativa*”.

A imprescindibilidade da animação nos processos de desenvolvimento local, assinalada por Melo (1994), ao mesmo tempo que está associada a uma diversidade de finalidades e a uma função que se incorpora ao exercício profissional de muitos dos actores sociais que têm por responsabilidade a dinamização daqueles processos de desenvolvimento local, bem como o seu carácter de co-constitutiva dos processos educativos que nesse âmbito são levados a cabo, torna-a particularmente susceptível de apropriação e de concretização segundo uma multiplicidade de lógicas que não subentendem necessariamente uma mesma definição do sentido estratégico que pode desempenhar nas dinâmicas de desenvolvimento e, mais do que isso, que não subentendem necessariamente uma mesma concepção do sentido final desse desenvolvimento. Desta forma, só a análise e interpretação dos modos concretos como a animação se concebe e como se concretiza e a apreciação dos seus resultados permite compreender qual é efectivamente a sua localização face aos modelos apresentados por Gillet (1995) e chegar a apreciar quais os pressupostos filosóficos relativos à possibilidade de agência humana e de mudança social que determinadas

práticas concretas de animação têm subjacentes. Com efeito, em abstracto, a função da animação nas dinâmicas de desenvolvimento pode ser socialmente tão eminentemente conservadora como radicalmente transformadora e esta distinção muito dificilmente se consegue realizar simplesmente através da apreciação do modo como nos discursos sobre o desenvolvimento a animação é retratada.

Uma segunda díade de processos que Melo (1994) integra na categoria de componentes de *software* do desenvolvimento local é a educação/formação. Pensamos que é possível interpretar a sua abordagem distinguindo entre dois níveis de análise da relação destes processos/componentes com as dinâmicas de desenvolvimento local.

Um primeiro nível que nos parece ser relativamente tautológico na medida em que o que aí é realçado é, simultaneamente, a ideia de que para alcançar um processo de desenvolvimento auto-sustentado é imprescindível uma abordagem sócio-educativa desse processo e, por outro lado, que se o processo de desenvolvimento adquirir qualidades que o autor aproxima das noções de sustentabilidade e integração, então esse processo de incentivo ao desenvolvimento adquirirá intrinsecamente um carácter educativo. Estamos aqui no domínio conceptual do que designaríamos como *o desenvolvimento como processo educativo (ou da educação pelo desenvolvimento)*.

Um segundo nível de análise realça, sobretudo, o carácter funcional da educação/formação na alimentação das dinâmicas de desenvolvimento local, ainda que matizado pelo facto de que essa funcionalidade se subordina às exigências que, por intermédio de uma abordagem participativa, se vão definindo como pertinentes face ao desígnio último da auto-sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. Neste caso, estamos no domínio conceptual dos *processos educativos para e no desenvolvimento (ou da educação para o desenvolvimento)*.

Portanto, regressando ao primeiro nível de análise, temos que a educação se apresenta como causa e consequência de determinadas características das dinâmicas de desenvolvimento; é causa enquanto “*acção para*” e consequência enquanto “*efeito de*”.

Neste sentido poderíamos, por um lado, falar de uma educação pelo desenvolvimento quando a acção encetada para a promoção deste desenvolvimento acentua processos ou características destes processos tidos como prováveis produtores de efeitos educativos, mesmo se a sua intencionalidade primeira não é essa. Ou seja, nesta perspectiva, do modo como concebemos e concretizamos todo o conjunto de operações que reputamos como necessárias à promoção das dinâmicas de desenvolvimento vai depender a promoção ou não de efeitos educativos e qualidades diferentes destes efeitos educativos. Não podemos deixar de pensar que esta lógica de equacionar a educação pelo desenvolvimento é mais propensa a declinar-se segundo as modalidades de heteroformação e de autoformação, na medida em que os efeitos educativos atingidos ou são intencionalmente visados por um outro quando concebe, organiza e concretiza as operações a que nos referimos acima, ou resultam da atribuição/consciencialização de um significado educativo dessas operações em cada um que por elas é envolvido, mesmo nas circunstâncias em que a elas não presidia explicitamente uma intencionalidade educativa.

Por outro lado, poderíamos também falar de educação pelo desenvolvimento para nos reportarmos a situações em que são os efeitos da promoção de um desenvolvimento participativo, endógeno, auto-sustentável, auto-centrado... – enfim, globalmente, identificado com a produção de comunidades criativas, diversificadas, equilibradas e viáveis, em articulação com a sociedade mais ampla e rompendo necessariamente com uma relação de assistencialismo/paternalismo desta em relação àquelas – que se constituíam em si mesmo como dispositivos com efeitos educativos. De forma simples, parece-nos que, no fundo, nesta perspectiva não estamos mais do que a acentuar a dimensão eco-formativa dos territórios envolvidos em dinâmicas de desenvolvimento, ou seja, a assumir que estes territórios e comunidades se transformam em territórios e comunidades qualificantes, apropriando-nos aqui da noção que no domínio da sociologia das organizações foi cunhada como “*organizações qualificantes*” para dar expressão precisamente às situações em que a transformação qualitativa do sistema de relações sócio-técnicas presente num dado contexto e a inerente transformação da interacção dos componentes humanos desse sistema, entre si e com as dimensões estruturais desse sistema transformado, resultam num efeito

qualificante simultaneamente dos indivíduos e dos sistemas (que na nossa perspectiva tanto podem ser uma organização, uma comunidade ou um território), isto é, num acréscimo da capacidade de aprendizagem (a propósito da noção de organização qualificante conferir por exemplo os contributos de Veltz & Zarifian, 1993; Correia, 1996; Vaz, 2003; Mallet⁸⁹, L, s.d.).

O segundo nível de análise que pensamos ser possível inferir da abordagem de Alberto de Melo (1994) ajuda-nos a problematizar uma premissa que foi constitutiva dos modos de pensar a relação entre educação e desenvolvimento típicos do período anterior à década de 1970. Designadamente, a premissa da necessidade de uma qualificação educativa ou formativa dos sujeitos como condição prévia à implementação e o sucesso das dinâmicas de desenvolvimento. A diferença substancial entre esta abordagem e o modo como Melo (1994) concebe a educação para o desenvolvimento encontra-se precisamente, quer nas modalidades de educação e formação que agora se admitem como válidas para fomentar esta relação, quer no modo como se definem os conteúdos de educação e formação pertinentes para o desenvolvimento, quer, ainda, na relação temporal que entre ambos os processos se estabelece.

Com efeito, encontramos na abordagem de Melo (1994) uma ruptura com a visão que caracterizou eminentemente o pensamento pré-anos 1970, o que não significa que alguns discursos teóricos actuais não continuem a propagar esta visão hegemónica (cf. por exemplo a argumentação neste sentido de Ambrósio, 2003), que entendia a qualificação dos sujeitos como um pré-requisito ao desenvolvimento das comunidades e territórios em que se inscreviam (aliás, frequentemente invisibilizados face a uma representação do desenvolvimento que adoptava como única escala pertinente de o aferir a dimensão nacional), uma visão que atribuía o monopólio do contributo educativo para o desenvolvimento à educação escolar ou à formação institucionalizada, e que, conseqüentemente, supunha uma abordagem relativamente estandardizada da educação e qualificação dos sujeitos assente numa concepção do desenvolvimento enquanto resultado da agregação destas qualificações individuais e

⁸⁹ Louis Mallet (s.d.) elabora sinteticamente uma possível definição do conceito de organização qualificante, enfatizando precisamente o facto destas organizações comportarem “*possibilidades de aprendizagem para todos, ou parte, dos indivíduos que as integram*” (:12 e sgs).

da sua adequação “*ortopédica*” a necessidades previamente constituídas do tecido económico e social.

Ora, em contraponto, o modo como aparece conceptualizada em Melo (1994) o que designámos como educação *para* o desenvolvimento começa, desde logo, por pensar a relação entre processos educativos e de formação e desenvolvimento comunitário segundo uma lógica de sobreposição temporal e uma lógica espiralada de retroalimentação recíproca inscrita nessa temporalidade simultânea. Uma tal forma de pensar aquela relação tem necessariamente consequências no modo como se pensa a educação/formação e se concebe o desenvolvimento. Por um lado, a educação e a formação precisam ser pensadas segundo uma racionalidade projectual, entendida aqui como modalidade de concepção da acção apta a desenvolver-se num continuum temporal marcado inevitavelmente pela “*turbulência*”, isto é, pelo confronto dialéctico entre duas instâncias daquela racionalidade projectual: nas palavras de Ardoino (ref. in Broch & Cros, 1992), entre o projecto visado e o projecto programático ou, de forma mais simples, entre aspiração e realização. Neste sentido, a educação e a formação tornam-se também processos “*à medida*” de dinâmicas de desenvolvimento cujo sentido e direcção não é possível antecipar a um processo de definição que é ele próprio constituinte da dinâmica de desenvolvimento (o que significa que a funcionalidade da educação relativamente a um dado processo de desenvolvimento não é estabelecida segundo uma lógica instrumental ou ortopédica – de adequação entre meios e fins -, mas segundo uma lógica comunicacional e hermenêutica). E isto tem também, obviamente, consequências na definição daqueles que podem legitimamente constituir-se como educadores/formadores e na definição dos saberes pertinentes a integrar nos dispositivos de educação e de formação para o desenvolvimento. A condição de educador e formador já não resulta exclusivamente de uma definição estatutária legitimada externamente (embora esta forma de legitimidade também não seja negada) nem corresponderá a um exercício solitário, mas decorre antes de uma legitimidade que emana do envolvimento colectivo de agentes externos de mudança e sujeitos locais em torno de processos de produção de conhecimento sobre a realidade local e de formas para o seu enfrentamento e que permitirá pensar o trabalho educativo e de formação em torno da organização de

comunidades de aprendizagem. Por seu turno, os saberes a promover através da educação e da formação não supõem necessariamente (ou exclusivamente) a sua codificação escolar ou uma dignidade cientificamente tutelada, podendo admitir-se como saberes legítimos da educação para o desenvolvimento os que se apresentam segundo formas e linguagens locais e experienciais e, idealmente, aqueles que resultam de um processo de hibridação entre ambas estas formas de saber, ou, como sugere Melo (1994), a procura comum de respostas a questões, derivada do nível das necessidades locais, entre agentes externos e participantes locais, é que vai determinar o conteúdo fundamental dos programas de educação e de formação. Por fim, de forma sintética, acrescentaríamos ainda que a sobreposição temporal e a retroacção entre trabalho educativo e desenvolvimento constituem uma dinâmica de qualificação recíproca da educação e do desenvolvimento.

Por outro lado, nesta perspectiva, o desenvolvimento local é igualmente concebido como um processo regido por uma racionalidade projectual ou que, pelo menos, se define na tensão entre uma razão projectual e uma razão planificadora. O que significa que o desenvolvimento local se refere tanto a um futuro visado e/ou desejado, ainda que representado e planificado no presente, como ao decurso e percurso entre presente e futuro que transforma essa representação e planificação, isto é, o desenvolvimento passa a reportar-se simultaneamente a um processo iterativo e aos seus resultados e a necessariamente solicitar o envolvimento de critérios processuais, qualitativos e multidimensionais, internos e externos, e a relativizar os critérios ditos objectivos e finalizados, normalmente de carácter económico, para apreciar da sua existência, concretização ou valor. Neste sentido, o desenvolvimento não designa tanto uma situação-alvo ou um «*estado*», mas é essencialmente reportado a um conjunto de relações significativas entre sujeitos (locais e externos), entre sujeitos e territórios, entre sujeitos e actividades de transformação do seu mundo e que se traduzem em formas de acção. Relações que na sua articulação transformam os sujeitos e as suas circunstâncias, e por isso se pode dele dizer que é educativo, produzindo novas configurações daquelas relações e a que esses mesmos sujeitos atribuem o sentido e o valor de desenvolvimento, por

referência a critérios que se estruturam no próprio processo na tensão entre as forças que aí disputam a definição legítima de desenvolvimento.

Por fim, interessa-nos ainda relevar uma última “*componente de software*” que Melo (1994) associa aos processos de desenvolvimento comunitário local: a investigação. Como o faz relativamente a todos os outros processos que já abordámos anteriormente, Melo (1994) salienta desde logo a necessidade de a investigação assumir nas dinâmicas de desenvolvimento local um carácter participado. Ora, este pressuposto supõe, em primeiro lugar, a ruptura com uma visão ainda hegemónica da investigação e que diz respeito a quem dela é sujeito e a quem dela é objecto.

Nas concepções dominantes de desenvolvimento até aos anos 1970, a investigação foi encarada como um instrumento ao serviço de políticos, planificadores e técnicos da intervenção, gerida por especialistas (investigadores) segundo as normas da ciência normal e tomando os sujeitos, e os contextos em que se intervinha para promover o desenvolvimento, como objectos de um conhecimento que encontrava no distanciamento e na exterioridade face às situações analisadas as condições da sua validade e legitimidade sociais e supondo-se até a validade da translação dos adquiridos da investigação, e das suas consequências para a acção, do contexto da sua produção para outros completamente diversos. Esta concepção supunha também, como salientámos em outro momento (Correia & Caramelo, 2003), uma relação de anterioridade, que era também de subordinação simbólica, entre conhecimento e acção e uma lógica instrumental de aplicação do conhecimento, sob a forma de tecnologias, no campo social. Embora possamos encontrar nos discursos alternativos do desenvolvimento comunitário dos anos 1960, particularmente no contexto da América Latina, ou nas concepções de investigação-acção que desde meados do século XX se foram insinuando nas periferias do campo das ciências sociais, o fermento de uma outra forma de encarar a investigação e a sua relação com a acção social e com os sujeitos sociais, o que é facto é que nem por isso a concepção acima descrita deixou de ser dominante.

Ora, a afirmação da imprescindibilidade da participação dos actores locais como condição da pertinência da investigação para os processos de desenvolvimento local vem potencialmente transformar a própria concepção do que pode considerar-se

investigação, o estatuto da investigação, a sua relação com a acção, a natureza dos saberes a envolver e a produzir na, e pela, investigação, a relação entre investigadores e actores locais e também o estatuto destes últimos face à própria dinâmica de desenvolvimento.

A referência à transformação do estatuto da investigação não pretende apenas enfatizar a necessária modificação do que são alguns dos referentes epistemológicos da ciência normal, nomeadamente a estrita separação entre quem conhece e quem é objecto de conhecimento, mas salientar também a mudança suposta, igualmente significativa, de quem tem legitimidade para definir o que é susceptível de se constituir como objecto de investigação, pois se a investigação participada surge *“como processo cultural e social conjunto, capaz de produzir questões derivadas do nível das necessidades locais”* (Melo, 1994:142), então a pertinência dos objectos de conhecimento deverá ser necessariamente estabelecida de forma deliberativa entre os diferentes actores sociais presentes num dado contexto territorial. Nesta perspectiva, a própria autoria dos processos de investigação tenderá mais a ser uma co-autoria. Por um lado, esta asserção tem como significado a possível diluição da distância social entre os investigadores institucionalmente estatuidos e os actores locais, e o reconhecimento de uma pluralidade de modos de conhecer e de saberes úteis à produção de conhecimento. Por outro lado, seria uma ingenuidade não reconhecer que esta relação participada entre investigadores-actores locais não está isenta de contradições e de tensões que derivam do confronto entre as lógicas e interesses próprios de cada um daqueles actores – a que não são alheias circunstâncias externas ao próprio processo de investigação – e que, por exemplo, se revelam na definição de objectos de conhecimento pertinentes muito distintos, mas igualmente do facto da investigação constituir um campo de relações de saber-poder que tendem, em nome da legitimidade social e científica do conhecimento a produzir, e nomeadamente através da linguagem *“sábia”* dos dispositivos de pesquisa, a instaurar uma hierarquia simbólica que, frequentes vezes, desqualifica o contributo dos *“leigos”/“profanos”* e o remete simplesmente para o domínio do *“ritual”* de auscultação prévia dos destinatário do conhecimento a produzir.

Mas a transformação do estatuto da investigação reporta-se ainda ao destino social dos seus produtos. Com efeito, Melo (1994) sugere que uma das formas de a investigação participar das dinâmicas de desenvolvimento local é constituir-se como *“investigação aplicada”*, procurando assim traduzir a ideia de uma investigação *“à medida”*, isto é, que toma como objecto problemas que derivam do nível local e é suposta produzir um conhecimento que permita eficazmente intervir sobre esses problemas. Ora, nesta perspectiva a origem e o destino da investigação coincidem na escala local e nos sujeitos envolvidos pelos processos de desenvolvimento, o que não deixa de pressupor que quer a pertinência do destino social do conhecimento produzido, quer os critérios de validação do conhecimento produzido, são apriorística, mas também contextualizadamente, construídos. Questionam-se assim alguns dos dogmas da ciência normal, nomeadamente o da sua independência do social como condição da sua transparência e neutralidade axiológica, e o da pretensão à universalidade dos saberes assim produzidos. Pelo contrário, afirma-se aqui claramente que a investigação no desenvolvimento local é, não só naturalmente, como necessariamente, atravessada e influenciada pelos interesses sociais que povoam os contextos em que se inscreve, o que não significa que a sua validade enquanto dispositivo de produção de conhecimento saia afectada, mas sim que a forma desses conhecimentos e o seu processo de produção é que não são necessariamente os canónicos.

Há ainda uma outra dimensão do destino social dos produtos da investigação no seio de processos de desenvolvimento local que merece ser equacionada. Na medida em que a investigação nestes processos deriva dos problemas locais e envolve os actores locais no processo de definição da sua pertinência e, por vezes, mesmo como co-autores da própria produção de conhecimento, então é possível sustentar com toda a propriedade, mas de forma bastante mais literal, o já clássico postulado de Boaventura Sousa Santos (1997) de que todo o conhecimento é auto-conhecimento. Com efeito, os actores locais e os seus contextos de vida como sujeitos e objectos de conhecimento são simultaneamente origem e destino social do processo de investigação, o que faz da investigação participada uma forma de auto-conhecimento e, por extensão, de auto-formação. Portanto, nesta perspectiva, o conhecimento

produzido não se constitui apenas num objecto exterior ao sujeito, passível de aplicação pelos actores sociais na realidade que pretendem ver transformada, mas ele é igualmente assimilável ao processo de transformação dos sujeitos que o produzem e, portanto, não há necessariamente uma separação ontológica entre o conhecimento *para* a transformação do mundo e o conhecimento *de* transformação de si que os processos de investigação participada podem propiciar.

No que diz respeito à relação com a acção, a investigação participada procura entrar em ruptura com a lógica de anterioridade do conhecimento face à acção, mas também com a definição unilateral dos domínios de aplicação do conhecimento e das formas de aplicação desse conhecimento, o que, concomitantemente, vem transformar o estatuto dos próprios actores locais por relação ao próprio processo de desenvolvimento local (de beneficiários ou público-alvo a co-autores ou participantes). Num trabalho anterior sistematizámos estas ideias tendo como propósito avançar com alguns contributos para *“construir um pensamento capaz de incorporar algumas das problemáticas sugeridas pelas correntes mais críticas que se estruturaram nas décadas de 60 e 70 em torno do «desenvolvimento local» de forma a que se possa constituir uma gramática sobre o local que escape ao fervor intervencionista que, nos anos 80 e 90, contribuiu simultaneamente para a sua notoriedade e a sua desqualificação”* (Correia & Caramelo, 2003:180). Aí se apontava a necessidade de desenvolver um pensamento complexo da complexidade que supõe precisamente a rearticulação das relações entre conhecimento e acção, rearticulação essa caracterizada exactamente pela inscrição desta relação *“numa temporalidade não sequencial onde se reconhece não existir uma relação de anterioridade de um relativamente ao outro, ou seja, o pressuposto que a eficácia da acção depende de um conhecimento prévio detalhado da lugar a uma praxeologia da co-produção entre conhecimento e acção”* (idem, *ibidem*:184). Por outro lado, reconhece-se aí igualmente que *“não existe previamente um conhecimento mais ou menos ajustado ao contexto da acção, mas antes que a aplicação do conhecimento à acção é uma aplicação hermenêutica uma aplicação comunicacional, onde o conhecimento mais ajustado à acção é aquele que facilita o debate sobre a problemática da justiça e da construção colectiva do sentido”* (idem, *ibidem*:184).

A breve análise realizada da relação que a investigação estabelece com os processos de desenvolvimento local, na lógica de se estabelecer como uma das componentes de *software* desse processo (Melo, 1994), permite-nos sustentar a coexistência de duas formas de produção de conhecimento que estabelecem diferentes relações com aqueles processos: o que designaríamos de investigação *para* o desenvolvimento e o que entendemos serem processos de investigação *inerentes* às dinâmicas de desenvolvimento, o que supõe atribuir à acção social a propriedade de desencadear o conhecimento nos sujeitos que a conduzem ou que por ela são envolvidos.

Na primeira destas categorias cabe a produção de conhecimento para a regulação e alimentação permanentes do processo de desenvolvimento ou das suas componentes específicas como a educação, a formação ou a animação (que por seu turno podem ser também instrumentos *não ortodoxos* ao serviço da produção de conhecimento sobre as comunidades e territórios). Aproximamo-nos aqui do que Alberto de Melo (1994) caracteriza como “*investigação aplicada*” e que, na sua perspectiva, poderá ser essencialmente participada ou mais “*tradicionalmente*” conduzida e agregar em si uma dupla finalidade de i) busca de respostas (técnicas e científicas, na sua opinião) às questões permanentemente levantadas pelo trabalho de animação do desenvolvimento e de ii) produção de conhecimento sobre o território e as comunidades que o habitam.

A segunda categoria supõe pensar e reconhecer o processo de desenvolvimento como processo de produção de conhecimentos, retrospectivos (o previamente existente e o acontecido como objecto de reflexão, análise e compreensão) e prospectivos (o que existe e acontece, se (re)conhecido e compreendido, permite a projecção no futuro na perspectiva da sua transformação) sobre o território e as suas comunidades, e de auto-conhecimento segundo uma lógica que não é necessariamente a da ciência normal, nem exprime os conhecimentos produzidos da mesma forma que aquela, mas que antes se inscreve no que diríamos ser o domínio do conhecimento existencial⁹⁰ e, como tal, eminentemente singular, o

⁹⁰ Do nosso ponto de vista, a perspectiva de investigação que mais se identifica com esta imbricação entre transformação do mundo e produção de conhecimento sobre esse mundo em transformação é a

que não significa que a sua pertinência não possa ser colectivamente partilhada e, portanto, socialmente útil.

da investigação-acção existencial (ou pesquisa-acção de orientação política, no sentido etimológico de política como organização da cidade/*polis*), tal como conceptualizada por René Barbier (2002) em *A pesquisa acção*. A pesquisa-acção-existencial é objecto, nesta obra, de uma fundamentação teórica e filosófica densa e extremamente abrangente, e por isso dificilmente resumível a uma nota de rodapé. Ainda que reconhecendo que deixa de fora dimensões que considera centrais, nomeadamente da ordem do “*vir-a-ser do ser humano*”, retemos apenas a aproximação que Barbier faz da pesquisa-acção como epistemologia e metodologia de produção de conhecimento da caracterização “*ideal-típica*” que Georges Lapassade faz da pesquisa qualitativa (claramente numa perspectiva enraizada na abordagem institucional): “*i) o problema nasce na comunidade que o define, analisa e o resolve; ii) a meta da pesquisa é a transformação radical da realidade social e a melhoria de vida das pessoas nela envolvidas. Os beneficiários da pesquisa são, portanto, os próprios membros da comunidade; iii) a pesquisa participativa exige a participação plena e total da comunidade durante o processo de pesquisa; iv) a pesquisa participativa envolve todo um leque de grupos de pessoas que não possuem o poder; v) o procedimento da pesquisa participativa pode suscitar nos participantes uma melhor conscientização de seus próprios recursos e mobilizá-los de maneira a prepará-los para um desenvolvimento endógeno; vi) trata-se de um método de pesquisa mais científico do que a pesquisa tradicional, pois a participação da comunidade facilita uma análise mais precisa e mais autêntica da realidade social; vii) o pesquisador é aqui um participante engajado. Ele aprende durante a pesquisa. Ele milita em vez de procurar uma atitude de indiferença.* (Lapassade, cit in Barbier, 2002: 60-61)

II SECÇÃO – INTERROGAÇÕES E PROBLEMATIZAÇÕES CONCEPTUAIS

Elucidação e problematização de referentes teóricos da pesquisa enquadreadores da análise

No início do nosso trabalho (cf. introdução geral), assinalámos um conjunto de dimensões/questões que, cruzando-se com o nosso percurso biográfico e profissional, têm vindo a marcar a nossa reflexão e problematização da relação entre processos de desenvolvimento e dinâmicas educativas. Neste passo do nosso trabalho pretendemos retomar essas questões, equacionando a compreensão e problematização que sobre elas vimos produzindo de uma forma sistemática.

No que diz respeito à primeira questão vem-nos interpelando a necessidade de compreender as tendências que, na sequência dos processos de globalização e de erosão acentuada do Estado-Providência, se insinuaram nos modos de pensar as relações entre o global/local e as lógicas de desenvolvimento em que, através do que apelidámos de “*revolução semântica*” (Correia & Caramelo, 2001), foram incorporadas no discurso do centro/Estado as reivindicações que até aos anos 1970 deram corpo às demandas de autonomia das periferias dos sistemas sociais (exactamente face àquele mesmo Estado), sem que, em nosso entender, o uso destas demandas no discurso estatal tenha mantido o mesmo significante e, por isso, tenha antes conduzido à instrumentalização tanto da educação como do desenvolvimento em torno da ideologia dos recursos humanos, com evidentes consequências na acção local comunitária.

Com efeito, nas últimas três décadas vimos assistindo a mudanças nos mecanismos de regulação social com expressão na falência dos modernos Estados-Nação enquanto entidades susceptíveis de assegurarem a produção e distribuição de recursos capazes de sustentar a coesão social e consequentemente o desenvolvimento social. Concomitante com a globalização económica que no mesmo período vem marcando o mundo, o Estado tornou-se, no já clássico aforismo de Daniel Bell (cit. por Correia & Caramelo, 2001), *demasiado grande para lidar com os pequenos problemas da vida, mas demasiado pequeno para lidar com os grandes problemas dessa mesma vida*, e assistiu relativamente impotente à falência das suas políticas redistributivas, no

que é também conhecido como crise do Estado Providência, principalmente porque a intervenção do Estado, a partir da mobilização dos instrumentos que durante os *Trinta Gloriosos Anos* tinham assegurando uma relativa estabilidade económica e financeira, agora se mostra(ra)m incapazes de contribuir para a superação de uma crise económica instalada e estrutural.

Entre as problemáticas que hoje adquirem centralidade nos discursos do Estado figuram as que foram geradas na década de 1970 como críticas das concepções estadocêntricas do desenvolvimento e que atribuíam particular protagonismo ao local e ao envolvimento participativo dos sujeitos nas dinâmicas de concepção e construção dos seus modos de vida. Esta relativamente recente “*emergência do local*” (Matos, s.d:1) revela-se como contraponto à invisibilidade do local e a sua associação à problemática do atraso que acompanhou a hegemonia e relativa credibilidade de uma visão desenvolvimentista, sustentada por índices de crescimento económico inauditos, que vigorou durante os *Trinta Gloriosos Anos* que se seguiram à II Guerra Mundial que privilegiou como unidade de referência dos discursos estatais o território nacional e como lógica de intervenção política deste uma intervenção centralizada e sectorializada.

Embora seja necessário reconhecer a importância deste processo de emergência do local para a visibilidade de problemáticas e protagonismos até recentemente substancialmente periféricos, a verdade é que também se deverá reconhecer a ambiguidade de um processo onde a reivindicação da autonomia da tutela estatal pode induzir lógicas de défice do princípio da Comunidade (ou dito pela positiva, não supõe necessariamente o fortalecimento do princípio da Comunidade) e de subordinação do local ao princípio do Mercado e de onde não está ausente a tendência para declinar o local como ponto de aplicação do global (Matos, s.d.:2). Mais ainda, assinala Manuel Matos (s.d.:1), a visibilidade quase obrigatória do desenvolvimento local na retórica da recente agenda política e social e a consensualidade que a acompanha, supondo “*naturalmente*” a sua necessidade social e a sua importância como bem individual e colectivo, tem acarretado como consequência “*a sua baixa densidade teórica e conceptual e, paralelamente, o seu uso indiscriminado e a sua fácil sujeição a processos que já pouco terão a ver com*

desenvolvimento local” (*idem, ibidem*:1). Ou seja, estamos perante um processo não só política, como cognitivamente ambíguo.

Tal como defendemos num trabalho anterior (Caramelo & Correia, 2004), esta nova gramática do social, resultado da “*revolução semântica*”⁹¹ acima assinalada, apesar de ter trazido para a ribalta dos discursos, nomeadamente dos de cariz político, noções como as de *acção local, comunidade, participação, responsabilidade, formação e projecto*, parece tê-las esvaziado do seu potencial transformador e do seu eventual estatuto de protagonistas de modos alternativos de produção de relações sociais para, pelo contrário, hipostasiar a sua associação a uma ideologia dos recursos humanos onde se valoriza sobretudo o estabelecimento de uma relação entre o Estado e o cidadão, em que este é individualmente responsabilizado pelos problemas sociais em que se vê envolvido e onde o local tende a ser encarado como dispositivo de acesso a um mercado global, erigido como referencial legítimo de definição da cidadania pós-moderna.

Nesta perspectiva, parece poder sustentar-se que assistimos apenas a uma aparente valorização político-cognitiva das modalidades de acção social inerentes ao princípio da Comunidade⁹², já que, efectivamente, estas acabam por ser, essencialmente, concebidas como instrumentos de requalificação dos indivíduos para

⁹¹ Um exemplo desta “*revolução semântica*” é apresentado por Manuel Matos (2004:135-136) quando destaca a ambivalência encerrada na “*deslocação semântica*” que “*tem favorecido a aproximação entre o associativismo enquanto modalidade socialmente partilhada de organização da realidade social, e a acção comunitária, enquanto expressão de iniciativas sociais locais*” dado que “*a simples constatação de que o associativismo, como movimento ou como projecto de intervenção social é, em si mesmo, indissociável dum processo de construção de comunidades, independentemente da sua amplitude, da sua natureza ou dos interesses que tutela, em nada nos obriga a pensar que a sua concretização tenha de privilegiar, necessariamente, a articulação com o desenvolvimento das comunidades locais*” (sublinhado nosso). Ou seja, a enunciação discursiva desta aproximação entre associativismo e acção social e a sua apropriação pelos programas de acção social como modo de regulação sócio-política privilegiado, é passível (ou obriga mesmo a) de interpretações diversas quanto ao seu sentido político.

⁹² A este respeito é particularmente interessante a leitura que Manuel Matos (2004:136 e sgs) propõe acerca dos significados que poderão estar subjacentes à revalorização discursiva da intervenção social de índole associativa, precisamente uma modalidade de acção social historicamente vinculada ao princípio da Comunidade. O autor avança com uma leitura em múltiplas pistas do significado desta revalorização sendo que duas dessas pistas – a leitura técnico-funcional e a leitura assistencial-prestacionista daquela revalorização – são associadas pelo autor mais ao actual alijamento das responsabilidades do Estado na regulação das políticas e práticas de desenvolvimento a nível local e a uma ocupação desse espaço por novas formas associativas de tipo prestacionista do que propriamente à valorização da emergência de “*um projecto social autónomo face ao modelo de desenvolvimento tradicionalmente dominante*” (Matos, 2004:137) que entenda o associativismo “*simultaneamente como uma filosofia e uma prática social alternativa*” (*idem, ibidem*:137).

que estes se tornem competentes para se auto-gerirem face à imperante lógica do Mercado, razão por que naquele trabalho concluímos que *“o protagonismo do local não resulta do reconhecimento da sua especificidade mas do facto de ele se poder substituir mais eficazmente aos mecanismos de regulação central”* (Caramelo&Correia, 2004:34).

Daí que se sugerisse que esta tendência para que os problemas sociais sejam exclusivamente encarados como uma manifestação dos défices de qualidades individuais, não contribui para a requalificação do local, mas sim para a desqualificação daqueles que o habitam, uma vez que a desqualificação destes resultaria precisamente da sua vinculação ao local. Mas esta representação é profundamente ambivalente já que se, por um lado, se afirma que a vinculação ao local está na origem das desqualificações individuais, por outro, se reconhece também que, na impossibilidade de o Estado assegurar esse processo de requalificação dos sujeitos sociais, é o local que dispõe das possibilidades e dos recursos mais pertinentes, necessários para, através da sua requalificação, promover a desvinculação dos indivíduos do próprio local...

Como já salientámos esta tendência permitiu, por um lado, dar visibilidade a protagonismos antes remetidos para as periferias mas, por outro lado, não deixa de encerrar uma certa ambiguidade e mesmo perversidade, na medida em que o discurso promotor das virtualidades do local e do comunitário, bem como das virtualidades para a acção social das lógicas de proximidade, e portanto da autonomia da Comunidade face ao Estado, é atravessado por uma ambiguidade constitutiva que nos leva a assinalar no seu bojo tendências políticas e cognitivas que parecem anunciar indícios de subordinação do princípio da Comunidade face ao princípio do Mercado nomeadamente i) a tendência para a agencialização da acção comunitária, ii) a tendência para que a questão da cidadania se conjugue no registo da desresponsabilização do Estado e de uma hiper-responsabilização dos indivíduos, bem como iii) tendências para que a utopia emancipatória inscrita na noção de projecto se transforme numa projectocracia e ainda iv) a tendência para que a contribuição da educação para o desenvolvimento conduza tanto à instrumentalização da educação como a uma definição de desenvolvimento pensada exclusivamente em torno de uma

ideologia dos recursos humanos onde a problemática da relação social e da sociabilidade é sistematicamente desqualificada (Caramelo & Correia, 2004).

Estas quatro questões, cujos contornos procuraremos aprofundar em seguida, balizam preocupações teóricas desta pesquisa, constituindo um pano de fundo face ao qual podemos inscrever hermeneuticamente os contributos da análise do processo vivenciado em Catende, esperando assim avançar no debate em torno da articulação entre educação e desenvolvimento (local).

A primeira destas questões prende-se inequivocamente com um movimento que tem acompanhado o campo da intervenção social onde se vem, cada vez mais frequentemente, enunciando “*a problemática da intervenção comunitária em torno da semântica das agências de desenvolvimento*” (*idem*, 2001:89) e que fez igualmente entrar no léxico corrente da acção social comunitária as noções de projecto e de parceria (ou partenariado)⁹³ como princípios da acção e que, segundo Manuel Matos (s.d.:2), constituem a matriz organizacional da sociedade reticular em que vivemos (e que remetem para o terceiro dos aspectos acima enunciados: a tendência para que a utopia emancipatória inscrita na noção de projecto se transforme hoje numa projectocracia). A consequência mais imediata deste movimento é tanto o apelo a novas formas de coordenação da acção como o apelo a uma instrumentação técnica dos processos de intervenção em prol do desenvolvimento local e comunitário que subentende que os operadores daqueles processos sejam dotados de uma qualificação técnico-científica distintiva e que tem conduzido, na feliz expressão de Daniel Hameline, a que o campo da acção social comunitária venha sendo monopolizado, para não dizer colonizado, por “*especialistas especialmente especializados*”. Assinalámos em outro momento (Correia & Caramelo, 2001:89) que esta tendência de enunciar a problemática da intervenção comunitária em torno da semântica das agências de desenvolvimento parece ser uma manifestação de uma certa projectocracia, entendida como ditadura de um totalitarismo intervencionista associado à referida e imprescindível qualificação técnica na administração dos

⁹³ As noções de parceria e de partenariado não são exactamente equivalentes embora no uso comum muitas vezes se usem indiferenciadamente. Encontramos esta distinção particularmente bem sustentada nos trabalhos desenvolvidos por Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer [cf. Rodrigues; Stoer, *et al.* (2000); Rodrigues & Stoer (1998)]

programas de desenvolvimento que é profundamente inibidora de quaisquer outras formas de declinar a acção comunitária e de expressão de outras formas de pensar e fazer a intervenção. Não é, contudo, nossa intenção, nem cremos que seja profícuo, radicalizar a dicotomia entre os actores sábios e profanos do desenvolvimento local e comunitário, uma vez que esta relação pode assumir-se, quer como complementar, quer como dialéctica no curso dos próprios processos de intervenção.

No âmbito da análise de um conjunto de processos de desenvolvimento local em França, e designadamente da forma como se opera a mobilização dos actores no quadro de políticas de desenvolvimento, Pierre Teisserenc (1994; 2002) destaca, por exemplo, a dinâmica de inter-transformação a que se assiste no estatuto e papéis dos actores técnicos e «*externos*» e dos actores «*profanos*» e «*endógenos*» no decurso dos processos de revitalização e mudança de determinadas comunidades, salientando a inevitável relação entre uns e outros quando afirma que “*a mudança não é nunca puramente endógena*” (Quéré, 1987:32, cit. por Teisserenc, 1994) ou que “*mesmo o desenvolvimento local endógeno é, de qualquer forma exógeno*” (Fourquet, 1988:77 cit. por Teisserenc, 1994). Esta posição põe em destaque a inevitável transacção entre o «*dentro*» e o «*fora*», entre o «*nós*» e os «*outros*» que é, como se percebe, na sua essência, uma transacção identitária, presente em qualquer processo de desenvolvimento. Como salienta Claude Dubar (1997) quando analisa a problemática das identidades pessoais e sociais, a transacção identitária supõe sempre uma negociação entre a identidade para nós (como nos consideramos e como nos projectamos no futuro) e a identidade para o outro (como se é visto e atribuído pelos outros), sendo que no caso do desenvolvimento comunitário o “*nós*” e o “*outro*” não são necessariamente entidades singulares, ou sequer físicas, mas podem antes constituir entidades colectivas – como por exemplo as comunidades – ou referências simbólicas – o desejo de ser de uma determinada forma ou de adquirir futuramente certas características por referência a um modelo imaginado.

Concluindo, sem o «*outro*» não há reconhecimento do «*nós*» e o «*outro*» – o «*externo*» – constitui a condição e um contributo para a mudança do «*nós*» no que à identidade pessoal como ao desenvolvimento comunitário diz respeito ou, como afirma Silva (2000:62): “*não há quaisquer possibilidades de desenvolvimento local*

endógeno no sentido de auto-suficiente, o desenvolvimento faz-se sempre em contexto de dependências cruzadas e, portanto, grande parte do trabalho de desenvolvimento é um trabalho de gerir dependências". A alternativa a admitir esta inevitável dinâmica só nos poderia conduzir a cair num comunitarismo autárcico estéril e ingénuo. Daí que possa dizer-se que o desenvolvimento local, entendido como progressiva autonomia das comunidades, corresponda idealmente a um processo de progressiva diversificação das dependências, ou seja, de construção de ramificações de relações sociais que sejam marcadamente simbióticas nos seus efeitos sobre os territórios e comunidades humanas.

Esta relação entre os actores locais e técnicos «*externos*» é igualmente analisada por Silva (2000:52 e sgs) para salientar como a leitura, muitas vezes divergente, da realidade comunitária que protagonizam reenvia para concepções de desenvolvimento distintas a que subjazem formas de legitimidade igualmente diferentes, tecidas na base de interesses e interacções sociais muito próprios à posição de cada um daqueles actores sociais. Esta situação permite-lhe afirmar que *"não são coincidentes os conjuntos de identificações que tendem a ser produzidos, de um lado, por actores locais, mergulhados numa estrutura sócio-económica que, resultando em parte da sua acção, a condiciona decisivamente, e, do outro, por observadores especializados colocados numa perspectiva exterior àquela estrutura e treinados em saberes científicos determinados"* (*idem, ibidem*: 57-58). Contudo, a não ser que se assista a uma situação em que a relação entre «*locais*» e «*externos*» esteja completamente anquilosada (em que, portanto, as identificações sejam absolutamente descoincidentes e absolutamente inconciliáveis)⁹⁴, apesar da divergência nas identificações dos problemas e necessidades a suprir e das contradições e equívocos que possam emergir entre aqueles actores sociais, a relação

⁹⁴ Uma interessante questão se coloca neste ponto: o modo como cognitivamente se representa a qualidade do desenvolvimento afecta inequivocamente a comunicação entre os actores que estão envolvidos na sua promoção. Na esteira de Silva (2000:58), queremos com isto sugerir que a incomunicação ou dificuldades de comunicação entre actores locais e agentes externos se pode prender com o modo como cada um destes actores representa para si o que deve ou pode ser um desenvolvimento *"qualitativamente"* apreciável, uma vez que a substância desta qualidade, em última instância, pode assentar ou apenas numa apreciação subjectiva e implicada do que é *"desejável"* (ou desejado) ou apenas numa definição técnico-científica do mais *"ajustado"* a fazer, e estas definições ao manterem-se irredutíveis entre si impossibilitam a troca de representações e sentidos da realidade e, como tal, a própria possibilidade de comunicação.

que entre ambos se pode estabelecer no domínio do desenvolvimento comunitário é necessariamente mediada pela comunicação recíproca possível que é, assim, *“uma das componentes essenciais de projectos de desenvolvimento comunitário, e requisito básico da participação local que eles pretendem favorecer”* (idem:58). É esta possibilidade de comunicação, ainda que inevitavelmente não isenta de ruído, que, apesar de tudo, nos obriga a reconhecer que qualquer processo de desenvolvimento comunitário não pode fazer tábua rasa das projecções locais de problemas e soluções de progresso social, assim como não pode dispensar o contributo do olhar técnico exterior, uma vez que, embora a encontrem em diferentes fontes, ambos os olhares têm uma legitimidade inequívoca, pelo menos de acordo com os pressupostos sobre os quais se erigem. Daí que o autor conclua que *“a arte da actuação”* (idem, ibidem:60) no desenvolvimento comunitário passe por ser capaz de integrar as projecções locais sobre os problemas, desejos e soluções numa *“perspectiva de qualidade, continuidade e multiplicação, como iniciativas endógenas, dos benefícios materiais e estruturais realizados”* (idem, ibidem:60).

No mesmo sentido parece ir a reflexão que desenvolvemos quando procurámos dar expressão a um pensamento que, integrando algumas das preocupações que as correntes críticas do desenvolvimento local afirmaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, procurava construir uma outra gramática sobre o local que fosse capaz de se opor ao que então designámos por *“fervor intervencionista”* dos anos 1980 e 1990 que, paradoxalmente, contribuiu tanto para a notoriedade como para a desqualificação da problemática do desenvolvimento local (Correia&Caramelo, 2003). Nessa reflexão sustentámos que as práticas e os dispositivos do desenvolvimento local se encontram hoje colonizados por uma certa semântica do partenariado que valorizando uma lógica de contratualização social, o subsume genericamente aos dispositivos de concertação inter-institucional subjugada a uma racionalidade instrumental. Como exemplo particular desta tendência de subjugação das lógicas comunitárias ao que apelidámos de *“cosmopolitismo do mercado”* assinalámos a cada vez mais visível transformação do movimento associativo e das associações em agências de desenvolvimento em que a pertinência social do movimento associativo passa a depender do valor que lhe é reconhecido no mercado

dos projectos. Este processo contribui simultaneamente para a multiplicação das formas de intervenção no local e para fazer depender a pertinência destas intervenções da qualificação técnica imprescindível à administração destes projectos. Neste sentido concluímos que o mercado dos projectos e a ideologia dos recursos humanos ao mesmo tempo que asseguraram a proliferação das figuras dos técnicos no desenvolvimento local, contribuíram igualmente para a desqualificação da palavra e da prática dos militantes da acção comunitária e do seu papel enquanto artesãos da produção da relação social.

Por sua vez, a esta desqualificação não é alheia uma concepção de desenvolvimento construída em torno da noção de atraso e da sua superação que inscreve o desenvolvimento numa lógica sequencial e em que a tradição é, consequentemente, encarada de uma forma deficitária e como um obstáculo ao desenvolvimento. Daí que, a heterogeneidade do espaço social e as possibilidades que a sua recomposição comporta enquanto dispositivo de transformação social permaneçam ocultas para serem pensadas apenas como a manifestação de formas mais ou menos desenvolvidas do social.

Nesta linha de raciocínio defendemos que possíveis alternativas a experimentar face a esta situação passariam então pela *“valorização de uma acção comunicacional que elege a promoção da democracia participativa como a principal dimensão estruturante da construção do espaço público”* (Correia&Caramelo, 2003:182), o que poderia acontecer através da emergência de novas formas de associação cidadã onde fosse possível a coexistência e interacção de diferentes racionalidades, formas estas que transcendessem uma definição meramente gestionária da função do associativismo face à *“nova questão social”*, em que a proximidade fosse efectivamente referencial de uma nova definição do social (*idem, ibidem*:182), marcada pela lógica da participação e da produção de relações sociais densas e diversificadas e, finalmente, onde fosse possível compatibilizar *“as competências produzidas no militantismo comunitário com aquelas que estruturam as «novas figuras profissionais» intervenientes no local”* (*idem, ibidem*:182), dando assim origem a formas singulares e híbridas de associativismo integrando a tradição com a (pós)modernidade (Caramelo & Correia, 2004).

Esta última questão foi igualmente abordada em outro momento, reforçando-se a ideia de que a actual tendência para declinar a problemática da intervenção comunitária em torno das agências de desenvolvimento e dos “*especialistas especialmente especializados*” também contribui fortemente para a desqualificação dos militantes da acção comunitária e promove “*a cristalização de uma ideologia do sacrifício que inibe que eles se reconheçam no sentido da sua própria acção*” (Correia & Caramelo, 2001:89), sugerindo-se, em contraponto, a necessidade de promover uma abordagem ao trabalho comunitário que permitisse amplificar os “*discursos da prática*”, ou, como nesse momento se dizia, “*pensar o trabalho comunitário como dispositivo promotor de «narrativas comunitárias» susceptíveis de inibir a tendência para o silenciamento dos práticos*” (*idem, ibidem*: 89).

Uma das abordagens mais sedutoras acerca da possibilidade de amplificar a voz das narrativas comunitárias e, simultaneamente, de abordar a questão da relação entre saber profano e saber sábio – que nos pode ajudar a tecer um quadro alternativo para pensar esta dinâmica entre saber local e endógeno e o saber técnico-científico e exógeno, entre a acção militante e a acção especialista ou entre a acção comunitária e a intervenção comunitária – é desenvolvida por Callon, Lascoumes *et al.* (2001). Estes autores desenvolvem uma abordagem das relações entre saber e poder e avançam com a proposta de uma nova concepção de democracia. O seu ponto de partida é a constatação do aumento das controvérsias públicas que são, simultaneamente, controvérsias sócio-técnicas e que resultam, em grande medida, do facto de que o desenvolvimento da ciência e das técnicas não vir a ser acompanhado necessariamente por um aumento das certezas do conhecimento. Mas, ao invés desta constatação constituir um lamento, estas controvérsias são analisadas segundo a perspectiva da sua fecundidade precisamente se abordadas a partir de um aprofundamento democrático que, para os autores, passa por uma nova concepção de democracia técnica que nos permita evoluir da democracia representativa ou delegativa para uma *democracia dialógica*. Este processo de democracia dialógica é para Callon, Lascoumes *et al.* (2001) um “*processo de aprendizagem colectivo*” que obriga a uma reformulação das lógicas hegemónicas de delegação do saber científico nos especialistas e de delegação do poder político em representantes e supõe um

questionamento profundo da racionalidade que sustenta que a *expertise* sábia não é objecto de qualquer mediação cidadã e que, numa lógica delegativa, apenas caucionaria o poder político. A democracia dialógica proposta pelos autores coloca obviamente a necessidade de pensar em novas configurações e em novos dispositivos que realizem a mediação entre saber e política, nomeadamente a promoção e instauração sistemática de uma certa “*estratégia da suspeição*” cidadã, por parte dos profanos, que encoraje a emergência de debates públicos onde as controvérsias sócio-técnicas podem ser dirimidas com os sábios em plano de tendencial igualdade. A democracia dialógica aplicada à controvérsia sócio-técnica é assim a oportunidade de, na arena pública, se confrontarem especialistas e profanos e de, assim, assistirmos ao nascimento de uma outra *expertise* marcada pela diversidade e pluralidade, e é também uma oportunidade de exploração e aprendizagem, em que os profanos entram na arena científica e aos especialistas é-lhes permitida a inserção da sua pesquisa no tecido social e a integração na pesquisa de dimensões éticas e sociopolíticas que nem sempre o mundo sábio tem em consideração.

Naturalmente que a condição imprescindível à concretização de procedimentos democráticos dialógicos é, desde logo, a estruturação e organização do próprio espaço público do debate, condição *sine qua non* da possibilidade de colaboração do não especialista com o especialista na produção de conhecimentos e, como tal, de construção de um saber colectivo e cooperado, mutuamente escutado. Para além desta condição, a democracia dialógica implica igualmente um conjunto de procedimentos que sustentem a criação de formas originais de consulta e de deliberação garantindo o acesso igual para todos ao debate, a transparência, a clareza das regras do jogo que assegurem que as decisões são equitativas e que todas as vozes, mesmo as dissonantes, são audíveis. Com efeito, e esta parece ser uma das pedras de toque da democracia dialógica, os procedimentos encetados devem garantir e preservar tanto a eficácia como a complexidade das questões e ainda a diversidade das respostas, ou seja, as singularidades identitárias em confronto, para assim se evitar a manipulação. As formas organizacionais desenvolvidas para pôr em prática esta democracia dialógica passam pelo que os autores identificam como “*fóruns híbridos*”, enquanto lugares de debate e de controvérsia, onde a sua dimensão de fórum está

associada à abertura de espaço de debates sobre as escolhas técnicas e o seu carácter híbrido remete para a heterogeneidade dos grupos envolvidos no debate: especialistas, técnicos, políticos e profanos. Os fóruns híbridos põem em causa a concepção da decisão em contextos de incerteza – é um questionamento do modelo sequencial da tomada de decisão – adoptando o princípio de precaução, definido como *“processo activo e aberto, contingente e revisável repousando sobre o aprofundamento do conhecimento científico mas também sobre a aceitabilidade social e o custo económico”* (Callon; Lascoumes, *et al*, 2001:264).

De forma original, os autores sintetizam a sua perspectiva sustentando que os procedimentos dialógicos permitem organizar uma pesquisa cooperativa entre especialistas e profanos, ou seja, uma cooperação entre pesquisa *“confinada”* e pesquisa *“ao ar livre”*. Se, por um lado, a pesquisa *“confinada”* tira partido do seu poder, da sua capacidade de se isolar, de se colocar à distância, por outro lado, perde o contacto, desliga-se do mundo, não mais dando conta da complexidade e da riqueza deste. Ao invés, o que conta para a pesquisa *“ao ar livre”* é a formulação dos problemas, as modalidades de aplicação dos conhecimentos e dos saberes-fazer, a abertura do colectivo de pesquisa, admitindo que é esta abertura que vai facilitar o retorno da pesquisa ao mundo. A pesquisa cooperativa passa, então, pela necessidade de construir transições, trocas entre o mundo dos especialistas e o dos profanos, de obter uma complementaridade entre pensamento sábio e pensamento comum; no fundo, de trabalhar sobre a *“tradução”* profano-sábio e vice-versa ou, nos termos dos autores, de encontrar formas, inevitavelmente tensas, de articular a pesquisa *“confinada”* com a pesquisa *“ao ar livre”*.

Portanto, o que está em causa em toda esta discussão é a constatação do crescente domínio de uma acção comunitária movida por um certo intervencionismo totalitário, subordinada a tecno-estruturas burocráticas que encontram nas agências de intervenção tecnicamente especializadas e em *“especialistas especialmente especializados”* os seus protagonistas e que, regendo a sua intervenção por procedimentos que supõem uma codificação sábia e uma tradução tecnológica das linguagens da acção comunitária, tendem a contribuir para desqualificar e inibir o reconhecimento e o sentido da acção daqueles que intervêm na

dinamização comunitária numa lógica de militância que só é capaz de se reconhecer nas narrativas profanas (ou não especializadas) da relação próxima. Ora, esta tendência encerra não só uma desqualificação da militância face à *expertise* na acção comunitária, como essencialmente supõe uma concepção de *cidadania assistida tecnicamente* que não só tende a encarar como possíveis objectos de intervenção todos aqueles que não se enquadram na figura do cidadão desejável, como empobrece significativamente a vivência democrática, subordinando o seu exercício ao acesso aos dispositivos institucionalmente previstos e esterilizando a acção social do potencial transformador, obviamente que conflitual, da interpelação entre uma heterogeneidade dos modos de acção comunitária que em si encerram modos de exercício da democracia próprios. Também do ponto de vista da análise educativa, estas práticas configuram não só uma hegemonia da lógica do educar/formar para o desenvolvimento, enquanto acção sobre os défices dos indivíduos para que estes se tornem proactivos em processos dos quais são meros objectos, como, consequentemente, são estruturados enfatizando uma lógica de heteroformação formalizada, conferindo pouca ou nenhuma importância e visibilidade a outras modalidades de educação e aprendizagem e, não pouco frequentemente, reconhecendo apenas como educativas as experiências que são capazes de serem externamente validadas como educativas, devendo para isso abandonar o seu carácter intrinsecamente pessoal ou a sua natureza experiencial e informal.

Em contraponto, o questionamento desta racionalidade encontra suporte, como já vimos, em trabalhos que se destacam pela reivindicação de uma outra relação entre *expertise* técnica e saberes profanos como forma de aprofundamento da vivência democrática, em particular face a um mundo crescentemente tecnificado (Callon; Lascoumes, *et al*, 2001) ou nas abordagens que criticamente olham os discursos e a práticas em torno do empoderamento dos sujeitos como dispositivos de gestão e conformação das vontades individuais (Triantafyllou&Nielsen, 2001). Mas igualmente nas reflexões que apelam a modos de entender a cidadania nas relações entre o desenvolvimento e a educação que resgatem a sua complexidade e a heterogeneidade como pertença e como construção dos espaços e dos tempos de pertença (Correia & Caramelo, 2003) e, no campo mais particular da reflexão

educativa, nas reflexões sobre a aprendizagem social (Wildemeersch, Jansen, *et al.*, 2004), isto é, sobre a *“aprendizagem que é desenvolvida nos sistemas participados, como os grupos, as redes, as organizações e as comunidades, em condições novas, inesperadas, incertas, conflituosas e difíceis de prever”* (*idem, ibidem*:154) e que tem como elemento central a ênfase na utilização otimizada do potencial do grupo, da rede, da instituição ou da comunidade na resolução de problemas (como conceptualmente sugerem, por exemplo, Finger & Asún (2003) quando elaboram as bases teóricas do que identificam com *“a aprendizagem de uma saída”* face às consequências do actual *“turbo-capitalismo”*, caracterizado como feroz predador cultural, social e ambiental).

A segunda questão – *a tendência para que a questão da cidadania se conjugue no registo da desresponsabilização do Estado e de uma hiper-responsabilização dos indivíduos* – deve ser articulada no contexto de erosão dos dispositivos de coesão social pautados pela figura do Estado (nomeadamente o trabalho, a escola e a política) e dos dispositivos que permitiam *“assegurar a conformidade das qualidades dos indivíduos com a definição jurídica do cidadão de forma a que eles pudessem ser representados pelos macroactores que gerem a cidade”* (Correia & Caramelo, 2003:167) e que de alguma maneira vieram dar centralidade à ideia de ingovernabilidade dos sistemas sociais a partir de uma lógica monocentrada.

O desgaste a que, a partir da década de 1980, os diferentes mecanismos de integração social foram sujeitos tem particularidades vincadas. Em primeiro lugar, o trabalho como dispositivo de integração social é marcado por transformações, de que a mais evidente é a sua escassez face ao volume de mão-de-obra disponível, que resultaram na fragilização e precarização dos vínculos que os sujeitos estabelecem com aquele. Esta precarização dos vínculos tem sido acompanhada por uma perda real e simbólica do valor do trabalho como referente identitário individual e de construção de identificações colectivas, uma perda aprofundada pelas trajectórias erráticas e pelas modalidades atípicas de trabalho a que os sujeitos são obrigados e que produzem novas formas de relação espacial e temporal com o trabalho. A escola, por seu turno, encontra-se também perante uma crise de sentido, desde logo, do sentido que lhe era atribuído enquanto dispositivo de preparação do acesso ao mundo adulto

e, fundamentalmente, ao mundo do trabalho. A narrativa do sentido da escola que enfatizava o seu papel nos processos de mobilidade ascendente entrou igualmente, não sem relação com o que antes dissemos, em processo de desagregação, confrontando-se agora com sujeitos (des)mobilizados por uma *“procura desencantada”* e a carecer de um trabalho contínuo de produção de sentido para o trabalho escolar a que são submetidos. A este facto deve acrescentar-se a perda de homogeneidade interna da escola e da sua cultura acentuadas pela *“invasão cultural”* e heterogeneização dos mundos presentes na escola que os seus novos públicos implicam e que, naturalmente, entram em conflito com o desejo de regresso ao paraíso perdido que genericamente a escola como instituição procura afirmar quotidianamente. Hoje, a escola parece viver entre mundos que tem dificuldade de fazer coexistir e é objecto de atribuição de um estatuto social profundamente ambivalente, na medida em que tornando-se cada vez mais uma instância central na vida dos sujeitos – desde logo pelo tempo que ocupa da vida destes e pelos diversos mandatos sociais que lhe são atribuídos – é, cada vez mais, uma instância simbolicamente periférica para estes mesmos sujeitos. Por isso, a escola encontra-se hoje muito mais (pre)ocupada em gerir a necessidade de produzir a sua coesão interna do que em contribuir como dispositivo para a coesão social mais lata. Por fim, no plano político assistimos a uma acentuada *“crise do Estado e de crise de uma definição de cidadania pensada na lógica do acesso a um conjunto de direitos disponíveis numa cidade pré-construída e gerida pelo Estado”* (Correia & Caramelo, 2003:171), ancorada na noção de representação política e cognitiva. Do ponto de vista da representação política assiste-se *“a uma erosão dos mecanismos de participação na produção da cidade, bem como a uma transformação da representação do político”* (op.cit.: 171). Os primeiros porque erodidos pela acentuação da definição jurídica dos mecanismos de representação que são estranhos aos sistemas relacionais do quotidiano dos cidadãos, a segunda porque num contexto de crise dos princípios da representação política tradicional se assiste essencialmente à vitória de uma *“democracia do público”* e de uma representação *“espectacular”* da política, em que a relação entre actores políticos e cidadãos é basicamente mediática, conduzindo a que a componente performativa e a dimensão da adesão afectiva à forma da mensagem política se

sobreponham à dimensão comunicacional, argumentativa e substancial desta (cf. a este respeito Dubar, 2006). Por outro lado, a própria representação cognitiva das relações entre campo político e sociedade está em crise. Esta é uma crise cognitiva e política das macroconvenções e das macrotipologias de classificação dos sujeitos sociais, fruto da desestruturação da relação harmoniosa entre razão estadística e razão estatística, que tem dado azo à emergência de uma nova narratividade do social assente numa *“multiplicação e refinamento dos dispositivos de classificação dos indivíduos [que] os envolve num processo de estigmatização que, paradoxalmente, se legitima através de uma «narrativa» que afirma ocupar-se da sua inclusão respeitando a sua diversidade”* (Correia & Caramelo, 2003:172). Do que acabamos de salientar concluímos estarmos actualmente perante uma ênfase na gestão contextualizada, diríamos mesmo *“localizada”* ou *“territorializada”*, dos problemas sociais e um modo de conhecer os entes sociais que acentua as suas singularidades, fenómenos que, todavia, não representam necessariamente um novo paradigma político-cognitivo associado *“à noção de desenvolvimento integrado, à recriação da relação social, à articulação das diferentes dimensões do social e a uma re-definição dos próprios problemas sociais, ou seja, a uma recriação político-cognitiva do social”* (op. cit.:168), mas talvez apenas o sintoma da *“crise de uma razão universal em torno da qual se definiu a moderna concepção de cidadania”* (op. cit.:172). É esta ambiguidade que permite que no espaço discursivo coexistam hoje definições de cidadania que i) acentuam as virtualidades dos serviços de proximidade e da participação democrática e definições de cidadania ii) mais cosmopolitas e globalizantes *“onde a multiplicação dos dispositivos de acesso aos bens de mercado global contrasta com a vivência tacanha e quente da comunidade”* (op. cit.:32). Esta ambiguidade é, no entanto, o espaço onde se instala a hierarquização política e cognitiva daquelas definições de cidadania, admitindo-se que a inflação discursiva em torno da comunidade e da participação acabam por resultar na sua própria desqualificação.

Portanto, as problemáticas da participação democrática e da reabilitação da cidadania proximal tendo constituído preocupações dos discursos críticos das décadas de 1960 e 1970, formuladas em prol da reivindicação da autonomia do local face à tutela do Estado, constituem hoje elementos de uma nova gramática apropriada pelo

próprio Estado, neutralizando os seus potenciais efeitos transformadores. Esta nova gramática política e cognitiva, de acordo com a nossa análise, inscreve-se numa ideologia dos recursos humanos *“onde se valoriza sobretudo o estabelecimento de uma relação entre o Estado e o cidadão, em que este é individualmente responsabilizado pelos problemas sociais onde está envolvido e onde o local tende a ser encarado como dispositivo de acesso a um mercado global, sendo este o único referencial legítimo de definição da cidadania”* (Caramelo & Correia, 2004:33). É nesta perspectiva que neste processo identificamos, de forma insinuada, a subordinação do princípio da Comunidade face ao princípio do Mercado uma vez que o local é apenas encarado como *“um instrumento de requalificação dos indivíduos para que eles se tornem competentes para se inserirem numa lógica do mercado”* (op. cit.:34) e a responsabilidade colectiva é substituída pela responsabilização individual – de responsabilização da vítima – cuja autonomia está dependente da sua capacidade para superar os seus défices de cognitividade e comportamentais, ou seja, de se inserir numa lógica de projecto. Nesse sentido temos de convir que o protagonismo do local não resulta do reconhecimento da sua especificidade mas do facto de ele se poder substituir mais eficazmente aos mecanismos de regulação central, lógica cuja alternativa tem de, em nosso entender, passar por *“aprofundar as potencialidades do desenvolvimento de um novo cosmopolitismo do local que articule, numa relação tensa, o direito às escolhas e o direito às raízes, alternativo ao cosmopolitismo globalizado, onde a afirmação incontrolada do direito às escolhas legitima a naturalização do mercado como único referencial legítimo da relação social”* (op. cit.:35), numa alternativa que supõe uma globalização da acção local que permita pensar o desenvolvimento local na sua contribuição para a produção de redes de sociabilidade comunitárias na lógica onde, a par da qualificação dos indivíduos, seja importante a produção de redes densas de relações sociais, qualificantes tanto para os indivíduos como para as comunidades.

A terceira questão onde constatamos a presença de uma tensão entre o princípio da Comunidade e o princípio do Mercado – *a tendência para que a utopia emancipatória inscrita na noção de projecto se transforme numa projectocracia* – inscreve-se sob o pano de fundo da mesma macro-tendência de esboroamento ao

longo das últimas décadas do Estado de Bem-Estar e de instituição vitoriosa de um Estado neo-liberal, de crise dos macro-dispositivos de integração social e da tendência daqui resultante de que os problemas sociais sejam primordialmente entendidos como manifestações de défices individuais e o local como escala e espaço privilegiado da sua gestão reparadora.

De qualquer modo, importa começar por distinguir entre duas utilizações que fazemos da noção de *projectocracia* no contexto do nosso discurso. Com efeito, esta noção pode constituir-se basicamente como uma figura interpretativa das relações predominantes no presente momento entre Estado, cidadão e quotidiano, acepção que é accionada por Manuel Matos (s.d.), mas podemos, igualmente, descortinar nos nossos próprios trabalhos (Correia & Caramelo, 2001; Caramelo & Correia, 2004) uma outra acepção para a ideia de projectocracia em que esta se mobiliza numa lógica de denúncia do carácter mistificador que o discurso e a acção do Estado que a invocam adquire, nomeadamente através das suas políticas sociais (incluindo as educativas), ao imporem como “*lugar comum*” no seio dos dispositivos de gestão do social, e padrão comportamental a assumir individualmente, o imperativo do projecto. Uma perspectiva que nos parece de síntese é a que é avançada por Boltanski e Chiapello (1999) quando, partindo da análise das transformações recentes do capitalismo e da crise dos discursos críticos sobre este – portanto do advento de um “*novo espírito do capitalismo*” – identificam como paradigma da sociedade conexcionista que daí emerge, e das relações sociais aí privilegiadas, a Cidade e o indivíduo dos projectos, analisando criticamente as consequências sociais e para o indivíduo da vida nesta sociedade de projectos.

Desde uma perspectiva que enfatiza a compreensão do sentido da acção humana como resultado do conjunto de variáveis sócio-históricas, políticas e culturais que interferindo na ordem psicológica se constituem em indutoras das nossas práticas sociais, Manuel Matos (s.d.) recorre à “*figura interpretativa*” da projectocracia, distinguindo-a da estadocracia e da tecnocracia, para assinalar um contexto espacio-temporal particular no que respeita à natureza da realidade educativa, procurando caracterizar as relações que nesse dado contexto se estabelecem entre pensamento e acção, ideias e factos, teorias e práticas.

Nesta perspectiva, a noção de projectocracia incorpora em si uma forte ambivalência, ainda que sinteticamente possamos interpretá-la como uma ordem político-social que tem na sua génese uma representação do social que toma como referência o sujeito individual como actor social, sendo que o projecto é a sua forma privilegiada de expressão e acção social. A projectocracia encontra os seus fundamentos, tanto na crise do Estado Providência, que veio instabilizar “*as propriedades do bem comum, inerentes ao mundo cívico, próprio da estadocracia, como as do mundo industrial*” (Matos, s/d.:6), como no que Boltanski e Chiapello (1999) apelidam de novo “*espírito do capitalismo*”.

A crise do Estado-Providência manifesta-se essencialmente pelo desequilíbrio entre o poder económico e o poder político que a partir da década de 1970 se vem acentuando e que conduz a uma falência dos mecanismos de intervenção jurídica e à perda de eficácia reguladora do Estado sobre o mundo do trabalho e da produção que obrigará à própria transformação da natureza do Estado no que diz respeito à relação que estabelece com o mundo do trabalho e com o mundo social e moral. Fundamentalmente, esta relação perde o carácter prescritivo e de anterioridade do Estado face à realidade social segundo uma estratégia deliberada de transformação da natureza do Estado conduzido por este, muito por via da aceleração das transformações políticas, sociais e tecnológicas e torna-se assim impossível de manter, conduzindo inexoravelmente à emergência de um Estado mínimo característico do neo-liberalismo que então se impõe.

A relação entre Estado (ou poder político) e realidade social passa então a estabelecer-se por via das figuras mediadoras do “*contrato*” e das “*parcerias*”, e a função reguladora do Estado a exercer-se essencialmente *a posteriori*, através de dispositivos como os de avaliação. Este recuo estratégico do Estado, ou se preferirmos a sua metamorfose neoliberal, foi acompanhada pelo elogio das virtualidades da sociedade civil e pela denúncia das formas segundo as quais o capitalismo até aí se vinha apresentando.

É pois no contexto da emergência, no plano discursivo, político e económico, do “*novo espírito do capitalismo*” que se insinuam fortemente as tendências para a superação das relações macro-reguladas e das relações de trabalho erigidas segundo

modalidades típicas do “velho” espírito do capitalismo e que irrompem como operadores ideológico-discursivos as noções de autonomia, projecto e rede (Matos, s.d:7). De acordo com Manuel Matos (s.d:7) *“não faltam discursos apelativos do sentido da emancipação e libertação articulados com novos modelos de organização do trabalho e da produção, com novos colectivos em rede (...) associado ao uso dos termos «libertação e emancipação» em contextos de trabalho (como a organização qualificante das empresas), é recorrente o seu uso para designar também auto-realização subjectiva, no sentido de capacidade de dispor de si próprio e conferir-se uma identidade livremente assumida, um projecto pessoal, em vez dum destino que se herda como uma fatalidade, a que o antigo capitalismo de estatuto, assente em propriedades «objectivas» das pessoas (leia-se herdadas tanto social, como biologicamente) deu grande atenção”*.

Sinteticamente, o que está em causa neste novo contexto político e cognitivo é *“inscrever o mundo das subjectividades no mundo da própria realidade social e até económica”* e articular a ideia de projecto com a de auto-realização pessoal mediada pela noção de *“governo de si”* enquanto autonomia intersubjectivamente partilhada (*idem*:8). O projecto constitui-se assim no denominador maior de uma nova vulgata em torno da gestão da realidade pessoal e social, gestão esta que necessita de admitir a flexibilidade da realidade exterior face às estratégias dos actores sociais protagonistas do projecto.

Neste contexto, o sujeito é narrativamente configurado como individualmente deficitário, condição que será gerível através da sua gestão proximal, ou seja, através do investimento do local de propriedades reparadoras do sujeito e, simultaneamente, pela representação do local como espaço de fixação provisória dos indivíduos no seio do qual adquirem as propriedades necessárias à sua auto-mobilidade e, portanto, as condições de acesso à plena inclusão social. Neste sentido, o local é o espaço de passagem e de transformação do sujeito deficitário em sujeito auto-mobilizado e de projecto pelo que *“a participação no local, a pertença à cidade do local é, por isso, uma participação e uma pertença armadilhada. Participa-se e pertence-se para trair esta pertença e esta participação, já que só o envolvimento em trajectórias de mobilidade para o exterior garante a perda da qualidade de excluído”*

(Caramelo & Correia, 2004:38). Ou seja, o local é, neste contexto, uma figura deficitária e transitória apenas valorizada pela possibilidade que confere ao sujeito de, traindo a sua pertença ao local, aí se tornar auto-determinado e de desenvolver a sua autonomia e diversificar os seus envolvimento numa pluralidade de projectos que lhe permita abandonar aquele mesmo local.

Esta narratividade, que retoma dos anos 1960 e 1970, a ideia de projecto e de autonomia como categorias centrais, inscreve-as agora num novo espaço semântico que lhes retira o papel que então cumpriam de alternativa, crítico e emancipatório face às perspectivas desenvolvimentistas dominantes. De facto, *“a reivindicação da figura da autonomia não significa neste mundo a construção de solidariedades ancoradas na partilha de gramáticas de formas de vida, mas antes a emergência de novas figuras do individualismo que tendem a deslegitimar as referências a uma solidariedade social capaz de combater as desigualdades e as injustiças sociais. Por outro lado, as relações sociais que se esboçam na figura do projecto não implicam a criação de sociabilidades susceptíveis de recriarem as raízes, mas anunciam antes as qualidades e as virtualidades de um mundo conexionista e reticular, estruturado mais pela busca racional da maximização dos interesses privados. Valoriza-se mais o «fazer parte» e o «estar em projecto» do que estar integrado em dinâmicas sociais susceptíveis de estruturarem espaços e linguagens que permitam construir localmente novas modalidades de definição de um bem comum participado”* (Caramelo & Correia, 2004:39).

A análise desta narratividade do social é secundada por Matos (s.d.) que começa por reconhecer o importante papel político deste local actual precisamente porque representa ideologicamente *“um espaço de projecto, uma oportunidade de acção e de realização por parte dos membros que o representam, o que, obviamente, supõe, enquanto realidade comum a transformar, a necessidade de convergência de perspectivas, de negociações e de acção comum ou, se quisermos, de interacção”* (p.2). No entanto, o que o autor sugere é que esta representação ideológica do local rompe com o modo tradicional como as comunidades se definiam, em função da partilha num mesmo espaço de crenças, tradições, usos e costumes e de *“autoridades naturais”* fundadas em estatutos herdados, para dar lugar a uma representação da comunidade

“em rede, polarizada pela ideia de futuro e estruturada na figura de parceria” (idem, ibidem:2) e, como tal, potencialmente uma comunidade caracterizada pela multiplicidade dos modos de existência e de expressão.

Neste sentido, e aqui emerge a crítica, o desenvolvimento deste local escapa à denúncia política *“não só porque a acção política se confunde com a agência do projecto – o local como aplicação do projecto é um espaço unificador das divergências – como também os actores e autores da intervenção no local tendem a superar a contenda política pelos objectivos e resultados da acção” (idem, ibidem:3) e o local passa a ser entendido como “local da coexistência”, associado aos ideais da coesão social e da integração, perdendo-se assim a referência do local contestatário e invocado num registo da denúncia dos desvarios desenvolvimentistas de décadas precedentes. Conclui assim o autor que “a passagem da lógica da denúncia e da militância que em tempos a referência ao local inspirou e ajudou a desenvolver, como base de referência anticapitalista e de utopia comunitária, à lógica gestionária e «partenarial» que, ultimamente vem cabendo ao desenvolvimento local, supõe uma subalternização do político em favor do organizacional” (op. cit.:3), o que sugeriria, num contexto em que a complexidade dos problemas aumenta, uma perda do sentido da acção política, substituída agora pelas respostas organizacionalmente orientadas e tecnicamente enformadas. Viveríamos assim hoje num contexto de forte preponderância de um entendimento administrativo do local, teleguiado a partir do centro do sistema político, marcado pela “proliferação verdadeiramente incontrolada de medidas, acções e mediações jurídicas e técnico-organizacionais que tendem a fazer do local o verdadeiro espaço de revelação do poder” (op. cit.:4).*

E por fim, a quarta tensão que acima evocamos como resultado ambíguo da reivindicação da autonomia do princípio da Comunidade face ao Estado que tende a colocar a resultante na órbita do Mercado (ou que pelo menos incorre nessa hipótese) – *a tendência para que a contribuição da educação para o desenvolvimento conduza tanto à instrumentalização da educação como a uma definição de desenvolvimento pensada exclusivamente em torno de uma ideologia dos recursos humanos onde a problemática da relação social e da sociabilidade é sistematicamente desqualificada – remete-nos para a discussão dos modos como se pensa e se concretizam os*

dispositivos de relação entre educação e desenvolvimento e, novamente, para o modo como a actual gramática em torno do desenvolvimento apenas aparenta integrar algumas das problemáticas que em décadas anteriores tinham sido formuladas de forma crítica face às concepções estadocêntricas de desenvolvimento. Como nos alerta Rui Canário (1999:61), a relação contributiva da educação para o desenvolvimento há muito que entrou na categoria dos lugares comuns discursivos, sem que por isso deixe de estar eivada de ambiguidades. Genericamente, esta associação tem sido predominantemente pensada segundo uma lógica da subordinação do trabalho educativo, formal ou não formal, às necessidades ou aos imperativos do desenvolvimento, seja este pensado a uma escala nacional ou a uma escala comunitária, mas quase sempre económico⁹⁵ – aliás, como sustenta Canário (1999:64), esta relação tendeu a ser encarada até aos finais dos anos 1970 (o que não significa que esta representação não permaneça até aos dias de hoje e até arriscaríamos dizer que permanece como a dominante) segundo uma lógica de *“causalidade linear, em que a qualificação (por via escolar) de recursos humanos constituiria um requisito prévio, necessário e suficiente”⁹⁶, para desencadear processos de desenvolvimento* – e, em outros discursos, declinada como um contributo para a coesão social, e esta como condição do progresso das nações, mas omitindo do horizonte da discussão qualquer preocupação com a questão da injustiça e da desigualdade sociais, subsumidas que são à nova vulgata da diferença e da inclusão social. Esta lógica de subordinação da educação aos imperativos do desenvolvimento, normalmente nacional, teve e tem, desde há pelo menos dois séculos, traduções políticas diversas desde o nascimento dos modernos sistemas educativos ao serviço da construção dos Estados-Nação, do crescimento exponencial das ofertas educativas ao longo da segunda metade do século XX, mais uma vez formais e não formais, e da promoção do envolvimento

⁹⁵ Cf por exemplo a este respeito o interessante texto de José Alberto Correia (1999) onde, a propósito da análise das relações entre a escola e as comunidades locais e dos saberes que lhes são próprios, no contexto da realidade portuguesa das últimas quatro décadas, desenvolve a ideia de que estas relações, por imperativos económicos, se inscreveram no que apelida paradigma de *“continuidade”*, ou seja, numa lógica essencialmente instrumental onde os saberes comunitários, não podendo ser ignorados porque *“entraram pela escola adentro”* com a massificação do ensino, apenas eram valorizados pela escola enquanto pontos de ancoragem do trabalho educativo a desenvolver, trabalho esse precisamente no sentido de erradicar aqueles saberes, tidos como menores e do domínio dos preconceitos.

⁹⁶ Sublinhado nosso.

progressivo de uma maior diversidade de públicos nessas ofertas, até ao desenvolvimento de uma retórica encapotada – com expressão global e veiculada em primeira mão através das instâncias transnacionais como a Comissão Europeia, a OCDE, o Banco Mundial – e de acções políticas que visam estreitar as relações entre o funcionamento do campo educativo e as supostas solicitações do campo económico, entendido como o “*motor*” do desenvolvimento, segundo uma lógica que supõe a possibilidade e a necessidade de organizar de forma perfeitamente ajustada esta relação, sem que se discutam as suas finalidades ou admitindo que o tempo dessa discussão já expirou, restando agora o tempo da acção (Canário, 2000a).

Por outro lado, como já salientámos, não está ausente desta nova gramática do desenvolvimento a tendência para encarar ambivalentemente o local, em substituição das instâncias de regulação central, como o espaço mais adequado à mobilização dos recursos (e dos sujeitos como recursos) que permitam a qualificação dos sujeitos, tornando-os competentes a integrar-se nas lógicas do mercado para assim acederem a uma cidadania globalizada cujo principal referente é o mercado, mesmo se essa qualificação visa, primordialmente, a mobilidade dos sujeitos para fora desse mesmo local naquilo que em outro momento, na esteira de Boaventura Sousa Santos considerámos ser o privilegiar da lógica das opções sobre a lógica das raízes (Caramelo & Correia, 2004). Esta gramática supõe, desde logo, uma dupla desqualificação dos sujeitos e da sua condição, na medida em que, por um lado, tende a não os encarar como sujeitos experientes e portadores de saberes, mas antes como entidades problemáticas ou deficitárias, sendo que esses défices são, muitas vezes, atribuídos à sua própria vinculação ao local e ao comunitário responsabilizada pelo seu afastamento face a um modelo hegemónico de urbanidade (no seu duplo sentido) e, por outro lado, quando se dá o seu reconhecimento, este apenas visa colocar os sujeitos aos serviço de um bem comum e de um projecto societário que os transcende e de cuja definição não são convidados a participar. Esta gramática acentua, ainda, uma definição dos problemas sociais que tende a atribuir as suas causas a défices individualmente imputados aos sujeitos, o que também supõe uma concepção do tecido social como resultado da agregação de qualidades (ou problemas!) individuais sem que estas sejam inscritas nas relações com as dimensões societárias estruturais,

isto é, a definição dos problemas tende a fazer-se na abstracção da “*dualidade estrutural*” (Giddens, 1992) que está na génese da constituição do social e, como tal, tende a inscrever os indivíduos num espaço social alegadamente permeável a uma qualquer escolha ou opção e como tal a definir os problemas como resultado das más opções individuais ou da incapacidade de escolher acertadamente o caminho que permite o acesso ao “*interior*” do mundo social.

Mas, mais importante ainda parece ser o modo como se define o local e o comunitário por referência ao trabalho de construção de si por parte dos sujeitos sociais. Com efeito, sob a capa semântica da parceria e do desenvolvimento endógeno, o local e o comunitário tendem a ser encarados como recursos educativos face aos quais os sujeitos se relacionam na lógica da acessibilidade para com eles se estruturarem e estruturarem as suas relações com o local e o comunitário. Ora, deste modo de problematizar a relação entre educação, desenvolvimento e comunidade está claramente ausente a consideração dos processos de inter-estruturação que, por meio das dinâmicas de desenvolvimento, se efectivam entre sujeitos e realidade comunitária, bem como estão ausentes os processos que inscritos numa lógica da sociabilidade tendem a ser os verdadeiros produtores das relações sociais constitutivas das comunidades. Como sugerimos num outro momento, passa-se assim ao lado de uma intervenção no desenvolvimento local e comunitário que, reconhecendo a comunidade como recurso pertinente para a qualificação dos sujeitos, se contraponha a um contexto em que a globalização do mercado tem contribuído para a desagregação das comunidades e que assim possa contribuir para a recriação das comunidades, ou seja, que tome simultaneamente como referência da sua intervenção os sujeitos e a comunidade, o que supõe “*pensar a comunidade como projecto a construir, e não como recurso educativo*” (Correia & Caramelo, 2001:90).

Em síntese, a nova gramática do local e do seu desenvolvimento coloca-nos perante uma plurisignificação ambivalente do local e do comunitário e da relação da educação com o desenvolvimento destes – o local e comunitário como espaço de reparação das contradições sociais que o centro do sistema é incapaz de gerir, o local como espaço-recurso para a qualificação predatória dos sujeitos, o local como escala

pertinente do desenvolvimento social e económico mas cuja referência é o desenvolvimento nacional, a pertença ao local como *handicap* sócio-cultural na óptica da inserção no mundo globalizado do mercado das oportunidades no exterior do local... – que rompe com as perspectivas críticas de acordo com as quais o local se contrapunha a um certo cosmopolitismo universalizante do nacional e em que a pertinência do desenvolvimento do local era *“a afirmação da pertinência das subjectividades partilhadas, por contraponto à descontextualização da definição das individualidades e das relações que as produzem”* (Caramelo & Correia, 2004:39). Não podemos contudo deixar de equacionar a alternativa política e cognitiva que, tal como sugerimos em ocasião anterior, passa por construir um novo cosmopolitismo do local em que este se possa afirmar como espaço pertinente de combate às fracturas sociais e de construção de novas relações sociais mais densas, participadas e emancipatórias, ou seja, *“afirmar o local como reconhecimento da heterogeneidade do espaço social onde se conjugam simultaneamente as problemáticas do combate às desigualdades e injustiças sociais e da criação de condições sociais para a afirmação das expressividades e das subjectividades”* e pensar *“o desenvolvimento local já não como trajectória de acesso a um bem comum universal, mas antes como dispositivo particularmente propenso à construção argumentada de um bem comum contextualizado”* (Caramelo & Correia, 2004:40).

III SECÇÃO – FUNDAÇÕES METODOLÓGICAS.

As opções metodológicas da pesquisa

Este trabalho, como já antes se teve oportunidade de salientar, constitui como seu objecto os processos de educação apreendidos a partir de uma perspectiva globalizada desta (Canário, 1995), presentes numa situação concreta de mobilização colectiva pautada pelo confronto sócio-político e cultural em torno da definição de múltiplos sentidos para o devir daquele colectivo de pessoas: i) para a sua vida e o seu trabalho; ii) para o seu entorno territorial que compreende a relação com a terra que trabalham e com o território que habitam; iii) para as relações entre si.

A elaboração desta análise ancora-se num conjunto de pressupostos epistemológicos e teóricos e recorre ao accionamento de procedimentos de produção de informação, assim como adopta uma perspectiva interpretativa particular. É a articulação consistente e coerente entre quatro pólos (epistemológico, teórico, técnico e morfológico), necessariamente explicitada e justificada, que confere legitimidade científica ao saber/análise que se intenta produzir (Bruyne, Herman *et al.* 1974).

Se parece não haver dúvidas acerca do facto de que a preocupação deste trabalho é a da análise de processos sociais, por contraponto à análise de fenómenos naturais ou físicos (biológicos, químicos, físicos...), que o inscreve naturalmente no domínio das Ciências Sociais e Humanas, importa no entanto reforçar a particularidade da abordagem que enceta dentro daquelas.

Em termos sintéticos, usamos na pesquisa realizada os principais traços da caracterização que Bogdan e Biklen (1994) realizam da investigação qualitativa em educação: *“Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais, conversas [...] As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a seleccionar questões específicas à medida que*

recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objectivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. As causas exteriores são consideradas de importância secundária. Recolhem normalmente os dados em função de um contacto aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais.” (Bogdan&Biklen, 1994:16). As estratégias de pesquisa mais representativas desta abordagem serão, na opinião dos autores, a *observação participante* e a *entrevista em profundidade*. Os autores aproximam ainda o uso que fazem da expressão investigação qualitativa do que em outros autores é designado por investigação de campo ou que, mais particularmente no campo da educação é apresentada como investigação naturalista (op. cit.:17), para traduzir procedimentos em que o pesquisador percorre os espaços onde naturalmente decorrem os fenómenos que lhe interessa apreender⁹⁷. Em suma, os autores definem o carácter qualitativo da investigação em função das estratégias que esta mobiliza e que os autores identificam como sendo de natureza qualitativa (*idem, ibidem*:18).

É também um trabalho que procura construir uma matriz de análise que convoca perspectivas sociológicas, históricas e socio-antropológicas, mas que, construindo como objecto de sua reflexão facetas particulares desse vasto fenómeno que é a educação, se inscreve no campo das ciências da educação para o que mobiliza conceitos e cruza olhares disciplinares especializados como os da sociologia da educação, da economia da educação, da psicologia e da psicossociologia da educação e integra problemáticas que têm sido desenvolvidas nos domínios da educação de adultos, das relações entre educação e desenvolvimento, da educação popular, da alfabetização, da animação. Mas se há traço que marque as ciências da educação é precisamente a sua tendência transfronteiriça face ao conjunto das ciências sociais, e, portanto, o seu carácter potencialmente transgressor, que não só se revela na constituição dos olhares disciplinares especializados que acima se referem, enriquecidos de conceitos e quadros teóricos importados da análise de fenómenos não educativos, mas também na capacidade de recorrer a contributos conceptuais

⁹⁷ A este propósito é exemplificativa a obra de Afonso, (2005).

estrangeirados para constituir objectos educativos escrutináveis segundo os cânones da ciência normal. Daí que este trabalho recorre igualmente a reflexões e análises que desde múltiplos olhares disciplinares dentro das ciências sociais incidem sobre as questões da mudança social, do trabalho, dos movimentos sociais, do desenvolvimento, sendo que os limites desta “*dispersão*” são demarcados pela utilidade para a construção e compreensão de um objecto científico.

Mas deve ainda acrescentar-se que este trabalho como em geral a produção científica/a pesquisa em ciências sociais e humanas é uma prática social que como todas está inscrita num contexto societal marcado por solicitações sociais, valores sociais e individuais e opiniões, enquanto saberes não sistematizados, bem como por limitações epistémicas que não só a tornam um produto do seu tempo e espaço social e científico e moldam os seus protagonistas na forma como a conduzem, como nos impelem ao reconhecimento da diversidade dentro dos cânones da ciência normal (Bruyne, Herman *et al.* 1974:29-33). Perante esta asserção, a pesquisa e a produção científica são campos dentro dos quais opções epistemológicas, teóricas e técnicas são tomadas e em que as potencialidades hermenêuticas das opções assumidas são indissociáveis do valor que o pesquisador na sua *implicação* lhes atribui. Daí que as teorias e os conceitos escolhidos, os autores privilegiados, o(s) olhar(es) disciplinar(es) eleitos no confronto com o desígnio de traduzir a realidade constroem objectos científicos, não só *relacionais*, como eminentemente *pessoais*. Ocultar ou não explicitar esta dimensão implicacional da actividade de pesquisa em ciências sociais é claramente contribuir para propagandear uma ciência desinteressada, neutra, logo, inexistente.

O estatuto do conhecimento em/sobre o desenvolvimento comunitário e local e cientificidade educativa

O trabalho que aqui se apresenta, já o dissemos, *aborda as dinâmicas de desenvolvimento comunitário ou local como processos de educação*. Nesta simples frase não só está contida uma multiplicidade de pressupostos como está encerrada uma diversidade de questões – que ao longo do trabalho procuraremos explicitar e dar resposta – e, ainda a referência a conceitos que importa esclarecer sistematicamente.

Comecemos por procurar explicitar alguns dos pressupostos, designadamente o que significa algo tão simples como o que pressupomos ao sugerir que este trabalho procura «*abordar*» o que havemos de, em seguida, explicitar. O termo só é despretensioso desde que não o interroguemos, porque, em boa verdade, no fundo, contém em si uma definição metodológica do que procuramos conseguir no nosso trabalho. Com efeito, se recorrermos à ajuda etimológica percebemos que a abordagem tanto pode corresponder a uma versão “*suave*” que implica «*colocar-se lado a lado*», como, num significado mais forte e comum, se aproxima da ideia de «*ir de encontro a*» ou da de «*interpelação*» (in Dicionário Houaiss), ou seja, nesta acepção, supõe o confronto, a interpenetração. Em boa verdade este trabalho oscila entre as duas acepções da «*abordagem*» acima enunciadas uma vez que, simultaneamente, i) se constitui como um discurso que busca uma aproximação a um objecto para o conhecer, diríamos mesmo um discurso que acompanha um objecto sobre o qual vai percorrendo – os processos de educação presentes em dinâmicas de desenvolvimento local –, de molde a ser possível observá-lo, caracterizá-lo, categorizá-lo e desse modo produzir uma compreensão sempre parcial e marcada por cambiantes determinadas pelos ângulos de observação do objecto e, ii) é um discurso que não pode fazer a economia do questionamento sistemático daquilo que observa para romper os tão eventuais como inevitáveis erros de paralaxe que o olhar, demasiado próximo ou sensível possa produzir (isto é, romper com o empiricismo), num trabalho que é condicionado tanto por aquilo sobre o que se olha (o que nos é dado olhar ou o que somos capazes de olhar), como pelo ângulo a partir do qual se olha e é um trabalho, portanto, em que se procura, para além da caracterização, também a interpelação, o que supõe o questionamento do próprio processo de observação (no que poderia designar-se de vigilância epistémico-metodológica) e o questionamento do que este define como observado.

Em síntese, como sugerem Silva & Pinto (1986:10) “*ao procurarmos conhecer a realidade social, vamos construindo, a respeito dela, e mediante quadros categoriais, operadores lógicos de classificação, ordenação, etc, mediante processos complexos influenciados ainda pelas nossas necessidades, vivências, interesses – vamos*

construindo instrumentos que nos proporcionam informação sobre essa realidade e modos de a tornar inteligível, mas nunca se confundem com ela”.

O questionamento de que falamos, ou a inteligibilidade acima referida, só é possível se adoptarmos uma posição de desconforto, de estranhamento face ao olhar, de *“desnaturalização”*, que os epistemólogos e metodólogos chamam de *“ruptura com o senso comum”*, isto é, de *“ruptura com as pré-noções típicas do conhecimento corrente”* (Silva & Pinto, 1986:29) através de um trabalho de discussão e definição rigorosa dos conceitos, de confronto de interpretações provisórias com a empiria, ainda que reconhecendo que nas Ciências Sociais, que lidam com factos humanos, os factos são sempre factos interpretados e em que *“a consciência dos actores é o elemento constitutivo decisivo do mundo social”* (*idem, ibidem*:31) e que, portanto, a oposição entre ciência e senso comum é uma oposição relativa e nunca definitiva ao longo do processo de conhecimento. De qualquer modo, a posição enunciada conduz-nos inequivocamente à assunção do primado da teoria (ainda que por vezes esta possa ser implícita) na pesquisa científica, entendido como esforço constante de sistematicamente definir para pôr à prova um conjunto de aceções e de relações entre fenómenos, processo rigorosamente vigiado pelos designados procedimentos metodológicos. Este trabalho de circunscrição teórica de um objecto faz-se à medida que o vamos reconhecendo, que dele vamos sentindo as rugosidades, que com ele estabelecemos uma relação, ou, tal como sugere Pierre Bourdieu, em que a construção do objecto é essencialmente um trabalho relacional entre a realidade e os conceitos enquanto construções mentais que nos ajudam a categorizar a realidade sem que se confundam com ela.

Mas há ainda uma outra questão que importa aqui dirimir e que diz respeito ao processo de conhecimento, de abordagem, especificamente preocupado com esse objecto que designamos por desenvolvimento comunitário.

O saber sobre a intervenção em prol do desenvolvimento, mesmo se tem sido e continua a ser objecto de uma visão essencialista da realidade, como acontece com grande parte dos saberes sobre o social, como sustenta Matos (1994:3), e de tentativas sistemáticas de homogeneização que se têm traduzido na *“redução da multiplicidade do mundo real («mundo da vida») a um modelo matemático de análise*

que, por definição, apenas considera as regularidades e as constâncias verificadas entre os fenómenos, medidas em termos de relações quantitativas” e que têm conduzido à desqualificação científica da complexa intencionalidade subjectiva que caracteriza o humano e a uma autonomização da teoria face à prática de que emana, o que é facto é que as tentativas de normalização deste saber não têm senão esbarrado com a constatação de que a realidade é *“uma construção de natureza dinâmica, regida por lógicas conflituais”* face à qual a ciência, enquanto produto do espírito humano, revela a sua provisoriedade e o seu estatuto de participante activo naquela construção (op. cit.:2). Por esta razão, no campo da produção de saber sobre a intervenção no desenvolvimento comunitário, como aliás na generalidade dos campos do humano e social, continuamos a assistir ao confronto entre duas lógicas científicas: i) a que procura insistir em instituir-se segundo os princípios da ciência normal, operando através da homogeneização, redução e regularização do objecto sobre o qual se debruça pela extirpação de qualquer *“contaminação”* que lhe possa advir do seu carácter humano e historicamente situado, e onde a consciência humana não modifica mas apenas representa a realidade que conhece, visando-se assim a produção de um saber normativo e universal e ii) a prática científica que encara a realidade *“não como um dado a integrar em sistemas explicativos já estruturados, mas como a consciência de um processo em que sujeito e objecto mutuamente se condicionam segundo uma lógica de superação indefinida”* (Matos, 1994:4-5) e que, como tal, admite e se inscreve na dinâmica historicamente condicionada e conflitual da realidade social que procura conhecer, tece uma relação de intercondicionamento entre consciência e realidade, não só na ordem da produção do conhecimento como na ordem da transformação da realidade, e que supõe e suporta a possibilidade de mudança e transformação, segundo uma concepção provisória de conhecimento e um estatuto praxeológico do saber.

Neste sentido, um dos desafios que se coloca à produção de conhecimento sobre a intervenção para o desenvolvimento e sobre a pesquisa em torno desta decorre do estatuto epistemológico e teórico que atribuímos ao saber sobre o

desenvolvimento comunitário, um estatuto que não é indiferente ao referencial a partir do qual definimos esse conhecimento.

Com efeito, se tomarmos como referencial a ciência normal, no sentido que lhe atribui Thomas Khun, verificamos que o saber da/sobre a intervenção e o desenvolvimento comunitário tem dificuldades de inscrever-se no paradigma científico dominante habitado por saberes de teor universal e normativo e que visam, assim, constituir uma ciência nomotética, ainda que se deva ressaltar, como o faz Manuel Matos (1994), que a tentativa de erigir este conhecimento em ciência normal não possa historicamente deixar de se considerar um reflexo da *“crise dos modelos metafísicos associados à ideia de transcendência do destino do Homem”* (*idem, ibidem:3*) e, como tal, de se considerar uma aspiração social legítima.

Pelo contrário, se tomarmos como referencial de estruturação do conhecimento as práticas e a acção que se desenvolvem a coberto do propósito do desenvolvimento das comunidades e se admitirmos que, frequentes vezes, este é um conhecimento que se produz para ser convertido em competências profissionais que permitam a mobilização prática através da sua *“aplicação”* por figuras profissionais que povoam o campo do desenvolvimento comunitário, então consequentemente temos de considerar que privilegiadamente estamos perante um processo de conhecimento ou de produção de um saber praxeológico, contextual e profundamente contingente ou, como salienta Manuel Matos (1994), estamos perante um *“objecto-sujeito”* de conhecimento que é teorizável mas cuja teorização não é susceptível de ser universalizável. Ora, nesta perspectiva estamos perante saberes com um estatuto epistemológico frágil no interior das já de si igualmente epistemologicamente frágeis Ciências da Educação. Daí que Manuel Matos (1999a) saliente que o exercício de uma prática teórica dentro deste campo do desenvolvimento das comunidades se revela problemático do ponto de vista teórico. Com efeito, a produção de um saber sobre a intervenção e o desenvolvimento comunitário, nomeadamente aquele que tem em vista o seu reinvestimento na acção, confronta-se com o facto de a natureza deste conhecimento ser essencialmente contingente e contextual o que torna a sua estabilização teórica apenas uma *“ficção útil”*, necessária como forma de estabilizar um conjunto de saberes susceptíveis de se codificarem em pré-disposições essenciais à

acção prática. É precisamente neste sentido que Matos (1999a:7) sustém que “o *objecto da Intervenção Comunitária corre o risco paradoxal de se desvanecer à medida que é construído, se este mesmo objecto não incorporar o seu próprio paradoxo. Para isso, a prática teórica tem de ser encarada como uma «ficção útil», no sentido de que a legitimidade epistemológica de que usa e que visa legitimar-se na transformação das práticas informais ou teorias práticas só poderá reclamar esse estatuto à medida em que ela própria se transformar pela apropriação alheia*”. Ou seja, como o estatuto teórico do saber da acção comunitária tem na sua base o respeito pela legitimidade epistemológica do saber daqueles que o praticam, então o saber só será legítimo se sujeito ao processo de tradução de saber teórico descontextualizado em saberes de acção contextualizados, isto é, numa forma de teoria prática.

Nesta perspectiva, o saber e o conhecimento que se pode produzir sobre as dinâmicas de desenvolvimento comunitário vive nesta tensão entre a impossibilidade da sua universalização e descontextualização, e portanto da obtenção da dignidade do estatuto de saber teórico, sob o risco de perder o que em si é mais característico – o seu carácter praxeológico – e a perda de estatuto de saber teórico e científico se for exclusivamente pensado como saber prático e, como tal, conjuntural e contextual.

Daí que seja uma tarefa fundamental neste domínio tomar uma opção face ao tipo de conhecimento que consideramos possível e pertinente produzir, tendo em consideração que a construção deste saber, como de qualquer outro saber sobre a realidade social, nas palavras de Manuel Matos (1994), representa, simultaneamente, um esforço de emancipação, na medida em que pode constituir-se enquanto instrumento de desocultação dos mecanismos sociais que impedem a realização autónoma do Homem enquanto espécie, e um instrumento de dominação na medida em que se constitui em “*instrumento de legitimação duma ordem social historicamente determinada que se naturalizou e tende, portanto, a absolutizar-se e a impor-se como necessária e inevitável*” (*idem, ibidem*:3).

A opção que fazemos neste trabalho recai claramente em dar conta de um processo de conhecimento que reconhece a sua marginalidade epistemológica, a sua singularidade praxeológica, a sua contingência humana, a sua historicidade e o seu

carácter inter-subjectivo no pressuposto de que deste modo possa constituir-se num conhecimento potencialmente emancipatório.

Ora, o que acabamos de salientar inscreve-se num discurso epistémico-metodológico, isto é, num modo próprio de produção de conhecimento – neste caso uma forma particular de cientificidade educativa. Neste sentido parece particularmente relevante admitir aqui que o desenvolvimento comunitário pode ser entendido como um «*objecto híbrido*» no domínio da cientificidade educativa, na acepção que lhe dá Correia (1998), isto é, um objecto cuja compreensão, no âmbito de uma redefinição socioantropológica da cientificidade em educação (Correia, 1998:181), implica a instabilização das dicotomias que tradicionalmente estruturaram os discursos científicos em educação, designadamente as dicotomias sujeito-objecto, indivíduo-sociedade, educativo-não educativo, causa-consequência, factos-opiniões e ciência pura-ciência aplicada. Esta abordagem epistemológica e metodológica dos objectos educativos abre a possibilidade de “*repensar a estrutura do campo da cientificidade em educação (...) como malha ou rede onde os diferentes «discursos científicos» se interpelam e são interpelados pelos discursos profanos*” (*idem, ibidem*:181), afirmando-se contra as tentativas de “*disciplinação*” disciplinar e de purificação metodológica que os discursos disciplinares hegemónicos no campo educativo procuram levar a cabo. O desenvolvimento comunitário é, portanto, um objecto científico de cariz híbrido que se presta à interdisciplinariedade e à confluência de narratividades sábias e profanas e, como tal, também é mais permeável a ser analisado a partir dos discursos científicos mais periféricos, de que uma das preocupações é precisamente transcender “*a ideia da ciência como uma metanarrativa construída no registo da positividade ou no registo da denúncia*” (*idem, ibidem*:184) para, em alternativa, se afirmarem como uma “*mediação discursiva entre diferentes razões científicas e entre estas e as diferentes razões que proliferam na(s) cidade(s) dos Homens*” (*idem, ibidem*:184).

Segundo Correia (1998:184), estas potenciais transformações da cientificidade em educação conduzem a um outro modo de dizer os objectos, melhor dizendo ao reconhecimento de que lidamos com “*sujeitos-objectos*” a que importa reconhecer o seu direito à narrativa, admitindo-se assim que “*no campo da produção científica não é*

apenas o sujeito que cria o objecto, mas o próprio objecto que constrói o sujeito” (Correia, 1998:184), de tal modo que é necessário *“pensar a prática epistemológica não no registo da observação – do sujeito que observa o objecto e que evita ser observado por ele –, mas também como prática de escuta – como reacção (dia)lógica entre sujeitos/objectos que se narram”* (op. cit.:184). Ora, a reabilitação da escuta no domínio da cientificidade – contra a epistemologia do olhar distante que estruturou hegemonicamente a ciência moderna – *“propõe uma reabilitação dos procedimentos específicos às ciências do terreno, encarando-os como procedimentos (dia)lógicos, cuja cidadania epistemológica não está dependente da sua maior ou menor afinidade com os procedimentos laboratoriais”* (op. cit.:184-185), isto é, tem de admitir-se que os procedimentos de conhecimento da realidade ancorados nesta epistemologia da escuta não são inferiores epistemologicamente àqueles outros ancorados numa epistemologia da observação. O que a alternativa da epistemologia da escuta alberga em si é a crítica à univocidade dos objectos e da relação de conhecimento que com eles se estabelece, é a crítica à possibilidade de *“produzir a ilusão a estabilização da distinção entre sujeito e objecto num contexto que não é de observação mas de questionamento”* (Correia, 1998:185) e é a afirmação de um estatuto de sujeito às realidades que o conhecimento interpela de molde que se admita que estes *“são capazes de interpretar do seu ponto de vista o sentido do dispositivo que os interroga, ou seja, de se porem a existir num mundo que integra activamente a questão que lhe é posta”* (Stengers, 1991:165 cit. por Correia, 1998:185). Como conclui Correia (1998:185) estamos assim perante um *“objecto que não se limita a ser olhado, escutado ou interpretado, mas olha, escuta, interpreta e também interpela o sujeito, perturbando e inviabilizando uma distinção que autorizava o sujeito a tornar-se juiz que se situa num mundo diferente dos objectos que ele é chamado a julgar”*.

Esta profunda revolução epistemológica tem consequências no domínio mais estrito da metodologia e designadamente no domínio do modo como se *“dizem”* as pesquisas. Inscrito num paradigma que tem na veracidade partilhada o seu critério de validade científica, que supõe portanto uma irreduzível incerteza ou a impossibilidade de almejar a uma verdade absoluta e definitiva garantida pela exterioridade face ao objecto de conhecimento e a um discurso metanarrativo totalitário, o discurso da

epistemologia da escuta ensaiado pelos pesquisadores tem de ser permeável às diversas e simultaneamente singulares formas de justificação da acção ensaiadas pelos actores cujo registo é mais facilmente traduzível segundo uma modalidade narrativa do conhecimento. Assim, o modo como se “*diz*” a pesquisa, nesta lógica científica do singular e da mediação, está mais preocupado com os sentidos do que com os factos, está atento à necessidade de manter o registo metodológico impuro que permita atribuir uma forte centralidade à análise das práticas discursivas mas também que “*reconheça ao actor a capacidade de definir a realidade social e se definir a si próprio nesta definição*” (Correia, 1998:185). E este modo de “*dizer*” a pesquisa não deriva apenas de uma estrita opção metodológica mas, como assinala Correia (1998:185), “*tem um fundamento ontológico e ético onde o actor social não é reconhecido apenas como objecto de um processo «sábio» de produção de qualificações, mas como um ser que dispõe de competência de a si próprio se qualificar e requalificar, isto é, como um ser que se narra construindo-se nesta narrativa*” o que estilhaça necessariamente as fronteiras entre as narrativas explicativa (da ciência) e as narrativas descritivas (dos sujeitos) para repensar a sua relação de acordo com um estatuto mais simétrico do ponto de vista cognitivo e no quadro de uma intertextualidade que admite a pertinência e veracidade de ambas as narrativas, sem que, como alerta Correia (1998:186), tal signifique necessariamente uma indistinção sem critério entre sujeito e objecto e factos e opiniões, mas apenas que aquela distinção não é pertinente se ancorada exclusivamente pela intervenção metodológica.

Esta cientificidade educativa dos híbridos e da mediação integra assim como complementaridades contraditórias imiscuídas nas suas condições de produção os factos e as opiniões e a objectividade e a subjectividade, o que a faz ingressar num mundo em que o conhecimento dos seres se faz através da produção e da troca de sentidos entre aqueles que simultaneamente são conhecidos e se conhecem e o pesquisador. Neste sentido, a pesquisa é uma forma de tradução mais do que de elucidação ou de desocultação das propriedades dos seres, sem que contudo se possa deixar de admitir que o conhecimento científico tem “*uma capacidade de produção de factos/opiniões que transcendem os factos/opiniões pré-inscritos na «realidade» que ela quer reconhecer dando-se a conhecer*” (Correia, 1998:187). A melhor forma de

explicitar esta ideia da tradução talvez seja mesmo recorrer à explicitação que o autor produz dela, sustentando que esta se afirma como *“uma prática singular de interpretação envolvendo intérprete e interpretante numa intersubjectividade em busca de um acordo que não envolve prioritariamente a comunidade legítima dos intérpretes (a comunidade científica) [mas que] subentende um tradutor capaz de recriar, capaz de inventar uma linguagem que não seja apenas sua, mas que realize também um entendimento entre linguagens diferentes”* (op. cit.:187) e, ainda que, *“as práticas de tradução, como práticas de mediação de interpretações, não se confundem com práticas de «registo» ou de «verificação» de sentidos ou de «realidades objectivas» que as transcendem”* (op. cit.:187).

É ao exercício desta epistemologia da escuta, da mediação e da tradução que podemos associar o registo de uma *cientificidade crítica* (Correia, 1998:187-188) que se afirma através de uma gramática da indignação, i) pela reconceptualização das relações entre teoria e prática que reabilite as dimensões ético-políticas dos saberes práticos, pelo trabalho de análise lidando, simultaneamente, como complementaridade contraditórias com as questões da justeza e da justiça e da justificação, ii) que permita restituir dignidade e estatuto científico aos saberes que normalmente são desvalorizados enquanto opiniões, reconhecendo assim os seus autores no seu trabalho de autoria discursiva e, finalmente iii) que não perdendo a aspiração à produção de um conhecimento generalizável se reconheça no entanto também como *“um trabalho interactivamente localizado e contextualizado”* (op. cit.:188).

Concluindo regressamos ao ponto de partida. A intervenção comunitária almejando como finalidade o desenvolvimento inscreve-se claramente nos objectos propensos à utilização hermenêutica desta *cientificidade educativa crítica*, desta epistemologia da mediação e da tradução e em que os saberes produzidos apresentam uma estrutura cognitiva semelhante à dos saberes práticos na medida em que, como salienta Correia (1998:188), têm ambos uma forma *reflexiva* (são saberes sobre o outro e sobre si), são ambos saberes *interiorizados* (tornam-se parte da personalidade) e são saberes *globalizantes* [*“integram reflexivamente meios e fins como elementos*

estruturadores de formas de vida que se constroem e reconstroem, que se estabilizam e instabilizam na interacção”. (op. cit.:188)].

Nesta perspectiva, o objecto deste trabalho passa também pelo desafio de desenvolver instrumentos analíticos que contribuam tanto para a transformação dos estilos cognitivo-metodológicos tradicionais da pesquisa em educação, como essencialmente para a transformação dos estilos de narrativa da pesquisa através do que Correia (1998) designa por “*epistemologia da controvérsia*”, onde o pesquisador emerge como mediador transformante daquilo que pesquisa, enquanto tece “*fiões de pertinência*” e “*veracidades*” mais do que metanarrativas totalitárias ou verdades insofismáveis sobre a realidade que procura compreender⁹⁸.

O processo discursivo de análise adoptado – a dialéctica

Na sua reflexão sobre a prática científica como um campo analisável a partir da sua decomposição numa estrutura quadripolar - epistemológica, teórica, técnica e morfológica – Bruyne; Herman, *et al.* (1974) inscrevem a *dialéctica*, a par da fenomenologia, da quantificação e do método hipotético-dedutivo, na categoria de processos discursivos que, nas palavras dos autores, orbitam o pólo epistemológico e que impregnam com as suas lógicas os procedimentos do pesquisador, sendo que estes vários processos discursivos não são mutuamente exclusivos e tanto podem coexistir em determinadas práticas científicas como simplesmente um deles ser absolutamente exclusivo em outro tipo de práticas científicas (Bruyne; Herman, *et al.*

⁹⁸ Estas considerações acerca da necessidade e do propósito de uma cientificidade educativa crítica vão ao encontro tanto da abordagem de Callon, Lascoumes *et al.* (2001) a propósito da necessidade de se desenvolver uma “*democracia dialógica*” como, especialmente, da proposta de Boaventura Sousa Santos (2009, 2006) em torno do conceito de “*ecologia saberes*”. De acordo com Boaventura S. Santos (2006), o desenvolvimento de uma ecologia dos saberes supõe que “*a ciência ultrapasse a sua fase de monocultura do saber e reconheça como alternativos outros conhecimentos*” (Santos, 2006:100), sendo que “*a questão não está em atribuir igual validade a todos os tipos de saber, mas antes em permitir uma discussão pragmática entre critérios de validade alternativos, uma discussão que não desqualifique à partida tudo o que não se ajusta ao cânone epistemológico da ciência moderna*” (Santos, 2009:100), mas, pelo contrário, admitir que “*a diferença epistemológica só pode ser minimizada através de comparações recíprocas entre saberes na busca de limites e possibilidades cruzadas*” Santos, 2009:469). E isto far-se-á através do desenvolvimento de um trabalho de “*tradução*”. Devo neste ponto agradecer especialmente à Cláudia Rodrigues não só pela sua reflexão e chamada de atenção acerca da pertinência da articulação entre estes conceitos, como pela disponibilidade para partilhar comigo a leitura e sistematização dos trabalhos de Boaventura Sousa Santos acerca da “*ecologia dos saberes*”.

(1974:34). A preocupação dos autores é pois a de “*situar a dialéctica numa metodologia geral, indicando as principais extrapolações que aquela pode suscitar*” (*idem, ibidem*:60).

Para além da diversidade de significados historicamente atribuídos por diferentes pensadores à noção de dialéctica e da diversidade de sentidos que a própria noção pode adquirir (um sentido objectivo que reenvia a uma ontologia, um sentido subjectivo que reenvia a um método filosófico geral, um sentido metodológico que reenvia precisamente para a sua mobilização no âmbito da metodologia em ciências sociais)⁹⁹, parece poder sustentar-se que todo o procedimento dialéctico integra um conjunto de características comuns que são em si mesmas elucidativas das suas consequências metodológicas na pesquisa em ciências sociais, a saber: i) “*visa simultaneamente o conjunto e os seus elementos constitutivos, as totalidades e as suas partes, é simultaneamente análise e síntese*¹⁰⁰, um movimento reflexivo do todo às partes e vice-versa; ii) é sempre negação, na medida em que nega as leis da lógica formal (identidade, não contradição, terceiro excluído) na medida em que as hipóteses e os factos que a lógica formal permite analisar são abstraídos do conjunto concreto que os transcende (uma totalidade englobante), enquanto que numa perspectiva dialéctica nega-se tudo o que é uma pura abstracção desligada do concreto; iii) é o estilhaçamento de qualquer conhecimento rígido ou de qualquer conceito mumificado¹⁰¹, mostra que todos os elementos do mesmo conjunto se condicionam reciprocamente numa infinidade de níveis intermediários entre os termos opostos” (cit. por Bruyne; Herman, et al., 1974:61).

⁹⁹ O sentido objectivo da dialéctica está associado ao movimento concreto, natural e sócio-histórico da realidade (ou seja, dito simplesmente, o movimento do mundo/realidade é dialéctico). Isto subentende uma concepção do mundo e da sua transformação (uma ontologia), o que pode fazer com que a dialéctica corra o risco de ceder à tentação de procurar instituir-se em teoria de todas as teorias possíveis (cf. Bruyne, P; Herman, J; et al., 1974:61). Ora, por outro lado, o sentido subjectivo da dialéctica enfatiza precisamente a ideia de que o movimento dialéctico do mundo só pode ser apreendido através de um pensamento dialéctico, isto é, de uma lógica de pensamento que seja adequada ao conhecimento dos processos históricos das mudanças e dos conflitos sociais, procurando as causas internas que explicam aquelas mudanças.

¹⁰⁰ Sublinhado nosso.

¹⁰¹ Como literalmente salienta Gurvitch (1982:10 e 22): “*a inspiração primeira da dialéctica autêntica é a demolição de todos os conceitos adquiridos, com vista a impedir a «mumificação» destes, consequência da sua incapacidade para apreender as totalidades reais «em marcha» como para abarcar simultaneamente os todos e as suas partes*”

Apesar da pluralidade de sentidos que a dialéctica pode assumir consoante os objectos aos quais a reportamos (cf. Herman, *et al.*, 1974:60), interessa-nos destacar particularmente o seu sentido metodológico e, mais particularmente o seu sentido metodológico no seio das ciências sociais, e que, nesse caso, se reporta à “*relação entre o objecto construído por uma ciência, o método empregado, e o objecto real visado por essa ciência*” (*idem, ibidem*:60).

No seu sentido metodológico a dialéctica é, num sentido estrito, um esforço epistemológico «*cherchant à dégager les traits communs ou au contraire différenciés d'un cas à l'autre de toutes les démarches scientifiques visant à rendre compte des développements se déroulant dans le temps*» (Piaget, 1972:86, cit in Bruyne; Herman, *et al.*, 1974:63) e, enquanto tal, apela a uma crítica prévia do domínio estudado, do objecto e dos procedimentos, ou seja, essencialmente, consiste no “*ensaio de conceber a cada momento a análise como uma parte do processo social analisado e como sua consciência crítica possível*” (Habermas, 1970:29 cit in Bruyne; Herman, *et al.*, 1974:64). A propósito da distinção da dialéctica como movimento real, método e relação entre objecto construído por uma ciência, método utilizado e ser real, e de forma sintética, Gurvitch (1982:42) sustenta, por seu turno, que “*como método, a dialéctica é antes de mais a maneira de conhecer adequadamente o movimento das totalidades sociais reais e históricas*”.

Partindo do pressuposto de que constitutivamente o mundo é dialéctico bem como os problemas que estudamos nesse mundo são dialécticos, o que a dialéctica como discurso ou modo de análise procura fazer é precisamente destacar a relação de identidade que se esconde por detrás da diferença dos elementos constituintes daqueles problemas e, simultaneamente, a contradição que está contida nos elementos de um mesmo problema que consideramos identitariamente idênticos. Este modo de análise recorre a vários procedimentos críticos cuja adequação depende da experiência do pesquisador com os próprios problemas que pesquisa. Ainda assim, Georges Gurvitch¹⁰² (1972:245-283, referido in Bruyne; Herman, *et al.*, 1974:65-66) elenca um conjunto de possíveis procedimentos operatórios da análise dialéctica: i) a

¹⁰² Na sua obra *Dialéctica e Sociologia*, Georges Gurvitch (1982:38 e sgs) sugere que estes procedimentos constituem *características prévias* da dialéctica que “*unem todas as concepções autênticas da dialéctica, mau grado as divergências nas suas interpretações*” (*idem*:38).

identificação das relações mútuas entre elementos de um mesmo problema estudado, entendida como uma primeira etapa de dialectização que mostra a relatividade e insuficiência dos conceitos contrários ao acentuar a complementaridade entre aqueles elementos e assim afastar a aparente exclusão mútua; ii) a apreensão da implicação dialéctica mútua, ou seja, a procura, em sectores que à primeira vista nos surgem como heterogéneos, de elementos comuns e que se interpenetram; iii) a admissão da ambiguidade dialéctica (ou se preferirmos a adopção do princípio da contradição), que supõe que as situações concretas, neste caso as do domínio da vivência humana, são intrinsecamente ambivalentes, podendo ser e não ser uma mesma coisa simultaneamente; iv) a polarização dialéctica que procura pôr em relevo a antinomia presente no seio de elementos aparentemente idênticos. Este parece ser o procedimento mais utilizado na análise dialéctica, designadamente numa lógica de denúncia das contradições latentes; v) a aposta na reciprocidade entre perspectivas realça nos elementos que não admitem, nem identificação, nem separação, a sua imanência recíproca, o seu paralelismo e a sua simetria.

Mas, a dialéctica, neste sentido metodológico, é essencialmente um modo de pensamento e de análise que se traduz num registo discursivo, por isso, como salientam Bruyne *et al* (1974:66), não podemos dizer que a dialéctica explica ou fornece um esquema interpretativo, mas quando muito que prepara os quadros de explicação e coloca questões a que, obrigatoriamente, não dá resposta. Aliás, como etimologicamente é possível constatar o conceito de dialéctica implica precisamente a ideia de caminho, de percurso.

Mas se a identificação a que procedemos do que une as diferentes dialécticas, para além do que as separa, e das suas consequências gerais em termos metodológicos no domínio do conhecimento da realidade nos baliza globalmente, é ainda importante que nos situemos por entre a pluralidade de dialécticas historicamente consagradas pela pena de diferentes autores, mesmo se entendemos, como aliás entendemos, que a adopção de um registo dialéctico específico é mais uma referência epistémica do que um receituário metodológico que seria, aliás, contraditório com a própria ideia de dialéctica.

Não cabendo na economia deste trabalho aprofundar todas essas diferentes dialécticas consagradas historicamente e os pressupostos filosóficos que lhes subjazem (cf. a esse propósito Gurvitch, 1982; Carneiro; Cesarino, *et al.*, 2002), importa, ainda assim, para efeitos da compreensão da nossa perspectiva de construção do conhecimento a propósito do desenvolvimento comunitário, elucidar o nosso posicionamento dentro de uma perspectiva dialéctica materialista cujo protagonista maior em termos filosóficos é Karl Marx que, simplificadamente, atribui o primado ao material no conhecimento da realidade.

Ao apresentar e discutir o modo como a dialéctica foi filosoficamente trabalhada e equacionada ao longo do tempo, Neto (2002c:92) refere-se ao papel que os idealistas alemães tiveram na consagração do saber filosófico como forma de conhecimento do absoluto, aprofundando o trabalho iniciado por Kant que *“libertou o espírito do controle exercido sobre ele pelas coisas ou pela realidade extra-mental”*, mas rompendo também com o dualismo que ainda marcava o pensamento de Kant quando distinguia entre o fenómeno – como realidade extra-mental – e a coisa em si (portanto, um dualismo entre objecto e sujeito do conhecimento, para Kant, mediado pelo entendimento), que, *“mesmo na sua incognoscibilidade, continuava a pertencer ao mundo do ser extramental”* (*idem, ibidem*: 92). Para os idealistas alemães, e particularmente para Hegel, o saber não existe fora do absoluto que é a consciência, pensamento ou espírito. O absoluto é o universo real que se apreende e que, mesmo se possui uma existência fora do pensamento, só é verdadeiramente real quando *“o real passa a ser uma manifestação do pensamento no seio de si próprio”* (*op. cit*: 93). Neste sentido, o pensamento é o absoluto que contém em si mesmo tudo quanto de si surge, o que supõe uma unidade indissociável entre o conhecer e (o objecto de) conhecimento, entre sujeito e objecto, não sendo por isso possível conhecer mais do que aquilo que já é conhecido em nós mesmos (*op. cit*:93). Nesta perspectiva, o conhecimento não é uma representação, e também não é um meio ou instrumento para alcançar o absoluto, já que *“o Absoluto não pode utilizar-se de qualquer «astúcia» para se chegar ao conhecimento”* (*op. cit.*:93-94). Não obstante, a consciência precisa de ferramentas que lhe permitam afirmar que o conhecimento que está em si é o

absoluto, isto é, o verdadeiro. Ora, é entre essas ferramentas que se encontra a ciência que se reivindica capaz de alcançar vários saberes verdadeiros e absolutos. Hegel rechaça esta assunção na medida em que nada pode ser verdadeiro se, como nas ciências, está fora do absoluto ou se, como a ciência, estabelece uma distinção entre o conhecimento e o absoluto, isto é “*o conhecimento da ciência não passa de uma aparência e não conduz à busca da verdade ou conhecimento*” (op. cit.:96). Como sugere Neto (2002c:95), “*Hegel busca o absoluto único, a que as ciências não respondem*” e a que apenas a filosofia, tornando-se ciência, pode aspirar enquanto ciência da totalidade que “*busca um absoluto que está em nós e sem nós não pode ser*”. No entanto, se o saber que a ciência produz está fora do absoluto, é possível que esse saber percorra o caminho que o conduza ao absoluto, submetendo à crítica e à dúvida da própria consciência os seus pressupostos e as suas desconfianças quanto à verdade daqueles pressupostos. Portanto, todo o saber, mesmo o da ciência, parte da consciência (das pressuposições, precauções, deduções que existem na consciência), é submetido ao “*caminho da dúvida*”, em que a consciência natural (ou saber natural) é submetida à crítica da consciência para que, para além da aparência, descubra o saber em si e assim possa aspirar e adquirir o estatuto de absoluto pela consciência.

Em síntese, a postura idealista supõe “*o princípio da identidade do racional com o real [presente em Hegel e que implica] que a natureza do pensamento seja a mesma natureza da realidade.*” (Neto, 2002c:97), ou seja, é a consciência que determina a realidade.

Posteriormente, Karl Marx (1982:1), nas teses sobre Feuerbach, elucida bem a sua crítica e ruptura com o idealismo hegeliano quando afirma: “*A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objectiva não é uma questão de teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade de um pensamento que se isola da praxis é uma questão puramente escolástica*”.

Louis Althusser (1972:203, cit. por Bruyne; Herman, et al., 1974:63) vai, aliás, mais longe na distinção entre a dialéctica hegeliana e marxista, afirmando que esta parte de um pressuposto teórico distinto: «*Le marxisme établit en principe la*

réconnaissance du donné de la structure complexe de tout «objet» concret... Nous n'avons plus d'essence originare, mais un toujours-déjà donné...Nous n'avons plus d'unité simple mais une unité complexe structurée »

Com efeito, a concepção da História em Marx funda-se “na análise do processo real da produção tomando como ponto de partida a produção material da vida imediata” (Marx, 1970:21) e, nesse sentido, procura apreender como as ideias se formam na e pela prática material e sustenta que as diferentes etapas da história não são mais do que “um resultado material, uma soma das forças produtivas, relações com a natureza historicamente criadas e relações entre os indivíduos” (*idem*: 21) que são transmitidas, se impõem e são transformadas a cada geração que passa. O que daqui podemos concluir com Marx é que “esta concepção da história ensina-nos que as circunstâncias fazem os homens, tal como os homens fazem as circunstâncias” (*ibidem*). Ora então, para Marx, as ideias, as representações ou a consciência, bem como o que apelida de produção espiritual própria de um povo, são produtos (emanações) do intercâmbio material entre os sujeitos humanos. Todas aquelas decorrem do estatuto activo do ser humano envolvido num estágio concreto do desenvolvimento das forças produtivas, o que faz da consciência a existência consciente dos sujeitos, promovida pela própria existência destes.

Assim, partindo dos Homens reais e dos seus processos vitais reais é que chegamos a apreender o sentido do que os Homens dizem, imaginam ou representam. Nesta perspectiva, nenhuma forma de consciência têm uma existência autónoma e prévia e, quando muito, são sublimações dos processos materiais vitais ligados a determinadas condições materiais. Deste modo, Marx alega que “são os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam a sua maneira de pensar e as suas ideias, ao mesmo tempo que a sua própria realidade” (Marx, 1970:21) e, como tal, “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. Ou seja, como sustenta Neto (2002c:98), Marx procura assegurar “a primazia dos conteúdos materiais ou históricos – as formas finitas da consciência – sobre as formas infinitas da mesma consciência”. O ponto de partida para o conhecimento é, nesta perspectiva, “o natural imediato antes da consciência” (*idem, ibidem*:98) o que supõe uma crítica à dialéctica idealista, particularmente à ideia

de que o processo dialéctico acontece apenas no âmbito da consciência, das ideias, e de que portanto existiria uma transcendência do sujeito sobre o mundo. Com efeito, Marx concebe uma dialéctica, enquanto método de produção de conhecimento, que toma como ponto de partida a análise do material historicamente situado, procurando compreender e organizar as suas formas de ligação (determinação) interna e de desenvolvimento, ou seja, uma dialéctica que busca *“esclarecer as leis especiais que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um organismo social dada a sua substituição por outro organismo mais elevado”* (Haguete, 1990:163, cit in Neto, 2002c:101). Este método, dito dialéctico, é também o método a que Marx atribui qualidades de produção de um saber com estatuto de cientificidade e que por ele é mobilizado para compreender as transformações sócio-históricas dos modos de produção e particularmente o modo de organização económica capitalista. A análise mais detalhada da economia política desenvolvida por Marx permite esclarecer os vários passos ou momentos da sua dialéctica em que há um movimento iterativo entre o concreto e o abstracto que pode sintetizar-se em 6 momentos ou partes (Cardoso, 1990:19 cit in Neto, J. 2002c:102-103): *“A primeira trata do método em geral e indica um movimento que é exclusivamente teórico, passando-se totalmente no abstracto. A segunda afirma a anterioridade do concreto. A terceira propõe e resolve uma relação específica entre o real e o teórico, desdobrando as relações entre as categorias mais simples e as mais concretas. A quarta precisa a condição do desenvolvimento concreto mais rico. A quinta indica que é no último modo de produção já estabelecido, porque o mais complexo, rico e variado, que se torna possível a inteligibilidade não só dele mesmo, como também de todas as sociedades anteriores. A sexta retorna ao método, estabelecendo que a ordem das categorias deve seguir uma hierarquia teórica, em função da sua importância correlativa dentro da sociedade mais complexa, base das abstrações mais gerais e categorias mais simples, e não em função do seu aparecimento histórico.”* Ou seja, começa por apreender-se o concreto, o material, mas para que esta apreensão chegue à ordem que organiza o material é necessário ter em conta as determinações sociais que estão entrelaçadas nesse concreto e que ajudam, em termos de causalidade, a explicá-lo, uma vez que os fenómenos concretos não existem por si sós, o que apenas permitiria descrevê-los e nunca explicá-los, mas

sim como totalidades que resultam de um feixe de causalidades a que apenas se chegará através do pensamento. Assim, o concreto só é explicável – a sua ordem só é possível de encontrar-se – através da abstracção que com a ajuda da teoria confere ordem aos seus elementos entrelaçados até chegarmos aos determinantes fundamentais da ordem do abstracto, do teórico, dos conceitos. Há portanto um movimento de vai e vem entre o concreto, as determinações e relações simples e gerais (o abstracto) e um novo concreto enquanto totalidade de determinações e de relações diversas, um concreto que é um produto do pensamento para reproduzir o concreto material, pois como acentua Cardoso (1990:24 *cit in* Neto, 2002c:105) *“atinge-se o concreto quando se compreende o real pelas determinações que o fazem ser como é”*.

De forma muito sintética podemos reter este processo segundo um triplo movimento assinalado por Neto (2002c:106): *“o primeiro, onde se parte do real, porém afastando-se cada vez mais dessa realidade, através da abstracção, atingindo conceitos mais simples desse real. O segundo movimento é o início da actividade científica propriamente dita, onde se tem como caótica a representação do real. Nesse movimento não se parte do real ou de sua representação imediata caótica e abstracta. Parte-se dos conceitos mais simples produzidos pelo movimento anterior. Esse movimento seria a busca pela especificação das determinações gerais e simples, configurando um movimento de reconstrução teórica. Finalmente, o terceiro momento será de construção teórica de reprodução do concreto”*.

Consequentemente, Marx sustenta que todo o pensamento só existe na relação com um real que lhe é anterior e dado – aspecto em que claramente se distancia do idealismo hegeliano –, a realidade concreta é portanto pré-existente, subjacente e faz depender dela o pensamento e, aspecto particularmente importante, é historicamente construída e é deste processo histórico que emanam as abstracções (conceitos) que permitem compreendê-la a cada momento.

Em suma, a dialéctica em Marx apresenta-se como o método que permite *“em condições «razoáveis» de se poder analisar, de forma crítica, as condições de existência que estão sendo definidas para a realização da vida humana”* (Neto, J. F, 2002c:118).

É certo que estamos cientes de algumas das limitações epistémicas da dialéctica materialista histórica, quanto mais não seja se atendermos ao “*radicalismo*” dialéctico de Georges Gurvitch (1982:21) para quem “*há que reconhecer com clareza que todas as dialécticas historicamente conhecidas, mesmo as mais concretas (as de Proudhon e de Marx), não evitaram tornar-se dialécticas consoladoras e apologéticas, ascendentes ou descendentes, positivas ou negativas. Elas foram todas domesticadas, em graus diferentes, é verdade, por pontos de vista dogmáticos, aceites antecipadamente*”. No caso da dialéctica marxista, que Gurvitch (1982:22) sugere estar ligada preferencialmente à acção humana na sociedade, a sua crítica incide sobre o que designa “*carácter ascendente e consolador*” desta dialéctica na medida em que Marx considera que “*a dialéctica histórica conduzirá à reconciliação total do homem e da sociedade finalmente desalienados*” (*idem; ibidem*:22). Na perspectiva de Gurvitch (1982:24), a dialéctica marxista estaria assim eivada de uma “*filosofia dogmática da história*” que assenta na crença de que a dialéctica tem por função reconciliar a humanidade consigo mesma por intermédio da história transformada em teodiceia, o que parece ser um programa contraditório para a dialéctica se concordarmos com a posição de Gurvitch (1982:22) segundo a qual “*para dar os seus frutos, a dialéctica deveria ser essencialmente antidogmática¹⁰³, isto é, eliminar toda a tomada de posição filosófica ou científica prévia. A dialéctica impenitente e intransigente, a dialéctica virulenta e fiel à sua vocação, não pode ser nem ascendente, nem descendente, nem as duas coisas ao mesmo tempo. Ela não pode conduzir-nos à salvação, nem ao desespero, nem através deste último à primeira. Ela não constitui nenhuma panaceia de reconciliação da humanidade consigo mesma. Não pode ser nem espiritualista, nem materialista, nem mística [...] Como método e como movimento real, a dialéctica é subsidiária da existência humana e, portanto, social.*”

¹⁰³ Sublinhado nosso

Do "estranhamento ao entranhamento": a negociação do acesso ao terreno e os usos sociais do pesquisador

Em nossa opinião, uma das formas mais interessantes de conceptualizar o funcionamento do processo metodológico é encará-lo como um processo de trabalho. Resgatamos e adaptamos esta ideia de Jean-Marie Barbier (1990) que na formulação original a emprega como forma de abordagem do desenvolvimento das práticas de avaliação. Na perspectiva do autor, os processos de transformação (material ou humana e imaginamos que também social) podem ser olhados no seu desenvolvimento através do recurso a um mesmo tipo de grelha de leitura que integra o que identifica como as quatro componentes invariáveis dos processos de trabalho, designadamente: i) o material de trabalho (sobre o qual ou a partir do qual se realiza o trabalho); ii) o meio de trabalho (os utensílios que permitem a realização do trabalho); iii) as relações de trabalho (a distribuição dos papéis e funções entre os actores envolvidos no processo de trabalho) e iv) o produto ou resultado do trabalho (a realidade produzida pelo trabalho).

Este exercício implica, obviamente, que nos preocupemos em sustentar por que razão o processo de pesquisa pode ser entendido como um processo de transformação/de trabalho e que esclareçamos, para o campo da pesquisa, a que associamos cada uma das quatro componentes acima identificadas.

O que transforma o processo de pesquisa? De forma muito sintética parecem-nos que é possível sustentar que praticamente todo o processo de pesquisa traduz a transformação de uma realidade empírica numa realidade teoricamente apreendida e conceptualizada (naturalmente não está aqui em causa que esta realidade transformada pode assumir diferentes qualidades consoante as diferentes lógicas de cientificidade que presidem a esta operação de transformação ou a este processo de trabalho).

Admite-se, portanto, que o processo de pesquisa cria uma realidade nova através do trabalho de interrogação intelectual que se produz sobre o que pré-existe a esse olhar e que, precisamente, a visibilização de uma parcela ou faceta do que pré-

existe em detrimento de outras já é, em si mesma, uma componente deste processo de transformação em que se constitui a pesquisa.

Este processo concreto de pesquisa tomou como objecto social, sobre o qual se trabalhou no sentido de o transformar em objecto científico, a experiência de desenvolvimento local que se concretiza a partir da Usina Catende, no nordeste brasileiro, que vem, ao longo dos últimos 14 anos, mantendo-se como empreendimento em processo de transição à autogestão. Neste contexto e ao longo do tempo vêm sendo intencionalmente implementadas dinâmicas sócio-educativas especialmente por uma equipa de educação criada propositadamente pela Usina, ainda que a esta equipa se associem diferentes intervenientes que ocupam papéis distintos no interior da Usina ou que, a partir do exterior mantêm com ela relações estreitas, nomeadamente ONG's, os operários, os técnicos da usina, a administração judicial, entidades públicas estaduais e federais, ou intervenientes que não estando no espaço físico da usina são imprescindíveis para a manutenção do seu funcionamento, nomeadamente os trabalhadores do campo, os sindicatos rurais e da indústria e ainda as associações de moradores dos engenhos. Portanto, dentro deste processo de desenvolvimento local e comunitário, tomou-se como material privilegiado do nosso processo de trabalho científico as dinâmicas sócio-educativas, não só as intencionalmente accionadas como aquelas outras que são reconhecidas como significativas do ponto de vista educativo pelos diferentes actores sociais intervenientes neste contexto social. É claro que a definição do que se constitui como dinâmica educativa e do que pode ser entendido como adquirindo esse valor educativo nos discursos dos sujeitos, supõe precisamente um esforço prévio de construção de uma grelha de leitura teórica que retenha privilegiadamente determinadas qualidades da realidade em desfavor de outras. Essa grelha de leitura é o nosso meio de trabalho, simultaneamente prévio e transformador no confronto, do nosso material de trabalho. Por seu turno, o produto deste processo de trabalho é necessariamente um material transformado, neste caso, um objecto social sujeito ao confronto com um conjunto de conceitos e teorias que se dá a conhecer de uma outra forma, não enquanto realidade material mas como discurso analítico e compreensivo

dessa realidade ou, em termos, sintéticos, uma teorização dessa realidade. Acontece que esta teorização – este produto – é um processo afectado pela escolha, selecção e articulação de grelhas de leitura entre as teorias disponíveis ou conhecidas pelo pesquisador, mas também pelo facto de que o material, humano e social, sobre o qual se accionam estes utensílios adquire propriedades e transforma-se na interacção necessariamente presente no próprio acto de transformação em produto conceptual do material que a realidade social constitui. Ou seja, a relação de pesquisa em ciências sociais e humanas é uma relação social que confere propriedades particulares ao que relaciona e que, como qualquer relação social, é uma interacção em que saberes e poderes estão indelevelmente inscritos nos sujeitos e circulam nas situações de interacção, o que torna produção de dados uma operação que é sempre contextualmente singular a uma articulação de desconhecimentos e conhecimentos de estatutos e papéis sociais. É pois, no fundo, as relações de trabalho – ou seja, as *“relações que se estabelecem no seio da acção [e que compreendem a] distribuição específica dos papéis e funções mantidos pelos diferentes actores implicados”* (Barbier, 1990:14) – constitutivas do processo de pesquisa que procuraremos ilustrar, invocando dois analisadores da dinâmica interna ao campo de pesquisa como são os processos de negociação do acesso ao terreno, desde logo porque estes podem *“revelar ao investigador o padrão de relações sociais de um dado campo de investigação”* (Burgess, 1997:42), e de usos sociais do investigador.

A pesquisa numa perspectiva qualitativa é sempre atreita à surpresa do quotidiano. É como se embarcássemos numa viagem marítima de bússola e sextante mas sem conhecer as correntes. A surpresa do quotidiano de pesquisa, se a ela estivermos abertos e atentos, acabará, mais ou menos inevitavelmente, por jogar um papel importante no que efectivamente fazemos do ponto de vista metodológico e, arriscamos, algumas vezes é essa surpresa que nos conduz à descoberta do íntimo do que procuramos compreender. Tomemos como advertência o que Burgess (1997) salienta: *“Os relatórios dos investigadores têm mostrado que a investigação social não é uma questão de procedimentos simples e claros, mas um processo social, onde por consequência a interacção entre o investigador e o investigado influencia directamente o curso que o programa de investigação toma. Deste modo, o projecto e a metodologia*

da investigação estão a ser continuamente definidos e redefinidos pelo investigador e, nalguns casos, pelos próprios investigados. Nestes termos, os investigadores têm de ajustar constantemente as actividades nas quais estão envolvidos.

Em nenhum outro lado este facto é mais essencial do que na condução do trabalho de campo que é caracterizado pela flexibilidade. Aqui não há regras, nem procedimentos rígidos, nem papéis fixados. Porque a investigação de campo envolve predominantemente o uso da observação, observação participante, entrevistas não estruturadas e evidência documental, tudo isto a ser aplicado a um determinado contexto social. Muitos destes métodos dependerão do investigador, dos que são investigados e do contexto onde o investigador trabalha. (op. cit.:33)

Para nós, a surpresa do quotidiano começou por se confundir integralmente com o quotidiano dado que decorreu do que era impossível de alterar: o facto de sermos, não só mas também, literalmente *estrangeiros*¹⁰⁴ a um tempo e a um espaço que largamente nos ultrapassava e que, inevitavelmente, nos obrigava a um esforço de compreensão que nos permitisse situar. Por isso dizemos, não necessariamente de forma muito original, que o nosso percurso metodológico, principalmente o que tivemos de trilhar enquanto permanecemos no terreno de pesquisa, se pode traduzir como uma caminhada do quase perfeito estranhamento ao entranhamento possível.

Naturalmente que, quer uma definição mínima das nossa intenções de pesquisa, quer a posse de quadros teóricos prévios apreendidos de pesquisas e conceptualizações sobre situações de desenvolvimento local faziam parte da nossa bagagem à chegada, mas desta bagagem fazia também parte a inexperiência prática na condução de uma pesquisa assente na participação observante e a abertura pessoal para a transformação indutiva dos interesses prévios de investigação e para assumir metodologicamente as consequências desta transformação.

A antecipação e a preparação da entrada no terreno onde se realizou a pesquisa de campo fez-se através do recurso à leitura de um conjunto de documentos, recolhidos da Internet ou resultantes de projectos de investigação (designadamente Neto, 2004) de descrição e análise do processo vivido a partir do início dos anos 90 em

¹⁰⁴ Quando regressamos ao ponto de partida, não voltamos a ser *naturais*, mas passamos antes à condição de *estrangeirados*, alguém que passa a estar entre mundos, que sintetiza em si modos de estar e de olhar marcados indelével e necessariamente pela experiência da viagem.

Catende, bem como da nossa participação em momentos em que esta experiência foi apresentada publicamente a partir da pesquisa que sobre ela havia sido realizada.

Esta preparação da entrada no terreno talvez possa ser considerada como uma proto-fase do que a abordagem qualitativa da pesquisa em Ciências Sociais apelida de “*negociação do acesso ao terreno*” (Bogdan & Biklen, 1994; Burgess, 1997). Comummente esta negociação costuma referenciar-se às situações de interacção social, em torno da definição dos papéis do investigador e das suas relações com os sujeitos que pertencem e constituem as unidades sociais em que a pesquisa se concretiza. Admitimos no entanto, em tese, que essa interacção, por vezes até inconscientemente, já é balizada por atribuições e conhecimentos que não supõem uma interacção directa entre sujeitos (pesquisador, terreno de pesquisa e pesquisados), mas sim uma interacção mediada simbólica ou materialmente. Referimo-nos concretamente, e apenas a título ilustrativo, ao imaginário social para que remete a figura do investigador nos actores sociais ou à representação que o pesquisador produz antecipadamente do que prevê encontrar no campo da pesquisa a partir do que pode saber antes de realmente aí aceder. Este foi com certeza o nosso caso.

Ou seja, por um lado, o facto de como pesquisador contactar diferidamente não só com uma tradução nunca anódina de um conjunto de factos, de acontecimentos que constituíram, que marcaram o processo e produziram reorientações no seu curso, mas também com os fenómenos, sentidos e interpretações que, numa perspectiva científica, alguns analistas identificaram e produziram sobre um mesmo contexto social e terreno de pesquisa, constituiu um conhecimento e um desconhecimento antecipatório na exacta medida em que criou pré-disposições para a visibilização do que essas fontes já haviam realçado e, pelo menos potencialmente, simultaneamente invisibilizou dimensões daquela realidade que apenas o trabalho no terreno foi capaz de posteriormente fazer regressar à superfície. Por outro lado, a presença de alguém exterior ao contexto social e investido de um papel socialmente conotado, neste caso com a pesquisa, provoca, necessariamente, a construção de uma representação sobre si da parte daqueles outros com quem se interage que, no nosso caso, seria, à partida, uma representação

que partilharia similitudes com a que existia sobre outros pesquisadores que haviam trabalhado no mesmo contexto social, mas que continha igualmente uma margem de indeterminação apenas susceptível de estreitar na interacção concreta e real com os actores sociais em contexto e que dependia exactamente das características que fosse possível que a negociação do acesso à pesquisa de terreno assumisse ao longo da nossa permanência.

De qualquer forma, embora mediadas e com actores apenas imaginados através de uma meta-representação que lhes atribuiu características e papéis prováveis, estas terão sido as primeiras relações de trabalho do processo de pesquisa e que contribuíram efectivamente para uma definição inicial do que poderia constituir-se em objecto de trabalho e, em menor grau, das qualidades a inscrever nos meios de trabalho, isto é, nos utensílios da pesquisa.

As consequências desta forma de “*aceder*” ao terreno de pesquisa, essencialmente de forma mediada pelos discursos sábios – os trabalhos e discursos académicos sobre aquele território, sobre o sector agro-industrial sucro-alcooleiro, isto é, sobre a organização do sistema produtivo aí dominante, sobre o percurso do empreendimento em que iríamos incidir o nosso olhar e sobre o trabalho educativo aí em curso –, através do discurso mediático que revelava à análise uma polarização muito forte entre a exaltação do que ali se passava e a acentuação das suas contradições mais fortes (por exemplo, dando particular ênfase à greve dos operários da indústria num empreendimento autogestionários ou aos conflitos vividos com o Movimento Sem Terra num contexto em que a terra tinha passado para a propriedade ou pelo menos usufruto dos trabalhadores) mas também, directa e pessoalmente, através de uma breve visita às instalações industriais da Usina Catende, onde apenas fomos rapidamente apresentados aos sujeitos com responsabilidades na administração do empreendimento com quem nos cruzámos e um pouco mais detalhadamente à equipa de educação, e através do discurso directo de um dos actores institucionais mais destacados da experiência em curso (um assessor da administração da massa falida e membro da equipa de educação com funções de coordenação e planeamento do trabalho neste domínio) que pudemos também contactar brevemente antes da nossa instalação definitiva no campo da pesquisa de

terreno, estão reflectidas num pré-conhecimento que povoa o conteúdo das notas de terreno escritas relativas ao momento de aclimação ao campo de pesquisa e que, por sua vez, reflectem a forma primordial como pensávamos o que seria a nossa pesquisa

Confira-se a título de exemplo um excerto da primeira nota de campo: *“Cheguei a Catende. A cidade anuncia-se pelo cheiro açucarado que nos acompanha desde Palmares ao longo dos intermináveis campos verdes de cana, agora menos exuberantes porque em final de safra e de renovação vegetativa da planta, e as raparigas, aparentemente muito jovens, distribuem-se ao longo da estrada, usando o que parece ser o seu último trunfo, seja para ganhar algum dinheiro, seja para vender alguma ilusão ou viver na esperança de fuga a um destino duro. Aproveito para ouvir o motorista de táxi. A miséria é grande, diz, incompreensível se olharmos à bondade da natureza no local mas, acrescenta, praticamente ninguém cultiva nenhum produto, quer porque as terras da cana se estenderam de tal modo que nada sobrou, quer porque os donos de engenhos – termo equivalente a fazenda em outras latitudes do país, segundo li – privados não permitem que os moradores “desperdicem” terreno em outras lavouras. Se tudo necessariamente se compra, e com um salário parco, é simples de adivinhar as dificuldades que a gestão dos recursos económicos traz a estas famílias, em particular aquelas que no período de entressafra ficam sem salário. Ao longe uma pequena mancha de bananeiras serve-me para destacar a excepção à monocultura da cana. Diz-me que estas terras são da usina Catende, aí permite-se ao moradores terem alguns pedaços de terra que cultivam, ainda que associe esta possibilidade ao estado de falência que a usina vem vivendo; menos controlo inevitavelmente exercido ou direito conquistado, ficamos sem saber.”*¹⁰⁵

Nesta óptica, retomando a analogia do processo de pesquisa com o processo de trabalho, os meios ou utensílios de trabalho (no fundo os meios de produção, neste caso de dados ou, mais genericamente, científica) é que, num primeiro momento, sobredeterminavam, quer o objecto de trabalho, circunscrevendo-o às qualidades da realidade susceptíveis de serem apreendidas por um determinado nível de desenvolvimento dos meios de produção, quer as relações de trabalho, se não efectivas pelo menos simbólicas, induzindo uma subordinação e separação clara entre o detentor dos meios de produção científica e os sujeitos produtores da acção e dos

¹⁰⁵ De facto, há neste extracto um conjunto de saberes prévios e implícitos que condicionaram fortemente o modo como este utensílio – as notas de terreno – se materializou (por exemplo, supõe um conhecimento da divisão do período produtivo da cana-de-açúcar entre safra e entressafra, a terminologia para designar as propriedades rurais – os engenhos - e os seus habitantes – os moradores – e o facto de o período de entressafra ser muitas vezes atravessado sem salário) e que constituem uma espécie de *pesquisocentrismo* mais ou menos inevitável, a que se junta mesmo, mesmo se inconsciente nem por isso menos grave, algum etnocentrismo (a referência às raparigas ao longo da estrada).

significados a serem conhecidos. Inevitavelmente, a persistência desta lógica afectaria igualmente os resultados ou efeitos do processo de pesquisa.

Mas eis-nos, então, chegados ao momento em que passámos a estar presentes na unidade social foco da pesquisa e a viver na comunidade que a envolve, mergulhando assim, inevitavelmente, no quotidiano de uma pesquisa de terreno. Depois da antecipação intelectualizada e discursivamente preparada da negociação de acesso ao terreno, o turbilhão da realidade a obrigou a redefinir estratégias de apresentação consoante os interlocutores e ciclicamente implicou a elucidação dos nossos propósitos, procurando atender à maioria das recomendações – e apenas em alguns casos fomos bem sucedidos nesse intento – que Robert Burgess (1997) apresenta para a negociação do acesso à investigação¹⁰⁶.

Com efeito, a negociação do estatuto enquanto pesquisador e de outros papéis sociais que acabámos a desempenhar no contexto da pesquisa, bem como a própria apresentação e esclarecimento dos nossos propósitos de investigação, dependeu clara e fortemente dos *tempos* em que foi ocorrendo e em função das *situações* e dos *actores sociais* envolvidos nestas.

O primeiro contacto com os diferentes actores da Usina – e portanto o primeiro momento de negociação de acesso ao terreno, no terreno de pesquisa – foi encarado como fulcral mesmo se na altura apenas implicitamente tínhamos a consciência de que “*o acesso influencia a fiabilidade e a validade dos dados*” que subsequentemente se angariam (Burgess, 1997:48) e que “*as actividades que ocorrem durante esta fase-chave do processo de investigação influenciarão o modo pelo qual*

¹⁰⁶ Como salienta Burgess (1997), “*o acesso à investigação varia com o investigador, com aqueles que são investigados e com o problema a investigar*” (p.54). De qualquer modo é possível estabelecer alguns princípios gerais a propósito do acesso à investigação: i) O acesso não deve apenas ser negociado com aqueles que ocupam um lugar elevado na hierarquia dos contextos em que a pesquisa vai decorrer, mas antes com sujeitos situados nos diferentes níveis em que a pesquisa vai incidir ou com diferentes grupos a envolver; ii) É necessário desenvolver uma descrição da pesquisa a realizar que seja plausível para os que nela vão ser envolvidos, bem como é importante ir assinalando aos sujeitos envolvidos as transformações na orientação da pesquisa que eventualmente ocorram; iii) A apresentação da pesquisa deve ser feita tendo por base o desenho mais aproximado da sua efectiva concretização, ainda que por vezes não seja possível (ou seja difícil) atender a esta exigência; iv) “*O investigador necessita de estabelecer um papel claramente definido e um trabalho de rotina para promover a investigação*”; v) “*Os investigadores necessitam controlar as suas próprias actividades não só para compreender o processo de investigação, mas também para aprofundar o seu próprio conhecimento das relações entre as questões postas à investigação e a análise a realizar*” (op. cit.:54)

aqueles que são investigados definem a pesquisa e as actividades do investigador” (*idem, ibidem*:48). Este primeiro contacto foi normalmente utilizado para procurar explicitar os motivos da nossa presença e os contornos e finalidades da pesquisa que nos propúnhamos conduzir – ou seja, optámos pelo que Burgess (1997) designa “*investigação aberta*” – e, quando pertinente, averiguar desde logo da disponibilidade dos interlocutores para aceitarem a nossa presença em situações formais tais como reuniões ou actividades de formação, bem como para, posteriormente, podermos realizar-lhes uma entrevista¹⁰⁷. Se estas situações deixaram transparecer implicações pessoais e afectivas relativas ao processo que a Usina vinha vivendo, é igualmente admissível que a nossa apresentação e dos interesses da pesquisa, para além das evidentes conotações com a administração e com os “*doutores da usina*”,¹⁰⁸ que haviam sido, ainda que indirectamente, os nossos “*porteiros*” privilegiados, não deixasse de transparecer uma posição favorável ao empreendimento em causa com consequências, designadamente, nas entrevistas onde, por vezes, a colaboração prestada era justificada como sendo para “*ajudar a usina e o projecto da Harmonia*” e nós fôssemos uma espécie de mensageiros de anseios e reivindicações com acesso e

¹⁰⁷ De acordo com Burgess (1997:53) é neste momento que “*devem ser dadas indicações claras sobre os aspectos da situação que se querem esclarecer e sobre as pessoas com quem se pretende trabalhar mais intimamente*”, bem como “*o anonimato e a confidencialidade devem ser discutidos com todas as pessoas que concordam em cooperar com os investigadores*”, e ainda dar indicações sobre os modos como os dados da pesquisa vão ser utilizados e os resultados obtidos. Na nossa pesquisa não seguimos esta ortodoxia metodológica, em boa verdade porque parte destas decisões/definições se tomaram ou se fizeram posteriormente ao primeiro contacto com os actores e em função do próprio percurso no campo de pesquisa e das vontades próprias dos sujeitos (por exemplo, nenhum dos entrevistados fez questão de manter o anonimato, apesar de essa ter sido uma possibilidade avançada por nós num momento inicial das entrevistas). Não obstante, é certo que, pelo menos no que concerne à utilização da informação recolhida e dos possíveis resultados da pesquisa, alguns dos nossos entrevistados tinham uma representação pessoal bem definida: alguns admitiam que era uma informação a disponibilizar à administração da massa falida (cf. entrevista a Deda, Cabo da Usina), outros que era informação susceptível de ser publicada em jornais para dar visibilidade e importância ao projecto ali em curso (cf. entrevista Júlio, presidente de associação de moradores), outros ainda que percepcionaram o nosso trabalho como tendo por destinatário entidades ligadas ao poder público federal (nomeadamente o governo) e, finalmente, alguns outros que, considerando a proveniência do pesquisador, encararam este trabalho de pesquisa e a importância do seu testemunho sobre o projecto catende/harmonia como uma forma de dar expressão “*européia e internacional*” ao valor daquilo em que participavam (cf. entrevista Operários).

¹⁰⁸ Esta expressão, de conotação eminentemente negativa, é normalmente utilizada por trabalhadores críticos do processo em curso na Usina Catende (ou atribuída por outros a estes) e serve para designar essencialmente os técnicos do projecto, próximos à administração da massa falida, mas de forma mais global designa todos os que trabalham como assessores, técnicos ou funcionários da administração neste empreendimento e que são representados não só como “*improdutivos*” mas até como “*parasitas*” dos parcos recursos financeiros existentes.

influência àqueles que se representavam como podendo ajudar a melhorar a situação vivida e os problemas aí identificados.

A entrada efectiva na Usina Catende foi marcada por um processo lento tanto de reconhecimento e conhecimento dos interlocutores mais recorrentemente presentes e dos seus papéis e funções naquele ambiente, bem como de negociação do nosso estatuto face aos diferentes actores sociais que integram aquele sistema de relações, processo onde, quer a nossa vinculação institucional a uma Universidade e a justificação da nossa presença ser a de realização de uma pesquisa sobre a Usina, quer o facto de sermos provenientes do estrangeiro (e, certamente, também não foi indiferente ter como origem Portugal, ou melhor a Europa) e de propositadamente ali nos encontrarmos para conhecer a experiência social ali em curso, estiveram sempre presentes. Aliás, a nossa tripla condição de universitário, pesquisador e estrangeiro permeou sempre ambivalentemente as interacções que desenvolvemos ao longo dos dois períodos de 3 meses em que pudemos acompanhar, genericamente, o funcionamento das diversas facetas de uma Usina onde, hoje, nas palavras de Neto (s.d.), *"para além de tudo, também se produz açúcar"*. A entrada na Usina foi ainda marcada pela associação da nossa presença à figura e ao trabalho anterior de um outro investigador – elemento de contacto inicial com a Usina Catende, em particular com a administração da massa falida e com a equipa de educação – com repercussões contraditórias no modo como os actores locais encararam e integraram a nossa presença.

Este conjunto de *"pertencas"* a que a nossa figura foi associada por diferentes actores da Usina e, obviamente, com variações ao longo do curso do trabalho, não deixou de ter influência no modo como foi possível conduzir a pesquisa.

Assim, se, por um lado, a nossa vinculação institucional, a sua dimensão eventualmente legitimadora perante instâncias que se relacionam com a Usina e as competências associadas ao papel do investigador e académico podem ter sido encaradas como uma mais-valia por alguns dos protagonistas do processo em que a Usina está envolvida, mas ao mesmo tempo como *"intrusivas"* relativamente ao íntimo da vida política da Usina (por exemplo, nunca forçámos ou requeremos a nossa presença em reuniões de definição estratégica e de planeamento do trabalho

educativo e, em verdade, por vezes a nossa participação foi solicitada, como em outras situações não o foi), também não é despiciendo considerar que aquelas representações conviveram com as que atribuem à pesquisa o estatuto de actividade "*improdutiva*" quando não de consumidora dos recursos escassos existentes (tomaram-se algumas precauções a este respeito, como por exemplo, apesar das múltiplas instalações disponíveis que permitiriam facilmente a nossa acomodação, optámos por permanecer alojados durante as nossas estadias fora da Usina e nunca se utilizaram outros recursos – como os transportes ou os espaços para as entrevistas – senão integrados em actividades da equipa de educação, no primeiro caso, ou com autorização expressa da administração da massa falida). Ora, num contexto marcado por graves problemas financeiros que conduzem a frequentes situações de salários em atraso e onde o rumo do processo em que a Usina Catende está envolvida está longe de ser consensual junto de trabalhadores rurais e operários, sindicatos, entidades parceiras e poderes políticos locais, e onde a distorção da comunicação em torno das definições políticas do sentido do empreendimento tende muitas vezes a deixar em causa os apoiantes do projecto, o aparecimento de um "*estranho*" envolvido no trabalho quotidiano da Usina e, essencialmente, associado, a sectores fortemente conotados com o processo que se vem vivendo – a equipa de educação (a sala da Harmonia) e a administração da massa falida – não deixou, portanto, de propiciar o aparecimento de interpretações sobre a nossa presença, em alguns casos, dificultadoras de um contacto significativo com actores imprescindíveis à restituição da polifonia de sentidos que envolve o projecto da Usina Catende (refiro-me particularmente à dificuldade, quando não impossibilidade, de contactar com trabalhadores "*críticos*" do processo ou com os sindicatos rurais e dos operários da indústria do açúcar que no momento em que estivemos no campo de pesquisa se posicionavam igualmente de forma crítica face à condução do empreendimento e ao próprio sentido autogestionário deste). Atendendo à dimensão deste empreendimento e ao número de pessoas por ele envolvidas, naturalmente que para a grande maioria dos trabalhadores, técnicos da Usina e entidades colaboradoras a nossa presença e participação terá sido simplesmente desconhecida, insignificante ou

tida como inútil face aos desafios prementes que marcam o quotidiano deste processo.

Em suma, a percepção que terá sido produzida sobre nós, e que matizou a nossa inscrição e deambulação pelo terreno de pesquisa, oscilou entre o desconhecimento e a aceitação, com várias cambiantes em função dos actores e das situações.

O que parece interessante destacar do que vimos dizendo é que, de facto, esta situação de pesquisa se estabeleceu no contexto de uma permanente negociação de uma relação entre actores sociais, atravessada por saberes e poderes, que eventualmente podíamos entender como marcadamente assimétrica em desfavor dos sujeitos que são constituídos como instrumentais aos desígnios e finalidades do pesquisador, mas que analisada pormenorizadamente se revela não só uma relação de negociação mais simétrica e, fundamentalmente, em que, apesar de natureza substancialmente distinta, os saberes/poderes dos actores pesquisados condicionam fortemente os saberes e poderes do pesquisador. Ou seja, o facto de o pesquisador ser o detentor dos meios de produção que permitem a transformação da realidade empírica em realidade conceptualizada, de poder definir o material sobre o qual trabalha com este propósito e possuir até uma imagem antecipatória do produto a realizar, é contraposto pelo facto de os “*pesquisados*” deterem a propriedade do material (melhor seria dizer do imaterial) necessário à produção (neste caso, os sentidos, significados, comportamentos sobre a sua experiência) daquela conceptualização e que, em larga medida, é inalienável contra a sua vontade. Ora, a contradição inexorável que constituiria uma lógica de pesquisa assente na “*extracção*” ou desapropriação do sentido mais íntimo das vivências e experiências subjectivas ou da subjectivação das experiências objectivas, obrigou-nos a conviver com esse saber e poder que é tão simplesmente o do evitamento ou do silêncio perante o pesquisador ou ainda do accionamento de estratégias de representação e de apresentação de si na situação de pesquisa e, em última instância, a necessitar de admitir que a pesquisa só aconteceria se, do nosso ponto de vista de pesquisadores, contrariássemos uma lógica de alienação do saber do Outro, através dos meios de produção científica accionados e do tipo de relação de produção promovida, e se, do ponto de vista do Outro a

presença, observação, participação, inquirição do pesquisador fossem significadas como dispositivos de reforço do seu papel de produtores de uma obra, neste caso de um projecto, de um sentido e de um significado para a sua acção quotidiana, designadamente para o seu trabalho, que se demarcasse claramente de uma lógica da sua instrumentalização pessoal e do seu saber para servir exclusivamente os propósitos de um pesquisador. É claro que neste sentido, inevitavelmente, um dos usos sociais do nosso papel de pesquisador, ao accionar um dispositivo de investigação que privilegiava a elaboração e a expressão de cognições acerca do vivido nos termos dos próprios sujeitos, foi o de nos constituirmos como uma instância de reforço e legitimação identitária dos actores sociais e dos seus sentidos construídos na, e para, a experiência em que se viam envolvidos. Mas, dialecticamente, podemos igualmente colocar a hipótese de que a perspectiva epistemológica, teórica e metodológica em que nos situámos para desenvolver a pesquisa tem como consequência que uma das produções imateriais das relações sociais de produção que constituem a dinâmica da pesquisa científica seja precisamente a elaboração de cognições sobre si e sobre o vivido e experienciado que tendem a interagir com a coerência identitária dos sujeitos e, potencialmente, a constituir-se como uma oportunidade de consciencialização do que se pensa ou como transformadoras daquela coerência identitária e, como tal, em ambos os casos, a tornarem-se formativas.

Também no âmbito restrito da equipa de educação – com quem espacialmente partilhámos o espaço quotidianamente e que desempenhou o mais importante papel de “gatekeeper”¹⁰⁹ para os informantes privilegiados com quem pudemos conversar – podemos distinguir processos de integração/negociação do acesso pelo menos a dois níveis: quer enquanto elemento dessa equipa, quer

¹⁰⁹ A tradução de “gatekeeper” seria literalmente “porteiro”, referindo-se em termos metodológicos aos actores que têm o conhecimento, o poder e a possibilidade de nos franquearem o acesso literal e essencialmente simbólico aos contextos sociais que pretendemos pesquisar, actores com os quais temos de negociar explicita ou implicitamente as nossas finalidades, estatuto e papel no processo de investigação. O uso da expressão é aqui extrapolado para designar todos os actores sociais que constituíram a chave de acesso, normalmente acompanhando-nos pessoalmente, a cada nova situação com que fomos contactando ou que eles próprios nos revelaram. Preferimos aqui manter a expressão inglesa “gatekeeper” uma vez que esta se vem generalizando nos manuais de metodologia mesmo os traduzidos para português (cf. Bogdan & Biklen, 1994).

relativamente ao contacto e actividades que no âmbito dessa equipa fomos tendo com diferentes intervenientes no processo em curso. Naturalmente que a vinculação mais estreita e a permanência mais prolongada nas iniciativas desenvolvidas pela equipa de educação gerou tantas cumplicidades como permitiu que fosse a partir deste envolvimento que uma diversidade de usos sociais do pesquisador se revelasse.

No âmbito da equipa de educação, e atendendo a que na explicitação das nossas intenções tínhamos destacado o interesse na análise das dinâmicas sócio-educativas intencionalmente promovidas, pelas quais esta equipa se sentiria mais directamente responsável, houve uma preocupação inicial de nos familiarizar com o tipo de actividades que no momento se desenvolviam, bem como de nos apresentarem, genericamente, algumas das iniciativas que foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos precedentes e desde a passagem da administração da Usina para os trabalhadores. Este primeiro momento foi, portanto, caracterizado por um *envolvimento não interveniente* e em que a nossa atenção se voltou essencialmente para a apreensão das diferentes componentes do trabalho desta equipa, quer através da consulta documental, quer de conversas informais, e para a caracterização, a partir de notas de terreno, das sessões de formação que então a equipa dinamizava nas associações de moradores dos engenhos pertencentes à Usina Catende (cf. notas de terreno). Não obstante este aparente distanciamento inicial da acção desenvolvida, é importante que se acentue que desde o primeiro dia de presença na Usina e junto da equipa de educação que fomos convidados a integrar o trabalho desenvolvido por esta, o que fizemos. Naturalmente que, numa primeira fase, procurámos desempenhar um papel mais de observador do seu trabalho que de efectivo interveniente no curso desse trabalho, mas este foi um papel que rapidamente se revelou desajustado não só pela solicitação da equipa ao nosso envolvimento activo em termos de reflexão e de animação das situações educativas, mas também pela própria *“artificialidade”* de que se revestia a separação entre o *“eu-pesquisador”* e o *“eu-membro da equipa de educação”* nas situações concretas de educação/formação e pela percepção da nossa parte de que a contrapartida, ainda que implicitamente, esperada à nossa presença e participação como pesquisador nas dinâmicas sócio-educativas seria o nosso contributo fundamentalmente como educador, mas também como académico e

intelectual no campo da educação. Como se pode facilmente vislumbrar, este sistema de relações, de atribuição e de representação sobre papéis sociais e funções a desempenhar tem implicações sobre os dois processos que por imperativo das opções teórico-metodológicas assumidas se sobrepõem, pelo menos em parte, em termos temporais, espaciais e relacionais: os processos educativos presentes nas dinâmicas de desenvolvimento comunitário accionadas naquele contexto e a investigação sobre esses processos educativos. Em termos genéricos, a consequência mais evidente coloca-se na tensão presente na gestão desta dupla condição, de educador e de pesquisador, e perante a qual nos revemos, parcialmente, nas palavras de Bogdan e Biklen (1994) inspiradas em Clifford Geertz (1979): *“Se, por um lado, o investigador entra no mundo do sujeito, por outro, continua a estar do lado de fora. Regista de forma não intrusiva o que vai acontecendo e recolhe, simultaneamente, outros dados descritivos. Tenta aprender algo através do sujeito, embora não tente necessariamente ser como ele. Pode participar nas suas actividades, embora de forma limitada e sem competir com o objectivo de obter prestígio ou estatuto. Aprende o modo de pensar do sujeito, mas não pensa do mesmo modo. É empático e, simultaneamente, reflexivo.*

O trabalho de campo refere-se ao estar dentro do mundo do sujeito da forma acima descrita – não como alguém que faz uma pequena paragem ao passar, mas como quem vai fazer uma visita; não como uma pessoa que sabe tudo, mas como alguém que quer aprender; não como uma pessoa que quer ser como o sujeito, mas como alguém que procura saber o que é ser como ele. Trabalha para ganhar a aceitação do sujeito, não como um fim em si, mas porque isto abre a possibilidade de prosseguir os objectivos da investigação (Geertz, 1979:241 cit. in Bogdan&Biklen, 1994:113).

A nossa identificação com esta perspectiva não deixa de termos de nos questionar e por isso dizemos que é parcial na medida em que nos parece que não deixa de aqui estar subjacente uma concepção estratégica da participação do pesquisador no contexto de pesquisa, subordinando-a ao imperativo das finalidades de produção de conhecimento e, por isso, talvez pudéssemos dizer que é, em certa medida, *pesquisocêntrica*. Com efeito, nesta perspectiva corre-se o risco de que se aja para conhecer, o que supõe que a acção (ou participação) acabará por fundar o seu

sentido nas determinantes do processo de conhecimento e não nas determinantes e no sentido internos à acção (por exemplo, a mudança ou transformação social), nem necessariamente considerará como sujeitos aqueles com quem se age (mas sim como objectos a quem se perturba a inércia através da nossa acção para que se possam conhecer). É certo, no entanto, que interrogar a perspectiva antes enunciada a partir de uma lógica *outra* implica que teríamos de nos debruçar sobre as limitações epistémicas que comporta a diluição da distinção entre participação/acção e investigação/produção de conhecimento e sobre a questão da “*boa distância epistemológica*” ou esboçar um modelo de cientificidade alternativa que admitisse outros modos de conceber aquela relação e, inevitavelmente, outros modos de conhecer e de conhecimento científico.

Mas talvez valha a pena equacionar as consequências da “*adopção*” desta lógica de pesquisa do ponto de vista da transformação das características desse processo de trabalho que é a pesquisa. Um primeiro aspecto a salientar é claramente a transformação das relações sociais que constituem este sistema sócio-técnico de trabalho, por um lado, porque o estatuto do pesquisador, como trabalhador, se transforma pela sua necessária inscrição ou intervenção num sistema de relações que lhe pré-existe e cujas regras precisa aprender, nomeadamente as próprias regras das relações que desenvolve no sentido de produzir informação, e que, ao serem accionadas, por sua vez, criam um novo padrão de relações, ou seja, um novo contexto de trabalho. Por outro lado, também porque os próprios utensílios de trabalho, em grande medida o próprio pesquisador e a sua aparelhagem intelectual, não são independentes do material de trabalho, isto é, das lógicas que os sujeitos mobilizam na apresentação de si na interacção com o pesquisador pelo discurso e pela sua acção. Em boa verdade, nesta situação, as “*tecnologias*” da pesquisa precisam definir-se não por relação a um produto final cujas características estão previamente concebidas pelo pesquisador, mas constantemente adequar-se ao material que se lhes apresenta na situação de trabalho científico. Este investigador remete claramente para a figura do “*bricoleur*” ou artesão, que apresentamos em outro momento deste trabalho e de que aqui retomamos apenas a particularidade, também aí enunciada, que se prende com a sua capacidade de recombinação os seus recursos cognitivos e tecnológicos numa lógica

recompositiva capaz de originar respostas originais aos problemas que se lhe deparam (Correia, 1998). Finalmente, o pesquisador assume-se ainda como um profissional meta-reflexivo na acção da educação que colectivamente pratica, ou seja, que não só elabora cognições sobre si e sobre o colectivo que integra na situação de trabalho educativo, mas também uma metacognição que procura interpretar, a partir dos referentes da pesquisa, o sentido do que pensa como educador sobre a sua acção.

A radicalização dos pressupostos epistemológicos, teóricos, metodológicos, éticos e políticos inscritos nesta forma de conduzir o trabalho de investigação suporia também a própria transformação das relações sociais de produção científica que, consequentemente, deviam ser qualificantes de todos os sujeitos por elas envolvidos de modo a que estes se pudessem apropriar significativamente dos seus produtos/resultados – o conhecimento produzido ou a conceptualização da realidade vivida e dos seus sentidos –, aproximando-nos assim do que poderíamos identificar com uma democracia científica ou de uma forma de desalienação do trabalho científico.

Foi esta *imersão* súbita, continuada e participativa no quotidiano do trabalho sócio-educativo que nos permitiu identificar diversas facetas do trabalho da equipa de educação e de interlocutores deste que acabaram por constituir-se em contextos/sujeitos que tivemos em consideração no processo de observação, de recolha de dados documentais e de selecção de informantes privilegiados para a realização das entrevistas. Ou seja, a definição, quer dos contextos e situações que tomámos como referentes do processo de participação observante, quer ainda a negociação do acesso aos diferentes “*detentores de informação*” (Burgess, 1997) foram genericamente asseguradas a partir do nosso envolvimento no trabalho da equipa de educação o que redundou em algumas limitações metodológicas. Com efeito, a maioria dos actores e entidades que ganharam visibilidade na pesquisa foram, sem dúvida, por um lado, os actores que um dos nossos próprios informantes privilegiados designava como actores “*fisiológicos*”, isto é, segregados a partir do interior do processo que estava em análise e cuja visibilidade, estatuto e actuação era indissociável do seu envolvimento naquele e que, portanto, pessoalmente mantinham com este uma maior identificação afectiva, estratégica ou racional que, naturalmente,

reforçavam nos seus discursos e acções perante o pesquisador ou nos momentos instituídos do projecto em que participávamos e observávamos. Por outro lado, de forma mais ou menos óbvia, também as próprias entidades parceiras cujo trabalho em Catende pudemos apreciar e com cujos protagonistas pudemos conversar, mantinham uma vinculação ético-política ao empreendimento de Catende que justificava a sua presença ali e que, portanto configurava uma relação de dependência mútua e de legitimação mútua que também aflorou aos testemunhos que recolhemos¹¹⁰.

Mas, de facto e apesar de tudo, foi essa experiência que permitiu que sentíssemos, como Burgess (1997) assinala, as vantagens da participação observante: *“A vantagem de ser um observador participante reside na oportunidade de estar disponível para recolher dados ricos e pormenorizados, baseados na observação de contextos naturais. Além disso, o observador pode obter relatos de situações na própria linguagem dos participantes, o que lhe dá acesso aos conceitos que são usados na vida de todos os dias. O investigador pode, por conseguinte fazer a avaliação de uma situação social na base de relatos que foi obtendo a partir de informantes. Nestas circunstâncias há uma oportunidade para obter as diversas versões de acontecimentos que estão disponíveis. Aqui, o objectivo do investigador é comparar estes relatos uns com os outros e com outras observações que tenha feito no terreno. O resultado é que os investigadores podem utilizar as suas próprias observações com as suas ferramentas teóricas, de forma a tornar compreensível um comportamento irracional ou paradoxal para aqueles que vivem na situação estudada, ou mesmo para além dela. As observações podem também ser usadas para defender ou refutar ideias acerca do comportamento humano e para suscitar questões que podem ser usadas em pesquisas futuras.”* (op. cit.:86).

¹¹⁰ O recurso à pesquisa e análise documental e o confronto das lógicas discursivas dos testemunhos orais com as fontes escritas poderia ter sido uma forma de ir para além do discurso presente nas entrevistas que admitíamos estar marcado pela lealdade programática entre entidades. Ocorre que, na generalidade, os documentos a que tivemos acesso e que incidem na colaboração entre aquelas entidades e o projecto Catende/Harmonia são formulários ou propostas a terceiros – nomeadamente entidades financiadoras – de iniciativas a desenvolver que se caracterizam, em função da própria lógica de candidatura e das características das entidades destinatárias, por um discurso *“exaltante”* dos adquiridos e das potencialidades do empreendimento Catende/Harmonia. Nesse sentido, a pesquisa e análise documental apenas reforçaram o sentido dos testemunhos recolhidos pelas entrevistas.

O momento de integração na equipa de educação converteu-se, então, rapidamente numa experiência de trabalho colectivo quotidiano e quase a tempo inteiro, que pela sua intensidade afectiva raiou em certos momentos a adesão fusional e militante, fundamentalmente motivada pela associação entre a percepção da urgência dos problemas que o contacto com as pessoas produziu e a incapacidade de evitar a construção de um significado para o trabalho educativo desenvolvido, marcado pela convicção ética e política na possibilidade de ajudar à transformação objectiva e subjectiva das condições de vida e na intervenção na satisfação de necessidades e enfrentamento de problemas daquela comunidade.

Podemos dizer, em síntese, que este foi claramente um tempo em que o educador, militante do desenvolvimento local, se sobrepôs ao académico e pesquisador do desenvolvimento local, mas que constituiu simultaneamente uma oportunidade de tomar consciência da fragilidade desta fronteira, ao permitir identificar como o papel de pesquisador era inevitavelmente atravessado por vários níveis e tipos de implicações (Ardoino, 1980), impossíveis de extirpar do modo como a pesquisa se conduzia. De algum modo, enquanto pesquisador, a adesão afectiva ao trabalho enquanto educador constituiu uma forma de resposta antecipatória a uma desejada pertinência e utilidade social da pesquisa em Ciências Sociais e particularmente em Ciências da Educação e, por outro lado, permitiu que o trabalho de produção de conhecimento, portanto de produção de um produto imaterial exclusivamente do domínio da consciência e do pensamento, tivesse uma equivalência na materialidade ao trabalho educativo quotidiano que tornava mais significativa a apropriação da “obra” (o conhecimento) em cuja produção o pesquisador estava envolvido e, como tal, fosse um importante contributo para que o trabalho do pesquisador não se convertesse num trabalho alienado, pois como Marx (1989:160) sustenta, a propósito da alienação do trabalhador na sua relação com os produtos do seu trabalho, “a alienação¹¹¹ do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objecto, assume uma existência externa, mas que existe

¹¹¹ Sublinhado nosso

independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autónomo em oposição com ele”.

Esta integração num quotidiano de trabalho supôs o desempenho de uma pluralidade de papéis que mimetizavam os da equipa de educação, correspondendo também, por parte desta, a uma possibilidade de rentabilização de mais um recurso humano e simbólico no seu trabalho o que, aliás, na óptica da pesquisa nos permitiu verdadeiramente experienciar a abrangência da concepção do que se constituía ou era definido como trabalho educativo neste empreendimento e que ia muito para além do era a nossa própria concepção do que se pode constituir como trabalho educativo numa dinâmica de envolvimento e transformação sócio-comunitária, designadamente quando se remetiam para as funções da equipa de educação actividades que em outro contexto poderiam ser definidas como intrinsecamente administrativas, mas que neste contexto eram intencionalmente concebidas e levadas à prática com uma finalidade educativa e, por isso, entregues ao cuidado dos educadores.

É claro que não é indiferente contextualizar este facto e admitir que a centralidade da equipa da educação em muitas e diversas iniciativas do projecto Catende/Harmonia não decorria apenas de um pensamento estratégico que atribuía a essas iniciativas um potencial educativo que as tornava quase naturalmente objecto do trabalho daquela equipa. Com efeito, não é despiciendo reconhecer que a equipa de educação tendo sido criada pelo próprio projecto, e não sem oposição e/ou incompreensão por parte de significativos sectores dos trabalhadores, se assumiu como vanguarda política e técnica do “*espírito*” autogestionário do projecto, mas “*encravada*” numa estrutura administrativa e produtiva que se manteve do passado e, em grande parte dos casos, com os mesmos protagonistas desse passado, o que acarretava fortes problemas de legitimidade à existência e intervenção da equipa de educação. Nesse sentido, a opção pela atribuição à equipa de educação de determinadas funções/actividades, mesmo se a partir do envolvimento e da colaboração selectiva com outros elementos internos à usina, designadamente técnicos dos vários sectores, também constituia uma forma de assegurar que a lógica que presidiria a essas iniciativas não perpetuaria um passado que se pretendia transcender, mas pelo contrário enfatizaria a construção de um outro modo de fazer e

de relação com os trabalhadores que pressupostamente ajudaria à construção na consciência daqueles que envolvia da pertinência da alternativa que ali se procurava pré-figurar.

Naturalmente que este processo encerra alguma ambiguidade: a atribuição da responsabilidade por um grande número e diversidade de iniciativas à equipa de educação rapidamente realçou os limites inerentes aos recursos humanos disponíveis para esta equipa e implicou uma dispersão do seu trabalho dificilmente compaginável com um planeamento estratégico de médio e longo prazo do sentido da acção educativa intencional face aos desígnios pretendidos por aquele processo e, por vezes, implicou mesmo que o empiricismo urgente se sobrepusesse a qualquer intencionalidade educativa reflectida. Com efeito, muita da intervenção da equipa de educação acabava por se subordinar ou às exigências do quotidiano que normalmente já tinham de si também subjacente a reacção ou a intervenção a/em questões urgentes para a sustentação económica do empreendimento ou aos timings dos projectos financiados e participados por entidades parceiras do empreendimento. De alguma forma, a equipa de educação procurava contrariar estas tendências, quer através da promoção de iniciativas autonomamente promovidas e financiadas pela Usina, que se confrontavam com uma inevitável representação, por norma negativa, da parte dos trabalhadores acerca da utilidade do investimento financeiro em educação numa usina com sérios problemas económicos até para pagar salários, quer através de uma progressiva cooptação de actores sociais fisiologicamente segregados pelo projecto (designadamente jovens filhos de trabalhadores que haviam passado por períodos relativamente longos de formação formal no âmbito do projecto e presidentes de associações de moradores dos engenhos que apoiavam incondicionalmente o projecto em marcha) para assegurarem algumas destas actividades e funções, mas normalmente sempre em articulação e com a supervisão da equipa de educação. Contudo, o peso de uma estrutura administrativa forjada numa lógica empresarial tradicional e a dificuldades de envolver os seus actores, senão como recursos pontuais, na promoção de outros princípios e modos de estar e fazer, acabou por inibir que as estruturas do passado, principalmente as administrativas mas também alguns sectores da cadeia produtiva, designadamente os operários da

indústria, se transformassem significativamente a partir do seu envolvimento efectivo e participativo neste outro modo de fazer e mantivessem um modo de funcionamento de uma qualquer empresa de usineiros, apenas pontuada aqui e ali por jovens técnicos formados pelo próprio projecto e para os ideais autogestionários.



Legenda: Projecto Jovens Produtores de Sementes da Zona da Mata Pernambucana

Assim, vimo-nos impelidos pela própria dinâmica de trabalho da equipa de educação a participar, mais ou menos activamente e desempenhando diferentes papéis, num conjunto de projectos, iniciativas e actividades verdadeiramente heterogéneos. Dizemo-lo na medida em que podendo analiticamente identificar-se-lhes uma determinada tónica, de facto na sua forma, conteúdo, intencionalidade/finalidade se caracterizavam essencialmente por serem híbridos e conjugarem intrinsecamente diferentes níveis de formalização da acção educativa, lógicas de formação, públicos diversos...cuja intencionalidade educativa, ora estava inscrita na sua matriz organizacional (por exemplo, sessões de formação), ora era apenas do domínio do desejo dos próprios educadores (por exemplo, sessões de esclarecimento e debate sobre as condições de funcionamento dos equipamentos industriais da usina tendo em vista a tomada de decisão sobre opções de aplicação dos parques recursos financeiros existentes), ora mimetizavam algumas das características das situações educativas típicas do modo escolar (por exemplo, um curso de formação no domínio da informática e cidadania dirigido a jovens, com uma componente “*escolarizada*” teórica e prática), ora se constituíam em situações cuja referência primeira era a produção e o trabalho (por exemplo, a discussão das possibilidades de diversificação produtiva através do envolvimento de um grupo de jovens no acompanhamento de todo o processo de produção e comercialização de sementes de milho), ora se centravam em conteúdos técnico-científicos (por exemplo, sobre os

agrotóxicos a aplicar e as suas consequências na produtividade da cana-de-açúcar), ora na discussão de princípios políticos e económicos (por exemplo, a discussão do significado de economia solidária e de autogestão), ora em procedimentos administrativos imprescindíveis à sobrevivência económica do empreendimento (por exemplo, a informação e debate com trabalhadores rurais para conseguir que autorizassem o seu recenseamento como agricultores familiares e assim viabilizassem um negócio de venda de açúcar ao governo federal).



Legenda: Programas de capacitação de jovens filhos/as de trabalhadores

Naturalmente que os papéis que fomos desempenhando foram substancialmente diversos em função das expectativas, conhecimento e reconhecimento em torno da nossa presença e das nossas competências e saberes que a equipa de educação e a administração da massa falida foram construindo ao longo do tempo, da natureza das actividades desenvolvidas ou das situações, dos conhecimentos sobre os objectos do trabalho educativo e em função do próprio momento e conjuntura sócio-política vividos pelo projecto. Esta relativa inconstância da representação do nosso papel ao mesmo tempo que supunha manter uma abertura incondicional a diferentes usos sociais da nossa presença, quer como educadores, quer como pesquisadores, permitiu-nos/obrigou-nos em muitos momentos permanecer na rectaguarda do trabalho educativo e ganhar uma distância e uma inteligibilidade que dificilmente seria possível se a imersão naquele fosse completa e constante, ainda que, tenha sido esse mesmo recuo que também nos vedou o acesso, principalmente, a

parte dos momentos de debate político interno em torno das finalidades e concretizações do projecto educativo ali em curso¹¹².

Em síntese, após um período inicial de aclimação aos diferentes sectores da vida da usina que permitiu recolher informação sobre o modo formal de organização e identificar actores que pareciam assumir algum protagonismo na definição das políticas de funcionamento da Usina, e em particular na definição da sua intervenção educativa, procurámos dissipar a nossa presença pelo envolvimento nas rotinas quotidianas da equipa de educação da Usina, quebrando apenas essa rotina na fase final da nossa permanência, momento em que pudemos realizar um conjunto de entrevistas cuja calendarização por vezes se revelou incompatível com o acompanhamento da equipa de educação.

Ainda assim, reforce-se, se este progressivo "*entranhamento*" nas dinâmicas sócio-educativas desenvolvidas permitiu construir alguns referentes para apreender o momento que se vivia, não foi contudo suficiente para compreender as condições da sua produção. Isto é, para o situar num percurso onde o peso da história e da cultura, das relações pessoais, institucionais e políticas se foram sedimentando e nos escapavam. O que não significa que não se tenha tentado e não se tenha avançado nesse propósito.

A evidência de que o trabalho de pesquisa, designadamente a sua componente de produção de dados, decorria num contexto cujas variáveis históricas, sociais e culturais nos eram largamente estranhas e distantes, conduziu-nos a que a abordagem ao terreno da pesquisa consistisse também num processo sistemático de aprendizagem dos contornos sócio-históricos da formação daquela realidade territorial e da dimensão política e cultural em que a existência das pessoas aí presentes foi

¹¹² Consoante as situações e momentos fomos apresentados, mobilizados e socialmente reconhecidos na qualidade de pesquisador e académico estrangeiro (perante a maioria dos trabalhadores, as entidades parceiras e em momentos de apresentação pública em contextos académicos do projecto em desenvolvimento), de educador (com alguns dos trabalhadores, designadamente os trabalhadores rurais moradores nos engenhos e com os jovens filhos de trabalhadores e na própria equipa de educação, tendo colaborado não só como formador em várias ocasiões, mas também tendo sido envolvido na construção de planos de formação e de materiais de formação), de "avaliador" (de acções da própria equipa de educação e de projectos desenvolvidos em parceria por solicitação desta), de trabalhador da usina (perante alguns dos trabalhadores, depois de ajudar à realização de trabalho administrativo – preenchimento de DAP's - no âmbito de um dos projectos da Usina.).

forjada ao longo do tempo. Naturalmente que este processo foi simultâneo e alimentado pela própria interacção com o território e com as pessoas num constante processo de negociação e renegociação do acesso ao terreno de pesquisa e de apreensão/construção dos códigos necessários à compreensão da dinâmica social, política, cultural e económica que ali se vivia.

Esta terá sido a experiência mais radical (no sentido do termo que está associado ao ir às, ou procurar as, raízes de algo) com que nos confrontámos e onde a inoperância das nossas categorias de conhecimento prévias mais se fez sentir: entrar no fluxo de um tempo e de um espaço atravessado por relações, implícitos, pessoas, acontecimentos, linguagens e sentidos que somos levados a organizar e ordenar entre si sempre provisoriamente num esforço de compreensão do que nos rodeia e dos seus significados¹¹³ apenas nos dá a plena consciência da infinitude do trabalho de interpretação do mundo e do carácter relacional e de construção permanente constitutivo do olhar da pesquisa científica qualitativa. Por isso, todo o entranhamento que o dispositivo metodológico accionado para construção dos dados permitiu – nomeadamente a participação observante e a elaboração de um diário de campo abarcando cerca de 6 meses do quotidiano da usina (em épocas substancialmente distintas do seu ciclo de funcionamento: a entressafra e a safra) e mais particularmente detendo-se sobre a acção da equipa de educação da usina, a realização de 40 entrevistas a actores diversos da vida da Usina (trabalhadores rurais, operários, funcionários administrativos, sindicatos, moradores dos engenhos, administração da massa falida, equipa de educação, assessores, técnicos, jovens, mulheres, entidades parceiras...), a recolha e posterior organização e análise de toda a documentação existente nos arquivos digitais da equipa de educação e de outra documentação existente apenas em formato policopiado a que foi possível aceder –, mesmo se intenso e extenso, revelou-se, ainda assim, no momento da análise, lacunar na restituição de alguns dos interstícios da historicidade factual do processo. Mas, mais significativo do ponto de vista da reflexão metodológica, é que todo o aparato metodológico não evitou, *a posteriori*, o sentimento de que a nossa pesquisa tinha apenas apreendido a parte visível de um icebergue, um modo de apresentação de si

¹¹³ Cf. a este propósito, em anexo, a nota prévia às notas de terreno.

daquela realidade, uma primeira camada de acontecimentos, factos, sentidos, interpretações e opiniões e, nesse sentido, teria sido incapaz de aceder a elementos que nos permitissem efectivamente compreender nos seus próprios termos a relação de uma comunidade que entre si partilha experiências, culturas, quotidianos e saberes cujo conhecimento transcende as possibilidades de uma pesquisa e de um pesquisador com as características que estes aqui assumiram. Se há uma ilação metodológica geral a retirar desta experiência é precisamente a de que a compreensão dos processos de mudança, que identificamos com os processos de desenvolvimento comunitário ou local, exige uma complementaridade de análise entre a longa duração das estruturas e relações sociais e da sua transformação e da cultura e o mais imediato das relações sociais quotidianas. O presente é um epifenómeno cuja compreensão implica resgatar a sua dimensão processual que necessariamente se tece num passado mais ou menos longínquo.

Em síntese, e muito simplesmente, não é possível compreender o presente destes fenómenos sociais sem compreender o seu passado. Não é possível elaborar a compreensão sobre uma dinâmica de desenvolvimento comunitário sem apreciar as condições sociais tecidas no longo prazo sobre as quais assenta e se inscreve. E mais, nesta perspectiva, toda a análise destas dinâmicas implicará apreciar a singularidade dessa infraestrutura que suporta o presente.

Uma outra consequência desta assunção é a de que o processo de nos tornarmos membros, no sentido etnometodológico da expressão, não foi, de facto, nunca um estatuto adquirido e estabilizado mas um processo iterativo que em tempos e espaços específicos configurou diferentes representações para um sujeito triplamente estrangeirado (o pesquisador, o académico, o português, o adveniente) e resultou no desempenho de papéis sociais muito diversificados, intencionalmente assumidos ou induzidos pelas circunstâncias das relações sociais no terreno de pesquisa.

As opções “técnicas” de recolha de dados (as notas de terreno, as entrevistas e a análise documental)

Neste momento do nosso trabalho, e assumindo o risco enunciado por Montaigne (e aqui glosamos Bourdieu, 1993) de que não fazemos mais do que glosar-nos uns aos outros, gostaríamos de começar por salientar a indispensabilidade da explicitação das intenções e dos princípios a que obedeceram os procedimentos técnicos de produção de dados nesta pesquisa (que neste sentido deixam de ser meramente técnicos para envolverem uma dimensão epistemológica) pois, tal como Pierre Bourdieu (1993) salienta a partir da sua longa prática na realização de inquéritos nas suas variadas formas e em diferentes disciplinas científicas, também partilhamos a convicção de que *“esta prática não encontra a sua expressão adequada nem nas prescrições de uma metodologia frequentemente mais cientista do que científica, nem nas precauções anti-científicas das místicas da fusão afectiva”* (op. cit.:1390), bem como partilhamos a ideia de que *“o sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica mascara de facto que a diferença não é entre a ciência que opera uma construção e a que não o faz, mas entre aquela que o faz sem saber e aquela que, sabendo-o, se esforça por conhecer e controlar tão completamente quanto possível os seus inevitáveis actos de construção e os efeitos que, de igual modo, produzem inevitavelmente.”* (idem, ibidem:1392). Neste sentido, a reflexão que aqui se propõe pretende ser a expressão da consciência de como a relação de pesquisa é inevitavelmente uma relação social e que a dimensão comunicacional que envolve é atravessada pelas propriedades sociais dos sujeitos que coloca em relação, e pelas, interacções entre essas propriedades e as estruturas e sistemas sociais a que os sujeitos estão vinculados.

O processo de recolha de dados envolveu um conjunto de instrumentos diversos na natureza, inscrição na flecha do tempo da pesquisa, enfoque analítico privilegiado e ainda diversos no que respeita aos modos de participação do pesquisador no seu accionamento. Estes instrumentos assumiram essencialmente três formas: as notas de terreno (ou diário de campo), a entrevista e a pesquisa documental.

As notas de terreno

As notas de terreno constituíram a primeira e também a mais duradoura forma de produção de dados, ainda que a sua forma e conteúdos, apreciados *a posteriori*, se tenham evidentemente transformado no curso do processo da sua produção. Desde a chegada, literal, ao contexto social onde se sabia inscrito o processo que havíamos definido como foco de análise que iniciámos a redacção do que designamos como notas de terreno ou, como as designa Robert Burgess (1997:182), “*notas de campo substantivas*” referindo-se ao “*registo contínuo de situações, acontecimentos e conversas nas quais o investigador participa*” o que significa que estas notas podem conter para além do mais comum registo de observações, entrevistas e ainda a transcrição do conteúdo de documentos. Inicialmente, de um ponto de vista *estritamente* técnico, a redacção das notas de terreno resultou, *mutatis mutandis*, de um processo comparável ao que René Barbier (1993:1¹¹⁴), na perspectiva da investigação-acção existencial, associa à realização do diário de itinerância enquanto “*caderno de percurso onde cada um anota o que sente, o que pensa, o que medita, o que poemiza, o que retém de uma teoria, de uma conversação, aquilo que constrói para dar sentido à vida*” o que significou que durante as primeiras semanas, e quase quotidianamente, um conjunto de tópicos anotados no decurso da presença e envolvimento nas situações foram objecto de reescrita para assim transformar registos impressivos (sensitivos) em registos cronologicamente organizados que desenvolviam, comentavam e contextualizavam as situações experienciadas ou como sugere Fernandes (2002:26) “*o diário ordena, através do fio narrativo, a dispersão de acontecimentos do dia-a-dia*”. Este trabalho consistia, em primeiro lugar, na restituição das condições pragmáticas do experienciado e, em segundo lugar, no esboço de uma interpretação provisória em face do conhecimento que, à medida que o tempo decorria, se ia sedimentando em nós acerca do processo e dos actores que tomámos como protagonistas das notas de terreno, o que também significa que, ao olhar retrospectivo, alguns dos registos iniciais revelem erros factuais ou interpretações fortemente marcadas por um conhecimento (ainda mais) parcelar

¹¹⁴ Indica-se aqui o nº de página da tradução para português, não publicada, realizada por Natércia Pacheco do texto de René Barbier (1993), no âmbito do Projecto de Investigação Escritas Inter-ditas do CIIE da FPCEUP.

da realidade em análise e tornem as notas de terreno numa produção progressiva, onde diferentes camadas de escrita sobrepondo-se em termos do objecto a que se reportam vão progressivamente tecendo relações entre si, preenchendo vazios de sentido, o que faz de facto com que *“escrever notas de campo é disciplinar o acontecer simultâneo das várias memórias que se cruzam na rememoração dos factos”* (Fernandes, 2002:27). Todavia é esta lógica sedimentar das notas de terreno que também nos permitiu ir constatando, a respeito de alguns dos objectos da escrita de notas de terreno, o que os compêndios de metodologia designam de saturação dos dados (neste caso, deve ser adjectivada de qualitativa), isto é, a verificação de que, a partir de determinado momento, o que observávamos se ia repetindo reiteradamente com cambiantes pouco significativas nos registos que sobre o observado se iam produzindo.

O processo de aprendizagem *“na tarefa”* de registar notas de campo deixou marcas indeléveis no modo como procedemos a este trabalho que é possível associar a tempos e a formas de relação com a escrita relativamente delimitáveis. Um primeiro momento que começa com a chegada ao terreno e se prolonga durante as primeiras semanas – que designaríamos de iniciação (ou de aclimação) – é marcado por modalidades narrativas que primam essencialmente pelo relato impressivo, muito pouco excludente em termos do que se considera ter legitimidade para ser registado¹¹⁵, em que a descrição é fortemente atravessada pela impressão emocional que as situações provocam no pesquisador; é igualmente um registo que diríamos mais sensorial, preocupado em apreender o ambiente físico e humano para o tornar relativamente familiar, e um registo de escrita essencialmente interrogativo devido à

¹¹⁵ Neste período inicial, a escrita quase quotidiana das notas de terreno revelou-se um exercício árduo de rememoração a partir dos parcos tópicos anotados, o que envolvia a recriação mental não só factual mas, diríamos, cinestésica do vivido durante o tempo que permanecíamos na Usina, muitas vezes por períodos de 8 horas. Nesta circunstância, não raras vezes nos lembrámos do magnífico conto de Jorge Luís Borges presente na sua obra *«Artíficos»*, publicada originalmente em 1944, e intitulado *«Funes ou a memória»* onde o protagonista é atormentado por possuir uma memória dramaticamente prodigiosa que põe à prova recordando exactamente e de modo absolutamente pormenorizado um dia da sua vida, ocupando nessa tarefa igualmente um dia: *“Duas ou três vezes tinha reconstituído um dia inteiro: nunca chegara a ter dúvidas, mas cada reconstituição havia demorado um dia inteiro”* [Borges, J.L. (1998) Obras Completas: Lisboa: Editorial Teorema, pp.507-508]. E mais ainda nos lembrámos da consideração que Borges faz acerca de Funes: *“Suspeito, no entanto, de que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos”* (idem:508).

falta de elementos que à altura permitissem interpretar ainda que provisoriamente o que era objecto de registo. Este primeiro momento encerra-se a partir do momento em que se passam a reconhecer como familiares, quer um conjunto de actores (que passamos a ser capazes de identificar e situar face ao processo em análise) que circulam no campo em observação, quer um conjunto de eventos-charneira a partir dos quais passa a ser possível ordenar e compreender a historicidade do processo observado. Não por acaso o encerramento deste momento coincide em larga medida com a transformação do estatuto do pesquisador que, passando a dominar as chaves mínimas da familiaridade com a situação, passa a poder constituir-se num interlocutor numa posição de relativa igualdade para com os “*naturais*”. Um segundo momento – a que atribuímos o estatuto, e também a designação, de consolidação das notas de terreno – sensivelmente situado temporalmente entre o fim do primeiro mês de presença no contexto da investigação e o fim do segundo mês do segundo período de observação/participação¹¹⁶ é caracterizado não só pela adopção de uma linguagem que revela mais familiaridade com o observado/vivido, como pela emergência e progressivo destaque de um conjunto de núcleos temáticos que polarizam largamente

¹¹⁶ Convém esclarecer que permanecemos no total cerca de seis meses no contexto em análise, tempo repartido por dois períodos de 3 meses: um primeiro período entre início de Fevereiro e início de Maio de 2004 e um segundo período entre início de Julho e início de Outubro de 2005, o que não deixou de ter consequências no modo como metodologicamente se conduziu a pesquisa, particularmente na sua componente de observação/participação. Entre as consequências positivas desta estratégia mais imposta do que escolhida devem destacar-se a possibilidade de acompanhar a dinâmica de trabalho produtivo e do trabalho educativo em momentos distintos do ciclo anual da produção e transformação da cana-de-açúcar e portanto da vida da Usina e dos seu equilíbrio económico, momentos que efectivamente revelaram preocupações e prioridades diferenciadas, e a possibilidade que o interregno entre o primeiro e o segundo período de permanência na Usina abriu de analisar as primeiras notas de terreno e materiais recolhidos, contribuindo para uma definição bastante mais sistemática, orientada e pragmática do trabalho a desenvolver durante a segunda presença na Usina. Entre as consequências negativas da longa ausência do contexto não pode deixar de se referir o facto de a negociação do acesso ao terreno ter sido um processo que se viveu por duas vezes com a mais ou menos inevitável consequência de necessitarmos mobilizar estratégias de apresentação e de negociação da nossa qualidade de pesquisador em cada uma das vezes que procurámos “tornar-nos membros” daqueles sistemas de relações sociais e ainda o termos perdido a oportunidade de contactar alguns informantes privilegiados que naquele entretanto deixaram a Usina (refiro-me aqui particularmente ao Síndico da Massa Falida, Mário Borba, que tendo sido um elemento muito importante na sustentação do processo vivido em Catende praticamente desde a tomada da Usina pelos trabalhadores, foi afastado da sindicatura durante o período da nossa ausência, o que inviabilizou a recolha do seu testemunho aquando da nossa segunda passagem pela Usina). Não podendo considerar-se como aspecto positivo ou negativo em si mesmo há no entanto ainda que destacar as significativas mudanças que ocorreram durante o período em que apenas mantive contacto com o terreno de pesquisa indirectamente o que nos deu uma noção do carácter altamente movente do processo ali experienciado.

os registos e ainda pela ampliação sucessiva da informação relativa àqueles núcleos, abundando as notas escritas numa modalidade narrativa que diríamos descritivo-analítica já que prima por esboçar sistematicamente uma interpretação do registado, quer através de um esforço de articulação entre si das informações mais factuais e impressivas, quer fazendo acompanhar as notas de campo de reflexões relativamente sistemáticas sobre o putativo sentido teórico dos acontecimentos por elas abrangidos. Naturalmente que nos podemos e devemos questionar se as notas de campo adquirem estas propriedades porque determinadas situações observadas ou experienciadas começam a destacar-se pela sua repetição, designando uma certa rotina quotidiana (e portanto porque quantitativamente se tornam mais significativas) ou ainda por causa de uma crescente pregnância teórica que face ao que vai sendo a construção do objecto de estudo as torna qualitativamente mais pertinentes, ou se, pelo contrário, estas propriedades resultam de uma óptica de observação que se tornou viciosa e que inconscientemente compeliu o pesquisador a reter sistematicamente o mesmo tipo de situações nas notas que ia registando, o que significaria que não teríamos sido bem sucedidos no processo de autocontrolo utilizado para mediar a passagem entre a experiência etnográfica e o discurso escrito e a evitar determinados obstáculos epistemológicos no interior do processo de escrita das notas de terreno (Fernandes, 2002:26). Olhadas retrospectivamente, não pode ainda deixar de salientar-se que as notas de terreno produzidas durante este período apresentam uma série de implícitos, com certeza resultantes da progressiva familiaridade com o seu objecto que nos despertam para a interrogação sobre qual a “boa” distância epistemológica face ao objecto da pesquisa, mas igualmente nos permitem destacar que este é o momento em que, na medida do possível, nos “*tornamos membros*” e adoptamos na escrita os “*allant de soi*” da comunidade em análise.

O final deste segundo momento é marcado pela transição para o que identificamos como o período da saturação dos dados, que temporalmente corresponde sensivelmente ao último mês de presença no terreno, e que é marcado pela sensação crescente de reiteração constante dos temas e modos de os registar. Como parece óbvio, a característica dominante deste período é a escassez de novidade

nos núcleos temáticos em torno dos quais as notas de campo se vão organizando, já que em termos de modalidade narrativa este período é essencialmente um prolongamento do anterior. Em certa medida, neste momento, os registos organizam-se essencialmente em torno da preocupação de preencher os vazios que poderiam inviabilizar a análise das notas já anteriormente registadas, como tal, o objecto das notas já não é tanto o que é experienciado, mas mais o desfasamento entre o que é experienciado e o que está registado, o que supõe que esta fase foi também uma oportunidade de olhar de modo relativamente sistemático e retrospectivo para o conjunto de notas de campo obtidas durante todo o tempo anterior e de proceder a uma análise, ainda que incipiente, da sua validade enquanto material empírico face às finalidades de pesquisa que a experiência de campo nos ajudou a consolidar. Este processo de análise levantou-nos algumas questões de índole ética, uma vez que nos sentimos tentados a rectificar ou explicitar alguns dos registos precoces que, ao momento desta análise, já sabíamos não só errados factualmente como interpretativamente abusivos. Optámos no entanto por preservar os registos tal como originalmente produzidos, em reconhecimento do próprio processo de familiarização progressiva com o terreno de pesquisa e de produção diacrónica do objecto de pesquisa, deixando para os momentos de análise sistemática e de reflexão metodológica – como este – a obrigação de considerar o carácter temporalmente situado das distintas notas de campo registadas.

A inexperiência na utilização desta modalidade de produção/recolha de dados tornou a sua utilização sistemática num processo de contínua afinação e, mais do que tudo, numa aprendizagem para o pesquisador. Em nossa opinião, este processo de aprendizagem poderá ser ilustrado através de um olhar panorâmico lançado agora sobre o conjunto de notas de terreno escritas. Fica claro dessa apreciação panorâmica uma progressiva tendência para um olhar que se vai circunscrevendo e tornando mais informado acerca dos aspectos contextuais das situações objecto de registo. Poder-se-ia dizer que as notas de terreno evoluem no tempo de um registo eminentemente fotográfico para um registo essencialmente cinematográfico; no primeiro a trama social que dá origem ao descrito permanece implícita e a escrita fixa-se quase exclusivamente na descrição densa do acontecimento, no segundo, o momento não

deixa de se procurar caracterizar de modo denso, mas para além disso é inscrito numa historicidade que o transcende e em que o significado do momento decorre da relação e posição que este estabelece face à história que o envolve, ou seja, o registado representa uma narrativa mais complexa do observado e vivido porque integra em si o sistema de coordenadas que o permite situar e interpretar face a outros registos ou a dados recolhidos por intermédio de outros instrumentos. O olhar panorâmico acima invocado permite ainda destacar um movimento de focagem das situações que progressivamente se convertem em objectos privilegiados de registo, movimento que acreditamos estar associado a uma dialéctica entre as questões suscitadas pelo processo de observação/participação e a definição de alguns referentes orientadores das problemáticas teóricas centrais da pesquisa.

O processo de realização das notas de terreno foi assim um processo de aprendizagem global em resultado de uma experiência reflectida: i) de aprendizagem teórica na medida em que fomos procedendo a um esforço de abstracção face à experiência concreta que nos permitiu ir definindo alguns princípios gerais que passaram a incorporar a nossa prática de registo; ii) de aprendizagem técnica na medida em que fomos progressivamente adquirindo a capacidade de pôr em prática estratégias de registo não só mais efectivas que resultaram em notas mais densas como também menos interferentes. Por menos interferentes queremos significar que no decurso do processo de realização dos registos fomos tentando que a operação de tirar notas *in situ* procurasse interferir minimamente no prosseguimento das interacções sociais em curso e nos modos de estar dos actores sociais presentes: a título de exemplificação sugerimos que é substancialmente distinto passar uma reunião a tirar apontamentos sobre o que aí se passa e diz, e ser observado nesse papel pelos “*naturais*”, de uma situação em que os tópicos sobre o que se passou e disse nessa mesma reunião se registam posteriormente à nossa participação como ouvintes/participantes nessa mesma situação. Ou seja, sem querermos cair na tentação, e até inadequação, de desejar uma total invisibilidade do pesquisador no contexto de investigação, parece-nos claro que o potencial de interferência na percepção que os “*naturais*” fazem da nossa presença é substancialmente superior na primeira das situações acima descritas e, como tal, também potencialmente mais

susceptível de modificar o seu comportamento em razão dessa interferência. A “*interferência*” não tem, todavia, uma conotação exclusivamente “*perturbadora*” ou negativa. Na realidade, o papel de interferente não raras vezes se transformou no papel de um interlocutor outro, julgado capaz de levar as vozes dos “*naturais*” a outras arenas, ou permitiu que os “*naturais*” encontrassem nesse outro, porque relativamente desconhecido, um pretexto para fazerem dele um interlocutor novo de velhas falas que assim se reactualizavam. Aliás, quase diríamos que de modo aparentemente paradoxal à medida que fomos sentindo como menos interferente a actividade de registo *in situ* das notas de campo, mais essas situações corresponderam a um evidente deslocamento do pesquisador ao longo do contínuo observação-participação que o aproximaram tanto quanto possível de um actor participante nas dinâmicas e práticas sociais em curso no contexto e que, inevitavelmente, estava mais preocupado com as interacções naturais do que com o seu registo.

O carácter das notas de campo produzidas deve também ser articulado com o processo de negociação do acesso ao terreno e com as modalidades de observação que foram sendo possíveis ou privilegiadas no curso daquele processo. De facto, a possibilidade de conhecer não só é condicionada pela posse e mobilização de utensílios intelectuais (tais como conceitos e teorias) que permitem conferir inteligibilidade ao que sem aqueles não passa de uma diversidade de elementos/situações dispersos face aos quais produzimos intuitivamente formas de conhecimento ditas do senso comum, como, na pesquisa que se debruça sobre contextos sociais e humanos “*naturais*” onde a interacção linguística predomina, o conhecimento, numa perspectiva fenomenológica, é condicionado pelo progressivo domínio do que a etnometodologia identifica como *indexicalidade*, isto é, das possibilidades que para além dos significados trans-situacionais que as palavras contêm em si, sejamos igualmente capazes de apreender os significados distintos daquelas palavras em função das situações particulares em que são mobilizadas, mesmo se esta é sempre uma compreensão parcelar pois, tal como nos alerta Alain Coulon (1995:32), se, por um lado, as palavras “*só ganham o seu sentido «completo» no seu contexto de produção, quando são «indexadas» a uma situação de intercâmbio linguístico*”, por outro lado, “*a indexação não esgota a integralidade do seu sentido*

potencial. A significação de uma palavra ou de uma expressão provém de factores contextuais como a biografia do locutor, sua intenção imediata, a relação única que mantém com seu ouvinte, suas conversações passadas". Neste sentido não é indiferente a *relação curso do tempo x conhecimento do contexto*, com as inerentes variações no papel e ângulo de abordagem do pesquisador, para interpretar as diferenças de registo das notas de terreno produzidas. A continuidade do processo de negociação da presença no terreno (que não é apenas a negociação do acesso ao terreno como se esta fosse uma etapa definitivamente transponível em determinado momento) deixa igualmente reflexos nas notas de campo produzidas se analisadas a partir dos actores que aí são invocados. Com efeito, é constatável um progressivo enriquecimento do conjunto de actores que através da sua interacção com o pesquisador vão contribuindo para a estruturação de notas de campo mais densas e essencialmente mais plurais no que respeita aos pontos de vista sobre o objecto de atenção analítica que retêm. Esta constatação que é desde logo quantitativamente discernível ao longo do período que as notas de campo cobrem, sugere igualmente que a estratégia de participação-observação – a primacial para a recolha das notas de terreno – se foi construindo de acordo com o que o discurso metodológico consagrou como procedimento de *"bola de neve"*, isto é, a partir do estabelecimento de uma rede de conexões entre situações e pessoas identificadas pelos próprios actores com que nos cruzámos e que foi progressivamente contribuindo para alargar o leque de sujeitos inter-referenciados que constituem objecto de referência nos registos de campo.

A elaboração das notas de terreno foi ainda claramente influenciada, como acima apenas se sugere, pela postura metodológica do pesquisador, particularmente pela sua inscrição diferenciada e iterativa ao longo do tempo no contínuo observação-participação. Duas constatações, em jeito de pressupostos, devem constituir-se como ponto de partida para a explicitação do que aqui dizemos: 1) não cremos possível existir num qualquer contexto de interacção social uma situação de pura observação caracterizada pelo corte radical entre observador e observado ou pela assepsia do observador; 2) o que registamos como observado é inevitavelmente marcado pela nossa presença que, mais ou menos explicitamente, nos transforma em participantes

na medida em que aquela interfere e altera a configuração do sistema de relações e as práticas sociais vigentes e/ou pela presença que nós deliberadamente transformamos em participação. Daqui decorre que não podendo controlar em absoluto – e duvida-se que tal fosse desejável – a nossa implicação nem a nossa interferência na interacção dos outros para connosco, nem por isso a vigilância metodológica deve descurar estes factos. E a melhor forma de a vigilância metodológica operar neste caso é, no curso do processo de pesquisa de terreno, tão deliberada e conscientemente quanto possível regular a nossa inscrição no contínuo observação-participação em função da dialéctica entre características da situação e intencionalidade da pesquisa, e, *a posteriori*, reflectindo, a partir dos registos produzidos, sobre o que na sua forma e conteúdo é do domínio da opinião, da projecção de valores pessoais, da descrição argumentada empiricamente, dos efeitos da interacção pesquisador-sujeitos da pesquisa, das opções teórico-metodológicas explícitas, e ainda recorrendo à triangulação dos dados obtidos através das notas de campo com os obtidos através de outros instrumentos...

A abstracção – que não deixa de ser uma simplificação – necessária à conceptualização teórica leva-nos a admitir que a nossa progressão como pesquisadores no contínuo observação-participação acompanhou globalmente o curso cronológico do tempo: a um mais longo tempo de presença no terreno correspondeu a assunção mais vincada e constante do papel de participante “*aculturado*” nas práticas sociais típicas do contexto analisado; não obstante, como antes frisámos, a natureza de certas situações ter implicado a adopção intermitente de uma postura essencialmente de escuta e observação mesmo quando nos sentíamos já participantes em outras circunstâncias.

Interessa no entanto distinguir entre dois modos de ser participante, detectáveis pela análise das notas de campo (modos imbricados entre si, é certo, como se verá). Um primeiro modo, mais recorrente e essencialmente presente na esfera pública, que designaríamos de “*participação mimética*”, pautou-se por procurar a diluição da nossa presença nas dinâmicas em curso, assumindo um papel e um estatuto eminentemente semelhante ao dos actores que funcionaram para nós como “*gatekeepers*” para as dinâmicas no terreno que pretendíamos analisar. Assim, a participação em actividades da equipa de educação levou a que nos assumíssemos

igualmente como *educadores*, envolvendo-nos previamente na organização e posteriormente na gestão das situações formativas, procurando seguir um roteiro no nosso desempenho que não destoasse do que os outros elementos da equipa seguiam, do mesmo modo que quando aparecíamos associados a figuras da administração da massa falida da Usina Catende em eventos/situações de interacção com trabalhadores também admitíamos como inevitável que o nosso estatuto e papel fosse por estes interpretado como o de alguém próximo das esferas do poder da Usina, assumindo nós, óbvia e necessariamente, as consequências desta associação nas interacções que nesses momentos desenvolvíamos com os trabalhadores, por vezes obrigando a explicitações demoradas e complexas da nossa situação e ainda assim não evitando representações de nós pouco consentâneas com o que desejávamos ser a relação a estabelecer com aquelas pessoas¹¹⁷. A este modo de ser participante temos de contrapor o que designaríamos “*participação sábia*”, muito mais evidente em situações de interacção personalizadas e na sua maioria decorrendo na esfera privada das relações quotidianas, mas igualmente presente de forma pontual como “*contrapartida solicitada*” pelos “*naturais*” de mobilização de saberes e competências enquanto académico e pesquisador. O primeiro nível desta “*participação sábia*” diz respeito às conversas e questionamentos que induzidos pela apreensão teórica do processo em análise foram acontecendo, como se disse, essencialmente a título particular, com actores significativos, ou do que em termos metodológico designaríamos de “*informantes privilegiados*”, que se distinguiam entre os sujeitos contactados por nós pelo facto de que estando envolvidos no processo como seus protagonistas, desenvolviam sobre aquele uma reflexão sociológica e política e faziam recurso a uma linguagem conceptual para a ele se reportarem que os configurava como “*pares*” do pesquisador na procura de uma compreensão teórica do vivido naquele contexto. Neste sentido, ao longo da permanência no terreno de pesquisa momentos houve em que a atitude metodológica de “*procurar saber sobre*” – não deixando de constituir uma forma de aceder a um conhecimento outro do que estava em análise – se concretizava através da apresentação argumentada e da interpelação entre diversos sentidos das experiências ali vivenciadas por actores que neste exercício

¹¹⁷ Este aspecto é abordado a propósito dos usos sociais do pesquisador no contexto da pesquisa.

pareciam suspender provisoriamente a sua condição de participantes para assumirem a de observadores reflexivos sobre aquilo de que participavam. Não seria intelectualmente honesto deixar de reconhecer que esta prática configura implicitamente uma certa hierarquização da dignidade epistémica dos interlocutores, não obstante termos em nossa defesa a consciência de que esta interacção diferenciada em termos dos códigos linguísticos e registos conceptuais resultou também da necessidade de nos adaptarmos à interacção que nos era solicitada. Se, como alguns autores sugerem, é certo que a realidade responde de acordo com a linguagem com que é perguntada, não será menos acertado supor que a realidade é feita de múltiplos sedimentos cuja apreensão global depende de a questionarmos a partir de diferentes linguagens.

O segundo nível do que acima identificamos como “*participação sábia*” aconteceu através da solicitação explícita por alguns dos actores envolvidos no projecto da nossa colaboração fosse enquanto formador em processos de formação de jovens, filhos dos trabalhadores, fosse como académico “*estrangeiro*” em situações de apresentação pública do processo produzindo uma intervenção/comentário a partir da percepção do que ali acontecia, fosse ainda através da reflexão escrita sobre actividades de educação que acompanhámos no âmbito do projecto, num texto que constituiu objecto de análise dos elementos vinculados à equipa de educação da Usina Catende e que foi posteriormente publicitado em relatórios produzidos para algumas instâncias de financiamento de actividades. Entendemos esta participação como uma forma de acção-investigação já que em si mesma integrou a possibilidade de produção de conhecimento não só sobre os processos em que nos víamos assim envolvidos, porque nos obrigou – qualquer das circunstâncias acima enunciadas – a uma consciencialização, sistematização e conceptualização do que até então vínhamos vivendo naquele contexto e da nossa posição face a isso, mas, essencialmente, produção de conhecimento sobre a ambiguidade latente do nosso posicionamento no terreno de pesquisa e sobre a posição relativa que a pesquisa, pelo menos a que não se reconhece na assepsia política, tem necessariamente de negociar com os sujeitos sociais envolvidos em dinâmicas de luta social. Neste caso, mais do que uma inevitabilidade que acabaria sempre por acontecer por inerência à co-presença no

terreno dessas lutas sociais e à tomada de posição necessária face a estas ou como condição necessária à conquista de um estatuto de pertença ao terreno, o desempenho de um papel social como estrangeiro, como pesquisador, ou como educador/formador que simultaneamente dava conta da nossa condição de estranhos e de semelhantes face àqueles que mais comumente protagonizavam o quotidiano do processo em análise, e sem que por isso tenha deixado de ser vivido ambivalentemente, acabou por se tornar mais um imperativo ético do que instrumental, que não raras vezes nos conduziu ao desempenho de funções no quotidiano em que a finalidade de pesquisa se subordinava claramente ao envolvimento militante e em que as nossas acções respondiam muito mais à necessidade de legitimação interna e externa do processo do que a interesses ou motivos inerentes à nossa pesquisa. Como pensamos ter ficado implícito, este segundo nível de *“participação sábia”* suscitou um conjunto de efeitos, que foram reconhecidos pelos actores *“naturais”* e, inclusive, em alguns casos, até intencionalmente incentivados por estes que, de regresso à análise das notas de terreno, devem salientar-se. Entre estes efeitos destacaríamos o efeito de legitimação científica, o efeito de legitimação social e o efeito de legitimação política, cada um dos quais com os seus destinatários privilegiados. Com efeito, da análise das notas de terreno é possível inferir que a nossa participação em certas arenas públicas e a associação estreita ao processo que analisávamos – referimo-nos nomeadamente à presença em alguns fóruns científicos ou instituições académicas aos quais acompanhámos representantes do projecto e ao modo como fomos apresentados a algumas entidades que visitaram o projecto durante a nossa estadia – contribuía para fazer reconhecer a dignidade científica do próprio processo para o exterior, ou seja, demonstrar o seu importante significado e relevância sociais pelo facto de se haver já constituído em objecto de estudo sistemático de pesquisadores. Do mesmo modo, no que respeita à legitimação social, a credibilidade e o significado do processo eram reforçados junto dos seus próprios protagonistas – os trabalhadores e trabalhadoras – realçando para isso o significado que a presença de um pesquisador estrangeiro tinha para a luta daqueles sujeitos ou colocando-nos na qualidade de educador em relação directa com os trabalhadores o que, pensamos, visava acrescentar valor simbólico a estas

iniciativas, salientando a importância que exteriormente se reconhecia ao projecto pelo facto de uma multiplicidade de actores técnicos, políticos e institucionais a ele se dirigirem para o conhecer e com ele colaborarem directamente, inclusive oriundos de outros países como era o nosso caso. Por fim, a legitimação política, em grande medida resultado da agregação dos dois efeitos anteriores, dirigida às entidades de suporte do projecto, aos actores que potencialmente poderiam desempenhar um papel relevante na divulgação e suporte público do processo em curso, mas também aos próprios protagonistas – os trabalhadores – e com expressão nas notas de terreno no reconhecimento público que é dado à nossa presença e ao nosso discurso externo sobre o processo como forma de validar as opções estratégicas assumidas e a justiça da luta social que se desenvolve naquele contexto.

As opções de análise das notas de campo foram evidentemente condicionadas pela forma como foram produzidas e pela forma que enquanto discurso escrito assumiram, para além obviamente de serem condicionadas pelas finalidades da investigação. Como já se terá dito algures, a escrita em bruto das notas de terreno seguiu uma lógica cronológica, em jeito de diário de campo que, em face de uma leitura distanciada no tempo e na implicação nas vivências quotidianas do contexto em análise, revelou, apesar do que considerávamos ter sido uma preocupação consistente para o evitar, a permanência de *allant de soi* e de conhecimentos implícitos acerca dos processos referidos nas notas¹¹⁸. Sendo este um problema da ordem da produção das notas e pretendendo preservar a lógica sedimentar em termos cronológicos da escrita como reconhecimento da progressividade do conhecimento do terreno de pesquisa, optámos por não modificar o registo original da sua escrita retrospectivamente, a não

¹¹⁸ A este facto não é alheio aquilo de que damos conta na introdução (dita nota prévia) dos registos das notas de terreno e que se prende com a existência de um primeiro momento da pesquisa que consistiu no processo de reconhecimento diferido do contexto em que realizámos a pesquisa. A leitura de um conjunto de trabalhos académicos, a participação em sessões em que o processo da Usina Catende foi apresentado (nomeadamente na FPCEUP em 2003 e na UFPB já em 2004) e a recolha, leitura e análise de um conjunto de referências ao processo em causa e ao seu contexto sócio-histórico presentes na Internet e retiradas principalmente de órgãos de informação ou de sites de instituições com ligações relativamente fortes ao processo vivido em Catende, conduziu a que nos apresentássemos no terreno detendo à partida um conhecimento mínimo dos protagonistas e momentos do percurso que entre inícios dos anos 90 e 2004 ali havia acontecido, bem como estando familiarizados com alguns dos questionamentos e das interpretações teóricas já igualmente produzidos sobre aqueles acontecimentos (como por exemplo os trabalhos realizados por José Francisco de Melo Neto referenciados na bibliografia).

ser pontualmente para melhorar linguisticamente a inteligibilidade da sua leitura. Esta questão influenciou determinantemente uma das opções em termos de organização e análise dos registos produzidos, nomeadamente conduzindo-nos à necessidade de identificar sistematicamente o conjunto de processos e entidades que apareciam referidos nas notas como se estas se destinassem apenas a iniciados no processo e no contexto em análise e de os explicitar através da organização de um siglário e de um glossário. Enquanto o primeiro se reveste de um carácter informativo imprescindível à identificação e localização institucional dos actores referenciados nas notas, o segundo recupera elementos do conjunto das notas de terreno e informações recolhidas de outras fontes de informação para construir uma descrição elucidativa de expressões em uso no contexto da pesquisa que sirva de âncora aos potenciais leitores das notas de terreno e é claramente resultado, em termos metodológicos, de um exercício de triangulação de dados.

Um segundo aspecto tido em conta na preparação da análise, no que poderíamos ainda designar de organização das notas, passou pela consciencialização dos diferentes registos discursivos aí presentes e das consequências que estes deveriam ter em termos da análise a produzir. Não podendo dizer-se que os diferentes registos discursivos identificados estão plasmados de forma demarcada no corpo das notas, é no entanto possível assinalar tendencialmente os registos que em diferentes momentos predominam. Pensamos poder essencialmente destacar quatro registos sobre os quais, pelo menos na sua forma tentada, encetámos modalidades de análise com preocupações distintas: o descritivo, o opinativo, o *“literário”* e o analítico-interpretativo. Um primeiro registo discursivo é essencialmente descritivo, isto é, retém essencialmente a caracterização tão circunstanciada e anódina quanto possível de factos e acontecimentos, através de um estilo narrativo em que o narrador é essencialmente um retratista que, através de uma linguagem marcada por um jogo de *zoom* e de afastamento face às situações, compõe uma paisagem de eventos através da restituição dos comportamentos e dos elementos contextuais em que estes se inscrevem. Este registo discursivo, em termos de análise permitiu-nos essencialmente a identificação e caracterização dos contextos da observação, bem como dos processos aí em curso. Um segundo registo, que designamos de opinativo, é

claramente marcado pela assunção de interpretações que acompanham a descrição dos factos, contextos ou processos; interpretações essencialmente construídas a partir dos próprios elementos trazidos pelo descrito. Do ponto de vista analítico poder-se-á dizer que este registo discursivo se pauta pela enunciação de um conjunto de interpretações contextuais provisórias, ou o que poderíamos denominar como interpretações relativamente espontâneas, marcadas pela predominância de interrogações ou de levantamento de hipóteses sobre o sentido do descrito. Um terceiro registo discursivo que apelidamos de “*literário*” é essencialmente marcado pelo seu carácter impressivo e sensitivo, onde a descrição é adensada pela incorporação de elementos intuídos mais do que observados. Este registo discursivo permite-nos em termos analíticos destacar aquilo que é da ordem dos nossos pré-conceitos e da extrapolação não circunstanciada na empiria; como tal, a sua identificação no corpo das notas de campo revelou-se importante elemento de reflexão metodológica acerca das nossas implicações e *a priori*, onde se detectam; à distância, traços de um certo etnocentrismo que procurámos limitar em sede da análise. Por fim, um último registo discursivo é por nós entendido como essencialmente analítico na medida em que a descrição é acompanhada sistematicamente de possibilidades de interpretação teórica do significado do que é objecto de escrita, da identificação de dimensões teóricas para posterior exploração ou da articulação entre registos obtidos em diferentes circunstâncias/momentos no sentido de ir construindo uma compreensão do que estávamos a vivenciar. Não é demais salientar que este registo está essencialmente presente nas notas de terreno a partir do momento no tempo em que o conhecimento do contexto em análise e dos seus protagonistas já está consolidado e, necessariamente, é marcado pelas diferentes tónicas que ao longo do tempo fomos valorizando como constitutivas da pesquisa. Finalmente, interessa assinalar que foi particularmente a partir dos excertos das notas de terreno pautadas por este registo discursivo que foi possível definir um conjunto de categorias temáticas de ressonância teórica que permitiram organizar a maioria do material redigido por nós segundo procedimentos próximos dos da análise de conteúdo temática.

No que respeita à análise propriamente dita do *corpus* constituído pelas notas de campo importa salientar as preocupações a que obedeceu e o modo como se concretizou. De entre as preocupações destacaríamos essencialmente a preservação de uma estrutura de análise que tendo como principal critério o agrupamento de unidades de sentido similares em termos temáticos, manteve entre estas uma organização que respeitou a cronologia da sua produção, precisamente para dar expressão ao carácter sedimentar do percurso de produção de conhecimento sobre o contexto em análise. Uma segunda preocupação passou por entender as notas de campo como apenas uma das fontes de produção de conhecimento, por definição parcelar, a que necessariamente se contrapuseram outras fontes através de procedimentos de triangulação dos dados que permitiram recontextualizar os dados das notas de terreno no quadro mais amplo do conjunto de materiais empíricos recolhidos e que permitiram dar conta de uma terceira preocupação desta análise: a saturação teórica das categorias temáticas produzidas pela análise das notas de campo, ou seja, através da articulação entre diferentes fontes reportando-se às mesmas temáticas foi possível, em nosso entender, chegar a categorias de análise consistentes e válidas, quer pela pluralidade de indícios da empiria que entre si reforçam a interpretação produzida, quer pela verificação de que o conjunto de materiais empíricos disponíveis em larga medida está contemplado nas categorias de análise a que se chegou. O modo de concretização operacional da análise está implícito no que acima dizemos, podendo no entanto reforçar-se a ideia de que à leitura sistemática das notas de terreno se seguiu a identificação de unidades de sentido temáticas que progressivamente se foram afinando através da fusão entre si ou do desdobramento em categorias temáticas mais finas, construídas numa relação dialéctica entre a indução, isto é, dando voz aos materiais empíricos para que nos seus próprios termos nos permitam inferir as temáticas que retêm (ou seja, aquilo que em outro momento deste trabalho dizemos recorrendo a Isabelle Stengers (1991): deixando que seja o material que “*pose le problème*”), e a dedução, ou seja, colocando igualmente o material empírico perante um conjunto de questões oriundas da problemática da pesquisa e procurando perceber que respostas aí se encontram.

As entrevistas

A realização de entrevistas consistiu numa outra modalidade de recolha de dados e aconteceu de forma repartida durante o primeiro (entre Janeiro e Abril de 2004) e segundo período (entre Julho e Setembro de 2005) de permanência na Usina Catende, não obstante durante a primeira permanência em Catende se ter procedido, inicialmente, à realização de algumas entrevistas, de tipo exploratório e organizadas de modo a proporcionarem uma visão panorâmica da(s) história(s) entre o início da mobilização social naquele contexto e a nossa chegada em 2004 que não chegaram a ser incluídas no conjunto final de entrevistas consideradas para análise (ou melhor, apenas parte das entrevistas realizadas durante a primeira permanência no terreno se considerou para efeitos de análise, nomeadamente aquelas que se aproximavam em termos de forma aos guiões de entrevista que viriam a ser os finais), mas que constituíram uma oportunidade de travar conhecimento com actores envolvidos em diferentes momentos do processo ali experienciado e de ir constituindo mentalmente um acervo de referências a situações e pessoas que foram imprescindíveis para a familiarização com o objecto de análise e, igualmente, enquanto organizadoras da nossa compreensão dos discursos produzidos pelos subsequentes sujeitos entrevistados e dos documentos recolhidos (já para não referir o contributo que daí pudemos extrair para a construção do guião das futuras entrevistas).

As entrevistas foram ainda momentos significativos da negociação do acesso ao terreno já que implicaram o accionamento de estratégias de apresentação e de elucidação do nosso papel face aos actores “*naturais*”, tendo sempre optado por começar a situação de entrevista (normalmente antes de começar a gravação) com a explicitação da nossa vinculação institucional, das nossas finalidades de pesquisa e do nosso interesse particular de escutar aquela pessoa acerca do processo vivido em Catende. No total realizámos 40 entrevistas semi-estruturadas que foram audiogravadas e das quais foram integralmente transcritas 35 e integradas no *corpus* empírico. Estas entrevistas de duração muito variável – entre os 10/15 minutos e as 6 horas – aconteceram em múltiplos espaços (mais frequentemente na sala da Harmonia, mas também na sala da administração da massa falida, no campo, na sala do gerente da indústria, nos laboratórios químicos, no Chalé do Alto, no pátio da

Usina, em casa dos entrevistados, em bares e restaurantes...) e não obedeceram a uma sequência intencional, - depois de definidos os actores a entrevistar solicitámos, normalmente à equipa de educação, que nos pusessem em contacto com eles ou que agendassem as entrevistas. Naturalmente, a sequência de entrevistas acabou por ter mais a ver com a disponibilidade dos entrevistados do que obedecer a qualquer estratégia nossa e não podemos esquecer que parte das entrevistas se realizou a actores ou em tempos “*inesperados*”, isto é, que não tínhamos, à partida, previsto entrevistar ou num momento em que simplesmente se abriu uma janela de oportunidade para a conversa sem que esta estivesse previamente concertada -, embora a sequencialidade com que acabaram por ser realizadas acabasse por contribuir para progressivamente ir integrando um conhecimento das situações mais informado nas entrevistas. Por outro lado, tiveram origem em distintos modos de negociação para a sua realização (em que os entrevistados foram sugeridos mais ou menos fortemente pelos actores mais próximos de nós – designadamente a equipa de educação da Usina - e da administração da massa falida, solicitadas por nós, impostas pelos acontecimentos vivenciados ou simplesmente porque a oportunidade de as realizar se apresentou num dado momento em que entrevistador e um potencial entrevistado confluíram no tempo e no espaço) para além de, naturalmente, abrangerem uma diversidade de protagonistas no que respeita à sua vinculação com o processo em análise e ainda terem assumido quer a forma de entrevistas individuais (a predominante), quer de entrevistas em grupo (nomeadamente com os operários da Usina).

Na maioria dos casos acabámos por realizar as entrevistas a quem Bourdieu (1993:1395) apelida “*gens de connaissance*”, isto é, a pessoas com quem fomos ficando mais familiarizados e, essencialmente, de quem fôssemos socialmente próximos e tal deve-se ao facto de a grande maioria das entrevistas ter decorrido na segunda estadia em Catende e, dentro desta, na parte final do trabalho de campo, o que permitiu que nos apresentássemos nas entrevistas com um pré-conhecimento dos entrevistados e da sua vinculação histórica ao processo vivenciado pela Usina Catende, que tínhamos vindo a construir a partir do processo de participação no quotidiano da vida da Usina e, particularmente, da interacção mais ou menos recorrente com o

actores que ouvimos em entrevista durante o tempo em que estivemos presentes em Catende. Não obstante, a “*familiaridade*” com os entrevistados não evita o facto de a entrevista ser, como bem salienta Pierre Bourdieu (1993:1391), uma relação social que, por esse facto, produz certos efeitos nos resultados obtidos e, por outro lado, mesmo se a intenção e procedimento do entrevistador procura obviar a que a situação de entrevista se constitua num processo eivado de alguma violência simbólica, o que é facto é que “*todo o tipo de distorções estão inscritas na estrutura da relação de entrevista*” (*idem*:1391), distorções que é necessário reconhecer, conhecer e controlar, essencialmente no próprio curso da situação de entrevista, tomado aí como objecto de reflexão e de condução metódica, sem que tal redunde na transformação da situação de entrevista na aplicação de um método ou que esta se constitua necessariamente num objecto de uma reflexão teórica enquanto se realiza. Tarefa difícil, já se vê¹¹⁹. E de facto não é negligenciável que as situações de entrevista que levámos a cabo, na sua maioria, traduziam uma “*dissemetria social*” entre entrevistador e entrevistado. Com efeito, para além de representar inevitavelmente “*uma intrusão sempre um pouco arbitrária*” no mundo do outro, a situação de entrevista como processo de interacção social faz funcionar o que Bourdieu (1993:1393) identifica como “*mercado dos bens linguísticos e simbólicos*”, ou seja, retém no seu interior as posições hierarquizadas dos diferentes tipos de capital de que os sujeitos são portadores, particularmente o capital linguístico. Se bem que seja relativamente impossível contornar completamente este facto, Bourdieu (1993:1393) considera a possibilidade de se adoptarem procedimentos que reduzam tanto quanto possível a violência simbólica que pode exercer-se por meio da situação de entrevista e que, sinteticamente, passam pela adopção de uma “*escuta activa e metódica*” (*idem*:1393), ou seja, “*la disponibilité totale à l’égard de la personne interrogée, la soumission à la singularité de son histoire particulière, qui peut conduire, par une sorte de mimétisme plus ou moins maîtrisé, à adopter son langage et à entrer dans ses vues, dans ses sentiments, dans ses pensées, avec la construction méthodique, forte de la connaissance*

¹¹⁹ Nas palavras de Bourdieu (1993:1391), esta vigilância terá de ser fundada na “*reflexividade, que é sinónimo de método, mas uma reflexividade reflexa, fundada num «ofício», um «olho» sociológico, [que] permite perceber e controlar no terreno, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual a entrevista se concretiza*”

des conditions objectives, communes à toutes une catégorie” (Bourdieu, 1993:1393-1394). Para que tal possa acontecer é importante não só, enquanto entrevistador, intervir sobre o que é susceptível de ser regulado na interacção discursiva que constitui a situação de entrevista (o nível de linguagem, os signos verbais e não verbais), mas também na própria estrutura da relação, portanto, na estrutura do mercado de bens linguísticos e simbólicos, e na própria selecção dos entrevistados e dos seus entrevistadores. Não podendo intervir sobre esta última dimensão, e tendo intervindo tanto quanto conscientemente nos foi possível na dimensão mais “*simples*” – a adequação ao nível linguístico dos entrevistados –, consideramos que, de facto, não nos foi possível transformar a estrutura do mercado de bens linguísticos e simbólicos que presidiu à maioria das situações de interacção social que se estabeleceram tendo por finalidade realizar as entrevistas. Contudo, os efeitos deste facto não nos parecem redutíveis à afirmação de um empobrecimento metodológico daí decorrente. De facto, se por um lado, a proveniência do entrevistador (do estrangeiro e para alguns dos entrevistados quase literalmente de uma outra *língua*, de uma universidade e pesquisador, para além de conotado com a administração da massa falida) constituiu um *a priori* que interferiu no jogo de percepções e metapercepções entre entrevistador e entrevistado (por exemplo, um dos entrevistados, depois de acabada a entrevista é que revelou pensar estar a falar com um jornalista quando perguntou onde seria publicada a sua entrevista e outro falou comigo como se o que ele dissesse fosse ser por mim dito à administração da massa falida, ou melhor, como se falando comigo estivesse a falar com a administração e, mais recorrentemente, os testemunhos pressupunham a minha capacidade de ajudar ou interferir significativa e materialmente na situação vivida), que interferiu na comunicação (por vezes as perguntas não eram compreendidas e havia necessidade de as reformular e outras vezes as respostas não “*correspondiam*” às questões que o entrevistador julgava haver colocado) e interferiu também claramente no registo do discurso produzido (há claramente distinções entre testemunhos «fisiológicos» que tendem a reforçar uma visão heróica do processo vivido e a declinarem-se segundo o registo da justificação do existente e aqueles outros discursos que, não obstante a adesão ideológica ao processo, mantêm uma distância crítica ou objectivadora face ao acontecido). Por

outro lado, esta condição de “*estrangeiro*” relativamente ao processo vivido pelos entrevistados e a todo o mundo da produção de açúcar, inverteu as relações de poder que se apenas fundadas no capital cultural sábio poderiam instalar-se na relação de entrevista. O nosso desconhecimento instituído (como lhe chamam Correia & Matos, 1994) do contexto e do texto da interacção linguística inverteu os valores relativos dos diferentes tipos de capitais de que entrevistador e entrevistados eram possuidores. Assim, muitas vezes os testemunhos rapidamente se convertiam em *explicações* ao entrevistador, segundo os próprios termos e linguagem dos entrevistados, assim convertidos em detentores de um saber, uma forma de capital simbólico e cultural, que legitimava a sua relação de autoridade face ao entrevistador e que, em boa medida, tornou algumas destas entrevistas em algo próximo de uma experiência etnometodológica.

Após a realização e transcrição procedemos ao trabalho de organização e de análise dos testemunhos recolhidos através das entrevistas.

Nesse sentido, procedemos à construção de um conjunto de categorias temáticas segundo uma lógica dedutiva tomando como instrumento de trabalho os guiões das entrevistas realizadas aos distintos sujeitos sociais envolvidos no projecto Catende Harmonia. Numa primeira fase tentando identificar temas que atravessassem a maioria, se não a totalidade, dos guiões mobilizados para as entrevistas, procurando para os designar uma formulação que transcendesse a particularidade dos motivos da sua inclusão no leque de questões dirigidas a cada uma das categorias de sujeitos entrevistados. Num segundo momento procedemos à operação inversa, e de forma sistemática, ou seja, procurámos extrair de cada um dos guiões mobilizados as questões que havendo sido formuladas de modo específico de acordo com os sujeitos entrevistados poderiam ser associadas genericamente à auscultação de informação em torno de certas unidades temáticas. Deste modo construimos para cada categoria dedutivamente erigida a partir de uma leitura transversal dos guiões uma constelação das questões que na óptica do entrevistador dariam corpo empírico a cada uma das temáticas.

Este foi inevitavelmente apenas um ponto de partida já que a situação de entrevista não se resume à “*aplicação*” estandardizada de um guião de perguntas,

nem muito menos o discurso obtido em resposta da parte dos sujeitos entrevistados respeita as fronteiras dos assuntos a abordar esperados pelo entrevistador. Mais ainda, do ponto de vista analítico é relevante a imbricação de temáticas e a complexa estrutura das respostas no que nos permite compreender a realidade não segundo uma lógica da explicação mas antes segundo uma lógica mais compreensiva e, por outro lado, revelar mais do modo como os sujeitos constroem a pertinência lógica dos discursos que proferem acerca dos assuntos sobre os quais são questionados, reveladora de um dado modo de estruturar a sua realidade e a sua compreensão. Ora, do ponto de vista metodológico, admitir a validade desta constatação implica necessariamente que consideremos o que acima descrevemos como uma fase pré-exploratória, mais próxima de uma preocupação organizadora dos discursos do que propriamente de uma lógica de análise do seu conteúdo, e, neste, do sentido que aí se faz transportar.

Por isso o procedimento posterior foi o de refazer a categorização temática de índole dedutiva, a partir da imersão na leitura e anotação das entrevistas por categoria dedutiva, agora fazendo aí ressaltar não só as temáticas não contidas no guião (e como tal também não se identificando com a designação adoptada para a categoria construída a partir do guião) e não assinaladas pelo primeiro procedimento dedutivo e, conduzindo-nos não só a uma complexificação do conteúdo e da designação das categorias temáticas, submetidas agora ao confronto com um procedimento de índole indutiva, como essencialmente ao seu desdobramento em categorias mais próximas da lógica de cada um dos discursos e enquanto tal também mais particulares. Retomando a metáfora constelar, este processo obriga-nos a reformular o estatuto, a designação e o conteúdo de cada uma das categorias em cada uma e do conjunto de entrevistas, resultando daqui um mapa das relações entre constelações inerentes a cada uma das entrevistas que assinala: i) as relações temáticas internas a cada entrevista e ii) as reiteraões e as singularidades entre os diferentes sujeitos.¹²⁰

¹²⁰ Esta fase do trabalho metodológico de análise das entrevistas foi amplamente auxiliada por ferramentas informáticas (recorremos ao software *QSRNudist6.0* que viríamos a abandonar numa fase posterior pela sua inadequação a uma tarefa que implica um olhar do observador-actor) que nos permitiram “dobrar e desdobrar” temáticas a partir da análise de uma entrevista e rapidamente fazer incidir essa operação sobre o conjunto de entrevistas, algumas delas já anteriormente analisadas mais detalhadamente.

Podemos, neste sentido, considerar todo o processo de análise como profundamente iterativo; carácter inevitável por razões de tempo e de método, isto é, não só porque resulta da óbvia sequencialidade da análise realizada (não analisamos todas as entrevistas ao mesmo tempo com o mesmo olhar, que aliás se vai informando no percurso da análise), mas também porque a análise das entrevistas não se constituiu num espaço-tempo isolado e independente da construção do próprio objecto em investigação, mediado pelas leituras, intuições, conhecimento acrescentado do processo em análise e, essencialmente, do seu recorte teórico, capaz de tornar visível categorias “*inesperadas*” no texto das entrevistas porque subitamente relacionadas com outros pontos dessa galáxia em que o material empírico se constitui (como se só pudéssemos perceber a existência de um dado corpo celeste pelo reflexo que produz em outros, por vezes bem longínquos ou sobre os quais nunca desperdiçámos o olhar a partir de ângulos insuspeitos de nos mostrarem mais do que já sabemos).

Depois de organizado e de realizada esta análise de conteúdo temática procedeu-se posteriormente uma análise de conteúdo mais aprofundada do material recolhido. Nesta procurámos adoptar uma perspectiva compreensiva e interpelante do conteúdo dos enunciados discursivos (os recolhidos sob a forma de discursos orais depois transcritos e também de alguns documentos¹²¹) o que, como salienta Foucault (1994:15), nos colocou perante a imprescindibilidade da “*paciente construção de discursos sobre os discursos*”, de “*ouvir o que já foi dito*” no sentido de “*enunciando o*

¹²¹ O trabalho de transcrição das gravações foi feito a várias mãos e com vários constrangimentos. Desde logo a qualidade das gravações foi muitas vezes afectada pelos ruídos presentes nos locais em que procedi às entrevistas, aproveitados em face da ocasião que se proporcionava de encontrar inesperadamente alguém que havia assinalado como um informante importante para o meu trabalho; por outro lado, o falar naquela região, incluído na variedade do Português do Brasil, no seu uso particular naquele contexto territorial revelou-se um obstáculo bastante complicado de ultrapassar, muitas vezes intransponível, na transcrição. Assim, eu próprio assegurei inicialmente a transcrição de algumas das entrevistas bem como, posteriormente, a revisão de todas, atendendo a que na maior parte das vezes a memória me permitia recuperar a situação de entrevista e o sentido do discurso no seu contexto, fazendo assim face à maioria das imperceptibilidades alheias. De qualquer modo, acabei por ter a preciosa ajuda na transcrição não só de pessoas do mesmo contexto territorial dos entrevistados para quem esta tarefa se revelou mais facilitada, como recorri ainda à contratação de pessoas que completaram com maior ou menor dificuldade este árduo trabalho. Como consequência destas múltiplas estratégias registou-se a heterogeneidade da forma final das transcrições: umas adoptam a ortografia do português do Brasil e outras a do português de Portugal, umas mantêm as marcas de oralidade, outras omitem-nas para se aproximarem formalmente de um texto escrito. Mais do que uma opção, foi uma contingência.

que foi dito, redizer o que nunca foi pronunciado". Isto significa que a finalidade da análise de conteúdo não é a produção de um meta-discurso totalitário que procura impor como legítimo um sentido ao discurso que toma como referência, ou, numa outra forma de totalitarismo, arrogar-se a capacidade de extrair dos discursos a totalidade do seu significado, mas antes a de se instituir como *uma* tradução possível do "não falado" que "*dorme na palavra*" (op. cit:15).

Nesta perspectiva, a nossa postura de análise teve implícitos os pressupostos: i) de que os discursos contêm um significado que extravasa o significante, apreensível a partir da interpelação deste; ii) de que os discursos são intemporais na medida em que o seu sentido não é redutível ao tempo da sua produção, mas que este se re-actualiza no momento em que sobre ele se discorre interpretativamente; iii) de que há "*um significado que sempre permanece, a que ainda é preciso conceder a palavra*", donde, o significado apreendido dos discursos é sempre parcial. O trabalho de interpretação a que assim se dá origem constrói-se em intertextualidade e, nessa perspectiva, a interpretação que produzimos é um discurso com os discursos mas que, de acordo com Foucault (1994:15), é um discurso outro "*ao mesmo tempo mais arcaico e mais contemporâneo*" onde se procura conjugar "*as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva*" (Quivy & Campenhoudt, 1992:225).

A pesquisa documental

Uma terceira modalidade de produção de dados constou da pesquisa e posterior análise de documentos produzidos no âmbito do processo vivido em Catende, mas também, em menor extensão, de documentos produzidos *sobre* Catende. A par da leitura de algumas produções científicas a que tivemos acesso antes da nossa deslocação ao terreno da pesquisa e que tomavam o processo de Catende como objecto de reflexão, os documentos produzidos *sobre* Catende constituíram o nosso primeiro contacto com aquela realidade. A maioria destes documentos foram identificados e recolhidos a partir de uma pesquisa relativamente sistemática através da Internet (cf anexo) e alguns outros foram-nos, posteriormente, cedidos por pessoas que entrevistámos ou ligadas à administração da massa falida, isto já na fase de presença no terreno de pesquisa. Estes documentos abrangem uma coorte temporal

de 1995 a 2007 (momento a partir do qual deixámos de manter actualizada e sistemática a busca de novos documentos através da Internet), foram organizados e tratados segundo um conjunto de dimensões – título, autores, tipo de documento, temáticas abordadas, acessibilidade do documento, data, origem do documento – e podem genericamente dividir-se em três categorias: i) notícias e artigos de opinião de jornais, revistas, televisão ou blogs de carácter regional ou nacional; ii) comunicados ou documentos informativos de movimentos sociais, partidos políticos e organizações não governamentais e iii) documentos emanados de fontes ligadas ao governo federal (principalmente ministérios e secretarias de estado). Ora, se há algum aspecto que mereça aqui ser relevado é, por um lado, a visibilidade mediática do processo de Catende (a juntar às notícias escritas em jornais e revistas e sites de televisões, há várias peças televisivas, a nível regional e nacional, realizadas sobre a experiência do empreendimento de Catende ao longo dos seus primeiros 10 anos de existência) que decorre provavelmente tanto da sua dimensão em número de pessoas directa e indirectamente envolvidas, como da sua notoriedade política enquanto projecto autogestionário numa região dominada historicamente pelos usineiros e, mais recentemente, pela falência de muitas usinas. Mas mais importante do que a expressão quantitativa do processo de Catende é a expressão qualitativa que essa exposição assume. Com efeito, os documentos que identificámos e analisámos estão fortemente polarizados entre a defesa e o suporte do projecto em curso e a crítica mais acérrima ou a oposição política declarada aos pressupostos que são declarados como conduzindo o projecto. Não é difícil também sustentar que o apoio, por vezes implícito, vem essencialmente das entidades ligadas ao governo federal – normalmente a propósito de projectos de pequena escala que se desenvolvem com o apoio financeiro dos programas de incentivo à agricultura familiar do governo federal – e das entidades que colaboram como parceiras com Catende (nomeadamente sindicatos ou federações sindicais e algumas ONG's) e as principais críticas têm origem ou em blogs pessoais ou, mais significativamente, em movimentos sociais que protagonizam um outro projecto político relativamente a um dos aspectos centrais em causa neste processo: falamos designadamente do MST e da concepção de Reforma Agrária que está subjacente ao processo que se vem desenvolvendo em Catende.

Uma segunda fonte de documentação fomos encontrá-la a partir da nossa presença no terreno de pesquisa e concerne os arquivos que tinham sido constituídos ao longo dos 10 anos que então o processo levava, sendo que a maior parte da documentação desses arquivos existia apenas em suporte digital e uma menor parte em suporte papel, tendo ficado por explorar os arquivos documentais que o projecto mantém num outro espaço – os escritórios da Usina no Recife – e onde se encontram principalmente os documentos de carácter jurídico, e portanto de menor importância face às nossas finalidades. O acesso a estes arquivos foi-nos autorizado sem qualquer restrição que não a imposta pela sua relativa desorganização e dispersão pelos vários espaços da Usina e por diversos actores sociais envolvidos no projecto.

O trabalho de recolha dos documentos não foi passível de ser acompanhado de um processo de triagem e organização *in situ*, quer por razões de tempo, quer por razões que se prendem com a dispersão entre várias fontes dos documentos recolhidos, muitas vezes duplicando ou triplicando a informação recolhida. Do ponto de vista da organização houve assim que, posteriormente, proceder a uma comparação sistemática de todos os documentos recolhidos e a uma eliminação das duplicações e daqueles cujas temáticas extravasavam as finalidades da nossa pesquisa ou que possuíam informação que considerámos pertinente manter confidencial e não tratar nem mobilizar nesta pesquisa. Este processo de organização resultou na constituição de um acervo com mais de um milhar de documentos que variam na sua extensão entre 1 ou 2 páginas e documentos com 50, 60 ou mais páginas e na sua forma são muito diversos: comunicados, contratos colectivos de trabalho, correspondência com entidades parceiras ou entidades oficiais, relatórios de actividades, protocolos/formulários de projectos de educação/formação; em outros domínios, documentos de discussão interna à administração da massa falida, actas, relatórios de avaliação de iniciativas desenvolvidas, textos teóricos sobre autogestão e cooperativismo, relatórios de processos de pesquisa encetados no âmbito do projecto ou desenvolvidos por entidades externas sobre dimensões específicas do projecto, regulamentos de cursos de formação, materiais pedagógicos de educação e formação, reflexões/avaliações sobre o trabalho educativo desenvolvido, documentos de gestão

administrativa e financeira dos projectos educativos e de formação, documentos síntese do percurso do projecto.

A par desta tarefa, constituímos ainda um acervo de documentos que não tendo sido produzidos no âmbito do processo experienciado em Catende, constavam dos seus arquivos e incidiam genericamente nas políticas de desenvolvimento da região em que a Usina está inscrita ou em aspectos específicos relativos à actividade agro-industrial que ali se desenvolve e que pensámos poderem vir a constituir elementos importantes numa óptica de compreensão da posição relativa daquele processo na região e dos desafios da ordem produtiva e económica que este processo enfrenta dentro da fileira produtiva do açúcar mas que progressivamente fomos relegando a um papel acessório na economia do nosso trabalho.

Um segundo momento passou pela organização temática e cronológica dos documentos seleccionados, implicando necessariamente a sua leitura e a sua sequencialização no tempo, por vezes, intuitiva mais do que objectiva, e a sua categorização em função ou dos processos, projectos ou questões a que se referiam (por exemplo, formação, habitação, saúde, ambiente, diversificação produtiva, cana de morador) ou em função das entidades ou programas a que privilegiadamente se vinculavam (por exemplo, Centro das Mulheres, FASE, CONAB, Cooperativa Agrícola). O passo seguinte foi a leitura orientada de todos estes documentos de acordo com a sua sequência cronológica e a realização de uma análise sistemática que se traduziu num documento escrito onde se sintetizam os vários documentos organizados dentro de uma mesma categoria. Por fim, fez-se ainda uma outra leitura de toda a documentação, assinalando-se em cada um dos documentos os excertos mais significativos /representativos das categorias temáticas que havíamos definido para a análise das entrevistas.

Em termos genéricos, a análise da documentação permite reconstituir o percurso vivido pelo empreendimento Catende/Harmonia ao longo de cerca de 10 anos, não obstante haver claramente “vazios” de informação significativos, designadamente no que diz respeito aos primeiros 4/5 anos (1995 a 2000 sensivelmente) de administração da Usina pelos trabalhadores (tutelados é certo pela justiça e com um administrador escolhido de comum acordo entre trabalhadores e o

maior credor da massa falida: o Banco do Brasil), durante os quais se desenvolveram processos educativos com características muito particulares (campanhas de alfabetização e de educação popular e de formação no trabalho, envolvendo uma larga maioria dos trabalhadores e moradores dos engenhos), mas sobre os quais apenas conseguimos uma informação lacunar através dos testemunhos recolhidos pelas entrevistas.

IV SECÇÃO – ILUSTRAÇÕES E RE-INTERROGAÇÕES

Tout est intéressant pourvu qu'on le regarde assez longtemps

Gustave Flaubert

O contexto da pesquisa: algumas referências sócio-históricas e a sua dimensão sócio-política

A argumentação acerca da pertinência acrescida que encontramos neste processo, e que justifica a sua análise em função das finalidades hermenêuticas a que nos propomos, sairá reforçada se atendermos à condição sócio-histórica destes sujeitos, marcada profundamente por uma tessitura relacional de dominação com mais de cinco séculos, desde o início da colonização portuguesa da região, e que, estruturalmente, parece permanecer inalterada até à actualidade.

De facto, a história da Usina Catende e dos seus trabalhadores e a compreensão dos processos que vem vivenciando no passado recente e no presente não podem isolar-se nem da sua concreta historicidade nem da do território geo-social em que se inscrevem, território que, nas palavras de Thomas Skidmore (2000:19), particularmente desde o século XIX vem se caracterizando pelo declínio económico e pelo empobrecimento contínuo e crescente da sua população, constituindo hoje “*o maior bolsão de miséria das Américas*”, realidade que os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹²² não desmentem (cf. Neto, s/d:4)¹²³. Ora, as características “*objectivas*” que os indicadores sociais e económicos relevam hoje desta realidade necessitam ser entendidas como resultado histórico de formas particulares de organização social, política e económica que na sua imbricação forjaram uma cultura local e constituíram e constituem o quadro pelo qual, no qual e contra o qual as subjectividades individuais e inter-subjectividades colectivas se constroem.

¹²² O índice de desenvolvimento humano – IDH, em 1991 (dados do IBGE) era de 0,422, indicando uma qualidade de vida baixa, quando comparado, por exemplo ao IDH de Recife [capital do Estado de Pernambuco], 0,790 e o IDH de Pernambuco, 0,572.

¹²³ “A mortalidade infantil na Zona da Mata é maior que no Burundi e no Butão – 123 óbitos por 1000 nascimentos. A expectativa de vida é de apenas 46 anos, contra 66 no Brasil. *Nada menos que 49% da população vive em estado de indigência*” (Ferraz, 1995:67) são dados constantes de uma reportagem realizada sobre a situação de crise vivida pela Usina Catende, em 1995. Ou podemos ainda citar Sandra Andrade (1994): “*A atividade canavieira aí desenvolvida [na região da Mata Pernambucana] é a que tem maior peso económico no Estado e, ao mesmo tempo, a que concentra um dos maiores bolsões de pobreza absoluta da população estadual. O desemprego estacional atinge mais de cem mil trabalhadores no período da entressafra da cana, criando sérios problemas sociais na área*”(sublinhado nosso).

Não obstante o etnocentrismo latente que reconhecemos *a posteriori*, o registo impressionista em termos de notas de terreno que realizámos no dia da chegada à cidade de Catende é, em nosso entender, e apesar de tudo, significativo da realidade social daquele território

“Cheguei a Catende. A cidade anuncia-se pelo cheiro açucarado que nos acompanha desde Palmares ao longo dos intermináveis campos verdes de cana, agora menos exuberantes porque em final de safra e de renovação vegetativa da planta, e as raparigas, aparentemente muito jovens, distribuem-se ao longo da estrada, usando o que parece ser o seu último trunfo, seja para ganhar algum dinheiro, seja para vender alguma ilusão ou viver na esperança de fuga a um destino duro. Aproveito para ouvir o motorista de táxi. A miséria é grande, diz, incompreensível se olharmos à bondade da natureza no local mas, acrescenta, praticamente ninguém cultiva nenhum produto, quer porque as terras da cana se estenderam de tal modo que nada sobrou, quer porque os donos de engenhos privados – termo equivalente a fazenda em outras latitudes do país, segundo li – não permitem que os moradores “desperdicem” terreno em outras lavouras. Se tudo necessariamente se compra, e com um salário parco, é simples de adivinhar as dificuldades que a gestão dos recursos económicos traz a estas famílias, em particular aquelas que no período de entressafra ficam sem salário. Ao longe uma pequena mancha de bananeiras serve-me para destacar a excepção à monocultura da cana. Diz-me que estas terras são da usina Catende, aí permite-se ao moradores terem alguns pedaços de terra que cultivam, ainda que associe esta possibilidade ao estado de falência que a usina vem vivendo; menos controlo inevitavelmente exercido ou direito conquistado, ficamos sem saber. Vejo confirmadas pela cidade as minhas impressões de viajante de passagem: é um mundo isolado este, apocalíptico, como se tivesse morrido e todos se tivessem negado a deixar de existir, penso. A busca pelo hotel transforma-se num labirintear cercado de olhos curiosos. Sendo uma cidade grande para os meus padrões – ao que ouvi hoje terá cerca de 50 mil habitantes – cada um dos seus pedaços não parece senão uma concentração da balbúrdia do mundo, um enorme vórtice de miséria humana e degradação. Aqui estão os esquecidos da modernidade, ou os que nunca foram modernos, penso para comigo.” (Notas de Terreno, 3/03/2004)



Legenda: Campos agrícolas da Usina Catende

O município de Catende e a Usina com o mesmo nome ficam situados no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, região que, representando menos de 20% do território nacional brasileiro, foi o “*coração do assentamento colonial*” português (Skidmore, 2000:19) e “*teve a sua ocupação vinculada aos diversos momentos da colonização do território*” (*idem*). O processo de colonização teve início pelo litoral do Nordeste, na hoje designada Zona da Mata (uma vez que até à chegada dos

portugueses toda aquela região estava coberta por um tipo particular de vegetação que se denominou posteriormente mata atlântica), onde se assistiu ao desenvolvimento do cultivo do algodão e do açúcar. Este último viria a ser o principal produto de exportação do Brasil, e este o seu principal exportador mundial até cerca de 1700.

Portanto, desde logo, *“durante o primeiro século do Brasil colônia, a atividade açucareira, prevalecente na Capitania de Pernambuco, desenvolveu-se ao longo dos vales ribeirinhos”* (CONDEPE, 1987:8) começando por ocupar uma faixa de terra paralela à costa, seguindo o traçado dos rios, terra suficiente para implantação dos engenhos¹²⁴, *“principais sustentáculos da economia provincial”* (*idem, ibidem*:15). A cana-de-açúcar era cultivada em fazendas de grande extensão, basicamente auto-suficientes (especialmente a partir de 1600), e transformada nos engenhos pertencentes aos fazendeiros mais ricos. Nesses engenhos fabricava-se o açúcar bruto, a rapadura e a aguardente e havia engenhos dos mais diversos portes e importância, convivendo com os chamados engenhos reais e as engenhocas. Em geral, os proprietários eram sesmeiros ligados aos donatários das capitanias e recebiam o financiamento de comerciantes europeus, sobretudo de judeus sefarditas que haviam sido expulsos de Portugal e que se tinham instalado na Holanda.

A força de trabalho que alimentou o processo de desflorestação, o cultivo e transformação da cana-de-açúcar foi, num primeiro momento, a que resultou da captura dos índios autóctones que, dizimados pelos maus-tratos e pelas doenças, foram progressiva e maciçamente substituídos por escravos africanos, num processo que se inicia e desenvolve ainda na primeira metade do século XVI e se prolongou até 1888, data da promulgação da Lei Áurea que aboliu oficialmente a escravatura no Brasil, ainda que, ressalve-se se os engenhos eram alimentados no seu início pela força

¹²⁴ Com a sua origem na organização produtiva e do território da época colonial – em que concentrava as funções de produção de matéria-prima e sua transformação –, *engenho* é o nome genérico dado à propriedade rural que tem na produção de cana-de-açúcar a sua principal e, às vezes, única actividade. Por extensão, é utilizado para designar os núcleos habitacionais implantados pelos fazendeiros/usineiros (e de sua propriedade) para os trabalhadores rurais no seio da área cultivada de cana-de-açúcar, caracterizados pelos *arruados* de terra que os atravessam e pelas precárias condições infraestruturais, constituem comunidades de trabalhadores rurais em média com cerca de 250 pessoas. Equivale à denominação de fazenda em outras regiões do Brasil.

humana, posteriormente começam a utilizar a tracção animal – bois e éguas – ou a água. Mas o cultivo da cana-de-açúcar mantém-se sempre tarefa dos braços humanos.

Como sustenta Andrade (2001:271), *“A formação econômica e social do Nordeste foi comandada por uma sociedade que ainda apresentava, em Portugal, características de domínio de uma casta guerreira, formada pelo rei e pela nobreza ibérica, mas já altamente infiltrada pela influência burguesa de comerciantes judeus, italianos e de outras áreas do continente europeu. Por ocasião do povoamento das ilhas do Atlântico e do Brasil nos séculos XV e XVI, os reis de Portugal estavam profundamente comprometidos com a atividade comercial que enriquecia a sua corte, em Lisboa”*. E foi precisamente essa *“sociedade”* que, depois de frustrada a formação de um império na Índia se voltou para o Brasil e que leva a que a partir da quarta década do século XVI os portugueses iniciem o processo de colonização através da designada *plantation* açucareira que viria substituir o extrativismo do pau-brasil e de outros produtos de menor valor.

Ora, se os capitais que sustentavam esta actividade já eram holandeses por via do financiamento dos judeus sefarditas expulsos de Portugal para a Holanda, um segundo momento da exploração colonial da região – entre 1630 e 1654 – é efectivamente marcado pela soberania holandesa da região que invade o Nordeste do Brasil e vem a dominar a região de 1580 a 1640, e, justamente, *“a luta pela posse da terra desenvolveu-se naqueles núcleos habitacionais onde a atividade canavieira havia se consolidado”* (CONDEPE, 1987:15) para garantir os capitais investidos e os lucros advindos do comércio açucareiro (Andrade, 2001:271).

Neste contexto assume protagonismo a figura de Maurício de Nassau, vindo da Holanda para governar a região, que vislumbra nos senhores de engenho o segredo do progresso do campo, criando créditos subsidiados para promover o aumento da produção¹²⁵. A região assiste ainda, ao longo de todo o século XVII, ao desenvolvimento do Quilombo dos Palmares, aldeamentos fundados pelos escravos negros fugidos às explorações canavieiras, aproveitando principalmente da situação instável causada pela invasão flamenga e pelas tentativas portuguesas de recuperar a

¹²⁵ Como sugere Sílvia Ferraz (1995:68), *“desde então os senhores de engenho jamais conseguiram operar de outra forma que não fosse a ‘especial’ ”*, isto é, sem o apoio de fundos públicos.

região. Apenas em 1654 com a expulsão dos holandeses da região, os colonizadores portugueses retomaram a actividade açucareira e procuraram destruir o Quilombo dos Palmares que ainda assim teve o seu apogeu na década de 1670, momento em que mantinha relações comerciais com as vilas existentes nas proximidades e em que as suas aldeias iam crescendo e, por vezes, concorriam mesmo com os colonizadores. Mas o saque dos engenhos e plantações em épocas de escassez de alimentos e a necessidade de expandir em segurança a colonização levaram a que o Quilombo viesse a ser militarmente aniquilado em 1695. E, nos inícios do século XVIII, dá-se a *“fase de retomada de penetração e ocupação das terras da Zona da Mata, no processo de actividade açucareira”* (CONDEPE, 1987:15).

Como bem sintetiza M. Andrade (2001:269) foi *“uma combinação de fatores físicos e humanos [que] provocou o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar [nesta região] e a sua expansão durante quatro séculos, plasmando uma sociedade e uma civilização. Entre os fatores de ordem física podemos salientar a posição geográfica, ou seja, a distância do mercado europeu em relação a outras áreas do país, as condições de solo e de clima e o sistema da agricultura açucareira, trazida das ilhas do Atlântico na ocasião em que o capitalismo comercial presidia à expansão europeia pelos continentes que iam sendo “descobertos” e conquistados”*.

Com a expulsão dos holandeses do Nordeste, e apesar da já referida retomada pelos portugueses das explorações açúcareiras, assistiu-se a partir de meados do século XVII à emergência de outros pólos geográficos com importância no mercado do açúcar, nomeadamente das Antilhas (holandesas) que vão aproveitar da experiência holandesa no Nordeste em termos do cultivo da cana-de-açúcar e de produção do açúcar para melhorarem as técnicas de produção e, com isso, a qualidade do produto final, e se instituírem como fortes competidores do Nordeste que continuou *“até o início do século XIX, a cultivar a cana crioula, a usar a mão-de-obra manual – o arado só foi introduzido em meados do século XIX – e a produzir o açúcar bruto, de baixa qualidade”* (Andrade, 2001:272).

Ora, só em meados do século XIX, face às inovações à escala internacional que a fileira produtiva do açúcar vinha conhecendo, se assume como imperativa a modernização, sob os auspícios régios, do sector. Modernização que essencialmente

passou pela implantação de engenhos com maior capacidade de produção de um produto final com maior qualidade (em termos técnicos, de açúcar demerara e branco, que são, aliás, ainda o forte da produção da Usina Catende). Esta modernização dos designados *banguês*, pequenos engenhos onde se produzia de forma quase artesanal e à força de braços um açúcar de mais fraca qualidade, leva a uma reorganização do sector que é concomitante com a sua industrialização e que a médio prazo viria a desembocar numa concentração dos pólos industriais (nomeadamente com a venda, a partir de 1884, dos engenhos centrais a usineiros).

Apenas a título de curiosidade, refira-se que é nesta altura que surge a denominação de Usina aplicada a estas fábricas de maior capacidade de produção mas que, para além disso, eram de propriedade privada, o que as distinguia dos chamados engenhos centrais que pertenciam a empresas comerciais, geralmente estrangeiras. Mas esta distinção de designação subentendia ainda diferentes formas de organização da produção e distintas fontes de mão-de-obra, como salienta Andrade (2001:272): *"O que distinguia umas das outras era que as usinas, sendo de propriedade de antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização da cana e utilizavam a mão-de-obra escrava, enquanto os engenhos centrais, subsidiados e com garantias de juros do capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto à posse de terras para a cultura da cana e à utilização da mão-de-obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos engenhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais. Esses proprietários de engenho que desmontavam a sua indústria, eram chamados de fornecedores de cana, substituindo os banguzeiros."* Esta figura dos fornecedores de cana mantém-se até à actualidade e designadamente na Usina Catende, desde o início do processo de administração por parte dos trabalhadores em 1995, face à situação de quase completo abandono dos campos e do cultivo próprio nos anos anteriores ao pedido de falência, são eles que asseguram uma larga percentagem da matéria-prima que é transformada na Usina, o que, facilmente se perceberá, obriga a Usina Catende a jogar o jogo da oferta e da procura de matéria-prima com as outras Usinas da região (jogo que frequentemente perde porque não dispõe de capital de circulação dada a

sua condição de massa falida), com evidentes repercussões na elevação do custo da matéria-prima, facto que suscitou, desde a primeira hora, que uma das linhas de força da administração dos trabalhadores, que é acompanhada pelos anseios da larga maioria dos trabalhadores, designadamente da generalidade dos que entrevistámos (trabalhadores rurais e operários), seja a *“recuperação do campo”*, isto é, o aumento da área de cultivo da designada *“cana própria”*.

- Em primeiro lugar, eu acho que tá faltando pra Usina Catende, é verba, segundo, depois que tiver com dinheiro, começar a safra no campo, **plantar mais cana no campo, porque a gente tendo cana, a gente tem açúcar, e é o que a usina precisa, é de produto para vender e só faz se chegar a cana, a dificuldade da usina é mais por conta de não ter recursos, se aparecer algum recurso ela melhora tranquilo, para todos nós**

- 100%

- Não é isso? **Eu acho que chegando cana na usina, a fábrica está pronta pra moer 1 milhão de tonelada de cana só que essa cana não chega, e se a gente fabricar acima de um milhão de tonelada de cana, que fabrique mais milhão e meio de açúcar, porque a gente corre atrás disso, a usina está preparada para mais um milhão e meio de sacas, a gente não faz porque não tem a matéria-prima e se isso acontecer a coisa melhora para todos nós. Da indústria ao campo, não é?**

- Exatamente!

- A dificuldade todinha é o dinheiro...

- **E a cana, como todo o mundo acabou de falar, se tiver cana dá mais condições de levantar a empresa e o campo também.** (Entrevista Operários II)

Nosso problema, como você sabe, é questão... investimento que a gente não... no colectivo, né? **Mas quando a gente conseguir um investimento no colectivo, a gente descola. Já tomara... Esse ano já foi diferente, com o esforço do pessoal aí você viu que a gente já conseguiu o quê? Quase plantar mil hectares de cana colectiva, né? Que o ano passado a gente não conseguiu isso, esse ano [2005] a gente já conseguiu**” (Entrevista Adelmo Rodrigues da Silva)

Isso, isso, é uma questão muito delicada, não é a mesma coisa de estar vendendo hoje para entregar amanhã, então já fica uma coisa...**o que nós está precisando é questão de médio e longo prazo, questão de investimento, que aí nós temos condição de plantar cana. O maior problema que nós hoje se encontra é esse, é a cana que tá pouca que não dá condição pra uma moagem boa que a usina precisa.** Essa usina para ela ter (...) 500, 600 mil tonelada, próprias, fornecedor aí umas 200, 250, aí sim, ia ter uma safra dentro do padrão dela, do nível de emprego e essas coisas. (Entrevista Elenildo Correia Pena)

Mas regressemos aos finais do século XIX para perceber claramente que este processo de transformação do aparelho produtivo do açúcar em Pernambuco mantém absolutamente imutável, senão mesmo reforça, a elite detentora dos meios de produção que se perpetua desde o início da colonização e que como Andrade (2001:272) sublinha *“teve a capacidade de se adaptar a cada momento histórico, continuando até hoje no controle da produção açucareira regional, expandindo-se até em outros estados da Federação e formando uma oligarquia política que manteve por*

muito tempo o controle do estado.” Com efeito, aquilo a que se assiste neste contexto histórico dos finais do século XIX é caracterizado efectivamente, numa primeira fase, pela expansão do número de pequenas usinas, designadas meias-usinas ou meios-aparelhos, que adoptavam a utilização de alguma maquinaria para melhorar a eficácia e a eficiência produtiva e que, numa segunda fase, à medida que a sua capacidade de produção aumentava com a crescente mecanização, começam a absorver, primeiro, os pequenos banguês que ainda restavam na paisagem pernambucana e, depois, a absorver as pequenas e médias usinas. Assiste-se portanto a uma concentração da propriedade dos meios de produção que, economicamente, e portanto em termos de lógica desenvolvimentista, parecia incontornável: ou seja, apesar da diminuição das usinas, a produção e produtividade aumenta e, por força disso, também o sector regional ligado à produção de açúcar ganha maior importância comparativa.

Não temos dados históricos que nos permitam caracterizar detalhadamente os movimentos de ocupação da região onde hoje está inserida a Usina Catende até meados do século XIX, mas genericamente o processo de constituição da Usina Catende obedeceu certamente a estas tendências atrás descritas, algumas delas aliás facilmente identificáveis no que se dirá a seguir.

É por meados do século XIX o momento em que um senador – Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcante – toma posse de uma sesmária doada por D. Pedro II onde havia de nascer a cidade de Catende, local onde em 1850 encontramos já *“engenhos de açúcar em franca atividade”* (CONDEPE, 1987:16) movidos pelo capital dos colonizadores e aproveitando das terras férteis da região e suscitando o nascimento de actividades comerciais de suporte à exploração canavieira. Neste momento surge na história *“a figura de um certo capitão identificado como Levino do Rego Barros”* (CONDEPE, 1987:16) que começando por se estabelecer na região como comerciante, graças a um prémio de lotaria no valor de um conto e duzentos mil réis, se torna em 1866 *“senhor de engenho”*, ou seja, proprietário de vários engenhos, inclusive o de Álvaro Uchôa, *“seu amigo, protetor e compadre”* (CONDEPE, 1987:16), na boa tradição da constituição das oligarquias. Mas nesta altura o que haveria de ser Catende, bem como o seu entorno territorial, era ainda apenas um aglomerado de sítios e fazendas onde *“já eram muitos os engenhos que moíam, em sua maioria, ao som dolente dos*

almanjarras” (in *Catende – um pouco de sua história, de sua gente, de suas indústrias*) e que somente viria a ganhar estatuto graças à estratégia daquele “*certo capitão*” que com a ajuda da igreja católica conseguiu que a cidade de Catende nascesse à volta de uma capela e das suas missas, de uma feira e, acima de tudo, de uma estação ferroviária que ali se instala em 1887:

“Criei este povoado de Catende em 1874, tendo lugar a primeira feira no primeiro domingo de Fevereiro do mesmo ano, tendo lugar antes de principiar a feira, uma missa que mandei celebrar por Frei Estêvão, missionário capuchinho havendo nesse dia grande concorrência de povo, tanto por haver missa, como por ser a primeira feira” (in *Catende – um pouco de sua história, de sua gente, de suas indústrias*, artigo do “*jornal pequeno*” (*sic*) de Julho de 1949)

Catende havia de permanecer como povoado do município de Palmares até ao início do século XX, momento em que se dá a sua elevação a vila e a sede de distrito (1909) e, posteriormente, a sua emancipação como município e alcançando o estatuto de cidade (1928)¹²⁶. O primeiro prefeito da cidade é João da Costa Azevedo, o filho mais velho de António da Costa Azevedo – a quem conheciam como *Tenente* e era então dono da Usina Catende e foi o artífice do crescimento que a tornaria a Usina mais importante da América Latina –, e que em 1950 sucederá ao pai na usina Catende por entre disputas fraternas (ou melhor dizendo, mais ou menos fraticidas) que o alijarão do cargo dezasseis anos mais tarde (Ferraz, S, 1995:67). Este facto não é uma mera curiosidade histórica, mas antes sintomático das relações de forte interdependência entre poder económico e poder político nesta região, onde os poderes públicos locais emanaram destas elites económicas ou dependeram para a sua eleição, em muitas circunstâncias, do beneplácito, senão mesmo do financiamento explícito dos usineiros¹²⁷.

¹²⁶ “O distrito de Catende foi criado pela Lei Municipal nº 01 de 29 de Novembro de 1892, e integrava o município de Palmares. A sua sede foi elevada a categoria de vila pela Lei estadual nº991 de 1 de Julho de 1909. Pela Lei estadual nº1931, de 11 de Setembro de 1928, foi criado o Município de Catende e sua sede elevada a categoria de cidade” como nos informa um dos documentos consultados nos arquivos informáticos da Usina Catende.

¹²⁷ Esta relação não desapareceu na actualidade, e não é um exclusivo do estado de Pernambuco, nem das elites económicas ligadas ao sector sucro-alcooleiro. O processo vivido em Catende a partir de 1995 introduziu modulações nesta relação entre a esfera económica e do capital social e a esfera política local que são particularmente interessantes de analisar e que reenviam para o carácter e o peso político daquele processo naquela região e para os efeitos que este produz muito para além dos muros da Usina, designadamente nas cinco cidades que a circundam, de onde provêm trabalhadores e estão implantados sindicatos de trabalhadores rurais, mas também mesmo a nível estadual. A este nível as oligarquias da cana-de-açúcar continuam a ter um forte peso nas eleições dos governos do estado e olham com a maior desconfiança para o empreendimento de Catende o que, salvo raras excepções

As relações sociais que historicamente se estabeleceram neste contexto foram pois pautadas pelo poder quase absoluto e altamente discricionário dos fazendeiros/senhores de engenho sobre os escravos, geradoras de uma sociedade profundamente hierarquizada e desigual, relações sociais que encontravam na monocultura agrícola extensiva um terreno propício à sua perpetuação. Mais ainda, os senhores de engenho constituíam-se numa classe capaz de enfrentar o poder régio e de impor os seus próprios termos: *“rechaçavam impostos, estabeleciam o preço das mercadorias, fixavam o valor da moeda e dos salários. Chegavam a suspender poderes políticos e administrativos dos governadores e capitães, nomeando substitutos”* (Ferraz, S, 1995:68). Como neste mesmo sentido afirma Andrade (2001:271), a sociedade que desde o início da implantação da *plantation* se instaura *“foi estruturada em classes, de forma rígida, ficando no ápice a nobreza, dita da terra, os grandes*

como a do Governo Miguel Arraes em meados dos anos 1990 que foi um importante apoio político, financeiro e mesmo técnico através do envolvimento em Catende de elementos que faziam parte da sua “entourage” política e técnica, inevitavelmente conduziu a uma relação de oposição política, mais ou menos confrontativa, cujo auge foi a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a Catende, promovida em finais dos anos 90 pelo Governo do Estado que sucedeu a Miguel Arraes (o governo de Jarbas Vasconcelos), com a clara intenção de desacreditar a gestão económica do empreendimento e, por via disso, de desacreditar politicamente a via seguida em Catende. A CPI não provou a existência de qualquer irregularidade e a administração da massa falida utilizou a circunstância para politicamente denunciar a situação de irregularidades financeiras nas outras usinas do estado e os efeitos dessas na vida dos trabalhadores. Por outro lado, durante uma das estadias para realização do trabalho de terreno, pudemos acompanhar o processo eleitoral para o município de Catende e das cidades vizinhas e verificar como os trabalhadores de Catende, porque constituem em número uma força capaz de definir a orientação das eleições, são objecto sistemático de tentativas de cooptação política, e como a própria administração da massa falida assume mais ou menos explicitamente a necessidade de definir o seu posicionamento face ao jogo político em curso, designadamente na cidade de Catende, embora o seu envolvimento económico neste jogo político seja agora, aparentemente, impossibilitado pela debilidade financeira do empreendimento. Não é, contudo, incomum que o envolvimento no processo de Catende seja capitalizado para fins políticos a nível local e estadual: o síndico da massa falida a partir de 2005 e até 2009, trabalhador da usina Catende e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jaqueira, uma das cidades que contribui com trabalhadores para a Usina, foi candidato ao município dessa mesma cidade e envolveu na sua campanha assessores do projecto Catende/Harmonia; bem como o advogado que sensivelmente desde 1993 representa os trabalhadores demitidos da Usina Catende foi, recentemente, candidato a deputado estadual em Pernambuco, naturalmente que com o apoio explícito do empreendimento Catende/Harmonia.

A relação de relativa proximidade que pudemos estabelecer com assessores do projecto, com alguns dos presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, com algumas das designadas “lideranças comunitárias” e com a equipa de educação, bem como a constatação da participação de certas federações sindicais (e não de outras) em algumas das iniciativas do projecto permite sustentar a ideia de que, na sua maioria, os actores directa ou indirectamente envolvidos no processo de Catende revelam um evidente compromisso com movimentos políticos ou tendências ideológicas na órbita do Partido dos Trabalhadores (PT).

comerciantes e os altos funcionários reais que detinham o poder econômico e político. Essa classe era seguida de outra, denominada média, formada por sitiantes, pequenos proprietários e prestadores de serviços, e de uma classe baixa, constituída por pessoas pobres que também prestavam serviços, mas de forma ocasional, muitas vezes gratuitos. Era a gente “sem eira nem beira”, como se dizia, então. Finalmente havia a grande massa de escravos, em sua maioria africanos adquiridos no Continente negro mediante escambo com fumo e aguardente, trazidos pelos tumbeiros para o país, onde eram comercializados”.

E quando mais tarde *“passada a escravidão e introduzidas as relações capitalistas de assalariamento”*¹²⁸, portanto já depois de meados do século XIX, e se assiste à progressiva mecanização da produção com a substituição dos engenhos pelas usinas, *“pouco, ou quase nada, se altera em relação ao quadro precedente. A casa grande continua e os grilhões da senzala tiveram como sucedâneos os baixos salários dos produtores da cana e dos trabalhadores da moagem. A exploração dos trabalhadores, seja na forma directa ou dissimulada das relações de compadrio prossegue. Os usineiros permanecem comandando a política local e regional, a partir da sua sala de visitas”*¹²⁹.

Em síntese, apesar de a região ter assistido desde o início da colonização a formas de resistência à escravização e ao despotismo – de que os quilombos são o maior exemplo –, historicamente, os conflitos sociais entre dominadores e dominados organizaram-se segundo um desequilíbrio de forças gritante (cf. Neto, s/d:2), *“em que a elite não se contenta em explorar os pobres, busca, também, negar-lhes os direitos mais elementares”*¹³⁰. Este sistema de exploração humana, decorrente da forma de ocupação do solo e das relações estabelecidas entre as pessoas, próprio da exploração canavieira, ou o *“mundo do todo-poderoso fazendeiro e dos horizontes agrários fechados”* (Skidmore, 2000:37), forjado pela agricultura colonial, de acordo com Neto (s.d.), influencia ainda profundamente o Brasil moderno e permanece inscrito num

¹²⁸ Citação do documento “Programa Seg Alimentar & Diversif Produit 2002”

¹²⁹ Citação do documento “Programa Seg Alimentar & Diversif Produit 2002”

¹³⁰ Citação do documento “Programa Seg Alimentar & Diversif Produit 2002”

“particular receituário de desenvolvimento e um estilo de cultura” (cf. Neto, s/d:2¹³¹) na região onde se situa a Usina Catende, a Mata Sul de Pernambuco. O legado deste passado *“colonialista, patrimonial e de escravidão”* é uma *“imagem ‘congelada’ que reflecte a raiz mais funda da absurda desigualdade social entre brasileiros”* em que *“a relação do usineiro com os trabalhadores da cana, ainda baseada no mandonismo e exploração, é um dos elos mais fortes com o passado que se faz presente”* e nem mesmo *“a modernização capitalista da última metade do século XX foi capaz de instalar suas correspondentes relações contratuais de corte liberal”*¹³².

A organização do território, marcada fortemente pela segmentação social, é perfeitamente reveladora da história da região e as suas marcas permanecem inscritas na paisagem actual e delas se desprende muito do que foi caracterizando as relações sociais no mundo pernambucano da cana-de-açúcar:

“Depois de ver toda a usina funcionando [...] já não voltei para a reunião e acabei por ficar à conversa [...] e depois de alguma conversa trivial, fui até à casa onde os técnicos se hospedam durante a semana. Esta era a casa principal dos usineiros, de pequeno jardim fronteiro, alpendre rodeando parte da casa de onde, em cadeiras de balanço ou bancos balancés, se avista a usina a laborar, é uma casa de traça colonial com elevado pé direito e muitas janelas, onde louças e faqueiros ostentam os símbolos da Usina Catende de um passado afinal não tão remoto, já que a falência foi precisamente decretada há nove anos. A usina tem ainda mais casas nas proximidades da cidade; uma funciona como centro de formação, outra era uma policlínica e é agora um centro de saúde feminino, há ainda casas onde moram técnicos e funcionários da usina e um grupo escolar (uma escola) para os filhos dos trabalhadores que fica na cidade. Os engenhos adstritos à usina, 48 na totalidade, tinham ainda as casas dos senhores do engenho, apelidadas de chalezinhos e que se distinguiam, pela dimensão e tipo de construção, das pequenas casas onde escravos e mais tarde trabalhadores rurais da usina viviam. Estas casas quase que desapareceram e os engenhos são, hoje, conjuntos de casas rasteiras e pequenas, alinhadas entre si ou dispersas por uma pequena área de terreno onde uma ou outra árvore desenha a paisagem e contrasta com a imensidão do plantio da cana-de-açúcar, em quase todos eles é ainda possível perceber a existência dos barraqueiros, espécie de armazéns entregues a pessoas (comerciantes) de confiança dos usineiros, encarregados de distribuir o salário aos trabalhadores, a quem vendiam os produtos necessários para a sua subsistência. Muitas vezes, os trabalhadores não chegavam a receber qualquer salário uma vez que este era desde logo retido pelos barraqueiros para saldar dívidas acumuladas. Em alguns dos engenhos da usina Catende é possível perceber pequenas áreas cultivadas onde alguns pés de manga, de banana ou de coco coexistem com macaxeira, animais de criação ou algum gado, ao que percebi esta é uma prerrogativa – cultivar e criar para si – absolutamente impensável no tempo “áureo” dos usineiros, em que os cabos ou os administradores se encarregavam de matar os animais e de arrancar tudo o que não fosse cana-de-açúcar. Os acessos aos engenhos ficam praticamente

¹³¹ Neto (s/d: 2) apresenta alguns traços distintivos destes: exploração da cana em regime de monocultura em latifúndios, expansão indiscriminada e sem planeamento das explorações com consequências ambientais, em particular com a destruição da Mata Atlântica, estilo familiar de gestão empresarial, intervencionismo estatal, domínio do poder político e económico por parte dos empresários.

¹³² Citações do documento “Programa Seg Alimentar & Diversif Produç 2002”

intransitáveis durante o Inverno e, antes de começar a safra, exigem a sua reconstrução, tarefa que mobiliza os trabalhadores rurais ligados à usina.” (Notas de Terreno, 3/03/2004).



Legenda: As edificações dos Usineiros

A análise de dados económicos, demográficos, sociais e acerca da estrutura fundiária e da organização produtiva da cidade e do município de Catende [cf. quadros seguintes] relativos à segunda metade do século XX permite-nos identificar um conjunto de traços que continuam a caracterizar a região: a pobreza (e o progressivo empobrecimento da região) e o analfabetismo acentuados, os processos de êxodo rural e de engrossamento das periferias urbanas, a preservação de uma estrutura rural marcada pela concentração fundiária e de monocultura acentuada (estes últimos não são mais do que permanências de tendências com 500 anos) e, finalmente, o peso muito grande do sector sucro-alcooleiro nas actividades económicas da região. A síntese de todos estes traços está desde logo presente num indicador externamente construído que consideramos significativo e que procura averiguar da qualidade de vida naquele contexto, como é o caso do IDH, já referido.

Quadro 7 – O grau de urbanização no município de Catende

1980	1991	2000
63,91%	70,98%	81,29%

Fonte: CONDEPE, 1987

Quadro 8 – A evolução da população no município de Catende

1940			1950			1960			1970			1980		
Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
12.360	6.300	18.660	16.465	8.228	24.693	17.419	12.893	30.312	14.697	13.501	28.198	10.161	17.992	28.153

Fonte: CONDEPE, 1987

Quadro 9 – A evolução da população na cidade de Catende

1940			1950			1960			1970			1980		
Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
10.709	5.238	15.947	13.857	7.053	20.910	11.676 *	9.428	21.104	11.751	11.762	23.513	8.468	15.447	23.915

Fonte: CONDEPE, 1987

*Nota: O valor assinalado com asterisco aparece como mais baixo do que o verificado na década anterior apenas porque deixa de levar em consideração a população da cidade de Belém de Maria que se desvinculou em 1962 de Catende. Neste sentido, os valores da década de 1960 relativos ao município – quadro anterior – permitem uma leitura mais correcta da evolução da população das zonas rurais.

Numa análise de ciclo longo, a leitura dos quadros permite constatar que entre as décadas de 1940 e 1960 (inclusive), *“a população do município evoluiu a taxas positivas, anualmente, ocorrendo crescimento tanto na área rural como na urbana”* (CONDEPE, 1987:19) mas *“durante os anos 1940-1970, a população de Catende apresentava-se predominantemente rural, embora ao longo desse período, a participação da população rural na população total tenha-se mostrado decrescente, por força do crescimento urbano. Em 1980, porém, ocorreu uma inversão em favor da zona urbana, quando a população desta área passou a representar 63,9% do total de habitantes do município”* (idem, ibidem).

Aliás, o crescimento da zona urbana do município é constante entre 1940 e 1980 enquanto nas zonas rurais há crescimento da população entre a década de 1940 e 1960, após o que a população vem constantemente diminuindo. Por outro lado, entre as décadas de 1970 e 1980 (inclusive) a população total do município diminui o que provavelmente configura *“um processo de evasão para outras localidades”* (idem, ibidem) nesse momento, ainda que de acordo com os dados do IBGE, em 2000, o município teria cerca de 31 mil habitantes, o que sugere um crescimento positivo ainda que residual da população total do município desde a década de 1980 até aos anos 2000.

Em síntese, as tendências que descortinamos a partir da leitura cruzada dos dados apresentados permitem concluir que a partir da década de 1960 há uma inversão na tendência de crescimento positivo da população rural e do seu maior peso proporcional, em relação à população de zonas urbanas, na composição dos valores relativos à população global e que as décadas de 1970 e 1980 assistem a fenómenos de êxodo para outras regiões (diminuição global da população ao nível do município) e de êxodo rural (diminuição da população rural concomitante com o aumento da população urbana (ao nível do município e ao nível da cidade de Catende) e concomitantemente havendo uma migração significativa da mão-de-obra para o sector agroindustrial de açúcar e álcool e para o sector de serviços, o que não pode deixar de ser articulado com a estrutura fundiária e com o sector produtivo dominante da região e com as relações sociais de produção que por aqueles são induzidos.

No que diz respeito à propriedade e exploração agrícola das terras, as fontes em que nos apoiamos são bastante significativas [cf. quadros abaixo]. Uma primeira constatação prende-se com a própria escala utilizada para apreender a distribuição da terra já que se assume como *“pequenas propriedades”* aquelas que têm entre menos de 10 e até 100 hectares em contraponto às propriedades que têm entre 100 e mais de 1000 hectares *“onde, provavelmente, há predominância das propriedades dedicadas à produção da cana-de-açúcar”* (CONDEPE, 1987:25), ou seja, é perfeitamente *“natural”* e adquirido que o latifúndio é condição necessária para a exploração canavieira¹³³, como aliás se assinala numa monografia do município de Catende realizada por uma entidade pública quando, a propósito dos dados que os quadros reflectem, se sugere que *“desse modo está bastante caracterizada a concentração de terras que, efetivamente, se encontram vinculadas ao cultivo da mais importante cultura do município e da Zona da Mata, uma indicação de que a viabilidade da monocultura está estreitamente vinculada à utilização de grandes extensões de terra.*^{134”} (CONDEPE, 1987:26). Mais ainda, olhando aos valores

¹³³ De acordo com informações que obtivemos através de um dos assessores do projecto Catende/Harmonia, no padrão capitalista, na perspectiva de uma economia de escala, a rentabilidade das explorações agrícolas canavieiras pressupõe a posse (ou o acesso à compra de cana de açúcar) de pelo menos 300 hectares de terra.

¹³⁴ Sublinhado nosso.

apresentados, facilmente se verifica que há um pequeno número de explorações agrícolas que ocupa a quase totalidade da terra e, em contraponto, uma miríade de pequenas propriedades que apenas ocupam uma ínfima parcela da área agrícola existente, sendo que não há uma alteração nesta realidade da estrutura fundiária – senão residualmente significativa – na *coorte* temporal considerada (atente-se por exemplo que em 1998, mais de 97% das propriedades têm entre 100 e mais de 1000 hectares e que esta situação se mantém sensivelmente inalterada desde 1970, a não ser pelo aumento exponencial das propriedades com entre 100 e 1000 hectares verificada entre 1991 e 1998, conquistadas às propriedades com mais de 1000 hectares, ou seja, o que nos permite sustentar, passe a ironia, que se assiste neste período de tempo a uma espécie de «*reforma agrária latifundiária*».

Quadro 10 – Estrutura fundiária no município de Catende: Estabelecimentos agrícolas x Tipo de propriedade e Área agrícola ocupada x Tipo de propriedade

	1970		1975		1980	
	Propriedades entre menos de 10 e até 100 hectares	Propriedades entre 100 e mais de 1000 hectares	Propriedades entre menos de 10 e até 100 hectares	Propriedades entre 100 e mais de 1000 hectares	Propriedades entre menos de 10 e até 100 hectares	Propriedades entre 100 e mais de 1000 hectares
Estabelecimentos agrícolas	65,5%	34,4%	69,1%	30,9%	65,2%	34,8%
Área agrícola ocupada	3,1%	96,9%	4,6%	95,4%	5,2%	94,8%

Fonte: CONDEPE, 1987

Quadro 11 – Estrutura fundiária no município de Catende: quantidade, área e percentagem de imóveis rurais em 1991 e 1998

Imóveis rurais	Nº de imóveis		Área total (ha)		Percentagem da área agrícola ocupada	
	1991	1998	1991	1998	1991	1998
Imóveis <10 ha	20	15	72,90	70,20	0,27	0,30
10ha – 100ha	20	15	608,60	538,30	2,27	2,33
100 ha a 1000ha	11	31	3.703,10	9.955,40	13,81	43,17
> 1000 ha	05	06	22.434,40	12.493,70	83,65	54,18
TOTAL	56	67	26.819,00	23.057,60		

Fonte: INCRA/1998

Quadro 12 – Número de Imóveis Rurais x Área agrícola ocupada

<10 ha	1991	20
	1998	15
10 a 100 ha	1991	20
	1998	15
100 a 1000 ha	1991	11
	1998	31
Acima de 1000 ha	1991	05
	1998	06

Fonte: INCRA/1998

A acompanhar esta organização fundiária verifica-se, no que diz respeito à organização produtiva, que *“a economia do município está intrinsecamente ligada à agricultura, mais precisamente ao cultivo da cana-de-açúcar, principal produto da economia de Pernambuco”* (CONDEPE, 1987:25): *“cultivada em extensões contínuas de terras num sistema de cultivo onde se exclui, praticamente, qualquer outra cultura, até mesmo as de subsistência”* (op. cit.:30). Assim, no final dos anos 1980 a *“exploração (agrícola) abrangia 85,9% dos estabelecimentos e compreendia, aproximadamente, 81,9% da área agrícola disponível”* (op. cit.:27), mas sem levar em consideração a cana-de-açúcar *“as demais atividades (do setor primário) representavam apenas 14,1% dos estabelecimentos e 18,1% da área agrícola”* (idem), verificando-se ainda que *“o desempenho dessas culturas não é dos melhores, principalmente porque, em detrimento destas, todo o apoio creditício e técnico é dado à monocultura canavieira”* (op. cit.:30). Ou seja, em finais dos anos 80, não só as culturas agrícolas alternativas à cana-de-açúcar são residuais em termos de área agrícola ocupada como também são marginalizadas pelas próprias políticas agrárias públicas.

Portanto, neste contexto *“a agroindústria canavieira é, na verdade, a atividade que dinamiza o município, pois em torno dela giram as demais atividades económicas* (CONDEPE, 1987:25) o que pode ser comprovado olhando também para a forte concentração do emprego no sector primário que ocupa cerca de 48% da mão-de-obra – contra 27% no terciário e 25% no secundário – (CONDEPE, 1987:21), um mercado de emprego que é igualmente marcado pela tendência para *“a pouca absorção da mão-de-obra feminina”* (CONDEPE, 1987:21). E se no município de Catende a *“atividade industrial é importante apenas quando considerada a existência*

da agroindústria canavieira, representada pela Usina Catende, responsável pela maior parcela do produto total e, conseqüentemente, pela arrecadação de impostos e oferta de emprego” (CONDEPE, 1987:32) isso significa também a dependência dos trabalhadores e a fragilidade desta estrutura produtiva na qual “à exceção do referido segmento industrial, os demais estabelecimentos não podem ser considerados efetivamente industriais, porquanto seu desempenho é muito mais artesanal, apresentando frágeis organizações empresariais” (idem).

Daí que como sugere Sílvia Ferraz (1995:64) *“a usina é o coração da cidade. Se parar de bater, o corpo morre”*. E sintoma das actuais arritmias da agroindústria canavieira é a constatação simples de que sendo esta a principal actividade económica da região se deve também essencialmente àquela – ou melhor à brutal quebra do seu facturamento – uma redução do PIB municipal de mais de 35% entre 1980 e 1996 (de cerca de 50 milhões de dólares para cerca de 33 milhões) segundo dados do IBGE/IPEA de 1998.

No que respeita à educação, é necessário colocar a leitura desta realidade no quadro mais abrangente da situação brasileira e, particularmente, do Nordeste rural, para o que recorreremos ao trabalho de Eduardo Rios-Neto (coord.) (2005). Neste estudo salienta-se que a taxa de analfabetismo¹³⁵ da população com 15 e mais anos, por sexo e situação de domicílio, aferida a partir dos Censos demográficos de 2000, mostra que cerca de 30% da população no Brasil que habita em zonas rurais é analfabeta, sendo esta percentagem relativamente semelhante para homens e mulheres (cerca de 29% e 27% respectivamente). Estes valores são bastante mais elevados do que os que se verificam para as áreas urbanas – onde rondam os 10% sem diferenças significativas entre sexos – e representam valores quase três vezes mais elevados do que a média nacional (*idem, ibidem*:10). Em termos estaduais, Pernambuco é, juntamente com outros estados do Nordeste como Alagoas e Paraíba, dos que possui uma média mais elevada de analfabetismo da população com 15 e mais anos (em termos absolutos é o 8º estado com maior índice médio de analfabetismo), rondando os 25%, ou seja, um quarto da população do Estado de Pernambuco com 15

¹³⁵ Os autores explicitam desde o início a noção de analfabeto e analfabetismo que utilizam: *“considera-se analfabeto aquele indivíduo que é incapaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples na sua língua de origem.”* (p.5)

ou mais anos é identificada como analfabeta...e estes dados ganham um outro significado se atendermos a que entre 1950 e 2000 a percentagem de população analfabeta do Brasil da faixa etária de 15 e mais anos diminuiu de 50% para 14%. É pois face a este pano de fundo que devem ler-se os dados disponíveis que nos permitem perceber que em 1991, de acordo com dados do IBGE, o município de Catende apresentava uma taxa de analfabetismo para crianças da faixa de 11 a 14 anos de 42,3% e para as crianças acima de 15 anos de 46,4% a que pode aduzir-se que mais de 55% dos trabalhadores identificados com “*chefes de família*” não apresentam qualquer grau de instrução escolar.

Esta realidade foi confrontada logo no início do percurso de transição autogestionária com a realização de uma pesquisa no campo da Usina Catende que, entre outros aspectos, revelou a extensão do analfabetismo literal entre os trabalhadores, particularmente dos trabalhadores rurais.

Aqui teve vários momentos de educação. Tivemos em 95, nós tivemos uma pesquisa que foi um grande processo de educação, que foi uma pesquisa participativa, e essa pesquisa deu vários programas. **Foi aqui nessa pesquisa que nós percebemos que o povo não tinha banheiro, que percebemos que havia um alto índice de analfabetismo na população adulta...** (Entrevista Lenivaldo Lima)

Porque **nós tínhamos identificado 80% de analfabetos no campo, na pesquisa que fizemos em 95, então isso era um desafio, isso era um problema, era um problema de facto.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Ora, estes factos não podem ser ignorados. Em primeiro lugar, não podem ser ignorados pela relevância que estes valores têm em abstracto enquanto exprimem concretamente uma realidade política e sócio-cultural, que tem subjacente uma “*opção*” política societária e, eventualmente, comunitária, na qual a educação não é claramente valorizada (e não cabe aqui discutir por quem, nem o porquê). Em segundo lugar, as pessoas, crianças e adultos, a quem estes números se referem são, pelo menos parte delas, trabalhadores envolvidos no processo de transição autogestionária encetado em Catende. Este é, com certeza, um facto que imprescindivelmente necessita ser levado em conta na contextualização e análise do processo de desenvolvimento comunitário que o projecto Catende/Harmonia procura constituir, sem que contudo esta consideração deva resultar numa estigmatização e

descredibilização das potencialidades destes sujeitos sociais como actores de pleno direito daquele processo. O que pretendemos sugerir é que, inegavelmente, falamos de um processo que se desenvolve num contexto objectivamente marcado por índices de alfabetização escolar muito baixos e onde, portanto, é expectável que o domínio das competências mais tipicamente escolares, como a leitura, a escrita, o cálculo e a oralidade elaborada, ou não exista ou seja precário. Naturalmente que também é inegável que, em sentido lato, a alfabetização (melhor seria dizer educação?) destes sujeitos é de uma outra natureza que não a escolar – eles não são, para usar uma expressão consagrada, *“idiotas culturais”* – e, muito provavelmente, resultará de aprendizagens realizadas predominantemente em percursos de formação informal e não formal, ou experiencial.

De qualquer modo, a condição objectiva de analfabetismo literal de um conjunto alargado dos trabalhadores envolvidos no projecto Catende/Harmonia, mas também o reconhecimento de que não são seres sem saberes não pode ser obliterada quando se concebem e concretizam dispositivos de interacção social e de educação, como aliás já sabemos desde as experiências de educação popular conduzidas por Paulo Freire (1972).

A questão coloca-se, no entanto, se e quando a natureza dos problemas, dos saberes e da linguagem que os codifica, face à temporalidade urgente da acção do projecto, supõe que sejam envolvidas no trabalho educativo ou nos processos de tomada de decisão, saberes e competências cuja aquisição não se realizou precisamente por estes saberes e competências serem do domínio da alfabetização escolar¹³⁶. Esta questão encontrou diversas respostas em diferentes situações presentes no processo que analisámos, algumas dessas respostas intencionalmente concebidas e operacionalizadas em dispositivos educativos e de informação, outras respostas bastante mais empíricas face à urgência das situações que as despoletaram¹³⁷.

¹³⁶ *Mutatis mutandis*, esta questão pode colocar-se ao mais escolarizado dos Homens basta que haja uma discrepância entre os saberes e competências que domina e os saberes necessários ao enfrentamento de um dado problema ou os conhecimentos disponíveis para tomar uma dada decisão.

¹³⁷ Por exemplo é muito diferente a resposta que se dá a esta questão através dos materiais pedagógicos concebidos e produzidos para a discussão de assuntos tão *“especializados”* como a autogestão, as técnicas de produção canavieira, a economia solidária e o cooperativismo ou o acesso ao

Não obstante a necessidade de uma problematização e análise empiricamente mais detalhada, há pelo menos duas considerações que queremos desde já fazer: i) assistimos e registámos diversas situações em que os assuntos debatidos (ou a tomada de decisão a efectuar) entre técnicos e assessores do projecto Catende/Harmonia e grupos de trabalhadores semi-analfabetos exigiram efectivamente a posse e o accionamento de competências que provavelmente aqueles trabalhadores não detinham (por exemplo, quando se discutiam as questões específicas da gestão financeira accionando uma linguagem contabilística....). Não obstante, em parte destas situações, a legitimidade que se impôs “*naturalmente*” ter sido a dos técnicos e assessores da administração da massa falida, em muitas outras circunstâncias, estes mesmos trabalhadores envolveram-se activamente na discussão de opções técnicas, económicas e políticas “*especializadas*” e “*sábias*” recorrendo a utensílios intelectuais específicos mas não os que à partida supomos dominantes, isto é, antes recorrendo a formas de legitimação e de justificação das suas posições que accionavam saberes empíricos ou experienciais; ii) ao levantar-se a questão das implicações que decorrem do facto deste processo envolver uma população semi-analfabeta, não podemos deixar de sentir que encontramos neste caso um bom analisador dos modos como os adultos não escolarizados não só aprendem, isto é, elaboram conhecimento e sentido, bem como interagem com registos cognitivos e intelectuais substancialmente distintos dos seus, e ainda aplicam aquele conhecimento no enfrentamento de problemas concretos, na discussão argumentada e na tomada de posição (cf. a este propósito Cavaco, 2002).

Por outro lado, a população que o Projecto Catende/Harmonia vai progressivamente incorporando nas suas iniciativas de formação profissional – no que

crédito bancário para incentivo à agricultura familiar, da resposta que um agrónomo teve de dar durante uma reunião com trabalhadores sobre a importância de o corte da cana-de-açúcar ser feita 5 cm acima do solo e não a 10 ou 12 cm. A linguagem mobilizada nestes dois dispositivos de educação é substancialmente distinta. No primeiro caso opera-se por uma redução da complexidade técnica e científica da mensagem e parte-se da experiência concreta dos trabalhadores que se procura aproximar, através do diálogo, dessa versão simplificada do saber técnico-científico mas dificilmente se ultrapassa o limiar de compreensão nos termos dos próprios trabalhadores das questões em causa. No segundo caso, o registo de linguagem foi claramente técnico-científico, entrecortado pela explicitação da racionalidade económica que apoiava a validade do saber técnico-científico mas que igualmente apelava à realidade imediata da vida dos trabalhadores e, por isso, o saber técnico-científico facilmente foi decodificado significativamente pelos trabalhadores.

identificaremos posteriormente como um 2º ciclo do trabalho educativo no projecto -, nomeadamente os jovens filhos de trabalhadores, vem matizar fortemente as características em termos de habilitações escolares dos actores sociais com quem se trabalha e, inevitavelmente, transformar a própria natureza do trabalho, designadamente educativo, que com eles se desenvolve. Mas colocou também desafios à própria inscrição destes jovens num território e em comunidades precisamente habitadas maioritariamente por aqueles adultos de que antes falámos, possuidores de um conhecimento construído segundo modalidades não escolares, nomeadamente experienciais, e desafios ao processo de interacção entre linguagens sábias e profanas que no domínio da produção agrícola e industrial inevitavelmente se confrontaram quando estes jovens, em contexto de estágio/formação em alternância ou posteriormente de exercício profissional, se constituem, na pior das hipóteses como um *go-between* duplamente desenraizado¹³⁸ e, na melhor das hipóteses como sujeitos de uma tão necessária como difícil tradução entre saberes e culturas construídos em bases distintas face aos trabalhadores de longa data da Usina Catende.

- O Manoel Flor acabou o 2.º grau...

- É, **tenho o 2º grau completo... E pretendo fazer faculdade**, pretendo não sair aqui do Projecto, permanecer aqui nas dificuldades, nas lutas, permanecer aqui no Projecto até ficar velho! Agora é... (Entrevista José Manoel Flor Filho)

- O Cícero estuda?

- Estudo.

- **Estuda em que ano, em que grau?**

- Estudo no Pedro Afonso, **faço a terceira série do segundo grau para normal médio professor e já conclui o ensino médio que chama estudos gerais.**

- **Estudou sempre aqui na cidade?**

- Em Palmares.

- **Em Palmares?**

- É. (Entrevista Cicero Mendonça)

- **Agora voltando um pouco atrás, como é que o Elenildo entrou no projeto Catende?**

¹³⁸ Cf. a este propósito a análise que Stoer e Araújo (1992) desenvolvem a propósito da condição de "*dupla desvinculação*" "*promovida*" pela escola em jovens de um contexto rural em processo de industrialização na sua obra "Escola e Aprendizagem para o trabalho". A estes jovens do nosso trabalho poderia também aplicar-se a ambiguidade que os tempos actuais nos colocam face à escolha entre raízes e opções mas não parece ser o caso, pelo menos discursivamente, a sua escolha é pela hibridação entre ambos, o que marca significativamente a diferença na relação que estes jovens desenvolvem com o campo, o rural e a agricultura e aquela que Stoer e Araújo (1992) identificam no caso português.

- É, e... assim que eu comecei a me formar, completei meus 18 anos, e aí, antes, porque antes de, é bom que se coloque também, que antes de existir o PETI, a usina aqui já trabalhava isso também que menor de 18 anos não trabalhasse, **então, a minha especialidade era estudar, e fazer alguma coisa dentro da agricultura familiar, sem ser no trabalho.** (Entrevista Elenildo Correia Pena)

- O que é que vocês estavam a fazer antes de ingressar neste curso?

- **Nós aqui estudávamos, estávamos estudando, (...) outros estavam terminando o 2º grau** e daí surgiu a oportunidade para ingressar neste estágio, houve uma selecção, nós fomos seleccionados, aí começámos o estágio.

- **Toda a gente estava nesta situação? Toda a gente estudava, ninguém tinha uma experiência de trabalho?**

- Não, para a maioria esta foi a primeira. **Só algumas pessoas, a minoria, como Erika, ela teve experiência fora como professora.**

- **Eu tinha trabalhado num escritório de contabilidade.**

- **Os vossos colegas, também a maioria...**

- **A maioria estudava.** (Entrevista colectiva aos jovens participantes do Curso e Estágio de Técnicas de Produção na Agroindústria Açucareira)

- **Como é que tiveram conhecimento que ia haver o curso?**

B – Foi através dessa sala da Harmonia que vendo a situação, muita gente desempregada no campo, **algumas pessoas pegando nível até de um conhecimento e de um estudo até elevado como é o meu caso que tenho o 2º grau, tenho um curso de informática, tenho um curso de inglês,** tudo aí dentro dessa situação e já que temos de encaixar pessoas para trabalhar na indústria então vamos aproveitar essas pessoas que são filhos de credores, de alguma forma já conhecem, são gente da terra, então se começou nessa situação. Foi assim. [...]

- **No vosso grupo havia pessoas com diferentes percursos em termos de escola, havia pessoas só com o 1º grau, com mais?**

- **Sim, com mais, pessoas que tinham conhecimentos até de faculdade e tudo o mais, conhecimentos também menor, algumas pessoas queriam só observar.**

- **Tinha todo o tipo, todo o tipo teve:** Eu mesmo que tenho o 2º grau, tinha um curso de informática também, mas teve pessoas com a 3ª série, de 8ª... O pedido era de 4ª série, né, ler um pouco e escrever básico, assinar.

- **Fundamentalmente era preciso que as pessoas soubessem discutir...**

- Acho que isso é fundamental, né. (Entrevista Brasil e Apolinário)

A Usina Catende: uma breve sócio-história entre a ascensão, a queda e a ressurgência

Neste passo do nosso trabalho, ao mesmo tempo que situamos e familiarizamos o leitor com o objecto social da nossa pesquisa, procuramos cumprir um duplo desígnio: i) mergulhar na sócio-história daquele contexto para identificar as condições sociais, económicas, culturais, políticas e históricas que nos ajudam a compreender as razões por que um processo como o que ali está em curso acontece precisamente naquele território, com aqueles protagonistas, num dado momento (ou seja, perceber como, dialecticamente, num tempo longo, se forjaram, em condições de

opressão e dominação, as condições objectivas e subjectivas para a transformação e superação histórica daquela situação e, portanto, as condições de possibilidade para o que agora ali é experienciado); ii) em profunda articulação com o desígnio anterior, apresentar de forma relativamente diacrónica os contornos da experiência ali vivida para argumentar em prol do significado e da dimensão expressivos que tal processo encerra (ou seja, argumentar que as qualidades que o objecto assume e a extensão do que abrange este objecto o tornam particularmente significativo como exemplar significativo de um género de processos).

Num contexto de forte vitalidade e expansão do sector canavieiro no Estado de Pernambuco (cf. Neto, s/d), a Usina Catende nasce em finais do século XIX, mais exactamente em 1892, marcando a passagem da produção de açúcar dos engenhos para as usinas, estando instalada num engenho designado de «Milagre da Conceição», antes de passar a denominar-se «Catende». A génese da Usina Catende inscreve-se precisamente no processo que marca a extinção dos designados engenhos banguês e a sua substituição por usinas e engenhos centrais que se dá precisamente no último quartel do século XIX. E se este processo começa por ser relativamente lento, o que é certo é que, de acordo com Andrade (2001), rapidamente acelera, nomeadamente com o encerramento ou transformação em Usina dos engenhos centrais após a proclamação da República, e em 1914 há já 56 Usinas em funcionamento em Pernambuco. É justamente por esta altura que encontramos os primeiros dados relativos à importância da Usina Catende no contexto regional: na safra de 1913/1914 Catende obtém a maior safra de Pernambuco com 130 mil toneladas de açúcar produzido, bem acima das Usinas que se lhe seguem com 100 mil toneladas (Andrade, 2001).

A usina Catende é comprada na década de vinte do século XX por António Ferreira da Costa Azevedo, que passaria à história local como *Tenente* e que foi responsável pela introdução de “*padrões gerenciais novos na zona da Mata, mas não alterou a essência das relações sociais, marcada pela dependência dos trabalhadores à Usina*” (Anteag & Projecto Harmonia, 2005:5), momento a partir do qual existem na própria Usina alguns dados documentais da actividade produtiva desenvolvida. Esta

dependência dos trabalhadores era acompanhada de um controlo panóptico – a usina tudo vê e tudo sabe – sobre as tarefas quotidianas dos trabalhadores através dos administradores rurais dos engenhos da Catende e que ia muito para além do controlo do trabalho¹³⁹.

Mesmo apesar da crise do final dos anos 1920, o sector sucro-alcooleiro pernambucano expande-se em número de usinas até meados dos anos 1930, não sem convulsões sociais, nomeadamente com o agravamento das disputas entre usineiros, fornecedores de cana e lavradores o que levará o Governo a legislar sobre o sector e a criar o Instituto do Açúcar e do Alcool, pretendendo que esta instância discipline e regionalize a agroindústria do açúcar. Desde este momento e até meados dos anos 50 assiste-se no entanto a um alargamento do fosso entre as “grandes” e “pequenas” usinas, sendo que Catende permanece sempre no pelotão da frente (em 1953/54, por exemplo, é a 2ª usina mais produtiva do estado, só atrás da Usina Central Barreiros que, diga-se de passagem, viria a suspender a sua actividade em 1998/1999).

Ora esta situação configurou uma disputa entre os potentados económicos e políticos da região no sentido de se apropriarem das “pequenas” usinas que iam encerrando as suas actividades, incapazes de competir com as “grandes” usinas. Nessa disputa, evidentemente, a Usina Catende foi um dos actores principais, mas deixemos a explicitação dos contornos desse enfrentamento às palavras de Andrade (2001:273): *“foi travada uma luta entre três grupos económicos estaduais: o da Central Barreiros, liderado pelo ex-governador, ex-ministro e ex-vice-presidente da República, Estácio Coimbra; o de Catende, que durante mais de um decênio foi a usina de maior produção de açúcar e álcool do país, liderado por Antônio Ferreira da Costa Azevedo, conhecido pelo apelido de Tenente; e o de José Pessoa de Queiroz, da usina Santa Teresinha, apoiado por uma família de comerciantes e industriais, influente no setor açucareiro, na indústria de fiação e tecelagem e na imprensa.”*

Na própria literatura que toma a região como cenário a realidade da monocultura canavieira e da concentração fundiária dos meados do século XX em

¹³⁹ De entre o conjunto de aforismos que pudemos escutar e que traduzem a vivência e representação dos trabalhadores do funcionamento da Usina e do seu trabalho como assalariados, o sentido de hierarquia e a relação de dominação estão bem contidos no aforismo que sugere que *“Em Usina nem uma lâmpada queimada se troca sem ordem do usineiro”*.

torno das grandes usinas é registada. Tomemos apenas a título de curiosidade a poesia de João Cabral de Melo Neto descrevendo a sua viagem de comboio por entre os canaviais:

*À tarde deixo os mares
daquela usina de usinas;
vou entrando nos mares
de algumas outras usinas.
Sei que antes esses mares
inúmeros se dividiam
até que um mar mais forte
os mais fracos engolia
(hoje só grandes mares
A Mata inteira dominam).
Mas o mar obedece
a um destino sem divisa,
e o grande mar de cana,
como o verdadeiro, algum dia,
será uma só água
em toda esta comum cercania.*

In O Rio, inserido em Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes

Atendendo a que até meados do século XX, quando foi suplantado por São Paulo, Pernambuco foi o principal produtor nacional de açúcar (Andrade, 2001), no seu auge, entre as décadas de 40 e 50 do século XX, a Usina Catende pontificava não só no sector sucro-alcooleiro pernambucano, mas também nacional e da América Latina, dado que era a maior de todas em território agrícola, chegando a ocupar uma área de 70 mil hectares e possuindo mesmo terras no estado vizinho de Alagoas. Em termos produtivos era a usina brasileira que mais açúcar exportava; em termos tecnológicos foi a primeira a produzir álcool anidro e a instalar um laboratório químico e, para além disso, possuía um inovador sistema de irrigação com barragens e canais e uma hidroelétrica com capacidade para fornecer energia a toda a zona da Mata Sul de Pernambuco e, em termos de gestão e organização do processo produtivo, foi a primeira a ter uma “*planta integrada*” vertical, isto é, que assegurava todas as etapas do processo desde a plantação da cana-de-açúcar até à sua comercialização – interna ou recorrendo à exportação – valendo-se para isso de uma rede ferroviária própria. Estas condições fizeram dela a maior usina de açúcar da América do Sul durante este período.

- Catende foi, na verdade, uma das maior usina da América Latina, viveu o seu tempo do apogeu, tempos ainda assim de grande repercussão de um sector produtivo, a cana-de-açúcar, e aí ela teve a sua estruturação básica aqui em toda essa região. Catende, você fala da empresa Catende, ela está localizada no município de Catende, mas ela tem abrangência em cinco municípios: o município de Catende, Jaqueira, Palmares, Xexéu e Água Preta. E antes, ela tinha até abrangência em outros municípios, e até municípios de outros Estado, no caso de Alagoas.

- Chegava a entrar em Alagoas?

Chegava a entrar em Alagoas. Depois foi reduzindo esse raio de expansão de terra. (Entrevista Marivaldo Andrade)

C: Temos mais. Nós tínhamos aqui 62 engenhos, que nós tínhamos aqui...

- Meu Deus, é um mundo!

C: É! Nós moíamos aqui oito meses, até ao mês de Junho a gente moía aqui. Tinha uma máquina, tinha locomotiva, estrada de ferro era muito viável. Mas depois que acabou, aí a dificuldade começou a aparecer, né? Começou a aparecer, foi quando os antigos donos chegaram aqui, acabaram logo com a estrada de ferro, que era muito viável. Você começava a moer aqui, no dia 10, 15, dia 20 de Agosto.

- Um mês antes daquilo que acontece agora...

C: Você moía Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, e entrava até ao mês de Junho. Eu já... O tempo que eu tenho aqui, já vi moer até ao dia 15 de Junho, porque tinha locomotiva, não tinha qualquer problema, chovia mas a...

- Exactamente, mas a cana chegava...

C: Tinha estrada de ferro, tinha os pontos de cana, botava os pontos, o carro ia, a máquina trazia. Era aqui, oh!

- Pois, exacto, aquele resto...

D: Até aqui, oh, você vê aqui, até aqui era estrada de ferro

C: Isso aqui tudinho era por estrada de ferro. Vinha por aqui...

D: Eu digo o que eu conheço: a estrada de ferro aqui coligava com a usina Central Barreiro, aqui tinha 25 locomotivas, 25! 25 locomotivas! Tinha uma que tirava cana daqui, do engenho Santa Cruz, São João, Gameleira, Bela-Rosa, tinha outras que tiravam desse engenho aqui Cana Brava, Niterói, Flor do Bosque, Olho de Água, Jardim, Tabaiaré... E tinha os outros engenhos que era parte da zona de baixo, era a parte maior. Aqui a força da cana da usina Catende era a zona de baixo, né, onde tinha os maiores engenhos... Sei que terminava uma moagem, por exemplo, no começo de Junho, já ficava cana para começar a moer a próxima moagem, isso é que era importante. A gente aqui não comprava adubo, a gente tinha um adubo próprio que fazia aqui, tinha uma fábrica de adubo, não comprava. Hoje, já se compra, né? A gente aqui tinha uma fábrica de tijolo, hoje está desactivada. Para a gente, que a gente tem energia própria, hoje, ou amanhã, ou depois, a nova direcção olhar para isso aí, eu acho que vai olhar, e a energia, bota fogo na energia, a energia é nossa, a gente vai ganhar dinheiro! Hoje aqui você compra tijolo, a 160 reais, a usina podia fabricar aqui, vender a 120, 130: era negócio para ela. Nós tínhamos uma fundição aqui...

- E era mais emprego, também...

D: Mais emprego. E era mais renda para a empresa. Nós tínhamos uma fundição aqui que fazia peças para vender para as outras usina! Hoje ela está aqui parada, é prejuízo nosso... Onde a gente deveria fabricar para a gente aqui suprir a nossa demanda, e vender para segundos, né? Aí é que era vantagem para a gente! Está desactivada... Foi o que ele falou aí sobre a destilaria... A destilaria... A usina parava, a destilaria ficava funcionando normalmente... Ficava uma caldeira no forno, uma caldeirinha pequena que tem aqui, ficava queimando óleo... e ficava destilando. Muitas vezes, a usina parava, mesmo para reparos, mas a usina ficava trabalhando a destilaria, fazia folha de pagamento só com o dinheiro do álcool, só com dinheiro do álcool.

Nós aqui tínhamos uma policlínica, aqui que era do operário, o hospital aí, a gente aqui, tinha qualquer problema, quando a gente era pequeno, lhe levava para ali. Tinha médico, tinha enfermeiro, tinha tudo. Aí, chamava-se o "Hospital do Operário", a policlínica, era primeiro mundo! Está fechado! Mas pode ser que essa nova directoria que esteja hoje aqui no comando vá olhando essas divisões aí e quando as coisas forem melhorando vai reerguer isso aí... (Entrevista Operários)

Mas com o fim da “*liderança carismática*” do *Tenente*, a partir da segunda metade dos anos 1950 e até finais dos anos 1960, começa a forjar-se o cenário de degradação da Usina, mesmo beneficiando de um contexto político que permitia um “*capitalismo sem riscos*” (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:6). Com efeito, durante os primeiros anos da ditadura militar brasileira (que começa em 1964), as famílias que então detinham Catende, próximas ao poder, usufruíram de empréstimos e subsídios públicos avultados através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). De acordo com Ferraz (2005:69), este Instituto havia sido criado em 1933 por Getúlio Vargas, para atender às pretensões dos senhores de engenho/usineiros do Nordeste de protecção contra o avanço do Sul (especialmente do estado de São Paulo) na produção canavieira. A ideia destes senhores de engenho era a de manter, de acordo com uma lógica de especialização produtiva (a acima referida regionalização), a cana-de-açúcar preferencialmente no Nordeste e deixar o café para o Sul e se “*em 1946, a produção nacional alcançava 21 milhões de sacas, dos quais 7 milhões pernambucanos e 5 milhões paulistas*” (*idem, ibidem*) em meados dos anos 1940 já se haviam revogado as quotas impostas pelo IAA e o Sul, leia-se estado de São Paulo, rapidamente passou a concorrer com o Nordeste e, já nos anos 1960, se reconhecia a incapacidade de Pernambuco competir com São Paulo, à época fazendo manchete de jornais a importação para Pernambuco de açúcar do Sul do país (*idem, ibidem*).

Esta conjuntura leva a uma redução abrupta do número de Usinas em funcionamento em Pernambuco, e das 66 usinas pernambucanas de meados dos anos 1930, passamos, em meados dos anos 1970, para 38, sendo que algumas das que desapareceram foram eliminadas por intervenção governamental ou objecto de processos de ampliação e integração em outras maiores. E, para além disso, as Usinas sobreviventes registam agora valores de produção aquém dos anteriormente atingidos, sendo que, por exemplo, nenhuma usina pernambucana durante a década de 1970 consegue alcançar a “*mítica*” marca do milhão de sacos de açúcar.

Ora, neste contexto, e apesar de Catende conseguir manter-se como uma das principais Usinas, com produções acima dos 700 mil sacos de açúcar, as infra-estruturas de Catende começaram a ser destruídas para permitir a capitalização da empresa – vendem-se os trilhos da ferrovia, destroem-se as barragens e açudes para

alargar a área de plantio, eliminam-se os canais de irrigação para construir estradas vicinais onde os caminhões passarão a substituir o comboio – e, posteriormente, os investimentos dos usineiros na agroindústria canavieira passam a ser desviados para outros sectores produtivos mais lucrativos, ou simplesmente para aplicações financeiras, o que tem consequências imediatas na produtividade agrícola e rendimento industrial, compensados por uma política proteccionista e seus mecanismos legais a cargo do IAA que salvaguardava o sector face à competição internacional, aos défices estruturais ou às contrariedades climáticas conjunturais, originando o que acima identificamos como uma forma de *“capitalismo sem riscos”*.

Mas foi durante as décadas de 80 e adentrando a década de 90 do século passado que se assiste ao colapso de um modelo de organização da produção que, em boa verdade, vinha sendo mantido em animação suspensa pelo poder político, onde os grandes latifundiários e usineiros mantinham a sua influência. A extinção do IAA em 1990 por Collor de Melo, segundo as perspectivas, deixou *“o sector órfão em seu diálogo com o governo”* (Ferraz, 2005:67-68) e contribuiu para acelerar a insolvência da actividade canavieira em Pernambuco ou, simplesmente, tornou visíveis os efeitos de uma gestão danosa e ruínoza, antes encoberta pelos mecanismos e fundos públicos, de um segmento da economia nordestina que sempre se havia vangloriado de representar o processo de modernização industrial brasileiro (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:6). Um dos nossos interlocutores, com uma larga experiência no sindicalismo rural e que futuramente seria o síndico da massa falida da Usina Catende em representação dos trabalhadores, esclarece com grande lucidez o conjunto de fenómenos que nas últimas três décadas do século XX estiveram subjacentes à derrocada do sector sucro-alcooleiro pernambucano:

Mas um grande volume de recursos foi destinada ao sector sucro-alcooleiro que nunca pagaram esse empréstimo. Banco do Brasil, que aportou muito recursos, principalmente no momento de expansão da cana-de-açúcar, com implantação do PROALCOOL, nos anos 70, e aí todas as empresas sucro-alcooleiras do Estado de Pernambuco do país começaram a tomar dinheiro emprestado, e nunca pagaram esse dinheiro. Então isso foi trazendo consequências futuramente, as empresas também nunca se prepararam para o momento que, com o descumprimento que elas faziam, com as questões dos direitos dos trabalhadores e com os direitos sociais, e isso terminou desembocando em reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho.

Então você junta a dívida da Justiça do Trabalho, junto aos bancos, e ao próprio Governo também, que o endividamento também foi muito alto, e então isso foi, na verdade, inviabilizando diversas empresas aqui no Estado e no país. E a questão da concorrência, porque apesar deles ter tomado muito dinheiro, ter os incentivos, ter o subsídio, ter condições favoráveis, na verdade eles tiveram... Não tiveram a preocupação de modernizar. Modernizar, seja do ponto de vista de implantação de

equipamentos mais modernos na parte da indústria, seja na introdução de novas variedades de cana, ou de melhoramento da produtividade no campo.

Então, isso também, a cana foi se expandindo para outros Estados do país, o centro-sul e o sul do país também foi implantando a política de expansão de cana em situações bastante favoráveis, de forma mais favorável, e aqui no Estado de Pernambuco, por uma situação dos terrenos serem muito declinável, e pela falta de investimento naquilo que era necessário para superar essas dificuldade, as empresas daqui foram perdendo espaço de concorrência com outras empresas que estavam se implantando no sul. Então isso foi também um factor que, na verdade, a gente identifica, e isso ajudou também a quebrar.

Então juntado a tudo isso, tinha o IAA, também, que era o Instituto do Açúcar e Alcool, que dava uma certa garantia, se via um pouco de aporte de recursos no momento da entressafra, para o plantio, para apontamento, seria na verdade o órgão que investia e controlava um pouco a questão do sector, tratava das políticas directamente, era como se fosse um ministério do Açúcar. E o IAA, a partir dos anos 90 foi fechado também.

Então, todas essas condições: endividamento com os bancos, endividamento com os governos, a perda do IAA, a questão do subsídio, que era colocado para os usineiros e que depois se tirou esse subsídio, o subsídio que significava o governo pagar a diferença do preço do açúcar, a diferença daqui para o sul do país, como o pessoal lá pode produzir com condições mais favoráveis, tem um custo menor para produzir, então aqui como tinha umas condições desfavorável, o custo era maior, o governo cobria essa diferença. Esse subsídio também foi tirado ao longo dos tempos, depois aí foi perdendo a capacidade completamente.

Então, várias empresas no Estado de Pernambuco foram fechando as porta. E havia uma política clara também da classe dominante, os usineiros, de realmente se transferir para outros Estados do país, para desfrutar das condições favoráveis, já que aqui não havia essas condição tão assim favorável que eles tinham para produzir. E pelo próprio endividamento, então várias empresas começou a fechar as portas, vários trabalhadores começaram a perder os empregos. Na década de 70 para 80 a Zona da Mata tinha em torno de uns 250 mil trabalhadores de carteira assinada, hoje se você contar no Estado todo, é um pouco mais de 100 mil, então é uma queda muito grande na mão-de-obra empregada na cana-de-açúcar, e com isso os trabalhadores foi sofrendo as consequências.” (Entrevista Marivaldo Andrade)

Se a esta visão conjuntural agregarmos a visão estrutural e panorâmica dos quatro séculos anteriores do sector agro-industrial do açúcar em Pernambuco que nos é lucidamente oferecida por Manuel Correia Andrade (2001:274-275) compreendemos que este era um desfecho que apenas se foi adiando: *“Implantada no século XVI, manteve o controle político e econômico do estado até quase os nossos dias. Famílias tradicionais vêm controlando engenhos banguês, usinas e destilarias, contando sempre com o apoio governamental para subsidiar e financiar os seus empreendimentos. No governo republicano, os usineiros conseguiram leis que lhes facilitaram empréstimos a juros baixos e perdão de dívidas. O governo federal foi também generoso com os grupos nordestinos – fato que ocorreu também em outros estados –, fornecendo créditos e avalizando empréstimos em dólares, no exterior.”*

Em Pernambuco, estado historicamente vinculado ao sector, este colapso dos anos 1980/1990 assume proporções dramáticas com “o encerramento de 18 usinas¹⁴⁰, a extinção de cerca de 150 mil postos de trabalho, a expulsão dos trabalhadores do campo, após a destruição de cerca de 40 mil pequenos sítios onde se plantavam lavouras de subsistência” (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:6) e, naturalmente, afectou ainda o comércio e serviços dos municípios directa ou indirectamente ligados ao sector agrocanavieiro. Mas foi também este colapso que acabou por suscitar um movimento de renovação dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, que procuram agora assumir um carácter mais activo e autónomo e encetando esforços de organização dos trabalhadores “contra os atrasos nos pagamentos e a não quitação pelos usineiros das dívidas trabalhistas com os demitidos”,¹⁴¹ tendo normalmente na base o trabalho de mobilização, organização e apoio desenvolvido por sectores progressistas da Igreja Católica neste contexto.

Assim, num quarto de século assistiu-se a uma profunda transformação da paisagem económica pernambucana: de 72 usinas em 1972, em 1995 apenas restam 32, das quais metade com as portas fechadas e a outra metade em risco de seguirem o mesmo destino; de um peso de 7,2% no PIB do Estado em 1970, a indústria canvieira passa a contribuir com apenas 1% em 1995 (Ferraz, 2005:66) com evidentes repercussões no clima social das cidades do campo pernambucano.

Esta tendência naturalmente está presente na Usina Catende e para o efeito basta analisar o “*demonstrativo de safras*”¹⁴² que retém dados da produção desde

¹⁴⁰ Outras fontes referem que das 41 usinas e destilarias na Zona da Mata no princípio dos anos 1990 foram 14 as que encerraram as suas portas, coincidindo no entanto no número de desempregados gerado: 150 mil pessoas.

¹⁴¹ Informação recolhida no documento “Programa Seg Alimentar & Diversif Produt 2002”.

¹⁴² O quadro que a seguir se apresenta foi construído a partir de um documento intitulado “*demonstrativo de safras*” fornecido por um trabalhador entrevistado. Do documento original constam os dados relativos a cada uma das safras documentadas da Usina Catende, isto é, as safras desde 1920/21 e nele constam outros indicadores que poderiam igualmente ajudar a perceber a iniciados a transformação ao longo do século XX dos padrões de produção da usina. De qualquer modo foi uma opção não só reter apenas os indicadores que reputamos de suficientemente significativos para compreender essa transformação, como de apresentar esses indicadores em termos de média por década, facilitando assim a sua leitura em termos de grandes tendências. A excepção a esta lógica prende-se com o período da década de 1990 que por razões óbvias inerentes ao processo em análise neste trabalho tivemos de repartir em dois períodos para marcar a diferença entre a usina ainda sob

1920-21 até à actualidade, nomeadamente a quantidade de dias de safra, de cana-de-açúcar moída, açúcar produzido e rentabilidade por tonelada, entre outros dados mais técnicos, e que nos permite destacar algumas tendências, nomeadamente a redução média dos dias de safra a partir de meados da década de 80, período a partir do qual só em anos excepcionais se ultrapassa os 200 dias de trabalho de corte e transformação da cana, o que também nos dá conta do carácter progressivamente mais sazonal da actividade sucro-alcooleira.

Quadro 13 – Indicadores de produção da Usina Catende

Safras	Dias de safra	Açúcar produzido (nº de sacos de 50 Kg)	Rendimento do Açúcar (Kg açúcar/Ton. de cana)	Alcool Produzido (litros)
1920/21-1930/31	--	194.019	85	--
1931/32-1940/41	--	219.803	90	2.070.057
1941/42-1950/51	235	292.324	97	5.130.092
1951/52-1960/61	270	506.992	94	10.814.181
1961/62-1970/71	247	564.925	92	9.385.324
1971/72-1980/81	250	675.143	83	8.321.233
1981/82-1990/91	221	864.739	88	11.029.653
1991/92-1994/95	186	518.345	85	8.175.260*
1995/6-2004/05	167	479.461	86	--

* Este valor corresponde apenas à produção da última safra em que a destilaria funcionou: 1991/92

administração dos usineiros e o momento a partir do qual os trabalhadores assumem o controlo do processo produtivo e a gestão da usina Catende.

As *safras* correspondem ao período de corte e transformação industrial da cana-de-açúcar. Sendo uma actividade sazonal, geralmente o seu início acontece em Setembro de cada ano e prolonga-se durante os primeiros meses do ano seguinte, daí as datas das safras se apresentarem deste modo. Os *dias de safra* referem-se ao número de dias necessários para o corte de toda a cana-de-açúcar nos campos e à sua transformação na fábrica que, naturalmente, é mais prolongado dado que é necessário dar escoamento do estoque entretanto depositado na usina. Nos dias de safra está também incluído o período de laboração da destilaria, enquanto esta funcionou. O *açúcar produzido* refere-se à unidade utilizada na Usina para contabilizar o açúcar fabricado é essencialmente o número de sacos de 50 kg produzidos numa certa unidade de tempo, o que permite ter uma medida da produtividade da cana-de-açúcar e do seu rendimento industrial por dia ou por safra. Para cálculo da produtividade agrícola e industrial, a este indicador deve associar-se o índice que resulta do cálculo da quantidade de açúcar produzida por cada tonelada de cana-de-açúcar moída. Como se avançou em outro momento, Catende foi a primeira usina a produzir álcool anidro o que resulta da instalação da sua destilaria em meados dos anos trinta do século XX. A partir do momento em que as destilarias foram associadas à transformação industrial da cana em açúcar, o sector sofreu profundas transformações, desde logo gerando uma actividade complementar que, em parte das Usinas, prolongava o período da safra, permitia enfrentar as flutuações do preço do açúcar, foi amplamente apoiado por políticas públicas (o programa PROALCOOL) nos anos 1970, no primeiro momento de expansão dos agora designados bio-combustíveis...

Num contexto de mundialização, isto é, de *“intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa”* (Giddens, 1992:45), fenómeno onde coexistem as dimensões económica, social, política, cultural, religiosa e jurídica entrecruzando-se de formas variadas (Santos, 2001), os anos que antecedem a falência da Usina Catende são marcados pela desregulamentação mundial do comércio do açúcar, pela quebra de competitividade interna (mas também externa) do sector de produção açucareira nordestina, como se pode ver pelo gráfico abaixo, incapaz de acompanhar as tendências de modernização industrial e agrícola no sector, pese embora esta fizesse parte de um conjunto de preocupações que desde o início do século se vinha reflectindo¹⁴³, tanto face ao centro sul do país (principalmente o Estado de São Paulo) – onde se assiste à expansão e diversificação do cultivo e à implantação de novas técnicas agrícolas, nomeadamente a mecanização, numa região orograficamente vantajosa, com ganhos em termos de custos de produção, de produtividade e de qualidade¹⁴⁴ –, como relativamente a blocos regionais (como a UE) cuja produção própria é blindada face à concorrência por políticas proteccionistas¹⁴⁵ e ainda face a

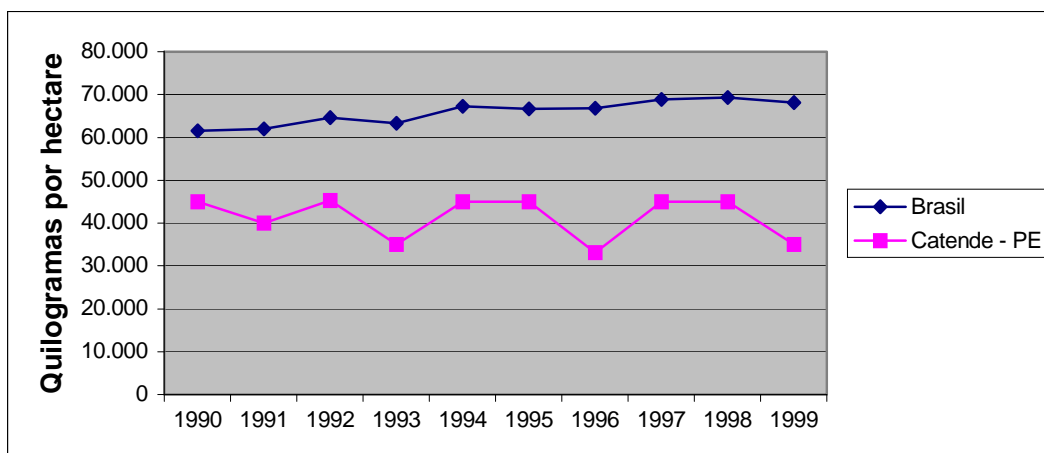
¹⁴³ Com efeito, como afirma Neto (s/d: 3), no âmbito da discussão de um plano de valorização do açúcar, e no que toca ao processo produtivo, já então se apontava a necessidade da modernização das usinas, da elevação da produtividade, da introdução de novas variedades mais rentáveis de cana, do barateamento do crédito agrícola, do incremento da remuneração aos fornecedores e da intensificação do trabalho de educação.

¹⁴⁴ Que sirva de ilustração as seguintes passagens de uma reportagem sobre Catende realizada em 1995: *“A baixa produtividade da usina pernambucana é fato. Aqui um trabalhador corta 3 toneladas de cana por dia. Em Alagoas e no Rio Grande do Norte, 4. Em São Paulo, 8 [...] Pudera, o consumo de calorias do trabalhador rural mal dá para suas necessidades físicas permanecendo deitado (...) uma pesquisa sobre hábitos alimentares e renda mostra que se os trabalhadores gastarem tudo o que ganham em comida ainda assim terão assegurado apenas 58% das calorias de que necessitam [...] enquanto os usineiros paulistas conseguiram produzir 143 milhões de toneladas na última safra, os pernambucanos não passaram de 12 milhões. O Nordeste tem um rendimento de 50 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, enquanto o Sul chega a 80 toneladas. A produção brasileira de cana-de-açúcar bate em 250 milhões de toneladas e a contribuição pernambucana limita-se a 17 milhões de toneladas. Até 1988 a participação nordestina na exportação de açúcar do país era de 80%. Hoje é inferior a 40%. Na safra de 1986/87, o Nordeste produziu 71 milhões de toneladas de cana. Na de 1993/94, 33 milhões de toneladas. A consequência aparece agora: uma perda de receita de 1 bilhão de dólares, queda de 120 milhões em ICMS e menos 100.000 empregos diretos no campo”* (Ferraz, 2005:69).

¹⁴⁵ A este respeito pode consultar-se entre os documentos recolhidos e em anexo o intitulado *“Estudo sobre os impactos económicos, sociais e ecológicos de uma abertura acelerada do mercado europeu do açúcar sobre o Brasil”*, em cuja elaboração participou o advogado dos trabalhadores demitidos em 1993 da Usina Catende e uma das assessoras do projecto Catende/Harmonia.

outras antigas colónias europeias onde a cana-de-açúcar é a principal produção agrícola com custos de produção mais baixos.

Gráfico nº 1 – Rendimento médio de cana-de-açúcar por hectare no Brasil e no município de Catende, 1990 e 1999



Se a este contexto juntarmos a gestão danosa dos Usineiros e a significativa redução dos apoios financeiros que o Governo federal brasileiro vinha prestando a este sector nomeadamente através do programa PROALCOOL e que essencialmente fomentaram uma *“mentalidade de assistido”* (Canário, 1999) através da atribuição de subsídios sem cuidar da regulação da sua aplicação efectiva e, ainda, o deslocamento dos territórios e das prioridades do investimentos dos usineiros nordestinos para o Centro-Sul do país e/ou para sectores económicos emergentes na região nordestina, como o turismo, descurando o investimento na modernização do sector sucroalcoleiro, e ainda uma maior restrição de acesso ao crédito que em inícios dos anos 2000 o governo federal impõe ao sector, temos uma conjuntura que conduziu ao agravamento de problemas económicos e sociais da população e da região. De modo bastante cru, no início dos anos 2000, Manuel Correia de Andrade (2001:276) coloca de forma precisa as consequências do colapso das usinas de açúcar pernambucanas: *“O encerramento das atividades de uma usina provoca forte impacto sobre a população trabalhadora, tanto agrícola quanto industrial, levando ao desemprego, à miséria e à fome grande parte da população. Em várias áreas, como na região da Mata*

meridional, o fechamento de usinas próximas umas das outras agravou consideravelmente as condições de vida da população, que passou a se concentrar nos centros urbanos. Não dispondo de qualificação profissional, assistência alimentícia, higiénica ou cultural, parte dela passa a viver de trabalhos ocasionais, de furto e de prostituição. Esta situação de miséria está provocando o ressurgimento de doenças que já haviam sido eliminadas desde o século XIX, sem falar na carência alimentar, que causa a degradação do homem e impede o desenvolvimento da cidadania.”

Neste contexto, o agravamento dos problemas económicos e sociais da população e da região, ao mesmo tempo, se constituíram, e ainda constituem, em desafios a considerar e a enfrentar – a inovação técnica, o investimento na educação, as questões ambientais, a viabilização económica, o provimento das necessidades básicas, a mudança da estrutura dominante de relações sociais... enfim, desafios que globalmente configuram a definição de um sentido para o desenvolvimento da região.

Todas estas transformações de que vimos falando e que afectaram este sector e por extensão toda esta região, saem reforçadas pela ilustração a que Manuel Correia de Andrade (2001:267-268) procede quando apresenta dados das duas últimas décadas do século XX relativas à produção de cana-de-açúcar nos diferentes estados brasileiros:

Através da análise dos dados que a seguir se apresentam o autor verifica claramente as tendências que já vimos assinalando: *“Nesse quadro são apresentadas a produção brasileira, e as das regiões Centro-Sul e Nordeste nas safras de 1988 a 1999. Observa-se que enquanto a produção da região Centro-Sul correspondia a 64,8% da produção nacional e a do Nordeste 34,9%, na safra 1998-99 passaram a 85,9% e 14,9, respectivamente, mostrando perda considerável para a última. Na discriminação da produção de açúcar por estados, observa-se que na safra 1988-89 Pernambuco ainda não havia sido suplantado por Alagoas atingindo 45% da produção regional contra 38,7% da produção alagoana. Na safra de 1998-99, porém, esse percentual correspondeu a apenas 37,3% da produção nordestina, enquanto Alagoas participou com 47%. No período referido a safra nordestina apresentou sensíveis quedas de produção durante anos de seca (1993-94 e 1998-99). Além da seca, a queda da produção estadual e regional foi causada pela dificuldade em competir com os custos*

de produção do Centro-Sul sobretudo depois da extinção Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e da política governamental de subsídios.” (Andrade, 2001:267).

Quadro 1
Produção brasileira de cana-de-açúcar no período 1988-1994

<i>País/Região/ Estado</i>	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Brasil	8.070.212	7.264.180	7.426.310	8.658.361	9.330.565	9.359.447
Centro-Sul	5.253.242	4.154.749	4.534.023	5.834.774	6.142.717	7.008.673
Nordeste	2.816.970	3.109.430	2.892.288	2.823.588	3.187.848	2.350.774
Maranhão	30.260	26.705	25.082	19.918	13.485	12.158
Piauí	0	0	0	0	0	0
Ceará	40.952	37.522	35.341	31.141	24.837	15.764
R. G. Do Norte	103.883	114.166	91.570	103.290	131.079	75.475
Paraíba	107.838	112.687	104.886	86.748	85.335	42.481
Pernambuco	1.258.746	1.350.866	1.215.145	1.162.683	1.309.642	955.366
Alagoas	1.090.095	1.281.457	1.234.987	1.243.282	1.438.052	1.061.015
Sergipe	86.336	93.832	102.520	61.048	67.983	45.285
Bahia	96.073	87.727	80.256	112.194	117.167	140.128
Período 1995-1999						
<i>País/Região/ Estado</i>	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	
Brasil	11.897.937	12.695.289	13.626.724	14.972.441	17.715.508	
Centro-Sul	8.516.714	9.315.505	10.423.413	11.366.517	15.074.906	
Nordeste	3.381.223	3.379.784	3.203.311	3.606.924	2.640.602	
Maranhão	25.017	63.680	25.337	8.599	14.041	
Piauí	0	0	0	0	0	
Ceará	15.584	29.935	23.080	21.801	12.801	
R. G. Do Norte	137.075	126.317	128.420	155.033	127.945	
Paraíba	66.581	57.778	79.341	105.395	61.911	
Pernambuco	1.345.200	1.357.151	1.222.838	1.247.766	984.001	
Alagoas	1.560.568	1.543.349	1.522.167	1.837.888	1.242.300	
Sergipe	57.855	45.657	60.493	73.384	46.001	
Bahia	171.134	153.175	138.010	151.322	143.235	

Fonte: MICT, AIAA, SINDALCOOL, SINDAÇUCAR/PE, SIND/AL, ASSUCAL/AL e Unidades Produtoras

Ou seja, Pernambuco, não só perde competitividade face ao Centro Sul do país, como mesmo face a outros estados do Nordeste, nomeadamente Alagoas que com uma orografia mais vantajosa (os chamados «*tabuleiros*» de Alagoas, significativamente evocando um terreno plano), avança mais rapidamente para a maquinização de grande parte do ciclo produtivo da cana-de-açúcar.

É pois nesta conjuntura que a Usina Catende, apesar de ainda na década de 1960 ter sido considerada “*a mais importante produtora de açúcar da América Latina*” (Neto, J, s/d:1), acabará por ver decretada judicialmente a sua falência em meados da década de 90 na sequência de um pedido interposto pelos trabalhadores e constituindo a partir de então uma massa falida em “*regime de gestão compartilhada*,

sob a coordenação de representantes dos credores trabalhistas e com o apoio permanente do Juízo Falimentar”¹⁴⁶.

As raízes da mobilização social em Catende: os movimentos sociais no campo pernambucano e o trabalho da Igreja Católica progressista

Admitindo a pertinência da análise de Odile Benoît-Guilbot (1991) quando identifica a tradição de oposição histórica ao poder como uma condição importante para a activação do que designa por «efeito-localidade»¹⁴⁷ nos processos de desenvolvimento, é preciso recuar à análise sócio-histórica da contestação das relações sociais de produção naquele contexto, particularmente a partir do momento em que estas se desenvolvem no seio de relações de assalariamento capitalista. Esta contestação é marcada por determinantes sociológicas cujas raízes se encontram nas relações sociais de produção diferenciadas em que estão inscritos os trabalhadores rurais e os operários fabris, marcadas por histórias diferenciadas de relação face ao

¹⁴⁶ In *Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projecto Harmonia*, 2005, p.4.

¹⁴⁷ Poderia ser uma linha de análise interessante confrontar as características sócio-historicamente produzidas e actualmente presentes no território da Usina Catende (e perceber a sua diferença face ao contexto mais amplo da Zona da Mata Pernambucana) com alguns dos traços que Benoît-Guilbot (1991) associa aos contextos territoriais em que as políticas e dinâmicas de desenvolvimento são fortalecidas pelo que a autora identifica como «efeito-localidade», traços que, nas suas sinergias, resultam numa forte identidade colectiva. Odile Benoît-Guilbot (1991) sugere que esses traços recobrem as esferas política, económica, social e são também relativos à própria história dos territórios e comunidade, destacando entre eles: i) a existência de uma relativa autonomia de decisão e nos recursos, associada à organização dos poderes na lei; ii) a composição social da população, uma cultura de participação política, consenso relativo sobre as políticas locais (ou em que certos conflitos contribuem para reforçar a participação e dinamizar projectos); iii) uma posição dominante no espaço envolvente e o acesso privilegiado aos circuitos políticos para a negociação de ajudas do Estado ou de incentivos ao desenvolvimento económico; iv) uma situação histórica de oposição ao poder central. Não obstante uma ou outra eventual excepção, a minha tese é de que estas condições muito mais do que existirem previamente aos acontecimentos que deram origem ao empreendimento Catende/Harmonia, têm sido produzidas pelo próprio desenvolvimento desse processo. Nesse sentido, o «efeito-localidade» não seria uma pré-condição do dinamismo dos processos de desenvolvimento local, mas uma consequência do accionamento de determinados processos, designadamente educativos, económicos, políticos que potenciariam aquilo que Alberto de Melo (1994) designa como «cultura de desenvolvimento» e que constituiriam condições para um mais forte enraizamento e poder reivindicativo para além do local do projecto de desenvolvimento que implícita ou explicitamente se procura afirmar. Em suma, o «efeito localidade» nesta perspectiva é muito mais uma condição de chegada ou de passagem desejável do que uma característica de partida das dinâmicas de desenvolvimento comunitário local.

patronato. Como refere Fernando Kleiman (2006:12-13) estamos perante “*duas estruturas produtivas paralelas e complementares, com diferentes divisões de trabalho em seus interiores*”, marcadas à partida pelos distintos espaços físicos em que predominantemente uns e outros se movem (habitam e trabalham).

Numa perspectiva histórica, os operários fabris protagonizam relações laborais bastante menos contestatárias do que os trabalhadores rurais, cuja incorporação em movimentos sociais reivindicativos por melhores condições de trabalho, salário, habitação, acesso à terra remontam pelo menos aos meados do século XX. Num trabalho de antropologia já clássico intitulado *O Vapor do Diabo*, José Sérgio Leite Lopes (1976) salienta a inexistência, à data do seu trabalho, de estudos sobre os operários do açúcar, em contraponto a uma literatura consolidada sobre outros actores deste sistema produtivo, nomeadamente aqueles envolvidos no trabalho agrícola. O autor considera que a razão desta omissão não pode estar simplesmente no menor significado quantitativo deste grupo face aos trabalhadores agrícolas, mas antes a razões que se prenderiam com a sua própria “*prática social e política*” que condicionariam o interesse teórico gerado sobre aqueles, isto é, “*esses operários parecem nunca ter produzido, nem de perto, um movimento social da envergadura do que atingiu diversos grupos de trabalhadores rurais na periferia e no centro mesmo da plantation, em várias áreas do Nordeste, das décadas de 50 e 60*” (Lopes, 1976:3) e, mais ainda, “*as mudanças ocorridas na estrutura social da área, ocasionadas pela ruptura nas relações sociais tradicionais entre proprietários e moradores, incidiram principalmente sobre os trabalhadores rurais*” (*idem*:4) (cf. tb. a este propósito Sigaud, 2004; 2005).

Não obstante Lopes (1976) dá conta dos momentos de uma história relativamente desconhecida das lutas sociais do operariado da cana-de-açúcar naquela área geográfica que começam nas primeiras décadas do século XX com i) a “*mobilização operária no Recife no final da década de 10 e durante a década de 20. Dessas greves de grande repercussão local resultaram acordos colectivos de trabalho, que chegaram a aumentar os salários dos operários do açúcar na década de 20*” (Lopes, 1976:4); ii) as tentativas ou mesmo constituição de associações de operários e de sindicatos ao longo dos anos 20 e 30, momento que o autor apelida de “*época*

«heróica» dos operários do açúcar” (op. cit.:4) com “tentativas intermitentes de organização sindical feitas em condições de clandestinidade, havendo sempre lembranças das consequências repressivas por eles sofridas pela acção combinada dos usineiros e da polícia” (idem, *ibidem*:4); iii) a existência precária durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945) de estruturas sindicais semi-clandestinas integrando representantes em pequeno número da classe operária e dos funcionários administrativos das fábricas de açúcar que apoiadas pelo governo estadual contribuíam essencialmente com uma actuação conciliadora no conflito de classe face aos patrões e se mantinham vinculados à burocracia estatal; iv) o predomínio de uma lógica assistencialista marcada pelas boas relações com o Estado na actuação sindical do pós-guerra em que apenas há mobilização dos trabalhadores para algumas greves contra o não pagamento de salários; v) um curto período do início dos anos 60 em que a oposição sindical tem uma actuação mais intensa na defesa dos direitos dos trabalhadores, conduzindo à greve geral de finais de 1963 que uniu operários e trabalhadores agrícolas que pôs e causa o poder dos usineiros e proprietários; vi) o período após a implantação da ditadura militar, em 1964, a ser marcado pela intervenção governamental sobre o sindicato que apenas é levantada em 1967, mas o sindicato mantém-se mesmo assim preso à “tradição de atrelamento à burocracia estatal de assistencialismo e conciliação com relação aos proprietários, do passado, tentando atenuar os conflitos endémicos envolvendo operários individuais e a empresa, e tentando contornar os conflitos envolvendo a totalidade dos operários de certas usinas em crise que passaram a não pagar salários e a passar vales semelhantes ao antigo gabão, espécie de moeda que circulava internamente à usina” (Lopes, 1976:5).

Pelo contrário, há uma abundante literatura sobre os trabalhadores agrícolas da cana-de-açúcar, incidindo nomeadamente nas relações sociais e de trabalho e nos seus modos de luta contra o patronato através da sua organização em movimentos a partir dos anos 50 e 60¹⁴⁸ (cf por exemplo Sigaud, 2004; 2005; Andrade, 2001;

¹⁴⁸ Provavelmente o mais importante académico que se dedicou pormenorizadamente ao longo de mais de 40 anos ao estudo da questão agrária no Nordeste Brasileiro é Manuel Correia de Andrade, um geógrafo-historiador. Um seu colega de academia, Marcos Lima Costa (2007) diz a seu propósito: Manuel Correia de Andrade, apesar de descender da oligarquia açucareira da Zona da Mata Norte de Pernambuco, “dedicou a sua vida a entender a geografia humana, a história e as relações de poder no Nordeste brasileiro” [...] “preocupou-se em tratar das relações de trabalho dominantes no meio rural,

Andrade, 1994; CONTAG, 2004; CPT/PE, 1999; CRS, 1998; Stedile (org), 2005; Ricci, s.d.).

Genericamente, os estudos que se debruçam sobre os problemas e lutas dos trabalhadores rurais da Zona da Mata Pernambucana, bem como sobre as suas formas de organização salientam essencialmente dois momentos nestes processos: i) O período que se inicia na década de 1950 e que é marcado pela *“intensificação da penetração de formas de exploração capitalista no campo, expulsando os foreiros, os moradores...das terras em que cultivavam e que deram origem a associações tipo as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, com forte participação da igreja e de partidos políticos em suas constituições, particularmente o Partido Comunista Brasileiro – PCB, que disputavam o controle do movimento emergente.”* (Andrade, 1994:11); ii) o período que está compreendido entre o início da ditadura militar (1964) e o início dos anos 80, marcado não só pela continuidade da expansão das formas de exploração capitalista no campo, como, essencialmente pelo começo de um período de forte repressão dos movimentos dos trabalhadores rurais. É neste período que as Ligas Camponesas são extintas e os sindicatos apenas sobrevivem porque constituem, nas palavras da autora que vimos seguindo, *“espaços institucionalizados de conflito”* e, como tal, mais facilmente controláveis pelo Estado, mas também por influência da igreja que lhes dá apoio e orientação e procura manter a sua unidade, reconhecendo a sua importância para *“a garantia de condições mínimas de sobrevivência do trabalhador”* (Andrade, 1994:12). Este segundo período é marcado pela transformação das relações de trabalho no âmbito do sector canavieiro, nomeadamente verificando-

dos processos de ocupação e apropriação do espaço nordestino, sendo um defensor ativo da reforma da estrutura agrária do país e, particularmente, da região Nordeste, que vivia as intensas lutas das Ligas Camponesas em Pernambuco e Paraíba”. Tanto quanto podemos perceber, é um pensador influenciado pela Escola da Dependência afirmando em uma das suas obras mais reconhecidas – *Brasil, realidade e utopia* (2000) – que as soluções brasileiras *“deveriam advir de resposta aos desafios da sociedade brasileira e não de uma transferência de teorias elaboradas em outros países e continentes por realidades diversas das nossas e por desafios típicos de outras áreas e de outras culturas”*. Em 2003, sob o título de *“A terra e o homem no Nordeste, hoje”*, fazendo um balanço dos seus 40 anos de reflexão sobre a questão agrária na região nordestina numa conferência, não deixa de congratular-se pelo modo como alguns movimentos sociais rurais, nomeadamente a CONTAG e o MST, incorporaram na sua acção preocupações enunciadas ao longo da sua obra, do mesmo passo que denuncia os custos ecológicos e sociais do crescimento económico de certas regiões nordestinas.

A partir de uma ideia de Edward Said, Marcos Lima Costa (2007:7) salienta que Manuel Correia Andrade é o tipo de intelectual que sempre procurou *“desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder invisível, em todo o lugar e momento que seja possível”*.

se uma *“tendência à dispersão da força de trabalho nela alocada e o surgimento de novas formas de exploração”*, bem como de novas figuras como é o caso do *“trabalhador clandestino”* (Andrade, 1994:12-13)

Na sua tese de doutoramento, Sandra Andrade (1994) trabalha precisamente parte de um destes períodos – a *“....reconstituição e interpretação da trajetória da ação sindical na Região da Mata Pernambucana, a partir da década de 70”* (Andrade, S, 1994:9) – sustentando que foram as condições adversas que apresenta a actividade canavieira para a força de trabalho que nela é assalariada que conduziram a uma forte organização dos trabalhadores rurais (Andrade, 1994:9-10), constituindo estes, na opinião da autora, *“um dos segmentos mais organizados, combativos e reivindicatórios da área rural do Estado e do Nordeste*. No seu trabalho procura analisar *“as características da exploração da força de trabalho na atividade canavieira e suas formas de reação a esta exploração, abordando especificamente, as organizações de trabalhadores rurais, através de seus sindicatos, a partir da década de 70”* (Andrade, 1994:13), para entender a contribuição dos sindicatos para a elevação da consciência dos trabalhadores quanto ao seu papel no processo produtivo e das limitações, nomeadamente legais, que foram impostas a esta intervenção sindical.

A análise encetada permitiu focar a *“ação dos sindicatos na intermediação dos interesses antagónicos de classe”* e compreender que a sua influência aconteceu essencialmente no *“direcionamento das lutas dos canavieiros, mais para problemas de ordem trabalhista que para um questionamento da estrutura de produção”* (Andrade, 1994:14). Neste sentido, a autora sugere que os sindicatos, durante o período analisado, acabaram por desempenhar o papel de *“garantir a continuidade do trabalho e do salário”* (*idem*:15) sem que permitissem a instauração de um verdadeiro enfrentamento de classes.

Portanto, os sindicatos de trabalhadores rurais estruturam-se principalmente a partir da década de 1950 e embora obedeçam a um conjunto de orientações legais comuns aos sindicatos dos trabalhadores em contexto urbano adquirem propriedades substancialmente próprias, e particularmente na região em análise, devido às *“peculiaridades inerentes à formação e às características que regem a estrutura de produção e de relações de trabalho”* naquele contexto (Andrade, 1994:10). O processo

de mobilização dos trabalhadores na década de 50, por seu turno, não pode desligar-se das condições sócio-económicas e políticas que caracterizaram esse período no Brasil e que marcam a definição do seu modelo de desenvolvimento, modelo que transporta em si, inevitavelmente, consequências para a classe trabalhadora, nomeadamente no que às relações de trabalho e de organização, via entidades sindicais, diz respeito. Este período é caracterizado por “*um forte impulso na expansão do modo de produção capitalista no campo*” (Andrade, 1994:27) com dois efeitos: i) a perda pelos pequenos proprietários agrícolas dos meios de produção que exploravam num regime de economia de subsistência e/ou de produção simples de mercadorias; ii) a proletarianização com o assalariamento essencialmente temporário em substituição do regime de “*servidão patrimonialista*” (Andrade, 1994:27-28; cf tb Sigaud, 2004; 2005) dos camponeses¹⁴⁹.

De modo mais detalhado, a situação dos trabalhadores rurais a partir de meados dos anos 1950 é marcada pela constituição de um enorme contingente de trabalhadores que tem de se desvincular da terra e passar a negociar a sua força de trabalho em bases para eles desconhecidas, ficando entregue às condições impostas pelo mercado de trabalho e desprotegidos legalmente face à arbitrariedade do poder dos patrões para decidir “*as condições de sua dispensa e de sua reincorporação no processo produtivo*” (Andrade, 1994:32). Neste contexto, os trabalhadores vêem a sua força de trabalho transformar-se numa mercadoria sujeita às leis da oferta e da procura e vendida em troca de um salário arbitrado pelo patrão e, dialecticamente, se criam as condições para uma tomada de consciência capaz de mobilizar a sua organização de classe.

Esta transformação – a proletarianização dos trabalhadores rurais –, e em particular no sector canavieiro, não decorreu apenas ou essencialmente da introdução de inovações técnicas no processo produtivo, antes resultou da necessidade de aumentar a produção face a uma demanda interna e externa que se acentuou neste

¹⁴⁹ A autora procede ao esclarecimento de que a noção de “*camponês*”, ao contrário da tradição europeia onde está associada ao pequeno produtor proprietário, é aqui empregue no sentido que a partir da década de 50 se lhe atribui no Brasil na senda das “*Ligas Camponesas*”, para designar todos os que trabalham no meio rural independentemente do seu estatuto, aliás, múltiplo: pequeno produtor, proprietário ou não, parceiro, colono ou mesmo assalariado rural...

período. Com efeito, depois de um *“período de crise e de semi-abandono dos canaviais”* (Andrade, 1994:28) em que os trabalhadores rurais permaneciam na terra, sobrevivendo de uma agricultura de subsistência a que se juntava o cultivo da cana-de-açúcar, nos anos 1950 o aumento do preço do açúcar no mercado internacional e o aumento da procura interna associada à intensificação do processo de urbanização conduziu a que os proprietários retomassem as suas terras e ampliassem a área cultivada. Ora, esta viragem não foi feita sem consequências; por um lado, assiste-se a uma valorização da terra e a um movimento de concentração da sua propriedade, por outro lado, este processo dá origem a uma diminuição das áreas reservadas para a produção agrícola alimentar de subsistência, conduzindo à transformação da condição de *“moradores”*¹⁵⁰ ao assalariamento em exclusividade. A concentração fundiária com o consequente desaparecimento de fracções de classe que mantinham uma relação, ainda que restrita, com a propriedade de terra (caso dos foreiros, moradores, parceiros...) conduziu a uma transformação na estrutura das relações de classe no campo marcada pelo *“redimensionamento das relações de trabalho e pela transformação no âmbito das relações sociais do proprietário com os trabalhadores do campo”* (Andrade, 1994:30) que reactualizou o padrão de submissão que historicamente esteve na origem da formação das relações de trabalho no campo naquele contexto regional, entre senhor de engenho/escravo e também, naturalmente, da formação da classe trabalhadora rural. Isto é, a desafecção da terra produzida pela concentração fundiária produz um corte entre trabalhadores e seu instrumento de trabalho e o assalariamento reforça a sua relação de dependência com o proprietário da terra. Esta situação deve ser articulada com a própria composição social deste novo proletariado rural para nos ajudar a explicar o seu comportamento como classe, pois como sugere Andrade (1994), *“houve, assim, uma forte correlação entre a composição do proletariado rural e seu comportamento como classe, fato que pode ser atribuído não só a factores económicos, mas também culturais e políticos,*

¹⁵⁰ O trabalhador que adquiria a condição de *“morador”* recebia uma casa dentro da propriedade a que se estava sempre anexo um *“fundo de casa”* onde podia desenvolver o cultivo do seu *“roçado”* (isto é de produtos agrícolas, também designados de *“lavoura branca”* para consumo próprio numa lógica de subsistência); e em contrapartida o *“morador”* pagava em trabalho ao proprietário nas condições que este determinasse e pelo tempo que o requeresse.

resultantes tanto dos valores internalizados pelos trabalhadores do campo, como pela dominação de classe a que foram submetidos” (Andrade, 1994:31) [...] *“a posição de que desfrutavam no processo produtivo, levava os trabalhadores rurais a terem dificuldades em questionar as condições em que viviam; eles, em geral se submetiam e isto condicionava as suas acções e as relações que mantinham entre si e com as suas formas reais de existência, tornando-o mais uma massa trabalhadora que uma classe cõnsia de seu papel, objectivos e interesses”* (Andrade, 1994:32). Como consequência, a autora sustenta que no campo nordestino se assistiu à permanência de uma massa trabalhadora em detrimento de constituição de uma classe trabalhadora, ou seja, a situação de não questionamento pelos trabalhadores rurais da sua condição de vida, com consequências nas relações que entre si estabelecem e nas suas formas reais de existência, é associada pela autora a uma situação pautada por *“relações de compadrio e de um processo de troca favor/submisssão, que mantinha uma certa estabilidade nas relações sociais no campo.”* (Andrade, 1994:32; cf. tb Sigaud, 2004; 2005).

Mas, num contexto em que o salário passa a representar a única forma de sobrevivência e onde a oferta supera em muito a procura, o desemprego avoluma-se e, entre finais dos anos 1950 e 1960, a migração interna para áreas então em processo de expansão agrícola torna-se intensa ou então os trabalhadores são obrigados a adaptarem-se às condições agora existentes no campo pernambucano. Esta situação, onde a expropriação do trabalhador só é comparável à sua miséria, tem como consequência a necessidade de *“refletir sobre suas condições de vida e de trabalho, levando-o a procurar se organizar na busca da defesa de seus interesses, e a pensar seus problemas de forma não mais individualizada, mas de forma conjunta”* (Andrade, 1994:33)¹⁵¹.

Num primeiro momento, os interesses comuns, e a luta em prol destes, estavam profundamente vinculados aos interesses mais imediatos da sobrevivência,

¹⁵¹ Numa perspectiva marxista, estamos perante o processo de constituição de uma *classe em relação ao capital*, isto é, em que a dominação do capital sobre os trabalhadores cria uma condição económica que os leva a descobrir a sua situação comum e os seus interesses partilhados e os conduz à organização para lutar e constituir-se em *classe para si*, defendendo nessa luta os interesses de classe. Poderíamos ainda recorrer a E. P. Thompson (1987:10, citado por Andrade, 1994:35-36) e à sua noção do *“fazer-se”* uma classe: *“a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”*.

não pondo em causa, portanto, a estrutura de produção em que se viam envolvidos, mas de qualquer modo permitiam a superação da competição individual por uma vaga no mercado de trabalho por um movimento colectivo relativamente organizado de procura de satisfação de necessidades básicas e tornar mais clara a oposição e antagonismo de interesses entre trabalhadores e patronato, na medida em que *“a reprodução do capital que proporcionava com o seu trabalho, em favor dos proprietários dos meios de produção, significava o seu empobrecimento cada vez maior”* (Andrade, 1994:35).

Foram, então, estas condições em que os trabalhadores foram colocados que estiveram na origem de organizações, de sentidos diversos e alternativos entre si, e mobilizações de trabalhadores rurais em prol da conquista de direitos que não estando sequer legalmente claros, punham desde logo em causa as suas condições mínimas de sobrevivência. E foram estas que permitiram colocar publicamente os problemas relativos, quer à estrutura fundiária, quer à expropriação da mão-de-obra rural, como uma questão nacional (Andrade, 1994:37).

A retoma a que se assiste da acção sindical na década de 1970 encontra a sua génese/origem na década de 1950 onde já pudemos visualizar *“a modalidade de constituição e organização dos trabalhadores”* (Andrade, 1994:26) e *“a correlação de forças”* (*idem*:26) que desde logo aí se estabelece e que, em boa verdade, marcam até aos dias de hoje a face dos movimentos dos trabalhadores rurais na região no seu processo de afirmação e de conquista de um espaço político de intervenção (*ibidem*:26).

A acção sindical no nordeste canavieiro durante os anos 1970 pautou a sua intervenção pelo quadro legal instituído ficando a sua acção restringida por este, não só não sendo capaz de introduzir alterações no regime de uso e posse da terra e, como tal, de obviar à concentração fundiária que, aliás, se continuou a sentir durante os anos 80, como, por outro lado, deixando ao Estado *“as principais decisões para a mediação dos interesses patrão/empregado”* (Andrade, 1994:370). Com efeito, como sugere Andrade (1994:370) *“a atuação dos sindicatos, orquestrada pela CONTAG e seguida pela FETAPE não colocou, de forma efetiva, as discussões de como se articular e pressionar a sociedade, como um todo”*, ainda que possa ter contribuído para *“uma*

tomada de consciência desta força de trabalho das condições a que eram submetidas em seu processo de trabalho” (Andrade, 1994:370)¹⁵². E, nesse sentido, a questão da terra apesar de se ter colocado ao longo da década de 1980 não o foi de modo substancialmente distinto do que vinha sendo desde os anos 1960, isto é, dentro dos mecanismos legais estabelecidos pelo Estatuto da Terra e pela Lei do Sítio o que, na perspectiva da autora que vimos seguindo, interpela o movimento sindical a respeito da concepção de reforma agrária que propugna (Andrade, 1994:371) e que, como referido, é marcada por uma certa indefinição o que faz com que à data em que a tese da autora é produzida “a expulsão do trabalhador rural aumentou, diminuiu o número de trabalhadores permanentes, cresceu o desemprego e expandiu-se a área cultivada com cana” (Andrade, S, 1994:372).

Um dos nossos entrevistados assinala precisamente este momento significativo da luta dos trabalhadores na região: *“A zona da Mata era praticamente a mesma realidade que era aqui dessa região, o movimento sindical, por várias razões históricas, porque isso foi fruto do golpe militar, isso não foi sempre assim... Mas no momento, década de 80, mesmo que era uma década que iniciava já uns processos, tivemos um primeiro movimento de greve ainda no final da década de 70, em 79, mas era tudo muito difícil, muito inicial.”* (Entrevista Arnaldo Liberato).

Aliás, Sandra Andrade (1994) sugere que não houve grandes tentativas por parte da acção sindical para colocar a questão da reforma agrária na agenda da sua luta, presente apenas de forma vaga e distante nos discursos dos dirigentes, e as propostas lançadas nos anos 1980 pela CONTAG e as federações de sindicatos associadas não foram além da reivindicação do cumprimento da *Lei do Sítio*¹⁵³ (Andrade, 1994:376), admitindo-se que o cumprimento daquela lei seria garantia de

¹⁵² Ainda assim A CONTAG e a FETAPE conseguem em 1979 o primeiro movimento “*paradista*” no campo após o golpe militar de 64 e, segundo Andrade (1994), através deste “*marcar e delinear os rumos e a forma de atuação das organizações de trabalhadores da cana em Pernambuco e no Nordeste, com influência em outros Estados da Região*” (Andrade, 1994:19). Na sequência deste movimento a FETAPE institui-se como a representação maior dos trabalhadores agrícolas de Pernambuco, conseguindo com isso o estatuto de interlocutora dos poderes instituídos e das outras forças políticas existentes na região. A sua principal linha de intervenção, em articulação com a CONTAG, era no sentido de “*incutir nos trabalhadores rurais, a necessidade de se unirem em defesa dos seus direitos e torná-los capazes de interpretar a realidade em que vivem*” (Andrade, 1994:19).

¹⁵³ A Lei do Sítio tanto quanto nos é dado compreender previa a atribuição a cada família de dois hectares de terreno para a prática de cultivo de subsistência da designada “*lavoura branca*”. Mas o seu efectivo cumprimento parece ter sido mínimo face ao avanço das terras de cultivo da cana-de-açúcar.

acesso à terra para plantio de culturas de subsistência e assim estivesse assegurada a sobrevivência na entressafra. Ora, isto é totalmente coerente com os resultados obtidos em 1995, em Catende, onde uma pesquisa participativa junto dos trabalhadores revelou que na sua grande maioria (95%) não queriam a posse da terra. Mais ainda, a autora argumenta que *“não havia, nem há para o trabalhador, a percepção de que o sítio/roçado, longe de ser uma conquista, é o resquício de uma prática passada, necessária em certo momento para os empregadores, mas praticamente superada com a expansão dos canaviais”* (Andrade, 1994:377) e se constitui em palco de actos de violência patronal para expulsar os trabalhadores e as suas famílias no contexto da expansão da área agregada à cana. Várias são as hipóteses explicativas que se podem equacionar para este facto, mas todas elas partem de um mesmo pressuposto: *“Não houve, na Mata Pernambucana, em nenhum momento de sua história, qualquer indício de modificação na estrutura fundiária; o predomínio era da grande propriedade e isto foi incorporado económica e culturalmente pelo trabalhador rural e também pelo empresariado do açúcar”* (Andrade, 1994:384) o que levava a que se o morador ou foreiro desagradasse o proprietário da terra onde estava instalado pudesse ser expulso sem qualquer contrapartida (Sigaud, 2005). Entre essas hipóteses explicativas poderão eventualmente destacar-se: a *“priorização de fatores mais imediatos, no plano trabalhista”* (Andrade, 1994:383-384) da luta sindical, mas a este há que aduzir os que se prendem com a especificidade da região em causa e ao seu processo de ocupação e colonização através da monocultura canavieira, conduzindo a que a formação da força de trabalho se tivesse dado de tal forma que mesmo para aqueles que detiveram a posse de terra, esta estava geralmente condicionada à boa vontade dos proprietários já que as soluções encontradas passavam por: i) aforar alguns hectares; ii) trabalhar em parceria com os pequenos agricultores ou iii) quando a expansão do canavial era menos intensa cedia aos trabalhadores mais antigos, um sítio onde podiam cultivar produtos de subsistência e criar animais (Andrade, 1994:384) e vender os excedentes no mercado local.

E ainda *“As lideranças sindicais parecem ter uma barreira que as impede de levantar alternativas para a discussão do problema da terra; isto talvez se dê pela*

própria tradição, que já conhecem tão bem, da terra ser do patrão e, como tal, para nela mexer tem de se ter o apoio do Estado (...) para as lideranças de trabalhadores rurais, a luta pela terra adquire uma conotação que lhe é externa; ela seria resultado de uma tomada de posição do Estado, através de pressão dos políticos para a sua concretização” (Andrade, 1994:388).

Em síntese, a autora conclui que *“a questão da terra foi incorporada ao discurso, mas não à acção”* (Andrade, 1994:379) numa lógica essencialmente reformista onde a transformação da estrutura de posse e uso da terra e da estrutura da produção *“será uma acção que virá autorizada e referendada pelo Estado e não como resultante de uma pressão por parte dos trabalhadores e seus representantes”* (Andrade, 1994:379), mas estando sempre subalternizada na luta sindical na zona da mata pelas questões trabalhistas (nomeadamente o salário).

De acordo com a mesma autora, a partir dos anos 1970, os sindicatos da região canavieira pernambucana viram entrar na esfera da sua intervenção questões que transcendiam a sua função de mediadores nas contendas trabalhistas e salariais, já que as condições de trabalho oferecidas faziam emergir *“situações que fugiam à racionalidade estabelecida, como sendo a “esperada”, dentro do processo produtivo e nas relações patrão/empregado”* (Andrade, 1994:15). Assim, sustenta que os sindicatos de trabalhadores rurais não desempenharam apenas o seu papel enquanto actores pugnando por uma certa legalidade nas relações laborais, nomeadamente no que respeita à relação salarial, mas acabaram por incorporar questões bem mais amplas nas suas preocupações e intervenção na zona que também lhes conferiu uma identidade particular no âmbito do movimento sindical no campo. Particularmente significativo é o facto de que estes sindicatos se constituem em *“elementos do reconhecimento e da defesa do trabalhador da cana, procurando dar-lhe garantias mínimas de sobrevivência económica e, até, em alguns casos física”*, chegando a constituir, de acordo com os trabalhadores, a única instância a partir da qual os proprietários de terra os reconheciam como *‘gente’* (Andrade, 1994:16)¹⁵⁴.

¹⁵⁴ O que não significa que na Zona da Mata não se tenha igualmente assistido a um movimento de cooptação dos sindicatos rurais pelo patronato, como forma de esvaziar o seu potencial de luta social.

E regressamos ao início deste excurso sócio-histórico para salientar o que, em meados dos anos 1990, a autora que vimos acompanhando, salienta a propósito do envolvimento da Igreja Católica nos movimentos de organização e luta dos trabalhadores rurais dos canaviais pernambucanos ao longo dos anos 1980 e 1990, relembrando, como inicialmente se apontou, que esta foi uma das forças que ainda nos anos 1950 estiveram por trás das primeiras tentativas de mobilização destes trabalhadores.

A autora salienta que não obstante o “... *afastamento da Igreja Católica de suas atividades pastorais na área, em 1988 [...] É verdade que a CPT ainda aborda o problema e está sempre presente nos principais encontros sindicais ou nas ocupações de propriedades (...) mas não tem conseguido mudar as concepções das lideranças sindicais na abordagem da questão*” (Andrade, 1994:380). Ou seja, a CPT manteve em vários estados do Nordeste uma intervenção para incentivar os trabalhadores à luta pela terra, nomeadamente através das Romarias da Terra onde está presente a ideia de uma certa solidariedade político-religiosa onde “*a expressão de categorias políticas através de símbolos religiosos, contribui para a constituição de sujeitos imbuídos de fé, na luta terrena pela justiça social*” (Andrade, 1994:381) num movimento que representa igualmente o “*compromisso de grupos religiosos com a questão da terra, como também um momento importante para que o trabalhador entenda a relação entre a fé e a política, entre o profano e o sagrado nesta luta*” (*idem, ibidem*). E, de acordo com Andrade (1994), a Igreja assume mesmo uma posição “*em defesa da democratização da propriedade da terra*” (Andrade, 1994:383), chegando através da CNBB a legitimar “*a ocupação de terras ociosas ao reafirmar o princípio doutrinário de que os interesses coletivos estão acima da propriedade privada*”¹⁵⁵ (Andrade, 1994:383).

¹⁵⁵ Não é indiferente que esta posição tenha sido explicitamente assumida já nos idos de 1994 por Frei Betto figura associada à esquerda brasileira, à teologia da libertação e à educação popular [cf. por exemplo o seu artigo em Lima, (Ed.) (2004)] e que ainda recentemente se distanciou da orientação das políticas do governo do presidente Lula da Silva a respeito dos biocombustíveis que, aliás, apelida de “*necrocombustíveis*” (in Couri, 2007) uma vez que uma das suas matérias-primas principais é, precisamente, a cana-de-açúcar cujo uso no fabrico dos biocombustíveis muito provavelmente perpetuará, por força do reforço da apropriação do sector pelos grandes capitalistas, senão mesmo agravará, a concentração fundiária e o regime de monocultura (em detrimento da produção agrícola de alimentos) e de assalariamento a que a cana-de-açúcar anda associada.

As raízes da luta entre a história social e a história pessoal: a produção social de militantes da intervenção política e sócio-educativa

Ora, não é então por acaso que a maioria dos actores sociais que assumem desde o início um protagonismo importante na luta pela Usina Catende partilham entre si uma característica que está estreitamente vinculada a esta história social da região, particularmente durante a segunda metade do século XX. Falamos precisamente do cruzamento das suas trajectórias de vida com a [intervenção da] igreja católica na região, designadamente dos seus sectores mais progressistas que bebiam da influência do movimento da Teologia da Libertação e cujo lema era “*a opção preferencial pelos pobres*” e que, no contexto particular do Estado de Pernambuco, teve como figura de proa e de referência o Bispo de Recife, Dom Hélder da Câmara, também conhecido como o “*Bispo Vermelho*”.

As entrevistas que realizámos em 2004/2005 a alguns dos protagonistas do empreendimento Catende/Harmonia, particularmente envolvidos em tarefas de mobilização e organização dos trabalhadores, educação, assessoria ou administração da massa falida são pródigas em testemunhos que associam o envolvimento na luta dos trabalhadores de Catende a uma aprendizagem, experiência e a uma intervenção que inevitavelmente começa nas iniciativas da Igreja Católica desde os anos 1980, seja através da ACR, da Pastoral da Terra ou de iniciativas da CNBB, e que encontra no apoio à constituição e organização das oposições sindicais no campo um terreno fértil para afirmar um projecto sócio-político que aproveita dos ventos de redemocratização do país e claramente elege as relações sociais de produção dominantes na região como alvo de transformação prioritária:

A minha participação vem de um tempo bem anterior, desde a década de 80, o início de 80, quando eu comecei a acompanhar essa região, a partir de uma motivação pastoral. Inicialmente, trabalhando na Pastoral Rural, na ACR (para nós, é a Acção Católica Rural, para nós, é a animação dos cristãos no meio rural). Então, no início de 80, acompanhando essa região, conhecendo a região da zona da Mata – eu não sou dessa região – o que me chamou bastante a atenção naquele momento... a realidade das pessoas. [...]E aquela motivação cristã inicial, isso me fazia um questionamento. Junto com outros amigos, colegas de pastoral, de seminário, ou coisa assim, começámos a fazer algumas reuniões nos engenhos, a partir aqui da Diocese de Palmares (mesmo que eu não morava aqui), trabalhava-se em vários outros lugares da zona da Mata, Agreste, tudo o mais, mas nos dedicámos um pouco mais a essa Região. Por algumas coisas muito específicas: na equipe, comigo, tinha duas pessoas daqui da região de Palmares, que era Gusmão, que hoje é padre aqui na região, e o Artur. Então morávamos juntos, e isso facilitou um pouco essa vinda para cá. Como o Bispo, na época, o Bispo da Diocese, D.

Acácio, apoiava esse trabalho, dava todo o apoio para a gente, porque ainda era uma época perigosa trabalhar na Zona da Mata, havia muita repressão, muita violência, então a gente precisava muito do apoio da Diocese para poder fazer esses contactos, e o Bispo, assim como vários padres daqui da Diocese, davam apoio. Então a gente tinha facilidade de fazer reuniões com os trabalhadores, de chamar para fazer as reuniões lá no Centro da Diocese, em Palmares, e isso nos permitiu fazer vários contactos, a partir de visitas pastorais.” (Ent. Arnaldo Liberato)¹⁵⁶

Nós trabalhamos na década de 80 na Pastoral Rural da diocese de Palmares, na qual a Usina Catende está inserida e a partir daí tivemos contato com trabalhadores para fomentar a oposição sindical. Então a partir das oposições sindicais nós começamos um trabalho de renovação do sindicalismo aqui na região em que os sindicatos eram todos considerados pelegos, controlados pelas usinas e, depois desse trabalho, eu fui trabalhar no Regional Nordeste II da CNBB e fui continuando esse trabalho também, só que um trabalho de assessoria mais amplo que era a nível regional, compreendendo 4 estados, e por último nós fundamos a Comissão Pastoral da Terra do Nordeste e sempre apoiando os sindicatos aqui da região, a luta dos trabalhadores e, por último, eu depois fiz a minha tese de mestrado e aí foi quando estourou a demissão aqui, antes de eu concluir a minha tese de mestrado já estava no processo de falência, a demissão estourou e a gente estava na CPT, então apoiamos tudo isso aqui, toda a luta dos demitidos de 93. Então em 95 eu fui para a Universidade fazer mestrado, 98 me convidaram para vir trabalhar mais aqui, mais com a administração, trabalhando o apoio aqui à administração, com os trabalhadores, trabalhando a organização e formação. Bom, resumidamente é esse o percurso. (Entrevista Lenivaldo Lima)

O meu envolvimento com o projeto ele oficialmente se dá, para trabalhar assessorando o projeto foi em 2000, mas eu sou alagoano, sou do estado aqui pertinho, mas a ligação com as pessoas que estiveram no projeto desde o começo, é dos anos 1988 através do trabalho da igreja católica que tem aqui nestas regiões, é no período de redemocratização, em torno dos grandes agentes, que faziam trabalhos de base, de educação política, era a igreja, tinha muita força, tinha e ainda tem hoje. Mas essa força era importante para vencer algumas barreiras colocadas pelo sistema ainda, pela dominação no período da redemocratização. Então, aqui nessa região tem uns grupos da pastoral rural e lá em Alagoas também, ou através de um organismo pastoral que tinha dentro da igreja chamado ACR, que significa Animação dos Cristãos no Meio Rural, então animava trabalhadores rurais, evangelização no campo que era uma evangelização muito embasada a partir da Teologia da Libertação. (Entrevista São)

Olhe, primeiro, é desde as lutas históricas, né? Nós vem de uma luta de oposição sindical, eu que fui sempre ligado à Igreja Católica, tinha uma militância na Pastoral Rural e na ACR, que era a Animação dos Cristãos no Meio Rural, aí todas essas entidade voltadas para fazer uma educação no campo. E aí, a partir daí, surgem as lideranças sindicais, começou a se afirmar como oposição sindical e na década dos anos 80 nós começamos a retomada aqui dos sindicatos. Primeiro começou com Maraial, era o meu município de origem, depois Água Preta, Palmares, Joaquim Nabuco, e foi tendo uma nova política naquilo que diz respeito à relação de trabalho. Antes os sindicatos eram muito atrelados às usina, e aí gente começou a fazer um trabalho combativo em relação a esse tipo de comportamento. (Entrevista Marivaldo Andrade)

Costumo dizer que o projeto foi gestado antes mesmo de termos a idéia específica dele. Tudo deu início da década de 80 com o trabalho das pastorais populares da igreja Católica na região, nesta época começou-se diretamente a fazer um trabalho com trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo da formação e organização, se desencadeou mais a frente na organização de várias chapas de oposição sindical, na tentativa de desmontar um esquema de sindicatos que já vinham alguns a pelo menos 20

¹⁵⁶ O testemunho de Arnaldo Liberato sobre o seu percurso de vida, que integra a parte final da entrevista que nos concedeu, é absolutamente notável para a compreensão do modo como a tensão estruturas sociais/agência humana produz trajetórias de vida e identidades que, no mais pessoal e individual, condensam, como salienta Franco Ferrarotti, o mais universal.

anos na direção dos sindicatos, sempre a serviço dos interesses do patronato agroaçucaireiro. Desse trabalho originou-se um grupo forte, consciente e que encabeçaram lutas importantes naquele período, luta pelo cumprimento da tarefa de trabalho, enfrentamento aos usineiros truculentos, grandes mobilizações de massa pelos direitos trabalhistas e democratização e participação popular, bem como a **tomada da direção de alguns sindicatos da região das mãos dos pelegos, sendo assumido por grupos oriundos do processo formativo e organizativo desenvolvido pela Pastoral Rural, ACR, CENTRU. Penso que naquele momento de efervescência, do desejo premente de mudança, nasceu o embrião do que é hoje o Projeto Catende Harmonia, foram os sonhos plantados naquele momento que direcionaram a ação para lutarmos e construirmos essa luta nossa de hoje.**

Eu me reconheço e me encontro no bojo de tudo isso, me formando, estruturando o meu projeto de mundo, de Homem, de sociedade, e ao mesmo tempo colaborando com essa luta toda. **Naquela época eu participava da pastoral de juventude do meio popular, tínhamos através igreja uma formação dentro da perspectiva da teologia da libertação, que rapidamente nos impelia para o estudo do materialismo histórico de Marx e conseqüentemente para a necessidade de um engajamento político-social, o que acabou me aproximando da Pastoral Rural, que tinha uma ação mais comprometida na sociedade local.** (Entrevista Izabel Mota)

A leitura destes excertos torna inegável a influência da orientação progressista da Teologia da Libertação no seio da Igreja Católica no Nordeste no decurso dos anos 1980, onde claramente se fundem princípios religiosos com princípios políticos, onde a evangelização religiosa se confunde com uma acção comprometida com a transformação da realidade local, por intermédio do que um dos entrevistados designa «*educação política*» dos trabalhadores rurais, e onde claramente parece ser a lógica da militância que preside ao envolvimento na acção. Em alguns casos, a militância religiosa no trabalho de «*educação política*» sobrepõe-se a uma militância profissional (parte destes militantes eram seminaristas ou mesmo padres a quem uma das «*funções profissionais*» atribuídas seria precisamente esta do trabalho de base com as comunidades de trabalhadores rurais), enquanto para outros sujeitos, a militância surge ou é intensificada como consequência desse trabalho político-educativo que a partir da Igreja Católica é promovido, na exacta medida em que por ele são envolvidos e se tornam seus difusores.

Eu fiz, em 78, eu fiz uma mudança muito radical, eu deixei um negócio, meu irmão tomou conta, ele era sócio, e vim estudar. Então eu fiz uma mudança do meu roteiro de vida, eu fiz uma opção de vida diferente, eu rompi uma perspectiva de vida. **Então a partir daí o meu projecto de vida foi fazer um trabalho nessa área. A minha motivação, no momento, era uma motivação religiosa, de fé. Que continua. Para mim, então, passou a ser uma missão, me dedicar. Aí, em seguida, a opção pelos trabalhadores, muito dentro da discussão na Igreja, na teologia da libertação, muito calcada a partir da discussão do Concílio de Medellín, da opção preferencial pelos pobres... Eu era um pobre! E sou. Mas me coloquei e me senti na condição de, mesmo assim, fazer uma opção pelos pobres, como a Igreja chamou na época, “opção preferencial pelos pobres” – eu acho que foi um grande marco na Igreja. Eu entrei nesse momento, aí eu fiz essa opção. E, para mim, aliada ao sector rural, porquê? Porque para mim era mais fácil porque eu conhecia, porque eu convivi, então eu no fundo, no fundo, eu tenho raízes, e isso me faz bem, também, entendeu? Porque isso também me faz bem, porque eu me identifico.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Mas como explicar a origem desta militância para além de ela corresponder à obediência e à concretização na acção de um conjunto de princípios teológico-filosóficos e políticos que estes sujeitos tomam como justos? Não parece ser por acaso, como nada o é no campo dos processos sociais, nem apenas pelo facto de ela se inscrever num contexto territorial (o nordeste brasileiro) onde a influência, por via institucional e dos seus protagonistas mais reconhecidos, da Teologia da Libertação mais se fez sentir, que esta militância tem uma expressão tão forte junto deste conjunto particular de sujeitos.

Embora não detenhamos uma informação suficientemente densa a esse respeito, não podemos contudo deixar de equacionar a hipótese que estamos perante uma situação em que há um reforço mútuo entre o reconhecimento dos princípios que o trabalho da Igreja Católica procura promover neste contexto territorial e as disposições ou *habitus* que caracterizam os que mais são tocados por este trabalho e que se tornam os seus militantes mais activos; *habitus* que estão intrinsecamente associados à extracção social daqueles militantes e aos seus processos de socialização.

Com efeito, os excertos de entrevistas que apresentamos pertencem a sujeitos claramente marcados pela experiência da vivência no contexto social da Zona da Mata Pernambucana e do trabalho no campo, em particular do trabalho no cultivo da cana-de-açúcar e/ou por uma militância política (ou religioso-política) que lhes dá uma consciência da realidade social da região verdadeiramente precoce.

A tese que aqui defendemos para a profunda militância destes sujeitos sociais, tanto para a origem, como para o seu enraizamento, é que são as condições objectivas de existência nas quais a história de vida destes sujeitos se inscreve – um tempo, um espaço e um modelo de relações sociais hegemónico¹⁵⁷ – que, dialecticamente,

¹⁵⁷ Ao apresentarem a perspectiva teórica da sua obra, Merriam, Caffarella e Baumgartner (2007:1) dizem-no de forma bastante pragmática e simples: “... *learning is a personal process – but a process that is shaped by the context of adult life and the society in which one lives*” o que faz com que “*to a large extent, the learning that goes on in adulthood can be understood through na examination of the social context in which it occurs*” (*idem*:7) e complexificam este postulado salientando a relação dialéctica entre aprendizagem e contexto sociocultural em que esta ocorre: “*while adult education is responsive to the context in which it takes place, it also in turn affects that same context*” (*idem*:6). Isto significa que a educação é tanto uma reacção (por definição adaptativa ou reactiva) aos estímulos de um dado contexto sociocultural, como inequivocamente contribui por meio da acção dos sujeitos “*educados*”

produzem condições subjectivas de existência que tornam o seu “*espaço interior de formação*” permeável e permitem que o trabalho educativo no qual são envolvidos intencionalmente pela Igreja, ou no qual se envolvem pela simples experiência do viver e trabalhar, e, nessa tensão entre condições objectivas e subjectivas de vida, os conduz à produção de cognições sociais sobre a (des)ordem do mundo, sobre a qualidade das relações sociais que o estruturam, sobre a justiça e injustiça social que os rodeia..., que, ontologicamente, não é mais do que o seu processo de formação enquanto pessoas (Pineau, 1991), mas que faz destes sujeitos sociais seres em quem germina uma ruptura e se estrutura uma dimensão projectual da vida (e um projecto político para a sua vida) que, podendo ter sido individualmente assumida e gerida (presumivelmente até segundo uma lógica egoísta, cuja finalidade estratégica seria a de individualmente cuidar de criar para si uma vida diferente das que se observam no mesmo contexto social), nestes sujeitos particulares só ganha sentido quando o projecto pessoal se realiza pelo seu contributo para a transformação da condição social daqueles outros com quem se relacionam e das condições objectivas e subjectivas da realidade em que ambos vivem.

A análise deste processo a partir do cruzamento das categorias teóricas que procuram traduzir sistematicamente os diferentes níveis de formalização em que a acção educativa se pode exprimir e das categorias teóricas que destrinçam entre os diferentes “*mestres*” da educação permite-nos representar esquematicamente esta dinâmica educativa de produção dos militantes e activistas neste contexto particular.

para moldar esse contexto e transformá-lo, o que, em última instância, faz da educação um processo irredutivelmente singular e livre, ou seja, em que a aprendizagem pode ser precisamente uma resposta pessoal de grande liberdade e libertação face ao maior constrangimento imaginável ou, aproveitando de uma das mais glosadas frases de Jean-Paul Sartre, em que a aprendizagem é tão só o que fazemos do que os outros querem fazer de nós.



Figura 1: A produção educativa dos militantes e activistas em Catende

Ou seja, em termos mais concisos, estamos perante sujeitos sociais, cujo sentido de individualidade se estrutura na exacta medida em que contribuem, simultaneamente, para a estruturação das múltiplas individualidades com quem interagem e para a estruturação de um sentido que transcende a particularidade de cada uma dessas individualidades e que constitui uma subjectividade partilhada que incorpora um modo comum de olhar, analisar e interpretar o mundo e a possibilidade de comunicacionalmente definir formas de o transformar. Em termos gramscianos, o processo que parece estar aqui em questão nestes sujeitos é também a transição de um registo de participação “*inconsciente*” a um registo de participação “*consciente*”. Através desta distinção António Gramsci procura distinguir entre a ideia de que é possível participar de uma visão do mundo imposta, mecânica e exteriormente, por certos grupos sociais e, nesse sentido, agir-pensar sem ter consciência crítica deste acto e, em contraponto, uma condição de participação consciente marcada por um agir-pensar de maneira crítica e consciente, com o preciso sentido de que desta forma o sujeito forja a sua própria realidade, a sua concepção do mundo e o seu próprio destino histórico (Martins, 2000).

Se não fosse ambígua a expressão, diríamos mais simplesmente que a ruptura, de efeitos inegavelmente educativos, que em algum momento das suas trajetórias de vida se verificou nestes sujeitos se traduziu numa tomada de ou aprofundamento da sua consciência política. Mas é claro que a noção de consciência política não é neutra, ela exprime uma concepção ideológica que protagoniza ou legitima os interesses de

uma dada classe social ou fracção de classe. Aliás, como aprofundada e detalhadamente Freire (1975) discutiu na sua *Pedagogia do Oprimido*, a opção por uma educação libertadora ou emancipadora das classes sociais, maioritárias, populares ou trabalhadoras, oprimidas e exploradas pelas classes dominantes, supõe precisamente um trabalho educativo que desincruste o arbitrário ideológico – que não deixa de ser uma forma de consciência política¹⁵⁸ – que legitima as relações de dominação como relações naturais e permita ao sujeito reconstruir-se como sujeito de si e da sua história, do seu ser no mundo, portanto, que lhe permita construir uma consciência política emancipatória, isto é, e literalmente é esse o sentido de emancipação, que lhe permita libertar-se da mão que o subjuga.

O processo educativo de ruptura vivenciado por estes sujeitos sociais fez emergir uma consciência política que passa a ter como horizonte a emancipação humana ou, pelo menos, do ponto de vista filosófico, a admitir a sua possibilidade. O processo político-educativo que provoca esta ruptura tem implicitamente subjacente o enfrentamento entre concepções filosóficas. Em termos sintéticos, diríamos que neste processo educativo se confrontam, como tese, o determinismo estruturalista, como antítese o individualismo metodológico e, como síntese, se configuram/produzem sujeitos que se recusam a admitir uma escolha dicotómica entre uma ordem, em que «a História é um processo sem sujeitos» (Althusser, referido in Gillet, 1995:17), e uma desordem onde o Homem «*máquina desejante*» (Deleuze; Guattari, referido in Gillet, 1995:17) seria o único criador das dinâmicas sociais erigidas sobre as paixões humanas (Gillet, 1995:17). Em termos comuns, diríamos que estamos perante um trabalho educativo que se ancora numa *pedagogia da possibilidade*. Esta noção de *possibilidade* inscreve-se necessariamente numa filosofia da praxis¹⁵⁹ – uma prática consciente dela

¹⁵⁸ Que sirva de elucidação a seguinte passagem de Freire (1975:46): “Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência «hospedeira» da consciência opressora.”

¹⁵⁹ Na verdade, o que designamos de filosofia da praxis, na esteira de Gillet (1995), tem subjacente uma matriz filosófica mais ampla, como o mesmo autor nos informa. De facto, a praxis emerge como conceito possível no seio da filosofia humanista e existencialista, que a insuficiência do nosso conhecimento não permite caracterizar senão pela síntese de algumas das suas premissas centrais, avançadas por Gillet (1995). A ideia que nos parece mais forte é claramente a de que estamos perante uma filosofia da liberdade: “nem a natureza, nem a história podem ditar os nossos actos. A história em si mesmo não tem um objectivo, nem um sentido, mas nós podemos dar-lhe os dois”. Ora, claramente, esta

mesma que procura reconciliar teoria e prática num processo dialéctico e circular –, isto é, numa perspectiva que supõe que a transformação social através do trabalho educativo é possível, mas que depende da tensão entre as estruturas sociais e a acção humana, que, neste sentido, é, ao mesmo tempo, possível e limitada. A praxis seria então o ponto de encontro entre os conceitos opostos de reprodução e produção social, e estaria positivamente associada à ideia de um fazer que pode ser criador, tanto de novas realidades, como de novos sentidos (Gillet, 1995:17), ou seja, que coloca inevitavelmente a questão do sentido de sociedade a construir, através da reapropriação ao nível individual e colectivo de capacidades instituintes que tornem a historicidade um feixe de possibilidades.

Estes testemunhos são ainda exemplares de como *“todos os processos sociais estão «instalados» na mudança”* (Silva, 2000:9), ou seja, apesar das cristalizações históricas, que aliás assinalámos, que se manifestam num padrão dominante de relações sociais e, designadamente, de relações sociais de produção, numa organização e gestão do território ou, mais globalmente, num *“receituário de desenvolvimento”* (Neto, s.d.), não há comunidades e histórias absolutamente marcadas pela inércia. Nesse sentido, toda a história destes sujeitos sociais e das estruturas que os envolvem e que são produzidas por eles (a dualidade estrutural de que nos fala A. Giddens, 1992) é, inevitavelmente, dinâmica, sujeita a transformações diacrónicas. O tipo de transformação que parece atravessar as vidas destes sujeitos é aqui muito mais uma história de mudanças de *«reajustamento»* nas estruturas e nas

perspectiva atribui uma forte centralidade ao Homem a quem se recusa o papel de ser passivo e manipulado do exterior, para se lhe opor a condição de ser cognoscente o que leva a que possamos afirmar que *“o Homem não é, faz-se; o Homem pela sua consciência, pelo seu projecto pode ultrapassar-se: o Homem é o futuro do Homem”*. Esta perspectiva reconhece, no entanto, que este Homem não é um Homem todo-poderoso; ele está inscrito em estruturas, sistemas, classes sociais, como diz Sartre, *“faz parte da paisagem”*, o que faz com que seja através da cognição e da acção que o Homem conquista a sua liberdade: através da cognição porque lhe permite produzir sobre a *“paisagem”* uma significação simbólica ou cultural que é própria e única e imprevisível e, pela acção, que é também um processo de elaboração de cognições, permitir-se transformar a *“paisagem”*, isto é, projectar, em sentido antropológico, possibilidades infinitas de devir que almejando a autonomia do Homem, não só mudam este como a própria realidade. E o mais importante será reconhecer que ontologicamente o Homem é possuidor de uma energia vital que constantemente o atrai para novos objectos e interesses, para novas *“paisagens”*, pelo que o que comumente designamos por ideologia é aqui entendida como a mediação que se estabelece entre o desejo e a acção movidos, ambos, por aquela energia vital.

práticas sociais do que de mudanças estruturais da “*tradição*” (Silva, 2000:9)¹⁶⁰, e uma história que em determinado momento se viu entrecortada pela “*acção intencional de actores, animados por projectos e programas de alteração deliberada de certos ou todos os aspectos das estruturas e práticas sociais*” (*idem, ibidem*:9), de que seriam exemplo os movimentos sociais no campo pernambucano nos anos 50, a acção da igreja nos anos 1980 ou o movimento dos trabalhadores em torno do empreendimento Catende nos anos 1990.

Em suma, o que queremos sustentar, numa perspectiva dialéctica, é que os sistemas sociais na exacta medida em que se reproduzem para se perpetuarem, perpetuam também as condições da sua contradição, isto é, ao definirem o que são, definem também o que não são e, como tal, também o que podem vir a ser, e é a este processo dialéctico que em boa verdade devemos atribuir a possibilidade de mudança histórica e social, que, neste caso, é o processo que resulta da exploração de um campo de possíveis face ao qual, apesar dos constrangimentos estruturais, a acção humana mantém a autonomia de definir o sentido final (a designada indecidibilidade da acção humana). E, em última instância, é este raciocínio que, constituindo um instrumento de análise global, verdadeiramente nos ajuda a perceber não só o papel histórico dos sujeitos sociais a que nos referimos, mas igualmente a erupção da opção pelo processo de transição autogestionária no empreendimento Catende/Harmonia, sem que, todavia, tal dispense que a “*explicação substantiva [para aquele facto] é sempre a explicação de um conjunto singular, e virtualmente irrepetível, de condições e interacções*” (Silva, 2000:10), e, nesse sentido, é sempre uma explicação empírica local.

Uma conclusão lógica do que vimos expondo exprime-se necessariamente através de uma questão com várias possibilidades de resposta: É possível identificar um

¹⁶⁰ A tradição é entendida aqui na acepção que lhe confere Silva (2000:11): “*processo pelo qual as estruturas construídas pelas práticas sociais adquirem uma dinâmica global e objectiva, que faz com que transcendam as circunstâncias particulares de produção de práticas, ganhem um espessura temporal acentuadas e configurem as condições que enquadram as práticas de acção e interacção social*”. Nesta perspectiva, a tradição é um elemento envolvido na diacronia dos processos de mudança pelo que não pode logicamente opor-se tradição e mudança. Quando muito a tradição constitui um conjunto de referências “*trans-temporais e trans-locais*” culturalmente pertinentes e identitariamente significativas e que, como tal, favorece a reprodução social. Ora, a transformação estrutural da “*tradição*” a que aludimos no texto suporia um processo social de mudança que, na realidade, teria de ser do tipo revolucionário, o que não é o caso.

momento inaugural¹⁶¹ deste processo de desenvolvimento comunitário local? Não por acaso recorremos às análises de Leite Lopes (1976) e de Sandra Andrade (1994) que, cada um a propósito de uma fileira dos trabalhadores envolvidos na indústria sucro-alcooleira, mostram como as lutas trabalhistas na região ao longo do século XX apresentaram, em fundo, um desejo de mudança, cujas cambiantes têm expressões singulares na flecha do tempo e que vão desde as reivindicações salariais ao questionamento do modelo de organização fundiária. É inegável que estes movimentos representaram, no sentido hegeliano, momentos de antítese face ao modelo de relações sociais de produção instituído e, *lato senso*, ao modelo de desenvolvimento historicamente hegemónico na região. Será portanto nestas lutas de quase um século do trabalho contra o capital que encontramos o momento inaugural da síntese que constitui o presente de Catende? A resposta (nomeadamente a afirmativa) envolveria uma discussão complexa que teria necessariamente de equacionar o modo como eventualmente as experiências de luta social produzem saberes e consciência das condições de dominação em que os sujeitos se encontram e assim produzem e transformam *habitus* de classe que os sujeitos trabalhadores vão incorporando de geração em geração (como sugere E. P. Thompson) e os levaria, num determinado momento caracterizado pelo aprofundamento da sua consciência colectiva e confrontados com momentos de particulares contradições profundas do capitalismo [a contradição capital/trabalho e a contradição da individualidade, como sustenta P. Corcuff (2008:2)], a constituir-se e a mobilizar-se como classe social face ao capital e como classe social para si. Esta é uma pista de trabalho que humildemente não vamos prosseguir neste momento, mas que supõe, muito hegelianamente, que tudo o que é já estava contido no que foi e nada do que é pode ser explicado fora do que foi.

Em alternativa (ou cumulativamente?) a esta possível identificação do momento inaugural do processo vivido em Catende com um longo processo histórico gerado dialecticamente no seio das seculares relações sociais de produção ali presentes, e uma outra potencial resposta, identificaria a génese deste processo com

¹⁶¹ Interessa talvez precisar que quando falamos de “*momento inaugural*” do projecto nos reportamos mais à identificação das circunstâncias objectivas e subjectivas que levam à emergência desta dinâmica do que propriamente a um momento cronologicamente assinalável.

circunstâncias essencialmente pragmáticas e temporalmente bem delimitadas, estrategicamente transformadas em razões políticas: o momento inaugural resultaria assim da síntese entre a necessidade de sobrevivência física, só possível de assegurar pela manutenção da actividade produtiva e da retribuição salarial, e, nesse momento preciso, a predisposição para a acção que esta situação gera nos trabalhadores e os permeabiliza à tomada de consciência e à organização colectiva, e que progressivamente se transforma numa oportunidade de questionar mais profundamente as bases políticas, culturais e económicas da organização social e produtiva em que a Usina Catende se inscreve. Nesta perspectiva, de reminiscências etológicas, teríamos de admitir que subjacente à acção potencialmente transformadora do território social que se habita se encontra uma energia que visa primordialmente a auto-preservação. Mas, entre a historicidade e a conjuntura, entre a necessidade e o desejo mais ou menos consciente, acreditamos que o mais adequado será provavelmente admitir que as dinâmicas de transformação sócio-comunitária são normalmente processos psico-sociais que se ancoram numa energia bio-política que sintetiza em si diferentes níveis de necessidades humanas que todos buscamos satisfazer na luta contra a raridade no sentido em que Sartre a anunciou: *“Toda a aventura humana – pelo menos até agora – é uma luta encarniçada contra a raridade”* e, nesse sentido, *“a fonte da história é esta luta contra a raridade, objectiva ou interiorizada”* (referido in Araújo & Carreteiro, 2005:53). E, por outro lado, é igualmente consistente com a análise de Elísio Estanque (1999:86), a propósito das condições para a acção colectiva quando sugere que *“não é incomum que, nas sociedades actuais, certas formas de protesto colectivo ou movimentos sociais sejam despoletados sob «condições de emergência» onde a unanimidade das paixões se combina ou até se sobrepõe à diversidade dos interesses e das consciências, conjugando-se ambas as dimensões na base de um dado elemento aglutinador: a presença de um adversário, de uma ameaça, ou de uma efectiva agressão às condições de vida de uma dada colectividade”*.

Compagináveis entre si, estas duas leituras acerca do putativo momento inaugural do projecto Catende/Harmonia parecem conviver nos documentos produzidos, essencialmente pela administração da massa falida (imediatamente

posteriores a 1995), sobre o projecto entretanto encetado. Parte dos documentos traduzem, num registo de linguagem conciso que é essencialmente informativo, os problemas que estão na génese da luta dos trabalhadores e da tomada da Usina através do pedido de falência, portanto, assumindo que é esta situação que dá origem à mobilização dos trabalhadores, nomeadamente: i) a gestão financeira ruínosa dos usineiros, ii) a inexistência de alternativas de trabalho e geração de rendimentos com o possível encerramento da actividade da Usina; iii) a necessidade de assegurar os direitos dos trabalhadores demitidos entre inícios da década de 1990 e 1993 (cerca de 3000) e dos que se mantinham empregados (1800 empregos a tempo inteiro entre a indústria (500) e o campo (1300) e mais cerca de 1400 durante a safra) mas com salários e outros direitos trabalhistas em atraso. Mas outra parte desses documentos, identificando os mesmos problemas que estiveram na origem daquele processo, mobilizam antes um discurso que, muito frequentemente, os inscreve numa historicidade que recua por vezes até à origem da colonização daquele território e que é um discurso que faz uso de uma linguagem que procura construir uma compreensão histórica, antropológica, sociológica, económica e jurídica daqueles problemas e do que está em jogo, mais globalmente, neste processo¹⁶². Ou seja, parece que o discurso do projecto empreendido em Catende sobre si próprio incorpora referências simultâneas a momentos inaugurais cronologicamente longínquos entre si. O que nos remete para a questão de discutir qual o papel atribuído pelo próprio projecto à historicidade que o transcende¹⁶³.

¹⁶² Estes documentos são frequentemente glosados, se não mesmo integralmente mobilizados, em grande parte das candidaturas a financiamento de projectos de pequena escala e, não raras vezes, são mobilizados quando é necessário assumir uma “*posição de força*” face ao exterior ou afirmar a ideia de que há um conhecimento profundo da realidade em que o projecto se move e do sentido que o projecto tem para o futuro do empreendimento e dos trabalhadores.

¹⁶³ Antes de abordar especificamente esta questão, um pequeno desvio: naturalmente que a relação finalidade/natureza dos documentos aconselha a que esta análise não seja linear ou tome sequer balizas cronológicas como absolutamente estanques para marcar a distinção entre tipos de documentos, nomeadamente porque os documentos que recorrem a um discurso mais “*sábio e especializado*” correspondem genericamente a documentos cujo destinatário institucional (normalmente entidades do governo estadual ou federal, da justiça, instituições que se pretende venham a ser parceiras, entidades potencialmente financiadoras do projecto...) é percebido como outorgando maior legitimidade a um documento com estas características (ou mesmo como exigindo um documento com estas características).

A propósito é absolutamente sintomático o documento recentemente produzido pelo advogado dos trabalhadores demitidos em 1993 e que, por esse facto, se manteve até hoje como um

A incorporação da historicidade como elemento da compreensão do que se joga em Catende é eventualmente sintomático da própria compreensão que se quer promover junto dos trabalhadores da sua condição de seres com uma história, que aliás os antecede e transcende enquanto sujeitos individuais, ou grupos profissionais. Nesta perspectiva, o momento inaugural do projecto, aquele que apelidámos de pragmático, parece ser hoje reequacionado, designadamente por intermédio do trabalho educativo, em função das condições sócio-históricas que o espoletaram. Talvez porque a legitimidade da luta dos trabalhadores já não necessite tanto de invocar razões pragmáticas, mas mais provavelmente porque obedece a uma intencionalidade de promover a sustentabilidade política que se acredita que apenas a consciência histórica e de classe poderá garantir.

Fazendo uso da ideia foucaultiana, presente na sua obra *O Nascimento da Clínica*, de que todo o texto/discurso é sempre susceptível de uma nova hermenêutica, parece-nos interessante re-convocar para aqui uma das expressões que está retida nos excertos de uma das entrevistas e que, em nosso entender, é a mais perfeita síntese do que vimos dizendo: “*o projeto foi gestado antes mesmo de termos a idéia específica dele*” (Ent. Izabel Mota). De facto há nesta afirmação duas instâncias que enquadram a reflexão anterior: o *desejo do projecto* (ou o projecto como desejo) e o *projecto como percurso*. O projecto como desejo é do domínio da latência, da aspiração e do imaginário criativo, e, como sugere Sartre (cf. nota de rodapé sobre os sentidos de projecto), passa pela tomada de consciência de si como ser de projecto num movimento reflexivo entre a subjectividade e a objectividade das situações vividas: o julgamento da situação (de falta, de insatisfação...) e a sua concretização numa representação de uma nova situação possível de criar, que define o objectivo da acção a realizar. E este é, ao que nos parece, o *projecto gestado* de que fala a nossa

dos assessores vitais da administração da massa falida. Este documento data de Julho de 2009 e é um apelo ao juiz falimentar face à sua decisão de retirar a sindicatura ao ex-trabalhador e sindicalista que vinha exercendo esta função desde 2005, por eleição dos trabalhadores, e de nomear judicialmente um síndico externo à usina Catende (o que aliás aconteceu efectivamente). O documento tem 56 páginas obviamente de um cerrado discurso jurídico mas, curiosamente, antes dos argumentos jurídicos, contém uma secção de 6 páginas especialmente destinada a dar conta dos “*aspectos centrais do processo falimentar da antiga Usina Catende, dos pontos de vista jurídico, processual, social e económico*”, em que o discurso mobilizado precisamente recupera a historicidade do processo e intenta a sua compreensão sociológica.

entrevistada e que caracteriza os discursos retidos dos outros entrevistados e é também o projecto que, ao longo de décadas, no seio dos movimentos sociais no campo e das lutas trabalhistas dos operários permaneceu implícito. Por seu turno, o *projecto como percurso* é do domínio da acção prática, da realização e do imaginário construtivo em que o projecto simboliza a conquista da liberdade pela apropriação do presente para melhor nos lançarmos à conquista do futuro, isto é, para tentar dominar o que é objecto de incertezas e, portanto, fonte de angústias. Esta representação do sentido de percurso do projecto é apresentada por Bloch (ref. in Broch & Cros, 1992) como um movimento em direcção a uma utopia concreta, isto é, o projecto como movimento de uma representação do real para uma representação intencional de uma realidade outra, cujos pontos de passagem são i) a tensão que a tomada de consciência transforma em ii) aspiração, orientada para iii) a busca de um objectivo outro. Este é claramente o projecto de que falamos a partir do momento que os trabalhadores assumem a administração da Usina Catende, o projecto cuja *“ideia específica”* só aí se começa a delinear, depois de uma longa *gestação* protagonizada por múltiplos actores sociais.

Educação, política e sindicalismo e conscientização dos trabalhadores

Um outro aspecto que merece ser pontuado na análise destes excertos, chamando à colação o que orienta a nossa discussão de fundo, prende-se com as finalidades das dinâmicas educativas presentes neste processo de animação sócio-comunitária. A análise atenta dos discursos permite compreender que o que originalmente estava em causa neste trabalho de educação política no campo não era apenas fomentar a compreensão da situação social em que os trabalhadores viviam e que se identificava como sendo de exploração e dominação, como aliás de forma metafórica um dos entrevistados acentua quando sugere que nos anos 1980, no início do seu trabalho na região *“o que me chamou bastante a atenção naquele momento... a realidade das pessoas. A gente começou a identificar que as pessoas tinham muito medo, que as pessoas não tinham cor, se olhando assim no rosto das pessoas, nos olhos das pessoas, de criança, de adulto... Você não identificava cor! As pessoas como*

que meio cinzentas, opacas, sem brilho... E pessoas que sempre olhavam para baixo! Você não conseguia identificar as pessoas olhando para cima, olhando no horizonte, alguma coisa assim..." (Ent. Arnaldo Liberato).

Em verdade, o «*engajamento político-social*» (Ent. Izabel Mota), de que uma das nossas entrevistadas fala, passava por, como sustenta aliás a Educação Popular¹⁶⁴ numa das suas múltiplas declinações, promover a mudança e, claramente, a mudança passaria por promover a constituição de pessoas com vocação de poder. Esta vocação de poder encontrou na mobilização e organização das oposições sindicais a porta de entrada na constituição dos sujeitos sociais que hoje assumem forte protagonismo na luta dos trabalhadores em Catende. Independentemente da finalidade primeira deste trabalho poder ser de carácter religioso, parece claro que, quer a ênfase dada ao trabalho junto das bases trabalhadoras, quer ao modo como esse trabalho foi apropriado pelos seus destinatários, é claramente política, não só pelas referências teóricas que o sustentam e alimentam, como pelos produtos que dele resultam, designadamente as organizações de carácter sindical, e também pelas próprias entidades que de forma mais ou menos explícita suportam este trabalho sócio-educativo e político:

Esses elementos [referindo-se ao processo de mobilização de trabalhadores em torno das oposições sindicais e também ao trabalho local de ONG's, da Igreja através das pastorais e de algumas entidades com intervenção no domínio da organização e mobilização dos trabalhadores], no meu entender, eles foram elementos fundantes para tudo o que pôde acontecer depois. **Isso se deveu a um conjunto de pessoas e trabalhadores que tiveram coragem naquele momento de sair dos engenhos e ir até um**

¹⁶⁴ Holliday (2006:238) sintetiza um conjunto de intencionalidades características que, na sua óptica, se podem teoricamente extrair das experiências e práticas inovadoras de educação popular, particularmente das desenvolvidas na América Latina, e que podemos sugerir que se constituem como potencialidades e vocações das iniciativas de EP nos seus efeitos sobre as pessoas: "*a) Capazes de romper com a ordem social que impera e que nos é imposta como única possibilidade histórica (o modelo de globalização neoliberal); b) Capazes de imaginar, propor e criar novos espaços e relações no nosso ambiente local, no nosso país, na nossa região e nas instâncias internacionais; c) Capazes de questionar os estereótipos e padrões ideológicos e de valor vigentes como verdades absolutas (o individualismo, a competência, o mercado como regulador das relações humanas...); d) Capazes de desenvolver nossas potencialidades racionais, emocionais e espirituais como homens e como mulheres, superando a socialização de género patriarcal e machista e construindo novas relações de poder na vida quotidiana e no sistema social; e) Capazes de aprender, desaprender e reaprender permanentemente (apropriando-se de uma capacidade de pensar e de uma propedêutica e metodologia, mais do que de conteúdos terminados); f) Capazes de suscitar uma disposição vital solidária com o entorno social e com o meio ambiente como expressão e hábitos quotidianos; g) Capazes de se afirmarem como pessoas autónomas, ao mesmo tempo que como seres dialógicos, na busca e na construção colectiva.*" (Holliday, 2006:238)

centro de treinamento da diocese, ficar finais de semana reunidos, a gente fazendo levantamento de dados, pessoas que depois se dispuseram a ir para Recife participar em reuniões da ACR, e aí puderam se encontrar com trabalhadores de Alagoas, trabalhadores da Paraíba do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão, do Piauí, da Bahia, de Minas... A gente fazia frequentemente actividades com uma articulação a nível nacional, então isso foi fundamental para ir abrindo um pouco a perspectiva das pessoas, e também perdendo o medo. Isso foi um elemento forte. E é claro que os tempos foram também mudando, o cenário político foi mudando, as mobilizações nacionais foram mudando, e isso foi fundamental, aí você teve o processo de fundação da CUT, isso deu um outro pique. As oposições sindicais no agreste e no sertão, principalmente no sertão, foram fortes, foram se dando, começa-se um trabalho, também de pressão sobre a FETAPE, nesse sentido. (Entrevista Arnaldo Liberato).

Portanto, para além da redundante inseparabilidade entre [educação] política e educação, há neste processo uma imbricação entre conhecimento e acção, que tem implicitamente suposto o carácter emancipador do conhecimento e a sua necessidade como sustentáculo de uma acção comprometida com a transformação da condição daqueles que agem¹⁶⁵. Um conhecimento e uma acção que se caracterizam pelo que tomam como objecto e sobre o que incidem, como pela dimensão colectiva que caracteriza a acção e a produção de conhecimento e, como frisamos em outro momento, que são acompanhados de uma dimensão organizativa que progressivamente se consolida e se alarga em termos de escala. Se este processo pode ser lido nas suas características a partir das categorias da dinâmica política de produção de classes sociais sob o modo de acumulação capitalista, tal como identificada pelas abordagens marxistas - a identificação de interesses de classe

¹⁶⁵ Esta perspectiva sobre o valor do conhecimento promovido pela educação, nomeadamente do seu valor para a acção, é claramente inspirada historicamente no ideário educativo que acompanhou o Iluminismo e que deu origem a algumas das mais fortes correntes da educação popular e da alfabetização. No contexto brasileiro, Paulo Freire é um expoente desta corrente de pensamento, tal como o é, *mutatis mutandis*, Bento de Jesus Caraça para o contexto português (cf. por exemplo Medina, 2005 e Bento de Jesus Caraça, 1978). Podemos ilustrar mais detalhadamente o sentido desta perspectiva a partir das palavras de Matthias Finger (2005:23), não deixando de pessoalmente reconhecer uma certa simplificação da questão que as atravessa: “Na Europa vimos da tradição da Filosofia das Luzes (o marxismo, o cognitivismo, são apenas uma expressão dessa filosofia). Trata-se de uma visão muito racionalista que se baseia na crença de que através da análise se alcança a compreensão dos fenómenos e que esta, por sua vez, conduz à mudança de comportamento. Os europeus pensam que é suficiente parar, fechar-se, ter todos os parâmetros, analisar bem o problema, para ter uma boa teoria e depois agir em função dela. Acreditamos que tudo vai funcionar bem porque estudamos o problema em questão. Se falhamos na acção é simplesmente porque não fizemos bem a análise e porque deveríamos ter tido mais em conta mais parâmetros, mais recuos, maior reflexão. Esta é a visão Europeia. Na educação de adultos temos uma tradição como esta. Paulo Freire com a sua ideia de conscientização na educação de adultos, numa tradição brasileira muito racionalista, marxista, europeia, insere-se perfeitamente na continuidade da Filosofia das Luzes: os operários, os camponeses, os oprimidos, os camponeses do Nordeste brasileiro, fazendo bem a análise da sua situação, vão conseguir mudar o seu comportamento, vão reivindicar e, finalmente, a educação de adultos vai ajudá-los a melhorar a sua situação”.

comuns e a luta por eles é um dos momentos necessários à transição de uma classe em si, para uma classe para si e é também significativa do processo de transição de uma oposição objectiva entre classes para a consciência subjectiva de classe antes de efectivamente se constituir uma classe social, ainda que no caso em apreço, mobilizando a terminologia de Lenine, o processo em causa, naquele momento, parece corresponder mais à constituição de uma «*consciência sindicalista*» do que de uma «*consciência política*» de classe -, o que parece mais interessante salientar aqui é a natureza educativa deste processo e os modos através dos quais esta natureza se revela, que, aliás, é objecto dessa obra seminal que é a *Pedagogia do Oprimido*.

O “*medo*” de que nos fala o excerto apresentado ou os “*rostos sem cor*” que antes outro excerto assinalava constituem metáforas da introjecção do opressor pelos oprimidos que não é mais do que “*o medo da liberdade, de que necessariamente não tem consciência o seu portador [e que], o faz ver o que não existe. No fundo, o que teme a liberdade se refugia na segurança vital, como diria Hegel¹⁶⁶, preferindo-a à liberdade arriscada¹⁶⁷”* (Freire, 1975:31). Como sugere complementarmente Freire (1975:46), “*os oprimidos, que introjectam a «sombra» dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que «preenchessem» o «vazio» deixado pela expulsão, com outro «conteúdo» - o de sua autonomia*”, daí a importância que nestes sujeitos tenha cintilado o que o excerto retrata como “*coragem*”. Ora, no processo que está aqui em análise, a educação é simultaneamente meio e finalidade deste processo de des-introjecção e portanto de autonomização do sujeito; uma educação em que os educadores proporcionam a exploração da situação concreta de uma existência que se constitui em objecto de educação, e cujo sentido educativo está precisamente não só no significado pessoal que cada um dos sujeitos reconstrói sobre aquelas situações, mas também na identificação desse mesmo significado em outros sujeitos pois que os sujeitos “*quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio*

¹⁶⁶ Paulo Freire (1975:31) esclarece esta referência a Hegel através da invocação de uma passagem da tradução para inglês da *magnum opus* do filósofo, *A Fenomenologia do Espírito*: “*and it is solely by risking life that freedom is obtained...The individual, who has not staked his life, may, no doubt be recognized as a Person; but he has not attained the truth of this recognition as an independent self-consciousness*”.

¹⁶⁷ Sublinhado nosso.

somente se faz concretude na concretude de outros anseios” (Freire, 1975:47), donde se comprova a importância assinalada não só do conhecer a realidade similar de outros e partilhá-la dialogicamente, como também do paralelismo no tempo deste trabalho educativo com as *“mobilizações nacionais”*, as actividades reunindo sujeitos de contextos territoriais distintos mas partilhando experiências similares e a constituição de estruturas federativas da luta dos trabalhadores com expressão nacional ou da pressão para a actuação destas face à situação destes trabalhadores em particular (fazer do desejo e da concretização da acção colectiva um meio de educação e de constituição de um «sujeito histórico» no sentido que lhe dá Roseli Caldart, 2004), o que significa também que a autonomia como finalidade deste processo de educação não é uma autonomia solipsista ou individual mas uma autonomia solidária, que de modo apenas semanticamente paradoxal se manifesta pelo aprofundamento das vinculações aos outros que partilham de uma mesma condição de existência ou, se bem interpretamos as palavras de Freire (1975:17), uma autonomia em que *“a intersubjectivação das consciências é a progressiva conscientização, no homem, do «parentesco ontológico» dos seres no ser”*.

O trabalho da Igreja Católica, nomeadamente através das Pastorais Rurais, enfrentou a dura resistência dos poderes oligárquicos da região, principalmente dos Usineiros, mas ainda assim teceu as condições para a emergência de formas de organização dos trabalhadores, principalmente as designadas oposições sindicais, que foram conseguindo através de lutas políticas longas e duras ao longo dos anos 80 opor-se com sucesso ao que então ainda era um panorama dominado por sindicatos controlados pelo patronato, os chamados sindicatos *“pelegos”*, e para o reconhecimento e consideração na esfera política pública, nomeadamente ao nível do poder local, das instâncias de delegação do poder federal na região e em sede da concertação social entre usineiros e trabalhadores, do significado político destes trabalhadores que não se sentiam representados e não se reviam nas acções das direcções dos sindicatos então dominantes.

- Há muito tempo que participa no Sindicato?
- Treze anos. Completou no dia 18 de Fevereiro.
- Como é que se envolveu na vida do Sindicato

- Eu na época em que comecei a me envolver eu... não queria! Minha mulher é que participava da reunião, eu muito tempo era sempre de domingo porreta de bola com a meninada e...teve alguém que me puxou, principalmente o Padre Gusmão, ele era padre, me puxou para o movimento e eu ingressei sem querer...e saía em directoria e apoiava mas não queria! E passou o primeiro mandato, no fim de mandato perguntaram se eu pensava me candidatar e eu fiquei de fora, no outro vieram atrás de mim e eu consegui ficar com o pessoal da directoria do sindicato de Água Preta, passei lá uns oito anos, depois dos oito anos eu vim para Xéxéu, que era um município só e foi dividido, e eu fiquei lá, tirei o meu outro mandato como secretário em 1997, em 2000 eu me candidatei a presidente e aí hoje ainda estou ainda na directoria [...] (Entrevista Heleno Manoel da Silva “Biu”)

- Esteve ligado ao STR de Palmares?

- Isso.

- Durante muito tempo?

- Bom, eu fui director do Sindicato de Palmares no finalzinho de 89 e até ao final de 2001. Passei 12 anos, 3 mandatos no sindicato, equivalente a 12 anos.

- Muito tempo ligado ao sindicalismo. Já tinha experiência anterior?

- Sim, eu comecei no movimento de Igreja, não é, na pastoral rural. Daí eu me engajei no movimento sindical por oposição à directoria que tinha e depois a gente chegou ao sindicato, eu nunca fui presidente mas eu tirei mandato de tesoureiro e de secretário. (Entrevista Amaro Juvino)

Mas foi fundamental quando um conjunto de trabalhadores, ao nível da Diocese (estou falando um pouco nessa concepção porque foi essa a motivação inicial) a gente começou a fazer as primeiras reuniões, onde reunia trabalhadores de Palmares, trabalhadores de Catende, trabalhadores de Água Preta, trabalhadores de Maraial, onde os sindicatos eram totalmente controlados pelas usinas e pela Delegacia Regional do Trabalho (que, na época, controlava muito). E, aos poucos, as reclamações eram que os sindicatos não fiscalizavam, que o sindicalista fazia o que o usineiro queria. [...]. E, aos poucos, os usineiros aqui de Catende, por exemplo, o Dr. Assis que representava outros, o pessoal da Frei Caneca, o pessoal da Pumaty, da Treze de Maio¹⁶⁸, e outros, foram tendo que diziam o seguinte: *“Bom, a gente só pode negociar, só pode fechar algum acordo se a oposição concordar, porque só o sindicato não consegue”*. Nós temos várias actas de reuniões na Delegacia Regional do Trabalho onde a oposição sindical assinava, como se fosse uma entidade, e isso foi um passo fundamental, conseguimos esse grande instrumento. Isso foi possível porque fomos tendo a possibilidade de articular algumas pessoas na região. Em Maraial surgia Marivaldo, muito jovem, creio que com menos de dezoito anos, tinha uma participação importante nesse sentido; Luciene, irmã de Marivaldo, o sr. Manuel José, Manuelzinho lá do Bálsamo. Aqui em Palmares foram surgindo Amaro Juvino, Ivanildo, tantos outros... Tantas figuras importantes! Em Água Preta despontava Natanael, muito jovem, Biu, que hoje é presidente da Xéxéu, Sr. Heleno, que também é de Xéxéu, em Palmares, João Lucas, bom... (Entrevista Arnaldo Liberato)

Portanto, assiste-se neste processo a um movimento que começando pela mobilização e conscientização política individual evolui para formas de organização colectiva com uma capacidade superior de intervenção em prol do reconhecimento político na esfera pública que podem facilmente aproximar-se em termos organizativos e de acção das formas típicas assumidas pelos designados “velhos” movimentos sociais que se caracterizam por assumir como locus de intervenção a esfera política, tendo como finalidades a integração política e a conquista de direitos

¹⁶⁸ Estas designações referem-se a Usinas de açúcar da região em que está implantada a Usina Catende.

económicos através da mobilização política, protagonizada comumente por organismos progressivamente mais colectivos, hierarquizados e formais (Scott, 1990:19), constituindo-se o envolvimento nestes num processo de aprendizagem experiencial dos modos de luta sindical. Dialecticamente, mas também ironicamente, como podemos sustentar a partir de Estanque (1999:86) e da experiência histórica de determinados contextos, este é potencialmente um movimento que contém em si o germen da desvitalização do próprio poder contestatário que identitariamente o constitui pois *“à medida que os movimentos se vão expandindo e ganhando força política, à medida que se afirmam as suas lideranças, se estruturam os seus programas de orientação ideológica e se sedimentam as suas bases organizativas, tende do mesmo passo a reforçar-se a componente formal e, por isso, sobretudo nas sociedades democráticas ocidentais, as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais caminham geralmente de par com a sua progressiva cooptação e enquadramento institucional”*¹⁶⁹.

E aí, a partir daí, surgem as lideranças sindicais, **começou a se afirmar como oposição sindical e na década dos anos 80 nós começámos a retomada aqui dos sindicatos**. Primeiro começou com Maraial, era o meu município de origem, depois Água Preta, Palmares, Joaquim Nabuco, **e foi tendo uma nova política naquilo que diz respeito à relação de trabalho. Antes os sindicatos eram muito atrelados às usina, e aí gente começou a fazer um trabalho combativo em relação a esse tipo de comportamento. E aí teve uma compreensão dos trabalhadores, teve um processo de mudança. [...] Um trabalho muito combativo para garantia dos salários, garantia de condições e trabalho, garantia de moradia, garantia da lei do sítio... As garantias mínimas de sobrevivência do trabalhador. O descumprimento sucessivo dos acordo que nós firmávamos com essa usina era... sempre descumpria.** (Entrevista Marivaldo Andrade)

Com esse cenário local e respaldado num estadual e nacional, que ia se abrindo, se ampliando, foi possível, em 89, a gente ganhar o primeiro sindicato, que foi o Sindicato de Maraial, e aí teve um papel importante, naquele momento, de Marivaldo, de Luciene, e tantos outros dali. Foi uma certa surpresa, porque **sempre se esperava, sempre se atribuía a Palmares a primeira tarefa nesse sentido, por ser uma região mais politizada, de mais apoio, onde historicamente teve grandes movimentos, grandes lutas na década de 60**. Mas, de facto, as condições políticas se deram em Maraial; foi muito difícil, foi um desafio, mas se ganhou, a gente ganhou essa lição de Maraial, no início de 89 (o processo foi em 88, mas a eleição acabou se dando já no início de 89). **Em seguida, a gente ganhou, no final do ano de 89, a gente ganhou o sindicato de Água Preta, e depois, já com o Natanael, outras pessoas... e depois a**

¹⁶⁹ De acordo com Estanque (1999:86) este fenómeno pode ser identificado a partir dos anos 60 - supomos que nas sociedades democráticas ocidentais, isto é, nos países centrais de capitalismo avançado, o que não era o caso de Portugal, como não era o caso do Brasil - nos velhos movimentos sociais como o movimento democrático, dos direitos cívicos, os partidos políticos e, mesmo, o movimento operário e sindical, que vão remetendo a sua luta para o interior dos limites do sistema estabelecido - marcado pelo Estado Providência - e abandonando em parte as suas reivindicações mais revolucionárias e utópicas, abrindo caminho a que novos *“radicalismos”* mais pragmáticos, protagonizados pelos posteriormente denominados *“novos movimentos sociais”*, vão ganhando espaço.

gente ganhou o de Palmares, aí nesse momento esteve o João Lucas, Amaro Juvino, e outros à frente. O facto de se ter ganho, por exemplo, o sindicato de Maraial permitiu que em Setembro de 89 se fizesse a primeira greve aqui na Usina Catende. Então, naquele pátio da entrada ali da Usina foi feito um acampamento, puxado pelo sindicato de Maraial, a oposição de Água Preta e a oposição de Palmares, e aí se conseguiu coordenar, então foi um momento importante, porque se parou a moagem, se fez todo esse procedimento, e os usineiros, naquele momento, já não tiveram possibilidades de reagir na base da pressão simplesmente, do massacre. Aí, pela primeira vez, eles tiveram que negociar com o sindicato. Foi um grande passo, foi um avanço, negociámos, houve as melhorias, definindo nas tarefas, tudo isso... Quando os sindicatos de Água Preta e de Palmares, a gente conseguiu mudar também, então isso foi-se complementando, isso foi dando uma outra condição num trabalho articulado (Entrevista Arnaldo Liberato)

Se admitirmos, como Melo (1994), que grande parte das vezes os processos de desenvolvimento endógeno necessitam de um “*empurrão*” exógeno, não teremos grandes dúvidas em identificar neste trabalho das oposições sindicais e posteriormente dos sindicatos esse movimento que vem reactivar um potencial que aquele contexto social, através dos movimentos sociais no campo, desde os anos 1950, já havia expressado e isto se entendermos, como Rui Canário (1999:66) sugere, que o primeiro passo *para instituir uma lógica de desenvolvimento endógeno [e, portanto um processo de desenvolvimento de cariz educativo] é constituir um “olhar pela positiva”* baseado na *optimização e recombinação dos recursos locais* e concebendo o desenvolvimento local endógeno como um conjunto de: i) *processos educativos globalizados a nível local*, ii) *com um enfoque nos processos de aprendizagem*, iii) *valorizando os conhecimentos experienciais dos actores locais* e iv) *apelando à interacção colectiva para a resolução de problemas locais*. Ora, o processo de educação política e sindical a partir da partilha e discussão das experiências dos trabalhadores naquele local e do enfrentamento colectivo do patronato para a melhoria das condições de trabalho de que resultou a conquista de um efectivo peso político na definição da dimensão trabalho da vida das populações daquele território pode, certamente, conceber-se como o fermento que vem activar a possibilidade de o futuro ser distinto do passado. Neste sentido não podemos deixar de considerar os sindicatos que emergem neste contexto como actores de pleno direito e de vanguarda de um processo de desenvolvimento, mas que antes disso (ou igualmente?) é de luta social. E é seguro que, hoje, olhando para quem constitui as “*lideranças comunitárias*” no âmbito do processo de Catende, quem preside e mobiliza os sindicatos dos trabalhadores rurais ou ainda quem, desde o início, se foi afirmando como militante

protagonista na organização e dinamização de grande parte das iniciativas que são desenvolvidas no bojo da luta em Catende, não é difícil constatar quais os denominadores comuns: primeiro, o seu forte envolvimento nos processos de evangelização, educação, conscientização e mobilização de iniciativa dos sectores progressistas da Igreja Católica operando naquela região e, depois ou simultaneamente, a sua passagem pelas oposições sindicais e/ou pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Mas a origem e a constituição sócio-educativa e política das lideranças comunitárias, sindicais, dos militantes mais activos na causa trabalhista e dos protagonistas mais influentes na definição estratégica do que hoje se vai vivendo em Catende é igualmente importante pois nela não deixa de estar inscrita uma matriz que, ainda que implicitamente, suporta uma concepção de formação ou perspectiva educativa que colocamos como hipótese encontrar nos modos como se pensa e concretiza o trabalho educativo em Catende na medida em que são estes mesmos actores que vão participar da sua definição e implementação, mesmo se esses processos são matizados por constrangimentos extrínsecos e por conjunturas muito particulares (mas em tese, sustentamos que há uma relativa homologia entre os processos educativos que estiveram na base da constituição destes actores e a dimensão paradigmática dos processos educativos «sistemáticos» e «não sistemáticos» - categorias definidas por um dos educadores que se constituiu como nosso interlocutor - que são desenvolvidos no âmbito da transição autogestionária em Catende). Neste sentido, sugerimos que os primórdios deste trabalho, localmente permeado por circunstâncias diversas e, por vezes, adversas, nem por isso deixou de ser globalmente uma acção claramente marcada pelas ideias de “missão”, dada a sua vinculação religiosa, bem como de “educação popular”¹⁷⁰ na acepção mais literal e

¹⁷⁰ De modo um pouco mais sistemático, identificamo-nos aqui com a concepção de Educação Popular tal como formulada por Óscar Jara Holliday (2006) que nos reenvia, ao mesmo tempo, para “um fenómeno sociocultural e uma concepção de educação. Como fenómeno sociocultural, a Educação Popular faz referência a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas, que têm em comum uma intencionalidade transformadora. [...] Expressam diferentes modalidades e tipos de acção que podem ir desde uma maior informalidade até ser parte de uma política pública oficial [...] Entre elas, há práticas que articulam o micro e o macro, o local e o global, que vinculam dimensões organizadoras, investigadoras, pedagógicas e comunicativas em um mesmo processo dinâmico integral e transdisciplinar. Há outras restritas aos trabalhos grupais e comunitários, concentradas em alguma dimensão particular e sem uma explícita visão de complexidade.” (Holliday, 2006:235)

etimológica em que a educação remete para “*algo intrínseco às relações humanas e sociais*” e para a ideia de “*fenómeno de apropriação da cultura*” (Neto, 2004:121) e onde o popular se refere a uma preocupação educativa com as maiorias populares (*idem, ibidem*:141) e à “*crítica da realidade social vigente*” e subsequente “*acção mobilizada para a transformação da realidade social*” (Barreiro, 1978: 17-18). Aliás, um dos nossos entrevistados, a propósito do seu percurso biográfico, expressa de forma muito clara esta identidade entre a missão de índole religiosa e o trabalho político-educativo de índole popular que vai desenvolver neste contexto e que, no seu caso, se fundem num projecto de vida que é simultaneamente pessoal e desejado para um colectivo, neste caso o colectivo dos trabalhadores envolvidos no empreendimento de Catende:

Agora, é claro que isso tem limites, porque eu não posso querer, dentro da empresa, realizar questões simplesmente de projecto pessoal enquanto pessoal. Mas isso, quando eu coloco o meu projecto pessoal como projecto de vida, eu gostaria até de explicar um pouco isso. É que quando eu deixei de trabalhar para mim mesmo, por exemplo... Eu tinha um negócio, eu já tinha conseguido superar algumas questões, estava, era um pequeno comerciante, na minha terra. Eu deixei isso, me custeei por um tempo, para estudar e me dedicar a essas actividades. Eu fiz, em 78, eu fiz uma mudança muito radical, eu deixei um negócio, meu irmão tomou conta, ele era sócio, e vim estudar. Então eu fiz uma mudança do meu roteiro de vida, eu fiz uma opção de vida diferente, eu rompi uma perspectiva de vida. Então a partir daí o meu projecto de vida foi fazer um trabalho nessa área. **A minha motivação, no momento, era uma motivação religiosa, de fé. Que continua. Para mim, então, passou a ser uma missão, me dedicar. Aí, em seguida, a opção pelos trabalhadores, muito dentro da discussão na Igreja, na teologia da libertação, muito calcada a partir da discussão do Concílio de Medellín, da opção preferencial pelos pobres... Eu era um pobre! E sou.** Mas me coloquei e me senti na condição de, mesmo assim, fazer uma opção pelos pobres, como a Igreja chamou na época, “opção preferencial pelos pobres” – eu acho que foi um grande marco na Igreja. Eu entrei nesse momento, aí eu fiz essa opção. **E, para mim, aliada ao sector rural, porquê? Porque para mim era mais fácil porque eu conhecia, porque eu convivi, então eu**

Como concepção de educação, a Educação Popular não se caracteriza por possuir um corpo de categorias sistematizado, no entanto, podemos afirmar que aponta para a construção de um novo paradigma educacional, que se opõe a um modelo de educação autoritário, de reprodução, predominantemente escolarizado e que desassocia a teoria da prática. Apesar de no seu bojo confluírem diversas contribuições e correntes teóricas, a educação popular apoia-se essencialmente numa filosofia educativa cuja categoria central é a noção de praxis entendida como um “*processo político-pedagógico centrado no ser humano como sujeito histórico transformador, que se constitui socialmente nas relações com os outros seres humanos e com o mundo. Por isso, esta concepção educacional está baseada em princípios políticos que apostam na construção de relações de poder equitativas e justas nos diferentes âmbitos da vida e em uma pedagogia crítica e criadora, que busca o desenvolvimento pleno de todas as capacidades humanas: cognitivas, psicomotoras, emocionais, intelectuais e valorativa.*” (Holliday, 2006:236)

Em síntese, sugere Óscar Jara Holliday (2006:235), a Educação Popular é “*um conjunto de práticas e propostas teórico-metodológicas carregadas de empenho e utopia que actuam respondendo a necessidades concretas e imediatas, ao mesmo tempo em que aspiram à construção de novas relações humanas*”.

no fundo, no fundo, eu tenho raízes, e isso me faz bem, também, entendeu? Porque isso também me faz bem, porque eu me identifico. [...]

Aí por isso que eu digo que está dentro de um projecto de vida, para mim. Mas esse projecto de vida, para mim, ele foi, enquanto ao início era uma motivação de fé, era uma questão de missão, não é? Eu tenho uma missão, aí eu trabalhei muito. Mas eu ainda vejo como missão, isso para mim não é superado, não (assim superado, ultrapassado, eu quero dizer...). Para mim, essa concepção de missão, ela é mais longa, ela é mais, eu diria, mais profunda. Pô, eu acho que eu tenho uma atribuição, hoje, eu sou um assalariado de Catende, eu trabalho em Catende, eu recebo salário, eu vivo disso. Mas eu não só trabalho em Catende porque eu recebo salário, porque eu trabalhei muitos anos sem receber, eu trabalhei muitos anos tirando do bolso de outros trabalhos para vir para cá. 92, 93, 94, 95, eu trabalhava aqui, eu vinha nos finais de semana para cá para fazer reunião, pagando do meu bolso todo esse tempo. Aí em 95, a partir de 95 eu consegui trabalhar, aí eu tinha um suporte do Estado. Em 98 eu fiquei sem suporte do Estado, fiquei desempregado, e continuei trabalhando. [...]

Não sei, essa coisa pode ser tola, até ingénua da nossa parte, mas como para nós, e aí eu identifico, como para mim, como para Marivaldo, como para Bruno, assim como para Lenivaldo, como para tantos de nós, **o nosso trabalho é um pouco de missão, é um papel a ser cumprido, e a gente tem clareza que é um papel, que ele é temporário, que ele tem tudo isso, aí talvez tenha feito sentido a gente ter tido todo esse cuidado, essa preocupação, mesmo que tenha sido exagerada. Mas hoje a gente se sente muito à vontade, porque as pessoas identificam, com mais tranquilidade, que a gente não veio para aqui para se beneficiar, para simplesmente ter uma questão pessoal. Então, eu queria deixar claro, quando a gente fala do projecto de vida, é enquanto uma realização de um projecto, isso aqui podendo, pelo menos, representar um pouco daquilo que pode ser a sociedade. Isso aqui representando um pouco daquilo que podem ser as relações de trabalho, daquilo que pode ser a capacidade do trabalhador de assumir os seus destinos com as suas próprias pernas, suas mãos, seus pensares, seu sentimento. Então, aí sim, esse é o meu projecto de vida, é nesse sentido.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

A maior ou menor dificuldade que o trabalho pastoral e sindical teve em ser bem sucedido na tarefa de mobilização e organização dos trabalhadores dependeu de algumas condições sócio-políticas (pré)existentes que facilitavam ou dificultavam a sua recepção por parte dos trabalhadores. Como nos sugere o discurso de um dos nossos entrevistados, essas condições estavam essencialmente associadas à existência de outras entidades, nomeadamente ONG's mas também outro tipo de entidades, que no terreno se encontravam já a promover processos de mobilização, educação e organização da comunidade; à presença, pelo menos simbólica, de um enquadramento político-institucional forte que transcendia as fronteiras do local de intervenção e, por fim, mas não menos importante, ao grau de permeabilidade e apoio àquele trabalho por parte das estruturas representativas dos trabalhadores já existentes, que por sua vez dependia da sua maior ou menor subordinação destas ao poder do patronato da região.

Aqui em Catende a gente sempre teve mais dificuldades. Aqui, como o sindicato que já tinha um presidente, que é o mesmo de hoje, José Joaquim, que tinha uma aliança com os usineiros, e aqui essa aliança era tão sólida que o próprio trabalhador tinha muita dificuldade... Como nós tínhamos dificuldades aqui, o nosso ponto, a nossa porta nos lugares era sempre a paróquia, era sempre essa relação, como aqui a paróquia tinha uns padres – excelentes pessoas – mas com uma vinculação local

que não permitia, não tinha abertura, então sempre teve dificuldades também em se fazer esse trabalho. Então, interessante, sei lá, é meio engraçado isso, mas foi exactamente em Catende onde a gente não conseguiu ter um trabalho mais expressivo durante todo esse período, no município de Catende, na paróquia de Catende. Aqui, também, em Catende não tinha nenhuma ONG trabalhando. Em Palmares você tinha já o CENTRU surgindo, surgiu depois em 88 ou 89, você tinha o CEAS, que faziam um trabalho aqui também, no momento ainda com o apoio directo ainda do CEAS da Baía, pessoal dos Jesuítas... Bom, ACR que já trabalhava aqui com a paróquia, com a diocese e a pastoral regional do Nordeste II, onde tem uma coordenação expressiva com a sede lá em Recife onde a regional tinha D. Hélder como um suporte, e havia, a partir daí, um entendimento entre os Bispos e um apoio nesse sentido. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Em verdade, este elemento vem reforçar o que a pesquisa tem destacado em outros territórios, nomeadamente a importância que um trabalho continuado de animação territorial e de organização da comunidade tem na geração e sustentabilidade de dinâmicas de desenvolvimento local (cf. por exemplo, Melo, 1994), constituindo no longo prazo o que poderíamos designar de *territórios politicamente qualificantes*, entendendo-os aqui por homologia com a ideia de territórios educativos, no sentido que lhe atribui Canário (1998b:18), enquanto contextos em que a acção educativa - e para o conceito que sugerimos também acção política - é o resultado dos efeitos interdependentes da acção e contributos de diferentes instituições e parceiros numa articulação singular e imprevisível, que pode ou não ser investida de uma intencionalidade educativa (ou política) explícita, mas cujos efeitos o são certamente.

No contexto da região da Usina Catende, como nos parece ter ficado claro, as razões que tornam os trabalhadores mais permeáveis ao trabalho pastoral, político e educativo que a partir dos anos 80 aí se vai concretizando encontram-se em parte num substrato cultural, político e social complexo e, de certo modo, ambivalente. Mas parece-nos inegável que todo o trabalho de mobilização e de organização realizado durante a década de 1980 se desenvolveu sobre o fermento que aí havia sido preparado pelos movimentos sociais no campo das décadas anteriores e se a erupção das lutas trabalhistas em Catende aproveita dessa dinâmica, nem por isso teria atingido a amplitude que atingiu se a degradação das condições materiais de vida dos trabalhadores não tivesse vindo a acentuar-se com o colapso económico da Usina.

O colapso da Usina Catende e a busca de alternativas: a luta sindical e dos trabalhadores

O trabalho que desde os anos 1980 se vinha desenvolvendo em torno da mobilização, organização e acção dos trabalhadores por via das oposições sindicais e, paulatinamente, por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais que iam sendo conquistados (e já sugerimos que este processo se configurou como um processo de educação sindical ou de educação para o sindicalismo para os trabalhadores nele envolvidos, através de estratégias próximas das da animação, mas igualmente das da educação popular de orientação progressista) - e o movimento à escala regional e nacional de reorganização e intensificação das lutas das organizações de trabalhadores que constituíam suportes simbólicos e materiais a estas iniciativas locais -, encontra-se nos finais dos anos 1980/início dos anos 1990 suficientemente consolidado para o enfrentamento com o patronato da agro-indústria açucareira em Catende, um conflito inevitável face à degradação das condições de trabalho a que então se assiste, com a usina Catende a ser incapaz de respeitar os compromissos com os trabalhadores e os seus representantes e face a toda uma região onde já abundavam os exemplos de despedimentos em massa e falências de usinas.

Com esse cenário local e respaldado num estadual e nacional, que ia se abrindo, se ampliando, foi possível, em 89, a gente ganhar o primeiro sindicato [...] Foi uma certa surpresa, porque sempre se esperava, sempre se atribuía a Palmares a primeira tarefa nesse sentido, por ser uma região mais politizada, de mais apoio, onde historicamente teve grandes movimentos, grandes lutas na década de 60¹⁷¹. Mas, de facto, as condições políticas se deram em Maraial; foi muito difícil, foi um desafio, mas se ganhou, a gente ganhou essa lição de Maraial, no início de 89 (o processo foi em 88, mas a eleição acabou se dando já no início de 89). Em seguida, a gente ganhou, no final do ano de 89, a gente ganhou o sindicato de Água Preta [...] e depois a gente ganhou o de Palmares [...]. **O facto de se ter ganho, por exemplo, o sindicato de Maraial permitiu que em Setembro de 89 se fizesse a primeira greve aqui na Usina Catende** (Entrevista Arnaldo Liberato)

E na verdade, **a gente fez frente a essas lutas toda de reivindicação dos salários. Um trabalho muito combativo para garantia dos salários, garantia de condições e trabalho, garantia de moradia, garantia da lei do sítio... As garantias mínimas de sobrevivência do trabalhador. O descumprimento sucessivo dos acordo que nós firmávamos com essa usina era... sempre descumpria.** (Entrevista Marivaldo Andrade)

¹⁷¹ De acordo com informações recolhidas em Sigaud (2005:9), o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares foi criado em 1961 e “atendia aos trabalhadores de 21 municípios da Mata Sul e contava em seus quadros trinta mil associados. Foi o sindicato mais forte de toda a zona no período anterior ao Golpe Militar de 1964 e liderou greves expressivas pelo cumprimento dos direitos”.

É portanto no contexto dos finais dos anos 1980 e em face das transformações porque passa o sector produtivo do açúcar que os enfrentamentos mais fortes entre os usineiros e trabalhadores se desenvolvem, principalmente com os trabalhadores rurais; conflitos centrados, como se pode perceber, na questão do emprego, dos salários e dos direitos trabalhistas – é neste sentido uma luta predominantemente dentro da lógica de manutenção e preservação de uma relação de assalariamento, que não é questionada, e dos direitos a ela inerentes - e das condições de trabalho e vida, uma luta típica dos “*velhos*” movimentos sociais, e que recupera preocupações que já haviam estado presentes nas lutas sociais no campo pernambucano várias décadas antes como, por exemplo, a questão da habitação e do acesso ao cultivo da terra, o que também quer significar que a própria regulação legal das relações laborais estava longe de ter efeitos efectivos nesta região.

Com efeito, por um lado, como salienta Lygia Sigaud (2005:6-7), pese embora “*em 1963, o Congresso Nacional votou uma lei, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo os direitos trabalhistas ao campo*” - e, mesmo antes, na década de 1940 uma outra lei, o Estatuto da Lavoura Canavieira, já ter outorgado direitos trabalhistas aos que trabalhavam na agricultura da cana mas que acabaram por permanecer letra morta -, e isso tenha conduzido a que essas obrigações legais se tenham tornado “*um objecto de luta na Zona da Mata de Pernambuco e em pouco tempo passaram a regular as relações entre patrões e trabalhadores*” (*idem*:7). Para a efectividade desta regulação legal terá contribuído fortemente o envolvimento de militantes católicos e comunistas na organização dos sindicatos de trabalhadores rurais e na mobilização dos trabalhadores para o cumprimento daquelas regulações, bem como o facto do então governador estadual, Miguel Arraes, ter permitido não só a expressão das reivindicações dos trabalhadores na sequência da lei publicada, como o de ter-se constituído em mediador nas relações entre trabalhadores e patrões a esse propósito (e mesmo compelido os patrões a assumirem as suas responsabilidades face à lei, motivo porque ainda hoje a figura do governador Miguel Arraes – que haveria de voltar a ser governador em meados dos anos 1990, depois de ter estado no exílio durante a ditadura militar, - é profundamente reverenciada pelos trabalhadores

canavieiros¹⁷²). Ainda de acordo com a autora, assistiu-se neste período a uma transformação do padrão de relações sociais entre trabalhadores e patrões: o patronato que estaria habituado a conceber as suas obrigações tradicionais sob a forma de *dons*, vê-se agora face a obrigações legais (ou seja, das relações implícitas, face a face e personalizadas baseadas na *honra*¹⁷³ passa-se a relações reguladas juridicamente), ainda para mais quando, graças ao trabalho pedagógico e à mediação dos sindicalistas com as instâncias da justiça, essas obrigações são activamente reivindicadas pelos trabalhadores como *direitos*. Mesmo com a instituição da ditadura militar em 1964, e apenas com um curto interregno (graças à influência da igreja católica junto do poder militar), os sindicatos rurais são reactivados, ainda que sob a

¹⁷² Miguel Arraes morreu em Agosto de 2005. Poucos dias antes da sua morte, com uma ampla cobertura mediática regional (ver por exemplo Anexo 3, doc nº30), uma delegação de trabalhadores de Catende visitou-o no hospital e os trabalhadores de Catende participaram maciçamente no seu funeral que aliás foi uma manifestação sintomática da importância que os trabalhadores rurais e suas organizações regionais lhe atribuíam na melhoria das condições de vida e de trabalho na década de 60. A figura de Miguel Arraes está profundamente vinculada ao processo de Catende e pode consultar-se em anexo (Anexo 3, doc nº1) o significativo discurso que proferiu em Julho de 1998 na Usina Catende colocando-se do lado do processo que ali estava em construção. Os trabalhadores rurais de Catende em sua homenagem designaram o assentamento que se constituiu a partir da expropriação de parte das terras da Usina Catende pelo presidente Lula da Silva, em 2006, de Assentamento Agro-industrial Miguel Arraes.

¹⁷³ A relação entre trabalhadores e patrão estabelecia-se a partir da concessão de *casa de morada* nas terras dos engenhos que assumia o estatuto de contrato de trabalho e que, até finais dos anos 50, se rompia precisamente com a entrega da morada pelo trabalhador, deslocando-se normalmente em seguida para outros engenhos. Associado à obtenção da condição de *morador*, que, como sugerimos, designava os que residiam e trabalhavam nos canaviais, estava não só a retribuição salarial, como “o acesso a um pedaço de terra para cultivar produtos de subsistência e eventualmente podia criar alguns animais” (Sigaud, 2005:4). Como salienta Sigaud (2005:4-5), “para o trabalhador, apenas as suas obrigações eram percebidas enquanto tais. As do patrão ele as representava como *dons*, como sinais de sua bondade, e sentia-se, portanto, endividado. De sua parte, o patrão se concebia como um doador: a casa de morada, a terra para cultivar, os presentes ao longo do ano atestavam apenas a sua generosidade. Ser generoso era um valor e o prestígio dos patrões se media pelos sinais exteriores da sua magnanimidade”. O caso da usina Catende sob a direcção de António da Costa Ferreira, o Tenente, (ou mais genericamente a usina Catende no seu período de apogeu económico) é claramente paradigmático de como os mecanismos de “protecção social” ou de assistência aos trabalhadores encetados pelos usineiros não só se prendiam com estratégias de afirmação do seu próprio prestígio social, como funcionavam como estratégia de captação de mão-de-obra e cuja gestão, obviamente, instituiu relações profundamente paternalistas e arbitrarias muito próximas das que Max Weber mobiliza para caracterizar as formas de dominação tradicional e que são típicas de formas de organização comunitária, tal como descritas por Ferdinand Tönnies. Ora, estes *dons* são um imaginário simbólico extraordinariamente poderoso para os trabalhadores actuais de Catende e têm na mitificação do passado o seu corolário mais evidente. Nesse sentido, o desejo dos trabalhadores para o futuro incorpora muito significativamente as referências simbólicas deste passado, e as entrevistas com os operários são particularmente significativas a este respeito, como o são as reacções dos trabalhadores rurais quando questionados sobre se a actual situação é melhor ou pior do que a do passado. Esta questão é claramente um desafio que o trabalho educativo tem dificuldades de enfrentar.

ditadura militar não mantenham uma actividade pública (greves e manifestações) como anteriormente, agindo antes na intermediação entre trabalhadores e justiça para reivindicação dos direitos legalmente instituídos. Este tipo de actuação dos sindicatos rurais na zona canavieira entre meados dos anos 1960 e anos 1970, tal como descrito no trabalho de Sandra Andrade (1994), significa essencialmente que o enfrentamento dos trabalhadores com o patronato se faz dentro do quadro jurídico e essencialmente a propósito da regulação dos direitos dos trabalhadores legalmente instituídos, ou seja, em que o potencial de contestação social é gerido dentro de um quadro jurídico instituído que dificulta a aplicação da tracção provocada pelo conflito à mudança social e onde questões mais fracturantes politicamente, como a reforma agrária, desaparecem da agenda sindical, a que não será igualmente alheio o investimento que durante esse período os usineiros fizeram em políticas de assistência e protecção social dos trabalhadores, precisamente como forma de desvitalizar as reivindicações sindicais e, mais genericamente, os movimentos sociais no campo vinculados à ideologia comunista. Mais ainda, o período de sensivelmente 20 anos que decorre entre a instauração da ditadura militar e o processo de re-democratização do país é também marcado por uma forte tendência nesta região para a cooptação dos sindicatos de trabalhadores rurais pelo patronato/usineiros e a constituição dos designados sindicatos “*pelegos*”, isto é controlados pela oligarquia da região, situação que só virá a ser enfrentada com o movimento das oposições sindicais que se vai desenvolver a partir dos anos 1980.

Apenas com a legitimidade política e a massa crítica conseguida com a conquista dos sindicatos de trabalhadores rurais dos vários municípios que envolvem a usina Catende e a transformação da luta destes trabalhadores numa causa que convocou para a região o apoio de entidades regionais e mesmo nacionais ligadas ao sindicalismo, – elas próprias em revitalização na sequência do processo de re-democratização do Brasil - mas igualmente os movimentos católicos já anteriormente envolvidos na mobilização e organização dos trabalhadores, se constituíram as bases para o re-desenvolvimento de uma lógica de *luta social* - que obviamente supõe uma mudança do padrão de relação patronato-trabalhadores vigente - onde se articula a intervenção na esfera pública com a intervenção na esfera jurídica e que, só assim,

parece capaz de penetrar as brechas de uma coriácea estrutura de relações sociais e produtivas secularmente instituídas e reproduzidas. Isto mesmo parece ser reconhecido nas palavras de um dos nossos interlocutores, identificando um conjunto de “*condições empíricas locais*” (Silva, 2000) que poderão ajudar a explicar por que encontramos este movimento em Catende e não em outra Usina:

- **Porque você acha que a Usina Catende saiu para a frente e outras não?**

- Algumas questões explicam o facto de ter tido uma reacção diferenciada quando a crise não era de uma empresa mas era de todo um modelo secular de exploração. De 19 empresas que estavam fechando, só uma teve a reacção que os trabalhadores tiveram em Catende que foi associar, em termos dos seus direitos, a defesa da terra, da posse, do trabalho e da empresa sem o dono, sem o explorador. **Eu atribuo muito a um trabalho de base que foi feito nos dez anos anteriores pela Igreja com comunidades de base que conscientizaram o trabalhador em relação a tomar os seus sindicatos, a conquistar os seus próprios sindicatos e fazer da defesa do direito um acto colectivo, um acto de consciência e um acto permanente de luta** que é o que é Catende hoje, continua sendo uma luta por direitos e por renda e por cidadania. (Entrevista Bruno Ribeiro)

Como sustenta José Francisco de Melo Neto (s.d.), a *luta social* neste momento do final dos anos 1980/ início dos anos 1990 na usina Catende tem como principal preocupação a reivindicação (da manutenção) do emprego a que se associa a preocupação com a preservação do património da usina, a que não é alheia, naturalmente, a percepção, compreensão e consciência dos problemas estruturais que afectam de forma cada vez mais insustentável o sector sucro-alcooleiro na região, agravados pelo desinvestimento e/ou desvio do investimento dos usineiros para outros sectores ou regiões ou pelas falências fraudulentas que levam a cabo, bem como as transformações que ocorrendo na escala global (por exemplo, o proteccionismo europeu à sua produção de açúcar ou a emergência ou consolidação de países produtores com custos de produção inferiores) afectam a economia local e, ainda, a transformação das próprias políticas federais para o sector que vêm desproteger a região do nordeste face à competição interna de outros estados do centro-sul que procederam à modernização da estrutura produtiva ou que dispõem de condições naturais mais propícias para esta actividade produtiva.

Bom, como nós éramos directores do sindicato, aí o sindicato de Palmares faz parte da área da Usina Catende, o município de Palmares tem 19 engenhos da empresa Catende e com a dificuldade financeira que a usina Catende estava passando, além de não pagar aos funcionários, o campo estava se acabando, a quantidade de cana que ela produzia aqui...foi a maior usina da América Latina e a usina estava numa decadência muito grande e aí os sindicatos se reuniram, o conjunto de sindicatos que agregam a região de Catende, da empresa Catende, e aí a gente fez um movimento com uma paralisação reivindicando o pagamento dos direitos trabalhistas, décimo terceiro, férias, que já vinha acumulando muitos anos, férias de muitos anos, décimo terceiro de um ano, três ou quatro semanas

sem pagamento de salário atrasado e isso fez com que os trabalhadores se revoltassem vendo a dificuldade e o campo indo abaixo, então os trabalhadores acharam que não ia mais ter possibilidade de a empresa ficar em dia com eles, então isso fez com que os sindicatos se juntassem e procurassem tomar as medidas, reivindicar da direcção da empresa o pagamento dessas dívidas trabalhistas e aí que não foi possível, não houve negociação nenhuma, não se chegou a conclusão de pagamentos, disse que não tinha condição, então aí foi que se pediu o afastamento dos directores da empresa e se avançou com a intervenção (?), e aí houve a intervenção e aí continuou até hoje, claro que foi muito difícil e a gente ainda se encontra em muita dificuldade, mas foi uma solução no imediato para que os trabalhadores pudessem continuar pelo menos trabalhando e recebendo o seu salário. (Entrevista Amaro Juvino)

Então, naquele pátio da entrada ali da Usina foi feito um acampamento, puxado pelo sindicato de Maraial, a oposição de Água Preta e a oposição de Palmares, e aí se conseguiu coordenar, então foi um momento importante, porque se parou a moagem, se fez todo esse procedimento, e os usineiros, naquele momento, já não tiveram possibilidades de reagir na base da pressão simplesmente, do massacre. Aí, pela primeira vez, eles tiveram que negociar com o sindicato. Foi um grande passo, foi um avanço, negociámos, houve as melhorias, definindo nas tarefas, tudo isso... Quando os sindicatos de Água Preta e de Palmares, a gente conseguiu mudar também, então isso foi-se complementando, isso foi dando uma outra condição num trabalho articulado.

Bom, esse trabalho ele foi se estendendo, foi se ampliando, numa parceria com a CUT, com outros... Quando em 93... Em 92! Junto com a FASE, que tinha escritório em Maceió, mas já estava discutindo a vinda aqui para Palmares, para a zona da Mata, concentrou CEAS, a Pastoral Rural e ACR, nós fizemos alguns seminários, e tirámos um documento onde a gente levantava as preocupações da realidade da Mata Sul. Foi interessante porque a gente previa a necessidade de algumas acções articuladas, e no momento era a questão do emprego. A gente levantava, por exemplo, a perca que já estava havendo dos empregos ali na região, as demissões que já estava havendo, e a possibilidade de um grande desemprego massivo na região, e algumas estratégias que a gente já pensava, e que começou a pensar naquele momento, e a necessidade de chamar a atenção das autoridades para políticas públicas que garantissem diversificação, que garantissem a estabilidade no trabalho, uma série de coisas nesse sentido. Quando a gente estava nesse processo de discussão, depois de algumas reuniões, repassando, constituindo um documento, consolidando um documento nesse sentido, aí vem 93, uma demissão em massa dos trabalhadores aqui da Usina [...] isso cai como um grande dilúvio, como uma grande catástrofe na vida das pessoas. Você imagina o que é você ter 2300 famílias de uma hora para a outra desempregadas, com pedido de desocupar a casa, e sem indemnização! Pessoas com 30, 40, 50 anos de trabalho, pessoas que nasceram e se criaram naquele engenho! Foi uma situação extremamente grave, muito grave. (Entrevista Arnaldo Liberato)

E Catende, dentro desse contexto, 93, demitiu 2300 pessoas. A partir dessas demissões em massa se criou aqui um movimento, um amplo movimento, com a coordenação dos cinco sindicatos, [...] Então com isso se fez esse trabalho amplo de coordenação, coordenado pela FETAPE e a CUT, e com isso se implantou aqui uma reacção organizada de trabalhadores a tudo aquilo que estava acontecendo na Zona da Mata, e principalmente em Catende, não é, porque é o histórico. As situações que a gente tinha visto em outras região do Estado era que o trabalhador estava perdendo o emprego, estava perdendo o empreendimento, e na verdade a gente ficava com a sentença na mão sem poder cobrar o seu direito. Então, era praticamente... Tinham o seu direito reconhecido na justiça, mas não conseguiam executar porque o património desaparecia. Então, em Catende a gente conseguiu se organizar, os cinco sindicatos, FETAPE, CUT, CONTAG, e reagir a tudo isso. Então, de 93 até 94 fizemos um processo de luta aqui por reivindicação dos direitos. Em diversas reunião e acordos descumpridos, e aí fomos consolidando a nossa luta, com o reconhecimento do crédito na justiça do trabalho, e no final de 94 para 95, quando não havia mais perspectiva nenhuma de que os trabalhadores pudessem receber seus direitos, foi quando a gente deu o ultimato e organizou o trabalhador do campo e da indústria para reagir a essa situação que os trabalhadores estavam vivendo. Porque já tinha desempregado 2300, e os outros estavam à margem, estavam à beira de ser demitidos também, porque aí no final de 94 deixou de se pagar os salários, deixou de pagar o 13º, que era uma coisa que os trabalhadores contavam o ano todo. (Entrevista Marivaldo Andrade)

A luta que começa ou o momento de «turbulência identitária» e os fraccionamentos internos de um novo «sujeito histórico»

A análise que produzimos anteriormente reivindica de certa maneira a necessidade de entendermos a dinâmica sócio-comunitária em torno da Usina Catende como o produto da conjugação de lutas sociais entre o trabalho e o capital que se tecem no longo prazo e a sua potenciação num momento histórico preciso – o início dos anos 1990 – precisamente caracterizado pelo aprofundamento da contradição capitalista num contexto de forte ênfase nas lógicas neoliberais de gestão económica e do trabalho. Por outro lado, também já fomos apontando alguns dos elementos que nos parece que foram tornando esta região e o sector agro-industrial do açúcar particularmente permeáveis ao aprofundamento daquela contradição (nomeadamente a sua descapitalização e a perda de vantagens económicas comparativas, mas também a elevação da consciência trabalhista e da sua organização reivindicativa). Ou seja, reúnem-se num dado momento e espaço o longínquo e o proximal, o processo histórico de formação das estruturas sociais com o momento localizado da emergência da sua negação dialéctica. Todo este processo e estes elementos convergem localmente no que poderíamos identificar como *“acontecimento desencadeador”*, que é também um momento de *“turbulência identitária”* (Teisserenc, 1994:190-191), do processo de constituição do que viria a passar a ser posteriormente designado projecto Catende/Harmonia, e que é também de pré-transição a um empreendimento autogestionário, e que claramente se encontra na demissão de cerca de 2300 trabalhadores em 1993 (depois de nos anos anteriores mais cerca de 1000 trabalhadores terem seguido o mesmo destino) sem qualquer indemnização e sem que as dívidas salariais que entretanto a Usina havia acumulado com aqueles fossem saldadas. Este tipo de momento/evento, identificado por Pierre Teisserenc (1994) como fundador das dinâmicas de desenvolvimento local, é assim designado na medida em que se caracteriza por uma grande efervescência ou *“turbulência”* em torno das iniciativas de desenvolvimento individuais e/ou colectivas que tocam todos os aspectos: económicos, sociais, culturais da vida local e se constitui numa ocasião para que os actores locais confrontem as suas representações do território, revejam as suas estratégias, identifiquem as suas divergências e pesquisem,

uma vez que a necessidade assim o obriga, os meios de ultrapassar as contradições que a situação lhes impõe, sendo que a superação destas contradições repousa, normalmente, no questionamento das relações de força que estruturam o sistema social local.

A demissão dos 2300 trabalhadores da usina Catende em 1993 terá sido precisamente esse momento e é verdadeiramente o episódio a partir do qual o movimento dos trabalhadores e a sua luta pelos direitos ao trabalho ou às indemnizações devidas face à demissão se torna imparável e há-de conduzir ao pedido de afastamento dos usineiros, primeiro provisório e, posteriormente, definitivo com o «inérito» pedido de falência interposto pelos trabalhadores em 1995. Inédito na medida em que este pedido de falência rompeu com uma prática instalada de fraudes levadas a cabo por usineiros em dificuldades que recorriam à falência como forma de assegurar para eles próprios o desmantelamento do património instalado (serem os liquidantes no processo de falência), um processo sintomaticamente designado de *“canibalização das empresas”*, lesando pelo caminho os direitos dos trabalhadores enquanto credores (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:6-7). Pelo que, quando em 1995, é decretada a falência pedida pelos trabalhadores esta é *“a primeira falência judicial de usina nordestina”* (op. cit. :7), singularidade que é reconhecida pelos próprios trabalhadores como uma vitória face ao que tinha todos os ingredientes para se tornar mais um processo de encerramento de uma usina, igual a tantos outros na região, e assinalando a importância social desta vitória. Como nos confidenciou um dos operários entrevistados:

Um facto único, pelo menos aqui no Brasil, das únicas usinas que aconteceu de uma classe operária, se falando de usina, afastar os donos, que estavam tentando fechar, a palavra é fechar, porque os donos não estão falidos, os donos estão com outras empresas, a família de usineiros são interligadas... E, no caso, os operários ia ficar aqui na área, de Catende, um caso social grave, onde profissionais, professores, estudantes, filhos de operário, profissionais competentes, desempregado. E essa parte de desemprego iria ser jogada nas costas do governo. **Então, os usineiros saíram daqui, mas estão sendo usineiros em outras empresas, abriram outras empresas... Mas aqui, a empresa não chegou a fechar, aqui não chegou a fechar, graças a um grito de guerra dos operários mesmo, que desafiou até a justiça, pela sobrevivência da empresa** (Ent Operários Usina Catende)

Ainda que a mobilização colectiva dos trabalhadores em torno da demissão dos 2300 trabalhadores continue a ser essencialmente protagonizada pelos sindicatos rurais, por uma federação sindical regional representante de trabalhadores rurais –

FETAPE - e pelos militantes da intervenção sócio-política na região oriundos dos movimentos ligados à igreja, pensamos que é neste momento que, pelo menos potencialmente, um novo «*sujeito histórico*» (Caldart, 2004) tem a sua génese e se começa a forjar, agregando os sentires dos trabalhadores rurais demitidos e daqueles com salários e outros direitos trabalhistas em falta, com a tomada de consciência que lenta mas progressivamente o operariado (que historicamente se constituiu como apoiante dos usineiros e nas palavras de um dos operários se encontrava como que separado por um muro de Berlim face aos trabalhadores rurais) vai realizando sobre a incontornável situação de degradação da usina e de depauperação dos seus direitos trabalhistas, nomeadamente o direito ao trabalho e ao salário e que leva, desde logo, uma parte deles a juntar-se à luta, a que se somam os trabalhadores rurais que ainda mantêm o seu emprego mas que vêem nos movimentos de demissão que desde o início dos anos 1990 se banalizam uma ameaça à manutenção dessa sua condição. A tudo isto some-se a compreensão de que as dificuldades por que os trabalhadores da Usina passavam e, supostamente, que a Usina enfrentava estavam longe de corresponder a problemas dos Usineiros...

Então, isso criou uma reacção de insatisfação, e até de revolta, ***“como é que a gente não tem aqui, e lá o pessoal está fazendo essa festa?!”***. Se tirou cópia do jornal, se divulgou, se distribuiu, e isso o pessoal começou chamar o *“vermeirão”*, era o reveillon, então era o vermelhão da família dos usineiros de Catende. Isso criou um mal-estar, nós tínhamos assumido o governo do Estado aqui, o Dr. Miguel Arraes, no 1º de Janeiro de 95; e aí iniciou-se a greve, com a participação dos trabalhadores demitidos, dos trabalhadores fichados do campo e de parte da usina. Não se conseguiu ter uma participação ampla da usina, mas houve uma participação, nesse sentido foi importante, paralisou-se a produção e, pela primeira vez, nós conseguimos, fazer um movimento com a adesão de todo o mundo da usina. Todo o mundo é assim uma forma de dizer, você não tinha todo o mundo, você não tinha as pessoas que estivessem contra, dizendo que a gente estava fazendo um movimento equivocado. As pessoas mesmo que não participavam, mas percebiam, viam que realmente o problema não era o movimento sindical, o problema não era os sindicatos do campo (que o sindicato dos operários não participavam disso).[...] Aí esse processo tomou um outro corpo, e aí a pauta de reivindicação, sugeriu-se então uma negociação, e aí entrou a FETAPE, entrou uma representação já do governo do Estado, e a pauta na DRT (Delegacia Regional do Trabalho) era o afastamento dos usineiros. Aí já tinha clareza que era impossível continuar com eles, e nisso havia um somatório: campo, indústria, todo o mundo somava que era essa a saída. Os usineiros estavam num nível de desgaste, que eles não foram para a reunião, eles não se sentaram à mesa, e foram representados pelo Sindaúcar, que é o sindicato dos usineiros (Entrevista Arnaldo Liberato)

Dada a história social de cada um destes grupos sociais na região e das próprias clivagens que resultaram de estratégias forjadas pelos Usineiros e que assentavam num tratamento substancialmente diferenciado em termos de obrigações e direitos no trabalho, o processo de mobilização para a luta social a partir da demissão em massa

de 2300 trabalhadores não esteve isento de contradições e conflitos na relação entre trabalhadores rurais e operariado fabril, começando desde logo pelo posicionamento que sindicatos rurais e sindicato dos operários assumiram face ao movimento de luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas, mas que igualmente se plasmaram nas relações inter-individuais dos operários e trabalhadores rurais.

Porque nós, por algum tempo, de 93 a 95, nós sofremos muito com essa questão, a usina, colocando que os trabalhadores demitidos ao fazer um movimento, iam parar a usina e iam tirar o emprego de quem estava trabalhando. Então nós passámos a ter conflitos dentro da casa do trabalhador: às vezes você tem dentro da casa um que continuava trabalhando, dizendo *“Pô, você já está desempregado e ainda quer que eu perca o meu emprego também?”*, e querendo responsabilizar o sindicato. Então, o pessoal da fábrica achando que a gente era os que estavam querendo acabar com a empresa e perder os empregos. Então era um problema porque, além de estar desempregado, você ainda estava sendo acusado de prejudicar os demais companheiros. Esse desafio muito grande, ele foi se superando a partir de muitas reuniões, muitos encontros, muitas discussões... (Entrevista Arnaldo Liberato)

Uma outra grande rejeição era dentro do engenho, e às vezes dentro da própria casa. Quando na família tinha um que foi demitido e o outro que continuava trabalhando, aí vinha um dilema. Por vezes numa reunião o trabalhador ou a trabalhadora dizia *“Para mim está muito difícil, eu estou desempregado, mas meu irmão está trabalhando, então eles estão dizendo para o meu irmão que eu estou querendo fechar a usina, e que eu estou querendo tomar o emprego dele.”*. E aí gerava um dilema interno na família... Ou o marido e a mulher, se a mulher fosse demitida e fosse participar de uma greve, de um movimento, de uma reivindicação, o marido dizia *“Olha, tu não vai, tu já está demitida, [não] vá eu também...aí então vamos ficar os dois, é melhor que tu não vá”*, e tivemos muito disso, não é? E o patrão alimentava isso, não é, que os demitidos, que os sindicatos, estavam querendo tomar o emprego de quem continuava trabalhando. E assim vivemos quase dois anos, 93, 94. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Como se depreende, nesta conjuntura e momento, não se identifica empiricamente uma aliança intensamente solidária entre camponeses e operários - que algumas correntes políticas inspiradas pelo marxismo entendem como vanguarda dos processos de mudança social revolucionária - que aqui surgem separados por interesses estratégicos que nos sugerem que não há aqui, ainda, uma consciência unitária de classe no seio do proletariado. Se esta situação nos alerta para algo é, precisamente, quer para a dimensão educativa que constitui o próprio processo de construção de um colectivo solidário para a luta social, um processo educativo marcado pela necessidade de gestão de uma heterogeneidade de níveis de consciência social que, naturalmente, não deixam de ser também atravessados por interesses¹⁷⁴ e

¹⁷⁴ Não é inócua a mobilização da noção de interesses neste contexto. De acordo com Matos (1999c:45), o sentido íntimo e primordial da ideia de interesse está associado *“ao ser entre, existir entre o que equivale a dizer estar dentro de alguma coisa, estar implicado, participar, sentir-se identificado”*, sendo que a comunicação é essencialmente uma relação de conexão entre interesses, isto é, o *“inter-esse, o*

estratégias racionais accionados distintamente por quem não tem mais nada a perder (demitidos e sem indemnizações) ou por quem ainda mantém o salário e o emprego, sentidos como garantes de uma existência que depende absolutamente daqueles, quer uma certa confirmação de que a mobilização para a acção colectiva neste contexto se constrói, pelo menos num primeiro momento, numa tensão entre consciência de classe, cuja constituição nos trabalhadores rurais se funda num trabalho sindical enraizado e que é pragmaticamente acelerada face à degradação das condições materiais de vida, e uma identidade comunitária construída por referência ao valor simbólico do trabalho na usina Catende naquele território, em que, portanto, o valor supremo continua a ser a sua preservação, se possível recuperando o velho esplendor perdido.

Esta questão da relação trabalhadores rurais/operários permaneceu problemática ao longo do tempo e agravou-se em alguns momentos do processo de transição autogestionária, sendo que a consideração do que foi o trabalho educativo desenvolvido com os operários constitui um analisador pertinente desta dinâmica.

viver entre” é que torna exequível a comunicação. A ideia de interesse aproxima-se igualmente de uma outra noção que é a de preocupação (pre-ocupação) na medida em que o interesse revela o que nos preocupa, quer seja do ponto de vista material, quer seja do ponto de vista afectivo ou mais genericamente de tudo que participa da nossa vida. Assim, tudo o que nos interessa e preocupa é objecto da nossa comunicação que é sempre comunicação com o outro o que, por maioria de razão, torna os interesses e preocupações questões intersubjectivamente dirimidas. Ora, como sustenta Matos (1999:45), *“interesse, preocupação e comunicação são, assim termos cujo significado, na sua radicalidade, anda associado ao sentido de preservação da vida – da vida como bem próprio e da vida como bem comum, na medida em que participo da vida dos outros como condição da minha própria vida”*, mas a preservação da vida – que gera os interesses, as preocupações e a comunicação – supõe também uma diversidade de modos de relação com esses mesmos interesses, preocupações e comunicação *“conforme as condições em que a vida, como experiência quotidiana, tem de ser vivida”* (idem:45). A questão coloca-se, portanto, no facto de que a comunicação com o Outro em torno da preservação da vida ter de inevitavelmente confrontar-se com o facto de que a vida não se desenvolve no vazio, nem é uma abstracção, isto é, ela é uma expressão concreta que decorre do *“desenvolvimento de determinações materiais, sociais, culturais, e morais que, originariamente, não são objecto de escolha [...] é por isso que, de certa maneira, nós não somos individualmente livres de escolhermos nem os interesses que temos, nem o tipo de preocupações com que nos debatemos, nem as formas de comunicação em que nos exprimimos. Como pré-instituídos que somos, historicamente e socialmente e, mais do que isso, pelas determinações dos contextos materiais e simbólicos de que emergimos e através dos quais nos formamos e somos formados, a parte que nos cabe na escolha dos nossos interesses é muito limitada. Historicamente e socialmente, somos limitados pela cultura que os nossos antepassados produziram ao produzirem as formas de vida colectiva em que se inscrevem as nossas vidas particulares.”* (Matos, M, 1999:46). Coloca-se então aqui uma questão crucial do ponto de vista da educação como comunicação entre interesses e que é a das suas potencialidades de promover a sua compreensão para transcender a pré-instituição dos sujeitos, como conquista da possibilidade de produção comum das condições de preservação da vida.

Aliás, ao longo dos primeiros dez anos de transição autogestionária (1995-2005) os conflitos entre trabalhadores rurais e seus sindicatos e administração da massa falida com o operariado e seu sindicato atenuaram-se ou intensificaram-se consoante a conjuntura política e económica interna do processo e, particularmente, das relações entre a administração da massa falida e o sindicato dos operários do açúcar, relações afectadas por dissonâncias relativas ao rumo estratégico do processo, entremeadas por conflitos associados a interesses políticos pessoais de alguns dirigentes sindicais que colidiram com as posições dominantes dentro do colectivo dos trabalhadores com peso na administração da massa falida.

Com efeito, o sindicato dos operários da indústria do açúcar manteve sempre uma distância face ao sentido do processo de transição autogestionário [cf por exemplo a entrevista do presidente ao sindicato dos operários da indústria do açúcar concedida a José Francisco Melo Neto (2002)] – nomeadamente tecendo críticas quanto à solução autogestionária adoptada, à gestão financeira e económica do empreendimento, à concepção de reforma agrária implicitamente subjacente e às políticas de diversificação produtiva voltadas essencialmente para os trabalhadores rurais - que conduziu em certos momentos ao confronto com a administração da massa falida e com os trabalhadores rurais que, aliás, teve como apogeu uma “*paradoxal*” greve de operários numa empresa sob administração dos trabalhadores que chegou a paralisar a moagem da usina e que foi apenas resolvida com a intervenção da justiça e conduziu ao afastamento da usina de alguns operários, bem como à proibição da entrada do sindicato dos operários no espaço da indústria, apesar de aí manterem um delegado sindical.

- E acham que os sindicatos, por exemplo, podiam ter esse papel ou não têm esse papel...

- Sim. Eu gostaria também que o nosso sindicato entrasse para dentro da usina que é proibido entrar para dentro da usina, só os dos campo é que ficam aqui dentro da usina, como é que pode? Só o campo, porque nós não pode entrar, porquê? Né? Eu queria que ele entrasse aqui dentro da usina para ver, para informar qualquer coisa a nós, ele não pode.

- Mas ele não participa das reuniões...

- Sindicato não, o de nós não. Foi proibido de entrar por causa de uma greve que teve aí que aí quase que botava nós para fora, ainda também, eu e esse aí, nós sentimos, quase que botava a gente para fora só não botou [...].

- E na altura vocês fizeram greve porquê?

- Nós, não foi nós. Não foi nós que fez greve, foi o povo do engenho que vieram para a portaria aí e depois sobrou para nós.

- E quais foram as razões...

- E quase que nós saíamos para fora...

- Por causa de salário.

- Botou nós de férias, 3 meses passei eu de férias. E quando nós veio trabalhar quase não entrava mais, só entrou por ordem do juiz que disse “*Não, vocês têm dinheiro para pagar o povo?*” para o Dr. Mário. Aí ele (o juiz) disse “*Não! Não pode botar ninguém para fora*”, para botar tinha que pagar. Eu com 25 anos como é que eu ia perder meu tempo todinho? Isso não existe, não perdi, ia passar fome como os meus filhos passaram fome? (Entrevista Operários Críticos)

Ora, esta relação impediu em grande parte que os operários, como colectivo portador de um sentido para o projecto do empreendimento Catende, se constituíssem em actores de pleno direito na definição estratégica do sentido do processo vivido em Catende, mantendo como sua principal referência a necessidade de manter a usina em funcionamento como forma de garantirem os seus salários. Mesmo a entidade organizacional representativa dos operários internamente – a comissão de fábrica – apenas participou nas reuniões entre trabalhadores e administração da massa falida durante um período relativamente circunscrito após a entrada dos trabalhadores para a administração da usina.

Depois de uma longa e interessante conversa com Chico Mendonça, um dos assessores da Usina, dirigimo-nos para a reunião que estava a decorrer na sala da Harmonia. **Esta é uma reunião semanal que integra os representantes dos sindicatos, rurais e operários (deixou de integrar o sindicato dos operários na sequência da greve de Dezembro, segundo creio), da administração da massa falida, da equipa de educação, dos técnicos e onde antes também participava a Comissão de Fábrica (afastada na sequência da greve de Dezembro, declarada ilegal e irresponsável pela justiça que superintende a massa falida e que processou os seus responsáveis para que, pela justiça, sejam responsáveis pelos prejuízos causados à usina e aos seus trabalhadores)...** onde se faz uma espécie de prestação de contas, se discutem os problemas da usina e se tomam decisões operacionais sobre o funcionamento corrente e prospectivo da usina. (Notas de Terreno, 3/03/2004)

[...] a estes problemas há que acrescentar, nas palavras deles, uma safra afectada pelas intensas chuvas de Janeiro e pela greve dos operários que, em Dezembro de 2003, paralisou a usina durante cerca de 20 (vinte) dias, deixando assim de produzir uma quantidade de açúcar que quase daria para uma folha de pagamento, e conduziu ainda ao desperdício de produção que, não tendo sido levada até ao fim, acabou por se estragar. Esta greve pode ser um dispositivo (analisador) interessante das contradições e conflitos que atravessam todo este processo, e significativo para a discussão dos limites da democracia (participativa?). (Notas de Terreno, 3/03/2004)

Nem todas as associações de moradores concordam com o rumo que a usina tem tomado e neste momento parece ser política da administração da usina não envolver essas associações no trabalho que se desenvolve, nem na discussão dos problemas que a usina vive. O argumento é de que a sua posição é antagónica sem ser construtiva, para além de que, na perspectiva dos assessores técnicos da usina, estas associações são instrumentalizadas pelos sindicatos, ou por algumas figuras de proa destes, que estão contra o projecto da usina, e nomeadamente este trabalho de “minar” o projecto terá como cabeças de fila os mesmos trabalhadores que protagonizaram a “greve” de Dezembro. Alguns destes trabalhadores foram judicialmente impedidos de entrar na usina e outros encontram-se “de férias” que sempre se renovam (Notas de Terreno, 3/03/2004)

Neste sentido, os operários - enquanto grupo profissional – também foram apenas envolvidos, de forma sistemática, no trabalho educativo durante os primeiros anos de transição autogestionária, após o que a estratégia adoptada pela administração da massa falida e, por extensão, pela equipa de educação, foi no sentido de “*cooptar*” individualmente alguns dos operários mais identificados com o processo em marcha para o projecto Catende/Harmonia (ou de estes individualmente irem aderindo ao sentido do projecto), mas não desenvolvendo qualquer iniciativa específica, nomeadamente de educação e de formação para os operários como grupo, o que não significa que individualmente, e enquanto profissionais dos vários sectores da indústria, parte do operariado não tenha sido directa ou indirectamente envolvido em iniciativas promovidas pelo Projecto Catende/Harmonia, como foi o caso, por exemplo, do acompanhamento e orientação que operários de vários sectores realizaram dos estágios realizados por jovens na usina, a participação de operários e do seu representante sindical interno nas reuniões do designado comité gestor que integra essencialmente os representantes das associações de moradores dos engenhos (portanto, dos trabalhadores rurais) ou ainda a participação de operários em representação da Usina em momentos de apresentação pública do Projecto Catende/Harmonia.

- O facto de serem mais novos do que os trabalhadores da usina, que fazem aquele trabalho à muito tempo e uma vez que vocês podem ter chegado lá com uma outra maneira de fazer as coisas, gerou algum conflito durante o estágio?

- Não! Não houve; até hoje não houve.

- As pessoas acolheram-vos...

- ...repassando o que eles sabiam para a gente

- Eles procuraram passar o melhor para nós.

- Isso também vos permitiu completar uma formação que era mais teórica. Sentiram que foi importante ver como na prática as coisas eram feitas?

- Na teoria as coisas são muito diferentes da prática, não é, mesmo porque quando você vai botar em prática aquilo que você aprendeu precisa até notar que precisa mais uma coisinha ali e mais aqui; e o único problema desses trabalhadores que estiveram connosco é porque nós somos a maioria mulheres, aí eles achavam que a gente não ia poder fazer trabalho pesado porque qualquer coisa que a gente ia pegar “Não! É pesado, e não sei quê e estão sujando as mãos e os cabelos...”. É muito engraçado! Aí terminaram se acostumando, vendo que a gente...que as mulheres não eram tão frágeis para não poder realizar o serviço lá deles, tratavam-nos com muita educação (...) porque o trabalho exige força física em determinados momentos e exige muito cuidado que é para não acontecer nada com a gente. Desde todo o momento, desde a direcção até ao pessoal aí dentro teve muito cuidado para não acontecer nenhum acidente connosco ali dentro.

- Também porque você é filho de operário, eles podem ser nossos pais, se conhecer, acima de tudo com respeito, como somos filhos como os filhos deles, então existe aqui respeito, não é, eu acho que jamais eles iam ensinar para a gente o que eles não queriam mostrar para os filhos deles. Então existe respeito, existe cuidado, existe a cumplidade. (Entrevista colectiva a Estagiários da Usina)

- Seu Cícero já falou um pouco, mas se quiser acrescentar, que mudanças é que vocês acham que tem acontecido com o vosso trabalho, desde que vocês estão aqui na usina?
- **Participação, hoje a gente participa mais, e temos condições de opinar sobre alguma coisa, dar as nossas opiniões, isso é que melhorou muito, porque o trabalhador hoje pode se expressar.**
- **Concordam com isso?**
- Eu concordo, apesar que, **quando era com os donos, uma palestra dessas mesmo, a gente não tinha, hoje isso é um privilégio, é uma beleza, a gente pode expressar alguma coisa em benefício da empresa, e para o próprio trabalhador, então isso para mim é bom.**
- Eu concordo também, acho que cada dia que nós passa melhorando seria melhor, né, e a gente pede que isso continue por muito tempo, que dê lugar aos nossos filhos e outras pessoas também que venham para desempenhar como nós sempre desempenhou nosso trabalho, e eu acredito que as coisas vão melhorando e cada dia eu acho que vai melhorar mais. [...]
- **Que mudança nota no seu trabalho ao longo deste tempo?**
- Com essa nova gestão? **Mudou muita coisa, principalmente dessa parte de diretoria, porque nós trabalhávamos antes com usineiros, e a gente na verdade não tinha tanta liberdade de definir alguma coisa perante a empresa, e hoje em dia tudo que é feito, há reuniões, há umas concordâncias juntando todo o apoio dos trabalhadores, tudo isso é decidido entre todos.**
- **Então agora já podemos retomar a questão que era o que é que vocês acham que ainda podia melhorar mais? O que é que vocês desejam que aconteça de futuro?**
- **Isso é uma liberdade boa, porque juntando campo e empresa para reuniões dessas, isso é muito bom, porque aí cada um dá sua opinião e aí se junta todo mundo pra ver qual é o sentido melhor, pra gente ter um futuro melhor, isso é bom...** (Entrevista Operários II)

Mas mesmo no interior do movimento sindical dos operários não deixa de se verificar uma certa ambivalência face ao processo vivido em Catende, mostrando a dificuldade de articulação entre uma definição política de princípios em abstracto e a gestão contextualizada desses princípios, ou, mais precisamente, a dificuldade de transformação da própria lógica de acção sindical exigida pelo seu envolvimento num processo de autogestão enquanto representante de uma fracção significativa dos seus integrantes, e em que a lógica da luta social inevitavelmente tem de se hibridar com uma lógica mais propositiva e programática. Esta coabitação entre uma lógica historicamente associada à intervenção sindical e a necessidade de produzir e incorporar uma lógica quase que paradoxal face àquela, parece ter sido vivida com bastante mais dificuldade pelo sindicato dos operários, resultado do seu afastamento da realidade do chão da fábrica e agravando esse afastamento. O próprio director de base do sindicato dos operários traduz expressivamente o paradoxo desta situação, mostrando a fractura identitária entre o ser sindicalista e o ser operário numa empresa administrada pelos trabalhadores:

- **No momento da falência qual foi o papel dos Sindicatos?**
- Na época da falência, os sindicatos rurais....foi quando se formou a Harmonia, não é? Teve uma assembleia aqui na Usina onde os Sindicatos Rurais participaram da directoria da Harmonia, no caso

Marivaldo Andrade, é o presidente da Harmonia, o presidente do Sindicato de Palmares era na época Ivanildo, fazia parte também da Harmonia, José Joaquim, de Catende, que é também do Sindicato Rural de Catende e o Sindicato do Trabalhador da Indústria do Açúcar ficou de fora na Harmonia porque naquele período existia uma Comissão de Fábrica aqui, o Sindicato envolveu-se mas teve um momento em que ele se afastou um pouco do açúcar, então existia uma Comissão de Fábrica onde o presidente da comissão era um cara meio...que se contrariava com a massa e não podia deixar brecha na época e botar uma pessoa administrador da fábrica na Harmonia porque ele ia cair de dentro, de dentro é que ia atrapalhar o processo. Aí, até hoje a Harmonia é formada por trabalhadores do campo e da indústria não por esse motivo.

- Desde o momento da fundação da Harmonia que houve essa...

- Foi, porque o Presidente da Comissão de Fábrica na época já que o Sindicato não actuava muito aqui dentro, aí o presidente da comissão é que actuava mais e ele queria participar da Harmonia e a gente sabia que se ele participasse ele era um cara que não concordava com a situação aqui de Catende na época, sabia que ele ia ser sempre contrário. Aí fechou o campo para o pessoal da indústria e o pessoal da indústria ficou sem...essa é a minha opinião.

- Mas em sua opinião, isso representa um empobrecimento para o projecto?

- Acho que é um empobrecimento, porque acho que tem que estar todo o mundo junto. Harmonia está aí esperando que a justiça resolva a massa para ela assumir e assumir logo com os trabalhadores do campo e da indústria, está tudo no mesmo barco, não é?

- Sim, a usina não vive só com trabalhadores do campo ou operários?

- Pois é, é tudo junto. Mas no caso está havendo aí separação. Harmonia não tem trabalhador da indústria, ela está sozinha. Mesmo o trabalhador da indústria se associando nela mas eles não têm representação dentro da Harmonia.

- Não têm uma representação junto do que é hoje a administração da massa falida?

- É.

- Isso empobrece, porque há uma parte dos trabalhadores que não está representada?

- Talvez até algum operário discorde da Harmonia por esse motivo porque é mais o campo, só o campo. Agora há uns quatro meses atrás a Harmonia estava trazendo projectos já com operários, projectos para pequenas empresas, ela estava indo buscar já os operários mas depois dessa greve em Dezembro, começou no campo e terminou com operários e houve aí...

- Voltou a haver um afastamento entre a Harmonia e um sector mais operário da Usina...

- É.

- Que trabalho é que o Sindicato faz com os trabalhadores a propósito do projecto da Harmonia?

- Não, o Sindicato não está no projecto não.

- Portanto não discute com os trabalhadores que representa aquilo que se passa...

- Não. Eu como sou um director de base, eu entendo melhor a situação da Catende. O Sindicato como é um sindicato que não vive em Catende, ele vive em Recife, ele só vem aqui a uma assembleia, ele só vem aqui a uma negociação colectiva de salário, então eu que vivo aqui dia a dia, eu não posso comparar Catende com a Usina vizinha, porque a vizinha tem um dono, aqui o dono é o trabalhador, aí a gente tem que fazer uma separação nesse sentido e eu acho que o sindicato ele não vem para esse lado, ele acha que no fundo tudo é igual, tanto faz ser Pumati, como faz ser Catende. Eu como vivo aqui, eu sei que não é assim porque há nove anos atrás, antes de nove anos tudo bem, mas hoje é uma Usina diferente das outras...não tem patrão, o patrão são os trabalhadores então essa greve que houve aí...eu participei mas não concordei muito, participei porque fazia parte do sindicato e se eu ficava de fora eu ia ser queimado, mas não era o certo porque o trabalhador que vem para a Catende não pode fazer uma greve porque ele está fazendo greve contra ele mesmo, é diferente de patrão. Eu vejo por esse lado, eu acho que o meu sindicato vê Catende como qualquer Usina, outra usina; há nove anos atrás Catende mudou e a gente tem de perceber.

- Na sua perspectiva, sem ser necessariamente a perspectiva do Sindicato, que trabalho é que acha que se podia fazer com os trabalhadores da Usina no sentido de discutir o projecto da Harmonia?

- Eu acho que se é um projecto que não pode ficar uma parte fora e outra dentro, tem que ser ou tudo fora ou tudo dentro, não pode ser a parte de operário não ter representação.

- Da sua sensibilidade junto dos operários, que argumentos é que eles encontram para estar a favor ou contra o projecto?

- Eles são mais contra, mais contra, por esse motivo...

- Por estarem afastados da Harmonia....

- É por esse motivo. Eu vejo muito essa discordância deles com a Harmonia porque não têm representação dentro da Harmonia, não precisa ser o Sindicato não, qualquer um trabalhador aí, colocar um trabalhador aí para representar também...fazer parte da Harmonia representando os trabalhadores da indústria, apesar que a Harmonia ela vinha agora colaborando com os trabalhadores da indústria, ela vinha buscando pequenas empresas, ela vinha lutando pelo operário, mas se ele não tinha assim uma representação... (Entrevista Edvaldo Ramos da Silva)

Por isso, os discursos recolhidos dos operários divergem em função do seu alinhamento com o processo vivenciado o que tem repercussões no modo como representam a relação com os trabalhadores rurais e a transformação desta através do projecto, ainda que a sustentabilidade do funcionamento da usina permaneça como unificador entre os discursos críticos e os discursos apologéticos proferidos pelos operários relativamente ao que se vai passando, bem como haja uma nítida consciência da transformação positiva relativamente às dimensões imateriais do trabalho (nomeadamente as relações sociais entre trabalhadores da indústria mas também, em alguns casos, com os próprios trabalhadores rurais, à possibilidade de participação entendida como liberdade de acesso à administração e expressão das suas opiniões, a maior consciência e responsabilidade sobre o trabalho executado e a consciência da importância do seu papel enquanto inscrito no processo produtivo global) que a transição entre uma usina administrada por um patrão e a situação que experienciam acarretou

Na época dos usineiros a indústria parecia feito aquele muro de Berlim! De um lado o campo, do outro lado indústria. Hoje, não. Hoje, indústria e campo é uma coisa só. Inclusive, quando já houve greve aqui, de certos grupos que queriam invadir, os Sem Terra, invadir terra da usina Catende... Apesar que Catende nesse processo... Mas é um processo de empresa do trabalhador, não é? Essa gestão, no caso, vêm os Sem Terra para invadir a terra de trabalhador, aí é um erro! Ainda bem que o governo, as equipe competente chegaram a um acordo e não deixaram que isso acontecesse! **Mas se reuniu campo e indústria para não permitir isso, quer dizer, os trabalhadores hoje, eles estão unidos, unidos com um só objectivo, que é a sobrevivência da empresa, porque com isso ganha o operário, a família, o comércio, a fábrica, a educação, a área social e um alívio para o governo, que não vai se preocupar com aquela empresa que está em andamento.** Esse caso social, esse projecto, como está caminhando, se seguir em frente, chegando à conclusão da massa falida para uma nova empresa, como já está em caminho, chegando essa conclusão, tranquilamente vai ser... Com tranquilidade para o governo... (Entrevista Operários I)

- Hum hum. Essa diversificação também afecta os próprios operários, não é? Não é só os trabalhadores rurais...

A: Afecta de uma maneira geral campo e indústria. Como o beneficiado é mais o campo, porque o pessoal da indústria, eu e os demais que estão aqui presentes, a gente bota a mão na ferragem, no reparo, para fazer uma manutenção, uma compra de material, uma coisa ou outra... Já a parte do campo, no meu entender, ele tem uma jornada de trabalho, no próprio campo, e tem acesso à terra lá, ele chega às cinco horas da manhã para dar a produção dele. No meu entender... Cinco da manhã, quando às dez horas, onze horas, já fez aquela tarefa, compreendendo as ordens de trabalho. Daí por

diante, ele começa a trabalhar no plantio dele, como o projecto Cana de Morador... **Porque também esse trabalhador do campo, na época, só era cortador de cana: veja quanto não mudou! Ele hoje é operário, e quando termina a jornada de trabalho, ele vai ser fornecedor da empresa, como qualquer um outro, com tantos hectares plantados, sendo fornecedor, e trabalhando para ele. Então, essa diferença existe, do operário da indústria para o operário do campo.**

- **la-lhe só fazer mais uma pergunta: como é que os operários são envolvidos na vida da usina? Através do sindicato, há uma relação próxima com a administração... Ou acha que devia mais proximidade...**

A: Os operários... No meu caso, eu poderia responder assim essa pergunta, como se fosse uma pergunta particular... Agora, a gente sabe que eu falar pelo...

- **Sim, pois... Responda só...**

A: Vou fazer a minha resposta particularmente. **Agora, dentro do meu contacto que eu tenho com os meus companheiros da indústria, sabendo que essa minha ansiedade pode ser assim um percentual grande também para eles... Uma, é para resolver esse problema de Catende, o que o operário está mais querendo, é que a usina – isso é de uma maneira geral – se saia logo dessa situação difícil. Isso, eu acho que é uma maneira geral que os operários pensa. E qual seria o processo? Essa demora tão grande do fechamento da falência... A gente sabe que não é fácil, que tem muitas coisas que do lado de lá rola, com os donos, para também da justiça resolver, poder ficar livre, para poder passar para os operários assumir... Mas essa demora muito grande faz com que os operários sofra mais, porque enquanto estiver no período de massa falida, os operários é que estão suportando toda a carga de dizer “Bom, a moagem terminou, vai começar a crise.”. Isso, todos eles sabem... Aí, qual é a ansiedade do operário? Rapaz, renegociar algum dinheiro para, daí para a frente, a gente sobreviver, e para a questão de pagamento. Porque quando não tem pagamento, aí começa prazo de água, energia, não é? A sobrevivência dessa parte... Para se manter... Então, a preocupação do operário é que quando está moendo, é tranquilo; quando pára... Sofre mais o pessoal da indústria, porque o pessoal do campo tem lavoura...**

- **Exacto, permite sobreviver...**

A: Agora, o da indústria... É meio complicado... E a ansiedade geral, e eu estou me referindo a essa parte, de fechamento da falência, de Catende já começar como nova empresa, então daí já era um alívio! A preocupação, de uma maneira geral, é essa. Quando está moendo, tudo bem, mas quando pára, quando está pertinho de parar... Será que vai, quando parar, vão botar a gente de férias, a gente já está com dívidas feita em caixa... Eles fazem uma pergunta, de uma maneira geral, assim... Eu mesmo me faço essa, se já...como fechou... E geralmente, quando a directoria vai fazer o fechamento da moagem, faz uma reunião com os operários no pátio e conversa, e essa pergunta rola: como é que vai ser...

- **Sim, é uma questão... É um problema.**

A: É um problema. Enquanto não solucionar essa questão de nova empresa, e fechamento da falência, aí existe essa preocupação de sobrevivência... Mas o restante, como projecto Catende, eu acho que é bem.” (Entrevista Operários I)

- **Vocês acham que isso é uma das coisas que mudou desde o período dos usineiros para agora, os trabalhadores são mais ouvidos ou vocês acham que é a mesma coisa?**

- **É isso como estava dizendo, a gente tem que ter esse espaço. Não é que a gente queira aparecer, é ter aqui esse espaço para discutir o que é que está acontecendo, entendeu? Que a gente não está tendo, a gente teve esse espaço, hoje só tem acesso mais... sindicato e associação, delegado de sindicato. Então tem que ter esse espaço para o próprio trabalhador, como tinha com o Dr. Mário, se reunia, perguntava o que é que estava acontecendo, o que é que está faltando e isso aqui não houve.**

- **O que é que vocês acham?**

- Olhe, na gestão Dr. Mário, Dr. Mário fez uma coisa boa para o povo do campo. **Agora para nós, não. Porque o povo do campo...ele deu terra para o povo plantar e nós não. Nós sempre leva aqui somente no ferrugem, só no ferrugem. Aí a prioridade maior está no povo do campo. Nós aqui não tem quase prioridade.**

- **E acha que devia ser feita alguma coisa para...**

- **É, devia ser feita a mesma coisa com o povo da empresa.**

- **Devia ter projeto para o povo da usina como tem para o povo do campo, ter uma saída para esse pessoal daí.**

- **O povo do campo tem projeto, o povo da usina não tem projeto.**

- O povo do campo é um projeto atrás do outro!
- Vocês aqui nunca tiveram, por exemplo, projetos de capacitação profissional, nem de diversificação, nada?
- Não, nada. Nem um projeto, agora o povo do campo tem maior prioridade é o povo do campo porque... Na gestão do Dr. Mário, né, na gestão de Marivaldo, não. Na gestão de Dr. Mário aqui o povo daqui da empresa andava atrás e plantava uma caninha, agora só que ele não fez que nem fez no povo do campo.
- E acham que os trabalhadores da usina que gostariam de ter essa possibilidade de plantar?
- É, sim. Plantar, projeto também para o trabalhador da usina também... É isso que eu acho.
- Também pensa assim?
- Eu acho também. (Entrevista Operários Críticos)

Naturalmente que a tensão desta relação entre sindicato operário e projecto Catende/Harmonia a partir de certo momento é biunívoca, gerando-se as já referidas situações paradoxais de greves operárias numa empresa alegadamente gerida pelos trabalhadores e o crescimento de um sentimento de desafiliação de parte dos operários face ao processo em curso, mas não em relação à usina, bem patente na expressão mais ou menos explícita do seu descontentamento face à prioridade que o projecto vai atribuindo à intervenção na melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais (e não na melhoria das suas próprias condições de vida) ou, para alguns operários críticos do processo, ao esquecimento ou ostracismo a que são votadas as suas vozes dissonantes.

A pertinência da ênfase desta relação entre operários e projecto de transição autogestionário na economia deste nosso trabalho prende-se essencialmente com dois aspectos de que cremos que é analisadora: i) das formas de gerir a heterogeneidade de sentidos no seio de processos de desenvolvimento sócio-comunitário e ii) da íntima relação entre acção sócio-política e acção educativa.

Relativamente ao primeiro aspecto, a nossa análise sugere que a heterogeneidade não foi incorporada no processo de produção e definição de um sentido para um bem comum segundo uma lógica de gestão complexa daquela heterogeneidade, mas antes segundo uma lógica de gestão segmentada daquela heterogeneidade. Esta questão não pode desligar-se da imprescindibilidade que normalmente assume em projectos de desenvolvimento local de iniciativa de movimentos sociais a construção de uma legitimidade para o sentido que se prossegue e que geralmente passa pela afirmação de uma identidade *monolítica*, isto é, que obedece ao accionamento de estratégias identitárias defensivas típicas do

enfrentamento de grupos social, cultural e economicamente dominantes. De qualquer modo, não deixa também de significar que o sentido prosseguido no processo de desenvolvimento comunitário que aqui se configura acabou por segmentar e hierarquizar claramente os sentidos de futuro ali presentes (os projectos subjectivamente vividos por operários e trabalhadores rurais), conferindo maior legitimidade e prioridade política a um deles, sem que a heterogeneidade desses projectos, e o conflito inerente a esta, tenha sido comunicacionalmente mediada. Ainda assim, a acção comum tornou-se possível porque as ordens de justificação subjacentes a cada um destes grupos e à sua definição política do sentido para o projecto de transição autogestionário e sua adesão implícita ou explícita a ele se articularam compositamente e permitiram gerar uma situação de gestão tensa mas possível do desacordo (Boltanski & Thévenot, 1991): por um lado, os operários visando a continuidade do funcionamento da usina e a recuperação da sua distinção no sector agro-industrial da região, sem alternativas de emprego locais e, na sua maioria, produtos de gerações sucessivas de trabalhadores da Catende e do seu imaginário simbólico (não é incomum que os discursos dos operários atribuam à usina Catende o epíteto de “*mãe*”), por outro lado, os trabalhadores rurais que mantêm uma âncora identitária ao permanecerem como trabalhadores da cana e da usina Catende, que é também a âncora economicamente mais viável no contexto local, a que se agrega a sua transformação em agricultores familiares, produtores e fornecedores de cana participantes de direito da gestão da usina, onde antes nem sequer entravam, que representam a sua valorização política como trabalhadores e cidadãos e que foi promovida por todo este processo e, por outro lado ainda, um projecto de transição autogestionária em construção, protagonizado pela administração da massa falida em representação dos trabalhadores, que encontra na manutenção do funcionamento da usina a solução provisória, economicamente mais viável, para projectar um futuro alternativo que possa ir ao encontro dos vários interesses em presença, transcendendo-os pela definição de um bem comum maior. Tudo isto, leva-nos a concluir que é possível a acção comum nos processos de desenvolvimento, segundo uma lógica de gestão estratégica das heterogeneidades, sem que necessariamente esta seja equivalente a uma acção colectiva, em que as heterogeneidades são

comunicacionalmente mediadas de modo a produzir-se uma legitimidade sócio comunitária para a intervenção (Matos, 2004), ou seja, que a primeira pode existir sem que necessariamente se sobreponha à segunda e que cada uma delas configura lógicas distintas de pensar e concretizar a intervenção no desenvolvimento sócio-comunitário.

Relativamente ao segundo aspecto, o tipo de relação tensa, e por vezes mesmo conflituosa, que se verifica entre a administração da massa falida suportada maioritariamente pelos trabalhadores rurais e o sindicato dos operários da indústria do açúcar é, na sua génese, uma relação política: resulta do confronto de visões sobre o sentido do processo em curso, as estratégias escolhidas para o pôr em marcha e o seu futuro. O curso desta relação é igualmente marcado por um conjunto de acções vincadamente políticas – a greve dos operários, a proibição judicial da entrada do sindicato dos operários (ou de alguns dos seus elementos) na usina na sequência de uma acção interposta pela administração da massa falida, o afastamento de operários envolvidos na greve de Dezembro de 2003, a troca de acusações nos meios de comunicação social entre sindicato dos operários e a administração da massa falida a propósito da gestão financeira, a retenção pela massa falida das contribuições sindicais dos operários devidas ao sindicato, a genérica inexistência de programas de diversificação produtiva e de educação e formação para os operários ... - mas que, diríamos, inevitavelmente, são produtoras de efeitos educativos com consequências nas disposições dos sujeitos face ao processo em curso, particularmente, como é óbvio, nos operários.

Mas regressemos ao movimento na sequência da demissão colectiva dos 2300 trabalhadores rurais na medida em que é também particularmente significativo pelo apoio e solidariedade que recebe da comunidade envolvente, não só porque aí se concentram os agregados familiares dependentes dos salários dos trabalhadores, mas igualmente porque num contexto em que as actividades económicas dos 5 municípios que circundam a usina Catende são altamente dependentes da circulação monetária que resulta dos salários dos trabalhadores, esta situação da demissão em massa representa um forte abalo na economia local e a que deve ainda aduzir-se a relevância simbólica e histórica que a usina Catende tem para as pessoas em termos identitários e

para a cidade de Catende que nasce à sua sombra. Como nos referem os próprios operários e sindicalistas:

Qual é a importância que a usina tem para toda essa região? Qual a importância que este projeto pode ter para toda a Zona da Mata Sul?

- É importante demais, **porque quando aqui não efetua pagamento, quando não existe dinheiro, não é só Catende que sofre, toda região, Palmares, Água Preta, Jaqueira, até Caruaru, até o próprio Recife mesmo, na capital, acredito que há uma queda quando não existe pagamento aqui, abrange toda região, isso mexe com o comércio local e circunvizinhos.** Isso aqui acabando vai mexer muito no comércio, tanto local como vizinho.

- Essa empresa aqui ela está localizada numa região muito boa e favorável a muitas cidades circunvizinhas, por exemplo, Palmares, Jaqueira, Água Preta, Xexéu, Frei Caneca, Maraial, Belém, **esse pessoal todo, depende, não depende, mas tudo isso, ela tem ajudado essa região todinha por aqui, é uma usina que realmente é o foco, ela é fundamental nessa região, a cidade de Catende não sobrevive sem essa usina, onde é que todos esses trabalhadores, essas famílias todinhas iam trabalhar? Aí ia ser um Deus nos acuda, porque dependem muitas famílias dessa empresa, muitas mesmo, eu acho que se passar na cabeça de uma pessoa, de fechar uma empresa dessas, um homem desses é louco [...]** (Entrevista Operários I)

- Na sua opinião, que importância tem esta usina para esta região e para estas comunidades?

- Bom, ela tem duas importâncias: a primeira importância é a de manter os empregos, é manter o emprego e o segundo é a região, o dinheiro que circula na região, não é só trabalhador que trabalha para ela que é beneficiado, mas é o comércio de Catende, é o comércio de Palmares, o comércio de Água Preta, então é a região toda que sobrevive em torno dessa usina, então é por isso a grande importância de ela se manter viva, manter funcionando [...]

- Pois, ainda são uns milhares de famílias que estão dependentes de Catende...portanto seria um problema de desemprego e de fome muito grave...

- Pois é, não só ia afectar os moradores que têm os seus empregos e a sua cana para moer mas também o comércio de Catende, o comércio da região também que ia sofrer muito com o fechamento dessa usina e é só por dizer que eu acredito que isso não acontece. (Entrevista Amaro Juvino)

A este respeito é particularmente significativa a evocação afectivamente investida e a relação identitária formada em torno da dimensão do trabalho rural e fabril - da sua aprendizagem e das trajectórias entre o trabalho rural e o trabalho na indústria - que os trabalhadores mantêm com a usina e que se reproduz geracionalmente, já que está presente tanto nos discursos dos trabalhadores mais antigos, que salientam a sua *filiação familiar* à usina, como dos jovens que ingressam no trabalho na usina ou nos projectos dela derivados já durante a administração dos trabalhadores, o que dá mais força à tese de que a mobilização e acção colectiva neste contexto e a redefinição de um sentido para a vida naquele território (económico, cultural, organizacional, social), no que apelidamos de dinâmica de desenvolvimento sócio-comunitário, são indissociáveis desta vinculação identitária historicamente erigida face à usina constituída como o empregador privilegiado, senão quase exclusivo, da região que, naturalmente, é também uma dependência que funciona

como inércia para uma potencial mudança que não passe pela manutenção do funcionamento da usina.

- A primeira questão que eu gostava de vos colocar é há quanto tempo trabalham aqui na usina, e em que funções é que trabalham. Não sei se podemos começar...

B: Eu trabalho... Agora em Agosto, no dia 29, completo 26 anos, todo em laboratório industrial; e trabalhei três anos no sacarose. Vinte e seis anos!

- Vinte e seis anos de serviço...

B: **Tive meu pai como carpinteiro, trabalhou 44 anos aqui na empresa, sou filho de operário.** Coriolano Viana da Silva, Filho: é meu nome também, Coriolano Viana da Silva.

- Hum, hum. Portanto, já é uma tradição familiar o trabalho aqui na usina.

B: Aqui, eu comecei na amostra, auxiliar de analista, e depois encarregado do laboratório, agora, ao momento.

- Começou com que idade, já agora, só por curiosidade?

B: Dezanove anos. Desde os meus dezanove, em 1979, 29 de Agosto de 1979.

- Isso é que é memória! [risos]

B: Completo vinte e seis anos dia 29 desse mês.

- Mas nunca teve vontade de ir trabalhar para outro lado?

B: Não, vontade, não... **Porque filho de Catende, na parte que a gente entre aqui, a indústria era rica, era difícil de entrar, quando entrava, para sair, só se fosse ruim mesmo, se não fizesse, e como filho em Catende, fiquei aqui na cidade, fiquei aqui mesmo, porque sair assim para fora, se tem família isso tudinho, é mais difícil, por causa disso de... onde arrumar serviço, pegar ônibus essas partes assim é mais difícil... E aqui, não, aqui na cidade, para a indústria, vem a pé mesmo, é mais tranquilo... A família da gente está aqui...**

- Vou-lhe fazer a mesma pergunta, portanto: há quanto tempo é que trabalha aqui, e em que função?

C: Faz... Vai para completar 23 anos, agora no dia 12 de Agosto, que eu trabalho na empresa. **Até porque eu também sou filho de operário**, meu pai era motorista da empresa, era mecânico de automóvel, e depois motorista. Aí, meu pai era Osvaldo, hoje já falecido, eu sou Olivaldo. Aí comecei aqui na empresa como vigilante, depois passei para o laboratório sacarose, passei uma experiência na destilaria, quando tinha destilaria aqui, numa experiência de um mês, voltei para o laboratório sacarose, porque não me dei lá com o cheiro do álcool, e aí hoje estou na oficina mecânica, sou mecânico de manutenção, que no caso, aqui, se chama serralheiro.

D: Eu estou aqui... Entrei aqui no dia 4 de Fevereiro de 75, estou com trinta anos de trabalho aqui. Comecei em serviço ambulante, né? Hoje trabalho ao pé do turbino de açúcar, faz mais de vinte anos que eu estou nesse sector. **Sou filho de Catende, filho de operário também: meu pai foi vigilante, trabalhou aqui 45 anos...**

- Uma vida!

D: Uma vida! Trabalhou aqui... trabalhou 35 anos na empresa, e 10 anos no campo. Isso aí que os companheiros falou: **nós somos filhos de Catende, não temos vontade de sair daqui porque a área de trabalho lá fora, nós não estamos preparados bem para isso aí, e optámos ficar aqui, isso é de pai para filho, né? Meu pai trabalhou aqui, eu continuei aqui, já tem um futuro da família aqui, como nós, continua a família aqui, entendeu? E hoje nós estamos aqui, praticamente isso aqui faz parte da nossa vida. Há gente que trabalhou nela dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta anos, tem operários muito mais velhos que nós aqui, isso aqui, para a gente, é a nossa casa, entendeu? Fomos criados aqui, quem é nosso familiar está aqui, ainda hoje estamos lutando por isso aqui. Eu acho que só saímos daqui quando for para a outra vida, né? A gente aqui estamos integrados. Já passei muita dificuldade, aqui, muita dificuldade"** (Entrevista Operários Usina I)

- O que é que o motivou a inscrever-se no curso?

- Primeiro que tudo eu sempre acreditei aqui, não é. **Meus pais, meus avós foram daqui, então eu tinha um desejo, todo o mundo tem uma ambição na vida**, ninguém diga que não que não é verdade, então eu estava também desempregado, que é a realidade, não é, entrei, comecei a me envolver profundamente dentro do estágio e hoje estou aqui dentro da empresa.

- E é uma perspectiva de futuro?

- É uma perspectiva de futuro porque primeiro que tudo eu estou aqui porque acredito, se eu não acreditasse aqui, eu não ia procurar aqui para me envolver profissionalmente e procurava outra coisa, não é. Mas estou aqui realmente porque acredito no futuro. (Entrevista Wheliton)

- Tudo o que eu tenho, tudo o que eu sei primeiramente deve-se à Usina Catende. Tudo o que eu aprendi foi aqui. **Meu pai morreu, trabalhou em Catende 40 e tantos anos. Se aposentou-se meu pai, se aposentou-se dois irmãos meus e agora falta mais eu.** Vamos pensar positivo [risos], se Deus quiser vou-me aposentar aqui na usina.

- Meu pai se aposentou e faleceu no mês passado.

- É que nem eu, falo a mesma coisa também, meu pai também é aposentado aqui.

- Meu pai, minha mãe, sempre trabalhei, graças a Deus se aposentaram aqui na usina Catende. E eu tenho fé em Deus de me aposentar aqui também.

- Tenho dois irmãos que trabalham aqui, com fé em Deus eu vou-me aposentar e eles também vão se aposentar.

- Vocês têm filhos que já estão aqui na usina ou que desejariam que eles trabalhassem também aqui na usina?

- É, nós quer ela vá para a frente para isso, para mais tarde para nossos filhos também.

- Nós temos uma vida para seguir, acredite, pode acreditar. Eu gosto muito daqui, trabalhar em Catende. Eu nasci aqui em Catende.

- Sim, para quem nasceu aqui, para quem sempre trabalhou aqui, de fato a usina é, como há bocado dizia, é uma espécie de mãe, não é?

- É.

- Mãe da cidade e mãe dos trabalhadores.

- Agora para correr mundo é besteira. Agora gente ficar aqui, aqui, continuar trabalhando aqui, nós fica aqui mesmo.

- Se tivesse 20 e poucos anos...

- É esperar aqui mesmo pela melhoria dela.

- Vocês, o vosso trabalho, aprenderam aqui mesmo na usina?

- Aprendemos, aqui mesmo.

- Com outras pessoas que já...

- Noutro canto só faz o mesmo também, é só aqui mesmo.

- Com as pessoas mais velhas. Já se aposentaram, estão em casa, outras já faleceram...

- Outras já morreram. É. (Entrevista Operários Críticos)

- Trabalha para a usina há quantos anos?

- Eu fui fichado nessa empresa aqui em 80, **mas eu sou filho da própria empresa, o meu pai já era operário aqui da empresa, aí em 80 fui fichado e passei uns tempos com os donos da usina e depois entrou a intervenção aqui do síndico, do Dr. Mário, e estou continuando a trabalhar na empresa, sou fichado, e comecei a plantar porque eu só estava trabalhando para os outros e deixava a minha família passar necessidade, aí hoje eu botei a cabecinha no lugar e estou começando a plantar, aí é o primeiro que estou moendo, é esse ano, nos próximos meses, se deus quiser, aumento mais a minha produção para cana e sempre assim vamos aumentando, nós estamos acreditando no projecto por isso nós estamos na continuidade a trabalhar e aqueles que não estão trabalhando também aí vêm aqueles que estão trabalhando e vai chegar para querer produzir porque só esperar pelos outros não dá.** (Entrevista Júlio Caetano da Silva)

- Quando é que o Adelmo chegou ao projecto Catende Harmonia?

- Eu nasci aqui nas terras de Catende. De empresa já eu tenho 15 anos de empresa, mas eu sou filho de Catende.

- O Adelmo começou como trabalhador rural?

- Foi, **trabalhava no campo tinha os meus 14 anos, até 17 anos trabalhei no campo.** Depois entrei na indústria quando tinha 18, aí sai, fui para São Paulo, passei um ano e voltei. **Então vai para 15 anos que estou na indústria.**

- Já é uma vida.

- **É uma vida toda aqui.** (Entrevista Adelmo Rodrigues da Silva)

- ...Falasse um de cada vez para isto ficar registado. É há quanto tempo é que trabalham na usina, em que setor é que trabalham, se sempre trabalharam no mesmo setor, se mudaram de setor...

- Não o meu setor... **Eu tenho 25 anos na usina, tenho 5 anos clandestino, na época de Sr. Égídio e tenho 20 de fichado. Todo o meu setor foi de iniciação de caldeira verde.**

- Eu tive 3 anos trabalhando como pelequeiro. Não é uma coisa de... Vou completar agora em Outubro 18 anos.

- **Também sempre...**

- **Trabalhei sempre na caldeira.**

- **O Sr....**

- **Eu nesse tempo eu trabalho no engenho, sabe? Aí eu trabalhei 11 ano no engenho.**

- **Como trabalhador rural?**

- **Como trabalhador rural. Aí depois eu passei a ficha para a usina.** Aí vou fazer 25 anos agora em Janeiro, no dia 11 de Janeiro.

- **E na usina, também trabalha no setor das caldeiras?**

- Trabalho no setor da ponte volante.

- **Do?**

- Ponte volante. (Entrevista Operários Críticos)

- **la começar por lhe perguntar: trabalha em que sector da usina?**

A: Eu trabalho no sector de pagamento de cana pelo teor de sacarose, laboratório de sacarose.

- **Trabalha há quanto tempo aqui na usina?**

A: Vinte e sete anos.

- **Portanto, tem acompanhado a vida da usina ao longo de todo este percurso, não é?**

A: Exactamente.

- **Trabalhou sempre ligado a esse sector?**

A: **Desde que entrei, foi em sector de laboratório. Comecei num laboratório industrial, e depois, em 83, passei para o laboratório sacarose,** foi quando começou o pagamento de cana pelo teor de sacarose, em Pernambuco – já existia em Alagoas, mas depois começou em Pernambuco. (Entrevista Operários)

Ora, as implicações sociais e económicas locais da demissão desta quantidade de trabalhadores, a mobilização dos trabalhadores em reivindicação do seu direito aos salários em atraso e indemnizações compensatórias e o apoio externo a esta reivindicação e a compreensão ainda que restrita do sentido desta luta para a comunidade envolvente terá com certeza criado condições para que a legitimidade da intervenção dos trabalhadores, mesmo que apenas numa óptica de salvaguarda dos seus interesses não assegurados e ainda sem uma definição do futuro da sua luta, fosse reforçada comunitariamente, o que justificaria o apoio que a cidade ofereceu aos trabalhadores nos momentos de enfrentamento mais difíceis.

Então, conseguimos também fazer um trabalho com as famílias da cidade de Catende que, por algum tempo, ficaram ajudando, fazia-se as comissões, que saíam nas casas na cidade pedindo, e o pessoal dava ajuda para o comité de greve, o pessoal que estava trabalhando, de café, açúcar, feijão, fubá, ... e foi assim que foi se fazendo, com esse apoio, foi se buscando de um canto e de outro (Entrevista Arnaldo Liberato)

De outro modo, o movimento que se gera a partir da demissão em massa dos 2300 trabalhadores relaciona-se na duração de formas muito distintas com os poderes públicos, ou se preferirmos com o Estado na sua representação regional, e em que não é apenas o significado da dimensão do protesto que aqui se desenvolve que explica a transformação de uma relação de certa indiferença ou hostilidade para uma relação de suporte e apoio material. Com efeito, como aliás salienta Odile Benoît-Guilbot (1991), a qualidade da comunicação e da relação (a autora fala mais precisamente na facilidade de acesso) entre comunidades e poderes públicos interfere na eficiência dos processos de desenvolvimento local. Ora, não é indiferente – mostrando como também é em razões empíricas locais que encontramos explicações plausíveis para as dinâmicas de desenvolvimento acontecerem – que quando começa a mobilização dos trabalhadores em torno da usina Catende o governo estadual não tenha qualquer afinidade política com o processo em curso e que em inícios de 1995 seja Miguel Arraes, personalidade associada às lutas dos trabalhadores canavieiros nos anos 60 e promotor de algumas medidas de protecção social para estes, que assuma o governo do estado de Pernambuco e que, como tal, se transforme a relação entre o processo vivido em Catende e os poderes públicos estaduais. Se a esta situação se somar o reconhecimento que diferentes entidades jurídicas e políticas vão progressivamente realizando da luta dos trabalhadores podemos sustentar a importância que a legitimação política da justiça da luta social ali em curso teve também para a consolidação de um movimento colectivo e para a progressiva adesão de mais e mais trabalhadores a um projecto ainda absolutamente difuso, mas comum, que o fazem transcender as fronteiras dos seus protagonistas iniciais: os sindicatos.

Do ponto de vista das dinâmicas de desenvolvimento comunitário identificamos este momento localmente vivenciado com o processo de negociação identitária que está sempre presente quando, por um lado, os sujeitos se encontram por dentro de uma situação instituída que se apresenta problemática ou desconfortável mas ainda assim conhecida e resguardada pela protecção do grupo e, por outro lado, vislumbram a possibilidade de experimentar, de lutar ou mesmo construir uma alternativa mas que implicará um certo *mergulho* no desconhecido.

Ao abordar a mudança nos contextos sócio-instituídos, Manuel Matos (s.d.¹⁷⁵) equaciona esta tensão em torno da díade protecção/aventura e entre identidade atribuída (ser em si) / identidade construída (ser para si)¹⁷⁶, que se inscrevem mais globalmente na tensão entre instituído/instituente, e Pierre Teisserenc (1994) sustenta que esta tensão, nos processos de desenvolvimento local, mais não representa do que o momento e a situação em que os actores sociais tomam consciência de que a mudança supõe sempre perdas identitárias para as quais é necessário equacionar a disponibilidade. E claramente que esta tensão é vivida, neste momento, de formas ainda substancialmente distintas pelos trabalhadores rurais e pelos operários. Os primeiros, capazes de encetarem a “*aventura*” que pode, ainda, ser um regresso ao passado, os segundos procurando salvaguardar a “*protecção*” que o emprego assalariado lhes confere. Os primeiros, a experienciar tensão entre o que foram e a possibilidade de vir a ser ou de voltarem a ser, os segundos a experienciar a tensão entre a segurança da vinculação a uma essência passada, abalada pelo que podem vir a ser. Adoptando a perspectiva de Matos (s.d.), parece-nos ainda que este momento é passível de ser interpretado como um tempo de “*luta ideológica*”, marcado pela dialéctica entre os processos de objectivação/subjectivação/desobjectivação. Estes

¹⁷⁵ Esta referência corresponde a material não publicado pelo autor e disponibilizado aos estudantes da Licenciatura em Ciências da Educação no âmbito da unidade curricular de Intervenção Comunitária e Desenvolvimento Local.

¹⁷⁶ Na acepção que Manuel Matos (s.d.) atribui a estas designações o ser em si designa a identidade objectivada, isto é, a identidade enquanto membro de uma instituição com a qual quase fusionalmente nos identificamos, ao passo que o ser para si designa justamente a identidade que se tem construída para si próprio, por si próprio, isto é, que incorpora uma dimensão projectual singular e consciente.

Na perspectiva da fenomenologia e do existencialismo que parecem inspirar a abordagem de Matos (s.d.), o mundo é povoado de seres em-si, isto é, todos os seres que existem no mundo criados a partir da concretização de uma ideia. Um ser em-si não tem potencialidades nem consciência de si ou do mundo. Ele apenas é.

Por seu turno, o ser-para si é uma forma diferente de ser; supõe conhecimento a seu próprio respeito e a respeito do mundo. É por exemplo o que caracteriza a consciência humana quando constrói um sentido para o mundo em que vive. O ser-para si não tem uma essência definida. Ele não é resultado de uma ideia pré-existente. É preciso que o ser para-si exista, e durante essa existência ele define, a cada momento, o que é sua essência. Cada pessoa só tem como essência imutável, aquilo que já viveu. Posso saber que o que fui se definiu por algumas características ou qualidades, bem como pelos actos que já realizei, mas tenho a liberdade de mudar minha vida deste momento em diante. Nada me compele a manter esta essência, que só é conhecida em retrospectiva. Podemos afirmar que o nosso ser passado é um ser em-si, possui uma essência conhecida, mas essa essência não é predeterminada. Ela só existe no passado. Por isso no existencialismo diz-se que “*a existência precede e governa a essência*”. Por esta mesma razão o ser-para si tem a liberdade de fazer de si o que quiser (adaptado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Paul_Sartre).

três momentos/processos, apenas analiticamente destringíveis, correspondem ao confronto entre o que é a identidade, as regras práticas e o conjunto de valores da instituição pelos quais e face aos quais construímos a nossa própria identidade e que nos torna “*instituídos*” ou “*objectivados*” (a “*objectivação*”), com o que vai emergindo como expectativas de realização pessoal, desejos, fissuras, formas de ser singulares que correspondem a essa antítese que Matos (s.d.) apelida de “*subjectivação*”. Ora, é deste confronto, tensão ou negociação identitária entre “*objectivação/subjectivação*” que resultará uma nova síntese – a “*desubjectivação*” –, isto é, a negociação que conduz a que possamos integrar algo de nós nas regras institucionais que existem, nos princípios e referentes da acção, mas não a transformar completamente o instituído à nossa imagem. A desubjectivação corresponde neste sentido à síntese hegeliana que incorpora e transcende a objectivação e a subjectivação.

O que é singular nesta situação é estarmos, neste momento, perante uma “*mudança sofrida*” (Matos, *idem*, *ibidem*), isto é, em que a negociação identitária dos sujeitos é forçada pelo eminente colapso do instituído – em boa verdade, não seria um colapso para o instituído, mas sim para os trabalhadores: como qualquer situação instituída, a lógica de desenvolvimento da situação na óptica do instituído passaria por preservar o poder e a sua condição de instituído, sob outra forma. Neste caso, muito provavelmente através da alienação do património da empresa em benefício dos usineiros, estratégia tentada e revertida pela justiça, ou através de uma falência fraudulenta, similar a várias outras na região¹⁷⁷ - que obriga à mudança para responder

¹⁷⁷ Uma das estratégias utilizadas para promover esta lógica de reprodução do instituído através da mudança, que Lampedusa traduziu lucidamente na expressão “*é necessário mudar para que tudo fique na mesma*”, é-nos descrita por uma das nossas entrevistadas, quando se refere ao historial do seu envolvimento no trabalho de dinamização comunitária na região e mostra como uma putativa transformação das prioridades de desenvolvimento na região foi apropriada pelos proprietários do capital e das terras antes utilizadas no sector canavieiro: “ [...] **a gente achava que poderia modificar a nossa região. Então eu preferia o turismo porque era uma indústria que chama gente, que tem um retorno rápido, que promove uma distribuição de renda que aqui em Pernambuco a gente descobriu que não é assim**, não funciona assim e, para minha surpresa, um dos factores que não funciona assim, eu vou falar isso porque tem muito a ver com a entrada para esse trabalho aqui, é que **quando a gente vai mexer com o turismo, os empresários do turismo são os mesmos que dependem da cana e da terra, são os grandes proprietários**. [Houve] Uma migração...e isso se explica a nível económico: porque essa migração? Porque a SUDENE, junto com o BNDES, alocou um recurso muito grande para turismo, então eles foram pegar onde tinham terra, trocaram terra e tiraram financiamento, a grande maioria tirou financiamento que não poderia pagar e transferiu para o sector de turismo o mesmo ónus do sector canavieiro, ou seja, se você tem grandes empréstimos, tem grandes dívidas não só com as

desde logo à preservação da satisfação das necessidades humanas básicas, sem que haja necessariamente uma consciência clara do sentido que essa mudança assumirá. Diríamos que este é também o momento em que se instaura um certo “vazio” propenso à emergência do desejo e definição de um projecto enquanto projecção no futuro, mas também das soluções conjunturais e da procura de concertações inter-individuais e inter-institucionais enquanto processos de auxílio à definição de um bem comum a prosseguir. Isto é, como acentua um dos entrevistados, a acção colectiva é ainda marcada fundamentalmente por uma *lógica de resistência e de luta*, sendo ainda do domínio do imaginário não explícito o futuro dessa luta.

Então, **o primeiro movimento que a gente conseguiu fazer enquanto movimento sindical, entidades, foi tentar mobilizar para que ninguém saísse da casa. Foi reagir, a primeira questão foi reagir, a não saída da casa. E uma segunda foi se preparar para um enfrentamento um pouco mais técnico** também, e aí a gente começou a levantar dados. Nesse momento foi fundamental a Diocese de Palmares liberar o centro de treinamento, onde conseguiram montar uma equipe grande, com o apoio de algumas entidades, a FETAPE colocou o contador (contabilista) à disposição, os advogados, juntámos um grupo grande, e durante quase um mês fizemos um plantão, dia e noite, fazendo levantamento individual da realidade de cada trabalhador demitido. Nós fizemos esse levantamento, e tivemos uma surpresa grande, agradável, de certa forma. **Eu me lembro que só de Sítio, mesmo porque era proibido plantar, mas entre essas 2300 famílias, nós levantámos 732 sítios. Esse negócio foi tão forte que eu depois desses anos ainda me lembro do número exacto!** E aí, de acordo com a tabela da FETAPE, levantámos o valor de cada pé de manga, cada pé de jaca, cada toceiro de bananeira, cada coisa, porque isso tinha de entrar para a indemnização. Levantar férias vencidas, levantar abono não pago, levantar salário retido, 13º não pago, todas essas questões a gente teve que levantar minuciosamente. Depois que montámos um documento, então os sindicatos, apresentaram para a usina [...]

Para o efeito trabalhista, tivemos apoio do Tribunal Regional do Trabalho, na época, que o presidente, no momento cedeu, liberou algumas pessoas técnicas, alguns assessores, para nos ajudar nas bases de cálculo, para levantar, tudo isso. Bom, esse foi um trabalho difícil, minucioso, mas garantiu que em **Abril de 94 a gente chegasse a um entendimento, a um acordo com os usineiros, e homologasse, de uma única vez, os 2300 trabalhadores, como reconhecimento de débito dos usineiros. Então foi feito um acordo colectivo, e foi homologado na Justiça do Trabalho de Catende e de Palmares. Essa foi a primeira conquista, foi esse reconhecimento do débito, era um valor alto.** Na justiça, eles tinham 30 dias para pagar; não pagaram, e isso dobrou imediatamente, e a partir daí então conseguimos, tal...

Continuando esse processo, essa consolidação ainda como resistência, uma outra medida fundamental foi, imediatamente, demos entrada, através dos Correios, cada trabalhador foi ao Correio, individualmente, e deu entrada num pedido de seguro desemprego. Isso nunca tinha acontecido na Zona da Mata, o trabalhador rural nunca teve seguro de desemprego. [...]

Bom, essa acção do conjunto dos trabalhadores nos sindicatos para receber o seguro de desemprego foi uma primeira batalha mais organizada e ampla para o conjunto dos trabalhadores.

instituições bancárias, mas com as outras instituições e com os trabalhadores e trabalhadoras, então eles transferiram isso também. A grande diferença é que eles não puderam fazer isso com relação aos trabalhadores do turismo porque é outro tipo de mão-de-obra, apesar de exigir um pouco de qualificação, a grande maioria também não era qualificada, mas aí **eles conseguiram transportar todo o aspecto negativo da economia do sector canavieiro para o sector de turismo. A gente em Pernambuco tem um dos maiores parques hoteleiros e realmente o turismo não promove o desenvolvimento que ele poderia promover.**” (Entrevista Regina Piechocki)

Esse envolvimento para garantir o seguro de desemprego, primeiro teve uma coisa importante, foi uma primeira conquista a um nível mais amplo, fora da usina, para fora da usina, porque atribuiu uma conquista na esfera do Governo. [...]

Foi fundamental, porque foram cinco meses, salvo engano, não estou certo se eram três meses na época o seguro de desemprego... Mas foi uma primeira conquista, assim, não digo uma primeira, uma segunda importante. **Porque uma foi a homologação na Justiça do Trabalho, a partir daí se tornou já uma concepção diferente, não era mais só um direito trabalhista, agora já é o crédito trabalhista, agora está configurado como crédito, e a Usina não podia mais dizer que não devia aquilo ali. Outra é que houve um reconhecimento público da demissão e da necessidade de uma acção de governo, que foi o Federal, através do pagamento desse benefício que é o seguro de desemprego.** Bom, além de poder ter um certo tempo de tranquilidade, que nós tínhamos conseguido com a homologação na Justiça, que enquanto o usineiro não pagasse, ele ficaria dando uma cesta básica a cada quinze dias. Era mais um ponto, a gente sabia que isso não seria cumprido, mas era mais um trunfo que se conseguia para se pressionar e para chamar a necessidade, a importância da necessidade...

No momento nós tivemos muita dificuldade de apoio político ao nível do Estado. O governo do Estado era Joaquim Francisco e, por razões várias, não apoiou em hipótese alguma o movimento. A nível nacional estava, não estou seguro nesse momento de memória, mas tínhamos um governo que estava terminando o mandato e que não estava... Era Itamar [Franco], se não me engano, era Itamar que estava terminando o mandato, Fernando Henrique Cardoso nesse momento era o Ministro da Fazenda... Bom, não conseguíamos... Tentámos algumas reuniões, audiências, mas não foi possível. (Entrevista Arnaldo Liberato)

A transformação do sentido da luta dá-se quando a lógica de acção colectiva deixa de ser puramente de *resistência* para incorporar um sentido *propositivo* que não pode deixar de se associar a um contexto de aprofundamento das contradições que haviam mobilizado os trabalhadores para a luta social, mas igualmente pela incorporação mais consistente dos operários à luta iniciada pelos trabalhadores rurais e seus sindicatos e da própria adesão solidária da comunidade envolvente aos esforços dos trabalhadores, e aí identificamos um momento em que se atinge o limiar da “*vontade colectiva da mudança*” e se pode com mais propriedade falar de um empreendimento ou acção colectiva, isto é, em que se concretiza “*a capacidade de um grupo local pensar e agir dentro de um quadro de um projecto comum, no sentido de melhorar as condições locais de existência*” (Melo, 1994).

Houve todo um processo maduro de negociação, até que chegou um desfecho que foi a saída dos usineiros. Isso a gente já há pouco comentou um pouco, mas foi uma saída negociada, não havia a possibilidade de voltar a moer com eles. **Foram coisas fundamentais porque durante vinte dias se pode amadurecer, e principalmente a cidade. A cidade vive muito em torno da Usina, e via um pouco o movimento dos trabalhadores do campo, enquanto ela estava moendo, fazia uma movimentação, ou na Junta Comercial, ou em qualquer outro lugar, era sempre uma movimentação como que contra, “os Contra”, era um pouco essa concepção. Só que a partir desse momento, pudemos ficar com o carro de som permanente, junto aí, divulgando, conversando com as pessoas, os operários em casa, e os usineiros sem aparecer, sem dar satisfação, sem ter capacidade de dar continuidade ao negócio, então o conjunto da sociedade, o conjunto das pessoas aqui de Catende começou a perceber também que isso só fazia sentido realmente com uma mudança. E houve uma coisa que para mim começou a mudar naquele momento, e que foi a solidariedade das famílias da cidade.** A comissão de arrecadação de alimentos que se criou saía constantemente andando, então trazia... era café, era açúcar, era fubá e

tal... E as pessoas começavam a trazer! Então a comissão tinha um lugar onde guardava os alimentos, para estar fazendo alimentação ali no panelão constantemente com as pessoas. **Porque quem estava em casa, as famílias que não estavam recebendo há um mês, praticamente, vinham comer aqui! Então o horário da comida era uma fila extraordinária, os filhos vinham também, levavam para casa, as famílias vinham, traziam uma vazia para levar para casa. Porque não tinha, estava a mulher em casa com as crianças, e não tinha, então era esse processo de arrecadação, de alimentação, dentro de Catende e fora de Catende, que se começou a criar esse...** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Neste caso particular, o projecto passa por impedir a continuação da degradação do património e forçar a saída dos usineiros da administração, o que significa que o foco da luta se desloca da *reivindicação* dos direitos face ao patronato, para uma lógica de *afirmação* de uma alternativa capaz de se efectivar através de uma acção autónoma, que, neste caso, significa a mobilização de uma diversidade de actores políticos cujo envolvimento na causa destes trabalhadores se promove activamente. O aprofundamento das dificuldades vividas na usina e a mobilização continuada dos trabalhadores rurais contribui para que uma parte do operariado viva este como um momento de consciencialização da não contradição face os interesses dos trabalhadores rurais, isto é, em que há um certo alavancar de consciência de classe que transforma a situação anterior de oposição face à luta dos trabalhadores rurais numa colaboração, senão totalmente engajada, pelo menos tácita.

Então com isso, com essa mobilização, nós fizemos aqui um paradeiro grande, gigante, com mais de 5 000 trabalhadores, durante dezanove dias. E pela própria situação gerada pelo ex-proprietário, ou os ex-proprietários, se criou aqui uma comoção muito grande aqui na cidade, em toda a região. Era um processo ainda de moagem, nós estávamos no mês de Dezembro, mês de Janeiro, **e com essa mobilização toda, a gente não via mais caminho do que a gente pudesse prosseguir só reivindicando direito. Então a gente partiu, de forma organizada, para cobrar a saída dos donos.** E a partir daí, através do seu órgão de classe, que era o Sindaúcar, a gente começou a conseguir o espaço, que os próprios usineiros já não tinham mais condição de sentar na mesa de negociação. Então aí encaminhámos todo esse trabalho, fizemos uma reunião na DRT onde a única pauta era pedir o afastamento dos donos. (Entrevista Marivaldo Andrade)

Como evolução dessa coisa, foi a gente conseguir reunir depois trabalhador demitido e não demitido, trabalhador do campo e trabalhador da indústria [...] E, em Dezembro de 94, a empresa não pagou mais a ninguém, nem a campo, nem a indústria, a fichado, a ninguém... E aí a gente começou, **teve a oportunidade de dizer “Pô, então vocês estão vendo que o problema não é os demitidos, o problema não somos nós, o problema não é os sindicatos, o problema é a empresa, são os empresários, a lógica é a mesma: eles não querem pagar a ninguém!”**. [...] Então essa coisa chamou muito a atenção porque, enquanto aqui, não estavam pagando salário, em Recife eles estavam dando festa para o meio social de Recife, indo para as colunas sociais dos jornais, e na notícia, na matéria dizia: *“E amanhã a família tal e tal irá a Brasília, no dia primeiro, em avião fretado, participar da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Fazenda Gustavo Crauss”*. [...] Então, isso criou uma reacção de insatisfação, e até de revolta, *“como é que a gente não tem aqui, e lá o pessoal está fazendo essa festa?! ”*. **Se tirou cópia do jornal, se divulgou, se distribuiu, e isso o pessoal começou chamar o “vermeião”, era o reveillon, então era o vermeião da família dos usineiros de Catende. Isso criou um mal-estar, nós tínhamos assumido o governo do Estado aqui, o Dr. Miguel Arraes, no 1º de Janeiro de 95; e aí iniciou-**

se a greve, com a participação dos trabalhadores demitidos, dos trabalhadores fichados do campo e de parte da usina. Não se conseguiu ter uma participação ampla da usina, mas houve uma participação, nesse sentido foi importante, paralisou-se a produção e, pela primeira vez, nós conseguimos, fazer um movimento com a adesão de todo o mundo da usina. Todo o mundo é assim uma forma de dizer, você não tinha todo o mundo, você não tinha as pessoas que estivessem contra, dizendo que a gente estava fazendo um movimento equivocado. As pessoas mesmo que não participavam, mas percebiam, viam que realmente o problema não era o movimento sindical, o problema não era os sindicatos do campo (que o sindicato dos operários não participavam disso). Então, conseguimos também fazer um trabalho com as famílias da cidade de Catende que, por algum tempo, ficaram ajudando, fazia-se as comissões, que saíam nas casas na cidade pedindo, e o pessoal dava ajuda para o comitê de greve, o pessoal que estava trabalhando, de café, açúcar, feijão, fubá, ... e foi assim que foi se fazendo, com esse apoio, foi se buscando de um canto e de outro. **Aí esse processo tomou um outro corpo, e aí a pauta de reivindicação, sugeriu-se então uma negociação, e aí entrou a FETAPE, entrou uma representação já do governo do Estado, e a pauta na DRT (Delegacia Regional do Trabalho) era o afastamento dos usineiros.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Mas é um marco quando a gente precisou, em 95, no início de 95, de ajudar na mobilização do conjunto dos trabalhadores, tentando unificar campo e indústria, demitidos e não demitidos. Porque até 94 a gente conviveu com um grande dilema: os trabalhadores demitidos tentavam pressionar a empresa para receber, porque havia as suas indenizações, e a gente conseguia junto da justiça todo um processo de mobilização, de luta, tudo isso. Houve momentos em que a gente conseguiu a liberação de cestas básicas, houve momentos em que... Um grande feito foi conseguir a liberação do seguro emprego para a Zona da Mata, todo o mundo o recebeu, mesmo sem tendo dado baixa em carteira. **Toda uma discussão interessante que se conseguiu fazer, melhorando a renda. Mas o pessoal permanecia sem emprego, sem acesso à terra para plantar, sem poder produzir nada, e com extrema dificuldade, por exemplo, para conseguir um outro trabalho numa outra empresa, mesmo num período de moagem, porque eram trabalhadores que estavam se destacando numa luta numa região, e eram marcados, eram como que condenados a ficar na demissão. Nenhuma empresa vizinha aceitava contratar nenhum desses demitidos, porque havia ali um perigo grande, porque esse pessoal estava se movimentando muito em sindicatos e tudo isso, então qualquer coisa... Então ficaram rejeitados, além de demitidos, foi uma rejeição, uma condenação, ficaram condenados a não ter emprego na região, porque ficaram marcados, se destacaram nesse sentido.**

Uma outra grande rejeição era dentro do engenho, e às vezes dentro da própria casa. Quando na família tinha um que foi demitido e o outro que continuava trabalhando, aí vinha um dilema. Por vezes numa reunião o trabalhador ou a trabalhadora dizia *"Para mim está muito difícil, eu estou desempregado, mas meu irmão está trabalhando, então eles estão dizendo para o meu irmão que eu estou querendo fechar a usina, e que eu estou querendo tomar o emprego dele."* E aí gerava um dilema interno na família... Ou o marido e a mulher, se a mulher fosse demitida e fosse participar de uma greve, de um movimento, de uma reivindicação, o marido dizia *"Olha, tu não vai, tu já está demitida, [não] vá eu também... aí então vamos ficar os dois, é melhor que tu não vá"*, e tivemos muito disso, não é? E o patrão alimentava isso, não é, que os demitidos, que os sindicatos, estavam querendo tomar o emprego de quem continuava trabalhando. E assim vivemos quase dois anos, 93, 94.

Essa coisa teve um desfecho quando no final de 94 aí eles não pagaram mais a ninguém, e aí foi possível unir demitido e não demitido, porque todo o mundo percebeu que o problema não era quem estava demitido, o problema era o patrão, o problema era a empresa, era uma lógica de não pagar a ninguém, era uma ineficiência, era uma falta administrativa na própria, da própria empresa. A fábrica, que não se somava ao campo, tinha um tratamento diferenciado dentro da administração da empresa, não havia uma relação entre os sindicatos do campo e os sindicatos da indústria, eram coisas distantes, então viam também o pessoal do campo como uma ameaça. A única coisa que salvava o campo era que era um grupo grande, era muita gente. **Só demitidos eram 2300!** E que estavam unidos, e que os cinco sindicatos estavam articulados (se bem que no momento não eram os cinco sindicatos que estavam bem articulados, porque Catende não participava, nos primeiros momentos Catende não se somava, Catende estava muito na lógica da empresa. Mas dentro do processo, à medida que o tempo foi passando, foi-se somando...). **Então esse momento foi muito difícil, só no final de 94 e início de 95 é que foi possível o conjunto dos trabalhadores perceberem que o**

problema não estava em quem era demitido, o problema não estava nos sindicatos, o problema estava realmente na própria empresa, nos empresários. E aí se fez uma greve, puxada pelo campo, pelos demitidos, e a fábrica aderiu. Num modo geral, a fábrica aderiu, não espontânea, parava por falta de matéria-prima, então era uma paralisação forçada, inicialmente. Mas aos poucos uma quantidade de operários foi se integrando, na época, Chico, era da comissão de fábrica daqui da usina, como a gente chamava, Chico do PT, e Chico começou a participar, tínhamos uma ligação anterior com Chico, independente da fábrica, com a questão do movimento, participava de actividades da Igreja, de grupo de jovens e tal, e por esses canais a gente tinha uma relação com Chico, e aí foi participando. Aí outras e outras pessoas começaram a participar... Nesse primeiro momento o Monteiro começou a participar também... **Então vários outros trabalhadores da indústria começaram a participar, e aos poucos puxavam as pessoas. Então tinha aqueles que iam para a linha da frente, e aqueles que ficavam aguardando, que ficavam em casa. Bom, o facto é que com a greve de vinte dias se conseguiu perceber, e ajudar a perceber, que o problema não era o trabalhador, nem do campo nem da indústria. E que todos estavam no mesmo barco, todos estavam condenados a ficar totalmente desempregados, e nisso a gente mostrava a realidade de outras empresas da região, que já estavam quebradas, outras quebrando, muitas estavam nessa situação feito Catende, de insolvência.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Aí já tinha clareza que era impossível continuar com eles, e nisso havia um somatório: campo, indústria, todo o mundo somava que era essa a saída. Os usineiros estavam num nível de desgaste, que eles não foram para a reunião, eles não se sentaram à mesa, e foram representados pelo Sindaçúcar, que é o sindicato dos usineiros [...] (Entrevista Arnaldo Liberato)

A paralisação da moagem que acontece em início de 1995, que conduz à saída provisória (que havia de ser definitiva) dos usineiros da administração, é significada pelos trabalhadores como um momento de forte identidade fusional entre eles – aliás, em geral são os momentos de grande dificuldade superados pelos trabalhadores ao longo de todo este tempo que se constituem como marcos a partir dos quais se organizam os discursos que valorizam a sua vivência no processo de Catende, o que faz supor que é a existência e a superação de obstáculos e constrangimentos marcantes que, do ponto de vista educativo, se tornam mais significativos na produção de uma identidade fusional para com a usina e, por extensão, para com o processo de transição autogestionário, mesmo se não nomeado, nem necessariamente consciencializado como tal. A referência a estes momentos representa, no fundo, a identificação e assunção de elementos comuns de uma narrativa que congrega os trabalhadores e lhes confere uma identidade enquanto grupo e enquanto movimento social, na medida em que todos eles se organizam em torno da prossecução de uma mesma finalidade: a manutenção da usina e de tudo o que isso significa, em primeira instância, para cada um, mas igualmente para os trabalhadores enquanto colectivo e para a comunidade em que estão inscritos – e claramente de oposição ao que está fora deles, que é percebido como ameaça. Ou seja, a prioridade para os trabalhadores

continua a ser a preservação do património e, essencialmente, a manutenção da actividade produtiva e a união entre eles e o accionamento de uma identidade defensiva face ao que se lhes opõe é o meio encontrado para o conseguir, ainda que, na generalidade, a afirmação da posição dos trabalhadores não transporte em si a alternativa autogestionária, mas apenas a necessidade de assegurar as condições materiais da sua reprodução social.

O trabalhador aqui já passou por muitas dificuldades, principalmente na cheia, no incêndio, **o Banco do Brasil quis levar os caminhões, o trabalhador ficou de frente e não deixou mesmo que isso acontecesse, se o trabalhador não tivesse, naquela época, secado pneu, soldado portão, porque ele sabia que se tirassem os caminhões, a empresa iria ficar em dificuldade para funcionar, lutaram também quando a SIMAB queria pegar os engenhos, teve tudo isso, acreditou, embora naquela época, naquele sufoco, acreditou: já que é assim, não vamos deixar levar nada que se o trabalhador não tivesse ficado de frente, eles tinham levado tudo, os trabalhadores tomaram a iniciativa e conseguiu até hoje, graças a Deus, e também tem um grupo muito bom que comanda isso aqui, eles têm uma forma muito inteligente de procurar todos os meios de projetos para trazer para aqui, e isso até agora está indo e dando certo.** (Entrevista a Operários II)

Então, essa parte eu acho que isso você já deve ter ouvido falar que houve esse percurso, até mesmo ordem judicial para se vender carro, para se levar carro aqui para rematar para pagar renda, para pagar indemnização, **e os operários aqui não deixaram sair: soldaram o portão de cima a baixo, para que não deixasse os veículos sair que era exactamente com esses veículos, com o que estava dentro da empresa, que a gente iria iniciar outra safra. Se abrisse a mão, a gente não teria condições de reiniciar.** (Entrevista Operários I)

Com a consumação da ruptura com a administração da usina pelos usineiros e com a mobilização de uma maioria dos trabalhadores e o apoio de pelo menos parte da comunidade envolvente – alcançando assim o já referido limiar da *“vontade colectiva de mudança”* - para uma solução que inevitavelmente passaria por desenhar uma alternativa que permitisse garantir os direitos e as necessidades básicas pelas quais os trabalhadores se haviam mobilizado, dá-se a emergência visível do poder público no local, antes antagónico ao processo ali vivenciado – o poder público a nível federal já havia estado presente quando os direitos dos trabalhadores foram reconhecidos pelo Governo ao assegurar a concessão do seguro de desemprego aos 2300 desempregados em 1993, mas não mais do que nessa ocasião, já que as tentativas que os trabalhadores encetaram para que o governo federal mediasse então a disputa não resultaram. Também o poder judicial já havia reconhecido anteriormente a luta e as reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente a Justiça do Trabalho a nível regional - que se vem constituir como uma importante parceria de *“enquadramento”, “apoio” e “legitimação”* (D’Epiney, 2004:74) da luta dos

trabalhadores e sem a qual dificilmente estes teriam atravessado os portões da Usina Catende.

Então, em Janeiro de 95, **no início do governo Miguel Arraes, do terceiro governo, nós conseguimos nele um grande aliado para essa grande luta do trabalhador, já que ele estava assumindo o governo, e o Estado também era credor da usina, então nós fomos buscar nele um parceiro para o enfrentamento dessa luta.** E a partir de muita discussão, de acompanhamento, nós chegámos a uma conclusão para sair do impasse: **o governo mandou os secretários dele acompanhar todo o desenrolar das negociações,** nós tivemos esse acompanhamento, e na DRT nós firmámos um contrato para que o usineiro se afastasse de forma que a gente pudesse indicar uma pessoa, naquele momento, para tocar e continuar o processo produtivo. Em primeiro momento foi o Dr. Mário, com uma procuração de três meses, e aí fizemos um apoio para que terminasse a safra, pegámos situação muito difícil, muita cana podre, muita matéria-prima estragada, a indústria abarrotada do processo, processamento produtivo praticamente danificado, e a gente continuava a moagem e encerrámos. **O Dr. Mário tirou aqui uma espécie de uma intervenção, que não era intervenção, ele teve uma procuração concedida pelos donos, a partir de um poder de pressão, de articulação que os sindicatos fizeram.** (Entrevista Marivaldo Andrade)

Bom, **após vinte dias de greve e negociação o que se conseguiu foi uma saída negociada dos usineiros, um afastamento temporário para retomada da moagem, que estava interrompida, num período de pique da moagem [...]** Hoje é o entendimento do governo do Estado que ele passaria algum recurso, para dar uma primeira normalizada de salário, de coisas assim, e isso se fez mediante todos os procedimentos, discutindo com a Prefeitura, com a Justiça, com o Ministério Público, e aí se fez, porque o estado era de calamidade, e foi nesse sentido que o Estado pode apoiar. Foi reconhecido pelo poder público local, pelo poder judiciário a nível local de que havia um estado de calamidade, era uma situação tão complicada que era necessária uma intervenção, um apoio do Estado nesse sentido. E, em cima disso, o Estado pôde repassar uma quantidade pequena, inicial, mas pelo menos para dar uma actualizada minimamente na parte dos salários. E aí isso se fez, e foi um dos primeiros passos importantes. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Uma coisa positiva, creio que já falei um pouco isso, talvez esteja repetindo, **é o facto de o Dr. Arraes ter sido eleito em 94, e tomar posse no dia primeiro de Janeiro de 95. Então, antes da posse, nós tivemos uma reunião na FETAPE com a equipe de governo do Dr. Arraes,** e aí se colocou, aí essa equipe foi fundamental, porque o conjunto dos secretários que vieram, alguns que eu me lembro, como Eduardo Campos, como João Recena, Isael Nóbrega, Edijalva Pais, um conjunto de secretários que o Dr. Arraes pediu que se reunissem com a FETAPE, e aí tivemos uma reunião na sede da FETAPE, creio que uns cinco, seis secretários, **estava Romeu da Fonte, que tinha sido secretário no governo anterior do Dr. Arraes, um dos que levou adiante o programa “Chapéu de Palha”, estava já como deputado estadual, e aí participando, tinha sido eleito deputado estadual, e estava participando desse processo.** Então foi uma reunião que já balizou um pouco. Quando o Governo tomou posse, já estava no período de transição, assumindo uma postura, acompanhando, compreendendo. E quando tomou posse, se posicionou. Tanto que, quando iniciámos o processo de negociação, nos primeiros dias de Janeiro, na Delegacia Regional do Trabalho, FETAPE, o sindicato dos usineiros, e o sindicato dos trabalhadores aqui, estava presente na mesa de negociação o Governo do Estado, e por uma boa parte, representado pelo Procurador-geral do Estado, que era o Dr. Isael Nóbrega. Isso foi assim uma questão que já causava uma certa estranheza entre os usineiros, porque estava, nos primeiros dias do Governo, já uma pessoa de peso do Governo participando na mesa de negociação. Os usineiros não foram para a mesa de negociação, quem os representou foi o sindicato dos usineiros, porque eles estavam sem credibilidade. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Diretoria Regional do Trabalho deu, a gente entrou...a gente teve briga e teve a questão legal que a gente queria vencer dos dois jeitos, a briga era necessária, a gente não queria brigar mas para conseguir a parte legal a gente teve que fincar-pé, então a juíza lá do trabalho disse: **“Olha, o que é que vocês vão fazer sem saber administrar uma Usina? Vamos tentar negociar com eles”,** aí um dos trabalhadores, chegou e disse: **“Olhe, Dr.^a não dá para a gente negociar mais de forma nenhuma, agora se a senhora**

achar que a gente está mentindo, a senhora pergunte se alguém vende fiado para algum desses caras lá em Catende, lá na região, se a senhora achar um que venda, aí a gente tenta sentar de novo com eles". Aí ela disse "Está tão grave assim aí? Então vamos ver como é que se faz". Então a gente entra para tentar administrar uma coisa que ninguém nunca tinha administrado (Entrevista Regina Piechocki)

Então se perguntou, Dr. Arraes pediu para perguntar a Mário Borba, se ele toparia ficar mesmo sem apoio da SIMAB, se o Governo fizesse um aporte de recursos para viabilizar o processo de retomada, pagar os débitos salariais inicialmente, ... Ele disse que sim, aí ele teve uma atitude que eu considerei bastante firme, quando ele disse "*o meu compromisso com a SIMAB encerrou hoje*", ele disse "*assumo a partir de agora um compromisso com vocês*". Foi uma grande atitude dele, ele não conhecia a gente, a gente não o conhecia também, era uma situação complexa, não era uma situação simples, mas ele assumiu essa posição, foi uma atitude grande.

Então, para se viabilizar a vinda a partir daí, encerrar a greve, pegar procuração dos usineiros, autorizando o Dr. Mário a tocar o negócio, fazer todo o processo de liberação de recursos para viabilizar essa retomada, para isso se faziam necessárias algumas medidas, por exemplo, primeiro, era botar no documento aquilo que estava a realidade, era considerar, por exemplo, um estado de risco para a sociedade local, era uma situação de caos local, tudo isso. E a Prefeitura, mediante essa situação toda, para poder ter condições de recuperar, reconhecer que havia uma situação de calamidade, uma situação grave, uma situação de risco! A Prefeitura teve um decreto reconhecendo que havia uma situação de risco se não houvesse a continuidade do negócio, se ela não retomasse; o juiz local, Dr. Ailton, ele deu um documento de que realmente era importante a retomada da produção porque havia uma comoção social, havia uma situação de risco, era grave a situação, era insustentável, porque havia fome e havia uma certa comoção muito grande, então era... Com isso, com esse documento do juiz, esse reconhecimento dessa situação de crise, com o reconhecimento da Prefeitura de que havia um estado de emergência, tudo isso, o Governo do Estado pôde homologar essa decisão do Município de reconhecer que realmente havia uma situação de risco, de emergência, e assim o Governo pôde repassar, através da Prefeitura, um recurso que a Prefeitura disponibilizou emergencialmente para a compra de alimentos, para algumas coisas desse tipo que pudessem suprir a fome imediata, a situação em que se encontrava, e com isso dar condições para as pessoas voltarem ao trabalho e retomar a moagem. Então, Dr. Arraes colocou um recurso, nesse momento, não me lembro agora dos valores, mas colocou um recurso à disposição nesse momento, e se voltou a moer. Isso foi então uma grande conquista, isso foi uma coisa assim extraordinária, e aí razoavelmente o grupo voltou todo unido, agora não havia o problema de ser demitido, de ser fichado, de ser do campo, de ser da usina, todo o mundo estava no mesmo barco, não é? E aí entramos na usina. Essa foi a primeira vez que a gente realmente entrou na usina e pôde acompanhar, pôde ver. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Academicamente podemos perguntar-nos o que seria o futuro da *luta social* dos trabalhadores de Catende, apesar de terem visto legitimados pela justiça os seus direitos, sem a intervenção do poder público, assegurando um conjunto de funções – de apoio financeiro, de mediação política com os usineiros, de apoio técnico aos trabalhadores, de legitimação política mesmo - que assentando numa lógica emergencial e mesmo assistencial ainda assim foram determinantes para que, de facto, se passasse ao esboço de uma *alternativa*, incorporando o que eram as preocupações com os direitos que tinham sido objecto da luta social, articuladas com o que eram preocupações dos trabalhadores mobilizadas de modo propositivo e projectual no processo de enfrentamento que antes descrevemos e analisamos.

Queremos assim apenas salientar, em termos gerais, e apenas hipoteticamente, que o caso em análise revela algumas das limitações que uma estratégia de desenvolvimento comunitário accionada numa lógica de protesto e de luta social a uma escala local pode enfrentar quando não articula o envolvimento e a mobilização de entidades situadas em diferentes escalas da organização social e detentoras de outras formas de poder que não a da acção colectiva, mesmo se esta é energizada por alguma sorte de consciência de classe, podendo a luta social perpetuar-se dentro de limites admissíveis pelo instituído, e promover “*mudanças de ajustamento*” (Silva, 2000), ou simplesmente desenvolver-se entropicamente e desvanecer-se no instituído.

A entrada dos trabalhadores para a administração da massa falida da Usina Catende e os desafios a enfrentar

Com o franco apoio do governo estadual de Miguel Arraes e o envolvimento da FETAPE em articulação com os sindicatos de trabalhadores rurais, em inícios de 1995, dá-se a entrada dos trabalhadores na administração da usina Catende, ainda que seja uma entrada mitigada pelas injunções legais que atribuíram ao principal credor – o Banco do Brasil - a possibilidade de nomeação de um administrador da massa falida, posteriormente ratificado pelos trabalhadores, e é uma entrada em que os trabalhadores se deparam não só com as limitações que já conheciam porque estavam incorporadas nos seus protestos e lutas, mas ainda com um conjunto de desafios impossíveis de definir senão sentindo a própria empresa por dentro, mas que num primeiro momento passam a segundo plano face à necessidade urgente de resolver o problema premente da manutenção da laboração da usina como forma de garantir os recursos financeiros necessários para assegurar os direitos salariais mínimos dos trabalhadores, e que têm ainda de enfrentar a contra-ofensiva dos usineiros que procuram recuperar o património por invias vias ou alienar o restante em seu proveito.

Bom, esses passos foram fundamentais, mas **aí a gente começou uma espécie de uma nova via cruz. Porque fomos nos deparar agora com a necessidade de botar para funcionar uma usina velha, falida, literalmente falida, quebrada, não fomos nós que inventámos a falência: ela estava falida, literalmente falida. E o desafio para que isso pudesse funcionar! Nesse momento foi fundamental o apoio do governo Arraes, pela capacidade de articulação, pelo que isso representava.** Foi difícil, ele mesmo tinha dúvidas, dificuldades, o governo, de um modo geral, então era uma coisa meio ousada, muito ousada, foi muito ousada. E aí, **Mário Borba continuou junto com a equipe do síndico Banco do**

Brasil, como gerente administrativo, o síndico nomeou uma equipe de pessoas que trabalharam com ele, alguns aposentados do departamento jurídico, para ajudar a tocar essa questão. Bom, isso então foi o ponto de largada, e o primeiro momento foi muito difícil. O primeiro ano, 95, a gente teve de se preparar para a safra de 95/96, e vivenciar a entressafra de 95 que foi de muita fome, não havia nada, nada, não havia credibilidade, não havia nada, era uma insegurança plena, uma incerteza plena, tudo isso, em todos os lugares de comércio. Então, mesmo mobilizando todas as forças, todos os esforços nesse sentido, você não tinha como viabilizar dinheiro, e aí foi fundamental, para a sobrevivência, o governo Arraes liberar cesta básica. Então, a cruzada de acção social e tal, começou a liberar a cesta básica. E foi com isso que nós atravessámos a entressafra de 95, com cesta básica. Ficámos meses sem um centavo em dinheiro, um centavo. E o apontamento passou a ser feito a partir daquilo que existia, praticamente não houve, praticamente não se desmontou, era “*olha aqui, olha acolá*”. Aí houve um esforço do conjunto dos trabalhadores, do campo, da indústria, principalmente, para fazer uma recuperação mesmo sem equipamento, sem comprar material. Então, esse foi um dos primeiros desafios, esse foi um primeiro momento difícil, mas era um novo momento! Estávamos nós dentro de uma usina, nenhum de nós conhecia a usina por dentro, o movimento sindical não tinha acesso a essas informações, não sabia como lidar com isso, então havia uma expectativa então que a partir dali criar-se-ia aqui uma república sindicalista... Tivemos cuidado com isso, não é isso, não é uma república sindicalista, é uma empresa, temos que ter clareza com isso: nós não somos pessoas de negócio, não temos ainda essa habilidade. Foi... Acho que houve muito equilíbrio dentro desse processo todo para poder se construir os passos que levaram e que trouxeram até aos dias de hoje. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Se retomou a produção, pela primeira vez tivemos possibilidades de acesso à indústria, nunca tínhamos entrado, a não ser para a sala de reunião, naquele auditório, fora disso era estranho a nós todo o demais, não tínhamos acesso, não tínhamos nada, não tínhamos domínio disso. Passámos a ter esse domínio. Isso foi fundamental porque rapidamente pudemos perceber o nível do estrago, a quantas se encontrava. Então, pudemos em pouco tempo perceber que o património já havia sido desviado, há medida que fomos tendo acesso, que o património, que os engenhos já tinham sido transferidos para outras empresas, que tinha sido parte dada em dação de pagamento, em reconhecimento de dívida. Em Dezembro de 94, no auge já do problema, a Usina transferiu num cartório de Goiana, na Mata Norte (salvo engano), ela transferiu quase oito mil hectares de terra para outras empresas dela, tipo “*laranja*”, por exemplo, a empresa Montalegre. E que a Montalegre já havia transferido quatro mil e poucos hectares para a SIMAB em dação de pagamento, reconhecendo uma dívida que tinha em relação à SIMAB. Então o que a gente percebeu é que aquele momento era um momento de estancar uma sangria que já estava muito grave. Só que com o final da moagem e o não repasse de recursos para os usineiros, os usineiros então perceberam que precisavam voltar. Só para você ter uma ideia, quando o governo do Estado transferiu os recursos para fazer as primeiras providências de atrasado, minimamente para poder retomar as condições de moagem, Mário Borba abriu uma outra conta noutro banco, não depositou na conta da Usina. Foi divulgado que o dinheiro, que o governo depositou um dinheiro, entraram dois cheques na conta da Usina que sacaria todo o dinheiro, se tivesse lá. Então é um comportamento muito ruim, muito estúpido. Criminoso! Então a gente não tinha como continuar, não tinha como continuar... Era necessário ter uma intervenção, e daí surge a ideia da falência (Entrevista Arnaldo Liberato)

No Projecto da usina Catende Harmonia, nós participamos desde o princípio, do momento que constatámos a falência da empresa, numa parceria com o governo do Estado, na época coordenado, o governador era o Miguel Arraes de Alencar, a gente conseguiu trabalhar e, de certa forma, assumir aqui a massa falida, numa participação da Justiça, numa parceria com a Justiça, o Banco do Brasil e o próprio governador da época. (Entrevista ONG' parceiras - Aristides, Presidente da FETAPE)

Este momento é, como se pode depreender dos testemunhos, simultaneamente de grande indefinição em termos de médio e longo prazo, mas de urgência extrema da acção no presente. Coloca-se aqui, portanto, um dos desafios do

desenvolvimento comunitário e, mais genericamente, da intervenção social que é precisamente o de *“construir respostas urgentes para questões que se inscrevem numa temporalidade longa”* (Correia & Caramelo, 2003:186) pois, como sugerimos em outro trabalho, visar a requalificação do local, dos seus actores e das suas relações, supõe o desenvolvimento de uma alternativa às lógicas ortopédicas de intervenção no desenvolvimento local, acentuadamente marcadas por uma ideologia pragmática e *“urgentista”*, que tendem a descurar a importância do questionamento, da problematização e da valorização dos recursos e relações sociais que pré-existem à intervenção. Ora, neste momento do processo vivido em Catende convergem um conjunto de circunstâncias que tornam dilemática a acção em termos desta opção entre o questionamento e o enfrentamento dos problemas, pois não só há uma transformação quase forçada e imediata do papel e funções dos actores sociais antes envolvidos na luta sindical e política em *“administradores”*, e portanto uma transformação da condição de actores exógenos de indução da transformação social através da oposição ao instituído, em actores endógenos de uma transformação da qual se têm de constituir como autores instituintes segundo uma lógica propositiva, como, por outro lado, há um evidente choque entre os *princípios ideológicos* que animam os militantes e activistas que lideraram a mobilização dos trabalhadores e que, como tal, são por estes reconhecidos como fiéis depositários da missão de definir o futuro imediato que proteja o bem comum dos trabalhadores, e o *princípio da realidade* que os confronta com a evidência de que aquele futuro imediato supõe, pelo menos em parte, o prolongamento do passado. Se preferirmos dizê-lo de outro modo, estamos perante um confronto entre *ideologia* e *economia* que, no curto prazo da urgência, conduz à subordinação da ideologia aos imperativos da economia, ou seja, em que são os mesmos trabalhadores que lutaram contra a exploração a que foram sujeitos no trabalho na agro-indústria canavieira que encaram a manutenção dessa actividade como condição da sua sobrevivência imediata. Em termos marxistas dir-se-ia que a incapacidade ou impossibilidade de transformação radical ou revolucionária da infra-estrutura material (compreendendo as relações sociais de produção) comprometeu seriamente a mudança da super-estrutura.

Esta contradição, aliás, haveria de prolongar-se no tempo, gerida de forma tensional através da inscrição parcial do funcionamento deste empreendimento na lógica da economia solidária – procurando portanto construir como alternativa um modo de produção distinto do capitalista que esteve na base da exploração dos trabalhadores - e através da discussão com os trabalhadores de uma forma política e organizacional que o empreendimento poderia assumir futuramente – uma empresa de trabalhadores ou uma empresa em autogestão ou uma cooperativa – que fomentasse a transformação das relações sociais de produção que estiveram na base da sua mobilização para a luta social. Todavia, para o período analisado, não é seguro afirmar-se que se superou completamente esta contradição, mas antes que se viveu e geriu essa contradição, tanto ao nível do discurso e programa estratégico adoptado (a fonte de rendimento dominante que permitiu manter a usina e o próprio projecto de transição autogestionário continuou a ser a exploração canavieira eminentemente gerida de acordo com os padrões capitalistas, ao mesmo tempo que se desenvolvem uma série de projectos no domínio da agricultura familiar e da diversificação produtiva agrícola – mas não industrial - que mantêm um estatuto de complementaridade ou de subsistência face à cana, ou seja, não há a definição de uma alternativa económica global), como ao nível da construção de sentido junto dos trabalhadores, em cujos discursos coexistem as conquistas que relevam da esfera ideológica – a liberdade e livre expressão para com todos os que participam do empreendimento, a participação cidadã, o acesso à terra, o reconhecimento político por parte dos poderes públicos... - com permanências que relevam da esfera económica capitalista - como a maioritária preferência pela continuação da condição de assalariamento, a reprodução das relações sociais de produção de que foram objecto, assalariando outros trabalhadores quando se constituem em produtores familiares de cana ou, mais evidentemente, a ênfase que os trabalhadores rurais e operários, em geral, colocam no aumento do plantio de cana e na melhoria da produtividade industrial como condições de sucesso do projecto Catende/Harmonia.

E, naturalmente, que esta vivência da contradição é também uma consequência da inevitável inscrição deste empreendimento numa rede de relações que estão para além do local, em virtude da própria natureza da sua actividade

dominante, e sobre cujas lógicas a sua intervenção é nula ou muito restrita. O comumente designado “*efeito-borboleta*”, que mais não é do que uma metáfora para o conceito de sinergia, é analiticamente revelador da incapacidade de o empreendimento se desenvolver segundo uma lógica de *self-reliance* e romper com as dependências face ao capitalismo globalizado. Com efeito, toda a lógica económica que organiza o negócio do açúcar, tanto ao nível do país, como ao nível mundial tem repercussões locais em Catende – a flutuação do preço do açúcar nas bolsas mundiais e a definição de preços a nível internacional, a competitividade crescente de outras regiões do país onde a produção é mecanizada “*obrigam*” em Catende a uma gestão do trabalho humano que acaba por conduzir a uma maior extracção da mais-valia, contraditória com o sentido das lutas sociais desenvolvidas historicamente por sindicatos rurais e por grande parte dos movimentos sociais no campo pernambucano, mas que surge como única possibilidade de “*jogar o jogo*” do negócio do açúcar.

Todo este processo de *entrada na administração* constitui principalmente para os sindicatos de trabalhadores rurais e para os militantes de primeira hora das lutas em Catende uma *aprendizagem experiencial material e simbólica por imersão* uma vez que a organização em que entram constitui uma estrutura cristalizadamente instituída em termos de relações sociais de produção, de organização do processo produtivo, de processos e procedimentos administrativos e financeiros, segundo uma lógica típica de uma qualquer empresa capitalista, mas que em larga medida são desconhecidos dos representantes dos trabalhadores, investidos de um papel paradoxal que é o de assegurarem a normalidade do funcionamento e a transformação dos modos de funcionamento, impossível de conseguir, como nos ensina alguma da investigação sobre as organizações, ao arrepio dos actores que constituíam através das suas interacções aquele contexto concreto de acção.

Nesta perspectiva, a (inter)acção social no interior da usina, particularmente para os militantes da luta social que não haviam sido trabalhadores rurais ou operários no sector açucareiro, constituiu-se simultaneamente como processo de intervenção para a transformação paulatina do instituído e de aprendizagem colectiva, isto é, em que a necessidade premente de conhecer as condições do existente para avaliar as possibilidades de se recolocar em marcha o funcionamento da usina implica o recurso

ao conhecimento empírico dos trabalhadores e conduz não apenas a uma aprendizagem do modo de funcionamento “*técnico*” da usina mas, essencialmente, de uma linguagem da interacção com os trabalhadores no contexto produtivo que resulta de uma mediação entre a linguagem e os saberes incorporados nos trabalhadores por via da sua socialização profissional na tarefa e o “*desconhecimento instituído*” (Correia & Matos, 1994) do domínio técnico e administrativo de que aqueles militantes são portadores. Para os trabalhadores, particularmente para os operários, este momento constitui-se como vivência de um certo “*curto-circuito*” entre uma identidade profissional historicamente induzida e produzida como profissionais de “*serviços de produção de rotina*” e a exigência pragmática de desenvolverem pelo menos alguns saberes típicos dos “*analistas simbólicos*” (Reich, 1993) [cf. por exemplo, a Entrevista Operários I] capazes de lhes permitirem suplantar os problemas estruturais que a degradação dos equipamentos industriais vinha acentuando ao longo do período de colapso da usina Catende.

Mas, a entrada provisória, com um carácter emergencial e tutelado por políticas assistencialistas por parte do governo do Estado, constituiu também a oportunidade de compreender a impossibilidade de um retorno ao passado e o momento de formulação inicial de um projecto que não tendo necessariamente clara a sua concretização, embora se admitisse a sua recuperação pelos trabalhadores, se expressava pelo menos pela negação veemente da recuperação da situação que havia sido transcendida pela luta dos trabalhadores. A forma material que esse projecto assume é o pedido de falência interposto judicialmente pelos trabalhadores e incorpora o que é a consciência possível no momento, por parte do conjunto de trabalhadores, sobre as reais condições do empreendimento e uma difusa compreensão sobre a necessidade de preservar o existente como condição de projecção no futuro e de sobrevivência no presente, isto é, a falência constitui-se no “*inédito viável*” que aqueles trabalhadores naquelas circunstâncias e com um determinado grau de consciência formulam.

Então com isso chegou o final da procuração [de Mário Borba, indicado pelo Governo do Estado e aceite pelos trabalhadores, que assumiu a administração da Usina até acabar a moagem de 1995], e **nós deparámos com outra situação: os donos não renovariam essa procuração, e os trabalhadores se viram numa situação que se voltassem os usineiros, a gente estaria numa outra situação também complicada. E aí construímos o processo de falência, não é? Construímos o processo de falência**

justamente para buscar na justiça, que a justiça pudesse fazer a arrecadação de todo o patrimônio, para garantir a empresa funcionando, fazer a arrecadação de todas as terras, para que esse patrimônio não saísse como saiu, em outras unidades industrial no Estado. E com isso, a justiça fez a arrecadação de todo o patrimônio, foi como que deu a garantia de que a gente teria um processo para continuar, os credores trabalhistas deram indicação do síndico, que era o Banco do Brasil, era o maior credor na época, o Banco do Brasil assumiu de 95, de Maio de 95 a Dezembro de 97, portanto, passou dois anos, e renunciou à sindicatura. Colocou-nos questões de foro íntimo, dizendo que havia muita dificuldade e que não pretendia mais continuar com a sindicatura. **Então, os trabalhadores novamente reagiu, e indicou o síndico o Dr. Mário Borba, que tirou a procuração, que depois foi integrante da equipe do Banco do Brasil na administração, e aí nós fizemos a indicação dele, que ficou de 97 até 2005, quase até aproximadamente dez anos de sindicatura. E com isso voltou uma nova mentalidade para os trabalhadores, uma abertura de possibilidade de geração de emprego e renda, a manutenção dos empregos e o funcionamento da fábrica, porque quando foi decretada a falência o juiz concedeu a continuidade do negócio, e por isso tem sido vital para a garantia do emprego, a garantia da renda das famílias, e a garantia, sobretudo, do funcionamento dela aqui e a importância que ela tem no contexto dessa região, que distribui renda para cinco municípios. Então isso foi muito importante.** (Entrevista Marivaldo Andrade)

[...] daí surge a ideia da falência. E aí foi o Dr. Bruno, como advogado da FETAPE no momento, junto com Romeu da Fonte que já era deputado, tinha sido eleito deputado, e que também era advogado, e com outras consultas, foi aí que se montou a ideia da falência, e rapidamente isso criou corpo, e se deu entrada, em Maio, no início de Maio, aqui em Catende, e, salvo engano, no dia 17 de Maio o juiz já decretou, não deu ainda a falência, mas já deu o bloqueio dos bens, não é? **Arresto dos bens. Foi um primeiro passo, já assegurou então que os donos iam perder.** Em seguida, os donos entraram com uma auto-falência. Reconheceram a falência, só que entraram em Recife, na vara da falência. Ao fazer isso, tiveram também decretada a falência. A tentativa deles era de botar um síndico. **Como a gente já tinha articulado, estava articulado o movimento sindical, o governo do Estado e aí se articulou o Banco do Brasil, que era o maior credor, na época o Banco apresentava já um crédito de quase 480 milhões de reais, então se convidou o Banco a ser o síndico e o Banco aceitou, aqui. Quando soube-se da auto-falência em Recife, também com habilidade conseguimos colocar o síndico, o Banco do Brasil. Como era o maior credor, o juiz também foi bastante sensato nesse sentido e acolheu. Então eles perderam a oportunidade também de indicar um síndico. Com isso então passámos a ter a condução do processo. Foi pedido também, como estratégico, que o juiz decretasse a continuidade do negócio, que não é comum em falências. Mas para nós era importante, porque a falência para nós não era para acabar o negócio, era para tentar dar outra possibilidade para o negócio, recuperar as condições de produção da empresa.**

No momento, por mais que se discutisse, trocasse ideias, quebrasse a cabeça... Não se tinha todas as clarezas da coisa, não havia iluminados o suficiente para ter clareza do que pudesse vir a ser. No fundo, no fundo, toda a tentativa ali no momento era, em primeiro lugar, **para garantir que os créditos trabalhistas fossem assegurados, era necessário garantir o patrimônio.** Então essa era uma única forma que a gente tinha de assegurar o patrimônio, porque a partir daí ele só poderia ser vendido em leilão, não mais assim transferido simplesmente. E uma outra era que através do instrumento da falência se poderia trazer de volta o patrimônio desviado, porque a falência quando decretada lá foi decidida podendo retroagir em cinco anos, que a lei permite. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Então havia uma estratégia deliberada de falência já, de quebradeira, e de desvio de patrimônio. Aí foi quando se percebeu que a única forma de tentar superar isso daí, seria através da lei de falência, porque a lei de falência, num primeiro momento, ela arrecada o patrimônio, ela coloca em indisponibilidade para o dono do patrimônio, e ela ainda tem a possibilidade de fazer uma acção retroactiva. Ela pode, e no caso foi estabelecido cinco anos, então ela poderia investigar tudo o que aconteceu a partir de 90. Se não houvesse lisura, estaria passível de uma acção revogatória. **Bom, e aí se pediu a falência, se teve a falência,** inicialmente pedimos aqui, eles imediatamente pediram na Justiça Falimentar, na vara da Falência em Recife, também tiveram a considerada auto-falência, isso de um lado dificultou, porque passámos a trabalhar com duas decisões judiciais, duas falências decretadas, mas também facilitou, primeiro porque ao solicitar auto-falência, eles confessam a falência, aí eles não

podem voltar atrás em seguida, dizendo que a empresa não era falida, porque eles reconheceram ao formular a auto-falência. **Eles pretendiam ter o síndico, para fazer a administração da empresa. Como havia uma articulação com o Banco do Brasil, que era o maior credor na época, e o Banco do Brasil aceitou ser o síndico, quando percebemos, quando soubemos da acção decretada também na Justiça da Falência em Recife, na vara Falimentar, se conseguiu também habilitar o síndico Banco do Brasil, então o Banco do Brasil ficou sendo síndico nas duas falências, nos dois processos. Assegurou-se a possibilidade de manter a gestão, e quando solicitámos, os nossos advogados, o senhor Dr. Bruno solicitou, também a continuidade do negócio. Porque normalmente falência é um falecimento de facto, então você vai procurar pagar ao credor com património, depois a partir de leilões públicos e tal... E aqui a gente pediu para continuar o negócio, que o objectivo já não era fechar, já não era simplesmente retalhar o património, era preservar o património como garantia dos créditos trabalhistas; mas mais do que isso, era já vislumbrando a possibilidade da empresa vir a se recuperar pelas mãos dos trabalhadores. Mesmo que isso não fosse uma coisa clara no início, não era fácil ter clareza disso, mas era o que já vislumbrávamos nesse momento.** Bom, e aí se conseguiu trabalhar, e vem se trabalhando, as dificuldades grandes, encerrou-se uma moagem, que foi essa moagem do primeiro momento, antes da falência. Ao terminar a falência, os donos queriam que voltasse, queriam voltar, não renovaram a procuração, queriam voltar, e aí foi isso que tinha que ser pedida a falência mesmo. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Aí, conversa vai, conversa vem, **surgiu a questão da falência, então o primeiro ponto é pegar o nome de todo o mundo e reunir as informações**, aí eu fiquei nesse trabalho, fiquei nessa coordenação junto lá no escritório com Bruno, nessa época a gente não tinha o escritório de apoio que tem hoje lá, era no escritório do pai dele, ele não entendia de falência, aí você me pergunta: isso vale a pena? Eu digo: Vale, João, porque foi...é o início. **Porque inclusive os trabalhadores e trabalhadoras não entendiam de falência mas o próprio advogado deles**, o Bruno, ele também não entendia não, não era a especialidade dele. **Falência de trabalhador pedindo era uma coisa muito nova**, até porque o pai do Bruno era um excelente advogado, Bruno também, mas Bruno era novo, o pai dele era bastante diferente, mas mesmo o pai dele tinha dificuldade, né. **Então esse foi o primeiro aprendizado; a gente teve que aprender para poder, junto com os trabalhadores e trabalhadoras, nessa época não tinha esse recursos que hoje tem de computadores e os programas legais e essa coisa toda, porque hoje é muito fácil pedir a legislação, é rapidinho, antigamente não tinha, então o que é que a gente fez, a gente pegou a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, através do Dr. Romeu, conseguiu três estagiários de Direito, aí a gente montou um grupo de trabalho, aí começou a levantar todo o material sobre falência, material jurídico sobre falência, e a gente foi para digitar todo esse material, a gente terminou aprendendo sobre falência desse jeito, tudo o que tinha, todos os livros que tinha, que o povo tinha conhecimento sobre falência a gente digitou, para preparar: “isso vai servir, isso não vai servir”. Então preparou todo o processo, aí ouviu pessoas que eram especializadas em falência, em processo falimentar mas de empregadores, a gente ouviu e fez a adaptação, “talvez desse jeito e etc”...** (Entrevista Regina Piechocki)

De acordo com vários documentos a que tivemos acesso, e na formulação própria desses documentos, a iniciativa judicial de requerer a falência por parte dos trabalhadores pretendeu:

- A defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o desemprego e a exclusão social;
- Evitar o encerramento da empresa que é a principal fonte de geração de renda e emprego de uma região que abrange cinco municípios e uma população de mais de 140 mil pessoas;
- Preservar judicialmente o património para garantir o pagamento das dívidas aos trabalhadores e interpor-se judicialmente à alienação fraudulenta da propriedade dos engenhos tentada pelos usineiros;

- Assegurar a continuidade da actividade económica, assumindo os trabalhadores credores a gestão do património no final do processo de falência, construindo “*um modelo alternativo de gestão, de reorganização dos meios de produção agrícola e industrial, de diversificação produtiva conciliando produção empresarial e familiar*” (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:7) capaz de romper com o sistema predominante na região durante séculos.

Em suma, se analisarmos o excerto anterior, a proto-constituição do que viria a constituir o projecto Catende/Harmonia, no sentido de tomada em mãos pelos trabalhadores do património da Usina Catende, permanente e judicialmente outorgada, tem claramente associada uma finalidade política ligada à luta pelos direitos dos trabalhadores e mais genericamente à luta pela sua cidadania; mais inequivocamente ainda, uma finalidade económica na medida em que o sucesso desta luta se associa à manutenção do processo produtivo para que assegure as condições mínimas de sobrevivência material dos trabalhadores e das suas famílias, mas incorpora também, em gérmen, a necessidade de enquadrar todo este processo e todas aquelas finalidades numa redefinição do modelo de desenvolvimento hegemónico durante séculos na região. Neste sentido, se todo o processo de luta social dos trabalhadores constituiu o momento de “*desconstrução-construção*”, isto é, a instância em que a ordem instituída é instabilizada pela sua negação, como condição para uma nova construção, em que a experiência e a acção dos sujeitos deixa de ser vivida exclusivamente como uma “*interiorização da exterioridade*” e em que o desejo emerge como condição da mudança e negação do instituído (Matos, s.d.), o pedido de falência constitui na sua argumentação os primórdios do que Manuel Matos (s.d.) identifica como o momento de “*construção/projecto*”, isto é, de “*exteriorização da interioridade*” sob a forma de um discurso e de uma proposta que procura ideologicamente justificar a possibilidade de uma alternativa a construir, mesmo sem haver sido experienciada concretamente essa alternativa, ou sem sequer haver uma referência inspiradora muito concreta e que apenas havia de surgir posteriormente, sob a forma do contacto com experiências de empresas em autogestão e suas entidades federadoras e com o movimento nacional da economia solidária.



Legenda: Reuniões de trabalhadores na Usina Catende

Mas a decretação da falência e a entrada definitiva dos trabalhadores para a administração da Usina, então transformada em massa falida – sempre sem esquecer que é uma administração tutelada pela justiça da falência – é também um problema político na medida em que, como aliás já antes referimos, gera um aparente paradoxo que é o de como se justifica que sejam os mesmos sindicatos e movimentos sociais e trabalhadores que historicamente se ergueram contra o sector-sucro-alcooleiro que agora assumam a gestão de uma usina de açúcar... ou seja, o projecto que se define pragmaticamente parece ir em contra-ciclo político face aos movimentos sociais e às forças partidárias que apoiaram a luta social dos trabalhadores contra os usineiros:

Não, não, nunca, nenhuma. **E parceiros, tá certo, então tinha a FASE, tinha o pessoal da CUT, mas ninguém, muito pelo contrário, muitas pessoas da esquerda não estavam querendo: “Não, a gente sempre meteu o pau em usina, sempre meteu o pau em cana-de-açúcar”, então aí queriam inclusive acabar com a cana-de-açúcar, e a gente não, a gente tem esse negócio, hoje, vamos tentar garantir.** (Entrevista Regina Piechocki)

Esta será, aliás, uma questão eminentemente conflitual ao longo dos primeiros 10 anos do projecto, quer junto de alguns parceiros que apesar de se envolverem em iniciativas específicas no âmbito do processo de transição autogestionário mantêm como posição de princípio político a oposição à opção pela manutenção do agro-negócio canavieiro na usina Catende e a preferência por uma outra lógica de desenvolvimento local, quer junto de movimentos sociais como o MST que, por várias vezes, ao longo deste processo tenta invadir as terras e os engenhos da usina sustentando um modelo radicalmente diferente de gestão do território em termos económicos e uma concepção de reforma agrária substancialmente distinta da que o projecto justifica para si mesmo, que ainda assim não deixa de constituir mais um, pelo menos aparente, evento paradoxal de luta de trabalhadores que se tornam proprietários contra trabalhadores à procura de propriedade.

Existem alguns indicadores de transição do assalariamento para a diversificação [no processo vivido em Catende entre 1995 e 2005], o que pode significar um modelo de desenvolvimento baseado na combinação deles dois. Pode significar... Na verdade, nosso desejo é que não significasse, era que significasse alguma coisa mais ligada à autonomia das famílias, né? Quer dizer, romper com esse ciclo monocultor, extensivo, dependente do financiamento público estatal, que é uma herança das usinas, né? Quer dizer, a gente gostaria de romper com isso, que maltrata o meio ambiente, etc, etc... Bom, uma vez não sendo possível, será possível o hibridismo, não é, disso. Talvez seja o resultado final. Agora, mesmo esse modelo híbrido, do ponto de vista dos paradigmas ao qual eu defendo e reconheço, ele não produziria uma estratégia de desenvolvimento local, porque ele estaria sempre condicionado a essas externalidades, né? E quando eu falo em visão sistêmica, é porque eu quero combinar esses desafios locais a um desafio de natureza internacional, que é o seguinte: **há, desde a Europa, uma mudança no regime, está indicada uma mudança no regime de produção e de comercialização de açúcar, para 2006. Os acordos internacionais configuraram para 2006 essa mudança. O que significará essa mudança? Abertura alfandegária e as possibilidades de compra de açúcar e, provavelmente, álcool (ainda se está definindo, a Alemanha já está experimentando o álcool... mas principalmente açúcar), de outros países, não é? E mudar o padrão de produção do açúcar baseado na beterraba para o açúcar da cana, né? Então, isso, ao mesmo tempo que é uma excelente oportunidade para aqueles sectores que já se estabeleceram, para esses sectores aqui, que estão tentando se situar, sobreviver, é uma ameaça, eu considero uma ameaça. Então, vamos imaginar, então uma variável externa poderá ameaçar isso aqui, mesmo essa estratégia de transição, que é a seguinte: se houver uma oportunidade de compra – e, portanto, de venda – de açúcar a um preço fabuloso, etc, etc, então, o que, provavelmente, acontecerá com aquelas famílias cuja cultura produtiva é a cana, e não outra coisa, inclusive daqui? O que provavelmente poderá acontecer? Se tem maior rentabilidade, eles vão produzir mais, então é nesse sentido que eu tenho uma ideia mais sistêmica do que pode ser o desafio – é, ao mesmo tempo, ameaça e oportunidade, né, da questão do desenvolvimento. (Entrevista Ednildo, FASE)**

No dia de 21/03/2000, por mandato judicial, a Polícia Militar realizou, pela terceira vez, nos últimos seis meses a reintegração de posse no Engenho São José da Prata, município de Catende. Na tarde deste mesmo dia, sob ameaças ao motorista e trabalhadores que foram carregar a cana cortada, impediram o transporte da cana até a Usina [...] Os fatos de ontem, dizem que os MST em sua versão Mata Sul - PE, está partindo para o confronto e nos tratando como latifundiários e usineiros, o que não podemos aceitar. **(Documento Relat Sindical sobre Conflito com MST&Morador de Engenho Jun 2000)**

O presente relatório tem por objeto o que chamamos de “Caso JR”. Como é de conhecimento de todos, inclusive da opinião pública nacional, o Movimento dos Sem Terra – MST –, divulgou nota na imprensa e na Internet, no dia **24/04/00, falando que na Usina Catende continua-se administrando da mesma forma que os usineiros** afirmando, por ocasião do despejo judicial:

“Os pistoleiros cometeram atos de barbárie, queimando todos os pertences dos trabalhadores, bateram nas mulheres e crianças. Segundo os sem terra quatro pistoleiros imobilizaram no chão o jovem José Berto da Silva, de 16 anos, filho de um dos moradores do Engenho. Cada pistoleiro pisou em um dos membros do rapaz, mantendo os braços e as pernas abertos no chão. Um quinto pistoleiro atirou com um revólver na altura do ombro do garoto. Os pistoleiros disseram que isto seria uma forma de lição. A bala alojou-se nos pulmões de José Roberto...”

O documento assinado pela Direção Estadual do MST foi divulgado entre muitos dos parceiros nossos o que suscitou a realização de uma Sindicância da Administração Judicial da Massa Falida/Usina Catende [...] **apesar de ser no mesmo dia da ação judicial de reintegração de posse, nada tem a ver diretamente com a ocupação dos sem terra no Engenho São José da Prata. [...] Se os sem terra erram nas informações sobre Catende, não podemos esquecer que eles são vítimas da violência dos proprietários de terra e da polícia Militar no país, basta lembrar “Eldorado dos Carajás, Corumbiára e muitos outros massacres ocorridos. O MST, portanto, possui a credibilidade das vítimas para falar desses casos.**

Para tanto, no caso Catende, recorreu a imagem de “usina”, “usineiros” e “pistoleiros”. Imagens vinculadas ao poder dos mandatários da Zona da Mata. É perceptível que o objetivo principal da nota do MST foi desmoralizar o Projeto dos Trabalhadores da Usina Catende sob a coordenação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. O que para tanto recebeu a devida resposta do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, na nota intitulada “As Mentiras do MST Pernambucano” e na ação dos trabalhadores de tirada dos ocupantes dos Engenhos Porto Seguro, Veneza, Corubas e Pirauá.” (**Documento Síntese dos litígios MST&Projeto Catende Harmonia Mar 2000**)

...novo tipo de conflito no campo envolve dois movimentos. O MST e a FETAPE, ligada à CONTAG (...) **A rivalidade entre os dois movimentos se agravou quando o MST montou acampamento na estrada que dá acesso a esta Usina na Zona da Mata de Pernambuco. A Usina Catende faliu e por causa de débitos trabalhistas passou a ser administrada há sete anos pela FETAPE. Os dirigentes dos dois movimentos trocam acusações. “O MST tem que compreender que nós tínhamos que se juntar para ocupar latifúndios e não áreas que já estão ocupadas com outros trabalhadores, afirma o Presidente da FETAPE (...) “Não é o MST ou a FETAPE que têm que resolver e sim o INCRA que é o órgão competente [2002]**

Duzentas famílias acamparam em uma área da Usina Catende (...) O grupo, constituído por trabalhadores de 23 engenhos da própria usina, reivindica uma área de 14 mil hectares, atualmente em poder do Banco do Brasil, sob título de massa falida. Ex-funcionários da usina, os trabalhadores reclamam o pagamento de uma dívida antiga dos donos das terras. A ocupação se deveu ao temor de que, depois que a área for repassada ao Banco do Brasil, o proprietário já não tenha como quitar seus débitos [07/08/2003]

O conflito entre o MST e a CONTAG, evidenciado pela nota da confederação contra a invasão da Usina Catende pelos sem-terra, é histórico e se justifica pela diferença de objectivos, métodos e concepção política que ambas as organizações têm da reforma agrária. (...) Enquanto o MST insistia nas invasões e em não reconhecer o governo como interlocutor – embora paradoxalmente precisasse da acção governamental para fazer os assentamentos e financiá-los –, a CONTAG investia na institucionalização, passava a participar de todas as instâncias ligadas à reforma agrária e se concentrava na produtividade dos assentamentos e na obtenção de crédito para a agricultura familiar (...) O objectivo, nesse caso, é tão-somente disputar espaço político e de arregimentação de quadros com a CONTAG e com outras entidades rurais (...) a Usina que o MST tenta invadir pela terceira vez não pertence a latifundiários, mas a trabalhadores rurais organizados; não é improdutiva, e sim mantém várias culturas e emprega milhares de pessoas. Não há, portanto, dentro do manual que justifica invasões, razões para a investida dos sem-terra. A razão é meramente política e, como tal, tem de ser efectivamente denunciada, como fez a CONTAG [23/09/2003]

Cerca de 150 famílias ligadas ao MST, que há cerca de dois meses ocupavam parte das terras da Usina Catende (...) foram despejadas do local nesta quarta-feira. O Mandado de reintegração de posse foi cumprido por oficiais de Justiça com apoio do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco. A operação foi marcada por momentos de tensão, mas não houve registro de conflito. A propriedade ocupada é gerenciada por uma cooperativa de agricultores ligados à FETAPE, que desde a ocupação do local está em pé de guerra com o MST [17/09/2003]
(Documentos da imprensa, cf Anexo 3)

A assunção da administração da Usina Catende pelos trabalhadores tendo sido conquistada na justiça e, portanto, política e publicamente reconhecida, cedo foi confrontada com as necessidades urgentes e pragmáticas de definir um conjunto de prioridades de acção que viessem ao encontro de princípios que o pedido de falência, explícita ou implicitamente, apresentava, sendo que num primeiro momento a

solidariedade colectiva, suportada pelos contributos financeiros ou assistenciais do governo regional, se concentra na reabilitação mínima das condições de funcionamento do sistema produtivo herdado: a recuperação do campo através do plantio de cana-de-açúcar e o designado “*apontamento*” da indústria que consiste basicamente em preparar todos os seus componentes para suportar uma laboração contínua de alguns meses desde que a safra se inicia até que acaba.

Um dos desafios foi, com a falência decretada, os donos realmente estavam afastados... E agora? Fazer uma entressafra, a entressafra de 95. E agora a partir de Abril de 95? Já estava sem nada em Abril, em Maio, aí já o Governo não ajuda com cesta básica... E aí como é que vai ser a partir de Maio quando esse facto se assume e tem que fazer o apontamento... Não tinha cana, só tinha cinco camiões funcionando, não tinha equipamento em condições, as caldeiras precárias... Tudo, tudo, tudo precarizado! Então, se fez um trabalho bonito de mutirão e de sensibilização, de que era fundamental fazer o reaproveitamento de tudo o que houvesse. E aí foi interessante que as pessoas que até então trabalhavam sem zelo, nesse sentido de preocupação, começaram a identificar “*Não! Em tal lugar tem um bocado de peça velha, de sucata lá que ficou... Pega aí, isso aqui se aproveita! Tem chapa inclusive que foi ficando, que foi botando ali no lugar e depois foi acumulando sujeira, e chapa nova que ficava ali meio que soterrada...*”, esse tipo de coisa. Onde é que pode recuperar parafuso, porca, tudo... E começámos todo um processo de recuperação. Praticamente não houve apontamento, foi mínimo, só para tentar montar algumas coisas para iniciar a moagem e para plantar. Aí praticamente não plantou em 95, não tinha as condições... Foi-se tentando, em cima da cesta básica que você recebia, fazer a limpeza, limpar o campo, dentro do possível... (Entrevista Arnaldo Liberato)

Do ponto de vista de análise deste processo como dinâmica de transformação sócio-comunitária é relativamente simples identificar neste contexto a tendência para o reforço da identidade intra-grupal e a potenciação das capacidades, competências e recursos individuais em prol de um sentido colectivo. Portanto, há uma espécie de movimento identitário de força centrípeta que desempenha, simultaneamente, as funções de fortalecimento do colectivo face às potenciais ameaças externas, e a geração de um processo de aprendizagem colectiva que se vai construindo na necessidade de transformar os obstáculos em recursos, mas também na necessidade de ir definindo “*o que fazer*” e o que “*se sabe fazer*” projectados para um horizonte temporal que transcende aquele com que os trabalhadores assalariados, recebendo salários semanais ou quinzenais, estavam habituados a programar a sua vida e sobrevivência.

Então esse momento de 96, para nós foi um momento interessante, porque estávamos com essa referência desses dados que fizemos, dessa pesquisa que fizemos, e havia uma preocupação: as pessoas não estão querendo terra. Querem um emprego, ou a indemnização: duas coisas difíceis para a gente! A indemnização não tinha como pensar, era um valor muito alto, só se vendesse tudo a um preço bom, não era fácil... Não era também um grande objectivo, não atendia à grande estratégia, à grande necessidade. Segundo, muito difícil de manter emprego. A região toda com problemas, e aqui

também... Uma outra coisa, mais difícil ainda, era de conseguir um bom patrão. Tentámos demonstrar que isso, realmente, não existe, não é fácil. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Mas, apesar de uma evidente moratória que se instala em termos de definição do sentido do projecto a alicerçar, a primeira prioridade que se torna evidente é justamente garantir o mínimo de segurança alimentar para os trabalhadores, evitando a dependência absoluta da distribuição de cestas básicas pelo governo do Estado e de um funcionamento da usina necessariamente precário, atendendo ao abandono e depauperação que, quer o campo, quer o sector industrial tinham sofrido nos últimos anos.

Aí nessa primeira reunião eu acho que a gente começa a tratar da parte da capacitação, porquê? **Porque foi aí que todo o mundo se deu conta que teria que fazer alguma coisa, tá certo, não sabia o que fazer, aí o que foi que ficou decidido: então a gente não sabe o que vai fazer, mas o que é que a gente não quer que aconteça, qual a providência inicial que a gente tem que tomar? Aí as pessoas disseram: “A gente não quer passar fome”. Porque era fome, hoje isso daqui é um...era fome brava, fome indescritível e é uma fome terrível porque não dá para a gente entender porque com tanta terra verde as pessoas estão passando fome, aí a gente começou a entender - que não entendia - começou a entender a partir dessa reunião, não dessa reunião, mas a partir do seu desdobramento: “Então o que é que a gente vai fazer para não passar fome?” Aí era o óbvio: “Vamos plantar! Todo o mundo está aqui, todo o mundo é agricultor, vamos plantar!”. Nessa época a gente ainda não estava com envolvimento maior com o pessoal da indústria, ainda era separado, quem fez o movimento foi o pessoal do campo, aí “vamos plantar”, era o óbvio, aí pensaram em criar peixe, aí Bruno pegou para saber, “como é esse negócio do peixe?” Tinha uma mocinha, Jacqueline, que inclusive depois veio para a equipa de assessoria, ela era da CUT me parece, era da escola da CUT, aí ela disse: “Peixe, eu tenho conhecimento”, aí explicou mais ou menos como é que se fazia para criar peixe, aí a gente pôs no papel para fazer as contas, aí quando o Bruno fez “Olha, precisa não sei quantos mil alevinos para alimentar, então o peixe está fora de questão nesse momento. Vamos plantar...o que é que vocês querem plantar, o que é que vocês têm mais afinidade?”, “Ah, milho e feijão!”, “Milho e feijão é ótimo!”. Aí a gente descobriu que 90% daqueles agricultores e agricultoras que estavam lá não sabiam plantar um pé de milho, um pé de feijão, você acredita nisso? (Entrevista Regina Piechocki)**

E aqui começa a história de um trabalho educativo mais sistematicamente pensado como componente deste processo de desenvolvimento comunitário e que abordaremos separadamente.

De qualquer modo, e antes de concluirmos a apresentação e análise do longo percurso que leva os trabalhadores à administração da Usina Catende e à eclosão de uma dinâmica de transformação sócio-comunitária de uma realidade sócio-instituída, é importante salientar, ainda que sucintamente, que o processo vivenciado em Catende se confronta com um conjunto de desafios que remetem para diferentes esferas comumente envolvidas nas lógicas de intervenção para o desenvolvimento comunitário local, que aqui assumem contornos particulares, e enfrenta contradições

internas (geríveis mas não ultrapassáveis, segundo acreditamos) em cada uma dessas esferas pela irreducibilidade entre os desafios que as caracterizam, bem como enfrenta inevitavelmente a contradição e o conflito entre desafios oriundos de distintas esferas necessariamente envolvidas ou afectadas pelas dinâmicas de desenvolvimento (comunitário).

Na esfera política, Catende emerge simultaneamente como um projecto progressista e em contra-ciclo político. Por um lado, tem as condições para corporizar um empreendimento autogestionário caracterizado pela apropriação dos meios sociais de produção pela classe trabalhadora – do campo e da indústria - e pelo envolvimento efectivo dos trabalhadores no trabalho de definição táctica, estratégica e económica do seu devir e afirmar-se como a vanguarda transformadora num contexto territorial ainda e sempre dominado pelas oligarquias do sector agro-industrial do açúcar, enquanto, por outro lado, se apresenta como a *“negação da negação”*, ou seja, mantendo por razões tácticas económicas e financeiras, mas também culturais, a agro-indústria canvieira – matizada é certo - e a cultura que lhe anda associada contra a qual se levantou enquanto movimento social de trabalhadores. Nesse sentido, Catende confronta-se com a necessidade de uma produção política do tipo de empreendimento que pretende ser (inevitável com o encerramento do processo judicial de falência e com a mais que provável entrega do património aos trabalhadores), e com o desafio da definição participada do seu posicionamento num espectro ideológico alçures entre a utopia socialista, o socialismo de mercado (Santos, 2002) ou o capitalismo envergonhado, o que supõe igualmente fazer escolhas em torno de opções como o desenvolvimento de um comunitarismo solipsista, a inscrição no mundo reticular pós-moderno ou o desafio de um *“cosmopolitismo comunitário”* (Correia & Caramelo, 2003) por inventar. Em termos gerais, o desafio aqui configurado, como em qualquer outro processo de desenvolvimento comunitário desta natureza, é o da definição política do projecto de desenvolvimento que se vai construindo nas suas relações com o exterior e face aos projectos de desenvolvimento hegemónicos.

Catende é também o palco propício à transformação das bandeiras e formas de intervenção dos movimentos sociais e, portanto, potencialmente à sua *“mutação”* por hibridação. De facto, se houve um momento em que o facto de todo este processo ter

sido privilegiadamente conduzido por um conjunto de sindicatos de trabalhadores rurais forjados na luta social pelo reconhecimento dos direitos políticos, sociais e económicos dos trabalhadores era sinal de identidade entre o esperado e o desenvolvido por parte desses actores sociais, a entrada num processo de transição autogestionário obriga a uma reformulação desta relação de identidade. Coloca-se portanto o desafio da própria transformação interna desses “velhos” movimentos sociais, não apenas para que incorporem preocupações e lutas por direitos típicas do que se vem designando de novos movimentos sociais, exigidas pelo próprio processo de definição do presente e futuro do empreendimento Catende, mas também para que a sua natureza mais profunda de matriz reivindicativa, se possa transmutar numa natureza programática em que conviva a luta com a praxis pela afirmação de direitos simultaneamente modernos (direitos económicos, sociais e políticos) e direitos típicos da modernidade tardia (direitos culturais). E simultaneamente, ainda, conviver com outras formas de intervenção social e política geradas ou segregadas pelo próprio processo, articulando legitimidades que provêm de fontes distintas (as mulheres, os jovens, os operários...), se exprimem segundo modos próprios e incorporam preocupações particulares.

Finalmente, o empreendimento Catende pode protagonizar politicamente o esforço de construção de uma consciência de classe proletária que possibilite ultrapassar a clivagem histórica existente na região entre trabalhadores rurais e operários fabris, mas se, por um lado, esse desígnio encontra na partilha de condições objectivas de existência uma plataforma de sustentação comum coerente, por outro lado, tem de lidar com experiências subjectivas de classe profundamente distintas e que, em nossa opinião, são fortemente matizadas pelo valor simbólico e identitário – que atravessa várias gerações - de uma identidade comunitária construída em torno da Usina Catende e da sua distinção no campo da economia capitalista.

Na esfera educativa e cultural, o empreendimento Catende depara-se com o enorme desafio de sistematicamente contribuir para descristalizar e problematizar uma história e uma estrutura cultural e mental de cinco séculos vincada pela monocultura da cana-de-açúcar e pelo quase monopólio da usina como referente de construção identitária a partir do trabalho assalariado, nos seus efeitos na

estruturação dos mapas cognitivos dos trabalhadores, e criar condições para romper com os efeitos perversos da cultura que lhes está subjacente (submissão, dominação, exploração). Nesse sentido, ao mesmo tempo, o trabalho educativo tem de se erigir com e contra a experiência, ou seja, inevitavelmente construir-se a partir do conhecido e, eventualmente, a partir da valorização de alguns dos saberes empíricos incorporados pelos diferentes trabalhadores mas numa perspectiva que permita transformar a terra e o trabalho que os explorou na terra e no trabalho que potencialmente os liberta. Esta questão reenvia-nos directamente para o desafio de como pensar a relação formação/trabalho neste contexto e que, idealmente, terá de ser mutuamente qualificante. Ao trabalho educativo coloca-se ainda a questão de como incorporar na sua praxis o trilema: *“O passado deve esquecer-se? O que fazer face à incerteza do presente? Que futuro desejamos construir?”* e dessa forma desenvolver um trabalho educativo que produza e sustente o modelo de organização política e económica a adoptar.

Finalmente, mas não menos importante, há todo o desafio de construir a legitimidade de um trabalho educativo numa usina de açúcar, principalmente se pensado segundo uma lógica de educação popular (e não de gestão dos recursos humanos) e de o fazer numa tensão entre a usual lógica de definição dos destinatários da educação e formação enquanto entidades singulares e a consideração de entidades simultaneamente difusas mas politicamente pertinentes como produtores e destinatários desse trabalho educativo como é o colectivo dos trabalhadores, as comunidades rurais, o projecto como produção colectiva ou o empreendimento na sua globalidade. Afinal de contas neste empreendimento ainda há muito quem se questione se *«uma equipa de educação produz açúcar?»*.

Na esfera sócio-produtiva, organizacional e económica os desafios articulam-se intrinsecamente com as opções políticas e os desafios antes enunciados a respeito desta esfera. Essencialmente, em nossa opinião, o empreendimento Catende enfrenta necessariamente o desafio da mudança de uma organização do trabalho profundamente hierárquica no campo, taylorizada e vetusta na indústria, para além de concentracionária e panóptica e ainda órfã do passado empresarial no sector administrativo. Ora, esta mudança inscrever-se-á na tensão da definição política do

futuro deste empreendimento entre a opção pela inscrição deliberada numa lógica de funcionamento capitalista – que necessariamente obrigará à modernização do sector produtivo com consequências sociais como a necessidade de menos mão-de-obra - ou a experimentação da construção de um modo de produção alternativo ao capitalista e isto ditará consequências em termos do enfrentamento com as empresas em heterogestão e com as dinâmicas económicas capitalistas de um mercado do açúcar globalizado, nomeadamente no que respeita à competitividade e produtividade.

Finalmente, um outro desafio que é simultaneamente organizacional, produtivo e político prender-se-á com a necessária constituição de dispositivos institucionalizados de participação dos trabalhadores que sejam capazes de ser suficientemente ágeis face às temporalidades do mundo económico distante que interferem com a necessidade de tomadas de decisão urgentes ao nível local, sem que por isso se comprometa a eficiência democrática desses dispositivos, no que se constituirá numa inevitável tensão em torno da gestão da coexistência entre uma dimensão emancipadora e autopoietica a que estes dispositivos apelam e a dimensão coercitiva, disciplinadora e mesmo “*violenta*” que o “*ajustamento*” deste processo ao “*possível*” encerra. Ora, este desafio é particularmente candente se admitirmos que a participação é uma aprendizagem e que não tem apenas uma linguagem a partir da qual se declina, nem necessariamente se subordina a temporalidades externamente impostas, o que supõe que aqui se coloca a necessidade de produzir uma cultura de participação associada a uma democracia deliberativa que seja, simultaneamente, capaz de escutar e de incorporar uma heterogeneidade de formas de expressão e de temporalidades contra a cultura da urgência económica que tende a reduzir a participação à definição da resposta mais eficiente, no mais curto espaço de tempo.

Hoje, o empreendimento Catende/Harmonia que se define a si mesmo como solidário e tendencialmente autogestionário, representa um momento de um processo cuja génese mais próxima se encontra no início dos anos 1990, com as lutas dos trabalhadores rurais pelo direito a indemnizações devidas ao seu despedimento, e se desenvolve ao longo da década através de lutas pela reivindicação do direito ao emprego e, posteriormente à saída dos usineiros e à nomeação de um síndico para a

administração da massa falida (1995) - figura jurídica que ainda pesa sobre a Usina¹⁷⁸ -, pela reforma agrária e conservação do património da usina como garantia do pagamento dos direitos dos trabalhadores anteriormente demitidos.

A solução encontrada para a Usina Catende resultou de uma conjugação entre as forças políticas institucionais, os sindicatos, os credores da empresa e os colaboradores envolvidos na administração da massa falida e, obviamente de forma central, pelo envolvimento dos trabalhadores na discussão do futuro de Catende.

A implementação deste empreendimento não tem sido vivida sem conflitos e problemas (legais, políticos, sociais, económicos...) onde as fronteiras entre interior e

¹⁷⁸ Tanto quanto sabemos em 2009 a questão judicial da falência ainda parece longe de resolução, com mudanças nos juízes responsáveis pelo processo e uma morosidade do processo condizente com a complexidade que lhe dá a vastidão do património que envolve (milhares de hectares de terra e todas as infra-estruturas aí instaladas, entre as quais a fábrica propriamente dita) e, portanto, que lhe dá o seu significado económico, mas também o significado político do que está em causa numa região historicamente dominada pelos usineiros, sob protecção dos poderes públicos na maior parte das vezes. No entanto, ao longo deste tempo (1995-2009), vários avanços foram sendo feitos, quer na justiça, quer por iniciativa da Usina, quer por iniciativa do próprio Governo Federal que permitiram ultrapassar alguns dos constrangimentos que o estatuto de massa falida provocou sempre ao processo ali vivido (por exemplo a impossibilidade de acesso ao crédito bancário) e, em alguns casos, na nossa opinião, constituíram significativos avanços políticos na defesa dos interesses dos trabalhadores e na estruturação de condições para a preservação futura do empreendimento Catende/Harmonia. No domínio da justiça foram particularmente importantes as decisões favoráveis à reintegração no património global da Usina de engenhos alienados pelos usineiros fraudulentamente e em desespero de causa pouco tempo antes de ser decretada judicialmente a falência e que integravam as instalações industriais e a hidroeléctrica. Entre os avanços promovidos pelos trabalhadores deve destacar-se a constituição pelos trabalhadores, primeiro, da Companhia Industrial e Agrícola Harmonia, posteriormente da Cooperativa Harmonia e actualmente da existência da cooperativa agro-industrial CooperCatende, todas elas formas organizacionais inscritas no espírito cooperativo e envolvendo a larga maioria dos trabalhadores vinculados à antiga Usina Catende, principalmente os trabalhadores rurais credores da antiga Usina Catende e que, entre outros aspectos, desbloqueou a possibilidade de acesso a programas públicos de crédito de incentivo à agricultura familiar (o Programa PRONAF) aos trabalhadores de Catende e garantiu que o projecto Catende/Harmonia pudesse candidatar-se a diversos projectos e apoios enquanto entidade jurídica distinta da massa falida. Foi também particularmente significativa, do ponto de vista político, a atitude do Presidente Lula da Silva que em finais do seu primeiro mandato em 2006 desapropriou uma fatia significativa das terras de Catende (23 dos 48 engenhos no total de 8 mil hectares) – libertando-as assim da espera pela decisão judicial – que entregou aos trabalhadores rurais de Catende que nelas constituíram o assentamento Miguel Arraes, mantendo a propriedade colectiva da terra e o seu compromisso de produzirem cana-de-açúcar para a usina. Esta medida não foi feita sem fortes e constantes contestações posteriores por parte de grupos relativamente organizados de trabalhadores sem terra que advogam um outro modelo de reforma agrária para as imensas terras de Catende, que passaria pela repartição individual das terras expropriadas em função dos créditos trabalhistas, e que se insurgem contra a manutenção da actividade agro-industrial ligada à cana do açúcar como actividade dominante nas terras da Catende, argumentando contra a perpetuação do modelo de desenvolvimento e de organização produtiva comum a toda a região, e, ainda, protestando contra a gestão económica e financeira que a administração da massa falida vem realizando da actividade produtiva desde que os trabalhadores, sob supervisão da justiça, tomaram as rédeas do empreendimento.

exterior do projecto se tornam permeáveis e dificilmente delimitáveis e a participação se conjuga fortemente com a negociação de sentidos para a acção (dos sentidos da acção) e é acompanhada de uma *“turbulência identitária”* muito vincada, pois como salienta Teisserenc (1994), os processos de desenvolvimento envolvem sempre um processo de negociação identitária e implicam a necessidade de implementar dispositivos de coordenação da acção que sustentem a produção de um *“bem comum”*, ainda que compósito e atravessado por lógicas diversas, senão mesmo contraditórias, que produzam um sentido para a acção colectiva e para a mudança em que os sujeitos se envolvem. É pois nesta tensão que este processo também tem sido um tempo de conquistas em múltiplos domínios da vida (saúde, equidade entre géneros na esfera do trabalho, redução do analfabetismo literal, diversificação da produção agrícola e investimento em meios de produção industrial mais eficientes e menos poluentes, erradicação do trabalho infantil, sustentabilidade económica, protecção ambiental, formação profissional, educação sindical, para o cooperativismo e economia solidária e para a autogestão, relação de colaboração com os poderes públicos federais, pesquisa e debate sobre opções de desenvolvimento local...).

O empreendimento Catende Harmonia é reconhecidamente *“uma das principais iniciativas autogestionárias em curso no Brasil”* (Anteag & Harmonia, 2005:7), constituindo *“a maior reacção organizada de trabalhadores”* (*idem*) no Estado de Pernambuco onde durante as décadas de 1980 e 1990 fecharam 18 usinas e destilarias deixando atrás de si um rasto de dívidas públicas de 12 biliões de reais e incumprimentos igualmente de grande monta para com os trabalhadores.

Em suma, estamos perante um processo que interpelando as raízes históricas do modelo de desenvolvimento e económico hegemónico na região, e perante os impasses e decadência do modelo secular de exploração sucro-alcooleira na zona da mata nordestina, coloca no centro das suas preocupações as necessidades da vida humana (Neto, s/d:10) e problematiza os sistemas de relações sociais e de trabalho (ou as relações sociais de produção) em que as pessoas estão inscritas, através da promoção da sua participação. Toda esta dinâmica, como sugere Neto (s.d: 15), *“só é facilitada por meio de um amplo processo educativo em que a própria educação sofra a interferência das classes trabalhadoras”* e cuja preocupação central seja a dimensão

ético-política do quotidiano de vida e de trabalho das pessoas, processo este que o mesmo autor identifica com a educação popular.

Ora, atendendo a um percurso de década e meia deste processo cujo *leitmotiv* foi e é o propósito enunciado de romper com o atavismo histórico característico da região, é particularmente desafiador olhar para o modo como as dinâmicas educativas intencionais accionadas neste contexto consideraram este lastro histórico na sua concepção e concretização e essencialmente como procuraram transcendê-lo e, olhando do lado dos sujeitos-educandos, como aquele mesmo lastro se repercute na relação que estes estabelecem com as propostas educativas intencionais ou como este particular receituário cultural impregna os modos de ser, de viver e de compreender o processo em que se vêem envolvidos e de como a novidade se vê constantemente atravessada pelo mais remoto passado. Mas, em última instância, e todavia, a análise do caso de Catende é essencialmente um pretexto hermenêutico,¹⁷⁹ isto é, mais do que procurar instituir-se num estudo de caso, é antes um caso de estudo.

Com efeito, sensivelmente ao longo da última década e meia, a Usina Catende e os seus trabalhadores, através do que convencionalmente passou a ser designado pelos seus integrantes de projecto Catende/Harmonia, vêm protagonizando uma história que de resistência já passou a alternativa económica e política, afirmando-se igualmente como alternativa no seu entorno social não só nestas esferas da vida social, mas igualmente, e pelo menos, nas esferas cultural, organizacional, ambiental e educativa. Esta história de resistência e de construção de uma alternativa viável começa por ser essencialmente um grito de revolta no campo particular das lutas trabalhistas contra o desemprego acarretado pelo encerramento maciço de unidades

¹⁷⁹ Utilizamos aqui o conceito de hermenêutica no sentido de «*próprio para fazer compreender*» (Dicionário Houaiss, p.1970), através de um processo conduzido pelo «*hermeneuta*» que se constitui como «*intérprete*» (*idem*) do objecto/situação. Da assunção deste cariz hermenêutico do processo e da análise sobre ele retiramos duas consequências para o nosso trabalho: i) uma consequência epistemológica: no sentido que assumimos estar perante um caso que concentra particularmente bem processos e tendências que de modo disperso caracterizarão igualmente situações similares e que portanto o tomamos como caso de estudo a partir do qual é possível estabelecer interpretações – produzir um conhecimento – cuja validade é simultaneamente situada e amplificável a “*exemplares do mesmo género*”; ii) uma consequência metodológica: na medida em que supõe que o posicionamento do intérprete face ao objecto de interpretação é simultaneamente o daquele que procura *adivinhar a significação (de algo) por indução* (*ibidem*:2121) mas também o de alguém que pretende *dar certo sentido a, julgar ou avaliar* o que interpreta.

fabris ligadas ao processamento da cana-de-açúcar na região em que está inscrita. Só ao longo da década de 90 do século passado “*das 41 usinas e destilarias, 14 fecharam as portas, desempregando mais de 150 mil trabalhadores*”¹⁸⁰, sem que este processo tivesse sido acompanhado do aparecimento de novas actividades produtivas capazes de integrar laboralmente esta massa de trabalhadores, conduzindo ainda assim a que os sindicatos rurais da região passassem “*por um processo de renovação, assumindo um carácter mais activo e autónomo*” (*idem, ibidem*).

É também uma história de resistência política dado o carácter insular que naquele contexto social e regional o projecto assume e que por isso mesmo se viu objecto de ataques e omissões políticos explícitos, quer da parte das oligarquias locais – a começar pela que detinha a propriedade da usina até 1995 – que dominam o sector sucro-alcooleiro, quer, em determinados períodos desta história de década e meia, dos próprios poderes públicos locais e regionais para quem o peso político que representa a possibilidade de mobilização de mais de 12 mil pessoas, entre trabalhadores rurais e operários, incomoda, principalmente quando não se consegue cooptá-los. Ainda assim, de acordo com o Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária¹⁸¹ para a Usina Catende – Projeto Harmonia (Anteag & Projeto Harmonia, 2005) as grandes conquistas ao longo dos primeiros dez anos centraram-se:

- Na manutenção do funcionamento da empresa em 9 safras, preservando em torno de 1.300 empregos directos e gerando, em média, 1.400 empregos temporários;

¹⁸⁰ Estes dados constam do documento “Programa Seg Alimentar & Diversif Produt 2002”, mas como já dissemos antes há variações nos valores entre os vários documentos consultados.

¹⁸¹ O Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projecto Harmonia é o documento mais integrado e sistemático de caracterização do percurso do projecto Harmonia a que tivemos acesso. Resulta do estudo realizado ao abrigo de um convénio entre o Banco do Nordeste e a ANTEAG e tem como autores técnicos da Anteag e técnicos do projecto Catende/Harmonia que propõem como finalidade “*oferecer subsídios para a construção de um plano de desenvolvimento, gestão e consolidação da recuperação da Massa Falida da Usina Catende, indicando as condições da sua sustentabilidade jurídica, sócio-económica, ambiental e de autogestão pelos trabalhadores através do Projecto Harmonia*” (p.4). O relatório resultante do estudo debruça-se essencialmente sobre a exploração agrícola e industrial da cana-de-açúcar na perspectiva do projecto dos trabalhadores, as possíveis soluções institucionais após encerramento do processo judicial de falência e a gestão presente e futura do projecto enquanto empreendimento autogestionário. É remetida para um estudo posterior a realizar pela FINEP – entidade dependente do governo federal – a análise dos objectivos/metast dos trabalhadores a respeito da diversificação agrícola e industrial; da sustentabilidade ambiental e das possibilidades para um “*desenvolvimento de base local*” (*idem*:5).

- Na recuperação e melhoramento do parque industrial contribuindo para incrementar a produção e produtividade industriais e, na área agrícola, no aumento da área de plantio de cana-de-açúcar;
- Na luta judicial pelo decretamento da falência e anulação das fraudes cometidas pelos usineiros
- Na geração de renda directa e indirecta, nas safras e entressafras, vital para a região;
- Na conversão de milhares de ex-assalariados rurais, demitidos e credores da falência, em agricultores familiares, constituindo o maior núcleo integrado de agricultura familiar de Pernambuco e o único nessa extensão na Zona da Mata (englobando mais de 3 mil trabalhadores);
- Na implementação de um programa de agricultura familiar na exploração de cana-de-açúcar – o programa “*Cana de Morador*” – que mobiliza mais de 2.200 plantadores familiares (em 2005), dentre os trabalhadores demitidos pelos usineiros e credores preferenciais da falência;
- Na concepção e execução de programas de capacitação e formação dos trabalhadores por uma rede de entidades parceiras do projecto e pela equipa de educação do projecto, sobretudo nas áreas de cursos de alfabetização de adultos, qualificação profissional no campo e na indústria, autogestão, educação ambiental e diversificação produtiva.

A educação no processo de transição autogestionária em Catende: abordagem sintagmática e paradigmática

A abordagem ao trabalho educativo e à dimensão educativa presente no “*Projecto Catende/Harmonia*”, entendido como movimento de transição autogestionária, implicou definir algumas categorias organizadoras de um percurso ao longo do qual, naturalmente, se assiste a inflexões ou mudanças de rumo – impostas, induzidas, negociadas ou escolhidas -, processos de definição de prioridades e intencionalidades do trabalho educativo distintas, formas de trabalho pedagógico diversas, produção e mobilização de materiais educativos plurais, incidência em “*públicos*” diferentes, finalidades múltiplas, actores educativos vários, momentos de variável intensidade educativa¹⁸²...Este processo de organização e análise tomou como referência os discursos de diferentes actores envolvidos na vida deste projecto, quer os recolhidos através das entrevistas, quer os que se encontravam plasmados nos

¹⁸² Estas categorias são genericamente mais propícias à organização e análise das formas de acção educativa intencional, programada e sistematicamente realizada no âmbito deste percurso do Projecto Catende/Harmonia, mas não podemos esquecer-nos de que há todo um icebergue educativo escondido (para usar a imagem de Pierre Dominicé) e que corresponde ao que distintas abordagens teóricas a partir de referentes ou critérios diferentes identificam como educação informal, difusa, experiencial, processo de socialização ou mesmo ecoformação e que é pelo menos equivalente, em termos de efeitos educativos gerados, às acções sistemática e intencionalmente desenvolvidas com esse propósito (cf. Canário, 1999).

documentos recolhidos. A posição (o «efeito posição») e a inscrição temporal¹⁸³ e contextual (o «efeito situação»¹⁸⁴) a partir da qual se produzem aqueles discursos, bem como a função que lhes é imputada pelos seus autores, pluraliza e confere heterogeneidade aos discursos analisados, o que obriga a um esforço ao nível da análise de buscar traduzir o que é similar ou comum para além da heterogeneidade elocutória e, simultaneamente, de dar expressão aos sentidos diferentes que, face a situações semelhantes, convivem inter-discursos. Ou seja, a análise pretende procurar a unidade na diversidade e, ao mesmo tempo, a plurissignificação do que, por se referir a uma mesma circunstância, não deixa de ser apenas aparentemente unitário.

Há uma outra preocupação que habita esta análise e que resulta da interpelação de um dos orientadores deste trabalho quando, a propósito do processo em Catende, nos questionava: *“o que permanece independentemente do que vai*

¹⁸³ É claro que nos deparamos aqui com uma questão metodológica a merecer discussão e que se prende com o tempo em que se produzem, o tempo a que se referem e o tempo em que se analisam os discursos, bem como com as suas finalidades. Os discursos contidos nos documentos recolhidos e que se reportam sensivelmente a uma *coorte* temporal entre 1995 e 2005 são, por natureza, discursos fixados a um tempo que é o da sua produção e necessariamente a sua compreensão não pode deixar de lado o quadro das características presentes no processo/contexto à data da sua produção, nem esquecer as finalidades que estão naquele tempo presentes no processo da sua produção. Nesse sentido, enquanto documentos, dão-nos conta dos sentires de diferentes momentos ao longo do tempo no seio do projecto Catende/Harmonia indissociáveis das suas finalidades face àqueles momentos.

Por sua vez, os discursos recolhidos através das entrevistas são fundamentalmente reconstruções a partir do presente de um percurso passado e de um sentido para esse percurso daqueles que os produzem - são, portanto, discursos necessariamente organizados em função do momento do processo a partir do qual são produzidos - e cujas características são indissociáveis das finalidades objectiva ou subjectivamente investidas a um processo de pesquisa pelos entrevistados.

O que está aqui essencialmente em causa não é, portanto, a questão dos limites fisiológicos da memória e de como estes afectam o processo de recolha de dados numa pesquisa, principalmente de uma que se ancora na recolha de testemunhos orais sobre o curso de um processo longo (cf. a este propósito, Foddy, 1999), mas fundamentalmente a necessidade de assumir, como sugerem Correia e Matos (1994:338) a propósito do trabalho sobre os discursos em formação numa perspectiva narrativo-biográfica, que *“o discurso produzido sobre o passado não é o discurso do passado, mas um discurso do presente que busca re-interpretar o passado para intervir no futuro”*, o que em certa medida permite afirmar que as entrevistas para aqueles que as dão não é *“um trabalho arqueológico mas um trabalho prospectivo”* (*idem*:338). Ora, se bem interpretamos as consequências epistemológicas e metodológicas do que dizemos, o nosso discurso sobre os documentos passados e sobre as entrevistas terá de tentar caracterizar-se por procurar construir uma narrativa cuja temporalidade (inscrição no tempo) não é a da *“interioridade”* dos factos, mas a da relação que se pode ir construindo entre factos antecedentes e consequentes, a partir do presente, numa interpretação selectiva e marcada por um sentido teoricamente informado, ou seja, um discurso que incorpore as preocupações anteriormente vincadas a partir de Correia (1998) acerca de uma cientificidade preocupada com a mediação entre discursos e o estabelecimento de relações de veracidade entre eles (ou uma cientificidade inscrita no que o mesmo autor designa de epistemologia da controvérsia).

¹⁸⁴ Estas noções são apropriadas de Charlot (2000).

mudando ao longo deste processo?” Pois bem, esta questão sugere-nos a necessidade de desenvolver uma análise da dimensão educativa deste processo em duas pistas. Para o fazer inspiramo-nos em Matos (1999b) e na distinção que estabelece entre uma abordagem sintagmática e uma abordagem paradigmática. Em termos sintéticos (esperemos que não simplistas...), a abordagem sintagmática providencia-nos, a partir de um esforço de abstracção de algumas das suas particularidades, a identificação de ciclos do projecto em análise, ou seja, unidades temporais e/ou de significado programático que condensam em si especificidades do ponto de vista educativo (nomeadamente considerando as categorias de organização dos processos educativos que acima identificamos) que permitem elucidar o que caracteriza particularmente um determinado momento e, por contraposição a outros momentos, o que vai mudando no trabalho educativo que ali se desenvolve, do ponto de vista dos seus diversos protagonistas, designadamente os que são investidos de um papel social de educadores e do ponto de vista dos que são constituídos como educandos. Por seu turno, a abordagem paradigmática visa precisamente percepcionar, para além das transformações conjunturais, o que pode ser entendido como uma permanência, isto é, busca identificar um sentido que unifique o trabalho educativo que atravessa os dez anos em análise deste processo. Este nível de análise paradigmática embora incida na dimensão educativa parece-nos particularmente interessante se pretendemos inferir dele a teleologia em termos de desenvolvimento e, particularmente de desenvolvimento comunitário, que se desprende de todo este projecto. Por fim, parece-nos ainda pertinente procurar compreender que tipo de relação se pode estabelecer entre os diferentes ciclos de educação identificados no projecto e as dinâmicas de desenvolvimento sócio-comunitário de que derivam ou que suportam.

Naturalmente que a definição de diferentes ciclos educativos presentes ao longo do tempo na experiência em torno da Usina Catende implica que tomemos um critério ou uma conjugação de critérios como mais significativo(a), ou pelo menos mais facilmente operacionalizável, de modo que a partir daí se procure perceber que formas assumem os processos olhados, cruzando-o eventualmente com alguns outros critérios/analísadores de processos educativos. A opção em torno desta questão,

algures entre a opção etnometodológica e a afinidade com as categorias analíticas dos sujeitos, foi relativamente simples, uma vez que os actores que entrevistámos produzem eles próprios, ainda que ora de modo mais empírico e descritivo, ora de modo mais conceptual e abstractizante, essas categorias de organização do processo que vivenciaram e vivenciam. A este respeito não é de somenos importante assinalar a reflexividade – ainda que necessariamente assuma formas distintas, reforce-se - que está presente nos actores sociais envolvidos e que incide nas suas acções e opções, mas também nos elementos que circunscrevem e influenciam aquelas, bem como a dimensão organizadora e, pensamos, consciencializadora que a produção de narrativas/discursos sobre as suas experiências, por via das entrevistas, assume, permitindo a expressão pública de uma experiência subjectivamente investida e pensada.

A nossa proposta vai no sentido de identificar ao longo deste processo 3 ciclos relativamente distintos de trabalho educativo (sem que isso signifique que não existe uma sobreposição em termos temporais entre eles e uma interpenetração entre algumas das suas lógicas), cuja definição toma como critérios primordiais as suas finalidades e os sujeitos sociais que envolvem, a que aduzimos – acreditamos que já explicitado - um ciclo prévio à tomada da administração pelos trabalhadores onde a categoria central em termos de interpretação da acção educativa cremos que é a da luta social.

Para a designação daqueles três ciclos usaremos as categorias que um dos educadores, envolvido praticamente desde os inícios do projecto no trabalho educativo, mobiliza para se referir às diferentes ênfases que têm sido colocadas no trabalho educativo e que em 2005 vão coexistindo no trabalho educativo desenvolvido: i) a formação de massas, ii) a formação profissional e iii) a formação de dirigentes:

[...] a formação aqui tem essas etapas: **primeiro foi uma formação de massa, era uma formação para garantir a produção e para garantir um mínimo de compreensão dos trabalhadores para o processo produtivo e para alavancar a luta, para dar consistência à luta de retirada dos usineiros; depois, compreender que tipo de empresa estávamos construindo, então sempre foi uma formação de massa. Passado esse período, sempre articulado com a produção, aí nós começamos a pensar em formar profissionalmente os jovens, a empresa necessita de quadros profissionais que estejam nessa compreensão do que é a autogestão e do que é a empresa de trabalhadores e, por último, nós estamos sentindo a necessidade de fazer formação de dirigentes, dirigentes de base, dirigentes do Conselho Geral, tudo isso para que os moradores dos engenhos, trabalhadores e as trabalhadoras, os**

jovens, tenham uma participação ativa, para que possam compreender que projeto é esse, de empresa de trabalhadores, como usufruir coletivamente e ter rentabilidade e inteligência coletiva para usufruir desse patrimônio. Então, ultimamente, nós temos trabalhado a formação nessa direção, sem perder a perspectiva de massa, mas muito preocupada com a formação profissional e com a formação de quadros, digamos assim, para que as decisões sejam de fato baseadas no sentimento da maioria e que cada vez mais esses quadros façam a participação de todos os trabalhadores, principalmente nos engenhos e que então forme uma estrutura de participação que possibilite cada vez mais a inclusão do trabalhador na participação ativa. (Entrevista Lenivaldo Lima)

Não tenho dúvida alguma de que não teríamos chegado até aqui se não fosse um sistemático trabalho de educação realizado até agora, inicialmente de forma massiva, centrada na alfabetização e produção canavieira, que eram prioridades naquele momento. Posteriormente de forma mais direcionada, voltada a grupos específicos, organizados e linhas definidas (jovens, formação profissional, piscicultura, sementeira, produção canavieira, para fichados, moradores, Economia Solidária e Autogestão), pelo entendimento que teríamos que ter uma formação mais continuada, que fortalecesse a organização dos grupos constituídos no projeto, o seu protagonismo interno e externo, a responsabilidade coletiva, a consolidação do Projeto de Empresa dos Trabalhadores e para fomentar a criação de outras alternativas empreendedoras no contexto do projeto que se constituíssem em mecanismo de inclusão para grande parcela de trabalhadores(as) que dependem diretamente do Projeto e vivem no seu território. (Entrevista Izabel Mota)

A formação de massas

Em 1995, segundo nos é possível perceber após ser decretada a falência e os trabalhadores assumirem a administração, realiza-se uma ampla operação de produção de um conhecimento mais sistemático do que o empiricamente existente, sobre a realidade do momento, designadamente dos trabalhadores rurais e das suas condições de existência, sobre as suas expectativas mais imediatas e sobre prioridades a atender no futuro, através do que os nossos interlocutores identificam como “*levantamento*” ou “*pesquisa participativa*”¹⁸⁵ e que terá constituído, por si só, nas palavras de um dos nossos interlocutores, um processo educativo (desde logo pela compreensão da profunda inscrição antropológica da “*cultura da cultura da cana de açúcar*”¹⁸⁶ nos trabalhadores), sem que fique claro se para o movimento que se havia

¹⁸⁵ Em larga medida acreditamos que estamos perante um processo revelador da relativa indistinção, que ocorre em certos momentos dos processos de desenvolvimento local, entre o que são estratégias de animação comunitária e estratégias de pesquisa com e sobre a comunidade (Melo, 1994; 2002).

¹⁸⁶ Cunhámos esta expressão por inspiração no modo como um dos nossos interlocutores – e portanto, em boa medida a ele a devemos - nos explicitou os vários sentidos da “*monocultura da cana*”, falando a propósito das resistências que enfrentava no trabalho educativo com os trabalhadores rurais e sugerindo como a escolarização tem um papel importante na transformação desse *inprint* cultural: “*As maiores resistências diria que é da monocultura, a cana não é só a monocultura agrícola, ela traz um saber, que é disciplinado por essa cultura da cana, ou seja, o saber da cana, o trabalhador se sente doutor na cultura da cana, e isso fecha para o conhecimento de outras culturas, é como se o trabalhador*

constituído, se igualmente para os sujeitos escutados, o que seria expectável assumindo radicalmente as consequências do entendimento de “*participativo*” quando associado à produção de conhecimento (cf. Melo, 1994; 2002; Barbier, 2002) ou do papel da pesquisa na educação popular (visando a articulação entre acção e conhecimento por via da praxis). Este momento constitui um esforço de compreensão sistemático e participado que produz um conhecimento que inevitavelmente se confronta com e incorpora as subjectividades, particularidades e singularidades antes subsumidas a um certo ideal colectivo em que o desejo e o “*desejo do desejo*” do domínio político conjugados com uma real situação emergencial do ponto de vista material animaram e foram imprescindíveis à fusão identitária e à sustentação do movimento social que conduziu à saída dos usineiros. Ora, esta pesquisa participativa é claramente o espaço de confronto entre conhecimento, representações, ideais e princípios de uma vanguarda politicamente socializada e enquadrada – os sindicatos e os activistas - e os trabalhadores que, não deixando de exprimir um pensamento evidentemente político, partem de uma experiência objectiva e subjectivamente incorporada para exprimir os seus desejos e necessidades, que alguns podem argumentar que mais não são do que o resultado de uma “*falsa consciência*” sócio-historicamente produzida e interiorizada pelo seu envolvimento num determinado modo de produção.

Deste processo emerge um (não «o») (re)conhecimento do território, dos seus habitantes, condições de existência e, indirectamente, também sobre o território imaterial, isto é, antropológico e cultural sobre o qual se pretende intervir. De igual modo, este processo é indutor do reconhecimento de que se está perante um “Nós” e um “Eles” entre os quais, e por intermédio desse dispositivo de comunicação em que a pesquisa participativa se converte, se identifica uma dissonância de representações

aqui fosse parte da cana, fosse uma extensão do cultivo de cana, ou seja, então o interesse para outros campos do conhecimento tem um travamento aí, é como se estivesse travado, ou seja, porque é como se tivesse um saber que acaba em si mesmo, então esse acho que é o grande limite de uma formação, estou falando da massa, não estou falando da juventude, a juventude pega outro viés, porque já tem muita influência da escola, tem um nível de escolaridade maior, é uma geração mais recente, é uma outra compreensão; mas essa coisa da monocultura, ela é muito maior do que simplesmente plantar unicamente cana, ela tem um saber, uma forma de compreender a realidade, uma forma de dialogar com essa realidade, que é muito profunda, que com ela traz a questão do assalariamento.” (Entrevista Lenivaldo Lima)

não só sobre o existente como sobre o desejado, que é também, no momento, uma dissonância política entre projectos de desenvolvimento daquele território e daquelas comunidades: de um lado o “Nós” que vislumbra na desapropriação das terras e na Reforma Agrária um desenvolvimento possível para a luta social e, de outro lado, um “Eles” para quem o essencial passa pelo retorno à normalidade perdida ou a preservação dos seus direitos materiais, designadamente económicos.

Aqui teve vários momentos de educação. **Tivemos em 1995, nós tivemos uma pesquisa que foi um grande processo de educação, que foi uma pesquisa participativa, e essa pesquisa deu vários programas. Foi aqui nessa pesquisa que nós percebemos que o povo não tinha banheiro, que percebemos que havia um alto índice de analfabetismo na população adulta...Foi nessa pesquisa que nós percebemos o quanto era perversa a monocultura da cana-de-açúcar, a percepção do pessoal (...) então a partir disso, da pesquisa se traçou alguns programas** (Entrevista Lenivaldo Lima)

Foi muito positivo, porque aí tínhamos uma expectativa grande em torno desses levantamentos, porque primeiro nós tínhamos feito, ainda em 95 (creio que no segundo semestre de 95), **nós fizemos um levantamento aqui, uma pesquisa, nós entrevistámos quase 3000 famílias, 3000 pessoas, de casa em casa, fazendo um cadastro. Nós identificámos que menos de 5% queria terra. Víamos como possibilidade uma reforma agrária, era o que a gente vislumbrava, era o nosso referencial; ia ao INCRA, desapropriar... Tivemos um primeiro impacto, as pessoas não queriam terra, as pessoas queriam um bom patrão, ou a indemnização.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Mas se esta pesquisa foi francamente interpelante em termos políticos para aqueles que antes designamos como “Nós”, o agravamento, se possível, das condições materiais naquele território após a tomada da administração da usina pelos trabalhadores, e um misto de impossibilidade e de descrença política no cumprimento do que os trabalhadores rurais explicita ou implicitamente diziam pretender, convergiram para o desenvolvimento dos primeiros programas sistemáticos de educação no campo da Usina Catende¹⁸⁷.

Então esse momento de 96, para nós foi um momento interessante, porque estávamos com essa referência desses dados que fizemos, dessa pesquisa que fizemos, **e havia uma preocupação: as pessoas não estão querendo terra. Querem um emprego, ou a indemnização: duas coisas difíceis para a gente! A indemnização não tinha como pensar, era um valor muito alto, só se vendesse tudo a um preço bom, não era fácil... Não era também um grande objectivo, não atendia à grande estratégia, à grande necessidade. Segundo, muito difícil de manter emprego. A região toda com problemas, e aqui também... Uma outra coisa, mais difícil ainda, era de conseguir um bom patrão. Tentámos demonstrar que isso, realmente, não existe, não é fácil.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

¹⁸⁷ Que, em boa medida, criaram uma solução de compromisso entre o assegurar o pagamento dos salários pretendido pelos trabalhadores e o gerar um tempo e espaço para um debate ou confronto mais estruturado entre a concepção política para o devir, ainda que difusa, partilhada pela vanguarda do processo e aquela que a massa dos trabalhadores havia expressado quando questionada na pesquisa de 1995.

É a esses primeiros programas educativos que um dos nossos entrevistados associa a ideia de *“formação de massas”*, entendida esta como uma formação dirigida a um largo número de trabalhadores, principalmente trabalhadores rurais ligados à Usina ou anteriormente demitidos. Estes programas claramente resultam de uma ajuda emergencial e assistencial do Governo Estadual face à situação de calamidade pública que Catende então configurava e, muito cruamente, visaram atender à necessidade de assegurar alguns salários sob a forma de bolsas de formação que, em conjunto com a distribuição de cestas básicas, impedisse os trabalhadores de passarem fome e, em paralelo, garantissem as condições mínimas para a recuperação dos meios de produção que permitissem planejar a continuidade daquele processo pelo menos no médio prazo da safra seguinte. Nesse sentido, a educação é estrategicamente associada à produção: educação e trabalho sobrepõem-se em termos de temporalidade e espacialidade e o trabalho constitui o meio didático, o conteúdo e a finalidade dos processos educativos:

Então, o que pudemos perceber foi... tentar conseguir, **o Governo aí se sensibilizou, topou a experiência de fazer uma coisa que não é emprego, mas dá uma certa garantia, dentro daquilo que as pessoas estão acostumadas.** “Bom, nós não temos uma carteira assinada, nós temos uma possibilidade, uma bolsa para você trabalhar e estudar”. **Essa bolsa, logo em 96, foi o equivalente ao salário, salvo engano eram 120 reais, uma coisa assim, não estou seguro... Isso foi importante, aí foi quando pegámos na entressafra de 96, mil e quinhentas pessoas. Junto à Secretaria de Educação, à Secretaria do Trabalho e à Secretaria da Agricultura pudemos fazer uma proposta onde entrava a capacitação, a qualificação, mas o forte estava na capacitação profissional – e essa era com o trabalho. Aí como material didático pôde entrar enxada, pôde entrar bota, pôde entrar luva, pôde entrar insumos, e o monitor podia ser um técnico agrícola, um engenheiro agrícola, uma pessoa que... então tivemos já o apoio da IMATERRE e outros. E aí foi fundamental, porque se fez de facto a capacitação, e isso, na minha leitura, foi fundamental para a gente ter hoje o programa “Cana de morador”, na época a gente não imaginava isso! O que a gente via na época era a capacidade de poder gerar renda naquele momento, e facilitar, e viabilizar a produção de cana, que era para nós a única alternativa possível de continuar o negócio, e a perspectiva de salvar empregos e o próprio projecto.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Este momento, em termos de modalidades educativas, alternou e/ou conjugou campanhas de alfabetização de adultos, desenvolvidas em salas de aula através de círculos de cultura¹⁸⁸ e/ou de processos de alfabetização literal, e, como já vimos, uma

¹⁸⁸ A equipa de educação de Catende produziu um texto sobre a sua concepção e utilização dos Círculos de Cultura mas que se terá perdido nos arquivos da usina. O conceito é de inspiração freiriana e julgamos que servirá de esclarecimento ao seu entendimento um breve apontamento de J. F. Melo Neto (s.d.): *“Círculo, porque todos/as inseridos nesse processo educativo formam a figura geométrica do círculo, acompanhada com uma equipe de trabalho que ajuda à discussão de um tema da cultura da sociedade. Na figura do círculo, todos/as se olham e se vêem. Neste círculo não há um professor/a ou*

formação no trabalho (no campo) para a produção, isto é, tendo subjacente a preocupação da manutenção da actividade produtiva da Usina ou, mais especificamente, da recuperação de um dos elementos imprescindíveis à geração de renda: a recuperação dos campos.

E um dos grandes marco dessa história toda foi o combate ao analfabetismo. Aqui se criou vários programas, inclusive com apoio do governo do Estado, Dr. Miguel Arraes, criámos aqui diversos programas para combater o analfabetismo. E encontrámos aqui uma situação onde tínhamos 85% da população rural de Catende analfabeta. E hoje estamos com um patamar em torno de 20% ainda, que precisa de ser combatido. Então isso foi um dos grandes feitos que também começou a devolver a cidadania. (Entrevista Marivaldo Andrade)

Diretamente fazendo educação dentro do projeto estou desde 1996, **começando nos grandes programas de educação do governo Arraes (1996,1997,1998) onde atuei como Educadora de Apoio, compondo a equipe de coordenação, tivemos inclusive a honra de passarmos um dia com o mestre Paulo Freire que veio visitar os nossos círculos de cultura e conversar com educandos e educadores.** (Entrevista Izabel Mota)

O envolvimento de um largo número de trabalhadores nestas acções educativas resulta tanto da identificação de um elevado nível de analfabetismo apreendido anteriormente através do levantamento realizado em 1995, como da necessidade de envolvimento desse largo número de sujeitos enquanto trabalhadores na tarefa de recuperação dos canaviais, sem os quais não seria possível retomar o funcionamento da usina. Estes programas desenvolvem-se, portanto, conjugando ordens de justificação discursivas distintas (Boltanski & Thévenot, 1991) – cívica (a “*devolução da cidadania*” aos trabalhadores de que nos fala um dos entrevistados) e industrial (nas palavras de outro interlocutor este trabalho educativo permitiu “*viabilizar a produção de cana, que era para nós a única alternativa possível de continuar o negócio, e a perspectiva de salvar empregos e o próprio projecto*”) -, mas também aqui compagináveis.

um alfabetizador/a, mas um/a animador/a das discussões que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. O/a animador/a coordena um grupo que ele mesmo não dirige. Em todo momento, promove um trabalho, orienta uma equipe cuja maior qualidade pedagógica é o permanente incentivo a momentos de diálogo - valor ético principal deste método de estudo.

Círculo de Cultura, porque, vai muito além do aprendizado individual de saber ler e escrever que, inicialmente, pôde produzir. No Círculo de Cultura, aprende-se e se ensina modos próprios, novos, solidários, coletivos, populares, de pensar e de agir diante do mundo. E todos juntos aprenderão, de fase em fase, de palavra em palavra, de linguagens em linguagens que aquilo que constroem é uma outra maneira de fazer cultura. E é, exatamente, esse fazer junto que os faz mulheres, homens, sujeitos, seres de história, palavras e idéias que são chaves no pensamento freireano.”

Em termos de lógica justificativa, o trabalho educativo neste contexto surge também como um imperativo político, para que fosse possível construir junto da massa mais ampla dos trabalhadores um sentido mínimo para a acção que os sindicatos e parte dos trabalhadores haviam encetado – o pedido de falência e a tomada da administração da Usina – e de algum modo reforçar a sua legitimidade através de uma educação militante cujo sentido está claramente comprometido com o das lutas sociais que a antecedem. Na nossa perspectiva, a educação representa aqui uma função de legitimação do movimento que é também uma tentativa de esbater a distinção entre o “Nós” e o “Eles”, encarando o trabalho educativo como a plataforma comunicacional capaz de proporcionar o intercâmbio de sentidos, ainda que obviamente se tenha de reconhecer, como em qualquer processo educativo, que não deixam de estar em presença capitais culturais e linguagens distintos que inscrevem neste processo relações de poder inalienáveis.

Por outro lado, a opção de fundo que sustentava o desenvolvimento destes programas educativos – a recuperação do campo e a manutenção da produção como forma de garantir renda e a sobrevivência das pessoas – era vivida de forma particularmente ambivalente, principalmente pelos educadores populares provenientes dos movimentos sociais cujo percurso nas lutas sociais contra a “*cultura da cultura da cana*” se tinha forjado através de um trabalho de educação política, seu e dos trabalhadores a quem mobilizavam, e que agora parecia contradizer-se a si mesmo, na medida em que a sua acção educativa estava a permitir perpetuar o que tanto tinham lutado por desconstruir e transformar. Mais uma vez encontramos aqui, no seio do próprio conjunto de educadores que se envolvem nestes programas, o conflito entre “ordens de grandeza” que sustentam distintas definições do que deve ser o bem-comum (Boltanski & Thévenot, 1991), neste particular caso, mediado pelo que deve ser a formação destes trabalhadores:

“Já em 96, no bojo dessa discussão, nós tivemos dificuldades, tanto dentro da equipe de governo (eu fazia parte da equipe de governo, estava na assessoria da secretaria de governo, e aí se relacionava no conjunto das secretarias), tanto na equipe interna nossa. **Porque as pessoas com quem pudemos contar na época, estavam muito voltadas para a área de educação, de formação, e a concepção não era do trabalho, não tinham experiência da formação com trabalho, da formação enquanto formação, enquanto instrumento da capacitação, da formação política nesse sentido. Não estava havendo ainda essa possibilidade de conciliar essas duas coisas. Como todo o pessoal que trabalhava na área de formação vinha de uma experiência de enfrentamento também com usinas, inclusive aqui em Catende, então era como se nós estivéssemos aqui com os sindicatos querendo manter a estrutura de**

exploração do trabalhador. Bom, então é seguinte, pô, **se você tem condição de ter um programa para fazer formação, porque não fazer só formação intensa, intensificar essa formação?** E a gente que estava tentando ver um pouco mais adiante dizia **“é impossível você fazer isso, porque não tem sustentação. Você tem que fazer as duas coisas”**. E quando a gente, nos sindicatos e no Governo conseguiu prever, conseguiu ajustar essa proposta aí, tinha muito claro que era uma necessidade de gerar renda, ao mesmo tempo que podia fazer uma alfabetização. Porque nós tínhamos identificado 80% de analfabetos no campo, na pesquisa que fizemos em 95, então isso era um desafio, isso era um problema, era um problema de facto.” (Entrevista Arnaldo Liberato)

“Não, não, nunca, nenhuma [referindo-se à experiência ou conhecimento dos assessores técnicos da administração da massa falida em outras usinas]. E parceiros, tá certo, então tinha a FASE, tinha o pessoal da CUT, mas ninguém, muito pelo contrário, **muitas pessoas da esquerda não estavam querendo: “Não, a gente sempre meteu o pau em usina, sempre meteu o pau em cana-de-açúcar”, então aí queriam inclusive acabar com a cana-de-açúcar, e a gente não, a gente tem esse negócio, hoje, vamos tentar garantir.**” (Entrevista Regina Piechocki)

Em termos pedagógicos, parece-nos que podemos sustentar que o desenvolvimento deste trabalho educativo se caracterizou pela construção singular de uma *pedagogia do trabalho rural* ou, nas palavras de um dos entrevistados, de *educação para a terra*, que se desenvolveu com e contra a experiência passada dos trabalhadores, a experiência do seu cotidiano e, principalmente, a experiência do trabalho, através de uma aprendizagem que dialectizava uma via material (o exercício do trabalho) com a explicitação e a compreensão do sentido do trabalho (a conceptualização e construção de significado sobre o trabalho e os seus modos de concretização), isto é, com a produção de cognições sobre o trabalho realizado, traduzindo assim a aprendizagem material numa aprendizagem por via simbólica, simultaneamente indutora da desalienação dos trabalhadores e, como tal, da sua identificação com a obra que o seu trabalho constitui (a compreensão do por que se faz de determinado modo, da relevância de o fazer assim e não de outro modo, e, essencialmente, da compreensão da dimensão de autoria do trabalho que sempre lhe havia sido negada) mas também de identificação com o processo em curso e com o conjunto de trabalhadores que com ele partilhavam este quotidiano de trabalho-educação.

Este parece ter sido igualmente um trabalho de *educação económica*¹⁸⁹ no sentido de que foi permitindo a reflexão sobre as implicações do regime de assalariamento em que estiveram envolvidos nas relações de trabalho que protagonizavam (o desapossamento do trabalho como constitutivo de si), contribuindo paulatinamente para a transformação da sua relação com o salário e para a construção de um sentido para este articulado com a organização planejada da sua vida para além dos horizontes temporais a que comumente estavam habituados a projectá-la¹⁹⁰ e, ainda, para as implicações e responsabilidades económicas que o trabalho de cada um supõe para o colectivo de trabalhadores envolvidos num mesmo sistema produtivo de que todos dependem solidariamente.

Bom, para ir para a sala de aula, as pessoas até que não tiveram muita reacção. Agora inicialmente a reacção maior era para fazer a discussão, a formação no plantio, a pessoa dizia *“Poxa, eu nasci, nasci meus dentes plantando cana, porque é que vou ter que estudar sobre cana?”*. Mas aí, com muito cuidado, a gente começou: *“Tudo bem, você sabe porque é que tem que plantar assim, você sabe porque é que tem de usar esse adubo, porque é que usa esse herbicida, para que isso serve, porque esse e este não, porquê essa quantidade porque não a outra, o que é que está escrito aqui, o que é significa isso daqui, que tipo de adubo é esse, que tipo de semente é essa?”*, e as pessoas: *“Não, assim não, assim não sei!”*. E então as pessoas começaram a aceitar, a compreender o que era, e a conclusão muito rápida foi muito interessante: *“Ah não! Eu sempre fazia porque mandava fazer, eu fazia; se mandasse desfazer, eu desfazia. Agora porquê e para quê, eu não me importava, o que importava é que no final da semana me pagasse o meu salário.”* Então essa coisa, ela foi mudando, ela foi sendo alterada, e foi muito rico, porque aos poucos as pessoas foram assumindo o compromisso com o plantio, dizer *“não pode plantar errado porque é prejudicial, assim não nasce, não pode adubar assim porque assim perde o adubo, não pode ficar com essa embalagem assim porque essa embalagem é perigosa, não pode usar isso assim, porque é que tem de usar uma máscara, porque é que tem que fazer assim”*... olha, essa coisa ela foi se revelando para a gente, e nesse aspecto para a gente e para o conjunto da equipe de formação, isso foi a novidade.

¹⁸⁹ Esta questão da *educação económica* é particularmente bem explicitada pelo agrónomo cubano que colabora com o projecto Catende/Harmonia quando se refere às aprendizagens que identifica nos trabalhadores com quem se relaciona quotidianamente, particularmente aqueles que se transformaram em agricultores familiares de cana: *“Então, hoje tem muitas pessoas que já conseguem assinar seu nome, que conseguem ler o jornal, com dificuldade, mas que aprenderam nesse processo... mas não só aprenderam a assinar o nome e a ler um livro, mas aprenderam muitas coisas com relação a sua cidadania, à sua condição de ser humano, a discutir, a compreender as coisas, a negociar... E hoje você vê que tem muitos trabalhadores que até conseguem fazer mais ou menos o que chamamos, os agrónomos, uma carta tecnológica, uma sequência de labores, e até com custos, com tudo isso, e até às vezes com uma precisão maior do que os nossos próprios administradores. Porque como eles pagam do bolso deles, eles se lembram de quanto vale um saco de adubo, quanto vale um quilo de herbicida, quanto é uma tonelada de cana... os nossos administradores recebem esse produto, dão uma informação, mas uma informação fria, “isso vale tanto, vale isto”, mas eles não. Eles, como sai do bolso deles, eles lembram-se bem que vale tanto, que vale isto, aprendem com o seu custo...”*

¹⁹⁰ É certo que remetendo esta análise conjuntural para a globalidade do período de tempo que nos foi possível analisar deste processo nos parece discutível que estes efeitos educativos tenham conseguido impor-se para a maioria dos trabalhadores face a uma cultura e disposições longamente inculcadas em torno do assalariamento.

Na sala de aula, para a questão da alfabetização, porque isso era, para a gente era o que a gente já imaginava, vamos fazer isso, usando Paulo Freire, toda essa questão, com as reações a gente já imaginava, pelo que já se vivia e tudo. **Mas essa do campo foi novidade para a gente, porque foi novidade também para o pessoal, você começar de manhã, antes de pegar ao trabalho, fazer uma roda e começar a discutir “E isso e isso, porque é que vamos fazer? Esse sulco tem que ser cavado com tanto de profundidade, com tanto de largura, mas porquê? Bom, se botar muito raso, não vai dar para cobrir a cana, se fizer isso, tal...”**. Aí quando você começa a ver essas coisas, aí as pessoas vão se apropriando e vão começando a assimilar a necessidade de fazer bem feito, que é importante fazer bem.

Bom, então tivemos um experiência rica em 96, a **equipe de formação, aos poucos, foi se convencendo que não dava para fazer só formação de sala de aula e o resto do tempo o pessoal ficar livre, porque não fazia sentido, porque tinha que combinar as duas coisas, e que a parte de capacitação profissional dele como plantador de cana, como cortador de cana, também era importante, que os cuidados que ele passava a ter, que o que ele passava a compreender ajudava também a proteger a saúde dele...** Então você percebeu que isso era importante também, entendeu? Que o nosso universo, a nossa relação com a cana, anteriormente, era só de exploração, então a gente não concebia sequer a possibilidade de ter alguma ação educativa a partir da cana, e é possível ter! É a forma de se relacionar com o trabalho, de como você interage aí. Isso foi muito importante, isso foi muito rico.

O próprio pessoal da Secretaria de Educação, e aqui na região nós tínhamos a DERI que bancou aqui na região, tinha como coordenador um amigo nosso, que era Flávio Miranda, uma pessoa extraordinária aqui de Palmares, uma equipe, **se conseguiu uma equipe de professores, de coordenadores na área, vinculados à DERI, mas que tinham um vínculo com os movimentos sociais, pessoas com experiência, uma Socorro ... tantas outras pessoas que tiveram um papel extremamente importante nesse sentido, o pessoal jovem que estava saindo dos movimentos de igreja, como Izabel, como Jaqueline, Sônia Ribeirão, e que estava aqui na região, mas que estavam chegando e vieram assim fazendo o movimento popular a partir de um movimento de igreja, da Pastoral dos jovens no meio popular, aí estavam com essa concepção de formação mais política, mais nessa linha, mas começa a perceber a importância de uma alfabetização a partir da produção também...**

Então a gente começou a casar aquilo que estava sendo trabalhado no campo, ia para a sala de aula. Então esses eram os referenciais, aí a experiência de Paulo Freire foi ajudando muito nesse sentido... Os professores da Secretaria de Recife, o pessoal que foi dando processo de capacitação dos monitores era pessoal de alto nível, pessoal muito bom numa experiência de Paulo Freire, pessoas inclusive contemporâneas de Paulo Freire, começaram, viram nisso aqui também um potencial enorme, e se dedicaram muito! A gente sequer imaginava que isso fosse acontecer! A gente não tinha essas...

Houve muita coisa positiva que aconteceu, e que a gente não tinha a menor ideia do alcance, a gente tem que ter a extrema humildade de reconhecer isso, a gente não tinha a percepção do alcance disso, entendeu? Quando as pessoas começaram a ver, e se interagir, e aí começavam a apoiar e essa coisa toda.

Bom, então esse primeiro momento é que foi extraordinário em 95, do ponto de vista de consolidar, de trazer a integração, porque aí nós passamos a ter diariamente a conversa, a reunião com 1500 pessoas no campo, no trabalho, e nos engenhos. Os monitores, na sala de aula, aí já começavam, muitos monitores já foram da própria região, foi feito todo um trabalho de capacitação com essas pessoas, isso foi fundamental. Então você tinha, naquele momento de crise, as aulas eram um momento de discutir isso, era de discutir a questão da distribuição da cesta básica, de todas as perspectivas, dos sonhos, de tudo isso! Então foi um momento rico nesse sentido, você tinha 1500 pessoas durante cinco meses conversando sobre isso. E aí fizemos uma safra razoável, com muitas dificuldades, depois fizemos a moagem, começamos a plantar, a trabalhar, e começamos a nos preparar para a entressafra de 97.

Já conseguindo alguns apoios, já estávamos nos relacionando melhor com o Governo, alguns seguimentos, várias tentativas... Daí, em 97, a questão não estava clara... A única saída era plantar muito! Eu me lembro que em algumas reuniões com o Dr. Arraes, nós, a FETAPE, os sindicatos, o Dr. Arraes tem muita clareza em dizer: **“A única forma que tem de recuperar os empregos, de garantir a sobrevivência das pessoas com melhor dignidade é aumentar o plantio de cana, essa é a única forma que tem, fora disso vai ficar todo o mundo passando fome e sem ter como garantir emprego, sem ter**

como melhorar o negócio.” e aí topou, a partir da experiência de 96, um programa para 3000 pessoas em 97. E a meta inicial era plantar quatro mil hectares de terra, quatro mil hectares de cana!

Bom, foi um grande desafio, já tínhamos uma experiência razoável de 96, agora multiplicava, dobrava isso, dobrava esse volume em todas as dimensões. **O nosso grande desafio era ainda a capacidade produtiva das pessoas e da própria empresa. Tinha um quadro que era permanente na empresa, tínhamos muito poucas pessoas no campo, e conseguimos bolsa para mais 3000; então passámos a trabalhar com 4000 e poucas pessoas, e ficámos com duas frentes de trabalho. Aí houve uma falha grave do ponto de vista da gestão.** Se insistiu um pouco, olha, a gestão do projecto tem de ser uma só, para plantio, para tudo, campo e a IMATE, como era chamada. O programa da IMATE tinha que estar junto com... Por algumas questões, de limites nossos na administração, não foi possível, e então ficou a parte do programa administrado pela IMATE, o plantio, e a usina administrando a sua parte. Isso foi um erro que a gente cometeu [...] **A usina tinha mais experiência, continuava com os técnicos, com os agrónomos antigos, do tempo dos usineiros (tínhamos muito limite por causa disso), mas não conseguimos integrar as duas coisas o suficiente, então estávamos com duas frentes. Resultado: não tivemos bom desempenho, nem num, nem noutro, o que se plantou foi muito pouco.**

[...] No entanto, isso **houve uma capitalização do ponto de vista geral, um aproveitamento do ponto de vista da organização das pessoas, do ponto de vista da alfabetização, do crescimento da consciência mais colectiva. E 97 foi um ano assim marcante, foi um ano marcante das relações internas. Vínhamos com muitos enfrentamentos, com muitas dificuldades, não era fácil, mas passámos a ter, durante, cinco meses, 3000 pessoas se reunindo diariamente nos 48 engenhos; em todo o engenho passámos a ter, no mínimo, três turmas se reunindo por dia. Tínhamos a tarde, o primeiro horário da tarde, segundo horário da tarde, e a noite, pelo menos três turmas!** Então ali se tinha uma sala de aula era na sala de aula, se não tinha sala de aula, era um barracão, não tinha se improvisava, era... inicialmente no candeeiro... Nós não tínhamos ainda, os engenhos não tinha ainda luz eléctrica, poucos tinham, então tivemos que providenciar muito lampião a gás, dentro do programa, então tinha que estar... Era o abastecimento com gás... **Com tudo isso tinha que ter tempo para ter condições de estudar. Era no alpendre de uma casa, era numa parte de uma igreja, era uma coisa bonita! Tanto que nós tínhamos nesse ano de 97 cem monitores na sala de aula, dez educadores de apoio, mais o pessoal da supervisão da Secretaria da Educação, uma equipe que ficou à disposição, foi um trabalho extraordinário. A Secretária da Educação, a professora Silvie Veiga, uma pessoa extraordinária, de grande visão, foi fundamental nessa questão. Bom, então tivemos toda uma movimentação, uma mobilização extraordinária naquele ano, que deu visibilidade ao projecto, deu unidade, de certa forma, ao conjunto do projecto, e foi se criando, aos poucos, uma identificação, e se foi garantindo uma identidade entre as pessoas. Isso foi formidável!**

Vejo também outro momento chave para poder dar sustentabilidade ao que veio acontecer depois, a todos os desdobramentos. Porque foi se consolidando, mesmo nas dificuldades, mas foi se consolidando. **Tinha 3000 pessoas, tinha uma bolsa, que aí dava para fazer a sua feira. Então foi uma forma de circular, de gerar renda. Em 96/97 se gerou renda na entressafra com as bolsas. Outra coisa fundamental é que essa bolsa passou a ser paga por mês, e era paga no Banco, você recebia um contra-cheque, e ia ao Banco e aí recebia. Ora, você imagina, as pessoas estavam acostumadas a receber semanal, de repente vai receber por mês, e agora, como é que vai fazer? Então o primeiro desafio, também na sala de aula, foi essa discussão do planejamento familiar, como é que você... então isso foi fundamental para as pessoas começarem a alimentar perspectivas de que o mundo não se resume em oito dias, mesmo que biblicamente foi feito em sete, mas não se resume a oito! Então essa questão foi fundamental, você começa a perceber que é possível planejar, com a renda que você tem, um mês. Isso foi um grande aprendizado.”** (Entrevista Arnaldo Liberato)

A dimensão deste processo – diríamos que ao estilo de uma campanha de alfabetização de massas – obrigou ainda a que o trabalho educativo não fosse dirigido exclusivamente aos trabalhadores, mas que envolvesse igualmente a formação político-pedagógica de um conjunto de monitores de alfabetização que, pelo menos em parte, emergiram das próprias comunidades rurais envolvidas no processo no que

representou igualmente um trabalho de consciencialização para o sentido do projecto em que se estavam a envolver. Alguns destes monitores permaneceram posteriormente envolvidos em outros processos de trabalho educativo da Usina Catende, constituíram-se em lideranças comunitárias envolvidas nas Associações de Moradores dos Engenhos ou passaram a integrar permanentemente a equipa de educação que, mais estruturada e com uma actividade continuada, se viria a constituir já na viragem do século:

- Bom, meu nome é Edlene, eu sou filha de trabalhador rural, nasci e me criei nos engenhos da usina Catende. **Eu já desde 1997 trabalhei em diversos projectos, com educação de jovens e adultos. Alguns oferecidos pelo governo, outros pela empresa... E o último foi em 2000, e aí a minha sala de aula começou a ter alguns problemas, o pessoal não estava conseguindo conciliar o estudo e trabalhar aí estava praticamente se evadindo. Aí foi quando aqui precisava de alguém para compor a equipe de formação, e eu vim para cá.** Mas aí o trabalho não é trabalho em sala de aula, mas também é com formação, também com trabalhadores.

- **Sim senhora. E a Cleide, quando é que veio para cá?**

- Eu comecei em 2000 no projecto "*Harmonia meu futuro*", foi o primeiro projecto que a usina teve condições de caminhar com as próprias pernas. Foi na entressafra de 2000.

- **E antes disso a Cleide...**

- Antes disso, eu só estudava. Aí apareceu a oportunidade, geralmente todos os anos tinha, né? Nas entressafras tinha uns programas de alfabetização de jovens e adultos. Só que, como eu ainda estudava, não tinha o 2º grau completo, e também não tinha muito conhecimento, aí não tive oportunidade de participar dos programas de alfabetização nesse período. Em 2000 foi quando a gente começou. Apareceu a oportunidade, eu já tinha terminado o segundo grau... Vaga, na verdade, não tinha mais, eu fui como suplente, para ficar na reserva. **Aí dei sorte, eu acho que fiz algumas coisas interessantes nos trabalhos, e estou aqui até hoje.** (Entrevista Cleide Nascimento e Edlene Nascimento)

- **Esteve também envolvido no projecto de alfabetização?**

- Da alfabetização. Trabalhei em três projectos de alfabetização já na (...) de 1996 até 1998 a gente estava engajado, foi quando a gente veio a compreender melhor o que era realmente a intenção do projecto que era a necessidade dessa organização e que todo o mundo se juntasse para lutar juntos. Foi aí que a gente passou a compreender. A gente via: primeiro, uma coisa importante é que a gente sentiu que a administração judicial ela estava sendo representada por uma pessoa muito bem-intencionada que mostrava as dificuldades, dizia que a gente tinha que ser forte para... **para a gente chegar, lutar e persistir na luta, era preciso contar com a força de Deus, mas também que a gente procurasse fazer nossa parte, se organizasse para lutar, porque a luta não ia ser fácil. E realmente não foi não.** (Entrevista Joel Clemente de Oliveira)

O referencial para a formação destes monitores foi substancialmente inspirado na pedagogia Freiriana, como se pode facilmente constatar por alguns dos materiais pedagógicos mobilizados nestes processos (consultáveis em anexo na pasta Formação/ /Materiais de Formação de Formadores) de que aqui apresentamos apenas um excerto ilustrativo, onde se fundamenta a perspectiva pedagógica do trabalho de educação de jovens e adultos a desenvolver e se enfatiza a importância do acto de ler [significativamente o título de uma das obras de Paulo Freire] e a dimensão política do

trabalho de alfabetização enquanto compreensão problematizante da realidade e de intervenção na transformação do mundo:

“Professora,

O que se segue é um roteiro de actividades que se aplica a situações de leitura - escrita, segundo os pressupostos de que a aprendizagem é um processo construtivo. A intenção é de que este roteiro, um entre vários que podem ser criados, a ajude. Você pode e deve e é óptimo que o faça – enriquecê-lo, ampliá-lo. Mais do que isso, superá-lo. Criar novas formas de trabalho. Você e seus alunos e alunas. A partir de vocês, podemos reformular algumas propostas de abordagem e de encaminhamento.

Nos vários encontros que acontecerão, num processo de capacitação permanente, em torno do referencial teórico que elegemos, a prática pedagógica suscitará reflexão, reforço, redimensionamento. Discutiremos.

O que uma, outras professoras descobrirem, todos refletiremos e passaremos a ser co-autores. O conhecimento não é uma conquista individual, privativa. Qualquer criação de uma pessoa, quando é expressada, comunicada, utilizada... deixa de ser unicamente pessoal, já assume uma dimensão social.

É assim que pretendemos trabalhar. É para esse trabalho assim, que convidamos vocês.

QUE PRÁTICA? QUAL TEORIA?

A escola, sendo um espaço social, deverá abrir-se para a discussão da realidade dos alunos, a partir da experiência da reflexão. E é nesse exercício que possibilidades alternativas de intervenção na realidade são criadas.

Para delinear a concepção pedagógica do Projecto de Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire é um dos autores. De um modo geral a sua proposta de ensino abrange os seguintes pontos: a partir da realidade conhecida e experienciada para conhecer outras realidades; passar a “saber o que já sabe e não sabia que sabe”; “saber o que não sabe”; agir sobre a realidade, para transformá-la.

[...] Dessas contribuições teóricas, podemos sintetizar os aspectos fundamentais que se encontram na pedagogia do projecto:

- **A escrita e a leitura como processos de construção do significado;**
- Aprendizagem como consequência da acção do sujeito sobre a realidade.

Em toda e qualquer proposta pedagógica, por mais aparentemente simples que pareça, há uma intenção que justifica sua criação, execução e seu objectivo. Isso vale dizer que nenhuma prática é neutra. O que se deve perseguir é a coerência entre teoria e prática, o que só é possível alcançá-la no exercício da reflexão sobre a acção.

[...]

Alfabetizar-se é uma aquisição ampla. Não é somente ler e escrever palavras, frases, textos soltos e descontextualizados. Ler a realidade é ler o espaço e a atuação dos homens:

**o que eles fazem,
como eles fazem,
onde eles fazem,
com que (m) eles fazem,
quanto fazem.**

Vê-se que necessário se faz instrumentalizarmo-nos de formas diversas, para melhor entender e expressar este espaço em constante movimento. Nas situações propostas através de Textos Geradores – escritos, que expressarão as situações temáticas do nosso programa – alguns temas, talvez todos, suscitem vários ângulos de leitura.

Queiramos ou não, saibamos ou não da necessidade de compreender o mundo, cotidianamente, para melhor vivermos nele e dele, várias operações efectuadas nesse processo de conhecimento realizaremos:

- **As de compreender as relações sociais, para melhor intervir e transformá-las;**
- **As de quantificá-lo, contando-o, medindo-o;**
- **As de conhecer os fenómenos da natureza para sabermos como nos relacionar com ela, criando-a**

Naturalmente que estes primeiros programas educativos, que em boa medida se sobrepujam com processos de mobilização social e de busca de legitimidade colectiva para o processo encetado, se confrontaram igualmente com a representação dicotomizada dos trabalhadores entre o “Nós” trabalhadores e o “Eles” educadores, reservando simbolicamente para estes, e mesmo que inconscientemente, o lugar da estranheza e da ruptura abrupta face aos tipos de relação social que os trabalhadores estavam acostumados a estabelecer e a um modo de fazer intrinsecamente constitutivo de si. Ora, este foi igualmente um desafio educativo que de algum modo

se pode conectar com a tensão vivenciada nos processos de mudança das realidades sócio-instituídas - já anteriormente assinalada na esteira de Matos (s.d.) - entre a segurança da “*protecção*” e o risco da “*aventura*”. Por outro lado, claramente que não existe aqui uma distinção entre acção social com fins políticos e intervenção educativa; ou seja, a resolução dos problemas quotidianos e urgentes que o início do processo de administração da usina pelos trabalhadores ia levantando e que supunha a afirmação política de um sentido para o que se estava a construir e a introdução de novas formas de relação com os trabalhadores é que acaba muitas vezes por se constituir no conteúdo da interacção entre educadores e trabalhadores, sendo que o meio desta interacção é simplesmente o diálogo, a discussão, a acção ou confronto de argumentos...entre racionalidades que constroem interpretações da realidade e do sentido e potencial efeito das suas acções que são substancialmente distintas.

- Esse trabalho com as comunidades, com os trabalhadores, foi difícil?

- Com certeza. Foi difícil. **Os trabalhadores já marcados pelo sofrimento e pela opressão chegaram a um ponto de até se confundir “Per’áí realmente quem é meu amigo e quem é o meu inimigo nessa história” e aí ficaram mesmo com muitas dúvidas mas no decorrer do tempo foram assimilando por exemplo a vontade que a administração judicial tinha que as coisas dessem certo, estava sempre no canto conversando com todo o mundo, junto com os Sindicatos tentando procurar um horizonte e explicar o que era realmente aquela situação.** Por exemplo, lembro que para o pessoal assinar a questão da rescisão contratual, eles temiam muito, quer dizer “*Eu vou assinar uma rescisão que eu imagino que não é bom para mim*”. **Primeiro os trabalhadores eram acostumados simplesmente com salários, não tinham oportunidades de trabalhar na agricultura para eles próprios, tinham que trabalhar simplesmente por um salário, sem ter a oportunidade que hoje têm de poder colocar um roçado e tentar complementar a renda ou então fazer uma complementação até alimentícia mesmo, na mesa, sem que dependesse daquele salário, viviam naquela prisão, naquela verdadeira prisão. Então, de repente alguém aparece tentando procurar um novo horizonte, sem costume de se organizar, conversar, sem participar, de repente quando chega alguém para conversar vem na imaginação, depois de muito sofrimento, eu lembro que pouco depois das demissões em um momento os trabalhadores que ficaram trabalhando, teve um momento em que estavam ainda pior que os demitidos, porque com a acção dos sindicatos conseguia-se uma cesta básica, alguma coisa desse tipo, junto ao Governo, e os trabalhadores que estavam obrigados a trabalhar com medo de serem demitidos também sem receber salário e sem poder receber a cesta básica porque não estavam na situação dos demitidos. Então foi uma coisa muito difícil, e a discussão não foi fácil não, para se chegar ao que hoje a gente tem, por exemplo, a comunidade se se convoca uma reunião, o pessoal está sempre disposto a conversar, a debater, a trocar ideias, a opinar também.** (Entrevista Joel Clemente de Oliveira)

Um outro [grande aprendizado] foi o banco, passar a receber no banco. Foi a primeira vez que começou a se relacionar com um banco. Tínhamos feito isso já com os demitidos, com o seguro desemprego, mas aqui foi com um número maior, então as filas nos bancos era uma coisa assim extraordinária, para distribuir o contra-cheque, é só ir lá... Bom, tudo coisas assim fundamentais, coisas básicas. O banco começou a exercitar uma coisa importante que hoje a gente faz, por exemplo com o Banco do Brasil. O Bandepe você tem uma quantidade... não tinha uma agência em Jaqueira, combina tal dia que é o dia do pagamento, então vão pessoas do banco, e na escola tal, a tal hora, tal

dia alguém vai estar fazendo o pagamento. Então vai um reforço policial... **Você não vem ao banco, é o banco que vem a você.** Essa coisa foi fundamental dentro de um processo de formação que estava, isso foi uma coisa ótima, você recebe do banco, mas é o banco que vem à gente. E assim foi se fazendo em cada lugar, porque você não tinha banco em todo o lugar, nem podia, era muita gente – eram 3000 pessoas! – para fazer pagamentos. É interessante, porque o banco mobilizava pessoal de outras regiões para virem para cá, porque aqui eram poucos. Vem de Recife, vem, tudo mobiliza, vem o carro-forte vai distribuindo. E aí vem, traz uma equipe, sei lá, de tal lugar, de tal lugar, vêm para cá de outras regiões, para fazerem pagamentos, caixas, o pessoal caixa de banco. **Então era uma coisa assim fantástica nesse sentido de ser uma coisa de dimensão grande, de uma coisa diferente.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Estes programas educativos com o apoio financeiro do governo do Estado e envolvimento de educadores externos e internos a Catende mantiveram-se durante pelo menos mais dois/três anos, permanecendo a sua forte vinculação à produção e ao trabalho. No entanto, a dificuldade de superar os défices financeiros e económicos estruturais e acumulados da Usina através da retoma da produção agro-industrial e a incapacidade de assegurar atempadamente os salários dos seus trabalhadores se, por um lado, justificou a manutenção desta forma de assistência pública por via dos programas de alfabetização, por outro lado, tornou evidente a insuficiência e o próprio paradoxo político que consistia o apelo e investimento apenas na recuperação da actividade canavieira.

Nesse sentido, os programas de educação começam também a articular-se com os programas de diversificação agrícola, isto é, com o incentivo e o apoio à experimentação de outras culturas que não a cana-de-açúcar (e a partir de 1998 com o surgimento do Programa Cana de Morador, fazendo do cultivo da cana uma actividade complementar ao assalariamento numa lógica de agricultura familiar em terras disponibilizadas pela usina aos trabalhadores rurais para o efeito), essencialmente numa lógica de subsistência, designadamente durante a entressafra, mas entrevedo a possibilidade de gerar formas de complemento da renda dos trabalhadores rurais através da comercialização dos produtos agrícolas ou dos seus derivados depois de transformados. Como se poderá compreender da leitura dos excertos seguintes, este processo de envolvimento dos trabalhadores numa actividade produtiva que lhe era estranha culturalmente – a rejeição ou o não conhecimento das técnicas necessárias ao plantio de outras lavouras representaria certamente um sinal de um passado dominado naquele território pela cana e pela violência simbólica e real exercida para a

manutenção dessa vinculação exclusiva, mas também da imposta adoção de um regime de vida baseado unicamente no assalariamento e, como tal, de onde não constava o horizonte de outras formas de produção, e a que ainda se deve aduzir a sua condição identitária de “*rurbanos*”

O primeiro programa [educativo] dizia respeito à recuperação dos canaviais, porque a opção da falência foi também a opção de manter a usina funcionando, então precisava de matéria-prima e precisava revitalizar os canaviais. **Então começou a se associar programas de revitalização da produção com educação. O primeiro programa foi um programa de qualificação profissional que aconteceu em 96. Esse programa, se não me engano, envolveu duas mil e poucas pessoas, trabalhadores e trabalhadoras dos engenhos, depois em 97 teve um programa chamado Catendão que aí teve alfabetização de adultos e esse Catendão envolveu mais de duas mil e quinhentas pessoas; em 98 nós tivemos o PROMATA também com alfabetização, todos esses programas articulando produção familiar, produção canvieira da área coletiva da empresa com educação, seja círculo de cultura, seja alfabetização de adultos.** Graças a esses programas a gente deu uma queda significativa no analfabetismo aqui, de 82% caiu para uns 20% atualmente, da população adulta (Entrevista Lenivaldo Lima)

E aí iniciámos um processo de recuperação. Primeiro, **recuperar a dignidade dos trabalhadores, fazer com que, além daqueles que garantiram emprego, aqueles que tinham sido demitidos pelos usineiros, que, na verdade estavam com dificuldade de ser inserido no processo produtivo, criámos aí os espaço da ocupação da terra, de forma organizada, de forma planejada, de forma combinada, da administração judicial com o trabalhador, de forma concedida, com a autorização da própria justiça, e aí iniciámos os grandes projectos de diversificação.** Os sítios foram preservados, todos, os moradores evitou o êxodo rural, são 48 propriedades, são 3500 famílias morando nessas 48 propriedades, nesse cinco municípios, são em torno de 17.000 pessoas entre jovem, adultos e crianças, então é uma população, praticamente, dentro desse contexto do projecto. **Então, buscar a dignidade deles, inserir num processo produtivo, se ele não estava no processo do corte da cana mas estava na diversificação da agricultura.** E aí os sítios preservados começámos a fazer o processo de participação dele na questão da piscicultura, da bovinocultura, e de outras experiências, da banana, da mandioca, do milho, do feijão, diversas outras culturas que aí não é em escala comercial, mas em escala mais alimentar, produtiva, é daquilo que eles tiram o sustento deles. (Entrevista Marivaldo Andrade)

Aí nessa primeira reunião eu acho que a gente começa a tratar da parte da capacitação, porquê? Porque foi aí que todo o mundo se deu conta que teria que fazer alguma coisa, tá certo, não sabia o que fazer, aí o que foi que ficou decidido: então a gente não sabe o que vai fazer, mas o que é que a gente não quer que aconteça, qual a providência inicial que a gente tem que tomar? Aí as pessoas disseram: **“A gente não quer passar fome”.** Porque era fome, hoje isso daqui é um...era fome brava, fome indescritível e é uma fome terrível porque não dá para a gente entender porque com tanta terra verde as pessoas estão passando fome, **aí a gente começou a entender - que não entendia - começou a entender a partir dessa reunião, não dessa reunião, mas a partir do seu desdobramento: “Então o que é que a gente vai fazer para não passar fome?”** Aí era o óbvio: **“Vamos plantar! Todo o mundo está aqui, todo o mundo é agricultor, vamos plantar!”.** Nessa época a gente ainda não estava com envolvimento maior com o pessoal da indústria, ainda era separado, quem fez o movimento foi o pessoal do campo, aí **“vamos plantar”**, era o óbvio, aí pensaram em criar peixe, aí Bruno pegou para saber, **“como é esse negócio do peixe?”** Tinha uma mocinha, Jacqueline, que inclusive depois veio para a equipa de assessoria, ela era da CUT me parece, era da escola da CUT, aí ela disse: **“Peixe, eu tenho conhecimento”**, aí explicou mais ou menos como é que se fazia para criar peixe, aí a gente pôs no papel para fazer as contas, aí quando o Bruno fez **“Olha, precisa não sei quantos mil alevinos para alimentar, então o peixe está fora de questão nesse momento. Vamos plantar...o que é que vocês querem plantar, o que é que vocês têm mais afinidade?”**, **“Ah, milho e feijão!”**, **“Milho e feijão é ótimo!”**. Aí a gente descobriu

que 90% daqueles agricultores e agricultoras que estavam lá não sabiam plantar um pé de milho, um pé de feijão, você acredita nisso? **Eram operários da cana, eles só faziam exactamente aquilo, porque os que tentavam ter o seu roçadinho, os proprietários eles não deixavam, de jeito nenhum, eles iam lá e destruíam mesmo, tá certo, era uma forma de você se posicionar contra o domínio, era uma forma de resistência, então eles realmente não aprendiam, não ensinavam aos filhos e não tinham jeito, tá certo, ninguém sabia. Ai o que é que a gente fez, aí a gente recrutou junto com os contactos que a gente tinha aqui, pessoas da região, técnicos que pudessem dar esse apoio para ensinar, né, e vamos conseguir semente de graça e a gente saiu atrás da semente, ora comprava, pouquinho, tá certo, a gente comprou até com recursos da gente, para comprar semente de milho e de feijão para poder...aí no outro ano já tinha, né, aí tem que plantar e o pessoal “Ah, mas eu não sei plantar e não sei o quê”. Aí a gente começou a aumentar o plantio, aí teve uma grande diversificação, [...] então muita gente plantou para a subsistência e foi como a gente conseguiu vencer os primeiros anos, tá certo, a gente trabalhou para conseguir cesta básica também, mas foi esse esforço de capacitação, então o que é que a gente fazia, a gente juntava esse grupinho, tá certo, era eu, Arnaldo, Jacqueline e Bruno e juntou com um sindicalista, ia com sindicalista, nessa altura não tinha as associações ainda, a gente ia de engenho para engenho, fazendo essa discussão que era importante eles plantarem, o que é que eles queriam plantar, tá certo, que a gente ia conseguir semente e assistência técnica, mas teve esse primeiro trabalho de convencimento, antes da capacitação teve o trabalho do convencimento.** (Entrevista Regina Piechocki)



Legenda: O trabalho na cana e a diversificação produtiva

Em 98 nós percebemos que a gente precisava investir em outro campo da produção que era o aspecto da diversificação, então tivemos um Programa de Segurança Alimentar. Esse programa ajudou muito, digamos assim, os trabalhadores na educação para a terra porque até 98 a gente percebia que poucos trabalhadores plantavam. Aí esse programa ajudou muito os trabalhadores a perceberem que poderiam plantar e plantar inclusive cana, que eles não plantavam cana porque sempre consideraram cana cultura de rico. Aí a segurança alimentar a gente combateu bastante dizendo “Olhe gente, vocês têm de plantar senão a fome vai chegar”, aí em 99. Portanto, se aumentou muito a auto-estima dos trabalhadores e com isso eles plantaram só de mandioca, naquele período, foram 400 hectares. Aí perceberam que poderiam ter outra renda além do salário, e nesse período alguns trabalhadores iniciaram um programa...solicitando à usina para plantar cana, terra para plantar cana, aí foi quando começou as primeiras experiências do Programa Cana de Morador. Então depois houve outros programas vinculados à produção, mais um programa de educação em 99 [...] (Entrevista Lenivaldo Lima)

Depois dos desafios que foram sendo superados aqui, os próprios trabalhadores começaram a se interessar... **Aí quando a gente conseguiu ampliar a perspectiva da agricultura familiar, que inicialmente foi um pouco meio que forçado, isso foi se dando, principalmente, a partir de 97 e 98. Em 97 isso foi se dando por uma necessidade de sobrevivência, de forçar a barra, você tem que plantar alguma coisa, que não era a cultura, porque as pessoas eram proibidas, então historicamente as pessoas foram roubadas, foi roubado delas esse direito de plantar, esse contacto com a terra, a concepção do agricultor foi arrancada, então não havia. Então você teve muita dificuldade porque a grande maioria das pessoas em idade de trabalho foram pessoas que não foram mais criadas como agricultores, e sim como filhos de trabalhadores assalariados, e que foram todos trazidos para os arruados das usinas. Então uma grande parte do público é um público de 50 para cá, você tem a maioria dentro da década de 50 para cá, que é o período em que a usina investiu na retirada dos sítios, principalmente na década de 60, 70, e concentra – não é só Catende, isso foi um geral da Zona da Mata**

– então você trabalhava com essa dificuldade, pessoa nascida rural, com uma concepção urbana, então é um misto complicado, entendeu? Pessoas um pouco sem identidade e sem raízes, então muito vulneráveis nesse sentido. Então quando vem a necessidade, a gente começou um pouco uma operação de apelo com as pessoas. Num primeiro momento eu me lembro que em 98 teve que trabalhar muito a equipe em campo, todo o mundo, o processo de formação, voltou muito para fazer plantio, a gente conseguir sementes. Inicialmente era feijão, coisas de cultura de ciclo rápido, porque enquanto a gente tinha convivia com um programa do governo Arraes, ora vinha uma cesta – na entressafra, não é? – ora tinha... Depois a gente conseguiu sair da cesta e ficou nos programas de capacitação e alfabetização, e isso aí foi um avanço em relação à cesta, porque aí você está dando uma bolsa para você se qualificar, mas trabalhando, e isso foi positivo. Mas as nossas expectativas era... Estava muito difícil, Arraes dificilmente seria reconduzido, e não teríamos isso... Então começamos a trabalhar numa coisa assim meio que louca com todo o mundo, e aí foi quando surgiu um programa, que foi se chamando inclusive de programa de segurança alimentar, que era em jogo mesmo isso! Era a questão da sustentabilidade alimentar mesmo que estava em jogo, e independente de qualquer outra coisa, isso era fundamental que se tivesse, e isso era pelo plantio. Foi interessante porque o nosso pessoal reagiu muito, e foi plantando, plantando milho, plantando feijão, coisas assim, macaxeira, mandioca, coisa de ciclo curto e mais conhecido. E aí, mesmo que sem tanta clareza, estava embutido na gente a necessidade da diversificação agrícola, das pessoas ocuparem, terem uma ocupação que gerasse uma alimentação e, dentro do possível, uma renda. E gerou! Mesmo sendo limitada, mas gerou ocupação, gerou renda. Só que aí a gente se depara com a questão do mercado, que é o seguinte: nós somos 3500 famílias, você faz uma campanha nos cinco municípios “Vamos plantar milho” e se o mercado for esse aqui, abarrota num instante, e aí você fica com milho... Você quer vender milho verde e não tem mercado aqui para absorver. E nós não estávamos... Como nós não estávamos pensando ainda como agricultor familiar, como nós não estávamos pensando ainda como uma empresa de autogestão, com todas essas coisas, então nós nos deparamos com isso, nós apanhamos muito isso, porque nós não tínhamos, nós não tínhamos ainda essa condição de pensar, era tanto o sufoco que a gente não conseguia pensar o mínimo de médio prazo, não é? Porque quando a gente estava pensando em plantar, a gente estava pensando no imediato, é para comer! É a fome! Aí isso limita você de pensar um pouco uma estratégia de mais alcance. Você está muito imediatista. Mas aí nesse processo a gente foi aprendendo. Primeiro, que gerou renda, porque as pessoas venderam um pouco. Mas segundo, ou talvez o primeiro, é que as pessoas começaram a acreditar em plantar. Então a partir daí as pessoas começaram a plantar, perderam o medo ou, mais do que o medo, perderam a desconfiança em relação ao plantio, e passa a adquirir um gosto no plantar. E isso, você fazendo nas discussões, então o Promata¹⁹¹ de 98 foi isso, a gente discutiu de mais isso com as pessoas, tem que fazer isso. Daí foi um momento que a gente teve bom, que foi as pessoas começarem a dar esse passo. Como que a gente teve vários momentos de Páscoa, nessa linguagem mais religiosa, que foi a gente, primeiro que foi essa passagem da administração, tirá-la dos donos. Mas essa outra foi o pessoal ir assumindo. Então em 98 foi um primeiro momento assim bonito, bom, assumir, fundar a empresa, e assumir-se um pouco como produtor, começar essa etapa (Entrevista Arnaldo Liberato)

O desenvolvimento destes programas educativos de alfabetização e articulados com a produção e a diversificação produtiva revelaram-se ainda uma forma de produzir um conhecimento sobre a comunidade e a sua cultura – e criar desde logo algumas fissuras nesta - permitindo a partir daí construir novas propostas de educação e formação, algumas de ruptura com a tradição instalada na região, outras que procuraram incorporar essa cultura e transformar a sua lógica e os seus pressupostos (como haveria de ser o Programa Cana de Morador), mostrando como nos processos

¹⁹¹ Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da Mesorregião da Mata

de desenvolvimento comunitário a investigação aplicada e participativa se inscreve em processos de animação comunitária e, a partir desta, se conjuga normalmente, quer com a acção/intervenção, quer com a educação/formação (Melo, 1994).

Concomitantemente havia uma definição política em curso onde o que estava em causa já não era apenas a sobrevivência imediata e o papel que a capacitação dos trabalhadores para a diversificação agrícola podia aí desempenhar, mas igualmente o início da formulação de um projecto a mais longo prazo para a própria Usina e para o seu papel no processo de transformação comunitária. Mais uma vez esta definição fez-se a partir de um trabalho de educação envolvendo a massa dos trabalhadores – aqui envolvendo os trabalhadores rurais e os operários fabris - através de uma modalidade pedagógica que internamente se convencionou genericamente designar por Ciclo de Debates e, simultaneamente, providenciando externamente a legitimidade e os recursos necessários à manutenção e gestão “*empresarial*” da usina por via, novamente, do Governo do estado.

- **Aí o segundo momento foi: “o que é que a gente vai fazer agora com a usina?”, tá certo, aí foi uma construção belíssima, porquê? Porque esse processo de capacitação veio da base, aí disse “Não! A gente quer botar a usina pra moer, a gente não quer parar a usina” “Então não vamos parar a usina”. Para a gente não parar a usina o que é que a gente tem que fazer: primeiro, melhorar o campo e segundo melhorar a indústria.** E isso foi um planeamento estratégico, a gente na ocasião ainda não preparava relatório, não botava no papel, mas foi um planeamento estratégico, **foi definido como é que a gente vai fazer, também vai buscar suporte, aí o que é que a gente fez para fazer a melhoria do campo, a gente foi buscar suporte, Dr. Arraes deu esse grande apoio, tá certo, mediante um convénio com Cuba, para trazer o pessoal para dar um apoio,** foi um apoio assim maravilhoso que eles realmente...que a gente conseguiu vencer essa parte tão crítica. **Nesse tempo aí a gente definiu como é que ia ser o gerenciamento da usina, porque todo o mundo sabia que não podia tomar conta, tinha noção disso, então a gente tem que botar uma pessoa, agora tem que botar uma pessoa que entenda disso mas que não tenha a mesma cabeça dos usineiros, tá certo, que não tenha os mesmos vícios e que tenha uma história de não tratar mal trabalhador e trabalhadora, principalmente isso, né.** Aí a gente conseguiu achar o nome de Mário Borba, fechou em cima do nome de Mário Borba e indicou-se o nome dele, o juiz aceitou, aliás, o juiz não, minto, porque nessa ocasião era o Banco do Brasil, aí o Banco do Brasil aceitou e Mário Borba ficou como gerente, tá, e o Banco do Brasil ficou dois anos assumindo a sindicatura.

A gente também teve um processo de convencimento junto com o Banco do Brasil que era o maior credor, é o maior credor; aí eles aceitaram **e a gente ficou durante dois anos trabalhando nisso e nesses dois anos a gente montou um processo de discussão, tá certo, ia em todos os engenhos, primeiro para essa...a questão da sobrevivência, em segundo, tá certo, do entendimento do que era isso e como é que a gente podia fazer realmente para ter o controle dessa situação tão inusitada, né.**

Aí a gente promovia discussões, em todos os engenhos, e logo depois disso a gente conseguiu o apoio da BILANCE, na ocasião da BILANCE, que ela deu esse recurso, a gente conseguiu viabilizar transporte para fazer essa articulação que foi vital para isso, você sabe como é difícil, até hoje é muito difícil fazer tudo aqui, né. E esse recurso foi assim super bem-vindo, dava pra gente comprar material, pra...giz e essas coisas, que tudo era com dinheiro da gente. **E em seguida a gente começou a fazer isso de uma forma mais organizada, mais disciplinada, então a gente montou um projectinho, a gente já tinha começado esse trabalho, tá certo, mas aí a gente montou isso, um projecto que foi o que deu início ao**

processo de capacitação que a gente vem desenvolvendo até hoje, desenvolveu uma metodologia que era: ciclo de debates/seminários, ciclo de debates e reuniões grandes, né, eram os três.

- Portanto passavam pelo engenhos e tinham alguns momentos...

- Exactamente, em todos os engenhos a gente passava, tá certo, a gente dividiu os grupos e passava em todos os engenhos discutindo que era para poder garantir a fluência da comunicação, tá certo, e como era uma coisa muito simples de entendimento, a gente precisava que todo o mundo estivesse entendendo perfeitamente bem e até a gente mesmo ia buscar soluções, então isso, a questão do...sim, deixa eu te explicar como foi o processo, depois eu volto para esses casos que são ilustrativos. Aí esse grupo montou o projecto, tá certo, o ciclo de debates era nos engenhos, em cada um dos engenhos, os seminários a gente fazia de duas formas, a gente reunia as ZPA's, tá certo, reunia nas ZPA's grupos maiores, de 200 pessoas e seminários mais fechados que foi a preparação das lideranças, tá certo, a gente fazia aqui, que era exactamente para a gente mastigar aquilo, a gente passava a informação geral, tá certo, e ia mastigar aquilo, ia espremer para poder tirar o sumo, tá certo, aí fazia lá em cima (Chalé do Alto). Então, foi a partir daí, tá certo, que a gente começou a trabalhar, a descobrir as lideranças, que as lideranças não se criam, se descobrem, né, então a gente, aí as lideranças começaram a ser fortalecidas e foi quando surgiram em cada um dos engenhos, tá certo, mas aí isso não foi da noite para o dia, isso não foi no início, foi ao longo do processo, mas foi graças a esse trabalho, aí apareceu o filme, uma das coisas que a gente propôs no projecto era a gente fazer um filme para a gente poder sair, aí comprou uma televisão, comprou aparelho de vídeo e levava para as comunidades, nos engenhos onde não tinha electricidade, a gente levava o grupo para outro engenho mais próximo e fazia, a gente passava a fita, tá certo, aí discutia sobre a região, sobre a Zona da Mata, discutia sobre... – você teve ocasião de ver, né...aí tinha as outras usinas, tinha um pouquinho sobre cada uma, falando rapidamente o que é que a gente se propunha (Entrevista Regina Piechocki)

Como se depreende da leitura do excerto, a legitimidade externa que vinha sendo garantida pelo governo do Estado e a legitimidade interna garantida pelo apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais, começa a procurar massificar-se não só através do trabalho de educação de base que já vinha sendo desenvolvido com os trabalhadores rurais, mas agora também através de uma lógica de *produção fisiológica* (é uma expressão escutada localmente) de “*lideranças comunitárias*” através de um trabalho sistemático de educação em torno da definição do futuro, designadamente da Usina e do trabalho no campo e na indústria a ela associado.

Este trabalho de “*segregação fisiológica*” de *lideranças comunitárias* tem como *locus* privilegiado inicial a organização das associações de moradores dos engenhos situados nas terras da Usina Catende ou o envolvimento das poucas que estavam criadas antes do processo de falência. Estas associações desenvolvem uma relação de tipo mutualista (no sentido biológico do termo) com o processo vivido em Catende, na medida em que do mesmo passo que funcionam como interlocutores de proximidade nas comunidades sobre o sentido do projecto, encontram neste o espaço de reivindicação, de apoio técnico ou de acesso a um conjunto de possibilidades de intervenção na transformação das condições infra-estruturais de vida dos

trabalhadores rurais (habitação, água, edifícios para escolas, igrejas, transporte) - a que, não é necessariamente o projecto que atende, mas para cujo atendimento é essencial a constituição formal das associações e, usualmente, a intermediação técnico-política do projecto e, por outro lado, desde logo por que qualquer intervenção na terras da usina implica a aprovação da massa falida e da administração judicial - e, ainda, se constituem nos interlocutores privilegiados dos processos de experimentação da diversificação produtiva em escala familiar (piscicultura, bovinocultura, ovinocultura, entre outros).

Por outro lado, é a partir das associações e nas associações que, com o apoio do Projecto Catende/Harmonia, se vão desenvolvendo processos de educação e formação informal e não formal dos moradores, em primeiro lugar, para os novos princípios de organização do trabalho e para os novos modos de relação no interior daquele território, e em segundo lugar, no domínio da diversificação de fontes de geração de renda, e ainda, no domínio dos saberes importantes para a mobilização das comunidades que são também saberes para o envolvimento participativo na definição dos sentidos a prosseguir pelo processo e que se constituem através do próprio exercício desse envolvimento/participação.

- E como é que depois se ligou mais ao projecto?

- Depois que eu entrei na associação. **Fui quem fundou a associação [de moradores] lá em Monte Alegre em 99. Aí, 99, 2001 eu me integrei no projecto, aí quando assumi a presidência aí entrei directo no projecto.**

- Essa associação, Adelmo, foi promovida pelo próprio projecto ou foi a comunidade que organizou? Como é que...

- Foi a organização do projecto, na época foi Lenivaldo e Jaqueline, que trabalhavam no projecto aqui, que ajudou a gente a fundar essa associação.

- Foram ao engenho, mobilizaram as pessoas...

- Mobilizaram, foi. A gente formou a associação, mas já com o apoio do projecto.

- Depois como presidente da associação Adelmo, que papel é que tem tido no projecto?

- Meu papel foi o seguinte, 2001 à 2000... agora, 2005, né? Eu fiquei na presidência a gente trabalhou piscicultura e eu fiquei mais entregado assim, trabalhar a piscicultura, né, por causa desse projecto. **O que a gente precisava aqui, necessitava do projecto, a gente reivindicava e era atendido e ainda somos atendidos**, mesmo com o outro rapaz estando na presidência, qual é o nome dele? A gente sempre... (Entrevista Adelmo Silva)

- E como é que se associaram ao Projecto Catende-Harmonia, Dulce?

Quando eu passei... Esse já é o segundo mandato, já é o segundo mandato. Eu já me tinha entrosado com o pessoal, **todo o pessoal que é das associações, o pessoal que são os líderes comunitários, os presidentes das associações, têm que participar do projecto da Catende, porque se está ligando aos moradores da Catende... Então foi a partir daí que nós começámos a nos entrosarmos, já faz mais ou menos seis anos que a gente está ligado ao projecto, através das associações.**

- E através dessa ligação têm desenvolvido projectos também na associação, ou é mais uma relação de participação na usina, só?

- Não. Não é só relação de participação, e nós temos algumas coisas, né? Por exemplo, em relação a educação, né? **Tivemos alguns projectos em que os jovens da comunidade participaram, né? Teve alguns cursos dentro da piscicultura que os jovens também participaram, algumas pessoas participaram, teve agora o projecto do milho, também teve o grupo de lá participando, vai ter um projecto de ovelha, ovinocultura, que também está se trabalhando, vamos trabalhar com os jovens da comunidade...** E temos um bom relacionamento com a empresa, independente de qualquer coisa, nós temos esse bom relacionamento, acho que é um projecto muito bom [...]. (Entrevista Dulce)

- A associação de moradores surgiu quando?

- Em 1996.

- Por iniciativa de quem? Dos moradores? Da Usina?

- Foi, não, teve um Presidente da Federação, na pessoa de Iractan, que era o presidente actual da associação; o desejo aí surgiu, não é, fizeram lá uma pesquisa e me elegeram representante daquela comunidade, aí 1996/1998, 2000/2002 e 2004 vai ter eleições também.

- Portanto tem estado à frente da associação de moradores desde que ela foi fundada?

- Desde que foi fundada.

- Na altura, quando começou, quais eram os objectivos da associação?

- Os objectivos eram sempre a comunidade se unir para fazer alguma coisa a bem da própria comunidade. **Não existia isso aí desse projecto de Catende, aí depois do projecto Catende nós começámos a se aliar a isso aqui, esse pessoal aí da indústria e continuamos trabalhando juntos.**

- Na altura foi fácil mobilizar as pessoas para a associação de moradores? As pessoas estavam interessadas?

- Foi fácil.

- Depois como é que surgiu a relação com a Usina, foi a Usina que entrou em contacto consigo?

- Foi. Da Usina teve um contacto com nós, nós estamos trabalhando juntamente no apoio ao projecto.

- Que tipo de apoio tem dado a associação ao projecto?

- A associação dá apoio ao projecto porque sempre quando esse pessoal da sala da Harmonia quer fazer alguma coisa sempre convida a gente, aí nós não fazemos coisas isolados, trabalho isolado, sempre faz em conjunto. É isso.

- Na sua opinião, qual é a importância deste projecto para os moradores do Engenho Capricho?

- Há importância porque existe a associação aí eu acho que interessa porque eu não quero fazer uma coisa isolada, não é verdade? No que ela faz, ela convida a gente por modo de ficar mais consciente do que vão fazer, nós damos mais apoio aquele pessoal que ainda não estão...muitos ainda não estão acreditando no projecto Catende, aí sempre nós trabalhamos juntos, também não vamos deixar de ir trabalhar juntos, sempre está dando apoio ao pessoal do campo e este pessoal da indústria também dando apoio à gente que representa a comunidade. [...] (Entrevista Júlio)

- Quando começou a questão das Associações no engenho?

- Faz quatro anos mesmo.

- E quem promoveu a constituição da associação?

- Fui eu mesmo

- Foram os moradores que resolveram...

- Resolvemos criar uma actividade ali dentro. No início comecei com a piscicultura, através da piscicultura é que se criou a associação. **Porque a piscicultura forma uma equipa e tinha de formar essa equipa através de uma associação, aí foi o lugar de formar a equipa e aí começou a associação.** Nos primeiros dois anos encontrei muita dificuldade mas o segundo mandato já as portas se abrem mais. **Hoje a minha comunidade já foi beneficiada, uns três ou quatro projectos já, já foi beneficiada, antes não tinha.**

- E a associação é que procura esses projectos? Junto da Usina?

- É, em parceria com a empresa.

- Como é que a associação colabora nesses projectos?

- Ela colabora nesses projectos de ajudar a empresa, através de reuniões, discutir algum objectivo que seja...

- Mas de quem parte a ideia dos projectos...

- Da associação, a usina só dá o apoio, só dá o apoio, o engenho em que a gente mora é da Usina, então tudo o que nós formos fazer lá no engenho tem que ter o apoio da Usina, porque o engenho é dela.

- Nos primeiros dois anos que dificuldades é que tiveram?

- Muitas dificuldades porque o pessoal ficava sem entender, ficava indeciso, se aquilo ia dar certo ou não dava certo, aí nos primeiros anos já começámos a ver as coisas a andar, principalmente quem conheceu a minha comunidade há quatro anos atrás, hoje ela está muito mudada, tem 45 famílias, 254 habitantes que se encontram, nós não tínhamos nada, somente uma casinha para morar, hoje nós temos banheiro por causa da associação, temos água encanada, temos energia, temos escola, temos assembleia, tudo através da associação...

- Foi tudo a associação?

- Tudo a associação.

- Por intermédio da Usina ou se relacionam com outras entidades?

Outras entidades. É que nem eu falei, a Usina só dá o apoio, mas se nós precisamos um colégio lá, então a Usina dá o apoio que a gente faça que a terra é da Usina, aí ela liberou, para isso nós temos uma parceria, mas mesmo com essas entidades que colaboram com a gente, sabe. [...]

- As actividades da Associação só são possíveis com a mudança que aconteceu na Usina, ou teria sido possível...

- Ah, Não. Com a mudança da Usina, porque a antiga, quando ela era do outro dono, com outra equipa tomando conta, aqueles donos velhos, a gente não tinha acesso a nada, não tinha nem acesso a estar sentado aqui como nós estamos, não tinha esse acesso não. Para poder fazer uma qualquer comunicação nós íamos ter de falar com o vigia e o vigia ia falar com o doutor, o doutor ia saber quem eram as pessoas para ele mandar subir, hoje não, isso aqui é da gente. Aqui a gente faz reunião todos os dias se precisa, nós temos o chalé lá em cima fazemos reunião lá, temos a sala da Harmonia também disponível à gente. Hoje nós temos liberdade total. Aquela época ninguém plantava um pé de banana que ele não queria, hoje nós temos cana de morador aqui, não sei quantas toneladas, sei que o engenho está com mais de trinta hectares só de cana de morador, somente a minha comunidade, ela está passando de duas mil e quinhentas só cana de morador, aonde a gente não podia plantar um pé de banana, hoje eu tenho 3 hectares e tudo sobrevivendo daquilo, ainda mais uma actividade que ela gerou mais emprego, gerou mais renda e ajudou muito porque nós vivíamos uma crise pesada aqui [...]

- Como é que sentiu vontade de se envolver na criação da associação de moradores?

- Olhe, isso aí foi umas capacitações que eu tive, tive umas capacitações em várias comunidades, fora daqui de Catende e ouvi as organizações como era, que negócio andava, aí me trouxe aquele desejo de eu formar uma comissão dentro da própria comunidade e enfrentar aquilo para ver se dava certo, fui arriscar, se der certo, consegue-se, se não der certo, nós desiste. Então preparei, juntamos a comunidade e passemos três meses só discutindo, sentado, toda semana um dia da semana juntava todo o mundo morador, aí fomos passando a informação, fui levando moradores para outra comunidade fora daqui para ver a organização, quando não podia levar muitos, levava cinco, seis e íamos lá passar um dia ou dois, em Pojuca, em Recife...uma semana levava quatro, outra semana levava cinco, seis, até por conta da despesa que era muita, aí a gente não podia levar muita gente.

- Aí tinha ajuda da Usina?

- A Usina sempre tinha parceria, não dava o dinheiro mas dizia *“Eu boto a alimentação”* ou *“Se arruma o carro”*, com o prefeito e o vereador ia lá e arranjava o transporte e a usina me dava a alimentação e assim nós íamos conseguindo, aí eles foram vendo a organização de fora e sentindo desejo de formar naquela comunidade uma associação. Aí, nós formamos, ela foi formada por mim em 2000, em Agosto de 2000 ela foi formada, com estatuto na receita federal, está em dia, toda em dia, não devo nada na receita federal, hoje está tudo ok. E graças a Deus, a associação de lá hoje está com as portas abertas e benefício, porque para onde eu ando, para onde eu vou consigo alguma coisa. Eu tenho... a associação lá, tem um convénio aqui em Palmares, pela Secretaria de Saúde eu consegui exame de vista aos de mais de trinta anos, consegui o transporte para as mulheres grávidas, tudo por conta da associação, consegui um carro de parceria da associação com a prefeitura para dar uma viagem por semana para Recife para casos difíceis que a gente não pode resolver por aqui, nós temos à disposição um carro para Recife uma vez por semana, isso tudo é em conjunto com a associação, [...]

- Ela também depende das associações?

- Das associações... e as associações também dependem da empresa, porque há coisas que não podem fazer sem a empresa, a empresa tem de dar um aval, tem de dar uma carta de anuência, tem que dar

uns incentivos também, inclusive agora mesmo eu fiz um projecto para lavoura branca pelo Banco do Nordeste, precisei da empresa, eu libero X para a plantação de lavoura, agora você me dá direito de plantar na terra, você é que tem o título da terra, então a Usina bateu uma carta para cada um dos moradores, assinei um termo de responsabilidade com ela, hoje todo o mundo tirou (o crédito), tirámos no dia 2, todo o mundo já está trabalhando, então a gente hoje está com a porta aberta desde que faça certo, se estiver meio desmantelado está fechado também (Entrevista Valdomiro Gomes de Almeida “Miro”)

Num primeiro momento, as associações de moradores mantêm ou criam uma relação de dependência face ao processo vivenciado na Usina Catende uma vez que esta dependência é, para além da inevitável condição de existirem nas terras da usina, propiciada pela inexistência de outras fontes de apoio técnico e de suporte financeiro o que, por outro lado, acaba por levar a que se gerem situações aproveitadas pelo processo em curso para cooptar mais fortemente as associações. É certo, no entanto, que o movimento de constituição de associações de moradores que se generaliza a praticamente todas as comunidades rurais tenta ser gerido de modo a que os presidentes das associações estejam tanto quanto possível alinhados com o processo em curso, o que não obvia a que a organização das comunidades não tenha igualmente servido não só para promover interesses políticos individuais no interior das comunidades ou constituir-se em correia de transmissão de projectos politicamente alternativos ao que estava em curso, como também para constituir uma corrente de opinião não alinhada com o projecto e com a qual nem sempre foi fácil de estabelecer uma relação ou, simplesmente, definir politicamente qual o seu estatuto e papel no movimento em curso, e conduzindo a que a própria relação do processo com as associações, e por via destas com as comunidades, fosse claramente orientada em função da maior ou menor identificação das associações com os princípios centrais que se procuravam preservar, alienando consequentemente algumas comunidades do envolvimento em decisões estratégicas e, por omissão, conduzindo a que a transformação das condições de vida nessas comunidades fosse assim afectada.

A nossa prática com as associações rurais do território da Usina Catende vem sendo bombardeada por elementos da prática contraditória das directorias das associações. Encontramos directorias divididas, favoráveis e contra o que denominamos de Projecto Catende. Os bombardeios se encontram no que chamamos de oportunismo de alguns dos presidentes das entidades associativas, ora essas figuras favorecem “os contra” ora barganham benefícios da empresa, muitas vezes em prol da comunidade, mas em alguns casos manifestam-se interesses particularizados que compromete a própria organização comunitária. Nesse contexto, cresce entre nós, um debate que vai desde o escanteamento

das associações, passando pela perseguição aos “contra” até a criação de referência próprias da empresa nos engenhos como forma de concorrência a elas (?).

Importa, portanto, entender a natureza dessas organizações associativas, para que nos posicionemos, não em função da ocasionalidade de postura desse ou daquele presidente, mas compreender que as associações fazem parte da forma organizativa da sociedade democrática. Cabe a nós, portanto, responder, como projecto de organização empresarial autogestionário, denominado de “empresa dos trabalhadores”, qual o lugar das instituições representativas dos moradores dos engenhos na interlocução, não no funcionamento, do Projeto Catende, e por que não dizer, na Companhia Agrícola Harmonia? [...]

Contudo, devido ao peso económico-social do Projecto dos Trabalhadores da Usina Catende sobre a vida política e o desenvolvimento da região, as organizações associativas foram sendo chamadas ao longo das lutas, a posicionar-se conforme as disputas colocadas. No imediato as decisões para posicionar-se no sistema de acção da luta dos trabalhadores foram mediadas pelos grupos que impulsionaram o seu surgimento. Ou seja, os grupos contrários ou mesmo com certas reservas ao desenrolar dos acontecimentos da luta dos trabalhadores em volta da Usina e dos Usineiros. [...]

Podemos concluir que as organizações associativas no que diz respeito ao Projecto dos Trabalhadores da Usina Catende nunca se constituíram num bloco de poder que queira substituir a acção sindical. Porém, elas incidem na prática cotidiana de bens comunitários em que a maioria das vezes não é alcançada pela mesma prática sindical.

Aspecto importante a considerar trata-se de certa diversidade entre essas organizações comunitárias. Elas existem enquanto entidades jurídicas, mas a maioria delas não possui vida orgânica para dentro da comunidade. **Funcionam como espécie de representação única do território do Engenho para prefeituras, governos e reuniões da empresa, através do seu presidente.** Outras, acredito ser a minoria, possuem reuniões frequentes e a comunidade é consultada sobre os mais variados assuntos. Considerando que as organizações associativas existem, possuem influências sobre a política local, necessário se faz, compreender as dimensões de sua influência sobre a comunidade do engenho.[...]

O importante é ter uma política de formação e integração produtiva do conjunto dos moradores dos engenhos. Nesse interior trabalha-se a sua organização comunitária, mas nunca podemos imaginar a possibilidade de não “cruzar” com ela.

Podemos então colocar como linha estratégica de trabalho do Projecto dos Trabalhadores da Usina Catende para com as organizações comunitárias a seguinte questão: **trabalhamo-las como instituições representativas ou vamos considerá-las simplesmente como organizações sem peso para formulação e organização de políticas para os moradores?**

(Excertos do Documento “as associações comunitárias dos engenhos e o projeto catende - texto para avaliação”, Lenivaldo Lima, janeiro 2001)

A exposição pública que o processo em curso começa a ter permite que se vá produzindo uma legitimidade externa, dadas as suas dimensões e significado político no combate ao analfabetismo na região, mas também por via da sua legitimação simbólica enquanto trabalho educativo que lhe é conferida por exemplo quando uma figura como Paulo Freire visita a experiência em curso.

Bom, isso foi básico para uma série de coisas. **Nós tivemos, nesse ano (1997), a primeira oportunidade de divulgação para fora com mais ênfase.** A Folha de São Paulo fez matéria de página inteira. Página inteira! Foi manchete da Folha de São Paulo, porque chamava a atenção a quantidade de gente fazendo alfabetização. “Sala de aula na Zona da Mata de Pernambuco, onde historicamente há o analfabetismo, tal tal tal...”. Isso chamou a atenção. A TV Globo fez várias matérias, e foi matéria, por algumas vezes, de jornal nacional. Em seguida vem o Globo Rural, fez um Globo Rural, pegou uma moagem, pegando todas essas questões, dez minutos de Globo Rural na TV Globo! Pela primeira vez que fizemos! E tivemos assim a felicidade de ter o encerramento desse programa, aqui nessa casa grande, com a vinda do professor Paulo Freire. Nós temos fitas, eu tenho uma fita aqui, esta fita aqui (que está em condições, e que esta semana eu passei para DVD) tem aqui Paulo Freire fazendo

encerramento desse curso. Inclusive foi a um engenho, o engenho Bela Vista. Participou de uma reunião na sala de uma aula lá no engenho Bela Vista. Então são questões assim fundamentais nesse sentido, ele fez uma boa... Uma questão forte, essa boa referência. (Entrevista Arnaldo Liberato)

A necessidade de coesão, de legitimidade e de identidade inerente a qualquer processo de transformação comunitária subentende uma relação problemática com a heterogeneidade de sentidos que coexistem dentro de um mesmo sistema humano o que conduz frequentemente a reacções defensivas que visam essencialmente proteger e reforçar o núcleo identitário do projecto que se desenvolve e a entender a heterogeneidade e a diferença como ameaça a esse núcleo identitário. Em última instância, a gestão das heterogeneidades do que trata é da gestão de um enfrentamento ideológico, face ao qual as estratégias accionadas podem ser variadas, sendo que na lógica democrática instituída são normalmente geridas através da institucionalização desse conflito por via dos partidos políticos e das eleições, mas que não é a situação necessariamente vivida neste contexto do processo de Catende. Com efeito, por um lado, o carácter profundamente ideológico do embate entre heterogeneidades que tem lugar em Catende tem uma vertente institucional que passa pelo enfrentamento com os antigos usineiros na justiça, pela relação que conjunturalmente se estabelece com o poder local em Catende, pelo conflito com o Sindicato dos operários, com a relação com o senado estadual onde a influência das oligarquias regionais se faz representar maioritariamente, entre outros enfrentamentos que se vão dirimindo nas instâncias democráticas próprias. Mas, por outro lado, este enfrentamento ideológico tem também uma dimensão não institucionalizada e que se visibiliza no quotidiano das relações sociais, no mesmo quotidiano em que os sentidos políticos se confrontam nas relações discursivas que se estabelecem, seja com os movimentos sociais que estiveram no apoio à luta social contra a usina, seja com as organizações não governamentais, seja com as diferentes sensibilidades sindicais, seja com os diferentes grupos de trabalhadores ou com as diferentes comunidades rurais. E aí, o processo vivido em Catende nem sempre foi permeável quando perante o enfrentamento entre concepções substancialmente distintas do devir do empreendimento, permanecendo coerente ideologicamente face ao sentido que os principais movimentos sociais que o corporizaram lhe atribuíram,

incorporando as heterogeneidades compatíveis com os princípios ideológicos mais profundos, permaneceu no entanto genericamente irreduzível face à oposição ideológica frontal. Esta forma de agir teve naturalmente repercussões no modo como o trabalho educativo e de formação foi “*seleccionando*” as lideranças comunitárias e, mais genericamente, no modo como o processo se relacionou com algumas das comunidades rurais que não se identificavam com o processo em curso, afastando as tendências mais críticas e incorporando aqueles que mais se identificavam ou foram identificando com um rumo que, apesar de se ir traçando mais ou menos democraticamente, mais ou menos de forma negociada ou imposta pelas circunstâncias conjunturais (económicas, jurídicas ou políticas), não deixava por isso de profundamente conter e manter uma orientação política nuclear.

Neste trabalho de construção de uma legitimidade alargada e de definição de um sentido para a Usina no seio do processo que se estava a viver foram então construídos e accionados dispositivos educativos que constituindo instrumentos importantes para a regulação do processo, fazendo a aferição dos sentires dos trabalhadores acerca do rumo que se estava a seguir, permitiram ainda claramente identificar a existência de uma clivagem, culturalmente ancorada, entre o envolvimento de trabalhadores rurais e operários no processo em construção que se haveria de revelar substancialmente complexa de ultrapassar, não tanto no que toca à continuidade do projecto, mas antes à sua orientação. E claramente que a opção assumida privilegiou o sentido que estava mais próximo das forças sociais que mais suportaram o processo desde as lutas sociais contra os usineiros, alienando com isso, em nosso entender, uma força substancial de transformação potencial e de legitimação, que o confronto argumentado não institucionalizado com as correntes críticas poderia ter permitido.

Os Ciclos de Debates como operacionalização do Projecto de capacitação dos trabalhadores rurais da Massa Falida/Usina Catende, pode-se elencar os seguintes pontos:

1. Os Ciclos de Debates como estratégia de formação:

A estratégia de formação com os trabalhadores demitidos e da activa da antiga Usina Catende persegue o seguinte objectivo: *“Inicialmente, a criação da empresa visou a dar condições aos trabalhadores de receber o património do antigo empregador, sem fragmentá-lo, mantendo a unidade necessária à exploração económica, em escala empresarial, com padrões de produção, de propriedade e de gestão diferentes daqueles historicamente experimentados na região”*.

Os Ciclos de Debates, como lugar de colocações diversas, tiveram a centralidade do debate sobre a Usina Catende na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, o estágio actual e os desdobramentos posteriores a falência e o projecto a ser construído como empresa dos trabalhadores.

Servindo como canal de socialização das informações acumuladas no processo de falência e nas discussões sobre a administração da Massa Falida, os Ciclos de Debates, transformaram-se no canal de vai-e-vem de informações com os trabalhadores da indústria e do campo, através das assessorias, directores sindicais e participantes dos Ciclos.

Ocorrendo, normalmente, nos períodos das tardes, os ciclos de debates atingem uma média de 30 participantes por engenho.

O uso de imagem, através de um vídeo com 22mm, do funcionamento da Usina, bem como, do fechamento de várias usinas de açúcar e álcool na Região da Mata, deixando os trabalhadores “a ver navio na rua da ponte”, favoreceu amplo debate com demitidos. As imagens, no mesmo vídeo, sobre o processo de falência e o projecto em construção da empresa dos trabalhadores, favoreceram, por sua vez, equacionar problemas existentes nos engenhos, bem como, esclarecer dúvidas e elaborar opinião sobre a Usina Catende e os desdobramentos actuais.

Apesar de ocorrer diferença de escolaridade entre os trabalhadores da indústria e do campo, percebeu-se, ao longo dos Ciclos de Debates, semelhança quanto ao querer maiores informações sobre o processo actual da Usina Catende e os direitos dos trabalhadores. O que vem a demarcar a diferença entre essas camadas dos trabalhadores deve-se as acentuações quanto ao pagamento dos direitos e ao futuro da empresa. Nos trabalhadores da indústria, a pergunta dominante é sobre os direitos sociais na “nova empresa”. Entre os trabalhadores rurais, acentua-se o pagamento aos demitidos, “em dinheiro” e problemas imediatos da vivência com a administração actual da Massa Falida. Porém, ambos demonstravam, no início desse trabalho de formação, muitas dúvidas, quando não descrenças, no que vem a ser a empresa dos trabalhadores. O grupo mais resistente prefere denominar de “nova empresa”, o que caracteriza, algo distante do seu envolvimento, em que o indivíduo, membro desse grupo, pensa em “garantir o seu”, ou mesmo em tirar proveito da situação actual e futura da empresa.

Os Ciclos de Debates como estratégia de formação, vem a ser o espaço de diálogo da leitura actual e das perspectivas diferenciadas, em alguns casos, contraditórias do processo em construção da Massa Falida para a Companhia Agrícola Harmonia.

2. Os Ciclos de Debates como Socialização de Informações da Massa Falida e do Projecto dos Trabalhadores:

As informações sobre a Massa Falida foram condensadas numa espécie de manual em que os assessores utilizaram como subsídio para os ciclos. Na dinâmica de diálogo aberto, a socialização das informações foram de “mão dupla”, do lado dos assessores, e, por sua vez, do lado dos trabalhadores. Nessa primeira etapa dos Ciclos de Debates, se permitiu criar condições de identificar o fundamento, muitas vezes baseado em informações distorcidas, das principais resistências dos trabalhadores da indústria e do campo, quanto a administração actual da Massa Falida e do Projecto de Empresa dos Trabalhadores. Permitiu, também, identificar, dificuldades culturais dos trabalhadores em compreender um processo de construção da gestão do trabalho, em que eles não entram simplesmente como vendedores de mão-de-obra, mas são chamados a se engajar no processo mais amplo de gerência do património.

Houve casos, nos Ciclos de Debates, em que levantou-se reivindicações quanto ao uso da terra, dos tractores e convivência do gado com a cana e a roça, permitindo o envolvimento de outras esferas da administração da Massa Falida, não envolvidas em processo formativo dessa natureza.

A participação dos debatedores dos Ciclos, sempre mediadas por interesses imediatos, a saber, sobre o cumprimento dos direitos trabalhistas dos trabalhadores demitidos e da activa, cumpriu o papel de informar, tirando as dúvidas, colocar em dúvidas certezas estabelecidas sobre bases falsas e projectar formas de gestão do património, até então, nunca imaginadas, pelos trabalhadores do campo e da indústria. (Documento Relatório Ciclo de Debates 1999, elaborado por Bruno Ribeiro, advogado dos trabalhadores demitidos e animador do Ciclo de Debates)

Este período foi caracterizado igualmente do ponto de vista do trabalho de educação e formação pela tentativa de fomentar a diversificação das actividades produtivas que não exclusivamente centradas no trabalho agrícola. O desenvolvimento desta iniciativa integrava-se na finalidade mais ampla de prover os moradores dos engenhos de formas de complemento (ou alternativas) dos salários, principalmente que permitissem suportar os duros períodos de entressafra, ainda fundamentalmente atravessados, durante os primeiros anos, à custa da distribuição de cestas básicas pelo governo do estado.

A intencionalidade política subjacente a este trabalho era fomentar a organização colectiva dos moradores/trabalhadores em torno de pequenos projectos em escala económica e que, de algum modo, não incorressem no mesmo problema de algumas das estratégias de diversificação produtiva agrícola tentadas, em que a promoção do cultivo de um mesmo tipo de produto por uma grande massa de trabalhadores se revelou economicamente inviável do ponto de vista da sua comercialização, uma vez que rapidamente o mercado local – a que mais facilmente se tinha acesso – mostrava a sua insuficiência para o escoamento dos produtos agrícolas produzidos. Esta constatação – reveladora dos limites de uma solução que procurava um compromisso entre produção segundo um regime de agricultura familiar e/ou a instituição de cooperativas de pequena escala e a sua integração no mercado da troca mercantil capitalista ao nível do espaço local – conduziu a que se equacionasse uma outra lógica que, nem por isso, revelou melhores resultados.

Esta outra lógica tinha como pilares a articulação entre o aproveitamento de equipamentos existentes nas terras da Usina, uma análise relativamente empírica das necessidades do mercado local e a formação dos moradores/trabalhadores, particularmente mulheres, para a produção de bens tecnologicamente pouco exigentes mas que agregassem valor às matérias-primas. Fruto provável do período de tacteamento e experimentação que se vivia em torno da exploração de possibilidades para enfrentar as necessidades urgentes, da incapacidade ou impossibilidade de tornar economicamente sustentáveis estas iniciativas e da própria ruptura abrupta que promoviam face às lógicas de trabalho, de organização e do tipo de produção a que os moradores estavam habituados, esta iniciativa acabou por revelar-se desarticulada e condenada ao insucesso, permitindo somente, por via da formação financiada, suprir algumas necessidades económicas momentâneas. Quando realizámos a pesquisa de terreno, em 2004 e 2005, nenhuma destas Associações de Produtores (*Cooperativa de produção e comercialização de bordados e confecções, Cooperativa Harmonia de Doces e Salgados de Catende, Cooperativa de produção e comercialização de Artefatos do cimento...*) se mantinha em funcionamento ou tinha sequer funcionado efectivamente.

- Porque sem associação, que não quer trazer cursos, não quer fazer nada, sobra tudo pra gente. **Como essa padaria mesmo que eu assumo, que eu tomo conta. Não assumo, ela está parada, está fechada, porque o motivo dessa padaria foi [...] a usina botou.**

- Uma padaria aqui?

- Tem a padariazinha lá em baixo, que eu tenho a chave dela, eu sou quem aqui tá tomando conta da chave para limpar todos os dia ela, agora parei. **Porque quando Dr.^a Antonieta vivia aí, fez esse curso para a gente de padeira, que a gente fez um curso, fazer pão. Aí trouxe essa padariazinha para a gente aí trabalhar. Aí às meninas trabalharam poucos dias não quiseram mais, fecharam. A Dr.^a veio aí falou com a gente e disse para a gente ir fazer o curso, fomos lá conversar com ela, aí estivemos reclamando porque a padaria estava fechada, a gente não queria ficar trabalhando, não queria porque não queria, porque não queria. [...]** Aí eu cheguei, fui para lá, cheguei a Dr. Antonieta: *“Meninas, vocês com uma padaria dessas, uma coisa dessas, você quer... O presidente [...] daqui porque tem um Sr. em Ouricuri que quer retirar essa padaria daqui, vocês vão deixar sair?”*. Aí, ele foi difícil: *“Se depender de mim não tira nada daqui”*. Aí eu fiz: *“Dr.^a a padaria está aqui por via de quem?”*. *“É de vocês que são as padeiras, é para vocês que são as padeiras trabalhar”*. Eu disse: *“Porque ele está-se metendo no meio”*. Aí ela disse: **“Não Heleno, você não pode fazer isso”**. Aí eu fui, realizei, abri a padaria para trabalhar. Aí eu trabalhei... Só trabalhei 2 meses, não foi Rosa?

- Fazendo pão? [Filha]

- Sim.

- Foi. [Filha]

- **Trabalhei eu e minhas meninas, fazendo os pão, vendia... Muito bom, vixe. Só não tive recurso para sair para fora, mas por aqui o pão não esquentava tanto, num instante saía o pão. Mas é que o prejuízo era grande, no modo do bujão porque ali é bujão de gás Com três dias, de três em três dias eu tinha que trocar o bujão.**

- **Tinha que ser... Aí sai muito caro, não é?**

- Aí um bujão a 30 e tanto, como era que eu podia? O lucro que a gente fazia, fazia era mais para o gás.

- Pois, e...

- Aí a Dr.^a veio aí e eu falei com ela: *“Dr.^a a gente está tendo um prejuízo porque a padaria nos está dando jeito, mas esse bujão... Faça um jeitinho de modificar para energia, para outra coisa”*. Ela foi, disse: *“Eu vou falar, você fecha e eu vou falar com os meninos da usina para ver se eles reformam ela para um...”*. (Entrevista Moradora do Engenho Niterói)

- **E era um trabalho de alfabetização ao mesmo tempo centrado naquilo que era o processo que se estava a viver aqui, não era?**

- As três coisas: centrado no processo que estava vivendo e **preparando você para outras possibilidades, abrindo o horizonte para outras possibilidades, porque aí não ficava só na questão da cana, tá certo, aí se fez capacitação, tanto na parte do campo, como pintor de paredes, pedreiro, electricista, encanador, tá entendendo, que era pra gente ter uma base na hora que tivesse um desenvolvimento maior, a gente contar com...aí foi um tempo assim muito, muito rico mesmo em termos de capacitação, aí, depois teve o...** aí a gente deu uma parada nisso, deu uma diminuída, tá certo, porque aí resolveu investir todos os esforços na questão da cana. **Nesse período a gente estava querendo diversificar, se trabalhou com a questão da diversificação e Lula, que não era presidente ainda, esteve aqui e ficou interessado em ajudar a gente a diversificar mesmo porque a gente tinha uma pressão muito grande do pessoal de esquerda com relação à cana.** Continuava com a pressão, né. E a gente sabe que a cana só ela não dá, a gente sabe que ela não é o bicho papão, a gente já provou que ela não é o bicho papão, que o bicho papão é o regime que ela era administrada, né, então a gente já sabe que o problema não era com o verde (risos), tá certo, inclusive Bruno gosta de falar muito que se fosse para oprimir os trabalhadores teria que ir para a terra em vez de ir para a cana que aí é o maior opressor do mundo, nesse contexto seria a terra, mas não é, **então a gente tentou participar da diversificação a nível produtivo mesmo, tá, aí a primeira ideia surgiu com a vinda de Lula e o pessoal da CUT, a questão...a possibilidade de eles conseguir recursos do BNDES para uma processadora de fécula de mandioca, todo o mundo já sabia plantar mandioca vamos...daqui a seis meses todo o mundo vai ter mandioca que vai ser uma beleza e garante uma receita contínua, que é a grande dificuldade da cana, né, então vamos fazer isso. Aí a gente se preparou para plantar e pensava que enquanto estava plantando estava instalando aqui, porque é fácil de instalar, não exige grande coisa, só exige um capital grande, na época se não me engano era muito grande, era 800 mil reais e a gente já tinha praticamente a venda garantida para o Sul, certo, então foi coisa assim mais...aí o BNDES deu pra trás, aí o BNDES deu para trás, foi um horror, que boiou a mandioca, o pessoal vendeu na pedra, vender na pedra é vender na feira e não deu para cobrir...foi uma tristeza muito grande, e criou uma**

reserva com relação a isso e a partir disso foi uma lição também para o pessoal que trabalha na assessoria, porque aí a gente identificou que não adianta você produzir se você não tem um canal de venda daquilo, se você não tiver, você não vai...não adianta e esta, João, por incrível que pareça, depois desse tempo todo não é o grande problema só de Catende não, é da Zona da Mata, e não é só da Zona da Mata não, é do próprio...é de um modo geral do Brasil rural, tá certo, porque não trabalha...se você pega qualquer tipo de produção que seja...como você faz **com a cana porque o diferencial aqui, tá certo, é que a usina compra.**" (Entrevista Regina Piechocki)

Não obstante, a partir de 2000 recupera-se a ideia da pequena produção cooperativa em escala comercial, então já de forma mais sustentada num conhecimento do “mercado” local (e não só), recorrendo muitas vezes ao conhecimento técnico de entidades parceiras com um conhecimento específico no domínio (EMBRAPA, MDA, Centro Josué de Castro) e, essencialmente, centrada na promoção de actividades vinculadas à terra e aos saberes experienciais dos moradores e moradoras ou naqueles mais facilmente reincorporáveis numa lógica de organização cooperativa da produção.

A liberdade conquistada na luta pela indemnização dos seus direitos trabalhistas, levou os trabalhadores da Usina Catende, **a introduzir uma pecuária de forma tradicional e familiar**, despojada, devido às condições em que se encontra, de qualquer benefício tecnológico e económico. Hoje, temos, **288 moradores criando 1336 cabeças de gado**. Isso significa um rebanho considerável, **mas não passa de actividade complementar à renda que as famílias adquirem no trabalho assalariado da cana-de-açúcar.**

Porém, como **estratégia de segurança alimentar**, as diversas iniciativas, seja da administração judicial da Massa Falida, seja das associações comunitárias, seja mesmo dos moradores, tem sido muito importante, mas **para transformar-se em processo de geração de ocupação e renda, investimentos em projectos de beneficiamento, tecnologia e recursos humanos precisam ser alocados na direcção do grande projecto dos trabalhadores da Usina Catende.**

A concepção geral deste Projecto trata de **fomentar uma espécie de “laboratório” em que novas técnicas de manejo e criação do rebanho bovino venham a ser implantadas e difundidas nos 48 engenhos da Usina Catende e quem sabe, em longo prazo, venha beneficiar pequenos proprietários e os assentamentos de reforma agrária existente na região**. Portanto, trata-se de um **projecto irradiador** de grande impacto nas relações económicas e sociais de 5 municípios da região mata sul do Estado de Pernambuco.

A proposta de fomentar nos engenhos da Usina Catende, **projectos familiares autogestionários com eficiência empresarial, coloca-se dentro da estratégia formativa de introdução de um novo saber produtivo**, que venha consolidar a estratégia de diversificação de culturas no interior do Projecto da Empresa dos Trabalhadores, a Companhia Agrícola Harmonia.

Esse projecto, ousado na sua concepção produtiva, propõe-se a ser parte inicial da caminhada em andamento, que transforma, pouco a pouco, assalariados rurais em camponeses tecnificados. Nossa estratégia de diversificação, diferentemente da “**diversificação patronal**” que ocorre na Zona da Mata, **incorpora os trabalhadores no interior da empresa, como sujeitos activos nas decisões do processo produtivo, resultando, por sua vez, na apropriação colectiva dos recursos tecnológicos e financeiros.** (Documento “Projecto para a implementação de um Núcleo de gado de leite”, 2001)

No entanto, como se pode perceber, em 2001, a experiência de diversificação produtiva – neste caso no domínio da pecuária – assume ainda dimensões reduzidas e é encarada como *“complementar”* face ao que continua a constituir fonte de rendimento principal dos trabalhadores: o assalariamento na cana-de-açúcar. No entanto anuncia-se a intenção de que as propostas de diversificação alterem o seu estatuto e estabelecem-se as condições necessárias nesse sentido. Por um lado, propõe-se a passagem de um nível de subsistência e de complementaridade para o nível do retorno económico. As condições necessárias a esta transição remetem para a capacitação nomeadamente tecnológica e gerencial que parecem anunciar-se como ferramentas contra a *“falta de costume”* nestas lides. Avança-se ainda com um conjunto de preceitos – profissionalismo, tempo, dedicação e cuidado – de onde não está ausente o desejo/modelo de *“modernização”*, que é sempre uma tensão neste empreendimento, situado algures entre o interior e o exterior das lógicas capitalistas.

Parece-nos ainda importante reter duas outras ideias deste extracto: por um lado, a lógica de experimentação que preside à diversificação, onde a palavra-chave é precisamente a de que esta se constitua num *“laboratório”* onde essencialmente se procurar contruir a distinção entre a diversificação do patronato da diversificação proposta pelo empreendimento de trabalhadores e, por outro lado, o sentido *“irradiador”* que é atribuída a essa mesma experiência e que, desse modo, não é encerrada nas fronteiras do empreendimento, mas antes se concebe como catalisadora de efeitos a jusante, isto é, na transformação das próprias percepções que outros possam ter sobre as possibilidades de trabalho e geração de renda naquele território. Por outro lado ainda, não pode deixar de assinalar-se o sentido educativo expresso subjacente às iniciativas de diversificação produtiva que aqui aparece claramente referido, passando pela *“introdução de um novo saber produtivo”* associado a sentidos que repetidamente encontramos para este empreendimento: a dimensão produtiva familiar, o carácter autogestionário... Do ponto de vista da lógica de intervenção é particularmente relevante destacar que esta se projecta a partir da instituição de iniciativas com papel de *“projecto-piloto”*, mas onde não é tão enfatizado o seu papel modelar como o seu papel de *“ferramenta educativa”* para os

trabalhadores por ela envolvidos, que passa pela promoção da delegação de responsabilidades nas associações comunitárias e o papel de apoio técnico por parte da estrutura da usina (recursos físicos, humanos-técnicos). No fundo, parece-nos que estamos aqui perante a necessidade de criar uma espécie de “*ambiente protegido de aprendizagem*”, o que é substancialmente distinto de um certo empiricismo inconsequente das iniciativas que antes assinalámos.

Do mesmo modo, a diversificação para subsistência alimentar através da introdução de um programa de piscicultura nos engenhos foi igualmente atravessado por processos semelhantes, mas também pelas contradições de um tempo de enormes dificuldades económicas e mesmo de efectiva necessidade de responder à exigência da sobrevivência mais imediata. Mas é inegável a dimensão educativa que este projecto gerou não só em termos daqueles que nele se envolveram, gerando o que poderíamos entender como “*disposições formativas*” (Correia, 1992) para uma autoformação continuada em que se articula uma via material e experiencial da aprendizagem, com o desejo da interlocução com o saber “*sábio*” que permita a construção simbólica de um conhecimento sobre a actividade que se desempenha, mas igualmente enquanto dispositivo qualificante das comunidades na medida em que introduz uma ruptura no modo de vida e de trabalho que implica uma mobilização e organização colectiva, que se confronta, ainda assim, com a contradição do imperativo da sobrevivência imediata. Isto é, em termos individuais mas também comunitários, o *princípio do desejo* é aqui claramente contraditado pelo *princípio da realidade*, transformando a relação dos sujeitos com a dimensão projectual que parecia estar inscrita numa acção afectiva e intensamente provida de sentido, numa acção absolutamente racional e pragmática, mas que interrompe o sentido do projecto.

[Que outras entidades colaboram com a associação?](#)

Olhe, eu tenho muitas entidades porque eu sou, como diz o cabra, sou muito “*pedão*” (de pedir), onde eu vejo um dinheiro chego junto, não é? **Eu tenho pelo Centro Josué de Castro, é uma entidade forte que sempre me dá uma cobertura grande na piscicultura. Eu formei um grupo de piscicultura lá no engenho, hoje eu tenho 36 tanques de piscicultura, hoje nós produzimos o próprio peixe dentro da comunidade, acabou-se aquela crise que tinha há quatro anos atrás, nós fizemos uma pesquisa na cidade de Xéxeu, era onde consumia mais peixe era naquela cidade, nós fizemos uma pesquisa para poder botar o negócio, então hoje acabou-se aqui, hoje não tem aquela...a comunidade hoje quando precisa de um peixe não vai lá para a cidade comprar, ela lá tem. Nós fizemos um certo controlo, uma distribuição de peixe a cada três meses às famílias.**

[Quem toma conta dos tanques...](#)

Sou eu mesmo e um grupo de jovens que eu formei, de 12 a 18 anos. Ajudam na ração, eles fazem inseminação...

Isso aprenderam...

Dentro da comunidade...

Tiveram alguém de fora que veio ajudar?

O Centro Josué de Castro é que deu apoio. Eu passei dois meses com eles, em estágio, aí eu me informei com eles lá na piscicultura e não descreditei, toquei para a frente. Aí continuou e ainda hoje continua. [...]

Está dependente só do político...

Do político, não é. O que eu tenho para dizer a você é isso. E o que me fez mais acreditar em comunidade foi a piscicultura. A piscicultura foi o maior sucesso que Catende teve, só que existiu uma fraqueza na piscicultura porque eu trabalhei aqui na piscicultura dois anos na Catende à voluntária, trabalhei só por paixão e para ver o projecto crescer, eu beneficiei 26 engenhos dessa empresa só da minha comunidade. 26 engenhos eu beneficiei só de peixe, levava peixe para lá, ia dar mais assistência, ensinar como era, só não fazia pegar para ele comer, mas deixei tudo pronto.

Em outros engenhos, a partir da experiência que tinham tido lá...

Repassávamos para os outros, chamava o presidente da associação de outro local, vamos sentar aqui, vamos fazer uma piscicultura, então chamava um grupo de jovens, quem quisesse se empenhar. Hoje Catende tem 26 engenhos que têm piscicultura, beneficiados pela associação de Fernando Vieira, 26 engenhos, a gente produzia os alevinos ...

E depois usavam os que reproduziam para ajudar outros engenhos....

É, noutro lugar. Produzíamos alevinos e depois mandávamos 2000, 3000, 4000...só que para tudo tem um limite, preparei uma reunião aqui com o Arnaldo para discutir isso a despesa para mim estava sendo muita, eu estava gastando 100 reais por mês só de ração...para criar para os outros, então fui falar o quê *"Eu não vou vender"*. Então eu falei para o Arnaldo e Dr Mário também *"Olhe, eu não vou vender mas também vai ter um repasse, você quer o peixe, quero, você quer criar, quero, olha o seu peixe, agora manda ração para mim"*. Não é vendido não, é troca com ração, quase arranjei briga por causa da ração na minha própria comunidade, tem o custo...mas isso não chegava não e o pessoal só queria ir mandar buscar e eu digo *"Vamos parar, vamos parar por aqui mesmo"*. Então eu esqueci um pouquinho, até o meu mesmo, já para ver se (...) você vê, eu desempenhava seis jovens dos doze aos dezoito anos, passar a noite todinha fazendo inseminação, um pegava de seis da noite à meia noite, meia noite que ele vinha dormir e outro pegava da meia noite às seis da manhã, na beira de um açude, as muriçocas mordendo, fazendo a inseminação com o maior cuidado para não perder, dois dias depois vinha o pessoal pegar e eu digo *"Vamos ter de tomar outra...não pode ser assim"*. Aí justamente, nós parámos, mas nós temos, agora na semana santa estamos esperando uma pescaria.

Ah pois agora é altura da Quaresma...

A Quaresma a gente trabalha assim, lá tem 45 famílias, aí tem famílias que tem 10 pessoas numa casa, aí o pessoal faz o levantamento todinho e aí damos à casa que tem duas pessoas é tanto, mas se tem dez pessoas...também depende da quantidade de peixe que tiver... mas todos eles ficam beneficiados, todos eles, não estão esperando o peixe lá do feitor, se ele mandar a gente come mas se ele não mandar a gente tem. Os engenhos vizinhos também vêm e também levam...os vizinhos sabem que na quinta-feira santa de manhã é a pesca. Aqui fica tudo beneficiado.

Isso ajuda a própria comunidade e outras comunidades...

Até é uma forma de incentivo para as outras, eu vejo muito, *"olha nós podia fazer isso lá na nossa comunidade, olha o peixe que tem aqui"* e aí o outro diz *"Mas não sabe que lá é tudo preguiçosos"* e é preciso garra e coragem para enfrentar aquilo que nos inícios dá vontade de desistir, chegar lá assim, *"vamos ali fazer"*, a gente ia a tarde todinha fazer um, entrava pela noite para formar um poço, todo o mundo de pá, carro de mão, picareta, enxada, até as mulheres. Conseguimos fazer 36. [...]

- Ainda bem, esse já é um apoio ao trabalho da associação [sobre o trabalho da piscicultura no engenho e a formação de jovens nesse domínio]

- Eu fui já por duas vezes lá para Recife mas não...mas todas as vezes que nós vamos não tem chance de nós falar, já nós temos com o IBAMA, o Centro de Cultura do IBAMA lá em Recife, já cheguei lá para pegar uma graduação com eles também mas...

- Com a Universidade Federal é que...

- Se nós precisar...para pegar mais alguma aula (...) essas aulas que eu tenho foi já repassada (...), eu me formei lá, um mês não deu para fazer quase nada, eu aprendi um pouco, né, não como precisa fazer, mas um pouco, o que eu aprendi repassei para eles e aí eles também aprenderam o que eu aprendi e tem alguns que estão fazendo melhor do que eu, já faz melhor do que eu, mas eu não queria ficar só

naquilo, queria mais, queria ir à frente mais, na universidade chegar lá, ter algumas aulas com eles, né, já tenho [...] na piscicultura: “*olhe, é assim e assim*”. Pra gente pelo menos ver como o negócio está...estudar

- Para ajudar a desenvolver...

- É, evoluir mais, mas até agora não consegui não. Foi a única dificuldade que não conseguimos

- É uma questão de persistência às vezes, de encontrar alguém que seja mais...

- É, de incentivo, né?

- Esses jovens que vivem no engenho que agora estão a assumir esse trabalho, eles pensam ficar no engenho ou são jovens que estudam e querem sair do engenho?

- Eles estudam, eles estudam, agora quando eles largam eles fazem dois horários, agora fazem dois horários, aí eles largam, aí tem uma equipezinha para a alimentação, aí eles vão, esta semana ficam três na alimentação, para a semana aqueles três...é outros três na alimentação, que é para não cortar no horário na alimentação, têm a hora da alimentação que é uma hora seguida, nem podem alterar, nem podem...diminuir. Tá certo, na hora em que botarem eles comem, tando com fome comem, mas é o seguinte: eles não se dão bem...

- Pois, não se desenvolvem tão bem, não comem tão bem...

- E perde também o contacto...a gente cria peixe e se dedica muito à criação de peixe. Você vê eles, pode chegar pertinho assim e não vê um não, depois a gente bate, bate e não vê, mas se chegar a hora da ração e aquelas três pessoas de sempre chegarem, ele vêm todinhos... (Entrevista Valdomiro Gomes de Almeida “Miro”)

O projecto da piscicultura foi um dos esforços mais consistentes de relação com o Centro Josué de Castro e a Universidade de Pernambuco e implicou a construção de tanques para piscicultura, a capacitação de técnicos da comunidade no tratamento, inseminação e alimentação dos peixes, bem como deu origem a um projecto de construção de uma fábrica de ração de peixe com base nos produtos locais.

A propósito desta experiência fiquei a saber que no engenho de Fernandes Vieira, pioneiro no trabalho da piscicultura fortemente dinamizado pelo Miro, que entrevistei ontem, **os peixes foram comidos pela população no momento em que a fome pousou no engenho. Isto levou a que o Miro desanimasse e deixasse abandonados os tanques que antes serviam para criar o peixe que depois era oferecido aos outros engenhos para iniciarem as suas experiências, ou que produziam peixe para os habitantes do seu engenho. Este envolvimento do Miro acarretou-lhe ainda, pelos vistos, problemas de ordem familiar causados pela excessiva dedicação que passava mesmo pelo investimento do seu próprio dinheiro** (Notas de Terreno, 11/03/2004)

Um momento particularmente significativo deste primeiro ciclo educativo na Usina Catende prende-se com o arranque em 1998 do designado “*Programa Cana de Morador*”. Na lógica dos seus promotores, este programa inscreve-se na necessidade de promover a recuperação do campo e aumentar a matéria-prima necessária ao funcionamento da Usina - que se mantém à altura como principal sustentáculo financeiro dos trabalhadores -, rentabilizando os saberes empíricos e experienciais dos trabalhadores no cultivo da cana mas deslocando-os da lógica do assalariamento para a lógica da agricultura familiar, incentivando o acesso dos trabalhadores à terra (que como já vimos, em 1995, maioritariamente haviam recusado), procurando promover um sentido de responsabilidade individual face ao empreendimento colectivo (ou se preferirmos, integrando o trabalho individual em prol do trabalho colectivo) e

procurando transformar a representação dos trabalhadores associada à cultura da cana como *“cultura de ricos”*, mas simultaneamente, como forma de educação para as dificuldades financeiras da usina Catende, ao permitir-lhes empiricamente experienciar a dinâmica económica envolvida na produção e transformação da cana (permitir-lhes a comparação entre os custos necessários à produção e o lucro obtido) e, ainda contribuir para a transformação da sua condição de trabalhador pela aquisição de uma outra consciência da temporalidade da sua actividade produtiva que deixa de estar estritamente vinculada à necessidade de vender a sua força de trabalho para assegurar a sua sobrevivência imediata para uma lógica de reprodução mais ampliada das condições de vida; em que a urgência é substituída pela projecção no futuro, uma das condições essenciais para que o trabalho se converta em projecto e não em simples alienação. Ou seja, assenta-se aqui no princípio de que a exploração e dominação anterior dos trabalhadores não tem como causa a cana-de-açúcar em si, mas sim o sistema de relações sociais de produção em que o seu cultivo estava inscrito, e portanto, alterando essas relações sociais de produção é possível transformar o sentido cultural do cultivo da cana. Não estamos longe de uma perspectiva marxista da transformação social que confere o primado à mudança da infraestrutura económica como condição para a transformação da superestrutura, neste caso na sua dimensão cultural.

Assim, é decidido promover o cultivo de cana em regime de agricultura familiar, outorgando parcelas de terra aos trabalhadores para que produzam cana que venderão à usina, complementando o seu salário como trabalhadores rurais com o rendimento da venda da cana e procurando garantir que o rendimento suplementar assim obtido permita aos trabalhadores ultrapassar a entressafra em que, parte deles, fica sem salário, dado o carácter sazonal da sua actividade no campo.

De acordo com os seus mentores, o Programa Cana de Morador é *“um exemplo de como o projecto Catende exercita a participação coletiva na tomada de decisões que envolvem a comunidade”* (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:10), nomeadamente porque *“as permanentes reuniões dos sindicatos, das associações [de moradores], dos moradores, da administração judicial para a definição das diretrizes e para a gestão do Programa, acabaram por produzir uma série de procedimentos,*

rotinas e documentos, firmando um conjunto de normas e regras acordadas entre todos os setores envolvidos, e que constituem um exercício claro de atividade autogestionária” (idem).

Este Programa Cana de Morador tem ainda constituído um dispositivo não formal de educação dos trabalhadores, nomeadamente através da negociação implicada no estabelecimento do acordo trabalhadores/projecto a partir do documento designado “*termo de compromisso*” “*que assegura obrigações recíprocas e consensuais entre o coletivo e o indivíduo, disciplinando desde a assistência técnica, ao transporte da cana, ao pagamento do preço do mercado, à proibição de trabalho infantil, a prevenção de danos ambientais, a vedação à sub-contratação de mão-de-obra*” (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:10)

CANA DE MORADOR – TERMO DE COMPROMISSO

Nome do trabalhador: _____

Identificação: _____

Área autorizada: ____ hectares

Meta de plantio: ____ toneladas

De um lado, a Administração Judicial da Massa Falida da Cia. Ind. do Nordeste Brasileiro (antiga Usina Catende), doravante designada Massa Falida, e, de outro lado, o trabalhador/morador acima qualificado, com a **finalidade de contribuir para o esforço colectivo de recuperação das actividades produtivas da empresa e para melhoria da renda dos moradores e credores da antiga Usina Catende, assumem os seguintes e recíprocos compromissos :**

1. **O plantio da cana de morador e o uso da terra necessária a esse plantio são considerados por ambas as partes como essencial para o desenvolvimento das actividades produtivas da Massa Falida, bem como para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a melhoria da renda dos moradores, devendo sua implantação atender a essas importantes finalidades.**
2. **O plantio de cana nas terras da Massa Falida somente será autorizado, pela Administração Judicial, para os trabalhadores, demitidos e da activa, que morem nas terras da Usina e que possuam créditos no processo de falência nº 195034582-3. Também será admitida a autorização de plantio para os familiares dos credores, mas de forma não cumulativa, ou seja, com área e acesso definida por família.**
3. **Os moradores que não possuam créditos na Massa Falida, nem sejam familiares de credores, desde que residam nas suas terras por mais de 05 (cinco) anos, em posse mansa, pacífica e de boa-fé, também poderão ser autorizados a plantar cana de morador, mas condicionado ao pagamento anual à Massa Falida, pelo uso da terra, de valor a ser fixado pela Administração Judicial.**
4. **A autorização para plantio e a continuidade do uso da terra, inclusive a que é autorizada no presente Termo, fica condicionada a observância dos compromissos constantes dos itens seguintes, os quais são neste ato assumidos por ambas as partes que assinam este Termo, no interesse da colectividade e do projecto desenvolvido pelo conjunto dos trabalhadores.**
5. **A Massa Falida se compromete a comprar toda a produção de cana de morador, pelo preço de mercado do dia, bem como a transportá-la até a esteira da Usina.**
6. **A Massa Falida se compromete a assegurar, de acordo com suas possibilidades, as condições necessárias para o plantio e tratos culturais, bem como para a colheita da cana de morador.**
7. **As canas plantadas pelos moradores, em terras da Massa Falida, serão destinadas, de forma exclusiva e integral, para moagem na Usina Catende, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a venda**

dessa produção para terceiros, mesmo que seja para outros moradores, salvo havendo autorização do Síndico, expressa e por escrito.

8. **O morador somente plantará cana em áreas indicadas e previamente selecionadas, de comum acordo, pela Administração Judicial e pelos moradores, diretamente e através de seus sindicatos e associações.**
9. **A colheita, a queima, o corte e o transporte da cana de morador obedecerão ao planejamento da Superintendência de Campo da Usina Catende.**
10. A queima da cana de morador deverá ocorrer com os devidos cuidados para que não ocorra a expansão descontrolada do fogo para áreas inconvenientes, hipótese em que o morador assumirá a responsabilidade financeira pelos prejuízos.
11. O morador autorizado a plantar cana em terras da Usina Catende não pode, em nenhuma hipótese, ceder integral ou parcialmente sua área de plantio para terceiros e muito menos para pessoas que não façam parte do Quadro Geral de Credores da Falência.
12. A expansão da área de plantio do morador somente poderá ocorrer após expressa autorização, por escrito, do Síndico.
13. Para possibilitar o planejamento das actividades e no seu próprio interesse, o morador deverá informar à Superintendência de Campo da Usina, obrigatoriamente, até o dia 30 de Agosto de cana ano, a previsão de colheita de suas canas, em toneladas.
14. **O morador, no interesse da colectividade dos trabalhadores, assume a obrigação de não destinar a sua produção de cana, parcial ou integralmente, para outras usinas, de forma directa ou indirecta, sem autorização expressa e por escrito do Síndico, ficando de logo ciente que, caso descumpra dessa obrigação, ficará impedido de plantar cana em terras da Massa Falida, perdendo de imediato o acesso à terra e a área plantada, após ser indenizado, pela Massa Falida, com base no saldo remanescente de sua produção de cana, planta e socaria.**
15. **Perderá o direito ao plantio e o acesso à terra para plantar cana, o morador em cujas actividades utilize trabalho de criança, ou gere danos ao meio-ambiente, ou não cumpra com os compromissos constantes deste Termo, ou cause prejuízos aos demais moradores e à Massa Falida, sempre com indenização de benfeitorias, nos termos do anterior item 07, deduzidos quaisquer prejuízos financeiros causados à comunidade e à Massa Falida.**
16. Os casos de desvios de cana de morador para outras empresas e de condutas lesivas à comunidade, previstos nos anteriores itens 07 e 08, serão apurados por uma **Comissão de Acompanhamento e Fiscalização**, formada por 1 (um) membro indicado pelas Associações de Moradores de Engenhos, 1 (um) membro indicado pelos **Sindicatos** dos Trabalhadores Rurais de Catende, Jaqueira, Palmares, Água-Preta e Xexéu, e 1 (um) membro indicado pela **Administração Judicial da Massa Falida** da Usina Catende, cabendo à Comissão recomendar à Administração Judicial a adopção de providências saneadoras e, se for o caso, a aplicação da pena de perda do plantio e do acesso à terra, com indenização de benfeitorias.
17. **O morador autorizado a plantar cana, na hipótese de necessitar do trabalho de terceiros em sua área de plantio, deverá fazê-lo sob a sua exclusiva responsabilidade e com a rigorosa observância da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor**, ressalvada a hipótese da troca consensual de dias de trabalhos com outros moradores.
18. É assumido por ambas as partes que assinam o presente Termo de Compromisso que o mesmo se transformará em Termo de Adesão integral às normas do “**Estatuto do Uso da Terra e da Produção**”, ora em fase de discussão entre a Administração Judicial, Sindicatos, Associações e trabalhadores da Massa Falida da antiga Usina Catende, adesão que será automática tão logo o Estatuto esteja aprovado pelo colectivo acima referido.
19. O presente Termo vigorará durante a tramitação do processo de falência nº 195034582-3, com expressa ressalva dos direitos legais à indenização das benfeitorias agrícolas dos moradores.
20. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo, as partes recorrerão ao entendimento mediado pelas representações sindicais e associativas e, no insucesso deste, ao foro da 18ª Vara Cível do Recife, na qual tramita o processo de falência nº 195034582-3, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
21. Este termo é assinado por ambas as partes, em 02 vias de igual teor, na presença das duas testemunhas ao final assinadas, as quais declaram ter assistido à leitura integral do texto ao morador subscritor no caso do mesmo ser analfabeto.

Mas o Programa Cana de Morador não deixa de ser igualmente um riquíssimo analisador das opções e contradições políticas, económicas, educativas e do próprio modelo de desenvolvimento local do Projecto Catende Harmonia. E, mais genericamente de alguns aspectos inerentes às dinâmicas de transformação de um contexto sócio-instituído. Naturalmente que estas contradições não se podem compreender sem analisar as razões que, na lógica dos promotores do programa, estão na sua génese (como acima referidas), nem sem admitir que entre as formas de justificação presentes na sua concepção e os efeitos gerados pela sua concretização e apropriação pelos trabalhadores há um universo de efeitos não esperados e ainda uma pluralidade de interpretações possíveis, quer para os efeitos esperados, quer para os efeitos alcançados.

Por um lado, é inegável que este programa também se inscreve numa racionalidade pragmática e instrumental que se prende com a necessidade de aumentar o volume de matéria-prima a transformar industrialmente, condição imprescindível à garantia mínima da sustentabilidade económica da usina face à concorrência no mercado capitalista com outros produtores de açúcar e, por via dessa competitividade, ao próprio pagamento dos salários dos trabalhadores. A questão coloca-se, no entanto, quanto à possibilidade de induzir uma transformação do sentido atribuído à cultura da cana, quando de facto não há uma significativa transformação do modo de produção dentro do qual os trabalhadores operam, já que mesmo se a produção é em prol do colectivo - e nem sempre o foi já que nas situações de dificuldade económica da usina, os trabalhadores *“empresários individuais ou familiares”*, de modo economicamente racional, foram vender a sua cana a outras usinas - ela supõe o assalariamento de outros trabalhadores, ou seja, há uma recuperação e reprodução simbólica e prática, mesmo que mitigada pelas práticas de acompanhamento do projecto, do modelo de relação de trabalho assalariado a que estes mesmos trabalhadores estiveram sujeitos. Afinal de contas não é senão a que melhor conhecem e cuja lógica de funcionamento apesar de tudo melhor dominam. Por outro lado, promove uma apropriação individual das mais-valias do trabalho através da sua inscrição numa relação capitalista que é contraditória com a intenção

de promover relações sociais de produção solidarizantes. Nas nossas notas de terreno pudemos, por exemplo, registrar os conflitos que viviam moradores envolvidos neste programa por causa do atraso do pagamento da cana que produziram, em virtude da necessidade de retribuírem o salário de outros trabalhadores que haviam assalariado para produzir essa cana, reproduzindo portanto o modelo patrão-empregado e do conflito capital-trabalho, tão arreigado nas suas histórias.

Por outro lado, nem por isso este programa deixa efectivamente de constituir potencialmente um espaço de valorização mas também de interpelação dos saberes tecnológicos e culturais dos trabalhadores rurais, procurando inscrevê-los numa lógica que não a do assalariamento, mas sim a da produção cooperativa e solidária. O que significa então que é também um programa propício à transformação da relação dos trabalhadores individualmente tomados com o empreendimento na sua globalidade e com o colectivo enquanto entidade que potencialmente o administra.

Aí surgiu o Programa Cana de Morador, aí dentro da capacitação também, a gente... a Usina “*está precisando plantar, está precisando...*”, a gente já trabalhou na qualidade, né, agora a gente estava precisando aumentar o plantio, não pode contratar mais gente, a usina não tem capital de giro, não tem recursos para o campo, então o que é que se vai fazer? Aí nessas conversas, nessas discussões vai, não vai, naquele puxa e encolhe, aí surge o programa cana de morador, aí o programa cana de morador começou com 46 pessoas, tá certo, eram praticamente as lideranças, tá certo, então “*Eu vou lá plantar cana*”, porquê? Ainda tinha aquela...agora isso não foi assim bonitinho assim não, toda a espécie de preconceitos tinha, todo o tipo de resistências tinha, o pessoal por exemplo achava que sendo decretada a falência, garantia os empregos e era garantir os empregos com uma situação estável, que ia ser diferente, tá certo, então a gente teve que sentar e discutir que não ia ser diferente não, ia ser pior, inclusive! Podia inclusive não dar certo! A grande chance era de não dar certo, só que tentando era uma última possibilidade, de desespero mesmo, você na beira do abismo, tá certo. Então, aí todos cresceram muito com relação a isso porque se esperava muito pouco, **aí a cana de morador veio mostrar, mais uma vez, que podia se lutar contra o pessoal que queria ser assalariado e que não queria plantar cana para vender, tá certo, mas a seu jeito, vamos ver se dá. Aí quando chegámos no ano seguinte aumentou para 200, salvo engano, e quando chegou no outro ano explodiu e você tem aqui um sucesso. Aí sempre a grande dificuldade da Catende é a falta de capital de giro, tá certo, você não tem capital de giro e nesses anos todos mas do ponto de vista económico, se a gente for analisar friamente os números, não teve um grande sucesso, não teve diferencial não, porque a gente não conseguiu passar para o azul, né, não conseguiu sair do vermelho, mas porque não saiu do vermelho? Porque a gente vem ao longo desses anos exactamente trabalhando sob suspeita, a gente vem trabalhando mas a gente não tem o capital de giro, tá certo, e a gente fica na mão praticamente das sobras porque você tem que vender o açúcar antecipado pelo menor preço. (Entrevista Regina Piechocki)**

Este programa representa com certeza um bom exemplo de como as dinâmicas de desenvolvimento se instituem simultaneamente com e contra a cultura e a tradição, como implicam prolongamentos e resignificações de ambas. Neste caso, parece-nos estar perante uma situação de interacção dialéctica entre uma estrutura

social, histórica e culturalmente instituída, que se inscreveu nos mapas cognitivos e nas práticas sociais dos trabalhadores e que tende a reemergir ao nível da acção dos actores sociais quando o contexto em que essa acção se inscreve não é suficientemente confrontativo dos pressupostos que estão na base daquela estrutura. Em termos sintéticos, mantendo-se dominante uma dada infraestrutura material e económica, mesmo se matizada, torna-se um desafio mais profundo para a educação a transformação da superestrutura. De igual modo esta situação traduz bem o modo como um sistema de acção concreta pode viver, sobreviver e se reproduzir incorporando os esforços da sua própria negação, numa dinâmica que acaba por preservar muito do instituído e cooptar o instituinte. Mas, ao mesmo tempo, e dialecticamente, mesmo se pela negativa, a análise dos efeitos do programa cana de morador permitem-nos salientar a dimensão sistémica da mudança social, quando apreciamos que a transformação de um nó do sistema social – a relação com a propriedade – tem efeitos nos outros nós que estruturam a rede de relações presente naquele território.

Aí perceberam que poderiam ter outra renda além do salário, e nesse período alguns trabalhadores iniciaram um programa...solicitando à usina para plantar cana, terra para plantar cana, aí foi quando começou as primeiras experiências do Programa Cana de Morador [...] Diante disso tudo, sempre tá colocado nessa construção, é como a gente constrói essa responsabilidade coletiva, porque você desregulamentou toda uma ordem estabelecida, mas tem que outra ordem ocupar o lugar, então a ordem que nós colocamos, é a ordem estabelecida pela coletividade, e aí, temos um processo de construção difícil, mas nós acreditamos que é possível, porque a tendência é de indivíduos querendo se autonomizar, e se aproveitar o máximo que for possível da coletividade, ou seja, essa relação indivíduo/coletividade ela tem de ser respeitosa, e sabendo-se qual é os ganhos que o indivíduo tem quando está numa coletividade, e qual é os ganhos que a coletividade também tem que ter na relação com o indivíduo, tem que ser uma relação de diálogo, e não unilateral, senão, ou você mata o coletivo, ou reprime o indivíduo, essa relação tem que ser muito bem trabalhada, o estilo de produção que está sendo implantado aqui em Catende, ela articula muito bem isso, que a gente precisa articular o ponto de vista da compreensão geral, ou seja, no momento que você tem a agricultura familiar e a agricultura coletiva, o indivíduo ele pode trabalhar no coletivo, e ele pode trabalhar no que é seu, nós estamos percebendo isso muito bem, então ele passa a compreender um *link* entre o que ele faz, o que é de interesse imediato dele, e o que é de interesse da coletividade, isso do ponto de vista do custo da produção, dos benefícios que a produção traz, e também da responsabilidade, o programa cana do morador foi o melhor elemento educativo aqui pra ele compreender como é que se produz, qual é o rendimento que a cana tem, ele tinha uma compreensão que a cana era cultura de rico, e como cultura de rico, ela dava muito dinheiro, ele tá percebendo hoje, porque ele planta cana, ele cultiva, ele vende a cana para a usina, ele tá percebendo que não é uma cultura que enriquece, a agricultura não enriquece do dia pra noite, então é uma cultura rentável, mas também não é esses rendimentos loucos que se imagina, ou seja, aquela fantasia do trabalhador assalariado, que via o patrão enriquecendo, enriquecia, ele enriqueceu mesmo! (Entrevista Lenivaldo Lima)

Isso tudo foi fazendo com que, voltando à questão da agricultura familiar, **na diversificação, foi fazendo com que quem está no campo percebesse que para ficar no campo (porque naquelas empresas todas**

o pessoal tinha saído do campo), aqui eles estavam no campo eles precisavam ficar, eles não podiam sair, e eles tinham que garantir e só poderiam garantir isso produzindo outras coisas, eles próprios produzindo. Porque a usina sozinha não tinha condição de empregar os 2300 que foram demitidos mais os filhos, filhas, noras, genros, todo o mundo que vai surgindo, a cada ano é uma quantidade grande de jovens que chegam à idade de trabalhar, é maior do que o número que se aposenta, mas a empresa não gera essa quantidade, não consegue...

Então isso foi se dando. Tanto que um dia desses, olhando uma papelada, então peguei um levantamento da cana de moradores 98, engenho por engenho, e no final, no total nós temos, em Setembro, salvo engano, de 98, nós temos 300 e poucos hectares plantados, trezentos e poucos hectares. Mas aí foi quando começou a dar um pulo, aumentando, aumentando, e hoje deu uma evolução boa, nós temos uma quantidade pequena de gente, duas pessoas por engenho, três, cinco, tal, muito disperso, tudo isso sem estar uma coisa organizada, tudo isso. Ao ponto que a gente chegou hoje às 2200 famílias plantando, produzindo acima de 150 mil toneladas; só neste ano já se plantou quase 900 hectares de cana até ao momento, só de cana plantada este ano. Quer dizer, com financiamento de custeio, com financiamento de médio prazo, para investimento, é um outro cenário! Uma outra realidade!

Então, isso foi se dando também ao mesmo tempo acontecendo uma mudança na empresa, na gestão da empresa, na participação das pessoas, no avanço aí com os sindicatos, com um conjunto de actividades. Tivemos nesse momento uma mudança com a saída do Banco do Brasil, que era o síndico, com o Dr. Mário assumindo, aí fica uma pessoa mais próxima com a gente, era alguém que a gente já estava mais directo na gestão, se conseguiu então se iniciar uma gestão bem compartilhada nesse sentido, pudemos estar discutindo, acompanhando... Houve, foi se dando cada vez mais um aprendizado, se tendo mais condição de discutir a gestão, você vai compreendendo um pouco mais esse complexo administrativo... Isso foi enriquecendo, foi enriquecendo, e tivemos alguns momentos que ajudaram, de um lado, a abalar a empresa, mas de outro lado, a consolidar, eu diria, a perspectiva da autogestão. (Entrevista Arnaldo Liberato)

As áreas agrícolas abrangidas pelo programa Cana de Morador usufruem de um estatuto próprio já que não estão sujeitas ao pagamento de arrendamento por parte dos moradores, em grande medida porque estes são quase todos credores da massa falida, pelo que a sua utilização *“é negociada e autorizada pelo coletivo e pela Justiça”* e, como o produto do Programa Cana de Morador é, prioritariamente, vendido à Usina, estas áreas são integradas, para efeitos de planeamento da safra (corte e transporte da cana), no conjunto da produção do projecto Harmonia, bem como são objecto de um acompanhamento e supervisão técnica da parte dos agrónomos do projecto Catende/Harmonia, mas igualmente por parte de alguns trabalhadores, nomeadamente jovens filhos de credores, que tendo sido formandos em cursos de formação organizados pelo próprio projecto na área das práticas de cultivo da cana-de-açúcar desempenham esse papel de acompanhamento e supervisão técnica continuada do Programa Cana de Morador nos vários engenhos em que este se desenvolve. O acompanhamento desta forma de agricultura familiar é a oportunidade para o confronto entre saberes empíricos e experienciais com saberes técnicos agrícolas, isto é, representa um tempo e um espaço não instituído de formação mas

em que de facto está em causa um processo de “*transferência tecnológica*” que, como se poderá apreciar, se procura declinar, muito mais no registo da “*comunicação*” do que da “*extensão*” rural (Freire, 1971), ou, se preferirmos, numa óptica de “*democracia dialógica*”, de que nos falam os já anteriormente referidos Callon, Lascoumes e Bartes (2001).

- Na parte social, se tem ganhado muito. Eu andava nos engenhos, via que o pessoal trabalhava até dez, onze horas... Depois ficava todos esses trabalhadores, todos os homens, mulher, criança, nos engenhos, tomando cachaça, formando confusão, batendo às vezes na bola, que era o mais sadio! [risos]

- **Mais saudável, sem dúvida!**

- E esta imensidão de terra sem ser explorada, sem ninguém trabalhando nela... E eu me perguntava, dizia “*como é que se consegue resolver este problema, como é que as pessoas não percebem a possibilidade de explorar isto?*”. E aí se começou esse projecto de Cana de Morador. No início, as pessoas não acreditavam, e até algumas delas rejeitavam, colocavam simplesmente: “*Plantar cana, eu? Que nada! A usina vai tomar minha cana!*”, outro dizia que ele não era... Como é? Minhoca para estar mexendo com terra! Que não sei quê... E foi um processo educativo, algumas pessoas que já tinham a disposição de plantar cana, queriam plantar uma variedade mais antiga, porque era aquela que conheciam... Aí foi, me lembro, uma história muito engraçada, que um senhor de Boas Novas, que está num extremo da usina, queria... disse que só plantava cana se era de uma cana que ele chama de *roxinha*. E onde tínhamos umas sementes, onde se podia arrumar alguma coisa para plantar, era no outro extremo da usina! Tivemos que levar uma carrada de cana para lá, para que ele plantasse a cana! E eu expliquei a ele que essa cana era uma variedade que estava ultrapassada, que como se paga pelo conteúdo de sacarose ele ia perder... Ele ia perder... Mas ele disse: “*Não! Eu só planto!*” – ele não queria saber de outra coisa – “*Eu só planto isso! Se é dessa, eu planto.*”. Aí, levámos uma carrada de cana, e quatro ou cinco anos depois, essa mesma pessoa me procurou para que eu lhe arranjasse de uma variedade nova que a usina tinha trazido para a usina, que ele chamava de “*cana preta*”, afinal era a variedade SP784764, e eu lhe lembrei a ele isso, aí até ficámos rindo daquela situação, porque já ele compreendeu que não podia ficar tentando manter aquela variedade antiga, que era preciso mudar a variedade, isso... Veja que aprendizado para ele... Foi uma coisa que me chamou muito a atenção.

Isso no campo social, voltando a ele, se conseguiu muito. Porque as pessoas... Você não vê esse desespero... A pessoa tem problemas, existem, existe pobreza... Mas a pessoa tem já outra esperança, sabem que eles têm uma força que podem contar com ela, que não dependem só de uma usina, de uma empresa... Hoje elas tiram crédito num banco, vendem sua cana, sabem já falar de preço, falar dessas coisas... E têm emprego! A maioria das pessoas se não um emprego formal, mas dentro da agricultura familiar... Toda a pessoa que tem saúde e que tem vontade [...]... O sente tanto na empresa, tanto na parte colectiva como na parte individual. O que acontece é uma coisa muito interessante que foi transformar um trabalhador assalariado que antigamente, principalmente, era semanal, ele fazia um planeamento semanal da sua vida, de tudo, se conseguiu transformar esse indivíduo num agricultor familiar que tem já outra óptica, outra visão das coisas, que já tem que ter um planeamento a longo prazo para um ano ou para três anos, que já tem que aprender esse outro ritmo do que é plantar, é tratar, depois colher... não é o trabalhador que faz o seu serviço, o seu expediente, e está pronto para receber quando venceu a semana, venceu a quinzena. E então, essa coisa tem sido muito interessante. (Entrevista Juan Nodarse, agrónomo do Projecto Catende/Harmonia)

Este programa que, já o referimos, começa a desenvolver-se em 1998 foi inicialmente financiado pelo projecto Catende/Harmonia “*nos moldes de uma cooperativa de crédito na qual a moeda foram sementes, insumos e terras*” (Anteag & Projeto Harmonia, 2005:10) e, em 2005, já envolvia cerca de 2200 trabalhadores dos

quais 1400 conseguiram aceder ao crédito para fomento à agricultura familiar, através do programa PRONAF do governo federal, respeitando na sua totalidade os compromissos bancários assumidos e tornando o programa Cana de Morador *“vital para a sustentação social e económica”* (*idem*) do projecto Catende/Harmonia, bem como para a geração de rendimentos familiares complementares ao salário.

Como nos parece que já se tornou evidente pelo anteriormente apresentado, na maioria destes programas educativos tem uma particular importância o envolvimento do governo do estado de Pernambuco que, para nos atermos à tipologia de Rui D’Espiney (2004:73 e sgs), terá desempenhado simultaneamente um triplo papel de parceiro de *“enquadramento”* (ainda que numa lógica prestacionista, através das políticas públicas disponíveis), *“apoio”* (viabilização económica) e *“legitimação”* (conferindo credibilidade e sustentação política ao processo mais amplo):

[...] o Governo [estadual liderado por Miguel Arraes] aí se sensibilizou, topou a experiência de fazer uma coisa que não é emprego, mas dá uma certa garantia, dentro daquilo que as pessoas estão acostumadas. *“Bom, nós não temos uma carteira assinada, nós temos uma possibilidade, uma bolsa para você trabalhar e estudar”*. Essa bolsa, logo em 96, foi o equivalente ao salário, salvo engano eram 120 reais, uma coisa assim, não estou seguro... Isso foi importante, aí foi quando pegámos na entressafra de 96, mil e quinhentas pessoas. Junto à Secretaria de Educação, à Secretaria do Trabalho e à Secretaria da Agricultura **pudemos fazer uma proposta onde entrava a capacitação, a qualificação, mas o forte estava na capacitação profissional – e essa era com o trabalho.** (Entrevista Arnaldo Liberato)

Esta intervenção do governo estadual no processo de desenvolvimento comunitário ali em curso parece assentar numa forma de legitimidade que diríamos híbrida. Ou seja, se recorrermos à conceptualização de Matos (2004) acerca das formas de legitimidade que estão comumente subjacentes aos processos de intervenção¹⁹² nas comunidades, encontramos nesta situação a conjugação na prática entre o que é substancialmente distinto nos princípios. Isto é, por um lado esta

¹⁹² Tomamos aqui a noção de intervenção comunitária no seu sentido etimológico e como tal associada à *“interrupção de um determinado curso, de um modo natural de proceder”*. Intervenção significa portanto interromper e intervir interromper o curso que habitualmente se prossegue, quer por parte de uma pessoa singular, quer por parte de uma comunidade, um grupo social. Portanto, com esta ideia de intervenção comunitária quer-se, em primeiro lugar, dizer que se trata de uma forma de agir ou de actuar que tem justamente como objectivo alterar, modificar o comportamento normal de uma pessoa, de uma comunidade, de um sujeito social, como parece ser evidentemente o caso do processo experienciado em Catende e, designadamente, da intervenção do poder público estatal naquele momento do processo.

intervenção funda-se em uma legitimidade técnico-política, que Matos (2004) associa a um modo de poder que assenta essencialmente num saber técnico-científico garantido por uma entidade política. Nesse sentido, o que fundamenta a acção é um certo poder-saber, isto é, os agentes da intervenção têm competências técnicas e são legitimados politicamente em função dessas competências. No caso concreto, a viabilização económica dos projectos de alfabetização e de formação na produção dos trabalhadores de Catende tem subjacente uma legitimidade política, é uma opção política que se devia prolongar numa legitimidade técnica naqueles que são investidos do papel de educadores nos processos educativos em causa (o que não acontece inteiramente pois embora a figura do educador nestes programas seja sempre alguém politicamente legitimado para o ser, de facto ela corresponde a uma diversidade de perfis que vão desde monitores com uma habilitação escolar de 2º grau, normalmente filhos e filhas de trabalhadores, até professores graduados, passando por técnicos da usina com formação em áreas que não a educação ou a pedagogia). Todavia, desta intervenção do governo estadual também não está ausente uma legitimidade que Matos (2004) identifica como funcional-prestacionista, ou seja, em que a intervenção anda associada a uma finalidade de natureza essencialmente moral e é comandada por – ou tem como fundamento da acção - aquilo que poderíamos identificar como sentimentos de solidariedade social. Em síntese, neste caso particular, a legitimidade técnica é, de algum modo, subalternizada face a uma legitimidade moral o que faz com que, como se pode apreciar num dos excertos supracitados, não só a definição de quem pode constituir-se como educador se flexibilize, incorporando à acção actores sociais tradicionalmente não investidos politicamente desse papel, como conduz a que a própria “*tecnicidade*” do trabalho educativo seja objecto de uma apropriação local que faz com que a acção social que constitui o exercício do trabalho seja promovida e entendida como uma acção educativa. Ao mesmo tempo, os actores locais do processo procuravam construir uma legitimidade sócio-comunitária para a sua intervenção, nomeadamente educativa. O que também significa a possibilidade fazer compactuar diferentes lógicas de legitimidade da intervenção, associadas a diferentes actores sociais que interagem presencial ou simbolicamente num dado território, e que são

definidas em função da posição institucional a partir da qual se intervém e dos próprios meios que se mobilizam nessa intervenção.

Atrás do envolvimento do Governo do Estado, emergiram ao nível da acção educativa e da formação um conjunto de entidades que já haviam estado na rectaguarda das lutas sociais em Catende (FASE, FETAPE, CUT...) ou que se foram constituindo a partir de 1995 em entidades parceiras de *“enquadramento”* e de *“legitimação”* (D’Epiney, 2004) (a Universidade Federal Rural de Pernambuco, o Centro Josué de Castro, a ANTEAG, o CENTRU), desenvolvendo diversos processos de intervenção no domínio da capacitação para a diversificação produtiva, no domínio da definição estratégica de prioridades de intervenção e no domínio da educação político-sindical e escolar que, de algum modo, para usar os termos de Matos (s.d.), permitiram *“a vivência de outras experiências”* e o *“exercício crítico-comparativo sobre outras alternativas”*, enquanto momentos importantes de mediação entre o que havia sido o processo de *“desconstrução”* que a entrada no processo de transição autogestionário tinha despoletado e um momento necessário de *“reconstrução”* ou de *“projecto”* e que, futuramente, permitiram que estas entidades se viessem a constituir não só como uma *“rede de compromisso e solidariedade”*, como fossem actores imprescindíveis na *“afirmação e visibilidade social”* do processo e, algumas delas, na constituição de um plano de acção estruturado (como é particularmente o caso da participação da ANTEAG na formulação de um Plano de Sustentabilidade Autogestionária para Catende em 2005 e como já tinha sido o caso do IBASE no início dos anos 2000 com o desenvolvimento de uma ampla pesquisa no campo e na fábrica sobre a compreensão dos trabalhadores acerca do processo de transição autogestionário em curso).

No Projecto da usina Catende Harmonia, nós participamos desde o princípio, do momento que constatámos a falência da empresa, numa parceria com o governo do Estado, na época coordenado, o governador era o Miguel Arraes de Alencar, a gente conseguiu trabalhar e, de certa forma, assumir aqui a massa falida, numa participação da Justiça, numa parceria com a Justiça, o Banco do Brasil e o próprio governador da época. Trabalhamos desde lá. **A FETAPE procura, principalmente na relação com o poder público, seja estadual, seja federal, conseguir projectos, ajudas, apoios, para esse Projecto, que, como é uma massa falida, não tinha, mesmo no início, condições de buscar crédito. Com o tempo foi que conseguimos alguns créditos pontuais para alguns agricultores aqui, ligado também ao Banco do Brasil, para financiamento da produção, das actividades, mas no todo é difícil ainda se conseguir financiamento, principalmente de forma colectiva, pelo tamanho que é o Projecto, e pela necessidade que tem de infra-estrutura.** (Entrevista Aristides, FETAPE)

Aqui, a gente actua tanto na área urbana como na área rural: na área urbana, a partir de Recife, região metropolitana, com os problemas clássicos da reforma urbana; e na área rural, **a gente actua aqui na Zona da Mata, basicamente em três grandes eixos: um, é a questão do desenvolvimento, isso que é comum às duas outras organizações, sempre na perspectiva da crítica ao modelo instalado, e tentando construir, por meios diferentes, metodologias, algumas alternativas a esse modelo, não é? A outra questão, que é parte dessa, do ponto de vista mais experimental, a gente actua com agro-floresta, processo de apoio às famílias, na perspectiva mais agro-ecológica, são pequenas experiências que nós temos aqui em Palmares, e estamos tentando, bom, abrir um debate sobre a questão da gestão das águas na Zona da Mata. Então, o componente água, que é um componente da discussão ambiental, faz parte da nossa discussão. De forma também importante, mas limitado, o trabalho com mulheres. E a nossa relação com a Catende também é desde o início, a FASE, quando estava aqui na Zona da Mata, no início do conflito, o nosso plano de trabalho era um plano de trabalho mais ligado à dinâmica do conflito capital-trabalho, então a gente acompanhava as campanhas salariais, dos canavieiros, etc, etc... E, naquele momento, quando estourou o conflito aqui, nós entramos nesse conflito, e uma das nossas tarefas, uma das, esteve relacionada ao processo de mobilização das famílias aqui, para que elas compreendessem e pudessem, como de facto aconteceu, apoiar uma estratégia de constituição da companhia agrícola. Então nós actuámos do ponto de vista da formação política, nessa dimensão, né?** (Entrevista Ednildo, FASE)

A formação profissional de cariz político

Em nosso entender, o ponto de viragem para um segundo momento do trabalho educativo em Catende – que nas palavras de um dos nossos interlocutores, é marcado por um enfoque na formação profissional e que nós acrescentaríamos que é essencialmente uma formação política sistemática voltada para a definição e construção de um sentido para o empreendimento Catende que então se começa a desenhar em torno das possibilidades da autogestão, do cooperativismo e da sua associação à ideia de economia solidária, e que também resulta da constatação através de algumas pesquisas realizadas junto dos trabalhadores que revelam o desejo da manutenção da cultura do assalariamento e a inexistência de um sentimento de co-propriedade do empreendimento – encontra-se aqui e acontece na viragem para o século XXI.

Em 2000 entrei na Escola Nordeste da CUT como educadora para trabalhar um Projeto de Educação do Trabalhador no contexto da Catende. O projeto formou duas turmas com trabalhadores (as) de vários engenhos, funcionando no Herculano Bandeira, Escola tradicional da Usina Catende, eu e a Sônia éramos as educadoras. O Projeto Flor do Mandacaru, como se chamava, se propunha a fortalecer o Projeto Catende Harmonia pela escolarização dos trabalhadores e conscientização da importância do Projeto Catende; fazer elevação de escolaridade, ou seja alunos que haviam parado os estudos em qualquer série do fundamental poderiam concluir todos os seus estudos do ensino fundamental em um ano e meio; fazer qualificação profissional, que foi feito em cooperativismo, e formação político-sindical. Em seguida, no final de 2001, a CUT resolve trabalhar alfabetização também em Catende, aí então atuei como educadora – alfabetizadora no engenho Conceição. (Entrevista Izabel Mota)

[...] Depois eu comecei a tomar experiência nessas aulas de Catende também da CUT, tive bastante conhecimento de participar de reunião do projeto de Catende, como é ele está, como é que ele não

vai. Ela sempre incentivando, Dr. Juan, Dr. Mário, né, Dr. Bruno... sempre participar, Mas a gente sempre ia dando informação, passando essa informação, aí foi também essa informação... eu fui-me baseando na história de Catende e admirando cada vez mais o que passa, o que existe dentro da usina.

- Essa formação na CUT surgiu do fato do Cícero estar no projeto...

- No projeto de Catende e de estudar na Flor do Mandacaru, no projeto Flor do Mandacaru, não é Izabel?

- É. [Izabel]

- É, Flor do Mandacaru.

- E nesse projeto quais eram os temas que vocês estudavam?

Era muitos, era... A gente fazia... Não sei, agora não me lembro nem decorado porque era muitas aulas dentro... Pouco tempo a gente estudava com 10 livros... Eu acho que isso é uma coisa muito importante. Eu aprendi muita coisa em base de... Porque eu parei, entendeu, esse tempo, né, não participei mais... trabalhando muito... Em base de economia, sindicalismo, entendeu? De sindicalismo, de economia, de projeto, de muitas, de muitas coisas mesmo que tive até dificuldade...de me... me lembrar-me de muitos conhecimentos. A gente tivemos oportunidade de aprender, de esses livros também ensinar essa professora maravilhosa, que ensinava a gente também, que tinha essa paciência todinha, com essas aulas que a gente tinha dentro de Catende. Achei ela muito importante. Ao início fui também me baseando, conhecendo mais o trabalho de Catende, sempre por dentro, sempre mais informado. (Entrevista Cícero, Engenho Esperança)

No entanto este processo já se vinha desenhando pelo menos desde 1998, quando é criada a Companhia Agrícola Harmonia, constituída essencialmente pelo conjunto dos trabalhadores demitidos e que pretendia constituir-se numa forma organizacional que não só contribuísse para o fortalecimento de um espírito cooperativo e colectivo em torno do empreendimento de Catende, mas igualmente que permitisse contornar algumas das limitações jurídicas, e por extensão económicas, que implicava o estatuto de massa falida que a Usina Catende ostentava, ainda e sempre fortemente legitimada politicamente pelo ainda governador do estado.

[o objecto da companhia harmonia é] o cultivo e a industrialização da cana-de-açúcar, com a extração e a comercialização dos seus derivados, devendo também dedicar-se a outras atividades industriais e agrícolas afins ou distintas da cana-de-açúcar, bem como à pecuária de leite e/ou de corte e outras atividades agro-pastoris, com a finalidade mercantil ou para a subsistência de seus acionistas, com a respectiva comercialização dos produtos produzidos e/ou cultivados pela empresa, cabendo-lhe ainda, a juízo do Conselho de Administração, participar de outras sociedades, bem como interagir produtivamente com entidades associativas e cooperadas eventualmente criadas pelos seus acionistas. [...] Foi então convidado a fazer uso da palavra, na qualidade de convidado de honra dos trabalhadores, dos sindicatos e da FETAPE, o Dr. Miguel Arraes de Alencar, Exmo. Governador do Estado, que, dentre outros registros, **acentuou a ligação entre a sua trajectória pública e a luta dos trabalhadores rurais, há mais de 50 anos, assinalando que a necessidade de mudanças e de transformações estruturais no quadro socio-económico da Zona da Mata conhecia, naquele ato, um momento simbólico em virtude da decisão histórica e inovadora dos trabalhadores em fundar a Cia. Agrícola Harmonia e assumir os destinos da empresa com um projecto referencial na Região** (Excertos da Acta de Constituição da Companhia Agrícola Harmonia, 15 de Julho de 1998)¹⁹³

¹⁹³ O discurso de Miguel Arraes nesta ocasião pode consultar-se na íntegra no anexo 3.

Do ponto de vista da dinâmica de transformação comunitária que este processo globalmente representa, este momento marca claramente a etapa de *“identificação e justificação ideológica do novo modelo”* (Matos, s.d.). Ou seja, em que há uma tentativa sistemática de promover uma discussão em torno da fórmula organizacional, produtiva, administrativa, económica que se afigura importante construir e consolidar (e de experimentá-la concretamente), mas que naturalmente não se faz ao arrepio de alguns dos princípios que estão presentes desde o momento da luta social e que uma certa vanguarda política do processo continua a procurar preservar e afirmar, e que vai buscar legitimidade ao envolvimento mais próximo, activo e efectivo, de entidades que ou vinham acompanhando este percurso apenas numa lógica de suporte político ou a entidades que de algum modo representam *“a vivência de outras experiências”* (idem) similares às que, em tese, parte dos envolvidos desejariam que se concretizassem em Catende, mas que igualmente representam a possibilidade de os trabalhadores realizarem o *“exercício crítico-comparativo sobre outras alternativas”* (idem, *ibidem*). Numa outra perspectiva pensamos que este momento corresponde, numa lógica dialéctica, ao aprofundamento da antítese que as lutas sociais e a entrada para a administração iniciam face ao período de governo dos usineiros. Seria, nesta lógica, o momento de aprofundamento do que Matos (s.d.) identifica como *“unidade negativa”* ou o momento de consolidação da *“particularidade”*, em que precisamente está em causa a *“produção conflitual de novas relações e novos valores”* mas que é simultaneamente o momento em que se visa a *“horizontalidade”* das relações, a promoção de uma unidade relativamente *“mítica”* das vontades em torno de um colectivo.

Como era um momento muito difícil, era essa perspectiva de mudança, um formato novo, não se tinha uma perspectiva mais definida da gestão (até então a gestão era do Banco do Brasil, era uma gestão ainda formal), a **ideia da autogestão não era ainda para nós uma coisa clara, não era colocada também... Viemos a nos deparar com a discussão da autogestão já um pouco depois, já no meio do caminho (isso já mais para acho que 99, 98, 99), nesse momento é que a gente foi se deparar com a discussão da autogestão. Até então a gente estava fazendo um processo, tentando um processo autogestionário sem saber que estávamos fazendo alguma coisa que, no mundo, já se discutia, não é? Estávamos fazendo isso como uma tentativa, meio caseira, uma tentativa de melhorar as condições de relacionamento interno. Já víamos que era a única forma de ter sustentabilidade era isso, era as pessoas entrarem, se envolverem, participarem, decidirem... Porque era uma estrutura pesada, então as pessoas precisavam compreender, precisavam entrar, porque nós não tínhamos suporte, não queríamos reproduzir o modelo do usineiro. Mas não sabíamos exactamente.... Sabíamos que não queríamos aquele modelo, mas nós não tínhamos clareza do modelo que se queria.** A gente tem que ter muita humildade e reconhecer que a gente não tinha clareza, no início, do modelo de gestão que a

gente queria. A gente queria, já tinha clareza numa parte, que deveria ser uma empresa de trabalhadores, tanto que em 98 a gente criou uma empresa, fundou uma empresa, no dia 15 de Julho criou a empresa dos trabalhadores. Isso sim, a gente já queria. O presidente eleito já foi um trabalhador, um sindicalista, mas a concepção da autogestão que estava embutida, ela não era externada enquanto uma concepção que comungasse com um conjunto de outras experiências. A gente estava um tanto localizado. E foi a partir daí que a gente, em contactos com pessoas que já vinham discutindo a autogestão, e as coisas acontecem às vezes de uma forma muito... que você não saberia propor [...] (Entrevista Arnaldo Liberato)

É também a necessidade de fortalecer este trabalho, que se atribui claramente à acção educativa a desenvolver, que legitima e conduz à constituição mais estruturada e permanente de uma equipa de educação no interior do projecto em estreita articulação com a sua esfera da definição política estratégica corporizada pela administração da massa falida e pela direcção da Companhia Harmonia, passando mesmo a existir nos discursos dos trabalhadores uma sobreposição de significados entre a referência à Harmonia (a companhia agrícola constituída pelos trabalhadores) e a “sala da Harmonia”, o espaço físico onde a equipa de educação se instala.

No segundo semestre de 2002 passei a integrar a Equipe de Educação do Projeto Catende Harmonia diretamente, desenvolvendo meus trabalhos na formação e organização de base dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, me dedicando nos últimos tempos também ao trabalho de formação da juventude do Projeto Catende Harmonia. Uma nova definição interna da equipe criou linhas de trabalho e eu ficarei mais diretamente ligada ao trabalho geral da formação no Projeto. (Entrevista Izabel Mota)

- Bom, meu nome é Edlene, eu sou filha de trabalhador rural, nasci e me criei nos engenhos da usina Catende. Eu já desde 1997; trabalhei em diversos projectos, com educação de jovens e adultos. Alguns oferecidos pelo governo, outros pela empresa... E o último foi em 2000, e aí a minha sala de aula começou a ter alguns problemas, o pessoal não estava conseguindo conciliar o estudo e trabalhar, aí estava praticamente se evadindo. Aí foi quando aqui precisava de alguém para compor a equipe de formação, e eu vim para cá. Mas aí o trabalho não é trabalho em sala de aula, mas também é com formação, também com trabalhadores.

- Sim senhora. E a Cleide, quando é que veio para cá?

Eu comecei em 2000 no projecto “Harmonia meu futuro”, foi o primeiro projecto que a usina teve condições de caminhar com as próprias pernas. Foi na entressafra de 2000.

- E antes disso a Cleide...

C: Antes disso, eu só estudava. Aí apareceu a oportunidade, geralmente todos os anos tinha, né? Nas entressafras tinha uns programas de alfabetização de jovens e adultos. Só que, como eu ainda estudava, não tinha o 2º grau completo, e também não tinha muito conhecimento, aí não tive oportunidade de participar dos programas de alfabetização nesse período. Em 2000 foi quando a gente começou. Apareceu a oportunidade, eu já tinha terminado o segundo grau... Vaga, na verdade, não tinha mais, eu fui como suplente, para ficar na reserva. Aí dei sorte, eu acho que fiz algumas coisas interessantes nos trabalhos, e estou aqui até hoje.

- Sim senhora. Desde que vocês entraram no Projecto Catende-Harmonia, vou perguntar primeiro à Edlene para manter a ordem da entrevista, em que tipo de projectos é vocês têm trabalhado? A Edlene, concretamente, que tipo de trabalho é que tem feito?

E: Bom, a gente começou, a gente acha que tem muitos jovens aqui na nossa região, e aí o nosso trabalho começou mesmo com os jovens. Tivemos duas turmas de jovens filhos de trabalhador de campo e fábrica, e aí ficamos... passaram por uma selecção, ficaram... hum... Dos cento e poucos que foram inscritos, ficaram sessenta: trinta do campo e trinta da fábrica. E aí, o trabalho da equipe de formação seria acompanhar esses jovens, né? Passaram por diversos sectores aí dentro da empresa. O

peçoal no campo ficaram com a parte de plantio, de produção, mas também vieram fazer um rodízio aqui na empresa, empresa/campo, campo/empresa, para trocarem conhecimentos, e também actuei com peçoal do...

C: Sabiá.

E: Do Centro Sabiá, experiência desse sistema agro-florestal florestado que nós tínhamos, inclusive ainda tem...lá no engenho Ousadia.

- Esse projecto, da agro-floresta, em que é que consistia?

E: Consistia em a gente mostrar aos trabalhadores que eles tinham condição de plantar sem usar agrotóxicos, sem usar venenos, e aí a gente teve muita dificuldade no início, por se tratar de uma área que predomina a cana, e todas as áreas que a gente queria plantar não conseguia, porque existia resíduos, ainda, de veneno. Mas aí, está lá o experimento, foi mais um experimento mesmo, e a gente pretende dar continuidade.

- Como é que vocês trabalharam com... Bem, já vamos falar nisso. E a Cleide, vou perguntar à Cleide, desde que está, em que projectos é que tem trabalhado.

C: A gente também trabalhou junto com a equipe, agora principalmente com... Ela foi na equipe com agro-floresta, e a gente com educação ambiental mesmo, preservação. Como nos engenhos não tem colecta de lixo, não tem onde jogar, nem nada, é tudo a céu aberto, aí a equipe da Universidade Federal, junto com a Save (Save The Children), financiou um projecto. Durou acho que uns seis meses, né? Mais ou menos seis meses. Infelizmente, as condições não dão para continuar, mas na verdade eu e outras meninas estamos aqui mesmo por causa do PRONAF. No início foram 69 pessoas, em seguida 732. Mas a gente, também, fez os trabalhos no período da entressafra, para o peçoal tirar o custeio, mas aí a usina também não conseguiu manter a gente, aí a gente, na medida que a gente fazia o cadastramento do peçoal, aí a gente era... Voltava ao zero novamente! Tem que esperar começar a safra para poder remunerar a gente, né?

- Portanto, eram uma espécie de trabalhadores eventuais, não é? Trabalhavam quando havia projectos, não é? E ficavam à espera que houvesse...

C: Pois é! Desde 2000 é que a gente está aqui. Já são cinco anos! Mas registrado mesmo, a gente vai fazer dois anos em Novembro, foi o projecto. Davam seis meses, três... Também, a gente teve o trabalho com Josué de Castro, sobre a piscicultura, e também um que incluía educação de jovens e adultos, é o PEE, que é Programa de Elevação da Escolaridade, a gente actuou, acho que três ou quatro meses... três meses! Mas aí também foi com recurso do FAT, foi uma dificuldade danada para poder dar continuidade, mas mesmo assim a gente conseguiu trabalhar os três meses com alfabetização e piscicultura. Piscicultura ainda continua, mais do que a própria sala de aula, a evasão é muito grande, também, o peçoal... A disponibilidade é muito pouca... Fica difícil para o peçoal conciliar trabalho e escola, e até a cultura mesmo, sabe, João? Eu acho que é a maior dificuldade da alfabetização, ainda hoje é a cultura, o peçoal acha que já tem uma idade avançada, que não vai conseguir de jeito nenhum... Aí fica um pouquinho difícil mas... tem gente aí ainda tentando, tem gente aí ainda estudando, e a gente ainda com a expectativa de que vai mudar esse quadro de analfabetismo.

- Hum hum. Portanto, o vosso trabalho, e era isso que eu há pouco ia perguntar à Edlene, agora depois podem falar as duas sobre isso... Nem sempre é um trabalho, não é um trabalho de sala de aula, não é? É um trabalho que às vezes é com jovens, outras vezes é com adultos... Não sei se alguma vez trabalharam com crianças, também, não?

C: Não.

- Não, pronto. Mas...

C: Quer dizer, mais ou menos, na verdade, nos cursos de educação ambiental, de agro-floresta, tinha gente para toda a idade, tinha menino, criança de 9... O que vinha, essa gente estava... (Entrevista Cleide Nascimento e Edlene Nascimento)

Quando é que o São se envolveu com o projeto da usina Catende?

O meu envolvimento com o projeto ele oficialmente se dá, para trabalhar assessorando o projeto foi em 2000 [...]

O trabalho do São no projeto da usina tem sido fundamentalmente em que áreas:

Hoje é na parte de elaboração de projetos para a questão de implantar experimentos de geração de renda, aumentar a renda, especificamente na área de cana, porque os financiamentos exigem elaborar alguns documentos, então não só eu, mas tem uma equipe de pessoas que trabalha

preparando esses documentos dos trabalhadores que são credores, agricultores familiares, preparar esses documentos para poder tem acesso ao crédito bancário, fora isso nós atuamos mais em outras coisas: as associações, e agora possivelmente a cooperativa que vai demandar um trabalho, e basicamente fazer um processo forte de captação de recursos para financiar os experimentos que já estão em curso, tipo o do peixe e a cana que são mais visíveis hoje. (Entrevista São)

Esta equipa de educação constituiu de facto a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho mais sistemático e continuado, correspondendo a uma ampliação dos recursos e intensificação dos processos educativos (não necessariamente em número de trabalhadores envolvidos, mas em número de iniciativas desenvolvidas e na diversidade de sujeitos envolvidos) que, inicialmente, continuam a contar com o suporte financeiro, logístico e de recursos humanos de entidades externas (agora já não o governo do Estado, mas entidades não governamentais ou directamente de programas ou medidas de apoio aos trabalhadores do governo federal – FAT, PRONAF...) e, posteriormente, no que representa uma transformação qualitativa importante, mobilizando os parcos recursos financeiros e logísticos internos da massa falida, e o capital de conhecimento dos seus trabalhadores/técnicos, não sem que a oposição interna a esta transformação se faça sentir em questões como a que os trabalhadores colocam: «*equipa de educação produz açúcar?*» Ou seja, sem que a criação desta equipa de educação não conviva com problemas de legitimidade no seio de um processo ainda fortemente atravessado pelo imaginário da produção industrial como “*princípio superior comum*” (Boltanski & Thévenot, 1991), a partir do qual se mede a grandeza dos seres.

Um outro aspecto que nos parece significativo prende-se com a própria definição e circunscrição do que se entende como educativo no trabalho desta equipa. Com efeito, no seu trabalho vão conviver pacificamente intervenções que se associam facilmente ao trabalho educativo formal e não formal, quer nas suas formas, quer nos seus conteúdos e metodologias, com intervenções em domínios e de formas que, numa perspectiva canónica, dificilmente se diriam de educação (como por exemplo o acompanhamento e realização dos processos para obtenção de crédito bancário ou de acesso aos programas de incentivo à agricultura familiar do governo feceral ou a compra colectiva e distribuição de insumos – adubos - e de agrotóxicos aos trabalhadores como oportunidade para um trabalho de educação ambiental e de

educação para a saúde) mas que buscam inspiração teórica na Educação Popular – tal como a apresentámos antes - e na pedagogia dos movimentos sociais.

- Esses cursos são definidos pela equipa da usina, mas normalmente têm apoio de entidades exteriores à usina em termos de parcerias?

- Tivemos alguns problemas que eram os seguintes: todos, até ao ano 2000, 2001, 2002, início de 2002, todos os programas aqui, na verdade, eram motivados pela produção e o que a usina fazia, o que o projeto Catende Harmonia fazia era cuidar da produção, a educação era sempre atribuído para outros, sejam esses outros a secretaria de educação, ongs, grupos de monitores externos que cuidavam dessa parte. Nós começamos a nos preocupar com isso, foi o professor Zé Neto que chegou aqui e começou a nos advertir: “Vocês têm que ter um programa próprio de formação”, então a partir disso nós começamos a ver que a gente precisava montar uma equipa de formação mais consistente, não estar no programa dos outros mas ter um programa, uma estratégia de formação mais permanente, então é que nós começamos a trabalhar nesta direção, e aí trabalhamos com o apoio da Manos Unidas, da Espanha, um programa próprio, nosso, eles custearam esse programa, e a partir daí é que a gente começou a desenhar uma metodologia que nós chamamos «para uma cultura de autogestão», e essa metodologia implica em recuperar o histórico do trabalhador e da trabalhadora na sua expressão maior da sua fala, a partir disso compreender o presente em que nós estamos e como é que se projeta esse futuro, sempre com o dilema do presente, o passado e o futuro está sempre mediado pelo que se vive no presente, então um pouco a concepção que a gente trabalhou e temos investido nisso. Então a formação tem sido uma parte custeada por nossos parceiros e outra parte tem sido custeada pela própria empresa, o estágio que formou 60 jovens, 30 na fábrica e 30 no campo, ele foi custeado totalmente com a empresa, e a partir disso a gente teve como preparar o mínimo de, digamos assim, de conteúdo para um currículo profissional, do que nós queríamos do profissional dessa empresa, é um currículo com economia solidária, com cidadania, produção canavieira, produção familiar, ou seja, que o cursando compreenda tudo isso para poder entender com qualidade, então a formação aqui passou por esses estágios todos, hoje a gente está sem parceiros, principalmente nessa área de diversificação, tem estudos patrocinados pelo governo Lula, mas também tem iniciativas nossas aqui, com uma metodologia própria, com uma concepção de formação própria, com objetivos, digamos assim, pactuados internamente. (Entrevista Lenivaldo Lima)

A constituição de uma equipa interna de educação e a possibilidade de a acção educativa poder pluralizar a sua intervenção para além dos processos de apoio à diversificação produtiva, à recuperação do tecido produtivo e à alfabetização, acarretou também a necessidade de, de forma mais sistemática, se desenvolver uma *pedagogia do processo de Catende*, isto é, de pensar uma formulação de princípios pedagógicos, finalidades, orientações metodológicas, meios didácticos, prioridades de acção que conferissem uma unidade ao trabalho educativo desenvolvido e que até então teria assumido um cariz relativamente polimorfo atendendo à diversidade de actores (externos) que, não obstante uma putativa identidade de princípios, ali tinham realizado um trabalho de educação e formação de acordo com as suas lógicas próprias ou ao próprio carácter relativamente *empiricista* que o trabalho educativo desenvolvido pelos militantes de primeira hora no projecto, e que não eram

necessariamente “pedagogos”, havia por vezes assumido, em função de decisões conjunturais.

Em seguida foi muito difícil, porque a gente veio, foi a saída do Governo [de Miguel Arraes], e aí veio uma política toda para derrubar a gente, mas esses elementos anteriores já deram à gente um certo suporte, e aí a gente já estava razoavelmente preparado para um enfrentamento, porque a gente sabia que ia ser um enfrentamento pesado, que vinha, e isso era inegável, que vinha. Então a gente estava já com essa expectativa, então pelo menos não foi uma coisa pego de surpresa, e isso ajudou, deu para se preparar um pouco, trabalhar com as pessoas. E, ao mesmo tempo, a gente tentar sair da questão interna, de que era só a gente que tinha dificuldades. Então a gente conseguiu, nisso, voltando à questão da discussão no cenário nacional com a Anteag, ajudou bastante a gente. **Porque uma coisa é o trabalhador, no primeiro momento, ele não está percebendo que isso é uma dificuldade mais ampla, ele acha que é só ele, e aí há uma tendência muito grande a desanimar, não é, quando você acha que esse é um problema meu só, só nosso, então você volta sempre às alternativas aparentemente seguras, a gente voltava sempre à discussão de um bom patrão, de um empresário com dinheiro, que pagasse no dia, que plantasse, que recuperasse...** Coisa impossível naquele momento, e uma coisa que quem estava ajudando na condução já não via mais como uma perspectiva, mas você teria que ajudar a esse cenário, não é? **Colocar a gente a arejar num cenário nacional, dos vários e vários problemas, nos estimulou a intensificar essa busca. E aí que surge o vídeo que a gente fez, o primeiro, esse aí pegando no estado, a experiência das outras usinas, e trazer para cá. “Pessoal, vamos ver o seguinte: a gente tem dificuldades, se a gente for olhar só a Pumatí, se a gente for olhar só o Ipojuca, se a gente for olhar só Trapiche ou até Cucaú, a gente vai se desanimar. Agora, vamos olhar essas outras aqui, essas sim, estão mais perto da nossa realidade, mas nós estamos diferentes.”.** E aí começamos a ir fazer o levantamento de todas. Olha, esse vídeo, a equipe ficou dia e noite no campo, rodando, rodando, que é uma coisa que a gente não pode perder o hábito, tem que recuperar isso, com outras realidades, com outra dinâmica, mas é fundamental. **Isso ajudou de mais. Primeiro porque as pessoas viram, porque eram empresas que, pelo menos de nome, são conhecidas deles, todos conhecem, todos conhecem aqui Água Branca, todos conhecem aqui Barreiros, Cucaú, Massauassu, e várias outras, Água Branca é pertinho, Treze de Maio continuava sem funcionar, e outras...** Então as pessoas começaram a ter medo de perder as condições que estavam, e se colocar naquela condição. Quando você olha, esse desafio de você, sempre onde se coloca ter a capacidade de olhar um passo adiante, mas nunca perder a capacidade de perder um passo atrás, eu acho que ajuda muito a você ter clareza do momento, do local, do espaço onde você se encontra. Porque você está conseguindo fazer alguns paralelos, não é? O que eu andei, o que eu tenho para andar, sei lá! **É um pouco isso, você ter sempre noção de onde você está, parece que é bom, até para lhe dar a segurança do que você já andou, mas do desafio que você tem também para andar, que você tem que fazer, e que você não pode perder o que você já andou, você não deve, você precisa manter, e só para você manter isso, às vezes não é fácil, você já tem que lutar muito. A partir daí, você vai conseguindo adiantar alguns passos. E isso foi fundamental, foi formidável, porque as pessoas começaram a identificar “Nós estamos melhores do que eles”, e aí quando a pessoa de Massauassu dizia “Se a gente aqui” – como tem no depoimento dele – “Se a gente aqui tivesse feito igual ao que o pessoal de Catende fez, hoje a gente não estava passando fome.”** Quando a turma começava a escutar isso, isso mexia, porque, pôxa, quer dizer que eles acham que nós estamos melhor. Então, quando você acha que está na lama e o cara diz “eu gostaria de estar como ele”, aí acaba por “Pô! Deixa eu olhar, que realmente eu ‘tô melhor que ele, então eu tenho é que manter, pelo menos, do jeito que eu ‘tô, para não voltar!”. Olha, isso foi tão bom! E em outro momento a gente não tinha alcance disso, também. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Como se pode perceber pela leitura do penúltimo excerto supracitado, esta pedagogia mantinha uma forte vinculação à dimensão produtiva, ou se preferirmos, o trabalho é a sua categoria central (daí que seja este mesmo interlocutor que caracteriza este período como tendo uma tônica na formação profissional). Esta

pedagogia, de ressonância marxista na centralidade que confere ao trabalho na constituição ontológica do sujeito humano (Saviani, 2006), procura romper com uma perspectiva tecnicista e redutora da formação profissional, acentuando ao invés essencialmente a dimensão política do trabalho, isto é, a contribuição do trabalho para a construção de uma *polis* organizada em torno do empreendimento Catende e do seu processo de transição autogestionário. Neste sentido, o trabalho é aqui entendido como o *locus* a partir do qual se pode construir a síntese que supere, quer a alienação do trabalho assalariado, quer a fragilidade e insegurança que rodeiam o trabalho naquele presente dos trabalhadores de Catende; uma síntese que articula o trabalho numa lógica familiar, numa lógica cooperativa, colectiva e solidária e numa lógica individual.

Nesta medida, estamos também perante o desafio de construir uma *pedagogia do trabalho* que se quer profundamente enraizada no processo que se está a vivenciar, simultaneamente, através da recuperação do processo sócio-histórico que antecede o movimento dos trabalhadores e das formas de trabalho aí dominantes e da compreensão das consequências daquelas sobre os sujeitos e sobre as suas relações sociais e comunitárias e da busca de definição para o futuro de um outro modo de pensar e praticar o trabalho, que se traduza ao nível dos currículos e das metodologias a partir dos quais se “*ensina*” e se “*transforma*” o trabalho a desempenhar ou que já se executa. Esta pedagogia, em tese mas cremos que também nos modos como se concretizou (por exemplo na formação de jovens na usina Catende em programas ligados às técnicas agrícolas e industriais do sector açucareiro), é também uma intervenção sobre o trabalho, ou melhor sobre a organização sócio-técnica que o trabalho constitui e que supõe: i) a reabilitação do valor dos produtos imateriais do trabalho (nomeadamente das relações sociais e das cognições sobre o trabalho) e não apenas dos seus produtos materiais e, consequentemente, uma valorização da dimensão retributiva do exercício do trabalho (e não apenas da sua dimensão contributiva); ii) a valorização dos sub-produtos da relação entre formação e trabalho, nomeadamente as novas relações organizacionais que aí se produzem; iii) a transformação do lugar atribuído à experiência nos processos de formação segundo a lógica que antes identificámos como estando associada ao modo como se estruturam

os mapas cognitivos dos “*artesãos*”, isto é, segundo uma lógica da recomposição e não da acumulação ou da substituição de saberes experienciais por saberes “*sábios*”, mas que é também um trabalho de formação com e contra a experiência, no sentido que Canário (1998) atribui a esta expressão; iv) a superação da distinção entre formação e trabalho, no sentido de pensar a formação como processo de trabalho e igualmente, na esteira de Lesne e Minvielle (1990), de pensar o trabalho como formação a partir da reorganização e intencionalização da sua “*arquitectura*”. Em suma, esta *pedagogia do trabalho* parece protagonizar um contributo para o que, na esteira de Robert Boyer (1987), Correia (1996) identifica como “*flexibilização ofensiva*”.

Num trabalho sobre as modalidades de flexibilização do trabalho na Europa, Robert Boyer (1987, in Correia, 1996) distingue entre dois modos de enfrentar a actual crise (do trabalho) a partir de duas concepções de flexibilização com implicações distintas em termos da sociedade que cada uma delas promove: a flexibilização defensiva e a flexibilização ofensiva. A flexibilização defensiva advoga o “*retorno às formas concorrenciais do funcionamento do mercado de trabalho*” (Correia, 1996:90) o que significa reformular as regras jurídicas que estruturavam a relação salarial fordista, bem como incentivar a privatização ou semi-privatização dos serviços de assistência social, no pressuposto de que assim se eliminam os entraves ao desenvolvimento de uma livre concorrência capaz de estimular a inovação tecnológica. Como facilmente se depreende este modelo de flexibilização entrega às supostas potencialidades reguladoras do mercado o ónus da regulação social, favorecendo consequentemente um esvaziamento da intervenção política do Estado na política económica para o fazer substituir pelo dinamismo empresarial. Nesta perspectiva, “*o aparecimento do desemprego, do emprego a tempo parcial, dos empregos precários e o desenvolvimento de sistemas de formação*”, que supostamente contribuem para a adequação face ao emprego, constituiriam efeitos negligenciáveis de uma temporária desadequação entre emprego e formação (Correia, 1996:90).

Este modo de flexibilização incide primordialmente sobre o emprego e, tal como sustenta Stroobants (1993, cit in Correia, 1996:91), poderá conduzir ao que identifica como «*dualismo tecnológico*», ou seja, a um mercado de trabalho segmentado entre países (ou regiões internas aos países) tecnologicamente avançados

onde predominam os empregos estáveis – exigindo elevadas qualificações –, salários elevados e fortes possibilidades de progressão profissional, a que se contrapõem países tecnologicamente menos avançados e em que o mercado de trabalho é caracterizado por maior instabilidade, pelos baixos salários, pela predominância de emprego precário e ainda pela exigência tendencial de baixas qualificações. Esta «*dualização*» poderá mesmo alargar-se à realidade interna das empresas, produzindo uma segmentação da mão-de-obra entre um grupo de trabalhadores estáveis, polivalentes de modo a assegurar uma flexibilidade funcional e um grupo de trabalhadores que constituiria a mão-de-obra periférica, isto é, menos qualificada, de especialização mais estreita, dependente das exigências conjunturais, e que mantendo um vínculo precário ao trabalho asseguraria as condições de uma flexibilidade numérica.

O autor sustenta ainda que este modelo de flexibilização parece ter conduzido ao aprofundamento e à cristalização de um dualismo educativo em que as formações de índole profissional ou tecnológica não só são socialmente desvalorizadas, como parecem particularmente vocacionadas para a produção de uma mão-de-obra destinada à [aceitação da] vulnerabilidade, instabilidade e precariedade, ao contrário das formações “*escolarizantes*” mais longas que “*ao desenvolverem competências para a conceptualização e propensões para a formação contínua, parecem ser funcionalmente mais adaptadas à inserção nos segmentos mais estáveis do mercado de trabalho*” (Correia, 1996:92).

Em contraponto a esta lógica de flexibilização defensiva, assente na gestão privada da flexibilidade e na redução do trabalho ao emprego, encontramos a flexibilização ofensiva que, como sustém Boyer (1987) (cit. in Correia, 1996:93), apoia-se em “*formas colectivas de gestão da flexibilidade*” e na procura de criação de condições que permitam uma visibilidade social acrescida de modalidades de exercício do trabalho que não se confundam com o emprego. Como adianta Correia (1996:93), esta modalidade de flexibilização ofensiva implica uma preocupação com o combate às desigualdades e à marginalização social e subentende “*a promoção de instâncias de negociação que assegurem o exercício por parte dos trabalhadores do controlo sobre as transformações tecnológicas e organizacionais do trabalho*”, quer dizer, “*que a*

mudança dos métodos de produção e das qualificações profissionais se inscrevam explicitamente num processo de democratização do trabalho". Esta lógica de flexibilidade não pode assim confundir-se com o agravamento da precarização da relação trabalhadores/trabalho e cidadãos/Estado, mas antes pretende o aprofundamento dos mecanismos de protecção social que passam, a nível estrutural, pela descentralização do tecido produtivo, pela flexibilização das modalidades de organização do trabalho e dos equipamentos e pela descentralização mesmo do próprio consumo.

Ora, no caso de Catende a *pedagogia do trabalho* que nos foi possível identificar visa ser, essencialmente, uma *pedagogia da manutenção dos empregos na transformação do trabalho*, opção que, na sua compatibilização, é particularmente complexa, a não ser pela inscrição num outro modo de produção que não o capitalista. Nesse sentido, enquanto empreendimento operando maioritariamente dentro do modo de produção capitalista por força da inscrição naquele do produto que produz, Catende debateu-se com uma contradição inerente a esta condição: por um lado, a manutenção da produtividade e competitividade na lógica do mercado capitalista exigiria a intervenção sobre o que em outros contextos geográficos marca o diferencial de competitividade – a modernização do sistema produtivo (introdução de mais maquinaria agrícola, novas qualidades de cana, maior produtividade agrícola da área plantada e tecnologia industrial mais sofisticada, melhor eficiência na extracção do açúcar, aproveitamento dos sub-produtos da cana...) - mas que, em consequência, dispensaria muito provavelmente parte da mão-de-obra, ou, em alternativa, implicaria o aprofundamento de uma lógica trabalho-intensiva, pelo menos no campo, assente em baixos salários (aumentar o volume de mão de obra com salários baixos de forma a permitir aumentar a área de plantio e assim produzir mais matéria prima para transformar industrialmente) que assim atenuasse o diferencial face a outras regiões causado pelo anquilosamento do sistema produtivo e exigiria a reconversão profissional ou a aprendizagem de novas formas de exercício do trabalho na componente industrial... Mas esta contradição só efectivamente se revelaria se Catende possuísse condições económicas para poder chegar sequer a considerar estas opções. Deste modo, a condição jurídica e económica de massa falida e a

impossibilidade legal de aceder ao crédito e um património agrícola destruído e um património industrial vetusto tornaram, pelo menos durante os primeiros anos, a opção pelo emprego tanto uma opção política, que já estava incorporada nos princípios desta luta social desde o início, como uma obrigação face à impossibilidade de melhorar a produtividade e competitividade pela modernização significativa do processo produtivo.

A recorrente inexistência de capital de giro ou para investimento tornou os períodos de entressafra e de *“apontamento”* da usina em momentos de grande *“dramatismo”* - mas também de grande criatividade, cooperação, espírito colectivo e de exercício de uma responsabilidade solidária por parte dos trabalhadores, no tal exercício de negociação e de democratização do trabalho - no que respeita às opções a fazer: como manter a Usina em condições mínimas de funcionamento e preservar na medida do possível que o maior número de trabalhadores mantivesse um rendimento que lhe assegurasse as condições de sobrevivência. Esta compatibilização revelou-se, no entanto, muitas vezes paradoxal na medida em que a opção pela capitalização mínima da empresa – para o seu *“apontamento”* e para assegurar salários durante a entressafra - implicou a venda antecipada da produção da safra a especuladores (os ditos *“atravessadores”*) a preços muito abaixo dos que se conseguiriam durante a safra, o que para além de comprometer antecipadamente uma parte significativa de uma produção futura, cujas condições de êxito seriam impossíveis de antecipar, e às vezes efectivamente não se reuniram, naturalmente que significava uma perda de rendimento significativa para a Usina que se vinha a repercutir na dificuldade de assegurar os salários durante a safra. Esta situação só começa a ser alterada com a intervenção do governo federal, através dos seus programas de incentivo à agricultura familiar, através da CONAB, e com o pagamento antecipado – na entressafra - do futuro açúcar a produzir a preços corrigíveis durante a safra em função das tendências e valores do mercado.

Mas, a opção pela manutenção possível do emprego acaba por supor uma menor taxa de lucro (uma vez que o produto das vendas de açúcar é redistribuído pelo maior número de salários que a lógica trabalho-intensiva supõe), por implicar a perda de competitividade no mercado global e capitalista do açúcar pela impossibilidade de

investir o diferencial de lucro na melhoria das condições de produção e, em consequência, o círculo vicioso encerra-se com o atravessamento periódico de dificuldades económicas e financeiras para assegurar os salários dos trabalhadores porque se compete num mercado em que os outros estão melhor dotados de condições de produção e por isso obtêm mais lucro. E o círculo vicioso recomeça e agrava-se, se nos mantivermos dentro de um raciocínio pautado pelo modo de produção capitalista.

A solução engendrada fez com que a opção assumida passasse, como já vimos, pela necessidade de *criativamente* providenciar a geração de outras formas de ocupação e renda com base nas potencialidades do território e na proximidade aos saberes dos trabalhadores, fundamentalmente numa escala de subsistência ou de troca mercantil local (uma espécie de síntese pré-capitalista-capitalista), que contrariassem a dependência exclusiva dos trabalhadores do trabalho assalariado no sector agro-industrial da cana-de-açúcar e permitissem evitar o mais possível as situações de marginalização social causadas pelo seu desligamento sazonal do trabalho. Estas alternativas tiveram que confrontar a “*cultura da cultura da cana*” nos seus efeitos mais perversos de desapossamento dos trabalhadores agrícolas de saberes tecnológicos¹⁹⁴ para além dos envolvidos na produção de cana e do desconhecimento ou inexperiência dos/nos mecanismos de troca mercantil dos excedentes da produção de outros produtos agrícolas, bem como da sua forte vinculação ao assalariamento como condição que havia preenchido todo o horizonte das suas vidas.

Não obstante todas estas *opções entre diferentes contradições* envolverem a discussão entre administração da massa falida (integrando os sindicatos de trabalhadores rurais, o síndico da massa falida e os assessores técnicos), os representantes dos trabalhadores rurais (normalmente por intermédio dos

¹⁹⁴ A este respeito é, interessante salientar, a título de exemplo, a experiência de produção de sementes de milho para comercialização levada a cabo com jovens de quatro engenhos e apoiada pelo MDA e EMBRAPA, que, pelo menos inicialmente, é quase que absolutamente «condenada» pelos pais desses jovens, e pelas suas comunidades em geral, não só porque os saberes tecnológicos mobilizados se afastam dos conhecidos pelos adultos, como se expressa uma descrença quase total na viabilidade produtiva e comercial do milho que tem de sofrer a comparação com as potencialidades historicamente reconhecidas na cultura da cana.

presidentes das associações de moradores dos engenhos) e representantes do sector industrial (normalmente o gerente da indústria, alguns operários de diferentes sectores fabris e, eventualmente, o delegado sindical dos operários) e, ainda os técnicos agrícolas envolvidos no projecto e, como tal, formalmente, constituírem formas colegiadas de discussão e de decisão, ainda que atravessadas por relações de saber-poder inevitavelmente desiguais, nem por isso deixaram, de facto, de se manifestar como contradições que afectaram a unidade do processo vivido, de que são o maior exemplo, e independentemente de outras causas que lhe possam estar associadas, a greve dos operários, a insatisfação dos trabalhadores rurais com o atraso nos pagamentos de salários e da cana que produzem num regime de agricultura familiar para a usina (insatisfação que por vezes atingiu o limite de irem vender a cana a outras usinas...) e a dificuldade de consolidar, pelo menos junto das gerações mais velhas, os processos de diversificação produtiva para além da escala da subsistência e, muito menos, os que supunham uma organização colectiva para a sua constituição e preservação.

Parece-nos, no entanto que, apesar das contradições, todo este processo na usina Catende foi tendo fortes impactos na transformação do trabalho em termos do que designaríamos a dimensão imaterial do trabalho numa lógica de *“flexibilização ofensiva”* e que essencialmente assentam na promoção de uma participação democrática de mais alta intensidade: i) através da aproximação relacional entre operários e trabalhadores rurais e no conhecimento que cada um destes grupos aprofunda sobre o trabalho do outro, construindo assim uma visão global sobre o processo produtivo em que estão envolvidos (muitos dos trabalhadores agrícolas nunca haviam entrado nas instalações industriais, nem conheciam o processo de fabricação do açúcar) e contribuindo desse modo para a desalienação da sua relação com o trabalho, para além de contribuir igualmente para o fim de uma segmentação que é, em primeiro lugar, histórica, depois funcional, mas essencialmente social e cultural; ii) por via da transformação da relação entre trabalhadores e administração da massa falida, isto é, por um lado, alguns dos trabalhadores vão construindo um sentido de co-proprietários solidários do empreendimento com influência sobre as decisões políticas e estratégicas que afectam o trabalho e, por outro lado, mesmo os

trabalhadores que não se sentem envolvidos numa lógica autogestionária, ainda assim relevam uma transformação que nos seus discursos se associa ao direito adquirido de “*subir lá na administração*” quando têm algo a dizer, ou de naturalmente interpelarem directamente o síndico da massa falida, os assessores técnicos ou os técnicos da usina quanto à orientação estratégica que se prossegue; iii) por meio da promoção de relações intergeracionais nos contextos do trabalhos (no campo e na fábrica), promovidas através de processos de educação e de formação (designadamente referimo-nos aqui a cursos e estágios de jovens filhos de trabalhadores actuais ou demitidos na fábrica e no campo – de formação em alternância - e ao projecto da produção de sementes de milho envolvendo jovens de vários engenhos, mas também ao envolvimento de jovens em iniciativas mais pontuais que implicam a sua interacção com a geração dos seus pais), em que a interacção directa ou indirecta (por vezes a interacção é com os efeitos da acção e não apenas com os sujeitos) de sujeitos com níveis de escolarização mais elevados e detentores de saberes tecnológicos “*sábios*” (jovens) com sujeitos com um capital de experiência adquirido no trabalho por via “*profana*” (trabalhadores rurais e operários), tende a transformar-se de uma relação de desconfiança, competição ou incomunicação em relações de troca que entendemos poderem associar-se a processos de aprendizagem que são não só individualmente mutuamente qualificantes, como produtores de novos colectivos de trabalho que incorporam hibridamente saberes empíricos e modos de fazer adquiridos no chão da fábrica ou no campo, com saberes científicos promovidos pelas formações estruturadas garantidas pelo projecto Catende Harmonia (pensamos que estaremos aqui próximos da promoção e convivência daquilo a que José Alberto Correia costuma designar por «*cidadanias cognitivas*»); iv) por via de uma ainda ténue, mas cremos que significativa, transformação das relações de género no trabalho e no contexto da vida comunitária, designadamente no trabalho industrial com a incorporação de mulheres nos processos de formação e trabalho em sectores tradicionalmente masculinos da usina (ainda que depois da formação se incorporem essencialmente no sector administrativo da usina) e, fundamentalmente, pela emergência na esfera pública e política das mulheres que assumem a liderança de associações de moradores, participam da direcção da cooperativa agrícola ou da direcção da associação de jovens

filhos de trabalhadores e que por essas vias se tornam vozes que assumem o direito à participação na definição das opções que configuram o trabalho ou se instituem como exemplos de novas formas de estar e de trabalhar¹⁹⁵.

- Notaram mais diferenças relativamente à vossa experiência na escola?

- Para os que não estão na escola não carece (...) porque no período de capacitação (formação) a gente trabalhou muito, porque o projecto aqui é transformar a usina numa empresa de autogestão, a capacitação da gente foi toda em cima do que é uma empresa de autogestão, como é que se deve trabalhar com uma empresa de autogestão e de repente a gente fez um processo de capacitação, todo o mundo, **que a gente foi para a indústria para a gente testar o que foi que a gente aprendeu: como é que era lidar com o pensamento do pessoal aí dentro, que tem um conceito...alguns entendem e compreendem o que é uma empresa autogestionária e outros não, outros têm uma empresa autogestionária como uma coisa assim que é minha, eu posso fazer do jeito que eu quero, mas sem ter a consciência dos direitos e dos deveres. E a gente veio para cá, nós viemos para cá para a indústria, já conhecendo algumas coisas do que é uma empresa de autogestão. Então o pensamento da gente já era diferente da maioria dos trabalhadores. Aí muitas das vezes nós nos víamos ter que explicar o que é o processo de autogestão, como era o processo de autogestão, porque para eles, para a maioria aqui, eles ainda não têm realmente o conceito do que é uma empresa autogestionária.**

- Esse confronto com as pessoas que já trabalham aqui foi difícil? Com aqueles que eventualmente não acreditam ou não conhecem este projecto? Para vocês enquanto estagiários foi difícil?

- Eu tenho uma amargura que...que esse processo de...é uma cultura muito antiga, então as pessoas devido a muitas situações, estavam duvidando do resultado disto aqui, **então foi muito difícil, é um processo...continua a ser muito difícil, muitas pessoas que não querem aceitar, estão isoladas, a culturas antigas, a forma administrativa como era administrada a firma, eles não aceitam, não entendem, então é uma batalha muito grande, tem que conscientizar, conversando para convencer que hoje a autogestão é a única saída para...então continua sendo ainda uma luta, continua sendo uma luta difícil passar isso.**

- O facto de serem mais novos do que os trabalhadores da usina, que fazem aquele trabalho à muito tempo e uma vez que vocês podem ter chegado lá com uma outra maneira de fazer as coisas, gerou algum conflito durante o estágio?

- Não! Não houve; até hoje não houve.

- As pessoas acolheram-vos...

- ...repassando o que eles sabiam para a gente

- Eles procuraram passar o melhor para nós.

- Isso também vos permitiu completar uma formação que era mais teórica. Sentiram que foi importante ver como na prática as coisas eram feitas?

- Na teoria as coisas são muito diferentes da prática, não é, mesmo porque quando você vai botar em prática aquilo que você aprendeu precisa até notar que precisa mais uma coisinha ali e mais aqui; e o único problema desses trabalhadores que estiveram connosco é porque nós somos a maioria mulheres, aí eles achavam que a gente não ia poder fazer trabalho pesado porque qualquer coisa que a gente ia pegar *“Não! É pesado, e não sei quê e estão sujando as mãos e os cabelos...”*. É muito engraçado! Aí terminaram se acostumando, vendo que a gente...que as mulheres não eram tão

¹⁹⁵ A título de exemplo refira-se que no projecto de produção de sementes de milho, que envolvia jovens de 4 engenhos, um dos grupos, depois da desistência dos seus elementos masculinos descrentes dos resultados do projecto, acabou por ficar apenas com participantes femininas que cumprindo todas as tarefas do trato agrícola aprendidas na formação conseguiram obter a maior e melhor produção dos 4 grupos e com isso arrecadar potencialmente um maior rendimento para o colectivo. Este aspecto foi reflectido conjuntamente pelos 4 grupos de jovens numa sessão destinada à avaliação de todo o processo de formação-produção, onde os jovens acentuaram não só o facto de este feito no domínio do trabalho agrícola ter sido alcançado por mulheres, mas essencialmente os factores que teriam estado presentes na organização do trabalho daquele grupo (a responsabilidade, o envolvimento colectivo, a confiança no resultado, o respeito pela calendarização das tarefas necessárias, a apropriação do saber tecnológico...) que teriam conduzido a que colectivamente tivesse tido um bom resultado.

frágeis para não poder realizar o serviço lá deles, tratavam-nos com muita educação (...) porque o trabalho exige força física em determinados momentos e exige muito cuidado que é para não acontecer nada com a gente. Desde todo o momento, desde a direcção até ao pessoal aí dentro teve muito cuidado para não acontecer nenhum acidente connosco ali dentro.

- Também porque você é filho de operário, eles podem ser nossos pais, se conhecer, acima de tudo com respeito, como somos filhos como os filhos deles, então existe aqui respeito, não é, eu acho que jamais eles iam ensinar para a gente o que eles não queriam mostrar para os filhos deles. Então existe respeito, existe cuidado, existe a cumplicidade.

- E acham que, ao contrário, e como a Erika dizia, vocês também levaram coisas novas para os vários sectores? Sentiram isso? Como?

- Sem dúvida. Como a Erika falou, a entrada de mulheres nessa empresa já foi uma mudança grande porque elas impuseram mais respeito, as pessoas respeitaram as mulheres, passaram a ter outra visão do que é as mulheres, porque nunca acreditavam que as mulheres eram menos frágeis, que as mulheres podiam fazer o trabalho de homem, porque isto aqui não é empresa para mulher, e elas mostraram, na prática, que as mulheres também tinham a mesma capacidade que o homem. E hoje elas são o exemplo vivo disso, todo o mundo lá dentro elogia muito o trabalho delas, reconhece o trabalho e reconhece que foi de fundamental importância a vinda delas, o ingresso delas aqui na empresa. (Entrevista Estagiários Usina)

Esta etapa no processo vivido em Catende corresponde a um momento em que, para além, do conjunto de parcerias consolidadas que já vinham desenvolvendo processos educativos em áreas específicas (alfabetização, agrofloresta, piscicultura, entre outras) - que sucedem ao primeiro momento de grande ênfase na alfabetização e aprofundam o trabalho educativo em torno da segurança alimentar, da diversificação produtiva e da recuperação do sistema produtivo ligado à cana-de-açúcar e cuja finalidade última é a subsistência económica, principalmente durante as entressafras, mas também de tentativa de recuperação económica da actividade agro-industrial -, e que mantêm esse trabalho numa lógica de cooperação estratégica e política com o movimento dos trabalhadores de Catende, se vão juntando novos parceiros, alguns mesmo internacionais (as ONG's Manos Unidas de Espanha e Sucre Éthique de França, por exemplo), num movimento buscado pelo próprio processo através da divulgação do que ali se experienciava, mas também porque Catende, nesta altura, começa a mediaticamente surgir na arena das alternativas simbólicas, para alguns à crise do trabalho, para outros, mais profunda e utopicamente, ao modo de produção capitalista (Neto, s.d.).



Legenda: Programa de Piscicultura nos Engenhos desenvolvido em articulação com o Centro Josué de Castro

Este trabalho de divulgação do que se está a construir e de identificação com algumas entidades representativas das iniciativas autogestionárias e com empresas que atravessam o mesmo processo é também uma importante fonte de legitimação e de reforço identitário e do percurso percorrido e, em última instância, é também uma forma de aprendizagem, por identificação, por confronto de experiências e até por imitação.

Reginaldo Moniz (que é uma pessoa que é assessor da CONTAG, da FETAPE, porque era do DIESE nacional, era uma pessoa muito próxima aqui, a gente se dava, se conhecia já de um certo tempo pela assessoria ao movimento sindical aqui, principalmente nas campanhas salariais), numa conversa a gente aqui, na FETAPE, foi discutindo, colocando, ... Manuel Santos era, nesse momento ainda o presidente da FETAPE, a gente discutindo e ele disse *"Rapaz tem um pessoal em São Paulo que está fazendo um trabalho nessa linha, que poderia ajudar vocês"*. Era um pessoal, um grupo de técnicos junto de alguns operários de algumas empresas, começou uma discussão numa fábrica de calçados lá de Franca, o pessoal resolveu assumir, buscou um grupo que trabalhava com DIESE, com a gente, outros que trabalhavam com o sindicato dos químicos, um grupo de assessoria começou a dar um suporte. Esse pessoal tem uma entidade hoje que acompanha já várias experiências assim.

Aí começámos... Ele ficou de pegar telefone, passar os contactos, passou para Manuel, Manuel passou para a gente, então a FETAPE foi tendo um papel importante nesse sentido, já tinha, continuou e ampliou com isso. E em seguida, quando um evento em São Paulo, da CUT, nós já fomos participar, foi Bruno e Marivaldo, o lançamento da ADS, nesse evento aí o Reginaldo aproximou com o pessoal da ANTEAG.

– Que viria a ser a ANTEAG, é?

- Já era a ANTEAG, nesse momento já era a ANTEAG. E aí o contacto com Luigi, Cátia e outros, que são as pessoas um pouco mais antigas, **então daí surgiu essa possibilidade desse intercâmbio com a gente. E começámos a ser convidado a participar de eventos, e aí é que a gente se depara que o problema nosso não é só nosso. Essa busca de recuperar os empregos, e mais do que recuperar emprego, adquirir a gestão da empresa, nessa forma de autogestão, era uma questão já compartilhada por muita gente. Isso foi muito bom para a gente, porque é aquela coisa, como que dá um alívio, assim “Pô, ainda bem que não é só a gente!”. Porque se não, você fica com aquela sensação “Pô, mas será que é possível, como é que a gente vai?”**, o que é que a gente olhava? Bom, na época nós temos vinte e poucas usinas funcionando, mas nós temos mais de vinte quebradas, fechadas, e então a gente só olhava, a tendência nossa era muito de olhar as que quebraram, porque era realidade nossa, também, a quebrada.

Aí você não tinha acesso a crédito, sem nada... num período em que tinha encerrado o governo Arraes, e a gente continuava com as dificuldades grandes, CPI com o governo Jarbas, nenhuma possibilidade de financiamento, a venda antecipada para custear a entressafra muito cara, então você tentava fazer, mas você não via muita clareza, era muito difícil.

Aí nos deparámos com o presente dos companheiros de uma mina de carvão de Santa Catarina, estavam lá há mais tempo do que a gente, pessoal que hoje está com uns quinze anos, é um empresa grande, uma cooperativa, conduzida por eles mesmos, são eficientes, a empresa é lucrativa, é competitiva na área deles, do carvão, e eles vão fazendo esse exercício tranquilo, vão andando e tal... Nos deparámos com uma outra empresa grande aqui em Sergipe, aqui pertinho, que a gente não conhecia, de tecidos, de confecções essencialmente. Esses são um pouco mais novos do que a gente, mas estão lá, e hoje a gente tem sempre esse contacto com eles, o pessoal está num empresa com mais de 400 pessoas trabalhando, a Cooperminas com mais de 600 pessoas, e são empresas grandes que se aproximavam um pouco do dilema nosso, de ser muito grande. Porque às vezes ser grande é bom, mas também é muito pesado, e quando você não tem pernas, esse corpo passa a ser um problema, não é, passa a ser um problema.

Então a gente foi tendo uma coisa positiva, que foi assim esse alívio de começar a dizer “É possível! Não é loucura nossa, isso existe!”, e isso dá uma sensação assim de alívio, que **você começa a ter a experiência dos outros, das dificuldades, das brigas judiciais, das brigas com o patrão, da questão do comércio, do mercado, como é que você vai se sustentar, como é que você vai fazer isso, mas essencialmente a gestão. Então você vai vendo que é possível, já tem empresa funcionando só com trabalhador, então é possível que a gente faça isso também. É diferente, é uma outra história, mas é possível.** Bom, e aí a gente foi achando que conseguindo ter uma certeza de que é possível, a partir dessas questões. (Entrevista Arnaldo Liberato)

Esta projecção do empreendimento Catende no seio das entidades federadoras de processos de desenvolvimento alternativo – particularmente vinculadas ao movimento das empresas recuperadas pelos trabalhadores e da economia solidária - é consequentemente uma via para que vão chegando a Catende - ou aprofundando os já existentes - os contributos de entidades com preocupações e/ou trajectos similares ao seu, normalmente estabelecendo relações de colaboração e cooperação sob a forma de processos de formação e educação, que contribuem, igualmente, para a diversificação de preocupações e intervenções que a partir do campo educativo se vão promovendo no território de Catende.

[...] Depois, **nós acompanhámos a resistência dos trabalhadores aqui, por meio de redes e fóruns, não se dava mais directamente, né? Depois, nós tentámos algum trabalho com economia solidária, onde a FASE nacional teve uma participação importante, mas agora, mais recentemente, de certa forma nós estamos retomando esse diálogo com a Catende, de forma mais sistemática, pela possibilidade de um**

trabalho com jovens. Mas, como você viu hoje, nós fizemos, de certa forma, desenhámos uma agenda em que a gente convida a Catende, em relação à questão das águas, à dimensão agro-ecológica... Está ligada ao debate sobre a diversificação. (Entrevista Ednildo, FASE)

A FETAPE tem procurado trabalhar nessa relação, meio de lobbying, com os governos, estadual e federal, para tentar buscar recursos. Mas, pontualmente, dentro do Projecto, a gente acompanha os sindicatos, tentando qualificá-los melhor do ponto de vista da sua formação, da sua capacitação de entender melhor esse Projecto, para que possa actuar melhor, fazer o papel um pouco do gestor, e ao mesmo tempo de controlo social, não é? Ajudando os trabalhadores a se conscientizar e a participar desse Projecto; portanto, construir, é uma proposta nova, mas que disputa, realmente, uma ideia de um modelo de desenvolvimento local e de região aqui da Zona da Mata, e procurando na lógica de conviver com a cana, mas buscando diversificar a cultura. Isso é uma coisa importante, considerando aí também a organização das mulheres, da juventude, nós temos um projecto, inclusive, específico, trabalhando melhor aqui a questão da juventude, do que as companheiras mulheres. Acho que essa é uma dificuldade, que os sindicatos aqui da região têm, que é cultural da Mata, né? Você pega... a FETAPE, nas outras duas regiões, no Agreste e no Sertão, a organização das companheiras mulheres é bem mais evoluída, pela realidade mesmo, estão mais presentes nas direcções dos sindicatos, estão em maioria nas assembleias de sindicatos, em maioria na própria produção e na agricultura familiar, porque muitas vezes os maridos viajam, e elas ficam tomando conta das famílias. Na Mata é bem diferente a situação. Carece uma actuação da FETAPE melhor nessa área, ainda, com as companheiras mulheres. Enfim, toda a gente tem procurado ajudar, mas por mais que se faça, ainda falta muito por fazer. (Entrevista Aristides, Presidente da FETAPE)

Então, o Centro das Mulheres é uma das organizações que tomou para si a tarefa de interiorizar o movimento de mulheres no Estado de Pernambuco. Nós trabalhamos, participamos do Fórum de Mulheres de Pernambuco, de redes, articulações, da Articulação de Mulheres Brasileiras, AMB, e tentamos, em nível local e regional, dialogar com outros parceiros, outros movimentos.

Então, estar em Catende, para a gente, representa o lugar de potencializar as mulheres de Catende, dessa organização em torno da pauta do desenvolvimento de direitos, e também por acreditar que, junto com outros parceiros, junto com a FASE, com a FETAPE e os actores, a gente possa disputar um conceito de desenvolvimento da Zona da Mata, que rompa essa estrutura secular de escravidão, enfim, de atraso... E que se construa novos universos, novos espaços onde as pessoas realmente sejam incluídas, do ponto de vista dos direitos. (Centro de Mulheres do Cabo)

- O São também tem acompanhado o trabalho com várias instituições que dão apoio ao projeto da Usina. Que papel é que têm tido essas organizações, essas instituições e que papel é que o São acha que elas podem ter no decurso deste projeto?

- As organizações têm um papel que é, digamos assim, no passado foi muito de apoiar incondicionalmente e algumas com algumas tecnologias sociais que fizeram parte e até econômicas mesmo, caso de Josué de Castro que acumulou tanto uma experiência grande na parte da formação das pessoas, formação para a produção, caso da piscicultura, e o caso do centro das mulheres do Cabo com a tarefa de organizar politicamente as mulheres, a tarefa de colocar as mulheres na cena política, as mulheres como sujeito político, no geral, eu digo que essas instituições apoiam o projeto, eu diria que hoje elas têm, algumas, desafios, do que eu escuto do projeto, que é a questão de gênero dentro do projeto, é uma demanda (...) o SOS Corpo, o Centro das Mulheres do Cabo e coloca de uma forma tranquila, política, a questão de gênero no projeto, é um desafio para o projeto trabalhar e a outra questão é a questão do meio ambiente, que é o caso da FASE - a FASE nacional, a FASE Pernambuco - e com o projeto, que garante uma relação com o meio ambiente, com as águas, e isso é uma questão realmente desafiante mesmo, uma questão que precisa ser...os processos produtivos considerem o meio ambiente, eu digo que o projeto hoje está preocupado com isso, mas isso também requer investimentos, nas pessoas, e investimentos de recursos financeiros em projetos, em propostas industriais mais modernas, mas eu digo esse é um papel que eu acho que as ONGs e os Fóruns exerce com o projeto, na grande luta política de enfrentamento com outros setores reacionário, conservadores que não querem o sucesso do projeto, eu digo que essas entidades somam... (Entrevista São)

O que parece particularmente interessante de assinalar é de como um processo que se estrutura e se desenvolve segundo uma lógica de acção e de intervenção social que caracteriza os “*velhos*” movimentos sociais – a luta pelo trabalho e pelos direitos trabalhistas –, se vai complexificando pela diversificação das suas dependências e cooperações, passando a integrar dimensões de acção que estão bastante mais próximas do que diríamos serem as preocupações dos “*novos*” movimentos sociais, isto é, integrando na sua acção preocupações com as questões de género, do ambiente, da juventude e, mesmo, no caso da luta dos trabalhadores, incorporando preocupações que ampliam a concepção de trabalho que é objecto de reivindicação (por exemplo, integrando a questão da saúde dos trabalhadores e do ambiente como dimensões que não se dissociam do exercício do trabalho), construindo assim uma forma de síntese entre “*velhos*” e “*novos*” movimentos sociais, organizados em torno de um projecto comum para o território e comunidades envolventes de Catende.

Durante os primeiros anos do século XXI desenvolve-se então em Catende um amplo movimento de formação de trabalhadores – rurais e operários – em torno das dimensões políticas enquadradoras do processo: autogestão, cooperativismo, economia solidária, não apenas numa perspectiva de formação nos princípios políticos subjacentes àqueles fenómenos, mas igualmente na perspectiva da identificação e operacionalização de formas de concretização local daqueles princípios num empreendimento com as características singulares de Catende e na sua articulação com os processos de diversificação produtiva que também se iam ampliando ou consolidando.

2000 nós concentramos na temática da autogestão. Então em 98, metade de 98, foi fundada a Companhia Agrícola Harmonia, então 99, foi o ano de a gente investir na compreensão, a recuperação histórica da memória dos trabalhadores e do que é que eles queriam construir no futuro, que para nós era a empresa deles. Então começamos a falar de autogestão, de empresa de trabalhadores, comparando o passado e o presente e o que é que se estava construindo para o futuro. Em 2000 nós tivemos um programa com a ANTEAG aqui que capacitou cerca de oitocentos e pouco trabalhadores, também com a temática da autogestão. E aí envolvemos, nesse programa, envolvemos os trabalhadores da fábrica também. Em 1999, até 2001 tivemos continuidade desse programa de autogestão com a ANTEAG e...Aí até 2001 foram essas atividades com a ANTEAG. (Entrevista Lenivaldo Lima)

A principal entidade que colabora nestes cursos é a ANTEAG, cuja orientação e perspectiva de actuação se encontra traduzida no modo como enquadram as propostas de formação que desenvolvem em Catende – “*A autogestão também tem*

sido uma alternativa para criação e recriação do trabalho e geração de renda. Nessa alternativa, os trabalhadores são capacitados para administrarem os seus próprios empreendimentos (passam a ser os donos de fato e de direito) sendo estimulados a desenvolver esse processo de forma solidária e fraterna, sem perder o foco do negócio propriamente dito, pois se este não for competitivo, o empreendimento fracassará” (cf. anexo 14) - e que podemos igualmente apreciar a partir da definição dos potenciais envolvidos na formação, das temáticas a abordar, dos protocolos de formação (justificação, objectivos, conteúdos específicos, metodologias), bem como dos relatórios de avaliação da formação, e qual a perspectiva educativa dominante do ponto de vista da sua finalidade: uma tripla ênfase na dimensão política, organizacional e económica dos empreendimentos de autogestão. Como se poderá desde logo facilmente compreender a partir da leitura do próximo excerto, a perspectiva de autogestão aqui presente, do ponto de vista económico, estabelece uma relação de compromisso com o mercado, na medida em que se admite que a sustentabilidade económica dos processos de autogestão não se fará fora dos mecanismos económicos da troca mercantil, do ponto de vista político surge como uma resposta de criação e recriação de emprego a cargo dos próprios trabalhadores e, do ponto de vista organizacional, como um movimento diverso onde convivem desde os grandes empreendimentos – como Catende – a micro-iniciativas.

A autogestão também tem sido uma alternativa para criação e recriação do trabalho e geração de renda. Nessa alternativa, os trabalhadores são capacitados para administrarem os seus próprios empreendimentos (passam a ser os donos de fato e de direito) sendo estimulados a desenvolver esse processo de forma solidária e fraterna, sem perder o foco do negócio propriamente dito, pois se este não for competitivo, o empreendimento fracassará. O trabalho desenvolvido pela ANTEAG, desde 1991, tem sido o de viabilizar esses empreendimentos em todas as regiões do país. **Actualmente estão sendo acompanhados mais de 160 projectos de autogestão, sendo 07 na região nordeste, incluindo duas empresas de grande porte com a usina Catende e COOPERVEST de Aracajú que, juntas, tem mantido cerca de 3.000 empregos directos [...] procurando trabalhar os empreendimentos a partir de dois ângulos: o primeiro analisando os aspectos da organização interna ao negócio; e, o segundo, trabalhando as relações com o mercado [...]** Para o município de Catende as demandas foram identificadas por sindicatos de trabalhadores rurais dessa região, encaminhadas a comissão municipal de emprego, cuja condição socio-económica de sazonalidade e extrema dependência da economia açucareira, apontam à necessidade de incentivar a criação de alternativas que possam gerar novos empreendimentos e que sejam capazes de reverter o ciclo de pobreza, gerando empregos de forma criativa e solidária e apresentando alternativas de ocupação no período da entressafra. As áreas definidas foram: trabalhadores dos engenhos que estão plantando cana-de-açúcar para usinas, pequenos produtores de gado de leite que estão apresentando projectos de crédito junto ao banco do nordeste, trabalhadores do parque industrial da usina Catende e associação de bordadeiras.

[...] O objectivo central é sensibilizar o trabalhador para o colectivo, a empresa como um todo, a importância da solidariedade e da cooperação, provocando mudanças de atitudes e despertando comportamentos empreendedores que vão determinar novas formas de relação, instalação de novos

espaços de discussão, de circulação de informações e de participação. A importância das relações com o mundo exterior à empresa ou negócio também é considerada como estratégica, pois se o empreendimento não se tornar auto-sustentável e competitivo o fracasso será inevitável.

[...] A metodologia dos cursos promovidos pela ANTEAG envolve a realização de actividades sócio-educativas, através de novos conhecimentos, exposição de experiências, debates, dramatização, estudos de casos e intercâmbio de conhecimentos e de produtos, de forma a promover a capacitação colectiva de trabalhadores para a constituição e desenvolvimento de empreendimentos associativos e de autogestão.

Essa metodologia não separa o conteúdo da forma de trabalho a ser desenvolvida em cada uma das unidades constitutivas do projecto educativo. A articulação do conteúdo e forma desenvolve-se numa perspectiva de ultrapassar a compartimentação existente entre os que fazem e produzem, de uma lado e os que pensam e se responsabilizam pela gestão, do outro. (Excertos do Documento Curso da Anteag oferecido a Catende, 2001)

Do ponto de vista do trabalho educativo desenvolvido, para além de haver subjacente uma concepção de educação para a autogestão em que *“a educação se constitui como componente necessária nessa busca de superação dos padrões estabelecidos pelo capitalismo. Ao assumir uma orientação para a autogestão, passa a cobrar conteúdos e metodologias adequados ao incentivo de suas características. Uma educação voltada aos desejos e interesses dessa maioria da população; uma educação voltada ao popular”* (Neto, 2004a:123), há igualmente uma evidente identificação metodológica com o trabalho de educação popular que supõe que *“a condição de aprender – o facto pedagógico – terá maior adequação ao expressar a relação do humano com o mundo, baseada nas dimensões do trabalho. Este é o ponto de partida que parece necessário para uma educação que se pautar pelos interesses das maiorias, considerando que o trabalho é a fonte de sua existência. O significado da anterioridade do mundo em processos educativos fundamenta-se no aspecto de que o conhecimento a partir das coisas concretas, pode incitar as forças humanas à promoção de mudanças”* (Neto, 2004a:121). Por outro lado, é ainda de assinalar a preocupação de promoção de um isomorfismo entre a lógica pedagógica de desenvolvimento da formação e a filosofia organizacional associada à autogestão cuja preocupação política é precisamente a descristalização da separação entre as tarefas de concepção e as tarefas de execução, que é fortemente interpelante das formas de organização do trabalho em Catende se pensarmos que o sistema produtivo, particularmente na sua componente industrial, se mantinha, por imperativos funcionais mas não só, estruturado segundo uma lógica taylorizada, e o trabalho no campo (mas também o industrial), embora em transformação, havia herdado uma organização

profundamente hierarquizada com uma extrema componente de violência simbólica, mas também de violência física, como se pode constatar da comparação que os trabalhadores rurais e operários estabelecem entre diferentes dimensões da organização do trabalho no período dos usineiros e da “nova administração”...

- Mudou, mudou muito. **Eu já vim do tempo dos donos, né, trabalhava na segurança no tempo dos donos** e a gente... Hoje a gente tem satisfação quando a gente chega no engenho. Até tem um camarada aí num engenho lá em Bamboréu, a gente uma época chegou lá, arrancar uma cana dele, estava a coisa mais linda. A cana de feijão dentro, bonita, mas tão linda e hoje quando eu vejo ele a gente fica conversando assim, então até ri: “*Quantas toneladas tu tens? Tu tens 400 toneladas*”. Dá aquela emoção, né, **a gente vê o que a gente fez e o que a gente tem que fazer, a gente era empregado. E hoje a gente vê a realidade do projecto, né, como era no tempo dos donos e hoje a realidade do que o povo está vivendo. Muito diferente, mudou 100%. [...]**

- **E o Adelmo, pessoalmente, o que é que acha que aprendeu com esta experiência?**

- Rapaz, eu aprendi muito porque a gente... Eu mesmo, **no meu caso dos donos a gente era um pouco fechado, até com a nossa, assim como diz, nosso diálogo com o pessoal do campo era chegar lá e obedecer à ordem do patrão e fazer, entendeu, destruir plantação deles e prender gado e isso. E hoje a gente tem uma visão diferente, a gente aprendeu que não era aquilo que a gente pensava, hoje a gente vê a realidade, se você vai hoje num campo prender um animal de um trabalhador, você chega lá, você não vai para prender vai para conversar com ele, para orientá-lo e conscientizar ele que isso é dele, que a partir do momento que é teu, você tem que cuidar. E para mim hoje aqui eu me sinto como que seja um dono daqui também porque a gente participa directamente e toma decisão. Que a gente não tinha esse acesso. Como era no tempo dos donos aqui ninguém sabia o que entrava, o que saía aqui. Hoje a gente tem na mão, tem as contas na mão. Para mim já é muito importante isso que já está acontecendo.** (Entrevista Adelmo Silva)

Eu trabalhei com esses usineiros, Catende... **Era no tempo, pode-se dizer, quase que como uma escravidão porque naquela época não existia plantio de cana, muito menos de lavoura branca. A gente não podia plantar um pé de banana, não podia criar uma galinha, não podia criar um animal, no tempo dos donos.[...]** Trabalhador de Catende sempre foi discriminado. A partir dela e dos donos mesmo o trabalhador de Catende foi discriminado, tinha que trabalhar mesmo até de domingo para comer, né, o pão de cada dia. **As pessoas tinham que pegar lá bem cedo e largar, a bem dizer, de tarde. Hoje em dia, graças a Deus, a gente pega de 5 e meia, 6 hora, 9 hora pouca gente está no serviço, nas contas não existe mais esse negócio dessa fiscalização toda em cima [...]** Para mim, e para muitos companheiros que estão presentes e para outros plantadores também, essa mudança para uns foi bom e para outros não foi tão bom assim porque quem é preguiçoso sempre continua aquele ritmo de antigamente, né, de casa para o barracão e para beira de campo. E para outros está sendo rico porque a usina já como liberou a gente plantar lavoura, aí a gente fica até sem tempo de chegar assim... Estar no pó do barracão, não. Porque a gente tem o nosso roçado e a nossa cana para a gente plantar. A mudança foi boa, no caso essa diretoria dá muito incentivo para o trabalhador de Catende trabalhar e safar-se na vida. (Entrevista Cicero, trabalhador Rural, Engenho Esperança)

- **Que mudança nota no seu trabalho ao longo deste tempo?**

- Com essa nova gestão? **Mudou muita coisa, principalmente dessa parte de diretoria, porque nós trabalhávamos antes com usineiros, e a gente na verdade não tinha tanta liberdade de definir alguma coisa perante a empresa, e hoje em dia tudo que é feito, há reuniões, há umas concordâncias juntando todo o apoio dos trabalhadores, tudo isso é decidido entre todos.**

Então agora já podemos retomar a questão que era o que é que vocês acham que ainda podia melhorar mais? O que é que vocês desejam que aconteça de futuro

- **Isso é uma liberdade boa, porque juntando campo e empresa para reuniões dessas, isso é muito bom, porque aí cada um dá sua opinião e aí se junta todo mundo pra ver qual é o sentido melhor, pra gente ter um futuro melhor, isso é bom...** (Entrevista Operários II)

C: Eu acho também a diferença que você perguntou entre a época de patrões e agora. Na época dos patrões (que isso não era um só, eram três), a gente não tinha...

D: Eram mais!

C: Eu estou dizendo assim aqueles com quem mais convivia, era o Dr. Raul, Ricardo e Marcelo.

- *Eram os filhos do dono?*

D: Era, era.

C: **Aí nós, a gente não optava. Se ele batesse o martelo “é assim”, é assim mesmo, acabou. Hoje, a coisa mudou. Para a vista que era a hierarquia deles para a de hoje é totalmente diferente, porque hoje a gente opina, opina e, muitas vezes, muitas opções da gente é aceita, porque é como você tiver um trabalho, você está ali ligado, e você não está vendo por onde chegar ao mais próximos. E quem está fora, está vendo “por aqui é mais perto, vamos fazer por aqui, ‘bora, que é mais perto”, que quem está fora está vendo com mais facilidade.** A minha coisa é hoje aqui, a direcção, a directoria hoje, como quem está à frente é Marivaldo, Dr. Bruno e Arnaldo, são pessoas conscientes, com uma visão ampla para o futuro. se a gente chega “*Aí, Marivaldo, tal sector assim, assim precisa se apertar mais, precisa a gente conversar com o pessoal para que isso melhore, que a gente sai do buraco*”. Ele vai lá, lógico que ele também não pode resolver as coisas ele sozinho, aí reúne com o pessoal: “*tal pessoa assim veio aqui e viu assim, assim, assim, a gente vai ter que conversar e melhorar*”.

Hoje, a diferença de patrão para a gente hoje, é muita, até porque também, como aqui eles sabem, esse aqui tem trinta anos aqui! Eu sou o mais novo daqueles dois, né, eu só tenho 23 anos, mas eles os dois aqui... **A gente tinha um gerente, que era um gerente, não! Era um carrasco! Felizmente morreu.**

D: Era um ditador!

C: **Ele hoje está morto, mas a marca fica. Não era daquele que a gente chegava para ele e conversar para ele parar. Parava? “Sr. fulano, a gente queria falar com o senhor”, e a gente tinha que sair atrás! A gente precisava! Hoje não, hoje a gente tem um gerente amigo, no caso, uma direcção amiga, é o que tem hoje.** Se a gente chegar a um momento “*Marivaldo, eu queria falar com você*”, “*Pois não? Se for um caso mais particular, vamos na minha sala, a gente conversa*.”. **Antigamente, não era assim, para a gente falar com Dr. Raul, que era uma pessoa óptima, não tenho nada que dizer contra Dr. Raul, mas para a gente chegar a ele, era uma burocracia, como esse daqui, você sabe muito bem disso, né?**

D: É...

C: Tinha que passar por sr. fulano, sr. cicrano, para chegar nele. **Você tinha que dizer seu assunto a três pessoas para chegar nele! Não interessava mais....**

D: **Tinha de ser de soldado a coronel! [risos] Tinha que sair...**

C: Hoje, hoje é diferente, se a pessoa, se a gente tem um assunto particular a conversar com a direcção, aí a gente diz “*Oh, eu queria falar com Marivaldo*.” “*Qual o assunto?*” “*É um assunto particular*.”. Tudo bem! Marivaldo está aí, quero falar com você... Ele atende! Quer dizer, até agora, graças a Deus, não liguei não, mas se chegar a fim, eu sei, com certeza, como ele atende, como atende a outras pessoas. **E assim, eu acho que a diferença foi enorme para a gente, trabalhadores, porque a gente não tinha tanto acesso a nada, hoje a gente praticamente tem acesso a tudo.** (Entrevista Operários I)

Como se sugere num dos documentos da ANTEAG analisados, estas iniciativas de formação fundam-se no argumento da *“importância do processo de lutas desenvolvido em torno da Usina Catende, as conquistas e os avanços, tanto no que se refere a melhoria económica quanto a administração, principalmente no relacionamento com os sindicatos, associações e os trabalhadores, sentimos a necessidades melhorar, ampliar e qualificar a acção dos trabalhadores e de suas organizações, dentro deste processo”*, para o que se define como importante a

discussão em torno de “*um modelo de autogestão, que corresponda às nossas necessidades, aos nossos anseios e desafios*” (cf. Anexo 14).

Parte destas iniciativas envolvem o núcleo de actores sociais que mais proximamente estão envolvidos na definição estratégica do desenvolvimento do empreendimento:

[...] Discutir com as **lideranças sindicais, representantes das Associações, da Comissão de Fábrica, Administração e Assessoria, um modelo de autogestão para a Companhia Agrícola Harmonia e definir as metas e um roteiro para construção desse processo.** Considerando a importância do processo de lutas desenvolvido em torno da Usina Catende, as conquistas e os avanços, tanto no que se refere a melhoria económica quanto a administração, principalmente no relacionamento com os sindicatos, associações e os trabalhadores, **sentimos a necessidade melhorar, ampliar e qualificar a acção dos trabalhadores e de suas organizações, dentro deste processo. Diante disso, buscamos ampliar as nossas parcerias e os nossos apoios.** Hoje, além da FETAPE, CONTAG, CUT, FASE, CENTRU e CEAS RURAL, **contamos com o apoio e a colaboração técnica da ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.** [...] Estaremos fazendo o exercício de compreender e construir um modelo de autogestão, que corresponda às nossas necessidades, aos nossos anseios e desafios. [...] Estamos convidando um grupo de 40 lideranças. (Excerto do Documento *SEMINÁRIO PARA DISCUTIR UM MODELO DE AUTOGESTÃO PARA A CIA. AGRÍCOLA HARMONIA*)

Mas, simultaneamente, desenvolvem-se acções mais extensivas, mediadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e apoiadas pelos programas de formação profissional suportados pelo governo do estado – através das designadas Bolsas Autogestionárias -, envolvendo um elevado número de trabalhadores numa *lógica de formação de iniciação* às temáticas da autogestão – sob a designação de *Gestão Empreendedora...* - que permitem trabalhar pedagogicamente numa dupla vertente: a avaliação da apropriação até aí realizada pelo conjunto dos trabalhadores acerca da transição autogestionária - auscultando as suas representações dos princípios, obrigações ou compromissos implícitos, vantagens deste processo - e as suas expectativas para o empreendimento; o desenvolvimento de um trabalho de discussão, reflexão e sistematização sobre os modos de articulação entre o desenvolvimento da agricultura familiar e a manutenção da exploração agro-industrial em escala económica gerida pelo colectivo dos trabalhadores, bem como a necessidade de pensar modos como a diversificação produtiva poderia ser igualmente um caminho a encetar pelos operários no sector industrial.

Aos trabalhadores da Usina Catende desenvolve-se o trabalho na perspectiva autogestionária de toda a Empresa, ou seja a agricultura familiar integrada no processo geral do Complexo Empresarial da usina Catende. [...] **O debate formativo tomou a direcção de criação de redes de agricultores por produto oferecidos no mercado, resultando, quem sabe, em médio prazo em organização que trabalhe**

especificamente este fim. A solicitação de apoio do poder público municipal ficou expressa na vontade que todos têm em fomentar um Seminário Municipal de Desenvolvimento Local baseado na agricultura familiar.[...] **A assimilação do conteúdo, considerando a baixa escolaridade do público, foi mediada pelo material didático abaixo relacionado, permitindo simultaneamente, ler e compreender essa realidade social diversa e complexa, tendo a fala e a participação activa como elemento explicativo.** [...] **Realizando a actividade agrícola como economia de subsistência, subalterna à atividade do mecanismo do salário temporário, os participantes pouco imaginavam do potencial económico desta produção familiar.** (Excertos do Documento PEQANTEAGRELATÓRIO1, 2000)

Os trabalhadores da Usina Catende desenvolvem o trabalho na perspectiva autogestionária de toda a Empresa, ou seja a agricultura familiar da Cana de Morador integrada no processo geral do Complexo Empresarial da Usina Catende. [...] A assimilação deste conteúdo, considerando a baixa escolaridade do público, foi mediada pelo material didático oferecido pela ANTEAG, permitindo simultaneamente, ler e compreender essa realidade social diversa e complexa, tendo a fala e a participação ativa como elemento explicativo. [...] **A acção do monitor e seu auxiliar, como facilitadores desse processo, permitiu o diálogo profícuo entre a sistematização do saber escrito nas cartilhas e o saber experiencial do público.** Para tanto, o uso do recurso de desenhos em folha de ofício com a recuperação de palavras-chaves da discussão serviram como estímulo à produção do conhecimento desejado nos objectivos previamente estabelecidos no Projeto ANTEAG/PEQ/2001. [...] **Tendo, no Engenho Santa Cruz 37 candidatos inscritos, todos com experiência em agricultura familiar e vivendo do assalariamento da cana-de-açúcar, o curso gestão empreendedora, entra no contexto de consolidação de novas alternativas de organização da produção familiar existente.** [...] Realizando a actividade agrícola da cana-de-açúcar como economia dominante na região, **os participantes imaginavam o potencial económico ilusório dos cálculos da produção da cana-de-açúcar.** O Curso, trabalhando com os mecanismos de calcular os custos para saber dos benefícios reais desmistificou a imagem dominante de que a Cana-de-açúcar é caminho para riqueza rápida. [...] A turma dos operários, composta por trabalhadores do escritório e diversos sectores da fábrica, pautou-se de fato pela discussão de novas possibilidades de negócio no interior da Fábrica. Exercitamos transformar determinados sectores da fábrica em empresas autogestionadas. Isso possibilitou uma compreensão geral dos mecanismos de autogestão e sua possibilidade concreta na geração de novos negócios. (Excertos do Documento PEQ2000ANTEAGRELATÓRIO, 2001)

Não podemos deixar de concordar com Boaventura Sousa Santos e César Rodríguez (2002) quando sugerem que o desenvolvimento de alternativas ao capitalismo e à globalização hegemónica no domínio da produção terá de necessariamente encontrar, pelo menos no horizonte do médio prazo, formas de compromisso com uma existência inevitavelmente atravessada pelo modo de produção capitalista e pelas lógicas de funcionamento de mercado que este induz.

Não obstante, a questão que se nos levanta a partir da proposta da ANTEAG para Catende, e que está implícita a todo este trabalho sistemático de formação, prende-se com a dificuldade que hoje se coloca na separação de águas, teórica e prática, entre alternativas ao capitalismo dentro do capitalismo ou que procuram superar o capitalismo e as formas evoluídas do capitalismo.

A produção capitalista pressupõe duas condições fundamentais: a existência de uma massa de trabalhadores que não possui meios de produção e de existência senão a «liberdade» de vender a sua força de trabalho como mercadoria e a acumulação

numa pequena fracção de indivíduos da riqueza e dos meios de produção). Ora, o desenvolvimento de uma alternativa ao capitalismo, numa lógica autogestionária, pressupõe que os trabalhadores se tornem co-proprietários da sua força de trabalho, dos meios de produção e da riqueza gerada. Acontece que esta riqueza se gera, no caso de Catende, essencialmente dentro da lógica de funcionamento do mercado capitalista, o que retroverte sobre as condições da organização e do exercício do trabalho¹⁹⁶ que serão eventualmente antagónicas com o que se exigiria para romper com a lógica do modo de produção capitalista. Há aqui, portanto, necessidade de encontrar um certo *compromisso na contradição* em que um dos potenciais riscos se pode expressar de forma interrogativa: a autogestão num empreendimento como Catende pode de facto corporizar uma alternativa dentro do capitalismo, com e contra o capitalismo, ou constituir-se-á mais facilmente numa mutação pós-fordista/toyotista do capitalismo? Esta parece, aliás, uma ambivalência que pensamos poder identificar implicitamente no modo como alguns trabalhadores se referem à autogestão após a formação da ANTEAG:

Autogestão não é uniformidade aliás, é através do conhecimento das diferenças que podemos desenvolver a cooperação e a inteligência colectiva. Tão importante quanto o trabalho de fabricação é o da administração do negócio, das vendas e de marketing (Seleção de texto resumo – por Adelmo cursista) (Excertos do Documento PEQ2000ANTEAGRELATÓRIO, 2001)

Eu entendi que uma empresa que está se reestruturando, necessita da união de todos os trabalhadores. É importante salientar que nesse mercado tão oscilante, a organização de uma nova empresa depende do empenho de cada um de nós em diversos setores. A empresa autogestionária é algo dentro de cada trabalhador, e que o curso está aprimorando esse conhecimento tão real em nossas vidas e iremos fazer história nesse país tão marcado pela repressão empresarial (Marcos Muniz – Cursista) (Excertos do Documento PEQ2000ANTEAGRELATÓRIO, 2001)

Este segundo ciclo do trabalho educativo envolve ainda dois processos particularmente importantes do ponto de vista da consolidação do processo que se vive e do ponto de vista da legitimação do trabalho educativo no interior dele: o

¹⁹⁶ Uma das questões que evidentemente se coloca em Catende é, por exemplo, a disparidade na redistribuição salarial que claramente é superior à que a própria ANTEAG convencionou que deveria existir para que se pudesse falar de um empreendimento autogestionário. Obviamente que a opção política pela não perpetuação desta disparidade levantaria imediatamente problemas inerentes ao convívio num mesmo território e num mesmo sector produtivo com empresas de heterogestão, isto é, perfeitamente enquadradas numa lógica capitalista de remunerações perfeitamente diferenciadas entre técnicos e trabalhadores rurais, por exemplo. Do mesmo modo que podemos admitir que uma redistribuição mais equitativa para os trabalhadores em Catende, poderia constituir um apelo à mobilização de outros trabalhadores rurais e fabris das empresas em heterogestão da região, para a transformação das suas próprias condições de venda da força de trabalho.

desenvolvimento de uma formação sistemática nos 48 engenhos/comunidades rurais sobre a condição presente do empreendimento e sobre a definição do seu futuro tendo como horizonte a autogestão, bem como sobre as técnicas de produção agrícola da cana na perspectiva da articulação entre produção colectiva e produção em regime de agricultura familiar, formação levada a cabo autonomamente pela equipa de educação da Usina e financiada por uma ONG espanhola que permitiu o desenvolvimento de materiais didácticos pela própria equipa de educação com a cooperação dos técnicos da usina e de jovens filhos de trabalhadores¹⁹⁷, mobilizados nesta circunstância mas que permaneceram para o futuro do trabalho educativo – as designadas “cartilhas” «*Para uma cultura de autogestão*» e «*Técnicas e Custos do Plantio da Cana*» - e o desenvolvimento de dois cursos de formação seguidos de estágios (em verdade processos de formação em alternância) de longa duração, dirigidos a jovens filhos de trabalhadores rurais e operários, financiados integralmente pelo projecto Catende Harmonia, rentabilizando os recursos formativos internos à empresa, com o envolvimento de técnicos, para além da equipa de educação, e em que de forma mais sistemática se operacionalizou uma síntese entre os pressupostos que se vinham forjando para uma *pedagogia do trabalho* e uma *pedagogia para a autogestão*.

A possibilidade de participar não só como pesquisador mas também como educador nas reuniões realizadas em diversos engenhos da Usina Catende (cf. notas de terreno de 2004, normalmente intituladas “*reunião no engenho...*”), permitiu-nos realizar uma reflexão sobre o primeiro processo de formação referido, isto é, das

¹⁹⁷ Na verdade, as cartilhas aproveitaram do processo de formação de jovens no domínio das técnicas agrícolas e industriais numa perspectiva de construção de um empreendimento autogestionário que supôs a realização de trabalho de campo/pesquisa que permitiu identificar aspectos da compreensão do processo político e produtivo que estavam menos consolidados na grande massa dos trabalhadores. Nesse sentido, as unidades temáticas que organizam as cartilhas resultam, pelo menos significativamente, destes processos de pesquisa em formação, donde, numa das cartilhas se possa ler: “*estamos devolvendo, de forma sistematizada, um levantamento realizado, aleatoriamente, com a ajuda dos estagiários em atividades do campo, sobre as questões que mais prejudicam a produção dos trabalhadores e trabalhadoras que plantam cana nas terras da usina Catende, através do Programa Cana de Morador. Sabemos que, uns mais e outros menos, todos os trabalhadores e trabalhadoras conhecem os mecanismos aqui descritos. Contudo, este instrumento possui uma diferença de outros trabalhos com o mesmo conteúdo: dirige-se para um coletivo dono do seu trabalho, plantando para si e sua empresa*” (in Cartilha Técnicas e Custos do Plantio da Cana, p.3)

sessões realizadas no âmbito do projecto patrocinado pela ONG “*Manos Unidas*” e do conjunto de notas de campo que foi possível recolher durante o seu decurso, resultou um conjunto de considerações pedagógicas sobre o processo conduzido pela equipa de educação da Usina.

Uma primeira dimensão que envolvemos na análise, considerava a metodologia de trabalho educativo accionada. A estrutura das sessões comportava: um primeiro momento de apresentação do trabalho a realizar – “*trabalhar uma metodologia de conhecimento da realidade*” – e seu enquadramento “*institucional*”, quer relativamente à entidade financiadora – “*Manos Unidas*” –, quer relativamente ao momento que se vivia na Usina, quer relativamente à necessidade de pensar o futuro da Usina depois de judicialmente encerrado o processo de falência. Este primeiro momento encerrava-se com a apresentação dos presentes, o que no caso dos moradores/trabalhadores supunha uma referência ao seu estatuto na usina (fichado, aposentado, demitido, produtor de cana, safrista...). A recolha e sistematização desta informação permitia desde logo uma caracterização do tipo de moradores/trabalhadores que mais se envolvem na discussão do processo vivenciado em Catende, e também dos que mais dificilmente são mobilizáveis, mas não era claro se a equipa de educação teria definido um público-alvo privilegiado para o trabalho a que se propuseram e se essa previsão coincidiu com os participantes efectivos ou se simplesmente procuravam que o maior número possível dos moradores/trabalhadores participassem. De qualquer modo, a flutuação verificada entre o número dos participantes nas reuniões com a equipa de educação deve enquadrar-se com outros factores que não apenas a sua maior ou menor identificação com o projecto Harmonia/Catende, nomeadamente o momento conjunturalmente difícil em termos económicos e políticos que se vivia em Catende na sequência da greve dos operários que paralisou a produção e provocou prejuízos avultados.

Um segundo momento do trabalho educativo, integrando os moradores e os elementos da equipa de educação, era dedicado à exploração em grupo de uma tarefa proposta na cartilha «*Por uma cultura de autogestão*» que consistia na identificação e enumeração de factos relevantes dos últimos vinte anos da história da Usina, procurando-se que esta reflexão incidisse tanto em aspectos sentidos como positivos

pelos participantes, como em situações consideradas negativas. Nas reuniões em que estivemos presentes, e embora estivessem presentes alguns jovens que foram contratados como trabalhadores mais recentemente, havia sempre trabalhadores e trabalhadoras que há mais de vinte anos trabalhavam para a usina e que, portanto, tinham uma memória desse tempo. A equipa de educação normalmente evocava alguns marcos cronológicos ao longo deste período de vinte anos que permitissem organizar as memórias dos presentes: 1984 como tempo do auge da usina em termos económicos, acompanhado por salários em dia e oferta abundante de trabalho mas também de proliferação do trabalho clandestino e de relações fortemente hierarquizadas e violentas do usineiro e seus representantes face aos trabalhadores; 1993 como ano em que se deu o despedimento de cerca de 2300 trabalhadores na sequência de um processo de agravamento das condições de funcionamento da Usina que já vinha do final dos anos 1980; 1995 como momento em que os trabalhadores pediram judicialmente a falência da usina para procurar assegurar o pagamento dos direitos trabalhistas...

A participação dos trabalhadores era ainda incentivada através da indicação de dimensões que permitissem sistematizar as impressões do vivido, nomeadamente sugerindo-lhes que se referissem às condições de trabalho e de vida, às relações sociais no campo...Durante este diálogo surgiam necessariamente juízos de valor acerca da realidade vivida pelos trabalhadores o que permitia uma transição coerente para o momento seguinte, que consistia num trabalho de grupo onde se sugeria uma reflexão e uma sistematização em torno da história da Usina a partir de três questões: *“Como era antes?”; “Como é hoje?”; “Houve alguma mudança?”*.

Este momento do trabalho educativo revelava-se bastante sensível, quer pelo silêncio que normalmente imperava inicialmente, quer porque exigia dos elementos da equipa de educação capacidades de indução do debate e de organização da participação. Por outro lado, a proposta de os grupos escreverem e apresentarem posteriormente ao grande grupo o resultado da discussão em grupo era frequentemente acolhida com algum receio por parte dos trabalhadores, o que normalmente se resolvia apenas quando a equipa de educação assumia esse papel, ou quando emergiam *“líderes espontâneos”*, normalmente jovens ligados de algum modo

ao projecto Harmonia/Catende ou trabalhadores com funções directivas nas Associações de Moradores. O processo de os trabalhadores tomarem a palavra não deixava, portanto, de constituir um aspecto sensível deste trabalho educativo, e principalmente se a palavra fosse escrita.

Um outro aspecto remete para o tempo que se dispensava para cada uma das propostas que a equipa de educação formulava. Com efeito, para além das actividades que vimos referindo, a programação da sessão de educação contemplava ainda um outro trabalho em pequeno grupo – sobre a comparação entre as características de uma *empresa de patrão* e de uma *empresa de trabalhadores* e que permitiria trabalhar a ideia de autogestão, após o que se previa a socialização desse trabalho em grande grupo, sendo que o trabalho educativo se encerrava com o visionamento de um videograma: “*A Usina do futuro*”, em que se dava relevo às conquistas do projecto desde a tomada da administração pelos trabalhadores.

A definição prévia de um conjunto de actividades que era suposto realizar durante este trabalho educativo – configurando também uma certa globalidade ao trabalho - conduzia a que a equipa de educação tivesse de gerir estritamente o tempo de duração de cada uma delas, o que nem sempre se revelou compatível com o ritmo dos debates e da participação dos trabalhadores e que, por vezes, impossibilitava a atribuição de um tempo equilibrado entre todas as actividades. É certo que a programação deste trabalho educativo – em que participámos - comportava intrinsecamente a possibilidade de a sua sequência e dos seus tempos se regularem no decurso da acção, contudo nem sempre foi possível compaginar a realização da globalidade do trabalho previsto com o aprofundamento da discussão e reflexão em cada um dos seus diferentes momentos. Em nossa opinião, esta tensão impedia, por vezes, que se pudessem sistematizar alguns dos elementos emergentes da participação dos trabalhadores e aprofundar a discussão a partir dessa sistematização, bem como retirou frequentemente tempo para a reflexão em torno da questão da autogestão. Aliás, a sistematização escrita e socializada entre os presentes, estando prevista, não aconteceu regularmente, ainda que pudesse ter vindo a ser um elemento importante para que a discussão havida não se esgotasse no decurso da reunião.

O decurso destas sessões era frequentemente também atravessado pela emergência de questões que não estando necessariamente previstas como potenciais “conteúdos” das sessões – e de algum modo “cortando” a sequência da reflexão – nem aparentando possuir uma conexão imediata com os assuntos em discussão - sem que por isso deixassem de reportar-se a questões sentidas como problemáticas pelos participantes,¹⁹⁸ - confrontavam a equipa de educação com a necessidade de, para permitir que o debate prosseguisse, se ocupasse com a sua explicitação, envolvendo necessariamente o confronto de interpretações, através do diálogo, acerca de determinados factos ou juízos de valor apresentados pelos moradores dos engenhos e que, essencialmente, subentendiam uma apreciação negativa do funcionamento actual, ou de um passado próximo, da Usina.

Estas situações permitem caracterizar e discutir fenómenos recorrentes do trabalho em educação de adultos, principalmente os inscritos numa lógica de educação popular, e são elucidativas de algumas das exigências com que o educador popular e a sua prática são confrontados, bem como podem ser um analisador, em particular, da ambiguidade que atravessa o trabalho desta equipa de educadores. Um primeiro aspecto, que ressaltou destas sessões, prende-se com o estatuto que a própria equipa de educação assume junto dos trabalhadores. Das intervenções dos trabalhadores foi possível perceber que se assumia uma certa identificação entre a equipa de educação e a administração da Usina. Este estatuto de “representantes” revelava-se como despoletador de intervenções dos moradores cuja resposta, em princípio, não incumbiria à equipa de educação mas sim à administração da massa falida. A equipa de educação contudo nunca se furtava a discutir as questões levantadas, o que sugere, mas também supõe, a importância para o trabalho educativo desta natureza de um conhecimento global de toda a vida do projecto em curso e da

¹⁹⁸ Embora parte das questões que eram levantadas resultassem de situações conjunturais, tais como o atraso nos salários e uma certa “indisposição” para com a administração, outras questões não deixavam de ser reveladoras, quer quanto ao défice de informação ou sua interpretação distorcida ou mesmo quanto à avaliação de soluções adoptadas para fazer face a certos problemas (por exemplo, em alguns engenhos colocava-se em causa as soluções adoptadas (ou não adoptadas) para resolver a questão do abastecimento de água, assim como em outros engenhos se levantava a questão da discutível opção dos investimentos realizados pela usina). Não pode contudo ignorar-se que a expressão destes problemas por parte dos trabalhadores enquanto evidência de um certo modo de conhecimento da realidade que os envolve, nem menosprezar “a conquista da palavra” que subentende.

importância da sua proximidade às instâncias de negociação e também de decisão política na vida desse mesmo projecto. Por outro lado, a identificação com a administração da usina, e esta conduzir à emergência de questões globais sentidas como problemáticas pelos trabalhadores, constitui também esta equipa de educação, e as reuniões nos engenhos, num elo fundamental da participação dos trabalhadores face ao projecto, uma vez que o conhecimento que a equipa aí constrói e a possibilidade de o partilhar junto de outros actores significativos do processo em curso, e particularmente, em instâncias de deliberação política, pode facilmente funcionar como um dispositivo de identificação de problemas e de hierarquização de necessidades, fundamental para pensar e definir uma política global do projecto Harmonia/Catende, bem como o desenvolvimento do trabalho educativo que lhe é inerente.

Por outro lado, estas situações podem ser interpretadas como demonstrativas da complexidade de trabalhar um *“processo (metodologia) de conhecimento da realidade”*, onde dificilmente são separáveis a objectividade e materialidade dos acontecimentos da subjectivação inerente a cada um dos homens e mulheres que os vivenciam. Educar, perante isto, não pode reduzir-se à transmissão de informação mas *“antes de tudo, aprender a propor questões, e a descobrir aquelas que não são essenciais para os seres (individuais e colectivos) que participam. Mas aprender a propor questões essenciais é também descobrir em que consistem essas questões essenciais”* (Faundez, 1993:23). Em nossa opinião, esta tensão atravessou o trabalho educativo desenvolvido nos engenhos e exigia da equipa de educação uma consciência muito clara do sentido/finalidade da sua acção, mas simultaneamente uma atitude de flexibilidade que permitisse redefinir no decurso da própria intervenção a *“essencialidade”* das questões que iam surgindo.

E, no seu conjunto, este conjunto de questões fundamentalmente chama-nos à atenção para o facto desta equipa de educação ser muito mais do que uma equipa de educação num processo de desenvolvimento comunitário como este que aqui se leva a cabo.

Em todas as reuniões a que assistimos estiveram presentes representantes das Associações de Moradores e em alguns dos engenhos estiveram também presentes

jovens que foram anteriormente envolvidos pelos cursos desenvolvidos para filhos de trabalhadores/credores da Usina e que participaram na produção de parte dos materiais utilizados para a animação pedagógica das sessões, nomeadamente a cartilha *“A Usina Catende: por uma cultura de autogestão”*.

Para além do papel que ambos pareciam desempenhar no sentido de mobilizar os moradores para as reuniões, e não sabemos se de enquadramento da temática a abordar nestas, foi possível perceber que a sua participação nas reuniões cumpria tanto um papel de porta-voz de algumas das preocupações por eles auscultadas junto da comunidade, como de despoletador do processo de *“tomar a palavra”* por parte dos moradores presentes. O papel assumido por estas pessoas nas reuniões, conjugada com a relação quotidiana de proximidade que estabelecem com os trabalhadores propicia com certeza a sua constituição em interlocutores privilegiados da equipa de educação, mas também da administração da massa falida nos engenhos, e como tal também faz deles, de certa forma, educadores comunitários.

No caso particular dos jovens - mais escolarizados que a maioria da geração dos seus pais - e envolvidos pela Usina em outros projectos, como os cursos de capacitação nas áreas da produção agrícola e industrial, havia claramente uma predisposição para o desenvolvimento de um trabalho mais continuado com a equipa de educação que pudesse conduzir à criação e consolidação de associações de jovens em cada engenho, desenvolvendo não só projectos em parceria com a usina mas capazes também de construir projectos autónomos preocupados com a intervenção sobre problemas da sua realidade vivida. Este tornou-se, aliás, um campo do trabalho educativo futuro, nomeadamente através de apoio à constituição da associação PUAMA.

A formação de quadros num contexto da diversificação organizacional

O segundo processo de educação/formação bastante significativo, acima referido, marca, em nossa opinião, o momento de transição para um terceiro momento do trabalho educativo no âmbito do processo vivido em Catende.

A Usina Catende desenvolve atividades de plantio, colheita, industrialização e comércio da Cana-de-açúcar. **O exercício dessas atividades exige pessoal, cada dia mais preparado, para atender às exigências de melhor aproveitamento da cana e das técnicas de produção industrial do açúcar.** Estas

atividades estão presentes desde a fase de seu cultivo da cana, com o conseqüente desdobramento no rendimento da produção do açúcar, bem como no **melhoramento das técnicas que auxiliem o seu processo produtivo, as suas técnicas de produção, despertando para os cuidados voltados do desenvolvimento sustentável da região.**

Um melhor rendimento de todo o processo produtivo do açúcar - *plantio da cana, colheita e das técnicas de produção do açúcar* - só poderá vir com uma **eficiente qualificação técnica de pessoal com rigorosas tarefas educativas e de gerência da produção.** Mas, isto só terá significado, **se enquanto estiver ocorrendo o exercício de gerência e da produção do açúcar no campo, também, seja promovida a educação do trabalhador da indústria - o operário -, para as mudanças que o Projeto Harmonia sugere - um exercício maior de participação dos trabalhadores nas atividades políticas e técnicas da produção.**

Por outro lado, **essa qualificação só terá sido 'completa' se a base teórica que fundamenta o Projeto Harmonia/Catende estiver sendo veiculada, como expressão de desejos da caminhada política do mesmo, acompanhada de valores éticos que fomentem a solidariedade humana.**

Assim, este curso de capacitação, voltado às técnicas em produção na agroindústria açucareira e, neste caso, das tecnologias que envolvem diretamente o processo produtivo do açúcar, se constitui de **dimensões técnicas e teóricas**, formando um todo completo, na busca do atendimento às necessidades atuais da Usina Catende e ao mercado para trabalhadores da região, em usinas de açúcar.

- Preparar trabalhadores para **atuarem técnica e solidariamente**, em agroindústrias, no processo de produção do açúcar.

- Integrar ações educativas e técnicas do Projeto Harmonia e Setor Industrial da Usina Catende;

- Promover o exercício de práticas solidárias (éticas) na indústria açucareira.

Este curso terá a sua efetivação em **três momentos**. No primeiro momento, **o trabalhador se credenciará a exercer atividades gerais, técnicas em produção na agroindústria açucareira**, no campo por ele escolhido – *auxiliar técnico de escritório, auxiliar técnico de produção de açúcar ou auxiliar técnico industrial para a produção do açúcar*, destacando aspectos teóricos e práticos, perfazendo um total de 45 horas-aula.

No segundo momento, o trabalhador terá um **maior aprofundamento dessas atividades técnicas na agroindústria açucareira, as relações do campo com a indústria do açúcar, a comercialização do açúcar**, com duração de 45 horas-aula.

No terceiro momento, serão dadas **prioridades às técnicas exigidas por cada área de especialização do curso, enfocadas com maior grau de aprofundamento, em forma de estágio** vivenciado nos ambientes de tecnologias da Usina Catende. Este momento tem duração de 45 horas-aula. (Excerto do Documento Planific do Curso de Produção Industrial)

A Usina Catende desenvolve as suas actividades de plantio, colheita, industrialização e negócios em Cana-de-açúcar. O exercício dessas actividades **exige pessoal, cada dia mais preparado, para atender às exigências de melhor aproveitamento da cana, desde a fase de seu cultivo, com o conseqüente desdobramento de rendimento na produção de açúcar, além de despertar para cuidados voltados ao desenvolvimento sustentável da região.**

Esse rendimento só poderá vir com um **eficiente processo de qualificação técnica de pessoal para as rigorosas tarefas educativas e de gerenciamento da produção.** Mas, isto só terá sentido, se enquanto estiver ocorrendo o exercício de gerência, também, **seja promovida a educação do trabalhador rural e da indústria para as mudanças que o Projecto Harmonia sugere, voltado a um exercício maior de participação dos trabalhadores nas actividades políticas da produção.**

Por outro lado, **essa qualificação só terá sido "completa" se a base teórica que fundamenta o Projecto Harmonia estiver sendo veiculada, expressão de desejos da caminhada política do mesmo, além de valores éticos que fomentem a solidariedade humana.**

Neste sentido estamos convencidos da necessidade de investir numa parcela em potencial que temos no campo e na cidade, jovens filhos(as) de trabalhadores rurais e de operários que compõem o Projecto Catende Harmonia, que representam uma demanda da população que vive e depende diretamente deste empreendimento.

Parcela esta que tem buscado junto ao projecto a possibilidade de acesso ao primeiro emprego, através de uma oportunidade de colocação nas actividades funcionais da empresa no campo e na fábrica.

Considerando a **grande demanda de juventude** ociosa que temos, do **desejo da mesma de produzir e gerar renda para eles próprios e suas famílias**, e da importância de **conciliar esses factores com as necessidades do Projecto Catende Harmonia de formar futuros quadros funcionais para um projecto de empresa de autogestão**, que **além do domínio técnico, possuam a competência política e administrativa para a gestão de uma empresa de trabalhadores**, estamos propondo um **curso de formação cidadão e de preparação e qualificação para o mundo do trabalho para este público**.

Assim, este curso de capacitação, voltado ao gerenciamento da produção agrícola, em particular, da cana-de-açúcar, se constituirá das dimensões *técnicas e teóricas*, formando um todo completo, na busca do atendimento às necessidades actuais da Usina Catende e ao mercado para trabalhadores da região, em cana-de-açúcar.

[...]

- Capacitar trabalhadores (as) jovens, filhos de credores da empresa, residentes em Áreas da Usina Catende – as Zonas de Produção Agrícola e na cidade, para **actuar, técnica e solidariamente, no gerenciamento da produção da cana-de-açúcar e fabricação do açúcar, assim como em culturas alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável**;
- **Mobilizar os jovens para formação de Comissões de Jovens** em cada engenho da Usina Catende, totalizando 48 Comissões;
- **Apresentar aos 60 trabalhadores as possibilidades de culturas alternativas na região da Zona da Mata**;
- **Proporcionar o exercício de práticas solidárias durante o curso**;
- **Formar quadros para actuar na construção da Autogestão e do desenvolvimento sustentável e solidário na Usina Catende**;

Este curso terá a sua efetivação em **três momentos**. No primeiro momento, **o trabalhador fará uma inscrição geral sem limite de vagas, onde participarão de um processo selectivo através de oficinas com temas gerais relativos ao Projecto Catende e o contexto social, económico, político e histórico da região**, com uma carga horária de 40 horas-aulas. Após esta etapa selectiva 40 jovens do campo e 20 jovens da fábrica se credenciarão **para participar dos cursos de Técnicas de Gerenciamento e Produção Canavieira, para a turma do campo e de Técnicas de Gerenciamento e Produção Agroindustrial, para turma da fábrica**.

No segundo momento, **o trabalhador terá um maior aprofundamento das condições de gerência da cultura da cana-de-açúcar, das possibilidades de outras culturas para a região da Zona da Mata e das relações do campo com a indústria do açúcar em seus aspectos ambientais, contábeis, políticas de mercado e comercialização do açúcar, e da produção do açúcar, destacando aspectos teóricos e práticos**, perfazendo um total de 45 horas-aula para cada turma.

No terceiro momento, serão enfocados, prioritariamente, **o gerenciamento agrícola e industrial e as actividades específicas de cada sector, em seus aspectos técnicos, através do estágio**, com duração de 480 horas-aula de actividade prática para cada turma. E 48 horas de **actividades avaliativas e de formação teórica do Projecto Catende, Autogestão e Economia Solidária Sustentável para as duas turmas**. (Excerto do Documento Projeto Formação para Juventude)

Como já salientámos ele envolveu um conjunto (60) de jovens filhos de trabalhadores e ex-trabalhadores da Usina Catende numa formação político-profissional, portanto, quer no domínio das temáticas da autogestão, cooperativismo e economia solidária, enraizando-as na análise sócio-histórica da actividade agro-industrial na região da Mata Sul, quer no domínio dos saberes tecnológicos envolvidos no trabalho agrícola e no trabalho industrial do sector açucareiro. Este trabalho de formação desenvolve-se em dois ciclos: um primeiro de formação sistemática em sala recorrendo aos elementos da equipa de educação e a um conjunto de técnicos da

usina que desempenharam o papel de formadores nas áreas mais tecnológicas, e um segundo ciclo de formação – localmente designado por *estágio* – que envolveu a passagem dos jovens por curtos períodos de tempo (no total 6 meses) nos vários sectores do ciclo produtivo, no campo e na usina, segundo uma lógica de formação em alternância. Parece-nos que este processo de formação configura uma mudança de ciclo no trabalho educativo na medida em que não só corresponde a um exercício de consolidação da integração da educação como uma componente importante na definição e acompanhamento do processo de transição autogestionário, que tem tradução na assunção por parte da massa falida dos encargos financeiros e da mobilização dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento da formação, como corresponde a um projecto de formação integralmente concebido e operacionalizado a partir do interior do projecto e em função das realidades muito concretas – dos problemas sentidos – que se faziam sentir tanto no campo, como na indústria.

- Do ponto de vista do processo de produção o que aprenderam com os professores aqui da usina, pode ajudar a melhorar o funcionamento da usina? (a questão não foi percebida e tive de reformulá-la, explicitando o que pretendia saber). Sentiram que podiam ter um papel na melhoria do funcionamento da usina?

- Sentimos sim porque como o engenheiro falou, essa caldeira que a usina tem agora, ela é moderna, e com os trabalhadores que a usina tem aí no dia-a-dia ainda não conseguiram pôr em prática a modernidade dela por causa do pouco conhecimento que eles têm dela, e ele falou que nós, que já tínhamos, a maioria já tinha o 2º grau completo, já poderia modernizar mais ela, colocá-la para trabalhar computadorizada que gerava mais vapor e ia economizar mais.

...a maioria das pessoas que trabalham aqui é quase semi-analfabeto, alguns que têm o 1º grau, outros só têm o primário, eles só têm mesmo o conhecimento daquele sector onde eles trabalham, o básico.

...o conhecimento deles...alguns elementos só têm realizado aquela função ali e a partir do momento em que a gente entrou, a gente entrou com a função de aprender todo o processo dela (da usina), trouxeram até uns estudos aqui para a gente ver, a gente teve que passar, teve que estudar o processo de cozimento, o processo das moendas, esse processo todinho que era para a gente não ficar limitado, porque a gente vai controlar o painel da moenda, aí você fica bitolado daqui e dali é só regular aquilo ali, a maioria dos trabalhadores são assim, só mexem naquele equipamento ali mas não sabe para quê, a função daquilo ali, e quando nós entrámos, nós já entrámos com um conhecimento mais ou menos daqui e dali, foi só aperfeiçoar junto com os conhecimentos que eles têm; eles têm muito mais conhecimento, mas por não ter uma formação, como o X disse eles são quase semi-analfabetos, eles darem qualidade e se certificarem para dar resposta aquele processo que ele está fazendo ali, e no caso da gente, a gente já fazia, às vezes até explicava, ao mesmo tempo que ensinava, aprendia, porque a partir do momento em que a gente está convivendo com outra pessoa no ambiente de trabalho, a gente ensina e aprende ao mesmo tempo, qualquer lugar que a gente passar. (Entrevista Estagiários da Usina)

Por outro lado, ainda, como se pode ler acima, representa politicamente um esforço de preparar um conjunto de profissionais não só técnica mas essencialmente politicamente identificados com o espírito do processo em curso e que possam de

algum modo constituir-se como alavancas de transformação dos segmentos do ciclo produtivo ainda mais perpassados por profissionais e lógicas de funcionamento herdadas do período anterior à falência. É pois nesse sentido que não podemos apenas identificar este processo com uma formação profissional, mas muito com uma formação de quadros técnico-políticos, em quem se investe a responsabilidade de ajudar a transformar, a partir do estabelecimento de relações no trabalho com a “antiga” estrutura produtiva, os resquícios das relações sociais de produção passadas.

Em primeiro lugar fui bem recebida por meu encarregado, ele achou eu corajosa para trabalhar com energia. A função da elétrica para usina é a hidroelétrica gerar energia própria e passar a transmitir 6.600 v e os transformadores passa a forma para 380 e 220 v. Trabalhei com os disjuntores de alta tensão fazendo manutenção e desmontando para fazer limpeza e depois montarmos. O isolador serve para isolar a ferragem da alta tensão, ele possui três fases que sai, esta peça faz parte do disjuntor. **Aprendi a fazer os comandos e conhecer as chaves dos comandos e contatos, também subi na ponte volante para consertar alguns contatos que precisavam ser trocados, e também pintei as grades e placas. As reuniões são muito importantes para nós que estamos estagiando. Eu cada vez mais estou aprendendo como a empresa autogestionária funciona com coletividade e participação de todos. Democracia em assembleia – conselho administrativo e fiscalização planejamento e responsabilidade coletiva.** (Marta, Curso de Gerenciamento da Produção Industrial, sector eléctrico)

Chegando na oficina fomos bem recebidos pelos encarregados: Admir e Marcos. Quando eu cheguei para o torno o meu instrutor me ensinou a centrar a peça. Eu estou sentindo dificuldade. A peça seria retificada para a esteira durante duas semanas e também fiz as faces de cinco mancais e também de vazio. Nós estamos fazendo um trabalho novo com Dr. Cleodon. **Estou gostando muito, é um aprendizado novo. De tudo se aprende aqui na usina é uma escola para quem quer ser alguém na vida e ter um futuro melhor para seus filhos.** (Jonas, Curso de Gerenciamento da Produção Canavieira)

Nestes vários excertos que incidem sobre os processos de estágio vividos por todos os jovens em todos os sectores da usina e do trabalho agrícola, podemos compreender o que antes discutimos enquanto transformações na dimensão imaterial do trabalho que passa pelo confronto entre uma aprendizagem tecnológica, a partir do acompanhamento e execução de um conjunto de gestos técnicos e das suas consequências, aprendidos a partir da sua mobilização pelos trabalhadores mais experientes (numa lógica, portanto, francamente empiricista e material), e a codificação em saberes científicos dos fundamentos subjacentes a esses gestos técnicos (uma lógica teórica e simbólica), mediados por uma relação entre seres claramente inscrita numa lógica doméstica e, como tal, pautada pelo cuidado, pela protecção e pela valorização do sucesso dos seres “*mais pequenos*”, pelos seres “*maiores*” (Boltanski & Thévenot, 1991).

Como se poderá averiguar, a lógica de formação assenta num conjunto de pressupostos que revelam uma dupla preocupação relativamente ambivalente – uma preocupação económica – voltada tanto para o incremento à capacidade de resistência e competitividade do empreendimento no sector canavieiro, como para a compatibilização da que continua a ser a actividade primordial com a necessidade/possibilidade de desenvolvimento de alternativas geradoras de emprego e renda e, ainda, - uma preocupação sócio-política – de promover a incorporação dos jovens filhos de trabalhadores num ideário de produção solidário e autogestionário que se procura constituir como horizonte do empreendimento. Portanto, convivem neste discurso o que são formas de justificação da formação desenvolvida que tanto vão buscar inspiração ao mundo industrial, como ao mundo cívico (Boltanski & Thévenot, 1991), sem que por isso se revelem incompatíveis.

Mas, a transição mais permanente para o terceiro momento do trabalho educativo em Catende – a designada formação de dirigentes, de que nós apenas acompanhámos o dealbar – corresponde ao contexto em que se tendo assegurado a formação, formal ou experiencial, de um conjunto de actores sociais no espírito do projecto – onde se incluem estes jovens acima referidos que, após a formação, são, em parte, integrados na estrutura produtiva do empreendimento, mas também as lideranças comunitárias, designadamente, os/as presidentes das associações de moradores, os trabalhadores envolvidos em iniciativas específicas de geração de renda e de diversificação produtiva, ou trabalhadores que foram sendo envolvidos em comissões e experimentaram a capacidade de tomar decisões que influenciaram estrategicamente o desenvolvimento do processo (por exemplo, relativas à definição de prioridades para alocação de dinheiro proveniente da venda de açúcar ao governo federal através do programa de incentivo à agricultura familiar) - se fomenta, do ponto de vista organizativo, a criação de um conjunto de instâncias de participação e de intervenção relativamente autónomas entre si mas todas elas vinculadas à definição e regulação do sentido do projecto e que traduzem uma necessidade, mas também uma opção, de criar instâncias de mediação com a multiplicidade de actores sociais que sejam, simultaneamente, mais próximas dos trabalhadores mas mais formalizadas, no sentido de adquirirem um estatuto no processo de gestão política, económica e

estratégica do projecto Catende/Harmonia (a par dos sindicatos de trabalhadores rurais que mantêm largamente a sua função de legitimação e de influência, embora tenham sido incapazes genericamente de passar de uma lógica de luta pelos direitos dos trabalhadores a uma lógica de participação activa na definição do sentido futuro de um empreendimento de trabalhadores...), mas também que possibilitem o estabelecimento de relações com o exterior, e nomeadamente o envolvimento em programas e projectos de suporte financeiro a acções no território da Usina Catende patrocinadas por entidades públicas e privadas, com uma legitimidade política e jurídica que anteriormente havia sido sempre precária, atendendo ao estatuto de massa falida da Usina Catende e à inoperacionalidade em que acabou por cair a Companhia Agrícola Harmonia, incapaz de contornar os obstáculos jurídicos da sua vinculação à massa falida. É pois neste contexto que novas estruturas organizacionais ganham um crescente protagonismo e que se constituem em novos *locus* de aprendizagem e onde se vão desenvolver novos saberes na busca de uma relativa mas progressiva autonomia de acção, nem sempre fácil de alcançar e nem sempre fácil de gerir.

Entre estas estruturas destacam-se as associações de moradores de engenhos - as mais antigas estruturas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais e de suporte ao processo vivido em Catende - que, na sua larga maioria, se vão identificando genericamente, e até assumindo em seu nome, as opções estratégicas do Projecto Catende/Harmonia, a associação constituída pelos jovens filhos e filhas de trabalhadores da Usina Catende na sequência dos cursos/estágios anteriormente referidos - a PUAMA -, o Comité Gestor do Projecto Catende/Harmonia e a Cooperativa Harmonia de produção agroindustrial dos agricultores e agricultoras familiares¹⁹⁹, para além de se constituírem no interior destas formas organizacionais, ou paralelamente, grupos que se vão envolvendo em dimensões que deslocam as

¹⁹⁹ De acordo com os seus estatutos, é uma sociedade com estrutura jurídica própria, constituída com **fundamento nos princípios da autogestão e da economia solidária**, tendo como objetivos essenciais a **integração social e produtiva dos cooperados; a associação cooperada de bens e serviços para o exercício de sua atividade econômica, no interesse comum e sem finalidade lucrativa, compreendendo a execução de atos cooperativos, direcionados, entre outros, à realização e oferta coletiva da sua produção familiar e dos seus serviços; celebração coletiva de operações comerciais e contratos** (Excerto dos Estatutos da Cooperativa Harmonia)

preocupações do projecto Catende/Harmonia para sectores antes pouco cuidados, como é o caso nomeadamente do Centro de Mulheres de Catende que aproveita de um espaço físico da usina Catende para desenvolver um trabalho de educação para a saúde reprodutiva e para a assistência médica às mulheres.

Este momento do trabalho educativo retoma e aprofunda o trabalho educativo em torno das lideranças comunitárias que havia sido iniciado no princípio do processo de transição autogestionário, aí perante uma necessidade mais clara de legitimação para o sentido do projecto e centrado quase exclusivamente nas associações de moradores, mas agora parece alargar o seu âmbito, nomeadamente através da promoção de formas organizacionais diversas e relativamente flexíveis que começam a assumir autonomamente a condução de pequenos projectos federados ao grande projecto de Catende. A este momento pensamos poder associar consistentemente o que Araújo, Lima e Neto (2005:5) identificam como característico do exercício contextual da educação popular no processo vivido em Catende: *“A educação popular em desenvolvimento neste projeto Catende /Harmonia mantém-se baseada na própria práxis de seus executores, no exercício cotidiano da gestão coletiva, na administração dos conflitos internos, na superação conjunta das dificuldades, na busca e consolidação de alternativas outras de geração de trabalho e renda e na melhoria da qualidade de vida daquela gente. É uma empresa de olhos na autogestão que vai se constituindo pela descentralização das decisões, ampliando a participação dos agentes envolvidos, debatendo questões do meio ambiente e buscando, ao nível interno, a construção de uma estrutura democrática e de novas relações de poder. Para tal ambiente, a educação popular precisa ajudar ao exercício do direito à informação e à busca de conhecimento, da produção e posse dos bens culturais existentes”*²⁰⁰ (Araújo, Lima et al., 2005:5)

Neste contexto, encontramos portanto uma ênfase na descentralização das estruturas organizacionais que constituem o Projecto Catende/Harmonia, umas porque ganham uma autonomia que antes não tinham em termos da formulação de projectos e de peso político na condução do processo, outras porque instituem novas

²⁰⁰ Sublinhado nosso.

frentes de desenvolvimento do trabalho de desenvolvimento comunitário, outras ainda porque representam mais efectivamente a apropriação de um poder de decisão político-estratégico na definição do sentido do empreendimento, o que coincide igualmente com a afirmação desta experiência no campo das alternativas simbólicas em termos políticos, produtivos, culturais e educativos (cf. por exemplo em anexo a listagem do conjunto de trabalhos académicos que tomam o caso de Catende como objecto de estudo ou as referências que lhe são feitas na discussão da economia solidária e da pedagogia da produção associada) e que se traduz não só pelo seu envolvimento activo num conjunto de entidades que corporizam no país o movimento do desenvolvimento alternativo (nomeadamente nas suas vertentes de economia solidária e de autogestão), mas até, e essencialmente, pelo desenvolvimento de uma relação de cooperação estratégica com os órgãos de poder federal que trazem como grande contributo a este processo a agregação não só de uma legitimidade política muito importante, como também de um saber técnico que permite pensar este processo numa lógica mais ampla de desenvolvimento comunitário e até regional.

Do ponto de vista das dinâmicas de desenvolvimento comunitário, mobilizando novamente o esquema dialéctico proposto por Matos (s.d.), esta fase corresponde justamente ao momento da *“singularidade”*, ou da negação da negação, ou seja, ao momento em que se assiste à tendência para que a acção social constitua uma nova institucionalidade, para a cristalização de um novo instituído que, de algum modo, representa uma superação das contradições que vimos descrevendo e analisando. Apesar de filosoficamente se poder falar da superação destas contradições, tal não significa a sua anulação. Com efeito, pelo que nos foi dado analisar, o empreendimento Catende/Harmonia sobrevive na gestão tensa das contradições que o atravessam constitutivamente e no confronto intersubjectivo de subjectividades que os actores por ele envolvidos revelam nos espaços e tempos da participação e de definição do sentido no presente e para o futuro do que estão a viver e mesmo no próprio contexto da acção em que se empenham.

Poderíamos considerar que este período corresponde a uma certa *“consolidação”* em termos de dinâmica de mudança, tal como a designa Matos (s.d.), na medida em que em torno deste projecto já se estabeleceu uma rede de

compromissos e de solidariedades que cruzam as várias lógicas de parceria enunciadas por Rui D'Epiney (2004) e que são accionadas consoante o propósito da acção que se empreende e os interlocutores dessa acção. É igualmente um tempo em que a legitimidade externa representa simbolicamente um reforço à identidade interna do projecto, assistindo-se nesse sentido à organização de manifestações públicas para o exterior de uma unidade que “*depura*” as heterogeneidades, admitindo apenas as que não colocam em causa o cerne do sentido político da intervenção que se vem construindo, e ao aparecimento no local de entidades com forte peso institucional (FAO, FINEP, Ministro do Trabalho, Presidente Lula da Silva...) que permitem que o sentido do que se faz naquele território transcenda as suas próprias fronteiras – é a este fenómeno que antes designámos de afirmação no campo das alternativas sociais, económicas e políticas. Por fim, é também um tempo em que a acção já não se declina somente segundo uma lógica projectual – de forma aparentemente paradoxal, foi quando o empreendimento mais dificuldades internas e externas enfrentou que a criatividade projectual mais se manifestou face à necessidade constante de “*inventar*” caminhos em situações de profundo bloqueio interno e externo -, mas, enquanto empreendimento relativamente instituído, necessita fazer conviver essa lógica projectual com uma lógica mais assente numa racionalidade planificadora, isto é, cujas opções consideram mais de perto a ponderação entre meios e fins, o que não representa apenas uma necessidade de protecção da situação de relativo equilíbrio e institucionalidade que se alcançou, mas também uma forma de permanentemente zelar para que as forças sociais, políticas e económicas que se mantêm na oposição ao projecto não encontrem condições favoráveis para o seu desmembramento. Em suma, o instituinte transmuta-se agora em instituído no modo como se procura perpetuar e proteger face à tensão de um “*novo-velho*” instituinte. Naturalmente, esta tendência afirma-se, nomeadamente, na transmutação daquilo que era um enfrentamento sócio-político cuja legitimidade, da parte dos trabalhadores, se afirmava pela mobilização da massa dos trabalhadores, num enfrentamento que se deslocou para a esfera jurídica e para um enfrentamento na arena pública em que se vão afirmando as conquistas que o projecto conseguiu em diferentes domínios ao longo dos seus primeiros dez anos.

Uma das formas de garantir esta protecção face à “*antiga ordem*”, que mantém em tensão a solução de transição autogestionária adoptada, tem sido precisamente através do reforço da emergência e fortalecimento do que são “*novos*” actores na esfera política pública no contexto do território de Catende, nomeadamente as mulheres, os jovens, as associações de moradores e a cooperativa agrícola. Ou seja, a capacidade de gerar novos protagonistas que vão produzindo, a partir das suas próprias especificidades, um projecto alternativo de desenvolvimento naquele território, vinculado a um sentido comum, que permitem igualmente o deslocamento e alargamento da discussão do processo de desenvolvimento “*para além*” do papel que nele pode representar a Usina Catende. Este momento representa um importante contributo para a constituição do que Teisserenc (1994) identifica como “*actores-cidadãos de desenvolvimento*”, isto é, de actores sociais que são capazes de integrar de modo tenso o interesse individual ou localizado e a produção de um bem comum comunicacionalmente estruturado para um território que se delimita precisamente no processo de constituição do sentido para aquele bem comum.

- A associação tem outros projectos para além destes projectos que vão aqui pela usina?

- Tem, a gente em 2002 a gente implantou o projecto de piscicultura, com o apoio da usina mas a parte financeira foi tudo PRONAGERA Nordeste, entrou com a parte financeira. A gente tivemos apoio de Josué de Castro e a parte financeira ficou com PRONAGERA. Além de Renascer, com o Renascer a gente conseguiu fazer 25 banheiros, em 25 residências de lá que não tinham banheiro. Com a Visão Mundial nós conseguimos, no ano agora de 2003, 23 famílias para criar gado e 7 criar galinha, a fundo perdido, né, financiado pela Visão Mundial e Centro das Mulheres do Cabo. (Entrevista Adelmo Silva)

- A minha ideia era ouvir um pouco a Dulce sobre a experiência, primeiro na associação de moradores, e depois, se tivermos tempo, um pouco sobre a experiência na Cooperativa... Mas eu ia começar por perguntar à Dulce como é que foi parar à associação de moradores, e como é que, depois, foi parar ao Projecto Catende.

[...] E aí de lá para cá, nós quando conseguimos colocar a associação em dia, as suas obrigações sociais, começámos a trabalhar vendo se tentávamos alguns projectos. E aí a partir dali começámos com a água, com a situação da água, que eles não tinham, quando chovia enchia tudo, tomavam água muito ruim... Conseguimos mais ou menos 2 km por gravidade trazer a água aí, deixá-la próximo para eles, onde começámos esse projecto, mas não conseguimos terminar, por conta temos até alguns materiais prontos: caixas de água, tem uma série... Mas a gente viu que era muito necessário essas coisas. Depois, ainda com relação ainda à saúde, ter saneamento básico, tentámos, através do Projecto Renascer apresentar um projecto, no qual foi muito bom, em 2004, e conseguimos, com esse projecto, 56 banheiros dentro da nossa comunidade e 34 na comunidade vizinha de Bela Vista, conseguimos agregá-los, e aí já executámos 95% do projecto, onde as prestações de conta, tudo junto ao Renascer, muito boa, tivemos uma... muito boa. E o nível de satisfação da comunidade é um nível de satisfação muito grande, porque você passa a ter uma saúde, um nível de vida diferente, um meio de vida diferente, você passa a ter uma condição de vida bem diferente do que antes, porque em questão à relação com a saúde e todas as outras fontes de vida, melhoramento de vida. O social do pessoal na comunidade realmente teve um melhoramento bom.[...]

- Dulce, quais são... Há dias nós conversámos um pouco sobre isso, mas agora para ficar gravado: quais são hoje os desafios que a Dulce vê para o trabalho das associações e para o trabalho também do Projecto aqui no campo?

Eu vejo vários trabalhos das associações, eu acho, e eu vejo uma necessidade muito grande, de a gente começar a capacitar, João, pessoas, a preparar pessoas. Primeiro, porque, se tem algumas pessoas, pouquíssimas que sejam, preparadas, mas elas não são eternas. Então, você tem que começar a preparar pessoas que substituam, não é verdade? Nós não somos insubstituíveis, mas, dentro do campo rural, precisa se fazer uma formação imediata, não pode ser uma coisa a longo prazo, tem que ser uma coisa a curto prazo. Por grandes necessidades, até por conta do Projecto mesmo! Porque é um projecto ambicioso, é um projecto grande, é um projecto que requer muita preparação, é um grande projecto! São mais de 4100 famílias que sobrevivem desse Projecto! São 20 000 pessoas! Você imagina, é uma cidade! É uma cidade! Que está sobrevivendo só desse Projecto! (Entrevista Dulce)

- Elenildo também faz parte da associação de moradores do seu engenho?

- Isso. Sou presidente da associação de lá.

- Como é que é a relação da sua associação com a usina?

- Não só a minha, mas a usina existe em 48 engenhos que cada uma tem as suas associações, isso é uma coisa muito boa porque nas outras usinas não é permitido associação. Nesses 48 engenhos das associações também caem benefícios para as comunidades, hoje temos mais de mil banheiros conseguidos pelas associações, tem algumas daqui a pouco, está sendo recebido, outras é água, abastecimento de água, então se encaixa dentro da economia solidária sustentável, agora há pouco mesmo no nome da minha associação, num programa coletivo, vendemos à CONAB sete milhão de reais e um milhão e oitocentos mil veio em nome da associação à qual sou o presidente, solidariamente repassar para o coletivo para que pague salário, então é uma relação boa, importante. Além das associações tem os sindicatos que faz parte também desse grupo.

- A associação tem recursos para além daqueles da usina ou só tem recursos através da usina?

- A associação? Não! Existem vários órgãos interligados, por exemplo, nós temos aqui no Estado o Projeto Renascer à qual estou com um projeto de água para abastecimento lá na minha comunidade, nós temos a FUNAB que trabalha nessas questões de elaborar projetos também, PRONAF B com o Banco do Nordeste é através da associação. É bom, é bom, é passos, hoje, em 87, até esse prazo não existia associação, vinha mais para o Sindicato, Prefeitura e como nós sabe, quando passa por esses órgãos, que só se interessam pelo dinheiro é difícil chegar até às comunidades. O Governo, numa visão muito boa, achou melhor que órgão executor fosse directamente a associação e ele o financiador, então isso começou a melhorar e desaparecer aquele pessoal que pegava o dinheiro e não repassava, nem fazia obra - até porque a associação pegando, o próprio associado ele vai cobrar por aquilo que ela recebeu - e aí não se presta conta e então foi mais viável para o Governo do que estar repassando para a Prefeitura, para os Sindicatos e não executava nada. (Entrevista Elenildo Correia Pena)

- Desde que foi criada a associação de jovens PUAMA que tipo de atividades vocês têm tido?

- Desde o tempo que foi criada a associação, temos atividades com jovens da zona urbana e zona rural, mais avançados na zona rural, porque temos projetos lá, como a sementeira que temos a parceria com a Embrapa e MDA, e está bastante desenvolvido, temos em mente também a caprinocultura junto com o MDA, que está sendo aprovado, mas não foi ainda, pensamos também em comprar uma certa terra em Palmares pra gente expandir mais essa área, tanto pra gente pegar o material da sementeira e abrir tipo uma fabriqueta para gente fazer... uma fabriqueta de fubá pra embalar para vender, como também pra fazer um depósito nosso, são 100 hectares de terra e daí a gente expandir mais ainda, o pessoal aqui da zona urbana, a juventude, a gente tá com esse projeto da EIC - escola de informática e cidadania, e temos parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, o CCBA - o Centro Cultural Brasil-Alemanha e com o CDI que é o centro de democratização da informática, e com a juventude aqui da zona urbana, a gente trabalha por meio dessa EIC. (Entrevista Alberto Luiz Soares Sousa)

- O Adelmo hoje também faz parte da directoria da cooperativa, não é?

- Eu sou director administrativo da cooperativa Harmonia.

- Como é que surge a cooperativa, quais são... Para que é que ela surge, qual é a ideia que vocês têm sobre o que querem fazer da cooperativa?

- Nessa cooperativa, a gente melhorar, trabalhar mais, a gente temos a agricultura familiar, dar mais apoio para o pessoal, feito nem esse caso que a gente estava falando do peixe, o pessoal tem alguns interesses mas não tem aquela técnica certa. A nossa intenção é essa dar mais apoio aos sócios, né, aos agricultores familiares e ver como é que a gente pode melhorar eles, além da cana, uma variedade de cana melhor, e na diversificação. Como trazer um gado melhor, trazer um peixe seleccionado, como se pode fazer... A gente tem muita área que dá para fazer um, pode-se criar abelha, já tem experiência de abelha, de caprino, de ovinos... Como melhorar, entendeu, para ajudar a gerar mais renda para este pessoal, para que eles não fiquem directamente dependendo só da cana, que a cana... A safra agora são seis meses, né, e depois você tem que ter outra coisa para você manter sua renda, aí a nossa intenção na cooperativa é essa, ajudar o mais possível para que eles tenham uma renda melhor (Entrevista Adelmo Rodrigues da Silva)

Qual a função que você ocupa na cooperativa?

Eu estou na cooperativa como diretor financeiro.

Como é que surgiu essa ideia da cooperativa? Como é que se envolveu na criação da cooperativa

A ideia de criar a cooperativa veio a partir da necessidade do trabalhador está cada vez mais representado, porque embora já existindo associações, o sindicato, mas mesmo assim a gente vê que ainda é pouco e que quanto mais o trabalhador estiver representado, melhor, foi a partir disso, também a partir de outras necessidades, questões de atrair recursos, buscar investimentos para o coletivo, também se tornaria mais fácil através da cooperativa [...]

- Quais os projetos que são prioridades pra vocês na cooperativa?

- Nós estamos tentando aí uma questão que é uma dificuldade muito grande que o projeto aqui tem que é a questão do transporte principalmente pra transportar a cana de morador, e é pensando nisso que a gente tá tentando um projeto pra compra de caminhões, um financiamento de 9 ou 10 anos de carência para a gente poder pagar isso, então no momento a gente tá mais empenhado nisso, mas também estamos pensando em comercialização de outros produtos como veneno, herbicidas, adubos, porque se a gente compra de forma coletiva, o preço sai justo e aí o trabalhador tem mais acesso, e não é explorado pelos comerciantes da região, isso é uma preocupação nossa, que é facilitar ao trabalhador pra que ele possa aumentar sua produção de forma coletiva, de forma participativa, de forma organizada e consciente do dever de cada um, e também dos seus direitos. [...] (Entrevista Paulo Severo dos Santos)

- Elenildo, pra concluir como tem sido sua experiência de participação num comité gestor?

- Na minha visão, muito boa, muito boa, primeiro é um coletivo, é um consenso pessoal, nunca se tem feito nada sem uma avaliação, a coisa boa daqui, é que quando dá errado, está tudo, é democrático, e daí já se coloca uma sugestão, se está errada essa proposta e aí já vai pra outra discussão, a definição aqui não vem do síndico, não vem do advogado, mas, sim vem de uma gestão coletiva.

- Você acha que os trabalhadores têm essa consciência de que eles têm poder para discutir coisas?

- Sim. Hoje o trabalhador de Catende ele tem: discutir, reclamar, brigar quando toca aos empregados porque ele também já se sente dono, apesar de muitos não acreditar, mas muitos já se sentem, eu estou dizendo isso porque eu me preocupo com a usina de quem eu dependo e eu tenho que me preocupar, quando eu me preocupo com a usina no geral eu estou me preocupando comigo, então é por isso que eu estou reclamando porque eu quero que isso vá para a frente, então é uma relação muito boa...a equipe tem também uma visão muito boa.

- Acha que as pessoas se sentem à-vontade, confiança para dizer, para participar?

- Sentem, sentem, firme mesmo, que onde eles vêem errado eles vai em cima, procura reclamar.

- Também não é só aqui, também acontece no campo, quando alguém está a estragar cana...

- Sim, sim sempre tem acontecido isso (Entrevista Elenildo Correia Pena)

Num artigo consagrado às comunidades pertinentes para a acção colectiva, Denis Segrestin (1980) procurou dar corpo a este conceito privilegiando a dinâmica dos actores nos processos de mobilização e a sua inscrição em formas concretas de

referência capazes de a canalizar, admitindo que é a organização da comunidade que assegura o seu carácter de «*comunidade pertinente*» e que a instala na duração (Segrestin, 1980:173, cit in Teisserenc, 1994:196). Nesse sentido, Denis Segrestin (1980) propõe então três tipos de comunidade, definidas em função dos seus contextos, dos princípios de integração que propõem e dos recursos que oferecem aos seus membros.

Em nossa perspectiva, o processo que vimos apresentando e analisando, e designadamente neste último momento, configura, para usar a tipologia de Segrestin (1980), a transição entre uma *comunidade profissional* fundada na institucionalização das relações profissionais e caracterizada pela sua capacidade de integração na base de uma identificação com uma profissão ou ofício e pela sua faculdade de oferecer uma linguagem comum na qual se fundam os conflitos particulares e participa enquanto tal da mobilização de classe e uma *comunidade-grupo* que se constitui na acção a partir de uma experiência colectiva e em função da maneira como gere os problemas e as relações que dizem respeito à acção. A mobilização que daí resulta procede de fazer corresponder estreitamente a comunidade e o que está em jogo. A mobilização assenta numa vontade partilhada de organizar a comunidade para lutar contra situações de exclusão social e para promover o reconhecimento de uma identidade colectiva (luta das mulheres, lutas dos operários especializados, dos imigrantes, ou ainda a mobilização dos trabalhadores tocados pelo declínio económico de uma região). Nesta perspectiva, a vontade colectiva é tanto mais indispensável quanto a integração não existe à partida; conquista-se na acção (Teisserenc, 1994).

Considerações finais

1. A tradição acadêmica recomenda que se reserve para o epílogo deste tipo de trabalhos uma recapitulação dos contributos que a pesquisa e reflexão desenvolvidas aportam para o campo de saber em que se inscrevem. É portanto comum que se regresse ao caderno de intenções que organizam a discussão teórica e a pesquisa empírica e, de forma simultaneamente sistemática e sintética, se reforcem e eventualmente se reequacionem as linhas de força consideradas mais significativas do trabalho encetado. Neste processo comumente se entreabrem perspectivas de continuação da reflexão e pesquisa e se apresentem os desafios a que cabalmente não se foi capaz de responder, normalmente acompanhados de uma declaração de intenções que tanto apelam à responsabilidade futura do autor, como, esperançosamente, se lançam para que possam tornar-se âncoras que outros levantarão para se aventurarem neste processo de *“olhar longamente para as coisas”* até que se tornem interessantes.

Não será desadequado no entanto começar por reforçar a ideia de que o trabalho que agora se finaliza pretendeu essencialmente reflectir a relação entre educação e desenvolvimento local e comunitário. Ele inscreve-se num percurso pessoal e profissional face ao qual representa muito mais uma imersão do que um distanciamento. O trabalho foi construído na óptica de congregar as convicções filosóficas, políticas, éticas e científicas que nos têm animado na militância socio-educativa, escrevê-las e confrontá-las, na escrita e, muito tempo mais, para além da escrita, com o pensamento no processo a que propriamente se apelida de reflectir: pensar sobre o pensado. E torná-las públicas, de um modo que se queria sistemático, estruturado, coerente e claro para que se tornassem objecto de discussão para além da discussão solitária em que ajuizar da sua consistência, coerência e articulação se constituiu na nossa mente. E fazê-lo não apenas na solidão da teoria mas no aconchego de uma realidade empírica, capaz de estimular activamente as nossas convicções, rebatê-las ou mostrar as suas heterogeneidades constitutivas. A dialéctica entre distanciamento e envolvimento necessária à transformação do que pensamos sobre o que pensamos, e portanto necessária pelo menos a uma das formas da nossa

educação como seres humanos, supõe portanto o Outro, o leitor atento e crítico, principalmente o que por dúvida metódica, convicções teóricas distintas ou vocação maiêutica assume a função da interpelação argumentada que nos ajuda ao distanciamento, à tomada de perspectiva. Por muito que identitariamente este processo seja fracturante, ele é inerente ao ofício académico (e mais genericamente ao ofício do pensar) e condição da produção científica. Por vezes profícuo, quando a relação entre interpelado e interpelante se assume como uma relação comunicacional, no seu sentido habermasiano, e é possível estabelecer fios de pertinência entre veridades que se partilham, por muito heterogêneas que possam ser entre si. Por vezes, é simplesmente um processo doloroso e estéril, reforçando irredutibilidades e incomunicações que aparentemente contribuem simplesmente para um conhecimento a cada dia mais entrópico. Este raciocínio é igualmente válido na discussão de um trabalho científico como no confronto entre discursos, sábios e profanos, que habitam o campo do desenvolvimento. Por isso, a postura teórica adoptada e afirmada, o ângulo de problematização escolhido e a crítica argumentada que procurámos que estivessem presentes neste texto, do mesmo modo que não podem honestamente assumir-se como opções à revelia das nossas implicações, não pretendemos que se constituíssem em ortodoxias científicas totalitárias, mas antes em asserções e interpelações formuladas a partir de um ponto de vista para que possam ser contra-argumentadas por outros pontos de vista.

No entanto, estamos seguros de que a dimensão política e axiológica que inevitavelmente atravessa o campo científico, ao nível da produção e dos seus produtos – e não só no campo das ciências sociais e humanas – não pode, em nossa opinião, ser lidada simplesmente a partir da contraposição estanque entre discursos e teorias ou de uma “*diplomática*” ou mesmo desqualificante tolerância do Outro e dos seus pontos de vista científicos, certamente que com uma igual pretensão à validade epistemológica, teórica e metodológica. A lucidez retrospectiva e prospectiva a que aludimos na introdução deste trabalho tem um importante papel a desempenhar nas opções teóricas e metodológicas que a pesquisa implica – compreendendo a própria escolha dos objectos que, neste sentido, são muito mais sujeitos da sua própria escolha, isto é, são muitas das vezes quem nos escolhe e que nos acontecem – e,

consequentemente, na interpretação que fazemos da parcela do mundo social sobre que reflectimos. Mas é seguramente importante que essa lucidez não se confine e esvazie dentro da academia ou dos areópagos da ciência «*sábua*» ou que nos conduza ao fatalismo e ao imobilismo quando o mundo simplesmente reflecte o - e avança no - sentido do que para Outros será, legitimamente, a sua lucidez.

Não podíamos estar mais de acordo com a afirmação de Pierre Bourdieu – que dá título a um documentário televisivo –, quando, a propósito da sociologia, afirma que esta é um “*desporto de combate*”. Pensamos que qualquer reflexão sobre o social e o humano que adopta as regras do jogo científico não pode deixar de o ser igualmente. O mesmo Pierre Bourdieu, respondendo à questão de para que é que serve a sociologia e os sociólogos, sustenta: “*enquanto investigador o meu trabalho é tentar fazer progredir a consciência e o conhecimento; o trabalho do sociólogo consiste em permitir a toda a gente a posse dessa coisa bizarra que é o mundo social (...) trata-se de conhecer as leis do mundo social, de saber por que fazemos o que fazemos, por que pensamos o que pensamos (...) o conhecimento das leis sociais é a condição de toda transformação do mundo social*”²⁰¹. Gostaríamos de nos reconhecer e ao nosso trabalho nesta afirmação. Mas não ignoramos que esta crença iluminista e moderna no poder da razão, do conhecimento e, por maioria de razão, na educação, esta associação tão forte entre saber e poder agir para transformar não tem necessariamente conduzido a um mundo mais justo, mais solidário, mais sustentável. É Boaventura Sousa Santos²⁰² quem, a propósito da ciência, do conhecimento e da tecnologia contemporâneas, escreve e nos lembra que nunca a humanidade produziu tanto conhecimento e tão rápido como no século XX e que foi este mesmo século que assistiu a mais mortes causadas pelo ser humano do que qualquer outro anterior e em que a exploração dos recursos naturais finitos do planeta superou qualquer limite anterior e razoável. De facto, a ciência normal e o conhecimento que produz parecem

²⁰¹ O texto de onde este excerto foi retirado pode encontrar-se em <http://remue.net/cont/bourdieu02.html> e diz respeito a um encontro-debate do sociólogo com professores.

²⁰² In Carrilho, Manuel Maria (org) (1991). Dicionário do Pensamento Contemporâneo. Lisboa: Dom Quixote.

ter atingido o que Ivan Illich²⁰³ definiu como «*contraprodutividade*», isto é, um estado caracterizado pelo excesso de institucionalização da dita e em que a sua finalidade se esgota grandemente no esforço de legitimar a sua existência e importância. Ainda assim, dialecticamente, há que reconhecer que é esta mesma ciência que tanto permite salvar milhões de vidas, como deixá-las acabar sem qualquer auxílio, quando não contribui mesmo activamente para o seu fim.

Parecemos pois encurralados ou simplesmente temos de colocar a questão de outro modo e interrogar seriamente o conhecimento que tem sido hegemonicamente produzido e o modo como é produzido, interrogar seriamente quem têm sido privilegiadamente os seus detentores e interpelar as formas como o têm convertido num poder mais ou menos suave ou mais ou menos opressivo sobre outros seres humanos e sobre a natureza. E encontrar e contrapor-lhes outros modos de conhecer, outros modos de socializar o conhecimento, outros modos de pensar a sua inscrição no mundo e nas relações entre as pessoas.

E ao colocar estas questões chegaremos inevitavelmente à necessidade de confrontar a educação e as formas que historicamente tem assumido como dominantes, na medida em que a educação enquanto processo de produção social do sujeito humano é certamente o *locus* a partir do qual o que existe pode ser questionado e onde o gérmen do que não existe, mas é possível, se pode constituir, mesmo se essa parece não vir sendo a principal função da educação em muitos dos locais que conhecemos e, pelo contrário, tal como Illich já o anunciava nos anos 70 do século passado, a sua principal instituição – a escola – parece não ter sido capaz de escapar daquele mesmo vórtice da «*contraprodutividade*», em que, paradoxalmente, o que sentimos como uma cada vez maior necessidade da educação só tem par na expansão desenfreada das suas formas mais canónicas que, como tem sugerido José Alberto Correia em recentes intervenções, vem transformando a utopia da Educação Permanente do “*inacabamento*” humano, na tragédia pós-moderna da “*imperfeição*” permanente.

²⁰³ Illich, Ivan (1971). *Deschooling Society*. Consultado em Julho, 2009, em http://ournature.org/~novembre/illich/1970_deschooling.html

Em suma, se algo permanece inabalado, e sai mesmo reforçado, deste percurso de reflexão e de alguma intervenção social que vem conduzindo ao trabalho inacabado que agora se conclui formalmente, é a convicção no contributo que, pelo meio de muitas contradições, apropriações e distorções, a educação ainda assim pode dar para a transformação do mundo. E a convicção de que nessa mesma educação habitam as potencialidades de informar o sentido dessa transformação e de desenvolver nos sujeitos sociais modos de pensar e de agir que permitam confrontar, no exercício quotidiano de cidadania e por meio de todas as possibilidades de organização humana, os nossos sentidos para o mundo com os de tantos outros que possuirão os seus. Mas, ao mesmo tempo, esta convicção vem acompanhada da necessidade de continuar o trabalho de requalificação dos modos de ensinar e aprender que historicamente têm sido remetidos para a periferia do educativo ou considerados categorias menores da educação e da aprendizagem pelos discursos hegemónicos da educação escolar, sem que com estas palavras se queira escamotear a importância que o desenvolvimento dos sistemas educativos e da educação escolar tiveram para algumas das importantes conquistas da modernidade e, desde logo, para essa essencial que foi a instituição social da possibilidade de transformação da condição humana por meio da educação (Nóvoa, 1988).

2. Entre os contributos importantes para esta requalificação do ensinar e aprender como categorias educativas que estão muito além da representação tradicional que a instituição escolar construiu delas encontra-se a reflexão e a prática que, designadamente, no campo da educação de adultos se desenvolveu nos últimos 50/60 anos (cf. Canário, 1999; Silva, 1990), de que uma das vias mais pródigas nos seus contributos práticos e teóricos é a educação popular.

O nosso trabalho – mesmo se quase nunca o menciona explicitamente – pretende ser, de facto, uma análise das formas de relação da educação popular com o desenvolvimento comunitário, inscrevendo-nos na esteira das preocupações de autores como João Francisco Souza (1998), Moacir Gadotti (1998), José Luis Coraggio (2000) ou José Francisco de Melo Neto (2004a) de pensar as potencialidades da educação popular como luta cultural contra-hegemónica – procurando como

finalidade que o desenvolvimento se reorienta em função dos direitos económicos, sociais e políticos das maiorias populares enquanto fundamentos de uma efectiva democracia (Souza, 1998) e assim configure novas relações sociais, novos modos de organização social e novos modos de exercício do poder (Canário, 2007) – apoiada num trabalho educativo que permita aos sujeitos a afirmação de um poder ético e solidário, contra os “*cantos de sereia*” da modernização, onde o desenvolvimento como crescimento económico rima com o agravamento das desigualdades (cf Gadotti, 2000, cit por Coraggio, 2000) e que no campo educativo enfatizam a qualidade formal e a eficiência técnica da acção educativa, incapazes de disfarçar a vulgata das teorias do capital humano que sob estes discursos se abrigam.

Essencialmente por razões históricas, a educação popular tem uma forte expressão na América Latina onde a “*sua teoria e o seu método forjaram-se em grande medida a partir de uma crítica à instituição escolar*” (Coraggio, 1998:126), sendo conduzida essencialmente por agentes não governamentais com ligações a “*organizações sociais, comunitárias, religiosas e políticas*” (idem:131). E se alguns autores identificam a génese da Educação Popular no interior de “*práticas combinadas de educação de adultos e de promoção do desenvolvimento local*” associadas à intervenção estatal na América Latina (Coraggio, 1998:127), outros há que entendem a educação popular como “*crítica e superação*” (idem:127) dessas práticas: crítica à lógica de mudança que tem na base práticas pautadas por uma planificação centralizada, aos programas uniformes e de intervenção sectorializada que assumem o carácter de “*campanhas*” circunscritas no tempo e superação, quer da sua metodologia, quer da sua filosofia. Assim, “*os objectivos considerados muitas vezes como finais nos programas anteriores de educação e desenvolvimento (...) transformam-se em metas intermediárias e operacionais*” (Rodrigues, 1989, cit. por Coraggio, 1998:127) e à lógica das “*campanhas*” procura opor-se uma lógica de programas estáveis marcados pela adequação local da intervenção, contribuindo para a organização comunitária e conjugando a “*melhoria na qualidade de vida com o trabalho político de transformação social e desenvolvimento da participação popular*” (Rodrigues, 1989, cit por Coraggio, 1998:154).

Portanto, não deixando de ter um enfoque educativo nos sectores marginalizados da sociedade, mas também no sistema educativo, a educação popular aspira *“a uma revolução no sentido e na qualidade dos processos educativos”* (Coraggio, 2000:127): sociopoliticamente – dimensão que tendeu a predominar através do ideologema da conscientização – associando-se a um projecto político de libertação dos oprimidos, programaticamente anti-estatal; pedagogicamente procurando afirmar-se como imagem invertida da escola formal nas suas finalidades e meios, opondo o diálogo ao monólogo, a horizontalidade à verticalidade, a linguagem cientificista à linguagem popular, a conscientização à socialização, o culturalismo ao economicismo ou a participação à directividade (*idem*:126).

A mais frequente conceituação da educação popular nesta perspectiva entende-a então como uma proposta político-pedagógica que intrinsecamente visa o *“fortalecimento das organizações e movimentos gestados pelos sectores populares, trabalhando colectivamente para o desenvolvimento de condições subjectivas e objectivas que possibilitem a construção do sujeito capaz de alcançar a sua emancipação”* (Gonsalves, s.d: 214) ou, de forma sucinta, *“unindo conscientização e organização popular”* (Gadotti, 1998:1), podendo esta última ser considerada o elemento identificador da Educação popular ao longo da sua história (Gonsalves, s.d: 215). Subentende, pois, *“processos e propostas que ajudem na constituição de sujeitos sociais com vocação de poder, com capacidade de propor suas principais demandas ao sistema político e de participar efectivamente das decisões sobre o seu próprio destino e da sociedade em seu conjunto”* (CEAAL, 1997:4). Embora esta orientação tenha marcado indelevelmente o enfoque metodológico da educação popular, nomeadamente no que concerne a não separação entre os processos de conhecimento e os processos de transformação da realidade (a praxis), não deixam de se levantar vozes críticas que assinalam que, no seu desenvolvimento a educação popular se foi confinando a intervenções *“no terreno da consciência, da ideologia ou, como alguns preferem chamar, no terreno da cultura”* (Coraggio, 2000: 127) que, em certas circunstâncias – também porque enveredou por um percurso separado e independente face às dinâmicas de desenvolvimento local – *“tem impedido a superação de modo estável e definitivo das situações de pobreza das classes*

populares" (Razeto, 1989, cit por Coraggio, 2000:154). De entre a diversidade de propostas no campo da educação popular importará, então, resgatar a reflexão e as práticas que procuram uma ruptura política e pedagógica face a uma concepção desenvolvimentista do Estado burguês e a necessidade de gerar, a partir do campo educativo, processos colectivos de conscientização social preocupados com a transformação da solidariedade e da equidade em "*valores que cheguem a ser predominantes na economia, na política, contribuindo para que o desenvolvimento se reoriente em função dos direitos económicos, sociais e políticos enquanto fundamentos da democracia*" (Souza, s.d:14-15).

Acreditamos que através da reflexão a propósito do processo vivido na Usina Catende foi possível não só resgatar as categorias estruturantes da educação popular, tal como a vimos conceptualizando, mas essencialmente mostrar como as oposições dicotómicas que estruturam a sua diferença face a outras abordagens educativas são frequentemente mais complementaridades contraditórias do que verdadeiras oposições. De facto, a realidade que através da análise encontramos em Catende é caracterizada menos pela "*pureza*" dos princípios teóricos do que pela hibridez, heterogeneidade e convivência tensa entre modos de pensar a educação e o desenvolvimento.

Esta heterogeneidade, constitutiva desde sempre da educação popular (cf. Souza, 2007), adquire hoje no entanto novas propriedades e coloca novos desafios teóricos, epistemológicos e pedagógicos que derivam das novas tarefas que se lhe apresentam, das novas realidades com que convive, de novos sujeitos que incorpora e dos cenários emergentes em que se inscreve (Souza, 2007) mas ainda assim parece vir sendo capaz de enfrentar a crise dos paradigmas científicos e sociais, sem que por isso deixe de apontar para "*novas perspectivas existenciais, sociais, científicas, económicas, educativas, políticas e institucionais, capazes de enfrentar o terceiro milénio*" (Souza, 2007:48).

Uma das mais significativas dimensões em que estes desafios se polarizam diz respeito à produção de saber que tradicionalmente, no seio dos movimentos populares como actores privilegiados da educação popular, foi marcada, quer por uma lógica de transmissão de conhecimentos dos intelectuais para a massa popular -

quando não mesmo pela sua imposição a esta -, quer por uma atitude relativamente paternalista por parte dos intelectuais de recepção submissiva do saber popular.

De acordo com Souza (2007:50) *“a construção de novos saberes está passando a ser encarada como um processo de confronto de saberes (populares, científicos, religiosos, artesanais, etc). Nesse confronto se dá uma reconhecimento que reelabora os significados prévios e constrói colectivamente outras representações sociais. São imaginários mais ricos, ideologias expansivas para uma intervenção social eficiente e eficaz”*. Esta perspectiva, que nos parece incorporar muitas das preocupações no mesmo domínio adoptadas pela Investigação Acção Participativa (cf. Finger & Asún, 2003) e que se aproxima igualmente da proposta de *“democracia dialógica”* que abordámos a partir de Callon, Lascoumes *et al* (2001) e da problemática do *vernacular knowledge* que os discursos pós-coloniais integram na sua discussão dos processos de desenvolvimento, vem certamente ganhando força ao nível da prática de construção de saberes que orientam a acção localmente, mas inequivocamente confronta-se ainda com a hegemonia que na arena política, e mais globalmente na esfera pública, os saberes codificados escolar e cientificamente ainda assumem. Com efeito, não basta reconhecer a importância dos saberes híbridos ou, mais radicalmente, dos saberes indígenas ou vernaculares. É preciso não perder de vista que esta valorização não pode simplesmente converter-se numa forma de *“localismo cognitivo”* que podendo ser eficaz numa lógica de resistência às novas formas de capitalismo cognitivo que hoje vão imperando e que desapossam os sujeitos até do que lhes é mais intrinsecamente singular e subjectivo (por exemplo, da sua experiência, saberes, história de vida e subjectividades para as converter num capital de competências transaccionáveis como mercadoria no admirável mundo novo do mercado de trabalho do capitalismo avançado), os torna igualmente incapazes de transcender as fronteiras da acção local e impede que se constituam em actores de pleno direito em termos políticos e educativos, fim para o qual a sua convivência tensa com outras formas de saber e de conhecimento é fundamental. Em nossa opinião seria uma ingenuidade pensar a experiência vivida em Catende fora de um enfrentamento que exige compromissos entre diferentes modos de conhecer, de trabalhar e de estruturar as relações sociais de modo a resistir às condições conjunturais e ao forte

constrangimento das estruturas económicas e políticas que envolvem este empreendimento.

Como bem sugere Souza (2007), é necessário passarmos de um enfrentamento dicotómico a um enfrentamento antinómico, isto é, de uma relação entre diferentes formas de produção de saber que entre si não estabelecem qualquer vínculo, a uma relação que não sendo fusional – longe disso – permita relações e correspondências, sistemáticas e intencionais que possibilitem gerar formas de superação dialéctica daquele confronto.

3. A metáfora da viagem é provavelmente a mais adequada para simbolizar o trabalho que agora finaliza. Não só porque acabou por se caracterizar durante o seu curso por uma certa “*navegação à vista*” procurando construir um objecto científico que os imponderáveis e as incertezas, quais marés e ventos, de um processo de pesquisa longo, fizeram dar à costa, em destroços, mais frequentemente do que seria desejável, mas também pela viagem em realidades desconhecidas, para as quais as grelhas de leitura pessoalmente disponíveis, teóricas e existenciais, se mostraram insuficientes ou inadequadas. Mas, mais do que metáfora, a viagem começou por ser viagem literal a outra margem do Atlântico, à procura de um processo que na altura (2004) já levava cerca de 10 anos de existência: o de uma Usina de açúcar que por entre os extensos canaviais nordestinos do Brasil, mais particularmente na Zona da Mata Sul de Pernambuco, (sobre)vive em processo de transição autogestionário.

A preparação da viagem e os mapas recolhidos, respectivamente, através do contacto com um académico que havia realizado pesquisa no domínio da educação popular a partir daquele contexto social e da leitura que foi possível fazer tanto de escritos científicos (do pesquisador acima mencionado) como de notícias e artigos de opinião pesquisados na Internet, que pela sua quantidade e diversidade, nos forneceram uma primeira impressão da dimensão e do eco público e político daquela experiência²⁰⁴, apontavam *a priori* para a necessidade de conferir analiticamente importância aos processos de mobilização e de participação dos sujeitos naquele

²⁰⁴ Cf. em anexo a listagem e organização do conteúdo dos documentos recolhidos da Internet e da imprensa escrita a propósito da experiência da Usina Catende ao longo do corte temporal que se estende de 1998 a 2007.

processo e aos modos como aquela mobilização e participação se constituíam em experiências educativas individuais e de aprendizagem colectiva.

De facto, a leitura e análise de alguns materiais acerca daquela experiência indiciava uma participação que extravasava momentos ritualizados e se instalava na duração e protagonizada individual e colectivamente por trabalhadores rurais e operários fabris se desenvolvia no seio de formas de organização social como os sindicatos de trabalhadores rurais e operários e nas associações de moradores das comunidades rurais, levantados contra um modelo secular de desenvolvimento que fora uma experiência de dominação e de exploração perpetuada de um passado colonial de vários séculos, face à qual se procurava agora a construção de “*algo*” novo sob a designação de Projecto Catende/Harmonia, a que frequentemente se acoplavam discursivamente as noções de autogestão e de economia solidária. Mas, em primeira instância, sugeria-se nestas fontes que esta mobilização e participação dos trabalhadores lutava para impedir que o fim da sua principal e quase única forma de subsistência – o trabalho assalariado na terra e na fábrica – deixasse à sua sorte vários milhares de pessoas e suas famílias.

A participação aparecia-nos assim nos ecos das vozes familiarizadas com este processo como vizinha da luta, luta de quem não tem nada a perder e participa pela sua sobrevivência objectiva, física, material sem que necessariamente tenha em si a consciência de que esta é também a mais urgente e digna das lutas pela sobrevivência subjectiva, isto é pela condição humana de se afirmar como pessoa e de se ver reconhecido como pessoa e, como tal, constituindo-se inevitavelmente como cidadão, actor de uma luta política pelo direito à polis e à sua polis, e de uma luta cívica pelo reconhecimento nos seus direitos humanos básicos. Mas esta revelava-se igualmente a luta por uma outra forma de organização social, pela afirmação de outros modos de pensar e levar a cabo o trabalho, de pensar as sociabilidades e convivialidades entre as pessoas, isto é, uma luta daqueles trabalhadores pela conquista do papel de autores da sua própria vida social. Ora, daqui emergiu uma outra questão que se tornou pertinente do ponto de vista da nossa análise: quais os processos de formação da(s) pessoa(s) como sujeito(s) social(is) e histórico(s) no movimento de mobilização e de participação nas sua(s) luta(s) e quais as formas organizacionais e institucionais

encontradas para dar corpo a este processo de “construir-se como sujeito humano” contra a dominação e pela afirmação de um modo alternativo de ser e viver.

O contacto efectivo com o terreno de pesquisa foi o momento de matização deste *locus* de análise. Uma das primeiras constatações *in situ* foi a da existência intencional (deliberada), formalizada e institucionalizada de um conjunto de actores e de acções denominadas e reconhecidas como educativas e dirigidas a uma franca pluralidade de actores que coexistiam no território sócio-espacial em que o processo se desenvolvia. Ora, a educação deixava assim de ser apenas um efeito correlato do decurso do processo (uma espécie de co-produto, resultado mais ou menos intencional, mais ou menos espontâneo, do processo, isto é, de um conjunto de práticas sociais cuja intencionalidade primeira era outra que não a educativa) para necessariamente passar a ser igualmente entendida como um actor de pleno direito, polimorfo mas sistemática e deliberadamente incluído na alimentação do movimento a que ali se assistia.

Duas faces se desvelaram assim e dois eixos de análise se tornaram de igual maneira imperativos: o que implicava apreender os efeitos educativos de um movimento colectivo, isto é, o que de educativo se desprendia de uma acção eminentemente social e política, e o que se orientava para a compreensão das justificações, características, efeitos e finalidades esperados de uma aposta deliberada em situações educativas como componentes do desenvolvimento daquele processo social e político. Este segundo eixo de análise impeliu-nos a identificar que o investimento educativo no âmbito deste processo visava produzir efeitos que não exclusivamente educativos, o que desde logo nos remetia para a necessária consideração dos co-produtos da acção educativa nomeadamente daqueles que fazem a natureza da acção educativa intrinsecamente política, aliás já larga e mais que competentemente argumentada (cf. por exemplo Freire, 1975; Ardoino, 1969), mas também para a consideração da utilização política intencional e sistemática da educação. Em última instância, este segundo eixo de análise obrigou-nos ao reconhecimento da irreduzível indissociabilidade entre práticas sociais e práticas educativas e entre efeitos sociais e políticos e efeitos educativos.

A separação entre estes dois eixos/faces da educação neste processo revelou-se muito mais construída analiticamente do que empiricamente destrinchável, pois no quotidiano daquele processo, as decisões e as acções empreendidas sobrepõem constantemente o sentido político e o sentido educativo. Não obstante, analiticamente, fomos descortinando pelo menos três modalidades desta articulação: i) a acção política e a acção educativa coincidem em situações cuja matriz é a da acção política e que é particularmente visível nos momentos que identificamos como de luta social), ii) a acção educativa é promovida para fomentar ou alimentar uma finalidade política ou social, portanto, em que a acção educativa é uma espécie de extensão ou de instrumento ao serviço da acção política que, neste caso, associamos ao processo de legitimação do sentido da acção empreendida e, finalmente, iii) um dado sentido político é a principal finalidade esperada de certa acção educativa que julgamos associada ao processo de produção de sentido na e para a acção do projecto empreendido.

4. Nas últimas décadas, o local e o seu desenvolvimento vêm sendo incorporados nos discursos e práticas políticas e científicas como referenciais em torno dos quais se tende a equacionar os problemas sociais e a sua “reparação”. Já afirmámos anteriormente (Correia & Caramelo, 2004) que esta “*emergência e revelação do local*” em termos políticos e cognitivos (Matos, s.d) se apropriou de uma gramática que foi desenvolvida de forma crítica pelos movimentos que nos anos 60 e 70 contestaram um sistema social assente na estadocracia e numa ideologia desenvolvimentista para, num contexto de profunda crise desse regime de gestão do social, resgatar e incorporar aquela gramática numa lógica tecnocrática e projectocrática (Matos, s.d.) que tende a transferir para o local o ónus da impotência do Estado de manter uma gestão monocentrada e sectorializada dos sistemas e problemas sociais perante a falência do que Dubet (2002) designa como «*programa institucional*».

Ora, esta tendência torna a problemática do desenvolvimento local e comunitário um campo propício à necessidade do regresso à discussão ética, filosófica e política dos fundamentos da acção que tem como finalidade a mudança social,

designadamente a uma escala comunitária, como única forma de interromper a instauração de “lugares comuns” marcados pelo pragmatismo e por um tecnocientismo particularmente propenso à sua invocação como fonte de legitimidade política. A urgência de reintegrar o desenvolvimento local e comunitário no plano da discussão das opções sociais que lhe subjazem é tanto maior quanto tem contra si séculos de instauração de um regime de verdade sobre o sentido do desenvolvimento que não só desqualificou sistematicamente o local como escala a partir da qual pensar o desenvolvimento, apenas teoricamente contrariado a partir de finais dos anos 70 e praxeologicamente contestado na década anterior na América Latina, como instituiu o que Wolfgang Sachs (1992) identifica como “*estrutura mental*” que tende a quase exclusivamente relevar a dimensão económica e modernizadora dos processos de mudança social.

Como pudemos salientar, as perspectivas que a partir dos anos 70 se desenvolvem sob a bandeira do desenvolvimento alternativo encetam uma tentativa sistemática de produzir uma ruptura paradigmática no pensamento sobre as teorias e práticas de desenvolvimento. De forma sintética, esta ruptura procura operar-se a três níveis que Canário (1999) identifica e caracteriza: i) a referência territorial do desenvolvimento; ii) a base política do desenvolvimento; iii) os processos de conhecimento envolvidos nas dinâmicas de desenvolvimento. De acordo com estes discursos, o desenvolvimento não pode apenas continuar a pensar-se à escala do Estado-nação, ignorando simultaneamente o que são as escalas territoriais a montante e a jusante (o transnacional e supranacional e o local) onde se produzem fenómenos que por efeitos de indução ou de retroacção moldam inevitavelmente os processos de desenvolvimento (cf. a este respeito Charlot, 1994 que aborda estas relações nos seus efeitos sobre as políticas educativas e particularmente sobre as políticas de territorialização). Por outro lado, não deve simplesmente apoiar-se em dispositivos que separam claramente o *locus* da decisão política do contexto concreto em que aquela produz efeitos, nem muito menos escamotear aos actores sociais, situados naquelas diferentes escalas, os sentidos próprios e a legitimidade – que a sua condição de actores sociais envolvido em/ou por um dado sistema social lhes confere - de participar na definição e concretização dos processos de desenvolvimento. Finalmente,

procura-se ainda entrar em ruptura com uma lógica que atravessou profundamente a relação da educação com o desenvolvimento e que supunha não só uma necessária anterioridade da qualificação dos sujeitos como condição de promoção do desenvolvimento, como supunha ainda uma relação inequívoca, directa e positiva entre o incremento da primeira e efeitos positivos sobre o segundo. A alternativa acentuava então a necessidade de complexificar os modos de relação entre educação e desenvolvimento, o estatuto dos saberes, a forma dos processos da sua aquisição e a sua relação temporal com a acção.

Ora, esta ruptura, mesmo se na prática foi apenas ténue ou relativamente circunscrita se comparada com a narrativa desenvolvimentista dominante, veio colocar novas questões à problemática do desenvolvimento e, particularmente, ao desenvolvimento local que tenderam a configurar opções dicotómicas.

Com efeito, a interacção entre diferentes escalas territoriais na forma como se concebe e concretizam práticas e dinâmicas de desenvolvimento – ou como esta interacção ocorre independentemente de não ser intencionalmente pensada e concretizada – tendeu ou para o fechamento do local sobre si mesmo, segundo uma lógica defensiva, numa espécie de regresso ao conforto uterino de um certo comunitarismo anterior ao século XIX e à organização política dos estados modernos (pelo menos na Europa), de que resultaram fenómenos de sinal bem diferente como o exacerbamento das identidades regionais e o advento de nacionalismos ou o desenvolvimento de *“identidades de resistência”* à colonização da globalização neoliberal que pretendem ver reconhecido o valor cultural e económico da *“reserva de paisagem”* que um certo local ainda constitui (Melo, 2002), ou, pelo contrário, conduziu a uma hipostasia da influência das instâncias transnacionais e supranacionais na definição dos sentidos e prioridades do desenvolvimento do local que essencialmente conduziu à inscrição do local na rede de trocas globalizada, procurando aí fazer valer as suas eventuais vantagens comparativas num mundo interligadamente competitivo (como é, por exemplo, o caso dos *“distritos industriais”*). A dicotomia que aqui se instala é justamente entre a preservação das *“raízes”* e o acesso ao mundo das *“escolhas”*.

Por outro lado, a transformação dos modos de regulação social de iniciativa estatal que está subjacente à necessidade de conferir um novo estatuto e papel aos actores sociais na definição e intervenção nas situações que afectam a sua vida e a dos territórios que habitam não se deu necessariamente pelo fortalecimento dos mecanismos de envolvimento democrático e participativo dos cidadãos na produção de um sentido para um bem comum. Com efeito, assistimos antes, quer a fenómenos de desconcentração das estruturas de regulação centralista (que no fundo não são mais do que formas de recentralização) e de formas de acção social que tendencialmente configuram formas *“territorializadas”* de controlo dos cidadãos onde, sob o argumento da proximidade e da autonomia, estes acabam induzidos a adoptar modelos formatados e pré-estabelecidos do *“bom cidadão”* e da *“boa participação”* que, na maior parte das vezes, não exigem mais do que o cumprimento dos *“domingos políticos”* (Castoriadis, 2005 cit. por Canário, 2007) ou, em alternativa, sob a retórica da projectocracia, responsabilizam-se os sujeitos sociais pela sua auto-mobilização competente, face a um mundo que constantemente expõe a sua inadaptação, incompetência, ou insuficiência, seja por relação ao mundo do trabalho, seja por relação ao mundo da tecnologia, seja por relação ao mundo do conhecimento e que, na melhor das circunstâncias, produz eficientes empresários de si mesmos e, na pior das circunstâncias, agrava severamente a desfiliação social que conduz a fenómenos sintomáticos de um disfuncionamento social sistémico como é, por exemplo e particularmente nos países centrais, o caso da crescente *“psiquiatrização dos trabalhadores”*. Aqui a dicotomia instalada parece ser entre a conformização social que disciplina a participação face ao modelo de cidadão típico e esperado de sociedades liberais (cf. Triantafillou & Nielsen, 2001) e a desfiliação social (Castel, 1999) que conduz a percursos nas fronteiras das periferias dos sistemas sociais, amortecidos pelas políticas sociais paliativas ou pelo desenvolvimento do que Canário (1999) identifica como *“mentalidade de assistido”* que impedem que estes percursos alternativos exibam e se afirmem como um poder contra-institucional na arena política e da cidadania quotidiana.

Finalmente, a terceira dimensão da ruptura intentada pelo discurso do desenvolvimento alternativo supunha uma transformação da concepção dominante da

relação entre educação e desenvolvimento, no que respeita aos processos de conhecimento que estabelecem aquela mediação. Esta transformação apelava, por um lado, ao alargamento da própria concepção de educação no sentido do que Canário (1999) identifica como “*globalização da acção educativa*” o que, consequentemente, permitiria considerar os próprios processos de desenvolvimento como situações potencialmente educativas pelo envolvimento participativo dos actores na sua definição e condução e, ainda, em que educação e desenvolvimento se sobreporiam temporalmente e em termos das próprias lógicas de conhecimento-acção e desse modo se reduziria a distância de legitimidades entre saberes “*sábios*” e saberes “*profanos*” e os seus modos de produção. Por outro lado, em termos de filosofia educativa, esta ruptura apelava a uma mudança no sentido de que a educação se transformasse de meio ao serviço do desenvolvimento, para se constituir num fim em si mesma enquanto direito legítimo e inalienável dos seres humanos e imprescindível à sua constituição como cidadãos.

É certo que do ponto de vista da filosofia educativa nada nos opõe às consequências pressupostas desta ruptura – que, aliás, do ponto de vista dos princípios nos parece inscrever-se nos ideais da Educação Permanente –, no entanto, o mesmo já não acontece face à sua apropriação e concretização política e prática. Com efeito, há hoje uma forte ambiguidade política entre o que pode ser o desenvolvimento humano por via da educação e o que é o desenvolvimento de recursos humanos por via dessa mesma educação (PNUD, 1996). Nesta ambivalência desempenha um papel fulcral o conceito, importado da economia, de “*externalidades positivas*”, enquanto efeitos “*indirectos*” da educação na produção, na economia, na sociedade ou no trabalho, e que aqui cumpre a função de *des-ideologizar* o que não é mais do que a apropriação pelo campo económico do capital cultural, social e simbólico produzido pela educação. Do mesmo modo, a tendência actual e crescente para considerar o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) como uma condição importante para despoletar e acelerar processos de desenvolvimento, não vem senão reforçar uma hierarquia entre diferentes tipos de conhecimento (e da sua produção) e formas de o transmutar em tecnologia, claramente subalternizadores dos conhecimentos e tecnologias que se afastam do modelo da ciência ocidocêntrica, a

que se vem procurando opor nos países periféricos a recuperação dos saberes vernaculares e formas de tecnologia social. Também as intrínsecas relações de saber-poder que povoam o campo do desenvolvimento nas relações que se geram entre actores endógenos e actores exógenos, pelo tipo de dispositivos de diagnóstico, análise, planeamento e intervenção que promovem, e tendo na base as distintas linguagens e racionalidades que se confrontam na sua produção, tendem a instaurar uma hierarquia cognitiva entre diferentes modos de conhecer, de conhecimento e de acção que resultam frequentemente na desqualificação dos saberes locais e na subordinação simbólica e prática dos actores comunitários a especialistas especialmente especializados.

A dicotomia que aqui se instala é, portanto, a que obriga a uma escolha entre uma racionalidade técnico-instrumental que, mesmo se implicitamente, mantém o acento na função de *“correspondência positiva”* da educação para o desenvolvimento social/económico e uma racionalidade comunicacional que tende a pensar o desenvolvimento como consequência do debate argumentado entre racionalidades e saberes heterogéneos, num processo que é simultaneamente constitutivo dos sujeitos sociais, dos processos de desenvolvimento que se conduzem e de comunidades transformadas.

Ora, a recuperação da discussão dos fundamentos éticos, filosóficos e políticos de uma acção que conduza à transformação social, isto é, a um desenvolvimento humano, sustentável, justo e solidário, em nossa opinião, dificilmente poderá fazer-se a partir das apropriações a que o discurso e práticas do desenvolvimento alternativo têm sido sujeitos ou a partir do que antes, na esteira de Souza (2007), identificámos como escolhas dicotómica entre opções irreduzíveis. Nesse sentido, importa também neste caso passar para uma lógica antinómica que permita, a partir do resgate da dimensão crítica da gramática desenvolvida no campo do desenvolvimento local dos anos 60 e 70, constituir o campo educativo como palco em que os fundamentos acima referidos podem ser comunicacionalmente reequacionados e, por meio do seu confronto com a gramática educativa hegemónica, se procurem construir figuras de compromisso que permitam gerir na intervenção sócio-educativa

as dicotomias antes enunciadas segundo uma lógica de complementaridades contraditórias.

Quadro 14 – Gramática do Desenvolvimento Local vs Gramática da Educação Escolar

Dimensões comparativas	Gramática crítica do desenvolvimento local	Gramática hegemónica da educação escolar
Sujeito de referência	Comunidade	Indivíduo
Espaço de referência	Local/Território	Nação
Formas de saber dominantes	Saberes experienciais e locais, populares, não formalizados	Saberes lógico-abstractos, universais e codificados
Lógica de relação dominante entre actores sociais	Sociabilidade	Socialização
Código cultural dominante	Cultura oral	Cultura escrita
Visão dominante sobre território de desenvolvimento	Potencialidades	Défices
Lógica educativa dominante	Co-aprendizagem	Ensino
Princípio de organização da educação	Problemas e projectos	Conteúdos
Modalidade de formação dominantes	Auto, hetero e ecoformação	Heteroformação

De acordo com esta lógica, as figuras educativas de compromisso resultantes deste confronto antinómico passam, como sugerimos em outro momento (Correia & Caramelo, 2001:89) pela articulação entre a qualificação dos indivíduos e a qualificação das comunidades, ou seja, implica assumir que *“o desenvolvimento local tem de se pensar também na sua contribuição para a recriação das comunidades, ou seja, para o estabelecimento de redes de relações densas que são qualificantes tanto dos indivíduos como das comunidades”*. Nesta perspectiva, o trabalho de animação e desenvolvimento comunitário tem de ser pensado como projecto de construção das próprias comunidades, o que implica que os dispositivos de intermediação da acção – nomeadamente os educativos – e a própria acção que aí se concretiza têm de ser pensados em função de um destinatário que não é o sujeito – átomo isolado – individualmente considerado, mas antes *“comunidades/projectos com capacidade de deliberação e de se envolverem na narração de uma história comum”* (idem:89), segundo os seus próprios saberes e linguagens. Por outro lado, esta construção das comunidades faz-se segundo um processo de transacção identitária entre o *“interior”* e o *“exterior”* – de síntese dialéctica entre o mais local e o mais global – onde a preocupação não pode circunscrever-se à promoção da adaptação funcional dos

cidadãos face às tendências macrosociais na medida em que esta corresponde essencialmente à desvinculação do sujeito das suas “raízes” para a sua inscrição no mundo globalizado das trocas mercantis, mas deve igualmente incorporar um exercício de requalificação da tradição, no que desta remete para o reforço das sociabilidades estruturantes dos laços sociais, que lhe outorgue um direito de cidade semelhante ao que usualmente hoje apenas concedemos à mobilidade pós-moderna. Esta gestão tensa entre tradição e modernidade, local-global, interior e exterior é que poderá permitir o que apelidámos antes de um novo “*cosmopolitismo comunitário*” (Correia & Caramelo, 2003).

Acreditamos que esta fórmula se aproxima da que Finger e Asún (2003) apresentam a partir dos desafios que o campo da educação de adultos enfrenta face ao actual contexto de “*turbocapitalismo*”, de erosão do Estado e da política tradicional, dos efeitos da pós-modernidade na arena cultural e da crise ambiental quando sugerem que “*a aprendizagem colectiva e criativa é o único recurso disponível na procura de uma saída*” (*idem, ibidem*:15) que nos permita conceber um “*cenário de responsabilidade ecológica social*” (*idem, ibidem*:121), em que a “*aprendizagem de uma saída*” é o “*lugar onde se combina a desindustrialização²⁰⁵ com o controlo das pessoas sobre os seus próprios processos de aprendizagem*” (*idem, ibidem*:125). Ou seja, há que “*tomar consciência de que o desenvolvimento e a justiça social já não estão ligados nem mesmo inversamente relacionados – tomar consciência das contraproduktividades do actual percurso do desenvolvimento. Segundo, aprender a nossa saída significa encontrar caminhos e meios de abrandar este cada vez mais acelerado círculo. Trata-se essencialmente de um processo de clarificação conceptual. Terceiro, aprender a nossa saída significa desenvolver alternativas fora deste mesmo processo, simultaneamente aos níveis económico, ecológico, político e cultural*” (*idem, ibidem*:134). Este processo implica ter como referência projectual a produção de

²⁰⁵ Entende-se aqui que a contribuição da aprendizagem de uma saída para a desindustrialização passa por “*fomentar a desracionalização, como o remédio para a racionalização crescente, e o irracionalismo, a diversidade de cultura e Natureza, a descolonização, a reabilitação biofísica e o desenvolvimento da comunidade, como remédios para o individualismo e a fragmentação sociocultural crescentes*”, isto é, relacionando-se simultaneamente, com “*a reconstrução da identidade e integridade ecológica, social e humana, fomentando uma aventura biográfica resistente às iniciativas da administração e às institucionais e promovendo um futuro colectivamente e permanentemente auto-inventado, baseado na convivialidade na Natureza e entre culturas*” (*idem, ibidem*:130)

comunidades sustentáveis através do desenvolvimento de uma praxis social que curto-circuite as contraproduktividades do mundo actual e que inevitavelmente terá a sua génese na constituição de comunidades de resistência, dentro das quais os processos de tomada de consciência e de definição do sentido daquela praxis – enquanto processos educativos – se vão colectivamente construindo.

No caso do empreendimento que tomamos para análise sentimos que a proposta que aqui se esboça se aproxima igualmente da formulação de intenções que Neto (2004) equaciona para o trabalho educativo que ali se desenvolve, de acordo com a qual o trabalho educativo não pode desconsiderar a realidade da cidade em que o projecto está inscrito e os seus problemas e constituirá *“uma educação (...) cada vez mais interessante quando definidora de processos educativos para toda a região e não apenas a Usina, contribuindo com a sistematização de uma política educativa e pedagógica voltada ao preparo de quadros políticos e técnicos, para auxiliar todo o processo organizativo que estiver em curso, no projecto”* (Neto, 2004:128).

5. Os pressupostos que organizaram a primeira parte da nossa análise são, por um lado, a ideia de que a mobilização e acção colectiva que vamos identificar em torno do empreendimento de Catende resulta de um enfrentamento inscrito no longo prazo entre capital e trabalho que vai promovendo uma consciência política nos trabalhadores acerca de interesses e de necessidades não satisfeitas e que, num contexto de aprofundamento subjectivo e objectivo dessa contradição – para o qual o trabalho educativo contribui –, num dado momento histórico, conduz à emergência de um actor colectivo/sujeito histórico que racionalmente se envolve numa acção colectiva que visa fazer vingar aqueles interesses e satisfazer aquelas necessidades – ou, se preferirmos, promover a mudança social – e, por outro lado, que este movimento corresponde em larga medida a um processo de constituição de uma classe social – o proletariado/operariado – face ao capital e para si²⁰⁶. Ora, Elísio

²⁰⁶ Apesar de haver discrepâncias posteriormente elaboradas pelos estudiosos do pensamento marxista quanto ao significado destas noções, que sirva de esclarecimento a esta distinção a seguinte citação do próprio Marx: *“Economic conditions had in the first place transformed the mass of the people into workers. The domination of capital created the common situation and common interests of this class. Thus this mass is already a class in relation to capital, but not yet a class for itself. In the struggle, of*

Estanque (1999:88 e sgs) apresenta uma perspectiva que pensamos ser pertinentemente interpelante desta interpretação. Na sua perspectiva não podemos considerar as experiências de acção colectiva inscritas na história do movimento operário – considerado genericamente – “*a priori como experiências de classe, num sentido estrito*”.

O seu argumento remete para a ideia de que a formação da classe operária embora possa derivar de “*antagonismos estruturados pelas relações produtivas*”, se apoiou igualmente em “*dinâmicas e formas de acção sediadas noutras esferas de identidade colectiva*”, sugerindo mesmo que “*diversos estudos históricos sobre a formação da classe operária ou sobre as grandes rupturas revolucionárias ocorridas no capitalismo chamam justamente a atenção para a importância das múltiplas e complexas articulações entre a luta de classes e outros factores de natureza sociocultural ou institucional, tais como as identidades comunitárias ou a emergência do moderno Estado-Nação*²⁰⁷” (*idem, ibidem:88*)²⁰⁸.

Não excluindo as relações de produção como elementos identitários a partir dos quais se erigem identidades colectivas, a abordagem de Estanque (1999) de algum modo corrobora as teses do «efeito localidade» (Benoît-Guilbot, 1991), ao enfatizar a necessidade de procurar ao nível local e comunitário outras razões ou esferas de relação social a partir das quais as identidades colectivas se forjam (que nas palavras do autor referido tanto podem ser simples rivalidades face a outras comunidades, como resultarem de uma reacção ao impacto de mudanças estruturais repentinas, como a que acontece em Catende). Assim, por um lado, de tudo isto, Estanque (1999) conclui que “*pode dizer-se que as lutas colectivas (sejam elas de tipo «reactivo» ou «pró-activo») se apoiam geralmente em exigências que não puderam ser realizadas por outra via, mas tal não deve significar que elas sejam sempre fundamentadas na base do interesse racional*” (Estanque, 1999:89), pressupondo-se das palavras do autor

which we have only indicated a few phases, this mass unites and forms itself into a class for itself. The interests which it defends become class interests” (cit por Bottomore, 1991:85)

²⁰⁷ Sublinhado nosso.

²⁰⁸ Por exemplo, o movimento operário no quadro da instituição dos modernos Estados-nação surge como resposta aos excessos do capitalismo liberal, mas a sua afirmação como classe com uma identidade própria faz-se, pelo menos em parte, por oposição à identidade nacional que então se procura consolidar (cf. Estanque, E, 1999:91).

que seria este interesse racional que presidiria à agregação dos sujeitos em classes sociais.

Embora o autor a mobilize justamente para relativizar a sua importância – “*o que aqui pretendo questionar é sobretudo até que ponto a acção colectiva pode ser compreendida a partir do conceito de interesses ou da ideia de racionalidade*” (e veja-se também o esclarecimento acerca desta noção de interesses que apresentámos anteriormente em nota de rodapé) –, Estanque (1999:89) sustenta que não é demais acentuar que a noção de *interesse racional* pensada como condição de mobilização para a acção colectiva é deveras ambígua²⁰⁹. No entanto, não podemos evitar pensar que Estanque (1999) aprecia aquela noção no seu sentido mais imediato que submete ao domínio da estratégia e do cálculo racional de base económica (o que se ganha e o que se perde com a prossecução racional de determinado interesse) o que pode ser do domínio da aspiração abstracta e do desejo difuso ou que obnubila o que pode emanar de formas de racionalidade outras²¹⁰ ou do “*acidente*” (cf. por exemplo Enriquez, 1972 acerca do valor da «*desorganização*» para a mudança²¹¹).

²⁰⁹ Neste sentido, não resistimos à tentação de sustentar que, felizmente, nem sempre a acção colectiva se fundamenta na base de um interesse racional, o que, ainda assim, não significa que esta nossa posição deva ser confundida com alguma da crítica pós-moderna ao que identifica como imposição da razão ocidental como padrão de racionalidade promovido pela modernidade, designadamente se essa crítica redundar, alternativamente, na defesa de um relativismo radical que oculta mais do que esclarece e obnubila as conquistas, relativas é certo, da modernidade.

²¹⁰ Num artigo de Husson, B. sintomaticamente intitulado “Qu'est ce qui fait courir les gens.” Consultado em Agosto, 2001, em <http://www.globenet.org/horizon-local/ciedel/courir.html>, que o autor esclarece dever ser apreciado mais como um exercício e não tanto pelo seu valor científico e que fundamentalmente pretende obrigar-nos à interrogação sobre as relações entre processos de desenvolvimento e vida quotidiana, e apoiado na solicitação feita a sujeitos envolvidos em trabalhos de ajuda ao desenvolvimento em múltiplos países para que identifiquem o que motiva as pessoas ou os grupos com os quais trabalham, as respostas que se destacam à questão-título são, nas palavras do autor, «*le besoin de sécurité et celui de reconnaissance sociale. L'approche économique globale est absente des discours. Cela ne signifie qu'elle n'est pas importante mais simplement qu'elle n'est pas identifiée comme déclencheur de dynamisme pour les groupes ou les individus concernés* » (p.1).

²¹¹ Como aponta Eugene Enriquez (1972 :16-17) a propósito da abordagem sistémica da mudança e da estabilidade dos sistemas e do papel que a «*reprodução*», a «*desordem*», o «*acidente*» e o «*inesperado*» aí desempenham: «*l'événement, le bruit, est donc à la fois ce qui provoque le changement dans le système et ce qui maintient l'existence même (la stabilité) du système. C'est donc à partir de la désorganisation que peut exister l'organisation, c'est parce qu'il y a désordre – dans le sens d'apparition de perturbation augmentant l'hétérogénéité du système, et non dans le sens d'augmentation de l'entropie qui accroît l'homogénéité du système – qu'il peut y avoir création, invention de formes nouvelles d'un équilibre nouveau, c'est parce que les organismes physiques, biologiques et sociaux sont voués à l'entropie et à la mort qu'ils peuvent créer de la neg-entropie, c'est parce que la pulsion de mort est à l'oeuvre et est le but final de la vie, que la pulsion de vie peut trouver*

Por outro lado, sustenta Estanque (1999) na esteira da discussão dos problemas estruturais dos Estados capitalistas encetada por Claus Offe (1984), em determinadas situações de antagonismo entre interesses, designadamente económicos, como por exemplo no campo da produção industrial, há que reconhecer que é bastante mais simples que os capitalistas possam realizar os seus interesses individualmente, do que os trabalhadores enquanto classe, uma vez que *“a prossecução dos seus interesses exige a mobilização colectiva, o que requer múltiplas negociações entre os seus membros (e representantes), dificultando sobremaneira a possibilidade de acção, dada a sua natureza dialógica”* (Offe & Wiesenthal, 1984, referidos por Estanque, 1999:89).

Também outros autores são convocados por Estanque (1999:89 e sgs) para sustentar esta necessidade de relativizar a importância do conceito de interesses ou da noção de racionalidade na compreensão da acção colectiva e que de algum modo vêm matizar a perspectiva marxista ortodoxa da mobilização para a acção colectiva na base dos interesses racionais e da luta de classes. De entre estes autores destacam-se Olson e Elster (referidos por Estanque, 1999:89) que sustentam que as teorias marxistas da acção de classe estariam incorrectas quando assumem que *“os indivíduos tendem a agir numa base racional na perseguição dos seus interesses comuns”* (idem:89), mobilizando argumentos que, em nossa perspectiva, radicam igualmente numa concepção da acção humana redutível ao cálculo/acção estratégico(a). De facto, o primeiro sustém que a coexistência de interesses individuais e racionais nos grupos ou organizações, não só não promove, como efectivamente chega a inibir a participação na acção colectiva e, nesse sentido, *“a acção de classe não ocorrerá se os indivíduos que compõem uma dada classe agirem racionalmente”* (Olson, 1998:96 cit por Estanque, 1999:90). O segundo conceptualiza esta questão em torno do que designa o *«síndrome do free-rider»*, ou seja, tendo subjacente uma argumentação que nos parece radicar na teoria dos jogos e no cálculo dos ganhos e perdas que a participação/abstenção pode acarretar em termos individuais. Elster sustenta que racionalmente, em termos individuais, a opção pela abstenção de participar é a opção

mais eficiente, o que, naturalmente, conduziria a uma situação em que *“todos decidirão abster-se e a acção colectiva não terá lugar”* (Elster, 1991, referido por Estanque, 1999:90), ainda que este raciocínio possa ser matizado se, perante um interesse comum em jogo, nele envolvermos factores como o grau de coerção das estruturas organizacionais a que o sujeito pertence, as formas de liderança, a dimensão dos grupos e os recursos disponíveis para mobilização.

Mas avancemos nesta contra-argumentação face à natureza de classe subjacente à organização e acção colectiva dos trabalhadores em Catende em torno das oposições sindicais e dos sindicatos de trabalhadores rurais com uma citação relativamente extensa de Estanque (1999:90 e sgs): *“A discussão em torno destes problemas centrou-se durante décadas na questão da classe enquanto força social de mobilização colectiva. Mas é sabido que as acções de classe sempre dependeram de múltiplos factores socioculturais e não tanto dos interesses essencialistas ou dos determinismos estruturais como pretendeu o marxismo ortodoxo. Por isso a análise contextualizada das «capacidades de classe» é preferível à visão determinista acerca da «consciência de classe». Quer isto dizer que as «capacidades de classe» não estão sempre estritamente enraizadas na produção, antes são em geral modeladas por outros factores, incluindo a persistência de comunidades tradicionais e identidades culturais pré-existentes²¹², não se reduzindo, pois, ao desenvolvimento das forças produtivas (Aminzade, 1984:437)”* (Estanque, 1999:90).

Com esta perspectiva em fundo, Estanque (1999:90) postula, portanto, que *a mobilização colectiva é necessariamente a expressão de uma dimensão identitária* qualquer, isto é, na esteira de Marshall (1997), Pizzorno (1978), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), o autor pressupõe que *a identidade precede os interesses* (os interesses manifestar-se-iam nesta óptica no quadro de identidades sociais em relação às quais estão relativamente dependentes) e são sobretudo as experiências e as práticas que condicionam determinantemente a subjectividade e a vontade dos actores, o que implica prestarmos atenção ao significado simbólico das práticas sociais para melhor captar os objectivos (e não os interesses) culturais, políticos e identitários que guiam uma dada acção colectiva.

²¹² Sublinhado nosso.

Esta abordagem não é necessariamente contraditória com a interpretação que sustenta a primeira parte da nossa análise, designadamente se tomarmos em consideração, como sustenta Claude Dubar (1997), que os processos de produção de identidades pessoais e sociais estão inscritos nos processos de socialização enquanto processos de produção/reprodução ou de acção/agência atravessados por dimensões psicológicas, culturais e sociais (a socialização como processo de assimilação/acomodação; a socialização como processo de aculturação; a socialização como processo de incorporação de *habitus*, a socialização como construção social da realidade). Ou seja, as «*capacidades de classe*» como resultado contextual da conjugação entre determinadas características comunitárias e identidades culturais locais não deixam de ser igualmente produto daquilo que produz essas características comunitárias e identidades culturais e que são, simultaneamente, produtos e produtores das disposições da/para a acção colectiva e não simplesmente “*pré-existentes*”, uma vez que elas próprias são forjadas no seio de relações sociais, quanto mais não seja de relações sociais de produção daquelas relações comunitária e daquelas identidades culturais.

Enfim, talvez se possa encontrar uma perspectiva de síntese – e que ilustra particularmente o que pensamos estar presente na experiência de Catende – na abordagem de Marshall *et al* (1988:273, referidos por Estanque, 1999:91) que sustentam que as identidades de classe se forjam essencialmente a partir da produção mas “*isso não é sempre verdade nem tem consequências uniformes. Identidades sectoriais, tanto como identidades de classe, podem emergir de experiências particulares de trabalho, mas elas não têm de ser permanentes ou duráveis. Podem ser activadas em circunstâncias particulares, por exemplo, no contexto de uma disputa industrial ou quando a fábrica está sob ameaça de encerramento, mas noutras ocasiões permanecem latentes. Nessas alturas, as esferas da vida fora do trabalho são provavelmente as mais salientes para activar as identidades sociais*”²¹³. E aduzamos ainda, em favor desta hipótese, o contributo de Max Weber (1989, referido em Estanque, 1999:92) que, analisando criticamente o determinismo marxista, sustenta que é bastante mais provável que uma classe seja observável ao nível local com base

²¹³ Sublinhado nosso

em similitudes locais ou em circunstâncias particulares onde os conflitos concretos têm uma maior expressão e em que é possível partilhar e conciliar interesses por oposição ao capital ou ao poder político²¹⁴.

Este confronto interpretativo entre uma óptica marxista “*tradicional*” e as matizações que posteriormente fazem dela algumas teorias sociais acerca da acção colectiva permite relevar o papel que a dimensão territorial e comunitária desempenha na estruturação da acção colectiva e na relação entre acção colectiva e identidade de classe.

Com efeito, do que vimos expondo resulta que apesar de podermos associar à intensificação da globalização uma erosão da ideia tradicional de «*local*» e, por outro lado, a que muitos dos protestos e lutas sociais, nomeadamente os corporizados por muitos dos designados “*novos*” movimentos sociais, directa ou indirectamente, confrontem os efeitos daquela globalização, parece no entanto poder admitir-se que

²¹⁴ O que está aqui evidentemente implícito é a crítica ao que Estanque (1999:92) denomina visão *idealista e liberal* do marxismo segundo a qual as classes se constituíam a partir de uma multiplicidade de indivíduos que seriam capazes de actuar racionalmente para organizar os seus interesses de classe sob a forma de uma acção colectiva e que é compreensível no contexto filosófico dentro do qual o pensamento marxista é elaborado: o paradigma racionalista da modernidade. Como sugere Estanque (1999:91), de facto, “*a imagem do proletariado enquanto supersujeito da transformação histórica foi mais um produto da fabricação mítica do marxismo do que um actor colectivo concreto*” e “*na realidade, a visão marxista de uma luta de classes de âmbito nacional nunca teve tradução empírica já que, à escala da nação, nunca foi possível observar uma classe em acção (enquanto sujeito colectivo) pois qualquer espaço nacional contém uma imensidão de contextos diversificados, culturas e formas identitárias e, portanto, a esse nível, a classe não passa de uma abstracção*” (idem:92). Mas independentemente da validade destes limites “*empíricos*” das concepções marxistas da classe como sujeito histórico da transformação revolucionária da sociedade – Michael Burawoy (1985:6) concretamente refere que a investigação acerca da participação eleitoral numa perspectiva histórica mostra que nunca houve proletários suficientes que permitissem que os partidos socialistas se tornassem forças efectivas através de meios eleitorais, o que conduziu a alianças de classe que sempre comprometeram as finalidades socialistas face à democracia capitalista -, nem por isso Estanque (1999:91) deixa de reconhecer a importância *simbólica e discursiva* destas concepções já que “*a narrativa da classe operária teve consequências fundamentais na estruturação de formas e representações identitárias das classes trabalhadoras do mundo inteiro, muitas delas consubstanciadas em acções concretas e revoluções que derrubaram governos, Estados e regimes políticos, participando de forma decisiva nas profundas mudanças sociais que hoje atravessam o mundo*” (idem:91). Do mesmo modo, Burawoy (1985:5), avisando previamente que está a defender uma tese fora de moda, sobre uma classe fora de moda e constituída num espaço fora de moda, constrói a sua obra no sentido de argumentar que: i) o proletariado industrial teve intervenções auto-conscientes e significativas na história; ii) estas intervenções foram e continuam a ser moldadas pelo processo produtivo. Portanto, para este autor, a questão não passa por afirmar simplesmente o incumprimento histórico de determinadas teses marxistas, mas em afirmar que apesar disso a intervenção social da classe trabalhadora é historicamente relevante: “*if messianic radicalism is now philosophically, theoretically and politically unacceptable, why can we not simply reduce the burden on the working class to one appropriate to its real rather than imagined interventions in history?*” (Burawoy, M, 1985:5-6).

“as bases de determinação da acção e do protesto colectivo permaneceram geralmente enraizadas em contextos claramente espacializados” (Estanque, 1999:93) e, nesse sentido *“a questão do espaço continua a ser crucial na articulação entre a classe e a comunidade”*, donde se pode concluir que *“os processos sociais de estruturação identitária e de conflitualidade social – sejam eles baseados na classe, na nação ou numa dada localidade – decorrem sob o ritmo da estruturação espacial”* (*idem*:93).

Ou seja, posto isto, para a compreensão da acção colectiva e a mobilização de determinados grupos sociais, nomeadamente aqueles em presença em Catende, não parece pertinente dissociar o que são *“dimensões e lógicas de acção de características pré-modernas”* (*ibidem*:93) associadas às identidades e dinâmicas comunitárias, do que são dimensões eminentemente modernas ligadas à luta pelos direitos políticos e económicos corporizada pelos *“velhos”* movimentos sociais de trabalhadores e pelas classes sociais face ao capital e à classe trabalhadora em si. Se atendermos a que o contexto territorial, social, cultural e económico a que nos referimos é, de algum modo, paradigmático do que Boaventura Sousa Santos (1993)²¹⁵ identifica como *“curto-circuito histórico”*, ou seja, no qual convergem, tensionalmente, a pré-modernidade das relações sociais comunitárias densas e proximais, estruturadas em torno do valor simbólico da Usina Catende na região, a modernidade das relações de produção tayloristas e assalariadas típicas do capitalismo industrial em que o conflito entre capital e trabalho é juridicamente codificado, teremos ainda de acrescentar como elemento interveniente no processo de mobilização e de acção colectiva neste contexto, a pós-modernidade das relações económicas globalizadas e desterritorializadas em que o sector da produção açucareira está inscrito e que, na sua interrelação, transformam as identidades, os interesses e as opções individuais e colectivas em intervenientes e resultantes de uma gestão de múltiplos constrangimentos.

²¹⁵ Referimo-nos aqui de forma meramente circunstancial à obra de Santos, Boaventura Sousa (org) (1993) Portugal — Um Retrato Singular. Porto: Afrontamento, (2ª edição).

6. A experiência de desenvolvimento comunitário que discutimos neste trabalho inscreve-se ainda, em nossa opinião, na perspectiva do desenvolvimento alternativo, mesmo que possamos admitir que o futuro desejado se poderá inscrever numa alternativa ao desenvolvimento, mas tal implicará provavelmente a assunção de opções estratégicas que no plano teórico vêm sendo conceptualizadas, particularmente nos países da periferia do sistema mundo. No seu coração, as perspectivas que advogam a necessidade de procurar e enveredar por um caminho alternativo ao desenvolvimento retêm preocupações que são parcialmente similares às dos defensores do desenvolvimento alternativo, nomeadamente *“a ênfase no local e a promoção da autonomia comunitária”* (Santos & Rodríguez, 2002:53). Mas, mais além da perspectiva do desenvolvimento alternativo, que essencialmente se limita a equacionar transformações e limites ao crescimento sem verdadeiramente o colocar em causa, os arautos da alternativa ao desenvolvimento radicalizam a sua crítica em busca de alternativas ao crescimento. Como sinteticamente é colocado por Arturo Escobar (1995:215, cit por Santos & Rodríguez, 2002:54), *“os autores que representam esta tendência afirmam que não estão interessados em alternativas de desenvolvimento mas, sim, em alternativas ao desenvolvimento, ou seja, na rejeição total do paradigma”*, identificando-se e inscrevendo-se normalmente no campo teórico dos discursos pós-colonialistas.

De forma simples e sintética, o essencial das perspectivas que buscam alternativas ao desenvolvimento centra-se no argumento de que enquanto o desenvolvimento estiver associado ao crescimento não é, pura e simplesmente, possível conceber um desenvolvimento que não conduza à exaustão das condições necessárias à vida na Terra, o que, portanto, exige a modificação da concepção de desenvolvimento.

Neste sentido, tal como afirmam os movimentos pós-desenvolvimentistas, particularmente os ecologistas e feministas, é fundamental transformar a própria concepção de desenvolvimento, dissociando-o da noção de crescimento, em particular do sentido quantitativo que quase inerentemente o caracteriza. Esta transformação da noção de desenvolvimento passará por entendê-lo, então, *“como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor (...) as actividades*

económicas podem, neste sentido, desenvolver-se sem crescer” (Santos & Rodríguez, 2002:54). Do mesmo modo, é necessário abandonar o projecto eurocêntrico, hierárquico e patriarcal do desenvolvimento que tem simplesmente colocado a questão na lógica da acessibilidade ou da incorporação dos que estão fora do projecto de desenvolvimento com crescimento nesse processo (nomeadamente as mulheres, as populações das zonas rurais, os povos dos países do Sul...), para conseguir pensar de uma outra forma a ideia de desenvolvimento, nomeadamente *“baseada na recuperação de formas de entender o mundo que foram marginalizadas pelo paradigma dominante, nas quais as actividades económicas são apenas uma parte de um conjunto de práticas culturais a que estão subordinadas”* (McMichael, 1996 cit por Santos & Rodríguez, 2002:55).

Um segundo elemento importante das perspectivas que se inscrevem na busca de alternativas ao desenvolvimento é o seu enfoque na diversidade cultural e na diversidade de formas de produzir e de conceber a produção (Santos & Rodríguez, 2002:55). Com efeito, perante a constatação dos efeitos sociais e ambientais associados ao modo de produção capitalista e ao ideário materialista que o sustenta e por ele é alimentado, as alternativas ao desenvolvimento procuram precisamente ir buscar inspiração às *“culturas híbridas e minoritárias”* – que resistem apesar da expansão da economia capitalista e da ciência moderna – e a partir das quais se acredita que *“podem emergir outras formas de construir economias, de satisfazer as necessidades básicas, de viver em sociedade”* (Escobar, 1995:225). Neste sentido, a semente da esperança da superação da hegemonia capitalista tem tanto mais possibilidades de germinar quanto maior centralidade adquirirem as culturas híbridas e minoritárias e as formas de conhecimento marginalizadas pelo paradigma de conhecimento dominante. Na esteira de Gandhi, e de forma particularmente feliz, Santos & Rodríguez (2002:56) sintetizam esta busca de alternativas ao desenvolvimento enfatizando que *“uma alternativa ao desenvolvimento implica uma forma de ver o mundo que privilegie a produção de bens para consumo básico em vez da produção de novas necessidades e de artigos para as satisfazer a troco de dinheiro”*.

Encontramos uma particular afinidade entre esta perspectiva e o que Serge Latouche (2004) caracteriza como *“decrecimento convivial”* enquanto proposta de

“sobrevivência ao desenvolvimento” nos países centrais, mas que igualmente pode constituir-se em termos de princípios numa alternativa para pensar o desenvolvimento nos países ditos de *“desenvolvimento intermédio”*, ou, mais recentemente, considerados *“emergentes”* e nos países *“periféricos”*. O *“decrescimento convivial”* supõe, em primeira instância, pôr em causa a dominação da economia sobre a vida o que passará pela ruptura com o imaginário económico que criou o lugar-comum do crescimento pelo crescimento que apenas tem beneficiado os detentores do capital. Esta opção não corresponde necessariamente a uma opção pelo *“crescimento zero”* que não parece nem possível, nem pertinente, apesar de ter os seus arautos que acabam por advogar uma concepção conservadora do desenvolvimento na medida em que não colocam como hipótese reverter a entropia para que o desenvolvimento económico nos está progressivamente a conduzir e procuram antes um compromisso conciliatório entre a preservação do ambiente e as *“conquistas”* da economia, ou seja, não se mostram disponíveis para uma transformação do modo de produção e do modo de consumo ou sequer dos estilos de vida produzidos agora dominantes. Neste sentido, esta perspectiva conduz efectivamente a um *“imobilismo conservador”* (Latouche, 2004:92).

A opção pelo *“decrescimento convivial”* supõe de facto uma preocupação acrescida com a nossa relação enquanto espécie com a biosfera, mas igualmente com a busca de uma maior justiça social – que se considera, nesta perspectiva, igualmente lesiva e uma ameaça à sobrevivência social e biológica – de modo a alcançar uma *“simplicidade voluntária”* (*idem, ibidem*:95), designadamente no campo do consumo material. O *“decrescimento convivial”* não é portanto exequível fora de uma *“sociedade de decrescimento”* que, em primeiro lugar, supõe atribuir ao trabalho um lugar distinto ao que actualmente ocupa, mas fundamentalmente transformar a sua natureza de modo a que possa reconverter-se numa actividade ontologicamente significativa a que todos possam aceder de forma equilibrada por relação a outras esferas da sua vida (ou seja, nos termos de Hannah Arendt (2001), que seja possível compatibilizar a *vita activa* e a *vita contemplativa*).

Para o caso de países como o Brasil e de regiões como aquela em que se inscreve Catende, este programa de decrescimento convivial necessitaria recuperar

algumas das propostas das teorias dependentistas e igualmente considerar os contributos das abordagens pós-coloniais, uma vez que o que ali estará em causa não é tanto o decrescimento por si só, mas essencialmente reconquistar e retrabalhar a sua história e a sua identidade, rompendo com as lógicas colonialistas e (neo)imperialistas associadas aos discursos desenvolvimentistas e reconstruir um sentido próprio para este pós-desenvolvimento. Naturalmente que o decrescimento convivial, ali como em qualquer outro local, não poderá resvalar para mais uma empresa paternalista e universalista que configure uma nova forma de colonização velada do Ocidente e, evidentemente, que terá de confrontar-se com o ainda pregnante imaginário desenvolvimentista incrustado onde, de acordo com Latouche (*idem, ibidem:102*), *“as vítimas do desenvolvimento têm tendência a não ver outro remédio para o seu infortúnio senão o agravamento do mal que os afecta. Pensam que a economia é o único meio de resolver a pobreza ao mesmo tempo que é esta que a provoca. O desenvolvimento e a economia são o problema e não a solução, e continuar a pretender e querer o contrário participa também do problema”*.

Bibliografia Referida

- Adam, F. & Roncevic, B. (2003). "Social Capital: Recent Debates and Research Trends." Social Science Information **42** (2): 155-183.
- Afonso, N. (2005). Investigação naturalista em educação: guia prático e crítico. Porto, Edições Asa.
- Almeida, J. F., Machado, F. L. *et al.* (1994). Introdução à Sociologia. Lisboa, Universidade Aberta.
- Alves, N., B. Cabrito, *et al.*, Eds. (1996). A escola e o espaço local. Políticas e actores. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Amaro, R. (1990). "O 'puzzle' territorial dos anos 90: uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)." Vértice **33**: 39-48.
- Amaro, R. (2003). "Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria." Cadernos de Estudos Africanos **4**: pp.35-70.
- Ambrósio, T. (2003). "Políticas educativas e desenvolvimento económico." Anuário da Economia Portuguesa: 124-129.
- Amiguiinho, A. (2005). "Educação em meio rural e desenvolvimento local." Revista Portuguesa de Educação **18** (2): 7-43.
- Andrade, M. C. (2001). "Espaço e tempo na agro-indústria canavieira de Pernambuco." Estudos Avançados **15** (43): 267-280.
- Andrade, S. M. C. (1994). "Acção sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco". Geografia. São Paulo, Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.
- Anteag & Projecto Catende Harmonia (2005). "Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende" – Projeto Harmonia. Catende, Anteag: 47 pgs. (policopiado)
- Araújo, J. N. G. & Carreteiro, T. C. (2005). "Conflito". Dicionário de Psicossociologia. In J. Barus-Michel, E. Enriquez & A. Lévy. Coimbra, Climepsi Editores: 53-63.
- Araújo, I.; Lima, L., *et al.* (2005). "Educação Popular e trabalho: valores éticos fundantes da Educação Popular nas práticas pedagógicas em cursos profissionalizantes da Usina Catende" – PE. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife.
- Ardoino, J. (1969). Propos actuels sur l'éducation (contribution a l'éducation des adultes). Paris, Gauthier-Villars.

- Ardoino, J. (1980). "L'intervention: imaginaire du changement ou changement de l'imaginaire?" L'intervention institutionnelle. AAVV. Paris, P.B. Payot: 11-46.
- Ardoino, J. (2000). Les avatars de l'éducation. Paris, PUF.
- Arendt, Hannah (2001). A condição humana. Lisboa: Relógio d'Água.
- Azevedo, J. (1994). "Educação e desenvolvimento: uma viagem à procura de novos horizontes." Colóquio Educação e Sociedade **6**: 135-158.
- Baptiste, I. (2001). "Educating Lone Wolves: Pedagogical Implications of Human Capital Theory." Adult Education Quarterly **51** (3): 184-201.
- Barbier, J.-M. (1990). A avaliação em formação. Porto, Edições Afrontamento.
- Barbier, R. (1993). "Le journal d'itinérance en formation de formateurs". Congrès de l'AECSE. Paris, AECSE (CNAM).
- Barbier, R. (2002). A pesquisa-acção. Basília, Editora Plano.
- Benko, G. (1999). A Ciência Regional. Oeiras, Celta.
- Benoit-Guilbot, O. (1991). "Les acteurs locaux du développement économique local: y a-t-il un «effet localité»?" Sociologie du Travail **4**: 453-459.
- Berger, G. (2004). "Reflexões sobre democracia, participação e cidadania." Cadernos Ice "Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local" **7**: 13-30.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora.
- Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). De la justification. Les économies de la grandeur. Paris, Gallimard.
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (1999). Le nouvel esprit du capitalisme. Paris, Gallimard.
- Bottomore, T. (Ed.) (1991) A dictionary of marxist thought. Oxford, Blackwell Publishing
- Bourdieu, P. (Org.) (1993). "Comprendre". P. Bourdieu. La misère du monde. Paris, Éditions du Seuil: 1389-1447.
- Bourdin, A. (2001). A questão local. Rio de Janeiro, DP&A.
- Branco, M. C. P. (1999). "Da democracia e do desenvolvimento: quatro teses e uma síntese." Revista Crítica de Ciências Sociais **55**: 53-83.
- Broch, M-H. & Cros, F. (1992). Evaluer le projet de notre organisation - entreprises, associations, établissements publics: réflexions, méthodes et techniques. Lyon, Chronique Sociale.
- Brohman, J. (2001). Popular Development. Rethinking the Theory and Practice of Development. Oxford, Malden, Blackwell Publishers.

- Bruyne, P.& Herman, J. *et al.* (1974). Dynamique de la recherche en sciences sociales. Paris, Presses Universitaires de France.
- Burgess, R. G. (1997). A pesquisa de terreno: uma introdução. Oeiras, Celta.
- Cabrito, B. G. (2002). Economia da educação. Lisboa, Texto Editora.
- Caldart, R. S. (2004). Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo, Expressão Popular.
- Callon, M.; Lascoumes, P., *et al.* (2001). Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique. Paris, Le Seuil.
- Canário, R. (1995). "Desenvolvimento local e educação não formal." Educação e Ensino **11**: 31-34.
- Canário, R. (1998b). "Educação e Território." Noesis **48**: 18.
- Canário, R. (1999). Educação de adultos: um campo e uma problemática. Lisboa, Educa.
- Canário, R. (2000a). "A 'aprendizagem ao longo da vida'. Análise crítica de um conceito e de uma política." Psicologia da Educação **10/11**: 29-52.
- Canário, R. (2000b). "A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo." Educação, Sociedade e Culturas **14**: 121-139.
- Canário, R. (2003). "O impacte social das Ciências da Educação". Actas do VII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação 'O Estado da arte em Ciências da Educação', Évora, SPCE.
- Canário, R. (2007) "Recensão da obra "Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista", de Vanilda Paiva [2000 reedição]. São Paulo: Graal." Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 83-86.
- Canário, R. (Ed.), (2007). Educação Popular & Movimentos Sociais. Coleção Ciências da Educação. Coimbra, Educa, Unidade de I&D de Ciências da Educação, Autores.
- Caraça, B. J. (1978) Conferências e outros escritos. Lisboa, J.M.C Ed. da Família
- Caramelo, J. & Correia, J. A. (2004). "Políticas e figuras do local: contributos para a construção de um cosmopolitismo comunitário." Cadernos Ice "Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local" **7**: 31-44.
- Carneiro, G. M.& H. Cesarino, et al. (2002). Dialética. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- Castoriadis, C. (2003). O Mundo Fragmentado – as encruzilhadas do labirinto. Lisboa, Campo das Letras.
- Cavaco, C. (2002). "Educação informal, aprendizagem e formação experiencial ". Aprender fora da escola: percursos de formação experiencial. Lisboa, Educa: 26-40.

- Cendrero, J. M. R. (2008). "La escuela de la dependencia: propuestas iniciales, revisiones y reacciones" in L. M. P. Sanz (Coord.) Economía para el desarrollo. Lecturas desde una perspectiva crítica. Desarrollo y Cooperación. Madrid, Los Libros de la Catarata: 49-57.
- Charlot, B. (2000). Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Charlot, B., Ed. (1994). L'école et le territoire: nouveaux espaces, nouveaux enjeux. Paris, Armand Colin.
- CONDEPE (1987). Catende. Recife, Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco.
- CONTAG (2004). " Situação dos trabalhadores rurais no setor sucroalcooleiro do Brasil ". Conferência Mundial do Açúcar. Frankfurt, Alemanha. (policopiado)
- Coraggio, J. L. (2000). Desenvolvimento Humano e Educação. O papel das ONG's latino-americanas na iniciativa da Educação para todos. São Paulo, Cortez Editora.
- Corcuff, P. (2008). "Individualité et contradictions du néocapitalisme." Consultado em Novembro, 2008, em <http://www.france.attac.org/spip.php?article8994>
- Correia, J. A. (1992). "Dispositivos e Disposições na Formação de Adultos: a dinâmica da formatividade". 2º Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Braga.
- Correia, J. A. (1996). Sociologia da educação tecnológica. Transformações do trabalho e da formação. Lisboa, Universidade Aberta.
- Correia, J. A. (1997). "Formação e Trabalho: contributos para a construção de uma epistemologia da mediação ", FPCEUP: 14 pgs. (policopiado)
- Correia, J. A. (1998). Para uma teoria crítica da educação. Porto, Porto Editora.
- Correia, J. A. & Caramelo, J. (2001). "Linhas gerais para uma reflexão em torno da problemática das relações entre educação e desenvolvimento local." Aprender **25**: 88-89.
- Correia, J. A. & Caramelo, J. (2003). "Da mediação local ao local da mediação: figuras e políticas." Educação, Sociedade e Culturas **20**: 167-191.
- Correia, J. A. & Matos, M. (1994). Contributos para a produção de uma epistemologia das práticas formativas: análise de uma intervenção no domínio da Saúde Comunitária. Educação de Adultos em Portugal, Coimbra, Com. Org. Jornadas Educação de Adultos em Portugal.
- Coulon, A. (1995). Etnometodologia. Petrópolis, Editora Vozes.
- Couri, N. (2007) "As misérias do etanol", in VISÃO, 25 de Outubro de 2007, pp. 108-112.
- Crozier, M. (1982). "Mudança individual e mudança colectiva ". Mudança social e Psicologia Social. AAVV. Lisboa, Livros Horizonte: 69-81.
- Dale, R. (1982). "Aprender a ser...o quê? Modelando a educação nas "sociedades em desenvolvimento". " Análise Psicológica **4** (2): 425-435.

- D'Espiney, R. (2004). "Perspectivas de uma intervenção em meio rural - estratégias, intencionalidades e pressupostos." Cadernos Ice "Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local" 7: 59-83
- Dubar, C. (1997). A Socialização. Porto, Porto Editora.
- Dubar, C. (2006). A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação. Porto, Afrontamento.
- Dubet, F. (2002). Le Déclin de l'institution. Paris, Éditions du Seuil.
- Dumazedier, J. (1988). Révolution culturelle du temps libre (1968-1988). Paris, Meridiens Klincksieck
- Durand, C. (2002). Recensão sobre "Callon, Michel; Lascoumes, Pierre; Yannick, Barthe, Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique." Revue française de sociologie 43 (4): 782-784.
- Enriquez, E. (1972). "Problématique du changement." Connexions 4: 5-45.
- Escobar, A. (1995). Encountering Development: the making and unmaking of the third world. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- Estanque, E. (1999). "Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais. Para um estudo dos movimentos de protesto público." Revista Crítica de Ciências Sociais 55: 85-111.
- Esteva, G. (1992). Development. The Development Dictionary. A guide to knowledge as power W. Sachs. London & New Jersey, Zed Books: 6-25.
- Faundez, A. (1993) O poder da participação. São Paulo: Cortez.
- Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica. Experiência Etnográfica em Ciências Sociais. In T. H. Caria. Porto, Afrontamento. 7: 23-40.
- Ferraz, S. (1995). "A agonia dos coronéis" In VEJA, Março de 1995, pp. 64-69.
- Finger, M. (1993). "Considérations socio-épistémologiques sur l'éducation des adultes aujourd'hui ". Penser la formation. Contributions épistémologiques de l'éducation des adultes. J.-M. Baudoin & C. Josso. Geneve: 11-27.
- Finger, M. & J. M. Asún (2003). A educação de adultos numa encruzilhada: aprender a nossa saída. Porto, Porto Editora.
- Finger, M. (2005). A educação de adultos e o futuro da sociedade. Educação e formação de adultos: mutações e convergências. R. Canário & B. G. Cabrito. Lisboa, Educa: 15-30.
- Foddy, W. (1999). "Limitações da memória humana ". Como perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras, Celta: 101-113.
- Foucault, M. (1994). O nascimento da clínica. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

- Fragoso, A. (2005). "Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual." Revista Portuguesa de Educação **18** (1): 23-51.
- Freire, P. (1971b). Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (1975). Pedagogia do Oprimido. Porto, Afrontamento. .
- Friedmann, J. (1996). Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta.
- Gadotti, M. (1998). "Para chegar lá juntos e em tempo: Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos". 21ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu – Brasil.
- Galvani, P. (1991). Autoformation et fonction de formateur. Lyon, Chronique Sociale.
- Garofoli, G. (2002). "Local Development in Europe: Theoretical Models And International Comparisons." European Urban and Regional Studies **9** (3): 225-239.
- Gillet, J.-C. (1995). Animation et animateurs: le sens de l'action. Paris, L'Harmattan.
- Gohn, M. d. G. (1994). "Movimentos sociais, cidadania e educação". Movimentos Sociais e Educação. São Paulo, Cortez: 11-21.
- Gómez, J. A. C. & Freitas, O. M. P. et al. (2007). Educação e Desenvolvimento Comunitário Local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Porto, Profedições.
- Grácio, S. (1986). Política Educativa como Tecnologia Social: As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983. Lisboa, Livros Horizonte.
- Giddens, A (1992). As consequências da modernidade. Oeiras, Celta Editora.
- Gurvitch, G. (1982). Dialéctica e Sociologia. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Holliday, O. J. (2006). Resignifiquemos as Propostas e Práticas de Educação Popular Perante os Desafios Históricos Contemporâneos. Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. P. Pontual and T. Ireland. Brasília, Ministério da Educação/Unesco: 233-240.
- Kay, A. (2006). "Social capital, the social economy and community development." Community Development Journal **41** (2): 160-173.
- Kleiman, F. (2006). " Lições de Catende: um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na zona da mata sul de Pernambuco na década de 1990 ". Departamento de Sociologia. Brasília, Universidade de Brasília/Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado: 137 pgs.
- Lassance, A. E.; Mello, C. J. et al. (2004). Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil.
- Latouche, S. (2004). Survivre au développement. De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative. Barcelone, Mille et une nuits.
- Lesne, M. and Y. Minvielle (1990). Formation et socialisation. Paris, Paideia.

- Lima, L. (2005). "Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia." Educação, Sociedade e Culturas **23**: 71-90.
- Lima, L. (Ed.), (2004). Fórum Educação de adultos III. Braga, Universidade do Minho.
- Lopes, J. S. L. (1976). O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Mabileau, A., (Ed.), (1993). A la recherche du local. Paris, L'Harmattan.
- Mallet, L. (s.d.). "Organização qualificante, coordenação e incentivo." Formação Profissional: 11-17.
- Martins, J. d. S. (2000). "As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares." Estudos Avançados **14** (38): 268-278.
- Marx, K. (1970). "L'idéologie allemande" In M. Rubel. Sociologie Critique. Paris, Payot.
- Marx, K. (1982) "18 de Brumário de Luís Bonaparte" In Marx, K. & F. Engels (1982). Obras Escolhidas em três tomos. Tomo I. Lisboa, Edições Avante: 413-498.
- Marx, K. (1982) "Teses sobre Feuerbach" In Marx, K. & F. Engels (1982). Obras Escolhidas em três tomos. Tomo I. Lisboa, Edições Avante.
- Marx, K. (1989). Manuscritos económico-filosóficos. Lisboa, Edições 70.
- Marx, K. & F. Engels (1982). Obras Escolhidas em três tomos. Tomo I. Lisboa, Edições Avante.
- Matos, M. (1994). Para que serve a intervenção comunitária? Porto, FPCEUP: 6 pgs.
- Matos, M. (1999a). Intervenção Comunitária em Educação. Porto, FPCEUP: 102 pgs.
- Matos, M. (1999b). Teorias e práticas da formação: contributos para a reabilitação do trabalho pedagógico. Porto, Edições Asa.
- Matos, M. (1999c). "Modelos de Desenvolvimento e Projecto Educativo". Construir uma Escola Inclusiva. Porto, Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã: 45-55.
- Matos, M. (2004). "Desenvolvimento e cidadania: intervenção associativa e acção comunitária." Cadernos do ICE **7** (Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local): 135-150.
- Matos, M. (s.d.). "A emergência e a revelação do local ", Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: 8 pgs. (policopiado)
- Meadows, D. e Meadows, D. *et al.* (1972) Os limites do crescimento. Lisboa, Publicações D. Quixote
- Medina, T. (2005). "Da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida - evolução de um conceito ou mudança de paradigma? " Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: 35 pgs. (policopiado)

- Melo, A. (1994). "Educação e Formação para o desenvolvimento rural ". Fórum Educação de Adultos. L. Lima. Braga, Universidade do Minho/Unidade de Educação de Adultos. I: 137-149.
- Melo, A. (1998) "Ditos e reditos em torno do desenvolvimento local." A rede para o desenvolvimento local, 5 Consultado em Junho, 2005, em http://www.in-loco.pt/Public/rede_ed.htm
- Melo, A. (2000). "Políticas e estratégias culturais para o desenvolvimento local ". Fórum Educação de Adultos II. L. Lima. Braga, Universidade do Minho/Unidade de Educação de Adultos: 17-28.
- Melo, A. (2002). "A acção local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal ". In B. d. S. Santos. (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 435-471.
- Melo, A. (2005a). "Consolidação, visibilidade e reconhecimento - Para uma economia social
- Menezes, I. (2007). Intervenção Comunitária: uma perspectiva psicológica. Porto, Livpsic/Legis Editora.
- Merriam, S. B.; Caffarella, R. S. *et al.* (2007). Learning in adulthood: a comprehensive guide. San Francisco, Jossey-Bass.
- Mesa, M. (2005). "Evolution and future challenges of Development Education." Consultado em Março, 2009, em <http://www.cipresearch.fuhem.es/html/readarticle.asp?sb=12>
- Munck, R. & D. O'Hearn, (Eds.), (1999). Critical Development Theory: contributions to a new paradigm. London, Zed Books.
- Neto, J. F. d. M. (2002c). "Dialéctica: uma visão marxista" In G. M. Carneiro; & H. Cesarino, *et al.* (orgs). Dialética. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- Neto, J. F. d. M. (2004a). Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- Neto, J. F. d. M. (s.d.). "Educação popular - sistema de teorias intercomunicantes", Universidade Federal da Paraíba: 21 pgs. Consultado em Junho, 2005, em http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_educacao_popular_-_sistema_de_teorias_intercomun.pdf
- Nogueira, A. I. (1996). Para uma educação permanente à roda da vida. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (1988). "O método (auto)biográfico na encruzilhada dos caminhos e descaminhos da formação dos adultos." Revista Portuguesa de Educação 1 (2): 7-20.

- Nóvoa, A. & Finger, M. (1988) O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa, DRH da Saúde.
- Nóvoa, A.; Castro-Almeida, C. et al. (1992). Formação para o desenvolvimento. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Osório, A. R. (2005). Educação permanente e educação de adultos. Lisboa, Instituto Piaget.
- Pain, A. (1991). "Éducation Informelle: les mots... et la chose (réponses à un praticien). La Formation Expérientielle des Adultes. B. Courtois & G. Pineau. Paris, La Documentation française: 59-65.
- Paiva, V. (2000b). "*Paulo Freire e o Nacional Desenvolvimentismo*" São Paulo: Graal." Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 83-86.
- Parfitt, T. (2002). The End of Development. Modernity, Post-Modernity & Development. London, Sterling, Virginia, Pluto Press.
- Pedroso, P. (1998). Formação e desenvolvimento rural. Oeiras, Celta Editora.
- Pineau, G. (1991). "Formation expérientielle et théorie tripolaire de la formation". La formation expérientielle des adultes. B. Courtois & G. Pineau. Paris, La Documentation Française: 29-40.
- Portes, A. (2000). "Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea." Sociologia, problemas e práticas **33**: 133-158.
- Putnam, R. D. (1993). Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Quijano, A. (2002). "Sistemas alternativos de produção? " In B. S. Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. **2**: 475-514.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva.
- Reich, R. (1993) O Trabalho das Nações. Preparando-nos para o capitalismo do século XXI. Lisboa, Quetzal Editores.
- Reis, J. (1996). "As territorializações do desenvolvimento: qual é a escala de observação adequada?" Oficina do CêS, 67. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Ricci, R. (s.d.). "Movimentos sociais rurais nos anos 90." Consultado em Maio, 2006, em <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/ricci/ricci.doc>
- Riondet, B. (1996). Éducation au développement. De la citoyenneté aux solidarités. Paris, Centre National de Documentation Pédagogique & Hachette Éducation.

- Rios-Neto, E. L. G.; Golgher, A. B. *et al.* (2005). "Educação e população: análise dos indicadores educacionais calculados durante o convênio" Inep/Cedeplar. Belo Horizonte: 39 pgs.
- Rist, G. (2001a). Le développement. Histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de Sciences Politiques.
- Rist, G. (2001b). "Les *dependentistas* latino-américains". Le développement. Histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de Sciences Politiques: 184-190.
- Rist, G. (2001c). "Un nouveau paradigme mais des présupposés anciens". Le développement. Histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de Sciences Politiques: 190-200.
- Rodrigues, F. & Stoer, S. (1998). Entre parceria e partenariat: amigos, amigos, negócios à parte. Oeiras, Celta.
- Rodrigues, F.; Stoer, S. et al. (2000). "Partenariat et développement local au Portugal: du 'localisme globalisé' à une nouvelle forme d'action collective." Pôle Sud **12**(1): 47-62.
- Sachs, W., (Ed.), (1992). The Development Dictionary: a guide to knowledge as power. London & New Jersey, Zed Books.
- Santos, B. d. S. (1997). Um discurso sobre as ciências. Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001) "Os processos de globalização", in Santos, Boaventura de Sousa (Org.), Globalização. Fatalidade ou utopia? Porto, Edições Afrontamento, 31-106.
- Santos, B. d. S. (2006). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo, Cortez Editora
- Santos, Boaventura de Sousa (2009) "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Orgs.), Epistemologias do Sul. Coimbra, Editora Almedina, 23-71.
- Santos, B. d. S. (Ed.), (2002). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Santos, B. d. S. & Rodríguez, C. (2002). "Introdução: para ampliar o cânone da produção". Produzir para Viver. os caminhos da produção não capitalista. In B. d. S. Santos (Ed.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. **2**: 23-77.
- Santos, M.; Souza, M. A. *et al.* (Eds.), (2002). Território: globalização e fragmentação. Geografia: Teoria e Realidade. São Paulo, Editora Hucitec.
- Saviani, D. (2006). "Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos". XXIX Reunião da ANPED. Caxambu. Documento policopiado.
- Scott, A. (1990). "New Social Movements - Major themes. Ideology and the New Social Movements". Ideology and the New Social Movements. London, Unwin Hyman: 13-35.
- Sen, A. (2003). O Desenvolvimento como Liberdade. Lisboa, Gradiva.

- Sigaud, L. (2004). "Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na Mata Pernambucana." Mana **10** (1): 131-163.
- Sigaud, L. (2005). " 'Se eu soubesse' ": quando os dons se tornam mercadorias. Colóquio Quantificação e Temporalidade. Museu Nacional – Rio de Janeiro.
- Silva, A. S. (1990). Educação de adultos, educação para o desenvolvimento. Porto, Edições Asa.
- Silva, A. S. (2000). Cultura e Desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre Ser e Agir. Oeiras, Celta.
- Silva, A. S. & J. M. Pinto (1986). Metodologia das Ciências Sociais. Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, M. M. (1964). "Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal." Análise Social **2** (7-8): 498-510.
- Skidmore, T. (2000). Uma história do Brasil. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- So, A. Y. (1990). Social Change and Development. Modernization, Dependency and World-System Theories. Newbury, London & New Delhi, Sage.
- Souza, J. F. (1998). "Educação Popular para o terceiro milênio-desafios e perspectivas". Educação popular hoje. M. W. Costa. São Paulo, Loyola: 11-29.
- Souza, J. F. (2007). "Educação popular e movimentos sociais no Brasil". Educação Popular & Movimentos Sociais R. Canário. Lisboa, Educa: 37-80.
- Stedile, J. P., (Ed.), (2005). A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003. São Paulo, Expressão Popular.
- Stengers, I. (1991). "Une science au féminin" Les concepts scientifiques: invention et pouvoir. I. Stengers. Paris, Éditions Gallimard.
- Stoer, R. & Araújo, H. C. (1992) Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia. Porto, Edições Afrontamento.
- Tamames, R. (1983) Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Teisserenc, P. (1994). "Développement local et mobilisation des acteurs." Contemporaines **18/19**: 187-213.
- Teisserenc, P. (2002). Les politiques de développement local. Paris, Economica.
- Tiriba, L. (1999). "Economia popular y movimientos populares (y una vez más, el trabajo como principio educativo)." Consultado em Julho, 2007, em http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/tiriba_Economia_popular_y_movimientos_populares.pdf

- Tiriba, L. (2004). "Ciência econômica e saber popular: reivindicar o 'popular' na economia e na educação". Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. L. Tiriba & I. Picanço. São Paulo, Idéias e Letras: 75-102.
- Tiriba, L. (2006a). "Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes." Educação Unisinos **10** (2): 116-122.
- Tiriba, L. (2006b). "Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes". I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes para e no Trabalho. C. Fischer. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: 11 pgs.
- Tiriba, L. (2006c). "O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária". IV Encontro Internacional de Economia Solidária – NESOL/USP - «O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária». São Paulo – USP: 11 pgs.
- Tiriba, L. (2007). "Educação popular e pedagogia(s) da produção associada." Cadernos Cedes **27**(71): 85-98.
- Tommasoli, M. (2004). Le développement participatif: analyse sociale et logiques de planification. Paris, Éditions Karthala.
- Triantafillou, P. & Nielsen, M. R. (2001). "Policing empowerment: the making of capable subjects." History of the Human Sciences **14** (2): 63-86.
- Triglia, C. (2001). "Social Capital and Local Development." European Journal of Social Theory **4** (4): 427-442.
- Vaz, H. (2003). "Organizações Qualificantes: os novos desafios (que se colocam) à formação". Ciências da Educação. Porto, FPCEUP. Provas de Aptidão Científica e Pedagógica: 31. NEGRITO?
- Veltz, P. (2004). Des lieux et des liens. Politiques du territoire à l'heure de la mondialisation. Quetigny, Éditions de L'Aube.
- Veltz, P. & Zarifian, P. (1993). "Vers de nouveaux modèles d'organisation?" Sociologie du Travail **1/93**: 3-25.
- Wildemeersch, D.; Jansen, T. *et al.* (2004). "Aprendizagem social: uma nova perspectiva sobre a aprendizagem em sistemas participados". Educação de Adultos. Forum III. Unidade de Educação de Adultos. Braga, Universidade do Minho: pp.153-174.

Bibliografia Consultada

- Abramovay, R. (2000). "O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural." Economia Aplicada 4 (2): 1-19.
- Afonso, A. J. (1994). "A sociologia da educação não-escolar e a formação de animadores/agentes de desenvolvimento local". Fórum Educação de Adultos I. L. Lima. Braga, Universidade do Minho/Unidade de Educação de Adultos: 87-104.
- Albuquerque, C. F. (2007). "Da greve dos canavieiros e do amargo doce da cana": 3 pgs. (policopiado)
- Albuquerque, P. P. (2003). "Autogestão". A outra economia: os conceitos essenciais. A. D. Cattani. Porto Alegre, Veraz Editores: 20-26.
- Almeida, A. M. (2000). "Muita terra e pouco dono. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil." Observatório Social da América Latina: 29-32.
- Amiguiño, A. (2003). "Educação e mundo rural: percursos biográficos, intervenção e pesquisa." Educação, Sociedade e Culturas 20: 9-42.
- Amiguiño, A. (2004). "A Escola e o Futuro do Mundo Rural". Ciências da Educação. Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- Amin, S. (1977). O imperialismo e o desenvolvimento desigual. Lisboa, Ulmeiro.
- ANTEAG (2000a). Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo, Espalhafato Comunicação e Informação.
- ANTEAG (2000b). "Seminário sobre Autogestão". O caminho dos trabalhadores da Usina Catende. Catende, Anteag. (policopiado)
- Antunes, R. (2000). "Trabalho e precarização numa ordem neoliberal". A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. P. Gentili & G. Frigotto. Buenos Aires, CLACSO: 35-47.
- Antunes, R. (2002). "O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)." CADERNO CRH 15 (37): 23-45.
- Antunes, R. (2005a). "Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho". São Paulo, Cortez.
- Antunes, R. (2005b). O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo.
- Apple, M. W.; Nóvoa, A. et al. (1998). Paulo Freire: política e pedagogia. Porto, Porto Editora.

- Araújo, I. C. M. (s.d.). "Alfabetização solidária: gestão coletiva do trabalho": 4 pgs. (policopiado)
- Araújo, I. C. M. (s.d.). "As práticas pedagógicas da educação popular": Boletim Agropecuário Universidade Federal De Lavras, 6 pgs. (policopiado)
- Articulação das Entidades da Zona da Mata (2001). Atual conjuntura do Setor Sucroalcooleiro e seus impactos sociais e económicos para o desenvolvimento da Zona da Mata Pernambucana. Articulação de Entidades na Zona da Mata. (policopiado)
- Articulação das Entidades da Zona da Mata (2003). Um debate sobre a retomada do Programa Nacional do Álcool. Um debate sobre a retomada do Programa Nacional do Álcool, Articulação de Entidades na Zona da Mata. (policopiado)
- Bairoch, P. (1986). "Desenvolvimento/Subdesenvolvimento". Modo de produção/Desenvolvimento/Subdesenvolvimento. In R. Romano. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. **7**: 364-429.
- Barkin, D. (2000). "Superando el paradigma neoliberal: desarrollo popular sustentable". Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In P. Gentili & G. Frigotto. Buenos Aires, CLACSO: 81-99.
- Barreiro, J. (1978). Educação popular e processo de consciencialização. Lisboa, Livros Horizonte.
- Batista, J. A. O. (2006). "Jovens produtores de sementes de variedade de milho na Zona da Mata Pernambucana". Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Universidade Federal de Brasília. Especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: 67 pgs.
- Bean, W. E. (2000). "Community development and adult education: locating practice in its roots." New Directions for Adult and Continuing Education **85**: 67-76.
- Beillerot, J. (1985). A Sociedade Pedagógica. Porto, Rés Editora.
- Benavente, A. & Leão, C. (1993). Inovadores e pioneiros: viver em projectos. II Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia – Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Berger, G. (1992). "A investigação em educação: modelos sócio-epistemológicos e inserção institucional." Revista de Psicologia e de Ciências da Educação **3\4**: 23-36.
- Bertin, G. (2002) "Intervention, développement local et sociologie." Esprit Critique.
- Bertucci, A. (2002). "Economia Popular Solidária." Revista de Conjuntura: 17-24.
- Biccup, A. R. (2002). "Interrupting the Discourse of Development: On a Collision Course with Postcolonial Theory." Culture, Theory and Critique **43** (1): 33.

- Billett, S. (2008). "Learning throughout working life: a relational interdependence between personal and social agency." British Journal of Educational Studies **56** (1): 39–58.
- Billiard, I. (1993). "Le travail: un concept inachevé." Education Permanente **116** (3): 19-32.
- Blakely, E. J.; Milano, R. J *et al.* (2001). "Community Economic Development". International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. Oxford, Pergamon: 2346.
- Boucher, J. L. & Fravreau, L. *et al.* (2001). Développement local, organisation communautaire et économie sociale. Une recension des écrits, Crises et Chaire de Recherche en Développement Communautaire. (policopiado)
- Bourgeois, E.; (Ed.), (1996). L'Adulte en formation: regards pluriels. Bruxelles, De Boeck.
- Boutet, J. (1993). "Activité de langage et activité de travail." Education Permanente **116** (3): 109-117.
- Branford, S. (s.d.). "El gobierno de Lula y la reforma agraria ". En el ojo del huracán. Visiones de militantes de izquierda sobre la crisis política de Brasil. H. Wainwright & S. Branford: 59-66.
- Briceno-Leon, R. (2002). "Latin America: A Challenge for Sociology." Current Sociology **50** (1): 9-18.
- Briggs, J. (2005). "The use of indigeneous knowledge in development." Progress in Development Studies **5** (2): 99-114.
- Bronckart, J.-P. (2003). Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interaccionismo sócio-discursivo. São Paulo, EDUC.
- Bronckart, J. P. (2006). Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Campinas: Mercado de Letras
- Brookfield, S. (2001). "Repositioning Ideology Critique in a Critical Theory of Adult Learning." Adult Education Quarterly **52** (1): 7-22.
- Brookfield, S. (2002a). "Overcoming Alienation as the Practice of Adult Education: The Contribution of Erich Fromm to a Critical Theory of Adult Learning and Education." Adult Education Quarterly **52** (2): 96-111.
- Brookfield, S. (2002b). "Reassessing Subjectivity, Criticality, and Inclusivity: Marcuse's Challenge to Adult Education." Adult Education Quarterly **52**(4): 265-280.
- Brogère, G. & Bézille, H. (2007). "De l'usage de la notion d'informel dans le champ de l'éducation." Revue française de pédagogie **158**: 117-160.
- Brumer, A. (2003). "Os rumos do mundo rural na América Latina no início do século XXI, num cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas." Sociologias **5** (10): 14-25.

- Burawoy, M. (1985). The Politics of Production: factory regimes under capitalism and socialism. London, Verso.
- Burgess, J. C.; Barbier, E. B. *et al.* (2001). Sustainable Development. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. Oxford, Pergamon: 15329.
- Busino, G. (1998). "Comunidade". Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. **38**: 146-160.
- Calado, A. J. F. (1998). Reproblematizando o(s) conceito(s) de Educação Popular. Educação Popular hoje. M. W. Costa. São Paulo, Loyola: 123-145.
- Calado, A. J. F. (2005). "Em busca de uma sociabilidade alternativa: a contribuição da pedagogia e do legado freireanos". V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife.
- Caldart, R. S. (2001). "O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo." Estudos Avançados **15** (43): 207-224.
- Campanhola, C. & Silva, J. G. (2000). "Desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais." Cadernos de Ciência & Tecnologia **17** (1): 11-40.
- Canário, R. (1998a). "Aprendizagem, experiência e currículo." Ensinus **13**: 2-4.
- Canário, R. (2007) "Recensão da obra "Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista", de Vanilda Paiva [2000 reedição]. São Paulo: Graal." Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 83-86.
- Canário, R. (Ed.), (1997). Formação e Situações de Trabalho. Porto, Porto Editora.
- Canário, R. & Cabrito, B. (Eds.), (2005). Educação e formação de adultos: mutações e convergências. Educa-Formação. Lisboa, Educa.
- Caria, T. H. (2002). Experiência Etnográfica em Ciências Sociais. Porto, Afrontamento.
- Carrasco, J. G.; (Ed.), (1997) Educación de adultos. Barcelona, Editorial Ariel.
- Castel, R. (1999) As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário. Petrópolis, Editora Vozes
- Castells, M. (2001). O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo, Paz e Terra.
- Castoriadis, C. (1979). "Transformation sociale et création culturelle." Sociologie et Sociétés **XI** (1): 33-48.
- Castro, R. V. & A. V. Sancho, *et al.* (2006). Adult education. New routes in a new landscape. Braga, Universidade do Minho.
- Cattani, A. D. (2003). "A outra economia: os conceitos essenciais". A outra economia. A. D. Cattani. Porto Alegre, Veraz Editores: 9-14.

- Cavaco, C. (2008). "Adultos pouco escolarizados. Diversidade e interdependência de lógicas de formação ". Ciências da Educação. Lisboa, Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- CEAAL (2004). Debate Latinoamericano sobre educación popular II. Vigencia de la EP: Reflexiones de educadores y educadoras de América Latina. México. (policopiado)
- Churchill, C. J. (2005). "Ethnography as translation." Qualitative Sociology **28** (1): 3-24.
- Cleaver, F. (2007). "Understanding Agency in Collective Action." Journal of Human Development **8** (2): 223.
- Coare, P. & Johnston, R. (Eds.), (2003). Adult learning, citizenship and community voices. Exploring community-based practice. Leicester, Niace.
- Cocco, G. (2007). "The Labor of Territories between Deterritorialization and Reterritorialization." Rethinking Marxism **19** (3): 306 - 318.
- Cohen, J. H. (2000). "Problems in the Field: Participant Observation and the Assumption of Neutrality." Field Methods **12** (4): 316-333.
- CONTAG (s.d.). Reforma agrária: elemento essencial para construir o desenvolvimento sustentável, CONTAG: 11 pgs. (policopiado)
- Coquery-Vidrovitch, C. & Hemery D., et al., (Eds.), (2007). Pour une histoire du développement. États, sociétés, développement. Paris, L'Harmattan.
- Coraggio, J. L. (1996). "El trabajo desde la perspectiva de la economía popular." Consultado em Março, 2006, em <http://www.educ.ar>
- Coraggio, J. L. (2001). "Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa". II Encuentro Internacional sobre globalización de la solidaridad. Québec.
- Cornwall, A. (2007). "Buzzwords and fuzzwords: deconstructing development discourse." Development in Practice **17** (4): 471 - 484.
- Correia, J. A. (1999). "Relações entre escola e comunidade: da lógica da exterioridade à lógica da interpelação." Aprender **22**: 129-134.
- Correia, J. A. (2005a). "Políticas e lógicas da territorialização: contributos para a produção emancipatória do local." Fênix - Revista Pernambucana de Educação Popular e de Educação de Adultos **Ano 4 - Nº5** (1): 33-42.
- Correia, J. A. (2005b). Políticas e lógicas da territorialização: contributos para a produção emancipatória do local. Arbores III: «Trabalho em rede e desenvolvimento territorial», Almada, Sebastian.
- Correia, J. A. (2009). "Trabalho e formação: crónica de uma relação política e epistemológica ambígua ", Centro de Investigação e Intervenção Educativas: 26 pgs. (policopiado)

- Correia, J. A. & D'Espiney, R. (Eds.), (2004). Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local. Cadernos do ICE. Setúbal.
- Costa, A. F. d. (1986). "A pesquisa de terreno em sociologia ". Metodologia das Ciências Sociais. A. S. Silva & J. M. Pinto. Porto, Edições Afrontamento: 129-148.
- CPT/PE (1999). "Reforma agrária para a Zona da Mata de Pernambuco: diversificação da produção e da propriedade da terra ", CPT: 5 pgs. (policopiado)
- CRS (1998). "Documento de trabalho sobre a Zona da Mata Sul de PE. Subsídio pra a elaboração de uma acção programática da CRS em apoio da Reforma Agrária ", CRS: 25 pgs. (policopiado)
- Damasceno, M. N. & B. Beserra (2004). "Estudos sobre a educação rural no Brasil." Educação e Pesquisa **30** (1): 73-89.
- Dejours, C. (1999). "Intelligence pratique et sagesse pratique: deux dimensions méconnues du travail réel." Education Permanente **116** (3): 47-70.
- Denscombe, M. (s.d.). "Interviews ". The good research guide for small-scale social research projects. Glasgow, Open University Press: 163-191.
- D'Espiney, R. & M. Montenegro, et al. (2000). "Guia para o Organizador Local de Educação e Formação de Adultos: como construir e fazer funcionar parcerias locais e Projecto de formação para os futuros Organizadores Locais de Educação e Formação de Adultos ", Instituto das Comunidades Educativas: 45 pgs. (policopiado)
- Dionne, H. (1998). Le développement par la recherche-action. Paris, L'Harmattan.
- Dorneles, S. B. (s.d.). "Autogestão: uma alternativa para o desenvolvimento regional." Consultado em Maio, 2005, em <http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf>
- Entrikin, J. N. (1999). "Political Community, Identity and Cosmopolitan Place." International Sociology **14** (3): 269-282.
- Fabre, M. (1993). Penser la formation. Paris, PUF.
- Fajn, G. (2004). "Fabricas recuperadas." Consultado em Maio, 2006, em <http://www.iisg.nl/labouragain/documents/fajn.pdf>
- Fase & et al. (s.d.) Reestruturação económica na zona da Mata de Pernambuco e seus impactos na acção sindical. (policopiado)
- Ferrão, J. (2000). "Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro." Sociologia, problemas e práticas **33**: 45-54.

- Ferreira, F. I. d. S. (2003). O estudo do local em educação. Dinâmicas socioeducativas em Paredes de Coura. Instituto de Estudos da Criança. Braga, Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.
- Ferreira, N. (2000). "La reconnaissance de l'autogestion aujourd'hui comme composante de l'économie sociale et comme élément pour une nouvelle analyse économique de l'entreprise." NPS **13** (2): 181-192.
- Ferreira, N. (2005). Économie sociale et autogestion. Entre utopie et réalité. Paris, L'Harmattan.
- Ferreti, C.; Salm, C. et al. (1998). Reestruturação da produção e da educação. Empresa social e globalização. Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. AAVV. São Paulo, Anteag: 51-77
- FIAN (2002). "Estudo sobre os impactos económicos, sociais e ecológicos de uma abertura acelerada do mercado europeu do açúcar sobre o Brasil ", Food First – Information & Action Network: 53 pgs. (policopiado)
- Fine, G. A.; J. S. Neil, et al. (2001). Participant Observation. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. Oxford, Pergamon: 11073.
- Flick, U. (2002). "Qualitative research - state of the art." Social Science Information **41** (1): 5-24.
- Foley, G. (1998). "Clearing the theoretic ground: elements in a theory of popular education." International Review of Education **44** (2-3): 139-153.
- Foot Whyte, W. & J. R. Blasi (1984). "Employee ownership and the future of Unions." The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science **473** (128): 128-140.
- França Filho, G. C. & J.-L. Laville, (Eds.), (2004). Economia Solidária. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Fraser, H. (2005). "Four different approaches to community participation." Community Development Journal **40** (3): 286-300.
- Freire, P. (1971a). "A educação como uma situação gnosiológica ". Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 63-93.
- Freire, P. (1973). Papel da educação na humanização. Uma educação para a liberdade. Porto, Textos Marginais: 7-21.
- Freire, P. (1973). Uma educação para a liberdade. Porto, Textos Marginais.
- Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra.
- Freire, P. (2002). Acção Cultural para a liberdade e outros escritos. São Paulo, Paz e Terra.
- Freire, P. (s.d). Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

- Freire, P.; E. Ander-Egg, et al. (Eds.), (1988). Una educación para el desarrollo: la animación sociocultural. Barcelona, Fundación Banco Exterior.
- Frigotto, G. (1987). "O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional". Encontro Regional de Pesquisa Sudeste - Diferentes Enfoques Teóricos na Pesquisa Educacional Brasileira. Vitória – Brasil: 70-90.
- Frigotto, G., (2002) (Ed.),. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Frigotto, G. (2003). Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo, Cortez Editora.
- Fung, A. & Wright, E. O. (2001). "Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance." Politics Society **29** (1): 5-41.
- Gadotti, M. (1991a). "Ação pedagógica e prática social transformadora". Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo, Cortez Editora: 65-82.
- Gadotti, M. (1991b). "Educação e desenvolvimento no Brasil de hoje: um balanço crítico". Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo, Cortez Editora.
- Gadotti, M. (1991c). "Educação popular comunitária: notas para um debate". Seminário "Preparación de la VI Conferência Mundial de ICEA - ICEA-Brasil". São Paulo.
- Gadotti, M. & Francisco, G. (1999). "Educação popular e comunitária: apresentação". Educação comunitária e Economia Popular. M. Gadotti & F. Gutiérrez. São Paulo, Cortez Editora: 7-10.
- Gadotti, M. & Gutiérrez, F. (Eds.), (1999). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo, Cortez Editora.
- Gadotti, M. & Romão, J. E. (Eds.), (2000). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire.
- Gaiger, L. I. (2004a). "A Economia Solidária e o Projeto de *Outra Mundialização*." DADOS - revista de Ciências Sociais **47**(4): 799-834.
- Gaiger, L. I. (2004b). "A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas." Revista Venezolana de Economía Social **4** (8): 9-37.
- Gaiger, L. I. (2007). "A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil." Revista Crítica de Ciências Sociais **79**: 57-77.
- Galvão, M. N. & R. Cifuentes. (2005). "Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho." Consultado em Maio, 2007, em <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>
- Gentili, P. & G. Frigotto, (Eds.), (2000). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires, CLACSO.

- Ghiglione, R. (1993). O Inquérito: teoria e prática. Oeiras, Celta Editora.
- Gohn, M. d. G. (2000). Educação, trabalho e lutas sociais. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. P. Gentili & G. Frigotto. Buenos Aires, CLACSO: 89-123.
- Gohn, M. d. G. (2002). "Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma." Educação Temática Digital 4 (1): 53-77.
- Gohn, M. d. G. (s.d.). "A abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais." Consultado em Junho, 2006, em <http://www.unicamp.br/cemarx/mariagloria.htm>
- Gonsalves, E. P. (1998). "Educação popular: entre a modernidade e a pós-modernidade". Educação Popular Hoje. M. W. Costa. São Paulo, Loyola: 213-225.
- Gonzalez, M. V. B. (1999). "Popular organisation, local power and development". Development as theory and practice. D. Simon & A. Närman. London, Longman: 247-265.
- Guerra, I. C. (2006). Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o planeamento em Ciências Sociais. São João do Estoril, Principia.
- Guichaoua, A., (Ed.), (1996). Questions de développement. Nouvelles approches et enjeux. Paris, L'Harmattan.
- Gutiérrez, F. (1999). Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. Educação Comunitária e Economia Popular. M. Gadotti & F. Gutiérrez. São Paulo, Cortez Editora: 23-33.
- Hall, B. & Clover, D. E. (2006). Social Movement Learning. In R. V. Castro; A. V. Sancho & P. Guimarães. Adult education: new routes in a new landscape. Braga, Universidade do Minho: 159-166.
- Jacobs, G.; Macfarlane, R. *et al.* (1997). "Comprehensive Theory of Social Development." Consultado em Fevereiro, 2003, em [http://www.sspp.net/archive/papers/1\(1\)jacobs.htm](http://www.sspp.net/archive/papers/1(1)jacobs.htm)
- Jesus, P.; Soares, G. *et al.* (2001). "Projeto: complexos cooperativos – diagnóstico da região da Mata Sul de Pernambuco", Agência de Desenvolvimento Solidário: 78 pgs. (policopiado)
- Jobert, G. (2000). "Dire, penser, faire. A propos de trois métaphores agissantes en formation des adultes." Education Permanente 143: 7-28.
- Juvenal, T. L. (2006). "Empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão: reflexões à luz do caso brasileiro." Revista do BNDES 13 (26): 115-138.
- Kane, L. (2001). Popular Education and Social Change in Latin America. London, Latin America Bureau.
- Kaufmann, J. C. (1996). L'entretien compréhensif. Paris, Nathan.

- Kay, C. (2003). "Estructura agraria y violencia rural en América Latina." Sociologias **5** (10): 220-248.
- Kliksberg, B. (2000). "Six unconventional theses about participation." International Review of Administrative Sciences **66** (1): 161-174.
- Kruppa, S. M. (2005a). "Uma outra economia pode acontecer na educação " In S. M. Kruppa (Ed.) Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília, Inep: 21-30.
- Kruppa, S. M. (2005b). "Uma outra economia pode acontecer na educação ". In S. M. Kruppa (Ed.) Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília, Inep: 21-30.
- Kruppa, S. M., (Ed.), (2005). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília, Inep.
- Kuenzer, A. Z.; Abreu, C. B. d. M. *et al.* (2007). "A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica: a função mediadora da educação." Revista Brasileira de Educação **12** (36): 462-473.
- La Belle, T. J. (2000). "The changing nature of non-formal education in Latin America." Comparative Education **36** (1): 21-36.
- Laverack, G. (2005). "Using a "domains" approach to build community empowerment." Community Development Journal **41** (1): 4-12.
- Laville, J.-L. (1993). "Participations des salariés et travail productif." Sociologie du Travail **1**: 27-47.
- Laville, J.-L. (2000). L'économie solidaire. Une perspective internationale. Paris, Desclée de Brouwer.
- Laville, J.-L. (2002). "Fato associativo e economia solidária." Bahia Análise & Dados **12** (1): 25-34.
- Lesne, M. (1984). Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, J. C. (2000). "Novos espaços produtivos e nova proletarização: as cooperativas de produção industrial no nordeste brasileiro". Mondialisation économique et gouvernement des sociétés: l'Amérique latine, un laboratoire? Paris.
- Lima, J. C. (2004). "O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado." Revista Brasileira de Ciências Sociais **19** (56): 45-62.
- Lima, J. C. (2006). "Trabalho, Autogestão e Mercado." Caderno CRH **19** (46): 97-110.
- Lima, L. (Ed.), (1994). Fórum Educação de Adultos I. Braga, Universidade do Minho.
- Lima, L. (Ed.), (2000). Fórum Educação de adultos II. Braga, Universidade do Minho.
- Lima, L., (Ed.), (2006). Educação não escolar de adultos. Iniciativas de educação e formação em contexto associativo. Braga, Universidade do Minho.

- Lima, L. M. (1998). "Agentes e atores numa estrutura adversa", Projecto Catende Harmonia: 19 pgs. (policopiado)
- Lima, L. M. (2007a). "Oficina de Reforma Agrária e Projeto Catende Harmonia", Projeto Catende Harmonia: 10 pgs. (policopiado)
- Lima, L. M. (2007b). "Oficina de reforma agrária e projeto Catende Harmonia (subsídio para o debate)", Projecto Catende Harmonia: 9 pgs. (policopiado)
- Lima, L. M. (2007c). "As reformas agrárias na zona canavieira de Pernambuco", Projecto Catende/Harmonia: 4 pgs. (policopiado)
- Lima, M. C. (2007d). "Homenagem a Manuel Correia de Andrade: a geografia e a política do Nordeste Brasileiro." Revista Brasileira de Ciências Sociais **22** (65): 5-7.
- Lima, R. J. S. (2003). "Desenvolvimento levantado do chão...com os pés assentes na terra". Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Porto, Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- Lopes, A. S. (2006). "Encuzilhadas do desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias." Revista Crítica de Ciências Sociais **75**: 41-61.
- Lutzenberger, J. A. (2001). "O absurdo da agricultura." Estudos Avançados **15** (43): 61-74.
- Macdonald, J. B. (s.d.). "A autogestão enquanto modo de produção e algo mais", UFPB: 21 pgs. (policopiado)
- Madeira, A. I. & Ribeiro, M. (1996). "Acção educativa e desenvolvimento local: uma abordagem." Inovação **9**: 299-304.
- Magalhães, R. S. (2001). Sindicatos, Cooperativas e Socialismo: 19 pgs. (policopiado)
- Mahoney, D. (2007). "Constructing Reflexive Fieldwork Relationships: Narrating My Collaborative Storytelling Methodology." Qualitative Inquiry **13** (4): 573-594.
- Malrieu, P. (1989). "Pour une étude interdisciplinaire des changements sociaux". Dynamiques sociales et changements personnels. P. Malrieu. Paris, Presses CNRS: 257-273.
- Malrieu, P., (Ed.), (1989). Dynamiques sociales et changements personnels. Paris, Presses duCNRS.
- Mance, E. (s.d.). "Redes de Economia Solidária". Cadernos Flem V - Economia Solidária: 72-82.
- Marinetto, M. (2003). "Who wants to be an active citizenship. The politics and practice of community involvement." Sociology **37** (1): 103-120.
- Marsick, V. J. & K. E. Watkins (2001). "Informal and incidental learning." New Directions for Adult and Continuing Education **89**: 25-34.
- Martí i Puig, S. (2004). "Los movimientos sociales en un mundo globalizado: alguna novedad." América Latina Hoy **36**: 79-100.

- Matos, M. (2009). "A Estadocracia, a Tecnocracia e a Projectocracia como instâncias de enquadramento sócio-histórico e político da cientificidade educativa ". Porto, FPCEUP: 9 pgs. (policopiado)
- Matos, M. (s.d.). "O local e a redefinição do social. Porto ", FPCEUP: 7 pgs. (policopiado)
- Mayo, P. (2003). "A Rationale for a Transformative Approach to Education". Journal of Transformative Education **1** (1): 38-57.
- Mayo, P. (2004). Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma acção transformadora. Porto Alegre, Artmed.
- Melo, A. (1999). "O desenvolvimento local como processo educativo ". Construir uma escola inclusiva. FDVC. Santa Maria da Feira: 59-71. .
- Melo, A. (2005a). "Consolidação, visibilidade e reconhecimento - Para uma economia social organizada, eficaz e sustentável ". G. T. E.-E. SOCIAL, Grupo Temático EQUAL - ECONOMIA SOCIAL. **3**: 56 pgs. (policopiado)
- Melo, A. (2005b). "Formação de adultos e desenvolvimento local ". Educação e Formação de Adultos: mutações e convergências. R. Canário & B. Cabrito. Lisboa, Educa. **11**: 97-113.
- Melucci, A. & Avritzer, L. (2000). "Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space." Social Science Information **39** (4): 507-527.
- Meyer, C. B. (2001). "A Case in Case Study Methodology." Field Methods **13** (4): 329-352.
- Milando, J. (2005). Cooperação sem Desenvolvimento. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004). "Gestão social e planeamento do desenvolvimento territorial. Um subsídio aos facilitadores e animadores do apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais ". Secretaria do Desenvolvimento Territorial, MDA: 45 pgs. (policopiado)
- Monteiro, M. (2000). "Emprego e desenvolvimento tecnológico na agro-indústria sucroalcooleira Pernambucana na década de 90 ", Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: 21 pgs. (policopiado)
- Montenegro, M. (2003). Aprendendo com ciganos: processos de ecoformação. Lisboa, Educa.
- Mora, L. d. L. & Dias, T. F. (2004). Mobilização, Protagonismo e Gestão Participativa: o caso da Usina Catende, PE. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte – Brasil.
- Morrow, R. A. & Torres, C. A. (1997). Teoria social e educação: uma crítica das teorias de reprodução social e cultural. Porto, Edições Afrontamento.
- Morrow, R. A. & Torres, C. A. (2004). "Gramsci e a educação popular na América Latina. Percepções do debate brasileiro." Currículo sem Fronteiras **4** (2): 33-50.

- Murteira, M. (1983). Lições de Economia Política do Desenvolvimento. Lisboa, Editorial Presença.
- Namorado, R. (2004) A economia social – Uma constelação de esperanças. Oficina do CES 213, Centro de Estudos Sociais: 14 pgs.
- Nascimento, C. (2004). "A autogestão e o 'novo cooperativismo'". Seminário Nacional de Autogestão. Joinville, Santa Catarina, MTE/Secretaria Nacional de Economia Solidária: 6 pgs. (policopiado)
- Nascimento, C. (s.d.). "Do 'Beco dos Sapos' aos canaviais de Catende." Consultado em Junho, 2005, em www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf
- Nascimento, C. (s.d.). Crise do capitalismo e a precarização do trabalho, SENAES: 2 pgs. (policopiado)
- Navarro, Z. (2001). "Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro." Estudos Avançados **15** (43): 83-100.
- Neto, J. F. M. (2000) "Extensão rural e popular (ética como elemento de cultura política na extensão)". II Congresso dos Trabalhadores em Extensão Rural da Paraíba. Campina Grande, Sindicato dos Trabalhadores em Extensão Rural da Paraíba.
- Neto, J. F. d. M. (2002a). Extensão Universitária: diálogos populares. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- Neto, J. F. d. M. (2002b). "Usina Catende: entre a doçura e a harmonia". João Pessoa: Relatório de pesquisa. Catende/PE
- Neto, J. F. d. M. (2003). "Vou danado pra Catende", UFP: 16 pgs. (policopiado)
- Neto, J. F. d. M. (2004b). "Lutas sociais e educação popular para um desenvolvimento regional", Universidade Federal da Paraíba: 28 pgs. (policopiado)
- Neto, J. F. d. M. & W. A. Kulesza (1999). Resistência Popular. Possibilidades ontem e hoje. João Pessoa, Editora Universitária UFPB.
- Nisbet, R. (1977). "Comunidade". Sociologias e Sociedades. Leituras de Introdução à Sociologia. In M. Foracchi & J. S. Martins (Eds.). São Paulo, Livros Técnicos e Científicos: 255-262.
- Novaes, R. R. (1989). "Trabalhadores: A CUT no campo – Dissolver a neblina " Consultado em Maio, 2007, em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=546>
- Novaes, W. (2001). "Dilemas do desenvolvimento agrário." Estudos Avançados **15** (43): 51-60.
- Nóvoa, A. (1996). "Paulo Freire". Pédagogues contemporains. J. Houssaye. Paris, Armand Colin: 45-74.
- Oliveira, C. C.; Paulo, J. C. et al., (Eds.), (1999). Educação de Adultos & Intervenção Comunitária. Braga, Instituto de Educação e Psicologia.

- Oliveira, J. G. G. (1997). "Mudança social e desenvolvimento: divergências e convergências." Organizações e Trabalho **16/17**: 71-88.
- Oliveira, R. D. d. & Dominicé, P. (1977). Ivan Illich e Paulo Freire: a opressão da pedagogia, a pedagogia dos oprimidos. Lisboa, Sá da Costa.
- Overwien, B. (2000). "Informal learning and the role of social movements." International Review of Education **46** (6): 621-640.
- Pain, A. (1990). Education Informelle. Les effets formateurs dans le quotidien. Paris, L'Harmattan.
- Paiva, V. (1980). "Estado e Educação Popular: recolocando o problema". A questão política da educação popular. C. Brandão. São Paulo, Brasiliense.
- Paiva, V. (2000a). "Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social". A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. P. Gentili & G. Frigotto. Buenos Aires, CLACSO: 49-63.
- Paiva, V. (2001a). "Entrevista com Vanilda Paiva sobre a nova edição de *Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista*." Contemporaneidade e Educação **VI** (9): 192-199.
- Paiva, V. (2001b). "Sobre o conceito de 'capital humano'." Cadernos de Pesquisa **113**: 185-191.
- Paiva, V. (2003). História da Educação Popular no Brasil. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo, Edições Loyola.
- Paiva, V. (2005). "Paulo Freire e o pragmatismo americano: os riscos das afinidades na história das ideias". Pensamento social brasileiro. AAVV. São Paulo, Cortez Editora: 175-198.
- Paulo, J. C. (1999). "O que faz falta". Educação de Adultos e Intervenção Comunitária. Instituto de Educação e Psicologia. Braga, Universidade do Minho: 23-59.
- Pereira, A. M. V. (2003). "Alunos, aprendentes e aprendizes: um estudo etnobiográfico sobre percursos de formação". Ciências da Educação. Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- Petrella, R. (2002). O Bem Comum: elogio da solidariedade. Porto, Campo das Letras.
- Pichardo, N. A. (1997). "New Social Movements: A Critical Review." Annual Review of Sociology **23** (1): 411-430.
- PNUD (1996). Relatório do Desenvolvimento Humano -1996. Lisboa, PNUD.
- PNUD (2006). Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. Lisboa, PNUD.
- Pontual, P. & Ireland, T. (Eds.), (2006). Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Coleção Educação para Todos. Brasília, Ministério da Educação/Unesco.
- Powell, M. (2006). "Which knowledge? Whose reality? An overview of knowledge used in the development sector." Development in Practice **16** (6): 518.

- Projecto Catende-Harmonia. (s.d.). "A Usina Catende ". Técnicas e custos do plantio da cana, Editora Universitária da UFPB. **2**: 32 pgs. (cartilha de formação)
- Projecto Catende Harmonia (s.d.). "A Usina Catende ". Por uma cultura de autogestão, Editora Universitária da UFPB. **1**: 32 pgs. (cartilha de formação)
- Ramos, E. L. L.-V. (2005). "Epistemologia e pesquisa participante: constrói-se o conhecimento em cooperação?" Fênix - Revista Pernambucana de Educação Popular e de Educação de Adultos **Ano 4 - Nº5** (1): 21-32.
- Ramos, P. (2001). "Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)." Estudos Avançados **15** (43): 141-156.
- Razeto, L. (1999). "Economia de solidariedade e organização popular ". Educação Comunitária e Economia Popular. M. Gadotti & F. Gutiérrez. São Paulo, Cortez Editora: 34-58.
- Reis, E. P. (1998). "Brazil: one hundred years of the agrarian question." ISSJ **157**: 419-432.
- Reis, J. (2005). "Uma epistemologia do território.", Oficina do CES, 226. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Rist, G. (2000). The history of development: from western origins to global faith. London, Zed Books.
- Rocha, T. (s.d.). "Cultura: matéria-prima de Educação e de Desenvolvimento", Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento: 14 pgs. VERIFICAR PARECE INCOMPLETA
- Rodrigues, F. & Stoer, S. (1993). Acção local e mudança social em Portugal. Lisboa, Edições Fim de Século.
- Rosenfield, C. L. (2003). "A autogestão e a *nova questão social*: repensando a relação indivíduo-sociedade". Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo.
- Roths, L.; Silva, O. S. *et al.* (2006). Para uma caracterização de formas de organização e de dispositivos pedagógicos de educação e formação de adultos. Educação não escolar de adultos. In L. Lima (org.). Braga, Universidade do Minho: 181-229.
- Sachs, I. (1998). "The logic of development." International Social Science Journal **50** (157): 361-365.
- Sachs, I. (2001). "Brasil rural: da redescoberta à invenção." Estudos Avançados **15** (43): 75-82.
- Sainsaulieu, R. (2001). "A identidade no trabalho ontem e hoje." Contemporaneidade e Educação **VI** (9): 56-73.
- Santos, B. d. S. (1994). Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, B. d. S. (2006). "Globalizations." Theory, Culture & Society **23** (2-3): 393-399.

- Santos, B. S. (Ed.), (2003). Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. Porto, Afrontamento.
- Santos, B. S. (Ed.), (2004). Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos. Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (Ed.), (2004). "Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos" Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, B. d. S. & Avritzer, L. (2003). "Introdução: Para ampliar o cânone democrático". Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa. B. d. S. Santos. Porto, Edições Afrontamento. **1**: 35-69
- Sarmiento, M. J. (2000). Lógicas de acção nas escolas. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Sawchuk, P. H. (2008). "Theories and methods for research on informal learning and work: towards cross-fertilization." Studies in Continuing Education **30** (1): 1 - 16.
- Sennett, R. (2001). A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa, Terramar.
- Sennett, R. (2007). A cultura do novo capitalismo. Lisboa, Relógio d'Água.
- Shirley, W. (2005). "Social movements, class, and adult education." New Directions for Adult and Continuing Education **106**: 53-62.
- Silva, A. S. (2004). "Sociedade civil, democracia local e desenvolvimento". Democracia: novos desafios e novos horizontes. J. M. L. Viegas, A. C. Pinto & S. Faria. Oeiras, Celta Editora: 11-34.
- Silva, J. G. (2001). "Velhos e novos mitos do rural brasileiro." Estudos Avançados **15** (43): 37-50.
- Silva, M. C. (2007). "Classe social: condição objectiva, *habitus* e acção colectiva" In J. M. Pinto & V. Pereira (orgs.) Pierre Bourdieu: a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal. Porto, Edições Afrontamento: 91-113.
- Silva, P. C. & Malagodi, E. A (2007). "Caminho da cana: reestruturação produtiva, sindicalismo rural e trabalhadores migrantes". XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, UFPE.
- Simon, D. & Närman, A. (Eds.), (1999). Development as theory and practice. London, Longman.
- Sine, B. (1976). Imperialismo e teorias sociológicas de desenvolvimento. Lisboa, Moraes Editores.
- Singer, P. (2000). "O Brasil no limiar do terceiro milênio." Estudos Avançados **14** (38): 247-259.

- Singer, P. (2002a). "A recente ressurreição da economia solidária no Brasil". Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. B. d. S. Santos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. **2**: 83-129.
- Singer, P. (2002b). Introdução à Economia Solidária. São Paulo, Fundação Perseu Abramo
- Singer, P. (2004a). "Desenvolvimento às comunidades pobres." Teoria e Debate **17** (59): 29-32.
- Singer, P. (2004b). "Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário." Estudos Avançados **18** (51): 7-22.
- Siqueira, S. M. M. (2006). "O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade." Consultado em Maio, 2006, em <http://www.anped.org.br/25/excedentes25/sandramariamarinhosiqueira03.rtf>
- Souza, J. F. (1999). A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México. Recife, Bagaço/NUPEP.
- Souza, J. F.; Ramos, E. L. L.-V. et al. (2006). Investigación-acción participativa: qué? Desafios a la construcción colectiva del conocimiento. Recife, NUPEP, Edições Bagaço.
- Spreafico, A. (2005). "La Communauté entre Solidarité et Reconnaissance." International Review of Sociology / Revue Internationale de Sociologie **15** (3): 471.
- St.Clair, R. (2004). "A Beautiful Friendship? The Relationship of Research to Practice in Adult Education." Adult Education Quarterly **54** (3): 224-241.
- Supek, R. (1996) "Autogestão". Dicionário do pensamento social do século XX. W. Outhwaite, T. Bottomore, E. Gellner & et al. Lisboa, Dinalivro: 33-36.
- Supervielle, M. & Quiñones, M. (2003). "La incorporación del trabajador al trabajado: gestión y autogestión de los conocimientos en la sociedad del control. La perspectiva de la Sociología del Trabajo." Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo Año VIII (16): 77-116.
- Susan, J. B. (2008). "Defining rural community(ies): Future considerations for informal and nonformal adult education in rural communities." New Directions for Adult and Continuing Education **117**: 83-92.
- Szentes, T. (1979). Economia Política do Subdesenvolvimento. Venda Nova, Amadora, Novo Curso Editores.
- Tauile, J. R. (s.d.). "Economia solidária e autogestão. Referências conceituais para ações integradas": 12 pgs. (policopiado)
- Tauile, J. R. & Rodrigues, H. (2004). "Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda." Mercado de Trabalho: 35-43.

- Tauile, J. R. & Rodrigues H. (2005). "Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa." Mercado de trabalho, conjuntura e análise **10** (28): 1-19.
- Tiriba, L. (s.d.). "Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego". III Seminário Internacional Universidade Trabalho e Trabalhadores - Transformações, problemas e perspectivas no mundo do trabalho: autonomia e autogestão. Minas Gerais: 7 pgs. (policopiado)
- Torres, C. A. (1996). "Adult education and instrumental rationality: A critique." International Journal of Educational Development **16** (2): 195.
- Torres, C. A. (2003). "Política para educação de adultos e globalização." Currículo sem Fronteiras **3** (2): 60-69.
- Torres, C. A. & Morrow, R. A. (1997). "A teoria crítica e a educação: da escola de Frankfurt ao pós-estruturalismo". Teoria social e educação. Porto, Edições Afrontamento: 203-259.
- Torres, C. A. & Morrow, R. A. (1997). Teoria social e educação. Porto, Edições Afrontamento.
- Tragtenberg, M. (1986). "A luta pela autogestão no Leste Europeu". Reflexões sobre o socialismo. São Paulo, Editora Moderna: 46-50.
- Vachon, B. (1993). Le développement local: théorie et pratique: Réintroduire l'humain dans la logique de développement. Montréal, Gaëtan Morin Éditeur.
- Vala, J. (1986). "A análise de conteúdo". Metodologia das Ciências Sociais. In J. M. Pinto & A. S. Silva (orgs.). Porto, Edições Afrontamento: 101-128.
- Veen, R. V. D. (2003). "Community development as citizen education." International Journal of Lifelong Education **22** (6): 580-596.
- Veiga, J. E. (2001). "O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento." Estudos Avançados **15** (43).
- Veiga, J. E. (2004). "Destinos da ruralidade no processo de globalização." Estudos Avançados **18** (51): 51-67.
- Vermeren, P. (2001). "Le citoyen comme personnage philosophique." Consultado em Julho, 2004, em <http://www.mondialisations.org/php/germ2001/art.php?id=2095&lan=FR>
- Viegas, J. M. L.; Pinto, A. C. et al. (2004). Democracia, novos desafios e novos horizontes. Oeiras, Celta Editora.
- Vieira, R. O. d. C. (2002). "Desafios dos novos paradigmas do desenvolvimento regional brasileiro." Revista de Conjuntura: 34-45.
- Vital, T. W. (s/d) "Comercialização agrícola na pequena produção familiar da zona da mata de Pernambuco: novos subsídios para o planejamento", Universidade Federal Rural de Pernambuco: 8 pgs. (policopiado)

- Wanderley, M. d. N. B. (2000). "A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural". Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In P. Gentili & G. Frigotto (Eds.). Buenos Aires, CLACSO: 31-44.
- Ward, N.; Jackson, P. *et al.* (2008). "Productivism, Post-Productivism and European Agricultural Reform: The Case of Sugar." Sociologia Ruralis **48** (2): 118-132.
- Watts, M. (2001). "Development Ethnographies." Ethnography **2** (2): 283-300.
- Willis, K. (2005). Theories and Practices of Development. London & New York, Routledge.
- Wolford, W. (2006). "The difference ethnography can make: understanding social mobilization and development in the Brazilian Northeast." Qualitative Sociology **29**: 335-352.
- Zarifian, P. (s.d.). "Organização qualificante e modelos de competência." Formação Profissional **5**: 5-10.

Listagem de Anexos

Anexo 1 – Siglas utilizadas

Anexo 2 – Glossário de termos utilizados no trabalho

Anexo 3 – Grelha de identificação, organização e análise de documentos da imprensa e internet com referência ao processo vivido na Usina Catende

Anexo 4 – Notas de terreno

Anexo 5 – Identificação dos entrevistados e vinculação ao processo da Usina Catende

Anexo 6 – Guião das entrevistas

Anexo 7 – Transcrição integral das entrevistas

Anexo 8 – Quantidade e categorias de organização dos documentos analisados

Anexo 9 – Categorias de análise do material empírico

Anexo 10 – Registos da análise documental

Anexo 11 – Elenco de trabalhos académicos com referência ao processo vivido na Usina Catende

Anexo 12 – Cronograma de acontecimentos significativos na Usina Catende

Anexo 13 – Sistematização dados da pesquisa do IBASE

Anexo 14 - Síntese Formação Anteag em Catende

Anexo 15 - Excertos Entrevistas sobre Associações Moradores

Posfácio scripto-visual



Território geralmente ignorado, as mesas de trabalho e todos os seus adereços são partícipes de processos educativos invisíveis durante a feitura de teses. São as nossas oficinas pessoais, pequenos espaços de familiaridade onde paramos dias que parecem não ter fim. Nelas criamos um ecossistema com equilíbrios muito particulares entre os seres que as habitam sob a forma de livros e artigos, computadores, canetas e folhas e mais folhas de notas dispersas, materiais empíricos e sofisticados modos de organização - que julgamos só nossos - de tudo o que achamos que precisamos e do que imaginamos que podemos vir a precisar nesse futuro impreciso que é o tempo de uma tese, e, por entre esta aparente ordem de um mundo do trabalho organizado e pronto para a produção, aparecerá uma eventual dissonância que há-de vir de um livro de poemas, uma caneca de chá ou um jogo de computador. A partir das nossas mesas de trabalho criamos rotinas e rituais que simplesmente passam a fazer parte de nós. Educam-nos portanto, mesmo sem querer. Espectadoras privilegiadas da duplicidade da aprendizagem, ora assistem à gratificação da descoberta, da compreensão dos autores que por ali passam para conversas silenciosas na nossa cabeça ou à alegria da escrita que dá sentido ao pensamento, ora testemunham o profundo sofrimento ou aguda dificuldade que nos levam simplesmente a abandoná-las, derrotados, sequiosos de uma escrita que não há forma de fluir e incapazes de deslindar o que vai nas páginas de artigos e livros que por ali jazem, ou a trocá-las sazonalmente por um qualquer outro território que não associemos à pena que havemos de cumprir à mesa de trabalho. Há muito provavelmente poucos espaços tão qualificados como as mesas de trabalho de quem se propõe fazer uma tese, basta atentar ao número de autores reputados da área científica em questão que por ali param, e sempre disponíveis para uma troca de impressões. Também aqui o problema parece ser o de como transformar este território hiper-qualificado num território qualificante para quem o habita e nele trabalha, quando o tempo longo da leitura, do pensar e da escrita parece comprimir-se face às exigências para que as nossas pequenas oficinas se transformem em multinacionais.